

Departamento de Antropologia

**Na luta pelos bons lugares**  
**Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais**

**Alexandra Castro**

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Antropologia  
Especialidade: Antropologia Urbana

Orientador:  
Prof. Doutor António Firmino da Costa  
ISCTE-IUL

Julho 2012

Financiamento

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR  
**Ciência.Inovação**  
**2010**



Departamento de Antropologia

**Na luta pelos bons lugares  
Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais**

**Alexandra Castro**

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Antropologia  
Especialidade: Antropologia Urbana

**Júri:**

Doutor Brian Juan O'Neill, Professor Catedrático, ISCTE-IUL

Doutor Luís Vicente Baptista, Professor Catedrático, do Dep. de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Ana Isabel Neto Antunes Afonso, Professora Auxiliar do Dep. de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa

Doutora Maria José Manso Casa-Nova, Professora Auxiliar da Universidade do Minho

Doutor Fernando Jorge Afonso Diogo, Professor Auxiliar do Dep. História da Universidade dos Açores

Doutora Maria Graça Índias Cordeiro, Professora Auxiliar com Agregação do Dep. de Métodos de Pesquisa Social da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL

Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Auxiliar com Agregação do Dep. de Sociologia do ISCTE-IUL

**Julho, 2013**

Financiamento

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Ciência **Inovação**  
**2010**



## **Agradecimentos**

A todas as pessoas ciganas que ao longo dos últimos 20 anos me acolheram e revelaram disponibilidade, confiança e generosidade tanto em situações pontuais como no convite de partilha do seu quotidiano. A todos aqueles que mais directamente possibilitaram que se abrisse o universo das diferentes famílias que participam neste estudo: ao Fernando Moital e à Pastoral dos Ciganos um agradecimento muito especial.

À Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra pela distinção concedida, reconhecendo como o trabalho académico contribui para a visibilidade dos problemas sociais que muitas famílias ciganas enfrentam.

A todos os amigos e colegas que ao longo destes anos partilharam um interesse comum e que me facultaram prontamente os seus trabalhos e abriram as portas a outros autores no campo dos estudos ciganos: Maria José Lobo Antunes, Joana Afonso, Maria José Casa-Nova, Marta Santos, Maria José Vicente, Sérgio Aires, Micol Brazzabeni, Mirna Montenegro, Olga Magano, Daniel Seabra Lopes, Lurdes Nicolau, André Correia, Hugo Castro, Tommaso Vitale, Martin Olivera, entre outros.

A Vítor Matias Ferreira por ter aceitado coordenar o projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e que viabilizou a produção deste trabalho.

A Isabel Guerra, Madalena Matos, Dulce Moura, Sónia Costa, Mafalda Sousa, Ana Sofia Marques, António Medeiros e Filipe Reis que tiveram a generosidade de me conceder o seu tempo, o seu interesse, a sua paciência, a sua capacidade crítica e reflexiva a propósito deste trabalho.

Por fim, ao Professor António Firmino da Costa pela orientação, estímulo e apoio duradouro no decorrer deste trabalho.



## Resumo

Este trabalho centra-se na compreensão das lógicas de estruturação de práticas de mobilidade espacial da população portuguesa cigana, procurando analisar o conjunto de factores endógenos e exógenos subjacentes a estas práticas. Dois objectivos orientaram a pesquisa: i) compreender os processos de territorialização e de construção do sentido de habitar, através da forma como são vivenciadas as práticas de mobilidade, sejam estas impostas ou o resultado de estratégias individuais ou de grupo; ii) analisar como a população cigana tem sido estudada, imaginada e regulada, através de uma abordagem aos contextos científico, político-institucional e social, onde os ciganos referenciados como nómadas assumiam uma categoria específica e eram alvo de estratégias de acção pública particulares.

Privilegiou-se uma estratégia de investigação do tipo intensiva-qualitativa, assente numa etnografia colectiva multi-situada, onde o elemento permanente de observação não era um lugar, mas diferentes núcleos familiares que se deslocavam e permaneciam em diferentes territórios. Complementarmente mobilizou-se um conjunto de técnicas no sentido de alargar o campo de observação a dimensões que o trabalho de terreno não podia chegar. Apresentam-se três Estudos de Caso que abordam núcleos familiares que ao longo dos seus percursos de vida não encontraram um lugar para se estabelecerem de forma duradoura, mas também residentes em barracas e tendas com algum grau de fixação. A pesquisa permitiu ainda traçar o retrato possível dos contrastes sociais apresentados pela população cigana em Portugal, evidenciar em que condições e através de que modalidades a presença dos ciganos se tornou a nível local um problema público e quais as respostas que localmente são evidenciadas tendo em conta situações diferenciadas de inscrição territorial.

**Palavras-chave:** população cigana; mobilidade; habitar; políticas públicas

## Abstract

This work focuses on understanding the logic of the structuring practices of spatial mobility of the Portuguese gypsy population, aiming to analyze the set of endogenous and exogenous factors that underlie these practices. Two main objectives guided the research: i) to understand the processes of territorialization and construction of the meaning of dwelling, through the way practices of mobility are experienced, whether imposed or the result of individual or group strategies, ii) to analyze how the gypsy population has been studied, conceived and regulated through an approach to the scientific, political-institutional and social contexts, where the gypsy, referred as nomads, assumed a specific category and were subject to public strategies.

We focused on a strategy of research of intensive-qualitative type, based on a collective ethnography multi-located, where the permanent element of observation was not a place, but different households moving and staying in different territories. Additionally, a set of techniques were applied to extend the scope of observation to dimensions that the fieldwork could not attain. Three case studies are presented addressing households along their paths of life who could not find a place to settle permanently and living in tents with a certain degree of permanency. The research also allowed to draw a picture of the social contrasts presented by the gypsy population in Portugal, showing under what conditions and through what modalities the presence of gypsies became a problem from a local to a public level, and also the local answers put into practice in face of different situations of territorial affiliation.

**Key-words:** gypsy population; mobility; housing; public policies





## Índice

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1. Um percurso de investigação.....	2
2. A problematização do objecto de estudo em torno da mobilidade espacial.....	7
3. Uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa.....	11
<b>I. A MOBILIDADE ESPACIAL: CENTRALIDADE HISTÓRICA NOS ESTUDOS CIGANOS E A SUA ACTUALIDADE NOS ESTUDOS URBANOS.....</b>	<b>15</b>
1. Entre relevância analítica e produção de conhecimento: limites e controvérsias.....	15
2. Do nomadismo à mobilidade espacial: uma inflexão epistemológica nos “estudos ciganos” .....	27
3. A mobilidade espacial: desafios conceptuais e analíticos .....	30
4. A conceptualização dos modos de habitar em torno da mobilidade espacial.....	34
4.1. Território circulatório, fluxos e ritmos sociais .....	35
4.2. Mobilidades incorporadas, coercivas e hospitaleiras .....	38
4.2.1. Recursos e competências da mobilidade .....	41
4.2.2. O lado representacional das mobilidades .....	43
4.2.3. Regimes de proximidade e distância .....	45
<b>II. A SITUAÇÃO PERIFÉRICA DOS CIGANOS: CONTRASTES SOCIAIS, CATEGORIAS DE ACÇÃO PÚBLICA E INSCRIÇÃO TERRITORIAL.....</b>	<b>53</b>
1. A fraca e descontinuada caracterização da população cigana em Portugal.....	53
2. Do reconhecimento da diferença à constituição de uma “questão cigana” .....	66
2.1. O nomadismo entre rejeição e controlo dos dispositivos normativos .....	70
2.2. O dilema da diferença e o carácter indeterminado dos processos de integração..	75
2.2.1. Arena pública e construção dos problemas .....	75
2.2.2. Soluções que o desafio da diferença coloca aos poderes públicos.....	81
3. Modalidades de acção pública e contrastes sociais .....	85
3.1. Territórios repulsivos, hostilidade comunitária e mobilidade forçada .....	87
3.1.1. Actuações punitivas e de vigilância .....	87
3.1.2. Dinâmicas urbanas e genealogia dos limites espaciais.....	96
3.2. Inscrição territorial precária, etnicização da exclusão social e práticas discriminatórias .....	98

3.2.1. População cigana em alojamentos não clássicos.....	99
3.2.2. Nomear, qualificar e controlar as diferenças.....	109
3.2.3. Do enfoque nos sujeitos ao funcionamento do sistema.....	112
<b>III. CIGANOS E DINÂMICAS DE MOBILIDADE: DESAFIOS AOS PROCESSOS HEGEMÓNICOS DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL .....</b>	<b>117</b>
1. A especificidade das unidades de observação e a opção pelo método etnográfico.....	117
1.1. Etnografia colectiva e divisão do trabalho científico: impasses e processos de construção do conhecimento .....	120
1.2. Etnografia multi-situada: desafios teóricos e metodológicos na abordagem das pessoas em movimento.....	123
2. A constituição dos estudos de caso e a selecção das unidades de observação.....	125
3. O trabalho de terreno.....	131
3.1. Acesso, recepção e hospitalidades .....	133
3.2. Dos elementos facilitadores às resistências, dificuldades e estranhezas.....	140
3.3. Do registo dos dados à análise do material empírico .....	150
<b>4. Os Estudos de Caso .....</b>	<b>157</b>
<b>A. Livres para viajar, mas nenhum sítio para ficar .....</b>	<b>157</b>
1. Percursos biográfico, residencial e geográfico.....	157
1.1. O local de nascimento: um acaso nas deslocações.....	157
1.2. <i>Eu sou daqui. Eu sou alentejano. Eu sou português</i> .....	160
2. <i>Os nossos caminhos</i> e a complexa escolha dos lugares .....	162
2.1. Um padrão de deslocações dependente dos recursos para a mobilidade .....	162
2.2. A escolha dos lugares e o espaço dos acampamentos: a manifestação do capital espacial.....	163
2.3. Imperativos de mobilidade e a complexa escolha de lugares tolerados.....	168
2.3.1. Saúde e família.....	169
2.3.2. Territórios das “raças” e gestão das fronteiras .....	172
2.3.3. Alianças matrimoniais e reconfiguração espacial e social .....	173
2.3.4. Trabalhos sazonais, negócios e trocas.....	177
3. O relacionamento com as instituições: encontros inevitáveis e desencontros de perspectivas .....	181
3.1. A intermitência da condição de beneficiários do RSI.....	183
3.2. A importância da estabilidade residencial versus a atribuição da categoria de “nómadas” .....	185

4. Lugares ocultos e ameaçados .....	196
4.1. Mobilidade forçada e inscrição territorial constrangida .....	196
4.2. Agressões, medos e insegurança .....	199
Síntese.....	202
<b>B. Itinerários de exílio e territórios de referência.....</b>	<b>207</b>
1. Percursos biográfico, residencial e geográfico .....	207
1.1. História intergeracional e constituição da identidade de grupo.....	208
1.2. Conquista dos territórios de referência e reactivação dos vínculos identitários. ....	210
2. Reconstrução de fronteiras e criação de novas territorialidades.....	219
2.1. Conflitos e sua gestão .....	220
2.2. Exclusividade e controlo territorial .....	223
2.3. Alianças matrimoniais, escolha do local de residência e tensões intra-étnicas ..	224
2.4. Distância relativa entre os ciganos presentes no mesmo território.....	228
3. Expectativas residenciais e as oportunidades perdidas de acesso a uma casa.....	230
3.1. O espaço como um recurso ilimitado? .....	230
3.2. Acesso ao mercado privado de habitação e o compasso de espera para um alojamento social .....	232
4. A presença num território .....	233
4.1. Localização dos acampamentos e centralidades urbanas .....	234
4.2. Representações sobre o actual local de residência .....	234
4.3. As interdependências territoriais: grau de mobilidade e escalas geográficas.....	236
4.3.1. Lugares de habitat e apropriação do espaço .....	237
4.3.2. O espaço do concelho .....	242
4.3.3. O polígono entre três concelhos .....	247
4.3.4. Outros concelhos .....	249
5. O relacionamento com as instituições locais.....	250
5.1. A emergência do fatalismo e da invisibilização política face aos percursos de integração .....	251
5.2. O acesso aos recursos: um processo só conseguido pela mediação .....	257
Síntese.....	262

<b>C. Permanecer, sim, mas em condições precárias.....</b>	<b>267</b>
1. Percursos de vida a marcarem a relação com o actual concelho de residência.....	267
2. Lugares e famílias num território: a apropriação do espaço residencial.....	272
3. Mobilidade e modos de sobrevivência. Diferentes gerações, diferentes rumos.....	280
3.1. O caso dos “contrários” na gestão dos territórios.....	286
3.2. A mobilidade dos outros e as estratégias de distinção.....	288
3.3. A mobilidade forçada dos “não residentes”.....	289
4. Da selectividade das relações de vizinhança à emergência de tensões nos contactos institucionais.....	292
5. Da retórica institucional da igualdade às reivindicações dos habitantes.....	296
Síntese.....	308
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>311</b>
1. A etnicidade manifestada pela mobilidade numa perspectiva construtivista, dinâmica e relacional.....	311
1.1. As dinâmicas de mobilidade, o sentido do habitar e as competências espaciais.....	316
1.2. Da luta pelos bons lugares à configuração dos espaços vividos.....	326
2. A autenticidade do sujeito nas políticas públicas.....	329
2.1. Políticas urbanas e gestão da diversidade cultural.....	331
2.2. Políticas sociais de regulação da pobreza: do discurso sobre a diferença à manifestação de práticas discriminatórias.....	338
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>344</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>369</b>
Anexo 1: Questionário às Câmaras Municipais.....	370
Anexo 2: Questionário aos postos da Guarda Nacional Republicana.....	371
Anexo 3: Recolha e análise documental.....	372
Anexo 4: Entrevistas a informantes privilegiados ciganos, técnicos e decisores de entidades locais.....	373
Anexo 5: Grelha de caracterização dos acampamentos.....	374

## Índice de Figuras

Figura 1: Articulação de contextos, escalas de observação e análise e técnicas de pesquisa.....	14
Figura 2: Lógicas de mobilidade e processos de socialização do espaço.....	36
Figura 3: Entre contexto de acção e competências para a mobilidade.....	40
Figura 4: Principais razões da partida dos ciganos do concelho.....	93
Figura 5: Razões subjacentes à alteração dos locais de permanência dos ciganos no interior dos concelhos.....	97
Figura 6: Posição das variáveis no cruzamento das duas dimensões.....	104
Figura 7: Descrição das situações tipo.....	104
Figura 8: Razões associadas à precariedade habitacional.....	112
Figura 9: Tipologia de lugares de permanência.....	164
Figura 10: Configuração de um acampamento dos Sousa Torrão.....	166
Figura 11: Grelha de observação do acampamento da família Matias da Silva.....	237
Figura 12: Configuração do espaço habitacional da família Ramalho Matias: um habitat evolutivo.....	242
Figura 13: Configuração do acampamento de barracas – Famílias Carolas e Anjos.....	275
Figura 14: Configuração do acampamento de barracas – Famílias Carolas e Anjos.....	302
Figura 15: Percurso residencial da família Carolas no concelho.....	306
Figura 16: Dimensões sócio-espaciais dos processos de territorialização.....	313
Figura 17: Do potencial de mobilidade ao movimento e à fixação: lógicas de acção, recursos e competências.....	319
Figura 18: O acesso condicionado à cidade e às políticas públicas.....	330

## Índice de Mapas

Mapa 1: Distribuição da população cigana em Portugal continental, por distrito.....	57
Mapa 2: Distribuição da população cigana a residir em alojamentos não clássicos, por distrito... ..	102
Mapa 3: Cartografia dos polígonos de vida de Conceição.....	168
Mapa 4: Cartografia dos polígonos de vida de Leila.....	212
Mapa 5: Cartografia dos polígonos de vida de Ivo.....	215

## Índice de Quadros

Quadro 1: Medidas adoptadas perante a permanência de ciganos em terrenos públicos durante mais de 48 horas por parte da GNR e das Câmaras Municipais.....	89
Quadro 2: Dados comparativos de pessoas a residir em alojamentos não clássicos.....	101
Quadro 3: Caracterização de <i>clusters</i> .....	105
Quadro 4: Uma aproximação à tipologia dos espaços residenciais visitados.....	130

## Índice de Fotografias

Foto 1: A família Sousa Torrão em movimento.....	169
Foto 2: Apropriação do primeiro espaço de habitat – família Ramalho Matias.....	241
Foto 3: Lugares de habitat em áreas centrais: da instalação à desocupação.....	243
Foto 4: Lugares de habitat em áreas centrais: incursões por tentativa e erro.....	243
Foto 5: As casas ocupadas no concelho.....	244
Foto 6: Demolição da casa ocupada pela família de Leila e tenda de Pablo após a saída da casa.....	246
Foto 7: Um concelho transitório e de entreposto para outras localidades.....	247
Foto 8: Tenda de José nas Caldas da Rainha, Março 2007.....	248
Foto 9: Alterações na morfologia dos terrenos para impedir a permanência.....	291



## INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objecto a compreensão das lógicas de estruturação de práticas de mobilidade espacial de intensidade relativa em função de níveis diferenciados de inserção territorial e residencial da população cigana, procurando analisar o conjunto de factores endógenos e exógenos a esta população que estruturam aquelas práticas<sup>1</sup>.

Considerou-se que o enfoque na mobilidade espacial seria uma via privilegiada de acesso aos factores que contribuem para a persistência das situações de exclusão face ao mercado habitacional, mas também uma forma de se aprofundar como se produzem identidades territoriais em populações socialmente vulneráveis que apresentam mobilidades espaciais e ligações a diferentes territórios. Analisar o sentido das vivências das mobilidades, sejam estas impostas/forçadas ou o resultado de estratégias individuais ou de grupo, assumia assim a sua centralidade na compreensão dos processos de (re)territorialização e de (re)construção do sentido de habitar.

Tinha-se consciência de antemão que o centramento exclusivo na microescala quotidiana dos sujeitos e famílias que apresentavam práticas de mobilidade espacial impedia realizar uma contextualização adequada do objecto de estudo. É, neste sentido, que os Capítulos I e II abordam os contextos científico, político-institucional e social que, à escala internacional e nacional, se revelam pertinentes na compreensão dos factores exógenos à população cigana que estruturam as práticas de mobilidade espacial, permitindo relativizar a sua suposta propensão cultural para a errância e parcialmente explicar a sua situação habitacional.

Para o efeito, coloca-se em discussão a pertinência conceptual e operativa dos processos de categorização da população cigana em função de determinados atributos, através da apresentação de alguns dos momentos-chave do percurso dos “estudos ciganos”, os principais traços que caracterizam as condições em que este conhecimento foi produzido, bem como os conteúdos veiculados por esse saber e as suas repercussões na forma de se compreender a realidade (Capítulo I, Secções 1 e 2). Tendo em conta o quadro científico que tem enquadrado a temática da mobilidade entre a população cigana e os desafios actuais que as questões da mobilidade colocam às ciências sociais, considerou-se fundamental desenvolver uma abordagem conceptual e analítica que permitisse explorar, por um lado, os sentidos da

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho a utilização do termo “cigana”/”cigano” não pretende ignorar a diversidade social que existe entre a população cigana. No entanto, em Portugal, não é frequente encontrar diferenças entre denominações externas e auto-denominações.

mobilidade para os sujeitos que a praticam e para aqueles que interagem com ela e, por outro lado, os actos que são exigidos, os recursos e competências que são mobilizados, bem como os efeitos da prática da mobilidade em termos individuais, grupais e sócio-urbanísticos (Capítulo I, Secções 3 e 4).

O Capítulo II procura traçar o retrato possível dos contrastes sociais apresentados pela população cigana em Portugal (Secção 1), evidenciando-se em que condições e através de que modalidades a presença dos ciganos se tornou a nível local um problema público, de que forma o Estado se organiza para fazer face à mobilidade dos ciganos e quais as respostas que localmente são evidenciadas tendo em conta situações diferenciadas de inscrição territorial (Secções 2 e 3).

O Capítulo III, para além de aprofundar em termos metodológicos a abordagem etnográfica desenvolvida (Secções 1, 2 e 3), apresenta três Estudos de Caso que abordam situações significativamente diferentes entre si: a itinerância de vários núcleos familiares que ao longo dos seus percursos de vida não encontraram um lugar para se estabelecerem de forma duradoura (Estudo de Caso A) e quatro famílias alargadas residentes em barracas e tendas com algum grau de fixação em dois concelhos (Estudos de Caso B e C), distinguindo-se entre si pelo tempo de permanência nesses lugares e pelo tipo de reconhecimento que as autoridades locais lhe conferem.

## **1. Um percurso de investigação**

O percurso de investigação que se iniciou há mais de uma década, tendo sempre como objecto de observação os ciganos residentes em Portugal e como preocupação teórica e analítica as questões relativas à apropriação do espaço e à coexistência sócio-espacial, é indissociável das motivações que presidiram à constituição da pesquisa que aqui se apresenta. Ao se explorar este percurso pretende-se revelar a natureza do interesse suscitado por um grupo populacional particular – os ciganos – na sua relação com o território e o espaço de habitat.

Deste percurso de investigação, quase todo colectivamente construído, interessa reter a forma que foi assumindo a acumulação de conhecimento através das principais conclusões e interrogações que cada etapa ia deixando. Apresenta-se aqui apenas aquelas que assumiram particular relevância nas motivações que presidiram à definição do objecto de estudo para o desenvolvimento da tese de doutoramento.



Quando em 1992, no âmbito da tese de licenciatura em Sociologia, procurei compreender a relação entre eventuais especificidades dos modos de vida de um conjunto de famílias ciganas residentes no bairro da Malagueira, em Évora, e as estratégias de apropriação do espaço de habitat, ficou patente que a mobilidade espacial ocupava um lugar central na estruturação dos modos de vida de algumas dessas famílias. Paralelamente, estas famílias reconheciam a importância do acesso a um alojamento com condições muito diferentes daquele que tinha marcado as suas trajetórias de vida. Para além da satisfação com as condições morfológicas da habitação, com as vantagens funcionais associadas às viagens e do sentimento de maior segurança e estabilidade na vida, o novo contexto habitacional surgia como um importante referente espacial, onde os actores em causa redefiniam a sua imagem na sociedade. Reconhecia-se, assim, a influência exercida pelo novo tipo de habitat na imagem que os outros faziam dos ciganos, sobretudo, pela importância das interações estabelecidas com os diferentes serviços e equipamentos do bairro e da cidade, bem como das relações de vizinhança (Castro, 1994; 1995).

As formas de coabitação pacífica encontradas no bairro, explicadas pela antiguidade no lugar e a "conveniência" implícita à coexistência, levaram a questionar se não seria também o reflexo de uma "estratégia de luta" contra a identidade prescrita, já que se assistia a uma grande disparidade entre a imagem que os ciganos faziam do seu grupo e aquela que eles perspectivavam ser a dos não ciganos. Esta discrepância apontava assim para formas de incomunicabilidade mantidas ao longo dos tempos e por si só produtoras de diferença, marginalização e auto-segregação.

Em 1999, através de uma iniciativa lançada pelo então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (actual ACIDI) e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia foi aberto um concurso para a realização de estudos sobre a população cigana, sobretudo no âmbito das representações sociais. Surgia, assim, a hipótese de se explorar as representações existentes sobre a população cigana em contextos de co-presença com não ciganos. Subjacente a este propósito estava a ideia de que o confronto com as fronteiras das comunidades constituía o momento fundamental do processo de negociação das identidades sociais. É através deste confronto que se constroem auto-imagens e, por oposição e distinção, as imagens da alteridade. Assim, no âmbito deste concurso, realizaram-se seis estudos, um dos quais elaborado por mim e por um conjunto de colegas do Centro de Estudos Territoriais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Duarte *et al.* (2005a). Na mesma colecção e sobre a temática das representações remete-se a consulta para Fonseca *et al.*, 2005; Dias *et al.*, 2006; Faísca e Jesuíno, 2006.

Nesse estudo, partimos de quatro espaços-situação para se compreender não apenas de que modo se construía as representações sobre a população cigana em cenários de proximidade física, mas também para se proceder a uma análise comparativa da especificidade das representações e das práticas de sociabilidade em cada um dos espaços estudados. Paralelamente, pretendia-se captar a influência da proximidade e da distância física na produção de práticas e representações discriminatórias. As conclusões alcançadas apontavam para uma variação mínima das representações e das práticas de sociabilidade entre os quatro espaços de co-presença. Por um lado, as representações sobre os ciganos assentavam, sobretudo, em *dimensões neutras* (elementos físicos distintivos ou de modos de expressão particulares) e *dimensões negativas* (relacionados com o “comportamento”, tais como a agressividade, a arrogância e a presença do grupo). O peso assumido por estes aspectos negativos marcava, de uma forma definitiva, como se construía a fronteira que distingue os ciganos dos não ciganos, através de um processo de reificação da diferença, de tomar o todo pela parte, como se aos ciganos apenas se concedesse uma existência grupal e nunca individual. Por outro lado, a proximidade física entre ciganos e não ciganos nos espaços de co-presença caracterizava-se pela manutenção de uma distância social considerada ser “de segurança”, ou seja, como uma resposta necessária à tensionalidade inerente a este confronto cultural (Duarte *et al.*, 2005a).

Em 2003, iniciávamos uma outra pesquisa tomando como ponto de partida as conclusões do estudo então realizado. Se anteriormente havíamos constatado que nos espaços-situação que tinham sido objecto de análise a proximidade física não implicava necessariamente a proximidade social entre ciganos e não ciganos, optou-se por incidir a abordagem em contextos caracterizados por um contacto mais continuado com a população cigana.

Constatou-se, assim, que com um maior conhecimento e proximidade social as dimensões mais negativas das representações veiculadas por não ciganos eram diluídas através de um processo de relativização da diferença, onde se procurava enquadrar e justificar as características atribuídas a este grupo. A tensionalidade presente na coexistência inter-étnica dos espaços anteriormente estudados deu lugar a um processo de negociação constante, marcado por uma estratégia de interacção baseada na conjugação da flexibilidade e da determinação. Cedência e firmeza apareciam como os atributos mais mobilizados pelos profissionais auscultados nos contextos estudados e abriam caminho para a construção de novas formas de relacionamento social e para a diluição progressiva do estatuto de excepção dos ciganos, bem como do medo

que lhes estava associado. No entanto, o poder de diluição da distância encontrava os seus limites na forma como era concebida a relação dos ciganos com a sociedade em que vivem, uma vez que o usufruto dos mecanismos formais de inserção social<sup>3</sup> não parecia encontrar a devida correspondência na aceitação das regras implícitas às oportunidades que lhes eram concedidas. A exploração de recursos económicos não convencionais, o desinteresse pela escolaridade, a auto-exclusão do sistema fiscal e retributivo manifestavam-se numa relação utilitária com os recursos disponíveis e com as pessoas que os gerem. Consolidava-se, desta forma, a ideia dos ciganos como “estrategas”, indivíduos que sabem tirar partido das oportunidades económicas e institucionais recorrendo à instrumentalização da diferença e do estigma que lhes está associado (Duarte *et al.*, 2005b).

Os dois estudos até aqui mencionados evidenciavam, assim, alguns dos entraves que do ponto de vista dos não ciganos se colocavam aos percursos de inserção social de uma parte da população cigana. A questão do nomadismo assumia um papel de destaque e confirmava aquilo que Paulo Machado referia ser “um dos estereótipos sociais mais veiculados” sobre esta população (Machado, 1994: 58). Por um lado, os traços negativos associados aos ciganos tendiam a ser mais apontados aos ciganos ditos nómadas, por serem “menos evoluídos”, “menos sociáveis”, e terem poucas preocupações relativas à manutenção do espaço onde habitam e à higiene pessoal. Por outro lado, o nomadismo era mencionado como um traço cultural que poderia assumir aspectos mais positivos quando se privilegiava uma perspectiva multicultural na abordagem dos processos de integração ou mais negativos se os ditos processos implicassem procedimentos com vista à assimilação (Castro, 2004: 60).

O pólo positivo destas representações assentava numa componente mistificadora e romântica da mobilidade espacial como sinónimo de liberdade individual ou grupal. Mas valorizar este aspecto parecia também, em alguns casos, dar a entender que a sua itinerância lhes retirava qualquer vínculo territorial e de acesso a direitos e que qualquer estratégia desencadeada pelos ciganos com vista à fixação tendia para uma ocupação abusiva do espaço (como a construção de barracas) ou para beneficiar de determinadas medidas de protecção social (como o Rendimento Social de Inserção<sup>4</sup>) ou de acesso a determinados serviços. O pólo mais negativo

---

<sup>3</sup> O termo *inserção* deve ser lido como o “duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, as famílias e os grupos em situação de exclusão e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e à participação social e, por outro lado, as instituições a oferecer a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio e criando os lugares sociais onde se possam colocar” (Capucha *et al.*, 1998: 25).

<sup>4</sup> A Lei nº13/2003, de 21 de Maio, veio revogar o Rendimento Mínimo Garantido e criar o Rendimento Social de Inserção (DL nº283/2003, de 8 de Novembro). As alterações introduzidas não alteram a filosofia de base da medida, mas sim as condições gerais de atribuição, o valor das prestações, o processo de requerimento, o prazo

assumido pela itinerância traduzia-se numa forma de desvio contra o qual a sociedade maioritária deveria lutar, quer através da regulação da presença de famílias ciganas em determinados territórios concelhios, quer por via de entraves à sua liberdade de movimento e circulação. Estes entraves registavam contornos diversos, indo desde a actuação das autoridades policiais para a sua saída forçada, até estratégias mais subtis, como por exemplo, a exigência do cartão de vendedor ambulante actualizado quando os ciganos pretendiam pernoitar no concelho (Castro, 2004: 60-62).

Se no primeiro estudo dos anos 90 se concluía que a itinerância e a fixação eram duas facetas dos modos de vida de algumas das famílias residentes no Bairro da Malagueira, as duas pesquisas subsequentes revelavam a multiplicidade de representações em torno da itinerância, mas que se distanciavam das conclusões então alcançadas. Parecia prevalecer, a nível institucional, uma visão distorcida do significado de itinerância que se repercutia nas condições de vida da população cigana pela incapacidade de se tratar de maneira adaptada as necessidades manifestadas, nomeadamente em termos habitacionais. Por um lado, não se aprofundavam os sentidos que assumiam determinados modos de vida, como se o “Cigano” – entidade vista como homogénea – tivesse de se conformar a determinado modo de vida onde nem ele próprio muitas vezes se reconhecia. Por outro lado, não se interrogava o lugar deixado à expressão de determinados modos de habitar, fomentando-se o ciclo de exclusão a que os portugueses ciganos têm sido sujeitos (Castro, 2007).

As conclusões alcançadas permitiam, assim, evidenciar a relevância dos contextos locais na definição dos “nómadas” como uma categoria. As imagens estereotipadas veiculadas em torno desta categoria revelavam o seu interesse heurístico não tanto pelo seu conteúdo (mais ou menos positivo) ou pelas suas características próprias (rigidez, falsidade...), mas sobretudo pelo quadro institucional que as emanava, onde o recurso à designação dos ciganos como nómadas parecia tornar-se um instrumento para definir ou reafirmar determinadas lógicas de acção.

---

para a elaboração do programa de inserção, e o quadro do regime sancionatório. Assim, esta medida assume-se como um direito a mínimos de subsistência que é acompanhado da contrapartida de um programa de inserção, contratualizado com o beneficiário.

## 2. A problematização do objecto de estudo em torno da mobilidade espacial

A constatação da existência de representações relativamente homogéneas em torno do “nomadismo”, contrastantes com a forma como os próprios experienciam um modo de vida pautado por mobilidades de intensidade relativa, suscitou a necessidade de se aprofundar também o ponto de vista dos ciganos. Partia-se, assim, para um duplo desafio<sup>5</sup>. Por um lado, assumia relevância compreender as práticas de mobilidade de famílias ciganas em função de níveis diferenciados de inserção territorial e residencial. Por outro, tornava-se pertinente explorar as determinantes sociais, políticas e mesmo científicas que concorriam para a cristalização das representações do nomadismo em torno de alguns equívocos e de que forma estas representações constituíam factores exógenos à população cigana que contribuía para a perpetuação das situações de exclusão habitacional<sup>6</sup>.

Na impossibilidade de poder abranger toda a diversidade de práticas de mobilidade existentes em função das diversas modalidades de inserção territorial e residencial, o objecto empírico foi delimitado através da identificação de dois universos da população cigana não mutuamente exclusivos: por um lado, o conjunto populacional que não possuía residência fixa e que aparentemente apresentava mobilidades mais intensas por não terem garantido um lugar relativamente estável de permanência e, por outro, os elementos da população cigana a residir em “alojamentos não clássicos”<sup>7</sup> com um tempo de permanência mais duradouro na mesma localidade. Como se poderá constatar mais adiante (Capítulo II, Secção 3), e face aos números que foi possível apurar, trata-se de dois universos com uma fraca expressividade entre a população cigana (nenhum deles ultrapassando os 15%), incidindo, desta forma, esta pesquisa numa fatia da população cigana com características particulares.

No início da pesquisa parecia indiscutível que a disposição para a itinerância assumia um carácter geral por encontrar várias situações sociais propícias ao seu desenvolvimento. Ou seja,

---

<sup>5</sup> A concretização deste desafio viria a ser enquadrada no âmbito de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – “Ciganos e territórios: mobilidade e sedentarização no contexto urbano português” (POCI/SOC/57105/2004) – que decorreu entre Janeiro de 2006 e Abril de 2009, no Centro de Estudos Territoriais sob a coordenação de Vítor Matias Ferreira e Alexandra Castro. Os resultados obtidos sustentariam, assim, o desenvolvimento da tese de doutoramento.

<sup>6</sup> Entende-se aqui a exclusão habitacional como a privação material de habitação que pode revestir uma das seguintes quatro situações: i) sem abrigo (pessoa sem qualquer tipo de refúgio, vivendo na rua); ii) sem alojamento (pessoa que dispõe apenas provisoriamente de um lugar para dormir); iii) alojamento precário (pessoa com um estatuto precário de ocupação de um dado alojamento, apresentando um risco de expulsão); iv) alojamento inadequado (quer do ponto de vista físico quer pela sua localização em terrenos ilegais). (FEANTSA, 2008)

<sup>7</sup> Adopta-se aqui a designação do INE que inclui barracas, casas rudimentares de madeira, improvisadas, móveis.

pareciam existir formas objectivas de organização da vida social dos ciganos que tendiam a decidir sobre a amplitude da sua transversalidade a uma série de situações. As interrogações iniciais que se colocavam para um maior aprofundamento desta problemática prendiam-se com a forma como se manifestava esta disposição para a itinerância na diversidade de contextos, de famílias, e das diferentes escolhas racionais dos actores. Será que este esquema de acção assumia de facto uma transferência generalizável? Em certos contextos sociais não se desencadeariam esquemas de acção específicos? Qual seria a especificidade destes esquemas de acção? Quais teriam sido as circunstâncias singulares da constituição destes esquemas de acção? Qual seria o papel das escolhas racionais dos actores independentemente das suas disposições e dos contextos onde eram tomadas?

Estas interrogações apontavam desde logo para a existência de uma complexidade de factores de geometria muito variável que interferiam nas lógicas de estruturação dos modos de vida da população cigana e conseqüentemente nos seus percursos geográficos e formas de inscrição territorial. A sua exploração não só se afigurava como um contributo indispensável para a compreensão da especificidade das práticas de mobilidade, mas também como uma forma de desconstrução de imagens do senso comum relativamente homogêneas em torno desta problemática.

O reconhecimento daquela complexidade de factores conduziu, numa primeira fase, à enunciação de quatro eixos de análise que apelavam a um conjunto de factores endógenos e exógenos a este grupo populacional:

1. Compreender de que forma a diversidade de práticas de mobilidade espacial traduz diferentes modalidades de organização da vida social e económica de determinadas famílias, detectando-se a sua influência ao nível das estratégias de reprodução social;
2. Analisar a estruturação das relações com o território em três componentes: coexistência (relações percebidas e vividas num espaço); enraizamento (identificação ao lugar); habitabilidade/apropriação (formas de edificação do espaço), detectando as modalidades de desencadeamento de esquemas de acção incorporados pela especificidade dos contextos em que se encontram;
3. Detectar regularidades espaço-temporais em torno da configuração geográfica dos percursos realizados em território nacional, nos últimos 30 anos, procurando identificar dinâmicas territoriais subjacentes a mutações relevantes;
4. Compreender o papel de determinados contextos territoriais e políticos na configuração geográfica dos percursos e nos processos de enraizamento territorial, evidenciando-se:

- 4.1. As transformações das cidades portuguesas à medida que os espaços se estruturam sobre especializações funcionais;
- 4.2. As representações e práticas institucionais face à presença de ciganos nos territórios concelhios e ao nível das estruturas de acolhimento para populações itinerantes;
- 4.3. Os dispositivos normativos que ao longo dos tempos procuraram regular a presença dos ciganos em Portugal, bem como a implicação de medidas de política social que pressupõem a permanência num dado território.

O objecto de estudo foi gradualmente sendo construído fruto de uma maior familiaridade com o contexto. Esta construção passou pelas incursões exploratórias no terreno e pela inclusão de novas dimensões analíticas, resultantes do cruzamento da teoria com os dados empíricos que iam sendo recolhidos. Um aspecto que ressaltava da análise preliminar da informação prendia-se com o desfasamento entre as imagens veiculadas sobre a mobilidade espacial da população cigana e a forma como esta era sentida pelas famílias objecto de análise.

De facto, os primeiros contactos com as condições de vida deste segmento da população referenciado como “nómada” revelavam-se muito vulneráveis, sendo as faces mais visíveis a precariedade habitacional e a manifestação incessante de aceder a condições condignas de habitação, ainda que os contornos deste acesso apresentassem um conjunto de obstáculos que interessava explorar. Assim, aquilo que num primeiro momento aparecia como relativamente evidente em termos dos contornos da população a estudar – ciganos sem residência fixa – parecia traduzir uma “categorização irreflectida do visível” (Machado, 2002: 5) que contrariava os dados que emergiam do terreno.

Partia-se, então, para a hipótese de existir uma relação entre as condições precárias de habitação vivenciadas por determinadas famílias ciganas com algum grau de mobilidade espacial e a forma como vários cientistas sociais, decisores políticos e outros actores tendem a perceber e a agir face a esta mobilidade. As discrepâncias encontradas entre as visões *emic* e *etic* pareciam reflectir as assimetrias do campo social, onde as diferenças socioculturais eram legitimadas e utilizadas como instrumentos de distinção e dominação. Por outras palavras, considerava-se que situações diferenciadas relativamente às condições habitacionais e de inscrição territorial ilustravam diferentes mecanismos. Por um lado, estes mecanismos estariam associados a estratégias de acção pública desenvolvidas a nível local, muito ancoradas na forma como historicamente se foi construindo o conhecimento e as representações em torno do “nomadismo” entre a população cigana. Por outro lado, estes mecanismos pareciam também

assentar em dinâmicas internas a determinadas famílias ciganas e na forma como estas estruturavam a sua relação com o território.

Daquelas incursões exploratórias ao terreno emergia, pois, a existência de práticas e competências próprias à mobilidade que apresentavam especificidades em função do tipo de inserção territorial e residencial, interessando aprofundar as práticas de mobilidade de famílias ciganas que se “deslocavam-habitando” ou que “habitavam-deslocando-se”<sup>8</sup>.

A análise preliminar de informação em diferentes terrenos para além de ter permitido perceber o potencial de adequabilidade das diferentes unidades de observação ao objecto de estudo, foi fundamental para refinar o problema de pesquisa, pois aquilo que tinha sido assumido como uma categoria homogénea – população cigana sem residência fixa, evidenciando práticas de mobilidade – veio a revelar-se desadequado na escolha das unidades de observação. A intensidade das práticas de mobilidade parecia estar directamente relacionada com as condições de hospitalidade territorial ou com o acesso a determinadas condições de habitabilidade, assumindo relevância aprofundar esta relação. De facto, se a delimitação do objecto de estudo foi sendo alvo de reformulações pelo maior conhecimento que os primeiros meses de trabalho de terreno proporcionaram, também a selecção das unidades de análise tinha de acompanhar as novas interrogações.

Interessava, assim, por um lado, aprofundar o conhecimento das práticas de mobilidade de famílias ciganas em função de níveis diferenciados de inserção territorial e residencial. Por outro lado, importava compreender como se produzem identidades territoriais em populações socialmente vulneráveis, mas que apresentam mobilidades fortes e com ligações a diferentes territórios, analisando-se o sentido das vivências das deslocações – sejam estas impostas/forçadas ou o resultado de estratégias individuais ou de grupo – e de que forma este movimento permite desencadear processos de (re)territorialização e de (re)construção do sentido de habitar.

Os contornos que o objecto de estudo foi assumindo resultavam de uma reflexão em torno dos quadros conceptuais e metodológicos associados a uma antropologia do movimento ou da mobilidade<sup>9</sup> e a uma etnografia de grupos que não estão confinados a um único lugar. Apesar da centralidade assumida pela então designada “antropologia da mobilidade”, a abordagem

---

<sup>8</sup> Recorre-se aqui aos conceitos de J. Clifford (1997) de “dwelling-in-travelling” ou de “travelling-in-dwelling”.

<sup>9</sup> Adopta-se aqui as designações de Tarrus (1992) e de Augé (2009) que mais adiante serão exploradas nas suas principais designações (cf. Capítulo I).



desenvolvida não dispensou o cruzamento com outras áreas disciplinares, nomeadamente a sociologia e a geografia, dada a relevância do contributo destas disciplinas nos estudos territoriais e urbanos<sup>10</sup>.

Foi, pois, no cruzamento entre teoria e empiria, entre a construção gradual e relacional de um modelo conceptual e analítico e os dados que emergiam do terreno, que foi possível ir dando corpo a um objecto de estudo que assumia a sua originalidade no campo científico português. Por um lado, avançavam-se com contributos para colmatar a marginalidade que as questões da habitação e da mobilidade entre este grupo populacional representam na produção académica nacional (cf. Capítulo I e II). Por outro, o seu carácter inovador decorria também da especificidade empírica assumida pelas diferentes unidades de observação e os diferentes cenários, onde o trabalho de terreno teria necessariamente de decorrer (cf. Capítulo III).

### **3. Uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa**

Como referido anteriormente, a configuração gradual do objecto de estudo, fruto de um vai-e-vem entre os quadros conceptuais e metodológicos associados a uma antropologia da mobilidade e a uma etnografia de grupos que não estão confinados a um único lugar, fez revelar a especificidade empírica do objecto de estudo e a necessidade de garantir a qualidade e a profundidade do processo de investigação.

De facto, as particularidades que assumiam o objecto de estudo e as unidades de análise exigiam privilegiar uma estratégia de investigação do tipo intensiva-qualitativa<sup>11</sup>, assente numa etnografia colectiva multi-situada, onde o elemento permanente de observação não era um lugar, mas diferentes núcleos familiares que se deslocavam e permaneciam em diferentes territórios. Os padrões de mobilidade referenciados a diferentes contextos e a escalas de

---

<sup>10</sup> Ver a este propósito as reflexões desenvolvidas por Roselyne de Villanova e Adelina Miranda (2007), mas também especificamente o texto de Cordeiro (2003) ao enfatizar a necessidade de cruzamento de perspectivas disciplinares na abordagem dos fenómenos de mobilidade, onde a inscrição num determinado território nem sempre é possível.

<sup>11</sup> Recorre-se aqui à proposta de classificação “ideal-típica” de estratégias metodológicas de António F. da Costa e a sua referência à possibilidade de uma investigação poder integrar aspectos dos vários tipos de estratégias. No caso da presente pesquisa, e como se constatará mais adiante, se a coerência metodológica é assumida através da opção pela estratégia intensiva-qualitativa, ela não deixa de ter pontos de contacto com as do tipo “comparativo-tipológico” e “extensiva-quantitativa” (Costa, 1999: 9-11). Este cruzamento de estratégias de investigação e o percurso realizado na sua utilização parece, assim, ir ao encontro daquilo que Bouvier designou de uma “sócio-antropologia”, ou seja, de uma análise que parte de factos sociais contemporâneos operando um cruzamento entre certos elementos conceptuais e metodológicos da sociologia e da antropologia. Desenvolvendo-se a pesquisa em terrenos e junto de populações de universos diferenciados, a *demarche* evolui em tempo real, questionam-se as determinantes destas interações, colocando-se em perspectiva comparativa as modalidades de análise de práticas e discursos que permitam fazer sobressair analogias entre fenómenos que decorrem de contextos aparentemente distantes (Bouvier, 2000, 2006).

observação distintas colocavam exigências teóricas e metodológicas específicas. Importa mais adiante explorar com maior detalhe os seus fundamentos, pois, como salienta Marcus, raramente se discute metodologicamente a forma como se constrói o espaço multi-situado que o etnógrafo atravessa (Marcus, 1998).

Por outro lado, a própria configuração do objecto, ao explorar os factores exógenos à população cigana que contribuíam para as suas práticas de mobilidade e para a sua precária condição habitacional, exigia a mobilização de outras técnicas de pesquisa. Não bastava ir ver como viviam os ciganos, pois como diria Bourdieu “o essencial do que se vive e se vê sobre o terreno, ou seja, as evidências mais impressionantes e as experiências mais dramáticas encontram o seu princípio noutra lugar” (Bourdieu, 1993b: 249, tradução livre). De facto, impunha-se a necessidade de uma análise apropriada do contexto científico, social e político onde os ciganos referenciados como nómadas assumiam uma categoria específica e eram alvo de estratégias de acção pública particulares, distinguindo-se, a este nível, a necessidade de uma orientação diacrónica que abarcasse diferentes escalas de observação e de análise.

Tinha-se consciência de se entrar numa das “polémicas estruturantes no desenvolvimento da antropologia urbana” (Cordeiro, 2003: 13) e que se traduz, por exemplo, no questionamento em torno da abordagem de diferentes escalas de observação e de análise, mas também do contexto mais relevante para a unidade observada. A Figura seguinte pretende sintetizar a relevância assumida pela complementariedade que cada um dos contextos e de técnicas de pesquisa mobilizadas trouxe à compreensão do objecto de estudo.

A abordagem mais macro dos contextos científico, político-institucional e social, ainda que não se encontre directamente relacionada com os espaços da vida quotidiana das famílias que foram objecto do trabalho etnográfico, revelou-se crucial para a compreensão e questionamento da forma como a população cigana tem sido estudada, imaginada, regulada. Tornava-se, assim, possível cruzar as regularidades encontradas nestes contextos em torno das condições de mobilidade e de habitação precária da população cigana com as especificidades que o contexto etnográfico fazia emergir, potenciando o confronto de escalas de análise<sup>12</sup>. Sabia-se de antemão, tal como sublinhou Magnani, que existem “determinados aspectos da dinâmica urbana que passam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números”, tornando-se necessário um “olhar de perto e de dentro”

---

<sup>12</sup> Ver a este propósito as reflexões de Florence Weber (1995) em torno da complementariedade de procedimentos metodológicos.

que valorize os “*arranjos* dos próprios actores sociais” (Magnani, 2002: 16-17), nos “lugares de vida urbana” (Cordeiro, 2010: 119), ou seja, “os contextos ou quadros de identificação local (...) que se situam entre o caso que o investigador estuda através de uma relação pessoal construída no terreno, e o contexto, que é simultaneamente espacial, relacional, temporal” (*idem*).

Mas, como anteriormente se referia, o elemento permanente de observação não era um lugar, mas diferentes núcleos familiares que se deslocavam e permaneciam em diferentes territórios. No entanto, isto não significava que os sujeitos não se localizassem, mesmo “quando se pretendem desterritorializados” (Baptista, 2003: 36). Assim, o trabalho de terreno veio a revelar a importância de se considerar alguns dos pólos dos “territórios de mobilidade” não como meras localizações topográficas, mas como lugares de referência identitária que importava explorar, já que os próprios protagonistas da mobilidade e os processos sociais associados a esta mobilidade produziam imagens sobre estes contextos de vida. E foram, assim, estes lugares mais relevantes da vida quotidiana dos sujeitos que foram objecto de um cruzamento de lentes de observação que ajudaram a delimitar as unidades de análise. Não se tratava apenas de focar a lente sobre as pessoas e as famílias em mobilidade ou inscritas em determinado lugar, mas também compreender como à escala local se operava um conjunto de processos sociais nem sempre observáveis no contacto mais próximo com as populações, nomeadamente as condições da oferta e de acesso ao mercado privado e público de habitação, as dinâmicas urbanas, as modalidades de acção pública e sistema de representações de actores institucionais.

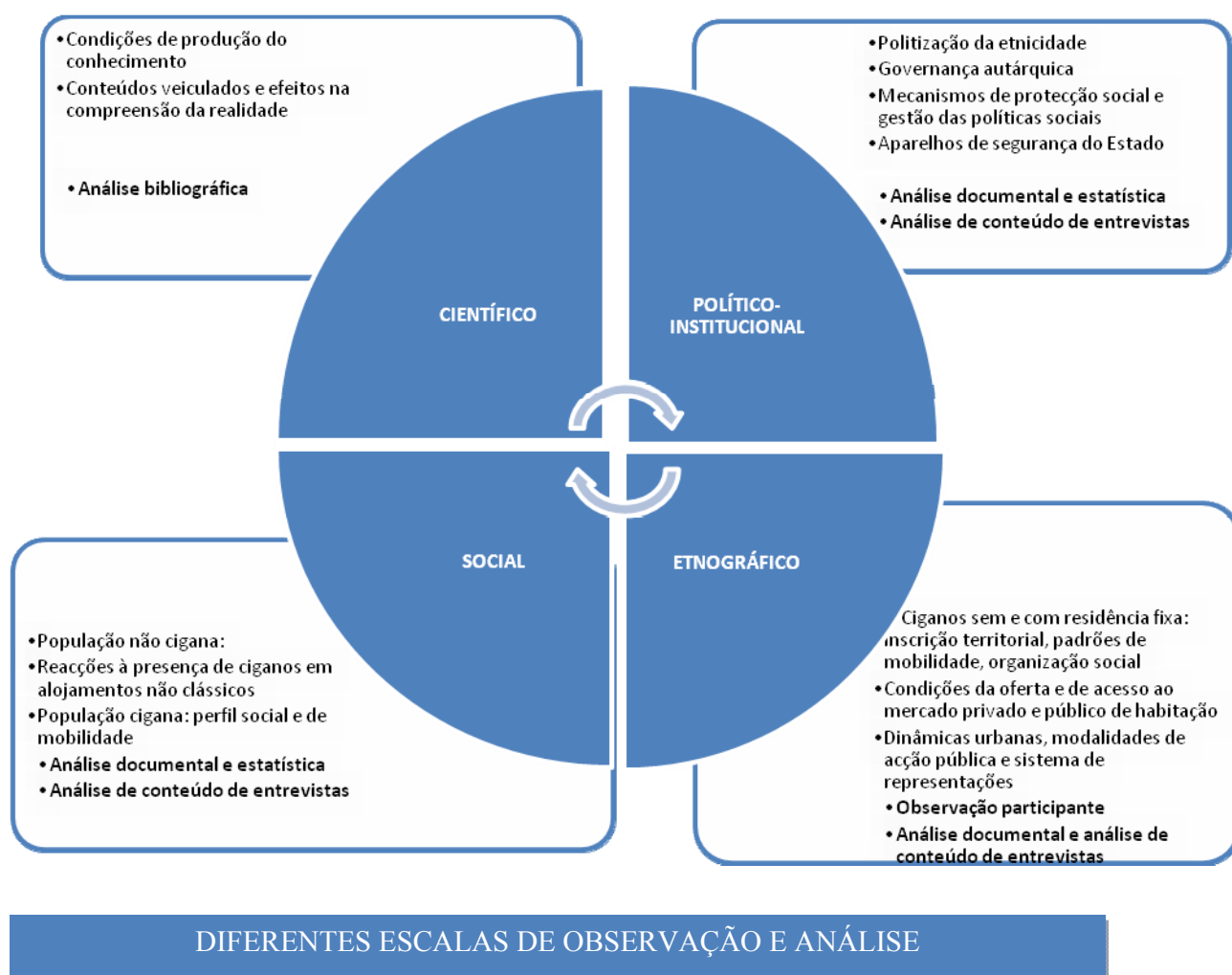
Assim, a pesquisa teve como centro organizador a abordagem etnográfica que se concretizou num trabalho de terreno realizado de forma mais intensiva ao longo de 18 meses, mas prolongando-se a saída gradual do terreno durante mais 12 meses (Cf. adiante Capítulo III, Secções 1, 2 e 3). No entanto, tornou-se indispensável o recurso a um conjunto de técnicas complementares que possibilitasse o alargamento do campo de observação a dimensões que o trabalho de terreno não podia chegar. Parte da aplicação destas técnicas decorreu no período em que se realizou a dissertação, ao passo que outras foram sendo accionadas ao longo do percurso de investigação<sup>13</sup>. Considerou-se, então, indispensável o aprofundamento das

---

<sup>13</sup> É de referir o meu envolvimento ao longo do período de realização da tese em duas pesquisas de carácter avaliativo encomendadas por organismos públicos e que vieram enriquecer e complementar o manancial de informação que ia sendo recolhido: desde 2009 como responsável pela Avaliação Externa do Projecto Mediadores Municipais Ciganos, financiado pelo ACIDI e cujos relatórios finais podem ser consultados em [www.ciga-nos.pt](http://www.ciga-nos.pt), e entre Setembro de 2006 e Agosto 2007 também como responsável da Avaliação independente do Projecto Coimbra. Cidade de Todos. Iniciativa Comunitária Equal – Acção 2. Posteriormente, entre Fevereiro 2008 e Janeiro 2009, representei o Centro de Estudos Territoriais na parceria deste projecto.

situações de precariedade habitacional entre a população cigana tanto a nível nacional, como ao nível de alguns dos contextos territoriais que, ao longo do percurso de investigação, os vários terrenos de pesquisa iam deixando registados. As técnicas accionadas passaram pela recolha e análise documental; pela aplicação de um inquérito por questionário às Câmaras Municipais e outro aos postos da Guarda Nacional Republicana e pela realização de entrevistas semi-estruturadas a informantes privilegiados ciganos e a técnicos ou decisores de entidades locais (cf. Anexos 1 a 4).

**Figura 1: Articulação de contextos, escalas de observação e análise e técnicas de pesquisa**



## **I. A MOBILIDADE ESPACIAL: CENTRALIDADE HISTÓRICA NOS ESTUDOS CIGANOS E A SUA ACTUALIDADE NOS ESTUDOS URBANOS**

No contexto deste trabalho tornava-se relevante enquadrar a forma como a produção do conhecimento em torno dos ciganos, o exercício do poder político e as representações e práticas institucionais foram consolidando a categorização dos ciganos em torno de determinadas características e onde o “nomadismo” aparecia como um dos aspectos mais salientes. Lançava-se, assim, como hipótese, que a conjugação destes três factores exógenos à população cigana contribuía para a perpetuação de situações de exclusão habitacional, condicionando simultaneamente quer as suas práticas de mobilidade, quer as de enraizamento territorial.

Este Capítulo pretende, num primeiro momento, colocar em discussão a pertinência conceptual e operativa dos processos de categorização da população cigana em função de determinados atributos. Para o efeito, apresenta-se de forma breve e sem pretensão de exaustividade, alguns dos momentos-chave do percurso dos “estudos ciganos” e as suas repercussões na forma de se compreender a realidade. Como referia Thomas Acton, citando Hundsalz (1978), para analisar a pesquisa sobre os ciganos é preciso ter em consideração a história particular desta pesquisa (Acton, 1989: 96). Num segundo momento, apresenta-se um modelo conceptual e analítico que cruzando diferentes perspectivas de análise procura revelar a diversidade de formas de territorialização e de habitar em função das dinâmicas e dos factores determinantes das mobilidades.

### **1. Entre relevância analítica e produção de conhecimento: limites e controvérsias**

A mobilidade espacial associada à população cigana tem sido encarada por alguns autores como uma das vias para se abordar a forma como a relação desta população com o território tem sido interpretada e entra em confronto com as normas socialmente instituídas, ao ponto de ser constituída como um problema público. No entanto, a produção académica em torno dos ciganos nem sempre teve esta preocupação, centrando-se antes na procura de traços distintivos na construção da sua etnicidade e onde a mobilidade espacial, muitas vezes designada de nomadismo, surgia como um destes atributos. Interessa, assim, revisitar o percurso dos “estudos ciganos” para compreender como foi sendo problematizada a questão da mobilidade cigana.

Entre os autores que justificam a pertinência deste tema na abordagem da população cigana é de destacar, em França, A. Reyniers (1986a: 8), C. Robert (2007: 22, 111), e M. Bidet (2009: 370) e, em Inglaterra, o caso de B. Belton (2005: 6). O traço comum aos argumentos avançados por estes autores reside no facto de a mobilidade espacial abalar as condições em que se estabelece a coexistência e as formas de reconhecimento e representar o Outro. Mas a sua pertinência analítica decorre também da mobilidade manter a co-presença como factor de sociabilidade e de integração social, ainda que numa base em que se geram desigualdades sociais e formas de segregação espacial com diferentes contornos que interrogam a governabilidade dos territórios e os aparelhos conceptuais existentes (vd. Capítulo I, Secções 2 e 3).

A história da presença dos ciganos em Portugal evidencia como ao longo dos tempos a produção normativa e jurídica produziu efeitos na forma de relação dos ciganos com o território, nomeadamente por via da promoção da mobilidade espacial ou pela imposição da sedentarização (cf. Capítulo II, Secção 2.1.). No entanto, não se produziu nenhum estudo que procurasse aprofundar modos de vida marcados por intensas mobilidades geográficas. Apenas, recentemente, duas investigadoras estrangeiras – Sara Sama e Micol Brazzabeni – centraram a sua atenção nesta temática para o caso português<sup>14</sup>.

É, sobretudo, através da revisão bibliográfica da literatura estrangeira que emerge de forma mais recorrente a questão do nomadismo e mais tarde da mobilidade espacial entre os ciganos. Uma retrospectiva sumária permite evidenciar os principais traços que caracterizam as condições em que este conhecimento foi produzido, bem como os conteúdos veiculados por esse saber.

O fraco questionamento e enfoque sobre esta temática não pode deixar de estar relacionado com a reduzida produção da antropologia académica no campo dos “estudos ciganos” até meados dos anos 70 do século passado, tanto a nível nacional como internacional. Esta situação foi recentemente ilustrada por Daniel S. Lopes (2008), onde o autor baseia os seus argumentos na proposta já apresentada por Leonardo Piasere (1994) e Judith Okely (1994, 1997). Neste sentido, o fraco enfoque da antropologia académica é justificado pelo estatuto ambíguo dos ciganos – “selvagens à porta de casa” ou “primitivos deslocados” – no estabelecimento da relação entre autenticidade cultural e a sua inscrição num espaço

---

<sup>14</sup> Vd. para o caso do doutoramento de Sara Sama as suas publicações de 2003 e 2010 e no âmbito do pós doutoramento de Micol Brazzabeni os seus artigos de 2009 e 2012.

geográfico delimitado por fronteiras bem definidas. Okely é, pois, uma das autoras que, até aos dias de hoje, mais tem enfatizado as implicações que este tipo de paradigma teve ao nível do avanço dos “estudos ciganos” (1994, 1997, 2003, 2010).

Parece ter sido, precisamente, este estatuto que acabou por condicionar a condução das pesquisas realizadas em torno dos ciganos. Em determinado momento a questão das origens indianas parecia ganhar campo e ir ao encontro da forma como a tradição ocidental, privilegiando um horizonte centrado no passado, ia construindo os conceitos de nação ou de grupo étnico (Piasere, 1995). De facto, como salienta Plésiat, a suposta descoberta da origem indiana dos ciganos, no final do século XVIII, e a primeira revelação, por via de Grellmann, da existência de um “povo cigano” surge no contexto de um debate mais vasto sobre a linguística e a teoria indiana da origem do homem, onde o parentesco do sânscrito não foi apenas estabelecido com os dialectos dos grupos nómadas na Europa, mas também com o grego e o latim (Plésiat, 2011: 20-23). Mas se este enfoque nas origens, dado sobretudo por linguistas, remetia os ciganos para um passado e lugar míticos, ele perpetuava também uma tradição orientalista que privilegiava o exotismo e via as transformações da sociedade como ameaçadoras na diluição ou mesmo contaminação de uma cultura pura (Okely, 1997: 189; 2010: 38). Tratava-se, no fundo, de uma concepção naturalizante e evolucionista de definir a identidade e a construção do conhecimento sobre o Outro.

Este tipo de perspectivas acaba por entrar no terreno da categorização dos grupos ciganos para se estabelecerem oposições binárias do tipo nómadas/sedentários; ciganos verdadeiros/ciganos falsos e contribuir para uma série de ambiguidades e imprecisões, tal como foram enunciadas por vários autores<sup>15</sup>. Uma destas imprecisões reside no facto de aos ciganos sedentários se atribuírem categorias de “degenerados”, “falsos ciganos”, “menos ciganos”, tal como foram, por exemplo, enunciadas por alguns autores que, em determinado momento, se tornaram uma referência no âmbito dos “estudos ciganos”:

“Le Tzigane est avant tout un nomade. Sa dispersion dans le monde tiens moins à des nécessités historiques et politiques qu’à sa nature. (...) Les Tziganes sédentaires sont en principe des ‘exclus’ (...) Mais la grande majorité des vrais Tziganes sont encore des purs nomades.” (Clébert, 1961: 257)

“A verdadeira vida dos ciganos é a viagem em família ou em grandes companhias.” (Vaux de Folétier, 1983, citado por Fazito, 2006: 716)

---

<sup>15</sup> Ver a este propósito as críticas enunciadas por Acton (1989), Belton (2005), Plésiat (2011), entre outros.

“O nomadismo é mais um estado de espírito do que um estado de facto, a sua existência e importância são muitas vezes mais de ordem psicológica que de ordem geográfica. O itinerante que perde a esperança e a possibilidade de tornar a partir fica desprovido também de toda a razão de viver.” (Liégeois, 1989 [1985]: 62)

Focando a atenção na bibliografia portuguesa constata-se que também aqui o discurso científico sobre esta matéria seguiu estas tendências. No espaço de mais de cem anos, desde Adolfo Coelho no século XIX – passando por Leite de Vasconcellos nos anos 30 ou por Olímpio Nunes nos anos 80 do século XX – que se atribuiu uma espécie de causalidade natural à mobilidade cigana sem se aprofundar os diferentes contornos desta realidade e sem se explorar os processos históricos que ligam determinadas famílias a certas localidades:

“Os Ciganos são um povo essencialmente nómada; (...) alguns Ciganos, sempre poucos (...), se tornaram sedentários e assimilaram nossos costumes e estilos de vida (...) Amantes da vida livre e vagabunda, detestam a agricultura. Apesar disso, alguns deles a ela se têm dedicado.” (Vasconcellos, 1982 [1956]: 374-375; 382)

“Parece que a dispersão dos ciganos pelo mundo corresponde menos a necessidades históricas ou políticas, do que à sua própria natureza. Eles têm o nomadismo no sangue, que os impede de fixar-se muito tempo no mesmo lugar. (...) certos Ciganos, considerados por nós como sedentários, porque habitam em casas e trabalham em postos fixos, não deixam de ser nómadas provisoriamente sedentários.” (Nunes, 1981: 160-161)

As referências acima citadas, produzidas entre os anos 60 e 80 do século passado, revelam a persistência de um tipo de discurso que questiona as suas condições de produção. Alguns autores têm avançado com a hipótese de certos estudos se apoiarem em referências anteriores sem interrogar a sua fiabilidade, o que poderia explicar o “esplêndido isolamento” dos “estudos ciganos” no meio universitário (Willems, 1998, cit. por Plésiat, 2011: 14)<sup>16</sup>. Por outro lado, o posicionamento de alguns investigadores perante as discrepâncias entre as experiências de terreno e a representação ideal de cigano veiculada por algumas obras não foi a de questionar a sua fiabilidade, mas de interpretar a realidade sob um ângulo original: os verdadeiros ciganos já não existiriam, privilegiando as fontes que melhor correspondiam às descrições anteriores (Plésiat, 2011: 14-15)<sup>17</sup>.

A forma confusa como os supostos traços de etnicidade entraram no discurso académico não pode também ser dissociada da experiência que alguns autores tiveram com determinados

---

<sup>16</sup> Frans Moonen, por seu lado, vai mais longe acusando Olímpio Nunes de plágio por praticamente reproduzir o capítulo “costumes ciganos” de uma obra romena dos anos 30, de Serboainu (Moonen, 2008: 87).

<sup>17</sup> Também Carlos Sousa segue o mesmo raciocínio quando compara os dados resultantes da história de vida que reconstitui de António Maia com o trabalho desenvolvido por Adolfo Coelho. O autor afirma que a “certidão de óbito contraria muitas das afirmações de Adolfo Coelho e testemunha que o cigano nunca é definido tal como é, mas sim como é necessário que seja: é um cigano imaginado e as imagens manipuladas (Sousa, 2010: 94).



ciganos, em certas situações particulares (Acton, 1989: 95). Acton põe assim em relevo aquilo que também Piasere evidenciava no mesmo colóquio, ou seja, a dificuldade de se compreender em que condições o conhecimento antropológico era produzido não só em termos das condições de terreno, mas também pelos “modelos cognitivos” dos investigadores. Piasere, constatando que a maioria dos trabalhos realizados tinha em vista a obtenção de graus académicos, evidenciava a falta de uma conceptualização teórica original e o atraso existente, de quinze a trinta anos, entre os referenciais teóricos que fizeram escola em antropologia e os textos sobre ciganos que incidiam nessas teorias<sup>18</sup>. Piasere vai mais longe quando enuncia a falta de confronto do conhecimento produzido com os sujeitos que são objecto de estudo (Piasere, 1989), indo assim ao encontro do que alguns autores, como Michel Agier, têm enunciado, ou seja, a tendência para as identidades serem sistematicamente definidas de um ponto de vista externo, antes de serem reinterpretadas por aqueles que são objecto de certas identificações (Agier, 1999: 85).

Se o conhecimento produzido parece assentar num discurso aparentemente científico que fala menos do seu objecto e mais da sua relação ao objecto, também não é de negligenciar aquilo que Michael Stewart designa de uma compreensão emocional e intelectualmente debilitada em torno dos direitos humanos (Stewart, 2010: 4). Trata-se, no fundo, de uma tendência que mesmo não ocultando a historicidade inerente à complexa diversidade de situações locais, acaba por reforçar a ideia da população cigana como um todo homogéneo, a que se atribui as categorias de discriminada, pobre, dificilmente integrável...

Em Portugal, é de destacar os posicionamentos que pretendem contrariar a tendência de desresponsabilização dos poderes públicos face à situação de precariedade habitacional dos ciganos ou evidenciar as atitudes persecutórias que explicam um nomadismo forçado. No Relatório do Projecto Dignidade, da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, pode ler-se: “não existem ciganos itinerantes em Portugal ao contrário do que afirmam as câmaras municipais e as estruturas sociais, pois o facto de não serem recenseados faz com que se afirme que se desconhece a existência de acampamentos permanentes de ciganos” (ONPC, 2000: 31). Se este estudo foi realizado no quadro de uma organização não universitária, discursos semelhantes podem ser encontrados na publicação de um estudo coordenado por J.G. Pereira Bastos, onde se tende a enfatizar a mobilidade espacial associada à população cigana a um

---

<sup>18</sup> Michael Houseman, por seu lado, questiona se esta falta de relação não estaria ligada a uma ausência de curiosidade por um objecto que tende a não ter uma tradição no debate antropológico ou a uma escassez de especialistas que, demasiado tomados pela singularidade aparente do objecto, não conseguem apresentar o seu questionamento em termos que permitam abrir uma troca (Houseman, 1994: 11).

“nomadismo forçado”, sem se perceber os fundamentos do enfoque nesta variável explicativa, na medida em que não se explora a diversidade entre famílias ciganas, nem a multiplicidade de razões que sustentam a mobilidade. Embora em várias passagens do livro se dê conta da diversidade entre ciganos, estes tendem a ser um grupo homogêneo vitimizado: “segmento populacional alvo de uma perseguição étnica multissecular que os forçou ao nomadismo, com todas as consequências resultantes, lhes confiscou bens e os empobreceu, lhes destruiu famílias, os obrigou a reforçar a defesa da sua Lei como defesa da sua honra e da sua face” (Bastos, *et al.*, 2007: 31).

Independentemente de todos estes constrangimentos, interessa, no entanto, referir que a partir do final dos anos 70, a grande preocupação residia na tentativa de resolução do aparente paradoxo entre as categorias globalizantes e homogeneizantes que serviam para designar um grupo e os indícios de uma aparente grande diversidade interna (Formoso, 1994: 128). Não é, assim, por acaso que a maioria dos antropólogos estrangeiros que publicaram os seus trabalhos na década de 80 tenha conferido um lugar central à problemática da identidade na construção do seu objecto de estudo (Okely, 1983; Williams, 1984; Formoso, 1986; Stewart, 1997).

Importa, pois, enfatizar a sistematização avançada por Leonardo Piasere sobre as duas abordagens que marcaram os “estudos ciganos” desde os anos 80, na medida em que, de certa forma, permite enquadrar a temática aqui em causa e colocar em discussão a pertinência conceptual ou operativa da categorização das populações em função de determinadas características. Para o autor, a maioria dos antropólogos estiveram mais atentos aos comportamentos de comunidades ciganas particulares, procurando explicar a sua existência e persistência a partir das práticas e representações que os sujeitos consideravam e tornavam operativas (Piasere, 1995: 21-22). Assistiu-se, assim, ao desenvolvimento de dois tipos de abordagens que o autor denominou de “circunstância” e de “constância”.

A abordagem da circunstância, partindo de categorias “émicas”, colocava em relação o grupo de referência com o meio social dos não ciganos ou de outros grupos ciganos, enfatizando o carácter permanentemente criativo de adaptação dos actores em função da variabilidade dos contextos onde estavam inseridos e onde o único imperativo fixo era a sua necessidade de se criarem sempre diferentes. Assim, autores como San Roman, Reyniers, Formoso, Williams, Okely, Piasere, Stewart, entre outros, ao porem em evidência como se produz a sua cultura e identidade num processo histórico, parecem acabar por cair numa “abordagem oposicional”, no sentido dado por G. Scott (1990), como uma forma de ultrapassar a polarização entre uma

abordagem primordialista e situacionista<sup>19</sup>, mas acabando por revelar uma concepção fixista da diferenciação cultural e uma abordagem unidimensional da diferenciação social<sup>20</sup>. O conceito de “processo oposicional” ao ser mobilizado por estes autores fez com que a oposição se apresentasse como variável independente que actua sobre a identidade, através de mecanismos psicológicos dos sentimentos primordiais, pois a oposição pode gerar a saliência de alguns símbolos étnicos, da história passada do grupo e dos sentimentos a eles associados. Paralelamente, o “sistema identitário persistente” é conceptualizado como tendo a capacidade de se reforçar na oposição com os outros grupos.

É neste sentido que vemos surgir as noções de "assimilação na inferioridade ou reforço defensivo da identidade" (Zirotti, 1983), “pura diferença” (Williams, 1993), “oposição significativa” (Stewart, 1997), “oposição/distinção” (Formoso, 1986), “permanência resistente” (San Roman, 1997). A pertença étnica parece, assim, assumir uma espécie de “primado epistemológico” sobre todas as outras pertenças (Machado, 2002), não se dando o devido relevo ou mesmo ignorando a influência de outras variáveis (i.e., género, perfil de classe, trajectórias sociais...) e de um contexto mais amplo de diferenciação estrutural que produz diferenciação interna no seio destas populações.

Partilho com Sama que neste tipo de abordagens “*se corre el peligro de ser reiterativo. Es decir, volver al punto de partida según el cual los “ciganos” no llegan nunca a formar parte del lugar en el que viven a pesar de mantener continuamente diversas estrategias de adaptación, más bien se mantendrían en una realidad cultural aparte, siempre en peligro de ser diluida, pero*

---

<sup>19</sup> De entre as várias abordagens da etnicidade, têm-se destacado o modelo primordialista e o modelo circunstancialista ou situacionista. No primeiro caso, os grupos de pertença unem as pessoas por laços primordiais, adquiridos à *priori* por se ter nascido numa determinada comunidade. São de certa forma laços coercivos, de uma natureza espiritual, inevitável ou indissolúvel. Aqui, o que está em causa é a própria natureza do laço em si. Tal como define Clifford Geertz, “*One is bound to one’s kinsman, one’s neighbour, one’s fellow believer, ipso facto; as the result not merely of personal affection, practical necessity, common interest or incurred obligation, but at least in great part by virtue of some unaccountable absolute important attributed to the very tie itself*” (Geertz, 1996: 42). Está sempre presente, de acordo com os autores primordialistas, a convicção intuitiva numa origem comum e uma partilha que se instala ao nível do inconsciente e do emocional. Por isso, Walker Connor descreve a natureza do laço étnico e nacional como “*subconscious and emotional rather than conscious and rational in its inspiration. It can be analysed but not explained rationally*” (Connor, 1996:73). Já a corrente circunstancialista demarca-se desta perspectiva essencialista dos laços étnicos precisamente por considerar que, na sua globalidade, esta esvazia sociologicamente o conceito de etnicidade ao defender a natureza infável dos laços que a compõem. De acordo com alguns autores, como Jack Eller e Reed Coughlan (1996), o apriorismo dos laços étnicos coloca-os num plano natural, anterior a qualquer experiência de interacção social, deixando assim de ser passível de problematização sociológica. As identidades étnicas tornam-se desta forma elementos estáticos ou inflexíveis das relações sociais, o que contraria algumas evidências empíricas que têm mostrado que, em tantos lugares, a natureza dos laços étnicos pode mudar a cada geração, sendo recriados ou revitalizados de acordo com as circunstâncias históricas, sociais ou políticas.

<sup>20</sup> Ver a este respeito os limites apresentados à perspectiva multiculturalista em autores como Fernando Luís Machado (2002) ou Rui Pena Pires (2003).

*resistente al fin, de modo que acabarían por ser algo así como una comunidad, como un “pueblo” en el sentido más romântico*” (Sama, 2010: 650).

Aquilo que Judith Okely designa ser a *travelling ideology* é ilustrativo desta situação. Para a autora, as representações sobre o nomadismo ligam-se a aspectos mais estruturais das situações de contacto inter-étnico: a imagem do cigano nómada e do nomadismo são compreendidos como aspectos de uma ideologia difundida universalmente pelos próprios ciganos. A *travelling ideology* parece, assim, associar o nomadismo a uma representação colectiva elaborada pelos ciganos com o objectivo de construir a sua própria identidade em oposição aos não ciganos (Okely, 1983: 125-31). Brian Belton, embora reconhecendo o contributo de Okely para a não distinção entre verdadeiros e falsos ciganos e para a não aceitação da sua origem exótica, partilha com T. Acton o facto da autora homogeneizar a população “traveller” e mistificar a sua natureza visível pela referência à “preferência ideológica” por caravanas, mesmo não falando em “origem exótica” (Belton, 2005: 8)<sup>21</sup>.

Também Reyniers e San Roman, sensivelmente na mesma altura, pareciam enveredar pelo mesmo tipo de explicações. Reyniers, fazendo uma breve passagem por algumas formas tradicionais de nomadismo (nomadismo dos caçadores recolectores, nomadismo pastoral, nomadismo peripatético), conclui que a sociedade cigana partilha com o conjunto das sociedades nómadas, ou apenas com alguns aspectos destas, uma série de traços comuns<sup>22</sup> que não permitem associar a itinerância dos ciganos a uma forma exclusiva de nomadismo, parecendo estar o seu traço dominante na sua capacidade de passar do estado de nómada ao de sedentário, de recolector ao peripatético, de trabalhador independente ao assalariado (Reyniers, 1986a: 8-9). Esta passagem do estado de nómada ao de sedentário parece ser, segundo o autor, um dos elementos que permite explicar o facto da sociedade cigana se fundar numa dialéctica de semelhança-diferença, de adesão-diferenciação. Todavia, a itinerância não é um pilar essencial do edifício social, mas dinamiza-o (*idem*: 10-11). Já para San Roman, o “deambular”

---

<sup>21</sup> No Colóquio Internacional – *La “question Rom” en Europe aujourd’hui. Enjeux et modalités de la construction de problèmes publics émergents*, realizado em Tours, nos dias 24 e 24 de Março de 2011 –, J. Okely evidenciava como os resultados da sua experiência de terreno com famílias ciganas *travellers* tinham conduzido à alteração das políticas habitacionais dirigidas a esta população. Esta alteração sustentava-se na contradição encontrada entre os resultados da sua abordagem etnográfica e os resultados da aplicação de questionários, onde nestes últimos tinha emergido como necessidades o acesso a uma casa e a uma máquina de lavar roupa. Decorridos mais de trinta anos sobre a sua experiência de terreno é estranho que Okely não relativize o alcance da sua abordagem junto de um conjunto restrito de famílias e não equacione o impacte que a inflexão das políticas de habitação poderão ter gerado ao nível das condições de vida das famílias ciganas, tal como já foi enunciado por Belton (2005).

<sup>22</sup> Tais como: a itinerância ligada a uma exploração racional dos recursos em função das condições do meio, uma organização política sem Estado, o ideal da partilha de bens e de prestígio, diversos mecanismos de regulação interna e externa.

e a língua traduziam elementos culturais etnicamente significativos, embora assinalasse que nem em todos os lugares, nem em todos os períodos históricos estes dois traços significassem ciganos. Para a autora aquilo que torna etnicamente significativo um elemento cultural não é o seu peso no sistema que o alberga, nem a sua idiosincrasia, mas sim o facto de ser um elemento válido para simbolizar uma oposição histórica, pois é isso que sustenta a identidade (San Roman, 1986a)<sup>23</sup>.

Também Fazito, mais recentemente, considera que o “nomadismo deve ser compreendido como *diacrítico*, na acepção de Fredrik Barth (1998 [1969]), um marcador de fronteiras que se define num campo de comunicação e interação, cujo sentido remete para as tensões existentes nas relações entre ciganos e não ciganos, numa primeira e ampla dimensão, e aos contrastes operativos, numa segunda dimensão interna e incorporada do sistema intra-étnico” (Fazito, 2006: 717). O autor refere, assim, que “o nomadismo opera como símbolo inscrito num campo de forças em que as relações assimétricas hierarquizadas, interna e externamente, entre ciganos e gadjé, configuram uma teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais responsáveis pela justificação e legitimidade dos posicionamentos e discriminações” (Fazito, 2006: 718).

Relativamente à abordagem da constância, mencionada por Piasere, procurou-se individualizar os elementos constantes de uma realidade circunstancial, ou seja, tratou-se de um processo de categorização que procurava um número suficiente e necessário de traços para simplificar a leitura da complexidade do real. É no seio desta abordagem, por via de Aparna Rao, que nasce o conceito de “comunidades peripatéticas” associado à mobilidade espacial dos ciganos<sup>24</sup>. O autor revelava a sua preocupação com a ausência de estudos sobre populações itinerantes que não controlavam os recursos alimentares de que necessitavam e que os obtinham de terceiros por via da troca de bens e serviços. A sua inquietação decorria também dos problemas de terminologia que emergiam por via da atribuição de categorias genéricas como “ciganos”, “vagabundos”, “tribos criminais” (Rao, 1995 [1987]: 150). Assim, A. Rao acaba por identificar três traços fundamentais das ditas “comunidades peripatéticas: i) a mobilidade espacial regular relaciona-se com uma estratégia económica, deslocando-se uma parte da família alguns meses do ano; ii) a sua subsistência primária provém da venda de bens e serviços, dependendo de

---

<sup>23</sup> Cerca de dez anos mais tarde, a autora elenca um conjunto de “estratégias culturais”. Entre elas encontra-se a oposição mobilidade/fixação, entendida como resposta de adaptação ao longo da história e que constitui o esqueleto das distintas tradições culturais em diferentes tempos e lugares, sem no entanto se assumirem como traços concretos, mas sim como formas de acesso aos recursos, à sua distribuição entre ciganos e à sua posição na sociedade maioritária (San Roman, 1997: 242-244).

<sup>24</sup> Segundo Rao (1986) terá sido Berland no seguimento de outros autores (cf. Srinivas, Rosander, 1976) que propôs o termo de “comunidades peripatéticas”.

uma clientela com um certo poder de compra; iii) endogamia (Rao, 1986: 24). É neste sentido que o autor refere que as expressões “comunidade peripatética” ou “nómada comerciante” se podem aplicar a todas as comunidades endogâmicas itinerantes cujas actividades essenciais não assentam num modo de produção, nem num traço étnico, mas sim num modo particular de subsistência, caracterizado por uma grande flexibilidade na adaptação às circunstâncias e aos contextos (*idem*: 24-25).

Aparna Rao reconhece que a sedentariedade ou o nomadismo por si sós não permitem chegar a conclusões relativamente à economia de determinados grupos, ou seja, não se pode confundir a actividade económica com o grau de nomadismo ou sedentariedade. Contudo, o nomadismo pode estar associado a uma estratégia económica, sendo que os recursos a explorar nesta estratégia podem ser muito diversificados, não existindo nada em absoluto já que ela se adapta segundo o contexto.

A abordagem de Rao assentou, essencialmente, num procedimento classificatório de um conjunto da população que através de um determinado ponto de vista se pode considerar homogéneo, sem no fundo introduzir elementos de compreensão das condutas dos indivíduos e das dinâmicas sociais numa perspectiva mais ampla e histórica das sociedades<sup>25</sup>. Não é, assim, de estranhar a forma como vários autores reagiram criticamente ao conceito de “comunidades peripatéticas”, quer contestando a possibilidade de existência desta categoria por eliminar as particularidades histórico-culturais dos grupos catalogados como peripatéticos (Piasere, 1995: 28-32), quer pelos procedimentos utilizados na sua construção que ao procurarem uma definição genérica através de critérios económicos e de aliança matrimonial, apresentam uma realidade partida em dois (nómadas/sedentários) e cujo grau de universalidade da análise se faz em detrimento de situações empiricamente apreendidas, diversas e complexas (Bizeul, 1994: 215).

Para além de Rao, também as abordagens classificatórias e tipológicas presentes em algumas pesquisas antropológicas nos anos 80, concretamente as realizadas por J. Okely (1983) e Ph. De Marne (1985) foram largamente criticadas por Thomas Acton por não procederem a um exame sistemático das diferenças entre grupos e por conduzirem a duas consequências: 1) adopta-se um modelo ideal que tende a apresentar os ciganos como uma totalidade homogénea e onde as diferenças surgem apenas como variações a partir de um original único; 2) opera-se uma distinção binária entre grupos – entre aqueles que são autenticamente ciganos e aqueles

---

<sup>25</sup> Para um aprofundamento deste tipo de procedimento metodológico ver, por exemplo, Schnapper, 2000.

que não são – tomando apenas por referência a afirmação do sentido de pertença (Acton, 1989: 89-94).

Esta é também a posição de W. Willems quando refere que quem estuda os ciganos foca-se nas semelhanças, ignorando as diferenças entre grupos. E a insistência na distintividade dos ciganos resultou na falta de estudos comparativos de grupos a viverem em circunstâncias idênticas. A existência de um tipo cigano tornou-se o paradigma dominante, não se procurando explorar se a população *traveller* é um grupo distinto (Willems, 1997, cit. por Belton, 2005: 16).

De facto a viagem, tal como outros fenómenos, tende a aparecer na literatura sobre ciganos como traços desta população que dificultam uma incursão aprofundada na sua abordagem. No fundo, a imagem da família cigana como família nómada acaba por ser um esquema cognitivo amplamente partilhado, mas cuja generalização arrisca-se a ser arbitrária (Piasere, 2004: 10). É assim que Belton refere que o resultado da confiança numa análise histórica e antropológica parcial e fragmentada, se traduziu na assumpção dos *travellers* como uma população com uma origem cultural, racial e étnica e na proposta, aberta ou dissimuladamente, de uma etnicidade cigana, mas sem se fornecer uma análise rigorosa de etnicidade e raça (Belton, 2005: 3).

Também recentemente, Carlos Sousa enuncia o nomadismo como um referencial presente nas “representações negociadas” entre ciganos e não ciganos (incluindo aqui o conhecimento académico, as “autoridades públicas e responsáveis pelas políticas sociais”) e como acaba por fazer parte da *identidade* cigana e/ou do *ser cigano* (Sousa, 2010: 85-98, itálicos do autor). O autor afirma, assim, que “o mito do nomadismo é exemplar, por revelar o complexo processo de construção da identidade cigana. Nas representações do cigano e na sua própria tradição cultural, o nomadismo emerge como um símbolo determinante e actuante que anuncia as ambiguidades e inexactidões de que este conceito se sustenta” (*idem*: 97).

Plésiat vai mais longe ao identificar outro tipo de causas nesta procura “insaciável de autenticidade” que nega a autonomia dos actores e promove a generalização, ao conjunto do “grupo cigano”, de observações realizadas de forma pontual e restringidas a alguns indivíduos. Assim, refere que as pesquisas que tomaram o “objecto cigano” como categoria principal de análise têm subjacente o paradigma racial que produz a distinção ilusória entre uma “natureza pura” e uma “natureza alterada” e que reforçam as lógicas de poder que contribuíram para produzir num dado momento e de forma arbitrária esta categoria. As *demarches* de pesquisa

estariam, assim, submetidas a uma força centrípeta que privilegiam as interpretações que confortam em vez daquelas que conduzem a duvidar da legitimidade deste objecto (Plésiat, 2011: 15-33).

Bernard Formoso é um dos autores a quem se pode atribuir esta tendência de generalização de traços encontrados junto de determinadas famílias ao conjunto da população cigana<sup>26</sup>. A título de exemplo refira-se a centralidade da mobilidade como referencial de oposição dos ciganos aos não ciganos visível nos modos de socialização das crianças, na economia, na linguagem, ao ponto de ser definida como um *habitus* próprio ao grupo étnico cigano. A mobilidade assumia a forma de um sistema de disposições incorporadas, duráveis e transponíveis, capaz de orientar de uma maneira geral as escolhas dos indivíduos para situações objectivas que asseguram a sua reprodução, sem que se manifestasse uma preocupação consciente de manutenção da sua identidade, nem haja, como diz Pierre Bourdieu (1979), agentes especializados nem momentos específicos para a formação daquele *habitus*. A reprodução parece ser, assim, assegurada graças à coerência das práticas, normas e estilos de vida que partilham os membros das famílias ciganas que foram objecto de estudo (Formoso, 1986: 135-138).

Tal princípio pode, de facto, estar latente e manifestar-se em muitas das práticas quotidianas dos ciganos. Mas não será um pouco abusivo fazer uma afirmação do tipo: aquele *habitus* torna-os incapazes de exercerem actividades "sedentárias"?, como o fez R. Pottier no prefácio ao livro de Formoso. Apesar deste autor advertir para o cuidado a ter com extrapolações de práticas que só correspondem a um dos subgrupos ciganos, ele próprio acaba por cair nesta tendência.

Como refere Lahire, “nem o acontecimento desencadeador nem a disposição incorporada pelos actores podem ser designados como verdadeiros “determinantes” das práticas. De facto, a realidade é aqui relacional (ou interdependente): o comportamento ou a acção é o produto de um encontro no qual cada elemento do encontro não é nem mais nem menos “determinante” do que o outro” (Lahire, 2003: 72).

Torna-se, pois, importante não utilizar abusivamente as noções de transferência e de generalização, pois tenderão a perder “a sua força imaginativa e tornam-se obstáculos teóricos ao conhecimento de uma parte dos processos observáveis no mundo social” (Lahire, 2003:

---

<sup>26</sup> A sua pesquisa etnográfica realizada perto das cidades de Cannes e Grasse entre 1980 e 1984 incidiu em sessenta e quatro famílias, formando onze “grupos de residência”.



105). Lahire alerta, por um lado, para a impossibilidade de reduzir um contexto social a uma série limitada de parâmetros pertinentes que permitiria determinar um comportamento social e, por outro, para o reconhecimento da pluralidade interna dos actores, pois este reconhecimento torna impossível prever o que num contexto específico vai “pesar” sobre o actor e o que, dos múltiplos esquemas incorporados pelo actor, vai ser desencadeado num dado contexto (*idem*: 260-261).

## **2. Do nomadismo à mobilidade espacial: uma inflexão epistemológica nos “estudos ciganos”**

São vários os autores que ao abordarem a questão da mobilidade cigana têm vindo a alertar ao longo dos últimos anos para a irrelevância da distinção nomadismo /sedentariiedade. Estudos mais recentes salientam que esta distinção é sobretudo utilizada por actores institucionais (Williams, 2006; Brazzabeni, 2012), reflectindo um trabalho de categorização perante uma realidade que se apresenta mais complexa do que as próprias definições administrativas e burocráticas e onde o apelo ao nomadismo surge como uma incapacidade social e institucional de lidar com manifestações de mobilidade espacial (Brazzabeni, 2012).

De facto, desde os anos 90 do século XX que estas categorias vêm sendo questionadas, evidenciando-se que a distinção nomadismo /sedentariiedade tende a não ser esclarecedora de modos de vida, sobretudo, quando os conceitos permanecem vagos e arriscando-se a perder a sua função analítica de interpretação da realidade para se revelarem noções valorativas, muitas vezes assentes numa perspectiva evolucionista do caminho que deve ou não ser percorrido.

A designação global de grupos ciganos por termos que evocam uma exterioridade social (itinerante, semi-itinerante, sedentário, sedentarizado) não é significativa do seu estado e tendem a dizer muito pouco da relação que mantêm com a itinerância e a sedentariiedade (Provot, 1995), pois as fronteiras são difíceis de estabelecer, não possibilitando dar conta da realidade dos modos de inserção urbana das populações ciganas (Robert, 2007: 169). Ao longo de um determinado período, pode alternar-se entre momentos de mobilidade e de fixação mais ou menos prolongados, não existindo, assim, um processo de transição unívoca. Como diria Piasere, ainda que estabilidade e mobilidade constituam os pólos de um *continuum* de situações de vida, é impossível individualizar uma fronteira nítida (Piasere, 2004: 10) ou, dito de outra forma, enraizamento e circulação são ideias esfumadas dentro de uma linha contínua de significados (Brazzabeni, 2012).

Esta proposta de Brazzabeni enquadra-se no seio de uma reflexão desencadeada por Stefania Pontrandolfo e Paola Trevisan sobre o imaginário europeu relativamente à oposição destas noções, já que esta oposição tende a estar na base do processo de fundação de identidades nacionais e da identidade europeia com repercussões ao nível da não consideração dos ciganos como autóctones. Através de um conjunto de artigos etnográficos de antropólogos italianos e franceses, Pontrandolfo e Trevisan consideraram necessário desenvolver uma reflexão crítica destas noções, no sentido de individualizar instrumentos interpretativos capazes de representar da forma menos ambígua possível a complexidade do real (Pontrandolfo e Trevisan, 2009: 7). O enraizamento traduz-se, assim, através do vocabulário de uma continuidade de presença histórica num dado território, mas também em termos de uma continuidade de relações mantidas a nível local com certas categorias de pessoas. Por outro lado, a circulação é descrita através de grandes migrações internacionais, da itinerância regional relacionada com certas actividades económicas, da mobilidade urbana associada à ambiguidade das políticas sociais relacionadas com a habitação ou à própria ausência da mobilidade (*idem*, 7-8).

De facto, este tipo de reflexões e conclusões assentes em trabalhos de cariz etnográfico parece ter tido início no final dos anos 80, do século passado, onde vários autores têm vindo a reforçar a ideia de que nomadismo e sedentarização não são conceitos mutuamente exclusivos, traduzindo “modos de vida conjunturais” que obedecem a factores externos e à dinâmica social cigana (Reyniers, 1989; Castro, 1995; Sama, 2003, Robert, 2007, entre outros).

Já em 1995, quando estudei os ciganos residentes no Bairro da Malagueira, concluí que a viagem era algo a que se podia recorrer independentemente do grau de fixação dos indivíduos a determinado território, das expectativas que revelavam face à casa e da temporalidade e motivos dos seus percursos (Castro, 1995). Não é, pois, possível afirmar que os ciganos viajam sem qualquer finalidade. A mobilidade tem sempre um motivo para ser desencadeada, mas a viagem não lhes retira uma inserção territorial efectiva. O enraizamento num dado lugar relaciona-se quase sempre com uma rede de relações densa e complexa. Como refere Cristophe Robert “La mobilité n’est en aucun cas incompatible avec un ancrage local et l’habitat mobile ne présage en rien de la mobilité des populations tsiganes. L’opposition que convient de retenir ne repose pas sur la question de la sédentarisation ou de l’itinérance mas bien, sur la question de la fixation ou du passage, de sorte que l’on peut affirmer que l’itinérance et la sédentarité sont les deux facettes d’une même réalité ” (Robert, 2007: 182). Independentemente da ligação ou permanência relativamente estável num dado território, os ciganos podem a qualquer

momento retomar a viagem e é neste sentido que C. Robert (1999), seguindo Liégeois (1989 [1985]), afirma que o termo sedentarizado é mais adaptado do que o de sedentário.

Parece, pois, existir uma diversidade de situações, muito ancorada nas condições económicas e nas relações familiares (Provot, 1995), que se reflecte numa complexa relação com o espaço. Insiste-se, assim, na impossibilidade de identificar um “nomadismo tipo”, enfatizando-se a necessidade de compreender a especificidade e a diversidade de modos de vida que se apoiam numa relação particular com o território e com o habitat, mas também com determinadas formas de subsistência e práticas económicas. E é colocando o enfoque nesta última dimensão que alguns autores têm centrado a sua atenção. É o caso, por exemplo, de Thomas Acton que defende o nomadismo como fenómeno económico que dá origem a culturas, mas relembra que não é em si mesmo uma continuidade cultural. A ascensão ou regressão do nomadismo traduziria, assim, uma exploração das descontinuidades espaciais e temporais de oportunidades económicas, sempre variáveis em função dos diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico. Por contraste, os modos de vida sedentários envolvem uma produção contínua num dado lugar (Acton, 2010).

Também Reyniers fala da mobilidade entre ciganos como a tradução da exploração de um nicho económico particular, caracterizado pelo fornecimento de mercadorias, serviços e mão-de-obra, onde a oferta e a procura são irregulares no tempo e no espaço, coincidindo muitas vezes estes territórios com os espaços das relações familiares e sociais (Reyniers, 1993: 41). Para o autor pode falar-se do nomadismo dito peripatético entre os ciganos, na medida em que não se trata de explorar directamente os recursos oferecidos pela natureza.

Pesquisas destes autores têm permitido constatar que os mesmos indivíduos, ao longo das suas trajectórias de vida, vão mantendo uma diversidade de relações com o território que parece ancorar-se na ideia de um “actor plural” (Lahire, 2003), socializado em contextos múltiplos e heterogéneos, que mobiliza esquemas de acção interiorizados consoante o sentido da pertinência dos momentos e dos contextos. Importa, pois, realçar a incongruência de se considerar a população cigana como uma unidade social homogénea, com traços concretos e distintivos que por si só seriam reveladores da sua etnicidade.

A abordagem de Humeau (1995) vem enriquecer o conhecimento sobre a itinerância dos ciganos, uma vez que assume a impossibilidade de se abordar esta questão sem se ter em conta a multiplicidade de contextos socio-espaciais que são atravessados pelas famílias. Humeau

designa de “polígonos de vida” os territórios onde se exerce a mobilidade cigana, ou seja, o conjunto de lugares que constituem o espaço percorrido por uma família ou grupo familiar num dado período de tempo. A configuração dos lugares percorridos não corresponde a uma figura geométrica fixa, pois não se tratam de itinerários regulares. Cada pólo do polígono corresponde a uma função no quadro de uma dinâmica familiar, pelo que as mudanças de lugares procuram assegurar uma dada função. A construção de polígonos de vida torna-se possível quando se apoia sobre vários pólos permitindo formas de instalação variáveis de acordo com as funções necessárias à vida das famílias.

Para este autor, a noção de “polígonos de vida” é pouco rígida e permite uma maior aproximação à realidade dos modos de vida da população cigana. Por um lado, dá conta da multiplicidade de transformações familiares e da sua possível evolução, possibilitando escapar a classificações demasiado redutoras ou pouco fidedignas (“famílias sedentarizadas”, itinerância regular ou fraca, “estradas ciganas”...). Por outro lado, permite uma maior compreensão por parte daqueles que percebem os comportamentos sócio-espaciais dos nómadas. Para o observador sedentário, a visibilidade dos comportamentos das famílias ciganas resume-se ao que estas deixam transparecer em cada um dos pólos. Desta forma, cada grupo familiar cigano apenas dá uma imagem fragmentada da realidade do seu polígono de vida. Esta realidade não se limita ao que se passa num determinado lugar, mas participa de uma dimensão geográfica mais ampla que implica o ajustamento permanente da relação entre grupos ciganos e uma diversidade de comunidades locais. A noção de “polígonos de vida” tem, ainda, a capacidade heurística de modular diferentes escalas de observação e de realizar um vai-e-vem entre as diversas inscrições locais das famílias (Humeau, 1995: 255-256).

### **3. A mobilidade espacial: desafios conceptuais e analíticos**

A revisão da literatura sobre as questões da mobilidade espacial e a breve incursão pelo percurso dos estudos ciganos apontava, por um lado, para algumas generalizações que não pareciam dar conta das situações encontradas ao longo da pesquisa e, por outro, para a prevalência de conceitos relacionados com a fixação a um espaço delimitado, com os fluxos e o deslocamento no espaço e menos sobre os sujeitos em movimento, com a determinação social das posições no espaço físico e menos sobre os recursos espaciais dos indivíduos. As pistas conceptuais e analíticas avançadas começavam, assim, a ser problematizadas por aquilo que a análise do material empírico recolhido sugeria, dando lugar à necessidade de construção de um referencial teórico capaz de gerar conceitos que permitisse uma análise mais fina da

realidade observada, ao mesmo tempo que possibilitasse proceder a comparações mais sistemáticas. De facto, são vários os autores que têm chamado a atenção para a necessidade de novas conceptualizações em torno dos fenómenos contemporâneos associados a fluxos e mobilidades decorrentes das migrações contemporâneas, no sentido de analisar configurações territoriais e identitárias inéditas, não caracterizadas exclusivamente pelo espaço físico (Tarrius, 1992; Clifford, 1997; Theodosiou, 2004; Breton, 2006a, Stock, 2006 e 2007, entre outros).

A título de exemplo, refira-se a associação que tem vindo a ser difundida entre estratificação social e capacidade de mobilidade, ou seja, seria possível hierarquizar os grupos sociais em função das suas capacidades para desencadear a mobilidade espacial. É neste sentido que vemos surgir noções como as de “classes móveis” (Ollivro, 2005) ou as de “capital de mobilidade” (Urry, 2005) que no fundo vêm reforçar a ideia de uma interdependência entre capital social e capital de mobilidade. No entanto, e tal como alerta Breton, esta perspectiva tende a ser anacrónica e pode conduzir a impasses na investigação quando deixa de fora certos grupos sociais (Breton, 2006a: 5). Há estudos que têm efectivamente apontado para o facto de as populações mais vulneráveis apresentarem níveis de mobilidade mais fracos que as impedem de aceder a um conjunto de recursos e oportunidade de integração social (Breton, 2005; Orfeiul, 2004). Porém, os resultados devem ser relativizados, nomeadamente ao nível das generalizações de classificação na estratificação social em função do grau de mobilidade dos indivíduos.

Como se constatou anteriormente, a relevância assumida pelo estudo da mobilidade espacial entre os ciganos residia no facto de interrogar as condições em que se estabelece a coexistência, as formas de reconhecimento e representar o Outro. Contudo, apesar de se poder assumir, a nível europeu, algum pioneirismo por parte dos ciganos no desenvolvimento de relações ao espaço e ao tempo “fundadas sobre o modo reticular de abertura às oportunidades” (Montulet, 2007), o aprofundamento conceptual e analítico capaz de abordar a complexidade do real parece ter ficado para segundo plano, ganhando apenas nos últimos anos a sua centralidade no campo das ciências sociais, nomeadamente na antropologia, sociologia e geografia.

John Urry chega mesmo a afirmar que a mobilidade se tornou um desafio crucial da sociologia (2005). O autor refere que todas as formas de vida social envolvem combinações de proximidade e distância que necessitam de ser analisadas, através da conjugação de diferentes

formas de mobilidade (física, imaginativa, virtual), sobretudo, num momento em que a mobilidade física tem uma grande expressividade, não se conhecendo em profundidade as suas bases sociais nem o seu significado exacto na construção e manutenção do capital social (Urry, 2002). Também Michel Lussault, do lado da geografia, sublinha esta dimensão. Reconhecendo que em cada acontecimento de mobilidade se forma um espaço prático complexo, o autor admite a mobilidade como uma entrada pertinente para tentar compreender os sistemas de laços que os indivíduos criam com os seus espaços de actos. Estes sistemas nascem do jogo que a prática espacial cria entre o móvel e o inerte e a análise da mobilidade surge, assim, como uma forma de se interrogar sobre as condições de estabelecimento da relação de cada indivíduo com o outro (Lussault, 2004: 116).

Marc Augé (2009), por seu lado, constatando a abundância de causas que dificultam a análise dos efeitos da mobilidade contemporânea, considera necessário pensá-la a diversas escalas para tentar compreender as contradições que minam a história, mas também enfatiza a importância de se aprender a repensar o tempo, pois “devant l’émergence d’un monde humain consciemment extensif à la planète tout entière, tout se passe comme si nous reculions devant la nécessité de l’organiser, en nous réfugiant derrière les vieilles divisions (frontières, cultures, identités) qui jusqu’à présent ont toujours été le ferment actif des affrontements et des violences” (Augé, 2009: 87-88).

Alain Tarrius, no cruzamento da sociologia e da antropologia, afirma que existe um conjunto de transformações que tornam o objecto das mobilidades pertinente para repensar as formas sociais. Por um lado, durante muito tempo considerou-se o vínculo ao lugar e as diversas manifestações sedentárias como universalmente legitimadoras das identidades. Por outro lado, o aparecimento de indivíduos ou grupos estrangeiros aos espaços que os acolhem permitiu constatar que a partir das suas experiências circulatorias eram improvisadas identidades mestiças em constante processo (que se opõem ao ser daqui ou dali, Nós e os Outros...). O saber ser daqui, mas simultaneamente de outra parte, produz construções territoriais originais com redes sociais propícias às circulações, onde os critérios de reconhecimento do outro estão em ruptura com os traços tranquilos e “óbvios” de fronteiras produzidas pelas sociedades locais (Tarrius, 2000: 41).

A intensidade e extensividade da mobilidade espacial coloca-se, assim, na actualidade como um fenómeno crucial que abala a relativa unidade do lugar e permite a cada pessoa definir vários espaços, daí o aparecimento da noção de “geometria variável” (Joye e Schuler, 2007)

nos modos de organização dos diferentes espaços de pertença e regulação, mas também de sujeitos “geograficamente plurais” (Stock, 2006), pois encontram-se implicados em múltiplos lugares. De facto, um dos grandes desafios que hoje se coloca ao estudo das mutações urbanas passa por substituir as análises estáticas em termos de lugares, por uma abordagem dinâmica que, não ignorando as dimensões estruturais, integra também o movimento nas dimensões sociais e espaciais. Aprofundar a conceptualização da noção de mobilidade traz contributos inéditos no debate sobre as relações entre estratificação e exclusão social; globalidade e localidade; informação e produção; segregação social na cidade e acessibilidade espacial e temporal (Bassand, Kaufmann e Joye, 2007).

Como refere V. Kaufmann (2007), desenvolver a mobilidade como conceito e como objecto de pesquisa encerra em si algumas dificuldades, uma vez que permanecem “zonas importantes de sombra”: i) tratando-se de uma noção polissémica (mobilidade social, profissional, residencial, quotidiana, das migrações...) as formas assumidas pela mobilidade são consideradas independentes umas das outras e não dão conta da mobilidade como fenómeno social; ii) tendência para se negligenciar a dimensão temporal capaz de dar conta do universo de constrangimentos ligados à programação de actividades da vida quotidiana e a determinados ritmos sociais, bem como às diferentes dimensões de um percurso de vida; iii) focalização sobre a geografia das deslocações e não tanto sobre o actor móvel; iv) fraco desenvolvimento da sociologia dos transportes<sup>27</sup>.

O autor sugere três pistas para contribuir para o debate científico: por um lado, proceder a uma abordagem sistemática da mobilidade implica considerá-la um fenómeno único, susceptível de se manifestar de diferentes formas. Por outro lado, interessa reconstituir a sua unidade, onde o “puzzle dos campos de pesquisa e de disciplinas científicas faz alinhar as peças”. Por fim, importa encarar a mobilidade como uma noção integradora para reencontrar o actor, na medida em que ela aparece como um potencial próprio a cada actor, que ele pode ou não transformar em movimento pela combinação de diferentes lógicas de acção, em função dos seus desejos, dos seus objectivos e das suas circunstâncias (Kaufmann, 2007: 178-181).

É neste sentido que Kaufmann, avançando com a noção de “motilidade”, refere os seus contributos para a sociologia urbana, nomeadamente pelo seu interesse heurístico em repousar

---

<sup>27</sup> Também Stock (2007) refere o fraco enfoque teórico das pesquisas sobre a mobilidade espacial e as questões que esta ausência suscita: i) falta de palavras para designar de maneira pertinente os diferentes tipos de mobilidade; ii) estudos sectorizados que não se preocupam com as interdependências entre os diferentes tipos de movimentos; iii) as consequências da mobilidade na relação dos indivíduos ao espaço e a forma de captar a reorganização do significado dos lugares.

sobre “velhas questões” com um ângulo novo, ou seja, descortinando outros fenómenos que determinados aparelhos conceptuais não permitiram compreender tão bem. Abre-se, assim, uma nova luz sobre a questão das desigualdades sociais, procurando-se a sua reversibilidade, mas também detectando-se como a ambivalência da conexão se pode tornar um constrangimento à inserção social (*idem*: 186). Embora o autor dê como exemplo a substituição de serviços de proximidade por serviços conexos disponíveis na *Web*, esta ambivalência da conexão transposta para o caso dos ciganos a contradição inerente à compatibilidade da estratégia que conjuga mobilidade e fixação: do potencial aumento das oportunidades disponíveis às dificuldades de enraizamento e à submissão à expulsão (San Roman, 1997).

#### **4. A conceptualização dos modos de habitar em torno da mobilidade espacial**

Tendo em conta o quadro científico que tem enquadrado a temática da mobilidade entre a população cigana considerou-se fundamental desenvolver uma abordagem que permitisse explorar, por um lado, os sentidos da mobilidade para os sujeitos que a praticam e para aqueles que interagem com ela e, por outro lado, os actos que são exigidos, os recursos e competências que são mobilizados, bem como os efeitos da prática da mobilidade em termos individuais, grupais e sócio-urbanísticos. Pretendia-se, assim, cruzar diferentes perspectivas de análise para revelar a diversidade de formas de territorialização e de habitar em função das dinâmicas e dos factores determinantes das mobilidades.

Assumia, pois, especial importância articular as práticas de mobilidade com a forma como os indivíduos constroem as suas identidades territoriais. A mobilidade espacial enquanto dimensão transversal às práticas sociais revelava-se central nos processos de (re)construção identitária e em particular na definição da dimensão territorial do indivíduo. Como refere Breton, em grupos sociais que apresentam mobilidades mais intensas – “comunidades móveis”<sup>28</sup> – geram-se modalidades específicas de pertença e de estruturação social, por oposição ao “individualismo anómico” que se poderia associar a estas comunidades (Breton, 2006a: 3). Mas estas modalidades específicas não decorrem apenas das características dos actores que desencadeiam a mobilidade, das suas competências e disposições sociais, mas também da estrutura das situações em que essas práticas ocorrem.

---

<sup>28</sup> Para este autor as “comunidades móveis” são compostas por grupos sociais definidos a partir das suas inscrições territoriais, das suas práticas de mobilidade e de dispositivos técnicos que são postos em prática (Breton, 2006a: 2).



Adaptando a proposta de Lussault (2004), duas perspectivas de análise são cruciais para se enriquecer aquilo que Tarrus (2000) afirma ser o “paradigma da mobilidade”. Por um lado, uma abordagem fenomenológica que coloca o acento nos recursos e competências dos actores em termos sócio-culturais, económicos, espaciais, bem como nos actos que os manifestam e permitem a realização da mobilidade. Por outro lado, uma abordagem interaccionista que ao enfatizar o actor agindo em função dos contextos, aborda a estrutura do sistema de inter-relações que se estabelecem quer com os outros, quer com o espaço. É no sistema de interacção que se manifestam os recursos e as competências dos actores e se apreende a eficácia da prática de mobilidade e a sua capacidade, enquanto “acontecimento social e espacial”, de preencher determinadas funções na organização social das famílias e de influenciar as dinâmicas da organização socioespacial dos territórios de acolhimento.

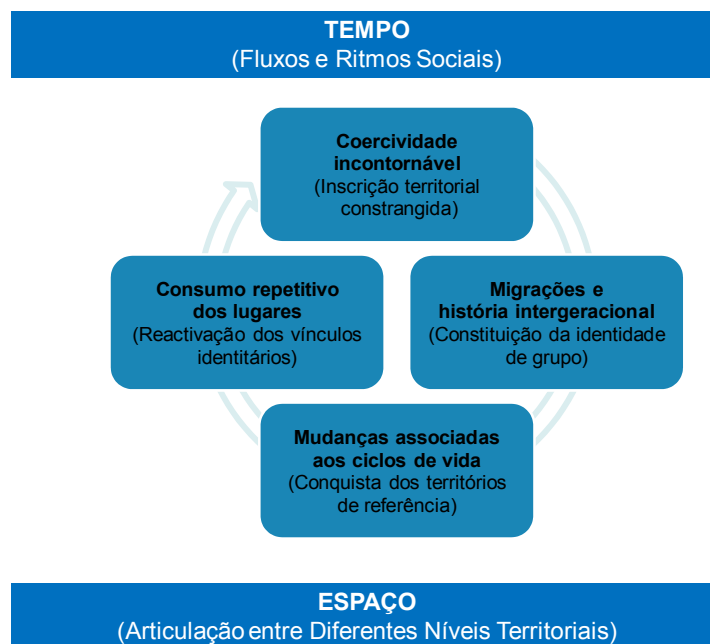
O conceito de “quadros de interacção” de António Firmino da Costa (1999) enriquece esta perspectiva por contemplar a dimensão contextualizada das práticas sociais, da lógica específica dos processos de interacção, da formação de sistemas de relações sociais e da estruturação destes sistemas enquanto feixes multidimensionais de regras e recursos, de condições e padrões da acção social, mas também os modos como as condições estruturais, os sistemas institucionais, as configurações culturais e os processos sociais de âmbitos mais vastos se actualizam nesses contextos de interacção.

#### **4.1. Território circulatório, fluxos e ritmos sociais**

A mobilização das perspectivas de análise anteriormente referidas tornava possível dar conta do “paradigma da mobilidade” (Tarrus, 2000) que aponta para novas formas edificadoras das identidades não necessariamente assentes no vínculo com o lugar e no sedentarismo. Tarrus coloca a tónica no facto do tempo organizar o espaço, enfatizando as temporalidades como elementos fundadores das mobilidades espaciais. Criticando algumas pesquisas que tendem a dar um estatuto menor ao tempo, como se este traduzisse um atributo do espaço, o autor afirma, por um lado, que os fluxos e ritmos sociais expressam as continuidades e descontinuidades constitutivas dos processos de transformação social e instauram vínculos entre diferentes entidades espaciais. Por outro lado, a articulação entre níveis territoriais ganha maior pertinência analítica se incidir mais na descrição dos ritmos e fluxos dos intercâmbios na rede, do que nas características espaço-morfológicas dos trajectos ou etapas (Tarrus, 2000: 47).

Cruzando espaço-tempo-identidades com os níveis de temporalidades enunciados na Figura seguinte, Tarrus introduz a noção de “território circulatório” para traduzir a socialização dos espaços segundo lógicas de mobilidade e conferir à deslocação um lugar de expressão do vínculo social, de estar entre dois caminhos, de ser simultaneamente daqui e dali. A noção de rede parece ser para o autor insuficiente para dar conta destas formações sociais móveis, ao passo que a noção de território circulatório introduz uma dupla ruptura nas concepções de território e de circulação. Por um lado, a ordem decorrente dos sedentarismos não é essencial à manifestação do território, por outro lado, as concepções logísticas das circulações e dos fluxos tendem a ser menos relevantes do que o sentido social passível de ser atribuído ao movimento espacial (Tarrus, 1992: 130).

**Figura 2: Lógicas de mobilidade e processos de socialização do espaço**



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Tarrus (2000)

No caso dos ciganos, como veremos ao longo da apresentação dos estudos de caso (Capítulo III), se esta mobilidade inviabiliza o acesso a determinados direitos (prestações sociais, habitação social...) e, em algumas situações, compromete a consolidação de relações sociais mais densas, ela é o garante de uma dinâmica familiar e económica que extravasa os limites do território da vida quotidiana. As famílias, mesmo apresentando um défice de competências formais e instrumentais geralmente consideradas como inibidoras da mobilidade (analfabetismo, ausência de carta de condução e de viaturas motorizadas...), deslocam-se frequentemente percorrendo distâncias variáveis. Esta deslocação no espaço, não sendo

aleatória, remete para o seu questionamento em torno de quatro processos: i) as migrações e a história intergeracional na sua relação com a constituição da identidade de grupo; ii) as mudanças associadas aos ciclos de vida e a conquista de territórios de referência; iii) consumo repetitivo de lugares e a reactivação dos vínculos identitários; iv) a percepção das fronteiras entre territórios e o tipo de inscrição territorial.

A noção de território circulatório como expressão dos vínculos sociais vem assim enriquecer aquilo que Humeau designou de “polígonos de vida”, ou seja, o conjunto de lugares que constituem o espaço percorrido por uma família ou grupo familiar num dado período de tempo (Humeau, 1995). Tornava-se, pois, possível individualizar as dimensões de análise que concorrem para a diversificação das experiências espaciais e a recomposição das marcas sócioespaciais e contribuir para uma compreensão mais vasta dos processos constitutivos de configurações territoriais e da organização reticular das espacialidades.

James Clifford (1997), por exemplo, introduz o conceito de “sedentariiedade na viagem” para descrever a situação daquele que é levado a mudar de lugar frequentemente. A sedentariiedade não é definida pela estabilidade, mas pelo que ela permite de criação de laços e relações locais. A diversidade de lugares corresponde a uma teia relacional: o cidadão define-se pela sua capacidade de existir em redes interdependentes, não se reduzindo a análise ao trajecto, mas sobretudo à capacidade do indivíduo em se inscrever em redes de relações. Como diria Rogério H. da Costa não se trata, apenas, de se deslocar sobre vários tipos de territórios, mas sobretudo poder articular entre eles os diferentes territórios-rede complexos e flexíveis (Costa, 2004: 77-78).

É, assim, que o contributo da geografia na definição dos aspectos formais do espaço se torna relevante, pois ele exerce um papel de recurso nas representações e práticas dos actores. A especificidade da noção de rede avançada por Lussault por relação à de lugar ou território assume também particular relevância. Para este autor a rede pode existir apenas para um indivíduo que exerce a exclusividade de uma configuração organizada à sua medida. A rede seria assim um espaço ilimitado mas finito e com extremidades, não necessariamente contínuo, mas conexo. Mas o autor também reconhece que a ideologia espacial do descontínuo que configura a reticularidade também coexiste com aquela que faz a apologia das fronteiras territoriais e de áreas identitárias e que rejeita ou denuncia aquele que é estrangeiro ou não confinado a um território (Lussault, 2007: 131-134). Se a figura morfológica da rede é relevante, os conteúdos a ela associados apresentam limites na abordagem dos processos de

territorialização de populações com níveis de mobilidade espacial elevados. Tal como já foi enunciado por alguns autores, a noção de rede transmite uma ideia demasiado homogénea e estática quando se pratica simultaneamente diferentes lugares, de escalas e métricas variadas, em situações diversas e com intencionalidades diferentes (Tarrius, 1992; Lussault, 2007a, Stock, 2007).

#### **4.2. Mobilidades incorporadas, coercivas e hospitaleiras**

A perspectiva analítica aqui defendida não pretende apresentar o actor social como exterior ao sistema, calculista na procura de optimização dos recursos, nem como consumidor que procura obter a maior satisfação possível ao menor custo. A nossa posição tem as suas bases numa teoria da acção que tenta articular o sistema e o actor nos espaços da vida quotidiana. É através deste “recurso material”<sup>29</sup> que se desenvolvem determinados movimentos, que se manifestam certos constrangimentos, que se exprimem de maneira diferente as relações sociais. É no interior desta estrutura que encontramos actores “concretos” e “racionais” directamente influenciados por ela, através de um conjunto de condições que tendem a codificar os seus comportamentos sociais, mas apresentando-se sempre como seus verdadeiros reconstrutores. O espaço não é, pois, uma variável acessória, uma construção artificial a que apenas se recorre para contextualizar a acção social numa tentativa de facilitar a investigação. Ele pode ter um carácter explicativo importante e deve aparecer, fundamentalmente, como um suporte mediador da prática social, um lugar privilegiado onde se desenvolvem e manifestam ambiguidades, contradições e heterogeneidades sociais, no fundo onde se estabelecem relações concretas entre os actores sociais.

Com isto não se quer afirmar que se autonomiza o espaço como factor explicativo capaz de produzir de alguma forma efeitos específicos sobre a vida social, mas sim que ele é abordado como “espaço social”, ou seja, como um espaço socialmente produzido que implica um conjunto de práticas diversificadas, heterogéneas e muitas vezes conflituais por parte de actores estrategicamente colocados na hierarquia social. Neste sentido, o que se verifica são efeitos próprios (não autónomos e unívocos) da estrutura espacial sobre a social, isto é, efeitos

---

<sup>29</sup> A opção pela designação do espaço como “recurso material” e não como “suporte material” decorre do facto de se pretender enfatizar que os actores agem com o espaço e não sobre o espaço (Lussault, 2007: 181) ou como referia Jean Remy o espaço deve aparecer como uma “mediação indispensável, onde se formam as concretizações particulares e se exprimem de maneira diferente as estruturas sociais e culturais” (Remy, 1975 citado por Noschis, 1984: 9).

que se deduzem daquela estrutura, mas que só poderão ser compreendidos através da forma como uma dada estrutura social se inscreve e (re)constrói no espaço.

A noção de “actor plural” de Lahire merece aqui um destaque particular pela multiplicidade de contextos que os ciganos atravessam ao longo dos seus percursos e pela sua interferência ao nível do espaço. Segundo este autor “Os actores são o que as suas múltiplas experiências sociais fazem deles, sendo chamados a ter comportamentos, atitudes variadas segundo os contextos para os quais são chamados a evoluir. (...) Os actores atravessaram no passado e atravessam permanentemente múltiplos contextos sociais (universos, instituições, grupos, situações...); eles são os frutos (e os portadores) de todas as experiências (nem sempre compatíveis, nem sempre acumuláveis, e por vezes altamente contraditórias) que viveram em múltiplos contextos” (Lahire, 2003: 258). Como também diria Alban Bensa, os diversos contextos, muitas vezes opostos, encontram-se cristalizados nas práticas dos actores e é, precisamente, a fusão de contextos de origens distintas numa única prática que lhe confere todo o seu poder de evocação (Bensa, 1996).

Estamos, pois, perante uma abordagem dinâmica que se refere ao passado, produz respostas face ao conjunto de recursos e constrangimentos do presente e introduz uma dimensão prospectiva, pois é animada por estratégias que têm como objectivo o contorno ou a transformação daquelas condições ou melhor, comandar a organização, a gestão e a transformação dos espaços da vida quotidiana.

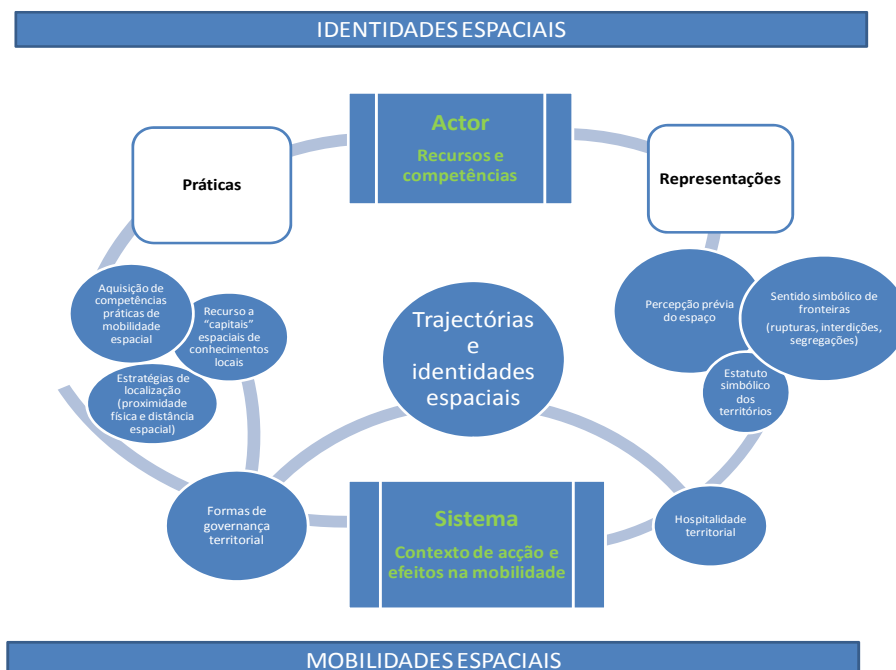
Torna-se, assim, relevante introduzir, por um lado, o conceito de trajectória por permitir integrar na análise a historicidade dos indivíduos e, por outro, o conceito de projecto por este fornecer uma dimensão prospectiva em torno das questões da identidade e da mobilidade. Através destes conceitos poderá ser possível captar de que modo os vários percursos individuais ou colectivos podem ser pertinentes para a explicação das lógicas de acção associadas à mobilidade.

A importância que podem ter determinados "momentos-chave" no percurso de vida dos indivíduos surge também como relevante para se compreender eventuais transformações ao nível da identidade dos sujeitos. Por um lado, existem elementos mais ou menos fixos no tempo, por outro, encontra-se sempre uma face em mudança, na qual os indivíduos podem "pedir" uma outra definição do seu papel/imagem na sociedade. Neste sentido, as trajectórias devem ser vistas como a expressão de um "projecto em evolução" (Guerra, 1993).

De facto, a finalidade das acções, bem como os desejos e os sonhos, mesmo que estes não ultrapassem o nível da utopia, são, pois, factores constitutivos dos projectos elaborados, de maneira consciente ou inconsciente, pelos actores numa tentativa de organização do futuro. As expectativas baseiam-se em desejos que contribuem para a construção de um conjunto de aspirações, apresentando-se também desejos e aspirações como uma fonte de energia na elaboração de projectos de vida, mesmo que alimentados pela experiência passada.

A Figura seguinte permite ilustrar este processo dinâmico que implica uma relação não dicotómica entre sistema e actor. Nesta relação o actor ocupa um lugar central, mas também é visto como um produto sempre dependente dos contextos que condicionam e/ou facilitam o seu percurso. Ou seja, no quadro de um contexto em movimento, o actor dispõe de matrizes para a acção (recursos e competências) que traduzem a sua margem de manobra, a sua capacidade de decisão face ao conjunto de factores que condicionam, facilitam e constroem as suas opções num dado contexto espacial, a que podemos designar de mobilidade coerciva ou hospitaleira, em função do sentido do acolhimento territorial.

**Figura 3: Entre contexto de acção e competências para a mobilidade**



Interessa, assim, aprofundar cada uma das dimensões presentes na Figura.

#### 4.2.1. Recursos e competências da mobilidade

Para compreender a relação singular que os actores sociais mantêm com os seus espaços de vida, vários autores têm apontado para as competências inerentes às mobilidades e às inscrições territoriais (Breton, 2002, 2006b; Lussault, 2004, Kaufmann, 2007....). Estas competências dependem de saberes ancorados nas culturas e na hierarquização dos grupos sociais, mas também em saberes mais ou menos formalizados (carta de condução, níveis de escolaridade, competências adquiridas pela experiência...) que se traduzem na capacidade de percepção e de apropriação do espaço.

Torna-se, pois, relevante, questionar qual o conceito que melhor consegue traduzir a mobilidade espacial como recurso social à disposição dos actores. Ou seja, que competências são exigidas para se manifestar o movimento, a acessibilidade e a apropriação de determinado território? Qual a pertinência de evocar a “cultura”, a “etnicidade”, a “tradição” para se falar de mobilidade entre os ciganos?

Para compreender como se manifesta esta disposição para a mobilidade na diversidade de contextos, de famílias e das diferentes escolhas racionais dos actores explorou-se o contributo de outros autores fora do campo dos “estudos ciganos”. As perspectivas de Kaufmann (2007) e de Lussault (2003, 2007) foram, a este título, ilustrativas por permitirem contrariar as tendências essencializantes na abordagem das identidades e das culturas.

Os conceitos de *apropriação* e *acessibilidade* como duas das componentes da mobilidade enunciadas por Kaufmann e de *capital espacial* como conjunto interiorizado de modos de regulação do indivíduo ao espaço, desenvolvido por Lussault, revelaram-se referenciais teóricos basilares na compreensão das lógicas sociais que presidem ao movimento.

Para Kaufmann a *apropriação* designa a interiorização pelo actor das suas possibilidades de movimento e a manifestação dos projectos de mobilidade, traduzidos em modos de vida que reflectem as suas aspirações, o conjunto de constrangimentos que pesam nas suas práticas, os diferentes calendários do percurso de vida. A *acessibilidade* refere-se ao conjunto de condições em que a mobilidade está acessível, onde para além de reflectir o interface entre o actor e o sistema (posição social, posição no percurso de vida, localização residencial), recobre ainda aptidões físicas e sociais dos actores; escolhas e constrangimentos de equipamento em matéria

de transporte e telecomunicações; condições de disponibilidade do contexto<sup>30</sup> (Kaufmann, 2007: 180-181).

O conceito de “capital espacial” (Lussault, 2003) complementa esta abordagem, na medida em que evidencia a forma como os actores trabalham com o espaço e as distâncias. Aquele capital designa o conjunto dos recursos espaciais materiais (habitat, mobilidades), imateriais (telecomunicações) e ideais (conjunto de competências, apetências e imaginários espaciais) que o indivíduo mobiliza na sua vida quotidiana para desenvolver as suas acções e estratégias e aceder a outros bens sociais (capital económico, social e cultural). Para o autor, este conjunto interiorizado de modos de regulação (intelectuais e práticos) do indivíduo ao espaço-recurso inscreve-se no capital social de cada um e constitui-se socialmente pela experiência (Lussault, 2007: 187). Mas o interesse deste conceito reside precisamente no facto de considerar o espaço e a sua prática como uma forma de capitalização, não necessariamente determinada pela dotação de outros capitais sociais. Assim, ao nível de abordagens mais micro, este conceito permite evidenciar recursos, competências e estratégias mais singulares dos actores que acabam por ficar diluídas em estudos com uma abrangência mais macro.

Em função do potencial do arranjo espacial pré-existente (estrutura material oferecida à invenção específica do actor) e do potencial de capital espacial (que lhe permite identificar pelos sentidos e pela cognição a situação espacial da experiência em que se encontra), o actor trabalha com o espaço e as distâncias (*idem*: 189). É neste sentido que Lussault introduz um conjunto de competências espaciais elementares que permitem garantir algum controlo sobre o espaço, ou seja, a capacidade da acção ter os efeitos desejados. Estas competências traduzem-se em: i) controlar as métricas (maneiras de medir as distâncias, de discriminar o próximo e o distante); ii) saber encontrar o bom lugar (competência de localização e organização); iii) apreender a dimensão absoluta e relativa dos objectos espaciais (competência de escala); iv) decompor o espaço em unidades elementares pertinentes (competência de corte); v) definir limites espaciais entre diferentes entidades (competência de delimitação).

A sistematização destas competências adquire uma importância crucial, na medida em que permite relativizar a sua determinação directa em função da posição social ocupada pelos

---

<sup>30</sup> Breton, por seu lado, introduz a noção de “mobilidades incorporadas” como o conjunto de mecanismos relativamente inconscientes, através dos quais se operam as relações de um indivíduo com os territórios da sua vida, ou seja, a forma como este percebe e se apropria de determinados espaços. São exemplos destes mecanismos: a coordenação psicomotora dos gestos, as regulações culturais de distância ao Outro, a percepção de um ambiente de bem-estar, as competências linguísticas, o uso das técnicas e objectos que proporcionam a mobilidade (Breton, 2006a).



actores. No entanto, reconhece-se que o espaço não se apresenta de forma igualitária como um recurso, pois depende da “capacidade”, no sentido dado por Amartya Sen (1992), ou seja, das condições que asseguram a uma pessoa que um recurso distribuído lhe permite atingir determinado objectivo. Pretende-se, assim, afirmar que embora os actores consigam deter o referido “capital espacial”, nem sempre conseguem vencer a luta pelos melhores lugares.

A posição de Bourdieu é, a este respeito, ilustrativa. As “lutas pelos lugares” ou pela apropriação do espaço na sua forma individual é manifestada pela mobilidade espacial intra ou intergeracional, mas o sucesso destas lutas depende do capital detido. Segundo o autor, pode ocupar-se fisicamente um habitat sem o habitar se não se dispuser de meios tacitamente exigidos, a começar por um certo *habitus*, nomeadamente na sua componente de capital de relações ou de aspectos mais subtis de capital cultural (Bourdieu, 1993b: 259). Bourdieu parece, assim, centrar exclusivamente a sua atenção na dimensão do espaço social do território, naquilo que legitima para os outros a ocupação de um determinado lugar.

Esta apropriação espacial pode, de facto, desencadear processos de desqualificação social quando se manifestam formas diferenciadas de apropriação face às normas implícitas ou explícitas que regulam as práticas sociais. No entanto, à dimensão do território como projecção das posições sociais dever-se-ia juntar a dimensão do espaço vivido que exprime a relação mais existencial e subjectiva dos indivíduos. Esta última ganha a sua relevância quando se constata a (co)existência de uma multiplicidade de espaços possíveis de afirmação individual ou de grupo e uma procura, sempre disputada e eventualmente conflitual, dos “bons lugares”. Estes são entendidos não apenas como simples localizações topográficas, mas também como o conjunto de relações entre a localização de um indivíduo num campo social (que contribui para definir o que lhe é autorizado ou não em matéria de acção) e as localizações que ele pode ocupar no espaço material (Lussault, 2007)<sup>31</sup>.

#### **4.2.2. O lado representacional das mobilidades**

Nesta procura dos “bons lugares” interessa salientar que a mobilidade espacial não se resume à sua dimensão física (deslocação do corpo no espaço em diferentes escalas territoriais), mas assume também um lado representacional que remete quer para uma percepção prévia do espaço antes de se efectuar uma deslocação, quer para uma digressão cognitiva em relação a

---

<sup>31</sup> A expressão “luta de lugares” foi introduzida por Gaulejac e Taboada-Léonetti (1994) para designar a especificidade da luta por um lugar na sociedade, e não contra uma determinada classe social, desencadeada por pessoas em situação de exclusão.

lugares que assumem um significado particular na definição dos indivíduos ou dos grupos. Com isto não se pretende reter apenas o lado estratégico das mobilidades, ou seja, as relações com o espaço inscritas em projectos relativamente explícitos, onde os indivíduos ou grupos definem estrategicamente a acção para atingir determinados objectivos. As mobilidades quotidianas são igualmente importantes na configuração da dimensão territorial do indivíduo. Trata-se, no fundo, de deslocações rotineiras (tarefas que se impõem no dia-a-dia) sem terem necessariamente objectivos explícitos, mas pressupondo também o imprevisto, já que a interacção social, influenciada por certos contextos espacio-temporais socialmente construídos, produz em permanência novidade e mudança.

Aquela percepção prévia do espaço é indissociável dos percursos biográficos, das normas sociais e culturais dos grupos e dos mecanismos de segregação territorial (Breton, 2006b). A este propósito, Bizeul referia que: “Chaque voyageur se fie à la carte imaginaire des lieux hostiles ou accueillants, infructueux ou bénéfiques, qu’il tient de sa propre expérience et de celle des diverses branches du groupe familial” (Bizeul, 1994: 86).

Interessa, assim, reter que a organização da coexistência de realidades espaciais pressupõe saber e poder reagrupá-las em conjuntos, partilhando uma mesma modalidade significativa de espacialização. Lussault enuncia dois instrumentos: i) A designação e a qualificação, onde um espaço é reconhecido e nomeado pelas qualidades que o caracterizam; ii) A delimitação, onde se reconhece o espaço pela extensão e pela definição de limites que separam certas entidades geográficas (Lussault, 2007).

Os territórios a percorrer, longe de representarem um espaço contínuo e solidário, contêm assim “fronteiras invisíveis”, “limites mentais e imateriais”, “zonas interditas” integrados no capital espacial de cada actor e é por isso que os seus efeitos são poderosos, pois impõem-se mesmo sem barreiras físicas e organizam a espacialidade (Lussault, 2007: 198). Para Breton estas fronteiras podem ser de três tipos: i) rupturas espaciais relacionadas com elementos marcantes do percurso de vida que tornam interditos determinados territórios; ii) interdições sociais que traduzem a diferenciação de papéis no interior da família em função do género ou da faixa etária, mas também os mecanismos de controlo social e económico que se geram entre famílias e que se reflectem no tipo de espaços frequentados; iii) segregações sócio-espaciais, ou seja, a percepção por parte dos indivíduos da existência de territórios interditos, onde a “vigilância” e a “punição” são uma constante (Breton, 2002:3).

### 4.2.3. Regimes de proximidade e distância

Entramos, assim, na forma como se processa o acolhimento de famílias ciganas ao nível dos contextos territoriais escolhidos para permanecer temporariamente ou para residir, o que implica abordar os fenómenos associados às dinâmicas urbanas e à fragmentação territorial, pois acolher a diversidade social e cultural remete necessariamente para as questões da gestão da ordem urbana.

As reflexões de Luca Pattaroni (2007) a este respeito são particularmente interessantes. O autor considera que colocar em discussão os processos de fragmentação implica ter presente a existência de diferentes processos dinâmicos de ordenamento das pessoas e das actividades que convergem para um princípio de unidade, para uma determinada ordem com vista à redução ou composição do pluralismo. A redução do pluralismo depende da existência de certos princípios/ “bens comuns” que fundam a legitimidade desta ordem. Compreender como as cidades dão lugar às pessoas nas suas diferenças e as ordenam, implica analisar a constituição destes bens e do seu impacto sobre o viver em conjunto. Pattaroni identifica, assim, as duas naturezas diferentes deste pluralismo: i) o “pluralismo horizontal da crítica”, em que sobressai diversas maneiras de conceber um mundo justo, mas onde um determinado modelo de justiça permite instituir uma ordem legítima entre as pessoas, já que se baseia sobre um princípio superior comum que permite compreender e avaliar entidades diversas para lhes atribuir um lugar reconhecido como legítimo; ii) o “pluralismo vertical dos regimes de envolvimento e a dimensão da experiência do mundo”, ou seja, as condições cognitivas e práticas que permitem certos tipos de comportamento e diferentes regimes de envolvimento. Partir desta dimensão torna possível, por um lado, apreender a experiência territorial e relacioná-la com a questão política da ordem urbana e, por outro, aprofundar a análise das dinâmicas dos conflitos territoriais pela inscrição de determinados valores no território.

Mas as formas que assume a redução ou composição do pluralismo não devem, no entanto, ser dissociadas da especificidade das dinâmicas urbanas ocidentais dos últimos anos. É, assim, relevante lembrar que o ajustamento estrutural das economias urbanas aliado à recomposição sócio-profissional das populações, à emergência de novos grupos sociais e à criação, por estes grupos, de novos quadros culturais de compreensão e formação da cidade em mudança fez com que certas políticas de intervenção na cidade, como a reutilização de espaços devolutos ou degradados e a reabilitação do edificado, aparecessem como verdadeiras oportunidades

lucrativas, já que determinados espaços passaram a estar disponíveis apresentando-se como localizações centrais estratégicas e economicamente acessíveis (Ferreira *et al.*, 1997: 79).

Estes processos de transformação da cidade existente deixam de se destinar apenas aos habitantes de um determinado bairro ou cidade, participando, sobretudo, num projecto mais alargado de promoção urbana e de novos estilos de vida, onde se evidencia a cidade como objecto estético, lugar de memória e de cariz internacional. Tenta criar-se um núcleo forte, dinâmico e visualmente atraente, capaz de captar novas actividades e populações (residentes e turistas).

Pode lançar-se como hipótese, tal como já salientaram Venturi (1994) e Sieber (1991), que a emergência de novos actores e a exigência de os envolver na gestão pública levou a pôr-se em causa os modelos e os objectivos precedentes das políticas urbanas, elaboradas "para o bem de todo o público". Como refere Pattaroni, o ordenamento do território, assente numa tradição liberal nos modelos de governação, passa a ser pensado para um utilizador particular dotado de competências que o permite envolver-se da maneira esperada. Ou seja, poder tomar um lugar na cidade pressupõe que um lugar lhe é destinado e, ao mesmo tempo, saiba estar como é necessário nesse lugar. Determinadas formas de apropriação dos espaços públicos podem assim traduzir uma ruptura da ordem e conduzir a uma certa fragmentação territorial, apelando-se a um trabalho de recomposição do pluralismo: recusa-se a ruptura (expulsão, punição, policiamento das coisas) ou estabelecem-se compromissos nas formas de organização que delimitam as boas maneiras de se envolver no território. A ordem urbana estaria, assim, fundada sobre a possibilidade de um duplo policiamento que controla a quantidade das pessoas e dos lugares (Pattaroni, 2007).

Uma breve passagem pelos conceitos de *civilidade* e *sociabilidade* poderá ajudar à compreensão daquilo que também está em jogo quando se fala de coexistência e se relaciona com as dinâmicas urbanas acima identificadas. Lévy considera relevante fazer a distinção destes dois conceitos, referindo que *civilidade* abarca a “competência simbólica mediadora da comunicação social e reguladora da sociabilidade” (Lévy, 1997:26). Trata-se, no fundo, dos diversos *saber-fazer* relativos aos comportamentos que modelam as interacções quotidianas em público (normas de conduta, regras de conveniência, formas de cortesia), mas também de um *dever-fazer*, ou seja, de uma ética que prescreve os comportamentos possíveis e desejáveis e os limites a observar de acordo com o código de civilidade (Lévy, 1997:24). A *sociabilidade*, por seu lado, provém da prática, e pode ser definida como “uma *performance* que corresponde à

execução de um código de civilidade, é uma actualização da competência pela execução de regras de conduta em determinada situação particular” (Lévy, 1997:24).

É possível, pois, afirmar que associado à especialização funcional do espaço se verificou um declínio dos “lugares de compromisso de civilidades”, já que o sentido da urbanidade se perde pela impossibilidade do encontro, conhecendo-se o Outro através de estereótipos<sup>32</sup>. Remy apela, assim, à necessidade de se instaurar um regime complexo de distância-proximidade, de lugares de separação e de agregação, para a urbanidade traduzir uma relação de transacções sociais entre protagonistas com recursos e oportunidades desiguais (Remy, 1998: 173).

A inadequação entre os conceitos e a prática do planeamento urbano e o modo de ocupar e habitar o espaço por parte de algumas famílias ciganas parece ser, pois, uma marca das últimas décadas na maioria das cidades europeias. Lugares que eram tolerados, em ocasião de feiras, na proximidade de hospitais, tribunais ou prisões, estão cada vez mais atribuídos a funções específicas, sendo os ciganos “atirados” para localizações mais periféricas. De facto, como salienta Humeau, as dinâmicas espaciais da sociedade dominante não deixam grandes alternativas às populações ciganas. Por um lado, podem sobreviver salvaguardando a sua identidade através de uma inserção geográfica que conduz a uma invisibilidade social, embora autorize a expressão limitada de particularismos culturais e de modos de vida. Por outro lado, os ciganos podem permanecer em formas herdadas de uma mobilidade permanente de habitat, no entanto, o seu carácter funcional dificilmente encontra vias de realização e o recurso à mobilidade resume-se ao quadrado obrigatório dos lugares de estacionamento públicos (Humeau, 1995: 387).

Como referem Baptista e Pujadas aspira-se a reforçar a ideia de cidades hospitaleiras, de fazer das cidades espaços de hospitalidade para os visitantes, mas de uma hospitalidade selectiva vinculada ao consumo, “(...) que transforma o visitante abonado em alvo de uma hospitalidade ilimitada no circuito dos lugares turísticos e o residente desfavorecido num alvo das políticas policiais e sociais no circuito dos lugares de exclusão (Baptista e Pujadas, 2000: 301). Seria assim importante, como refere Anne Gotman, que a hospitalidade, na sua dimensão meramente temporal, se traduzisse no “conjunto de itinerários que é necessário reconstruir para permitir àquele que se desloca encontrar o seu destino, voltar a partir ou permanecer” (Gotman, 1997: 84).

---

<sup>32</sup> Esta tem sido a constatação de vários autores, tais como Remy, 1998; Ferreira, 2000; Bassand *et al.*, 2001; Hilly, 2001.

Mas a hospitalidade implicando partilha de espaço e reconhecimento de pluralismo cultural, trata-se de um exercício perturbador, custoso e cansativo que exige, por um lado, alguma organização e, por outro, o reconhecimento do hospedeiro “como alguém que traz qualquer coisa” e não apenas como alguém que interfere. Esta reciprocidade impõe, contudo, na maioria das situações, um trabalho de mediação, já que uma das formas modernas da hospitalidade é a passagem da reciprocidade à não reciprocidade, com consequências inevitáveis ao nível das relações estabelecidas. De facto, a hospitalidade unilateral é portadora de tensões e de ressentimentos quer daquele que recebe, quer do que é recebido. É este aspecto moderno da hospitalidade que conduz, segundo Olivier Schwartz (1997), à transposição desta problemática inter-individual para as instituições e para as entidades políticas, cabendo muitas vezes ao Estado a mediação daqueles que circulam num dado território e a introdução de determinados graus de liberdade consoante as normas. Existe, no entanto, um paradoxo ligado à temporalidade da hospitalidade pelo facto desta poder ser vista como um processo de passagem e de transição ou de longa duração, implicando a intervenção de dispositivos e regulamentações públicos com a inevitável mudança de significado da própria hospitalidade<sup>33</sup>.

Impõe-se, assim, uma reflexão sobre as estratégias espaciais de localização e o estabelecimento de regimes de proximidade e distância, pois este tipo de procedimentos ocorre a partir do momento em que é necessário nomear e qualificar as diferenças, os seus efeitos e de as controlar (Lussault, 2007). A tipologia analítica das identidades culturais proposta por António F. da Costa (2002) é a este propósito ilustrativa, pois para além de contemplar as “identidades experimentadas”<sup>34</sup>, considera também as “identidades designadas”, que se reportam a construções discursivas de entidades colectivas e as “identidades tematizadas” como estratégias deliberadas e reflexivas de colocação pública de uma situação social de forma a atingir uma dinâmica de acção social. E é neste contexto que o espaço surge como fonte e instrumento de poder, pois as modalidades de controlo do seu uso são decisivas para fazer dele um meio de libertação/subordinação, de igualdade/diferenciação (Signorelli, 1996).

---

<sup>33</sup> A reflexão em torno da noção de regimes de “hospitalidade” foi iniciada, há cerca de quinze anos, por Anne Gottman no âmbito de um programa de investigação do *Plan Urbanisme, Architecture et Urbanisme*. Este Programa surgia após a aprovação de uma lei que pressupõe pôr em prática acções de *mixité* urbana e questionava a possibilidade de impor pela lei uma verdadeira miscigenação, assente no respeito pelo outro, se não existisse, a nenhum outro nível, um sentimento de hospitalidade capaz de sustentar a acção pública. Recorrendo à legislação francesa sobre o acolhimento dos “gens du voyage”, que prescreve aos municípios com mais de 5000 habitantes a obrigação de se equiparem com áreas de acolhimento, a autora ilustra a ambivalência da hospitalidade. A hospitalidade sendo um valor universal tende a ser preterido a favor do direito, menos aleatório e mais igualitário. A ambivalência da hospitalidade pública surge, assim, da necessidade simultânea de protecção do estrangeiro e da entidade que o acolhe e é neste sentido que os Estados e as entidades territoriais se reclamam do direito (Gottman, 1997, 2004, 2007).

<sup>34</sup> Trata-se de representações cognitivas e sentimentos de pertença que um conjunto de pessoas partilha a partir das suas experiências de vida e situações de existência social.

Michel Agier é um dos autores que aborda as ideologias subjacentes às fragmentações urbanas (fontes da *não-cidade*, da inexistência de espaços de reencontro e de trocas), bem como as formas que assumem as respostas desencadeadas por aqueles que são colocados à distância ou à margem. Uma das causas avançadas da distância física e do fechamento territorial consiste no *medo ao Outro*. Nestes medos fundadores da não-cidade existe uma conjunção entre disposições vitais e determinações contextuais ou conjunturais que conduzem ao sentimento de uma ameaça que precede o estado do conhecimento do outro e pretende justificar atitudes que o colocam à distância (Agier, 1999: 84-88). O autor conclui que, em graus diversos, os cidadãos manifestam uma resistência à instauração de uma cidade fechada e que exclui – a não-cidade –, criada com ou sem raças, mas com uma diversidade de fronteiras, e onde a violência pode impedir a existência de espaços de reencontro e de trocas. No entanto, certas respostas permitem esbater as fronteiras mais rígidas e levantar a possibilidade da sua eliminação, o que permitiria, assim, às comunidades e identidades encontrarem o seu carácter relativo e inconstante e o seu desaparecimento seria o signo, não de uma exclusão ou violência, mas de uma abertura ao mundo dos outros (Agier, 1999: 90). No entanto, embora o espaço público possa ser um modo de aprendizagem de outras formas de sociabilidade e da própria diferença, não implica que o confronto com o Outro produza necessariamente um sentimento de convivência e reconhecimento. Tornando as diferenças palpáveis, o confronto pode conduzir a uma exacerbação dos preconceitos e a tensões conflituais.

Pensando na população cigana com fortes mobilidades espaciais dois fenómenos são de destacar: i) a instalação num dado território pressupõe a ocupação não convencional de um espaço para aí permanecer ou residir; ii) as mudanças de contexto tendem a ser mais frequentes, alterando-se as forças que agem sobre os actores. Na primeira situação, tal como considera Tarrius, o conhecimento e a experiência dos itinerários migratórios dá-lhes a capacidade de ignorar as múltiplas fronteiras do urbanismo local e de questionar determinados modelos de dominação onde legitimidade local e imobilidade residencial coincidem (Tarrius, 1992). Na segunda situação, se aquelas forças exigem dos indivíduos coisas que eles não podem dar, então, e seguindo a proposta de Lahire, existem três alternativas: i) continua-se a viver no mesmo contexto (adaptação mínima); ii) muda-se de contexto (fuga); iii) transforma-se radicalmente o contexto (reforma, revolução) (Lahire, 2003: 77). Também Agier refere a fuga como a manifestação de uma resposta de confronto por parte daquelas que são colocados à distância face à existência de fronteiras rígidas impostas entre os cidadãos. Mas a procura de soluções noutras lugares ou a perpetuação da viagem gera novas formas de urbanização e de inserção nas cidades de chegada (Agier, 1999: 87-88).

Este questionamento interroga a acessibilidade dos actores ao espaço, na medida em que as representações e construções sociais contemporâneas sobre o nomadismo avançam uma longa história de medos e preconceitos estabelecidos acerca dos ‘viajantes despojados’ e sobre a ameaça que estes representam relativamente à ordem moral e política (Kendall, 1997). De certa forma, é como se a mobilidade espacial – “inabitável e suspeita” – traduzisse uma recusa implícita de aceitação das regras do jogo. A sedentarização aparece como requisito fundamental, mas em territórios de outros, já que “os nómadas, tornados residentes, escapam ao efémero” (Provot, 1987, tradução livre).

A criação de estruturas territoriais específicas para acolher as populações itinerantes e o carácter muitas vezes obrigatório de se tornarem os únicos locais possíveis de permanência faz com que estas populações encaradas como subalternas se vejam obrigadas a submeter. Assier-Andrieu e Gotman interrogam-se se não será a hospitalidade feita desta assimetria de estatuto entre hospedeiro e hóspede. De facto, a identificação de um grupo enquanto procedimento administrativo de classificação social e cultural só é possível numa relação assimétrica; na medida em que “um dos traços característicos da cultura europeia é a associação sistemática entre identidade, identificação e território”, o sedentarismo é necessariamente uma posição hegemónica, representando os “sem território” uma posição subalterna (Assier-Andrieu e Gotman, 2003: 206).

Partilha-se com Provot que o problema não se resume apenas a um diferencial de poderes, pois o não cumprimento da permanência em áreas delimitadas para o efeito tende a fazer com que a ilegalidade do estacionamento traduza a ilegitimidade da presença (Provot, 1995), apelando-se ao seu controlo por parte de instituições de cariz disciplinar e a um governo de condutas, no sentido dado por Foucault, ou seja, o conjunto de técnicas que visam assegurar que a actividade dos homens participa na criação da utilidade pública (Foucault, 2009: 330). Aqui o espaço surge como um “recurso de valor” (Lussault, 2007), cotado numa bolsa de cariz social que é definida em função da percepção e das imagens sociais que dele se constrói (Freitas e Menezes, 1996: 98). Assim, as qualidades socialmente valorizadas de um espaço concorrem nos processos de diferenciação espacial.

Não se deve, pois, esquecer que existe uma legitimidade e um lugar atribuído às ‘distâncias’ e que nem sempre a separação espacial é sinónimo da exclusão, marginalização ou de isolamento por relação a uma rede de trocas. Em determinadas situações elas revelam-se mesmo uma condição de comunicação e de alargamento da zona de trocas e de cooperação.



Um dos significados da morfologia urbana é dar um suporte interaccional a este modo de coexistência entre entidades que não se misturam espacialmente, pelo menos em todos os aspectos da sua vida quotidiana (Remy, 1998:173). Também Agier questiona se o balanço permanente entre proximidade e distância não seria um dos fundamentos da cidadania e se a vida cidadina não será mais estruturada pela permanente alternância entre conhecido e desconhecido (Agier, 1999: 55).

Apesar destas constatações, as distâncias sócioespaciais tendem a perdurar no modo de vida urbano enquanto alianças frágeis quer através daqueles que vêm nestas distâncias um meio de preservar uma especificidade ou um privilégio; quer através daqueles que as encaram como um meio de manter a sua exclusão e a sua fraqueza transaccional. Nesta última situação, os indivíduos face a situações mais precárias tendem a desenvolver estratégias de protecção e de sobrevivência, mas também atitudes predadoras no território dos outros, pois conscientes dos seus estigmas tendem a utilizá-los como recursos (Remy, 1998). Será neste sentido que San Roman refere que o êxito da sobrevivência dos ciganos como grupo étnico diferenciado provém de uma marginalidade renovada e original que se adapta de forma flexível e com precisão para evitar campos onde a competição frontal seria impossível. A autora lança, assim, a hipótese de que os mecanismos marginais dos ciganos sejam anteriores à sua entrada na Europa e que foram adaptados à situação europeia, uma vez que lhes é negada a permanência ou lhes é oferecida uma possibilidade de integração pior que a saída marginal (San Roman, 1986a: 194).

Trata-se, portanto, de admitir o carácter fundamental do poder simbólico na estruturação da percepção da realidade e, também, da própria realidade (Bourdieu, 1989). O reconhecimento da existência dos processos hegemónicos implica que a realidade social seja vista como o resultado de uma construção e reconstrução constante e intrinsecamente temporária. O equilíbrio da ordem social depende da gestão do eventual conflito entre os aspectos legitimados pelos processos hegemónicos e os elementos que constituem uma potencial ameaça à sua integridade. É neste sentido que Pina Cabral refere a coexistência de ‘aspectos diurnos’ e ‘nocturnos’ da vida social (Pina Cabral 2000: 875), cuja maior ou menor visibilidade é conferida através da operação destes processos. Assim, as pessoas, grupos ou práticas marginais são definidas pela distância a que se encontram de um centro legitimado e legitimador, construído pela operação do poder simbólico. Esta abordagem tem a vantagem de não se atribuir o papel exclusivo de vítima aos ciganos, enfatizando-se que a relação entre a marginalidade e a hegemonia é dialógica, ou seja, o confronto entre a expressão diurna dos

aspectos legitimados e visíveis e a expressão nocturna dos aspectos marginais pode ser visto como o elemento potencialmente criativo no processo de reconstrução da ordem social<sup>35</sup>.

O contributo de Pina Cabral assume toda a relevância no contexto desta pesquisa por permitir compreender como o funcionamento da hegemonia tende para a relevância do enfoque em determinados atributos da população cigana, como o nomadismo, ou para a adopção de determinadas estratégias face à manifestação da itinerância. O funcionamento da hegemonia leva, assim, “a uma focagem sobre certos aspectos da vida social (pessoas, objectos, processos e significados) e à repressão de outros. Portanto, o maior ou menor peso destes aspectos no interior da vida social e a sua relativa centralidade acabam por ser definidos em termos da sua relação com a legitimidade (...) a dominação simbólico, por conseguinte, nega alguns significados, dificulta alguns processos, torna alguns objectos invisíveis, silencia certas pessoas” (*idem*: 875).

\*\*\*\*\*

Ao longo deste capítulo procurou-se problematizar de que modo as dinâmicas de mobilidade desencadeadas pela população cigana apelam a um alargamento dos referenciais teóricos que permitam enriquecer a relação entre identidades e territórios. Neste sentido, admitir a mobilidade espacial como um recurso social implicou aprofundar as suas fontes, os factores que facilitam ou condicionam a sua manifestação e os efeitos que tendem a produzir. Assim, abordaram-se, por um lado, não só as lógicas de acção que presidem ao movimento mas, sobretudo, as competências que são exigidas para se manifestar o movimento, a acessibilidade e a apropriação de determinados territórios. Por outro lado, confrontaram-se as dinâmicas de organização sócioespacial dos territórios de acolhimento com os princípios subjacentes à ordem urbana na redução e/ou composição do pluralismo, mas também como os próprios actores representam o território e instauram um regime complexo de distâncias e proximidades nas suas relações intra e inter-étnicas e na configuração dos seus territórios de referência. Por fim, questionou-se como a organização reticular da espacialidade e do sistema de oportunidades acaba por produzir efeitos nos modos de reconhecimento e de representação do Outro, visível na manifestação de identidades “designadas” ou “tematizadas”, na legitimidade da atribuição de determinados lugares no território e no estabelecimento de certas fronteiras identitárias.

---

<sup>35</sup> Tal como referia Touraine, a importância dada pela sociologia à figura do estrangeiro desde Simmel, como uma figura do interior e exterior, revela também uma metáfora da modernidade, pois um indivíduo que se sentiria pertencer totalmente à ordem estabelecida seria um obstáculo às mudanças que transformam a sociedade e a cultura. É preciso ser central e marginal para ser um agente de mudança social (Touraine, 1997: 314).

## **II. A SITUAÇÃO PERIFÉRICA DOS CIGANOS: CONTRASTES SOCIAIS, CATEGORIAS DE ACÇÃO PÚBLICA E INSCRIÇÃO TERRITORIAL**

Numa tentativa de recompor o retrato nacional no que toca à situação social da população cigana procurar-se-á nos capítulos seguintes evidenciar a diversidade dos processos de exclusão/integração. Pretende-se, assim, dar conta da complexa relação entre capacidades dos sujeitos e oportunidades do sistema, evidenciando-se a diversidade do modo de funcionamento dos grupos sociais e a desigual redistribuição dos recursos decorrente dos processos de categorização social (cf. Secção 1). Estes processos serão abordados através de uma breve incursão pela forma como a história sociopolítica tem abordado a população cigana (cf. Secção 2), mas também pela exploração das condições e das modalidades que tornam, actualmente, a presença desta população a nível local um problema público, pondo-se em relevo a diversidade de referenciais discursivos subjacentes nos discursos de actores políticos e institucionais, bem como os contornos da acção pública (Secção 3).

### **1. A fraca e descontinuada caracterização da população cigana em Portugal**

Em Portugal a falta de uma base sólida de conhecimentos sobre os processos que conduzem às situações de pobreza e exclusão social e às desigualdades sociais entre a população cigana é notória e paralela à ausência de visibilidade na agenda das políticas públicas, seja no domínio social, do emprego e da economia, da habitação, da educação ou da saúde. Esta realidade não é exclusiva a Portugal, mas anda a par com a ausência de reconhecimento oficial das minorias. De facto, entre os países que integram o Conselho da Europa apenas quinze (a maior parte da Europa central e do leste) incluem a recolha de dados por grupos étnicos nos seus censos (Project on Ethnic Relations, 2000: 17).

Apesar da população cigana ser a minoria étnica a residir há mais tempo no país, o fraco enfoque num conhecimento de carácter mais extensivo sobre toda a população cigana portuguesa tem inevitavelmente consequências: i) torna-se difícil aferir a extensão real dos problemas sociais que são veiculados no discurso do senso comum; ii) geram-se acções e políticas públicas casuísticas e pouco contextualizadas; iii) envia-se a possibilidade de produzir hipóteses de pesquisas baseadas em amostragens fidedignas e, face aos dados existentes, nem sempre os resultados são utilizados numa perspectiva crítica.

Poderá questionar-se a razão do reduzido interesse pela produção deste tipo de conhecimento, pois a falta de apetência não parece estar do lado da academia<sup>36</sup>. Por um lado, poderá levantar-se a hipótese de que pôr em relevo os processos que originam determinados problemas sociais vai implicar a sua inscrição na arena pública e exigir soluções para o seu enfrentamento. Por outro lado, a fraca relevância política assumida por estudos desta natureza pode também revelar, tal como sublinhava Fernando Luís Machado (1992), a fraca amplitude dos contrastes sociais das minorias étnicas com a restante população e a incipiente politicização da questão étnica, traduzida por um movimento associativo recente, frágil ou mesmo inexistente, como é disto exemplo o reduzido número de associações ciganas com um papel activo<sup>37</sup>. Baseando-se no estudo *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*<sup>38</sup>, o autor constata que embora a percentagem de pobres entre as minorias fosse elevada e até mais elevada em média do que para o conjunto da população portuguesa, a percentagem de elementos de minorias étnicas entre os pobres era muito pequena. Por fim, também não é de menosprezar a falta de consenso em torno da recolha das designadas “estatísticas étnicas”.

Entre os que defendem a sua necessidade, um dos argumentos vai no sentido daquelas apoiarem as políticas públicas no combate às desigualdades e às discriminações de base étnica. Reflectindo as desigualdades, as estatísticas étnicas fazem-nas “existir”, introduzindo-as no debate público e legitimando as acções públicas de luta contra a discriminação. Um outro argumento baseia-se na inviabilização da demonstração da existência de práticas discriminatórias e dos seus processos pela falta de dados, aumentando a possibilidade deste tipo de ocorrências. Ou seja, sem dados estatísticos é muito difícil descrever e compreender os fenómenos de discriminação étnica que afectam a população cigana. Do lado dos que são críticos relativamente à recolha de dados étnicos, o argumento mais significativo consiste no facto de considerarem que a recolha deste tipo de dados é uma questão muito sensível, particularmente no que diz respeito aos ciganos, uma vez que, tanto no passado como no presente, aqueles dados têm sido frequentemente utilizados de forma negativa, nomeadamente no sentido de comprovar a existência de comportamentos desviantes/criminais por parte dos ciganos. Paralelamente, apresentam-se os riscos da constituição artificial de minorias fechadas e rivais e de essencialização das pertenças, ocultando-se o seu aspecto dinâmico e múltiplo (cf.

---

<sup>36</sup> De referir, a título de exemplo, que nos últimos cinco anos participei em equipas de investigação interessadas em realizar uma sociografia de base desta população, tendo sido apresentadas, sem sucesso, cinco propostas a diferentes organismos públicos.

<sup>37</sup> De acordo com informação disponibilizada pelo Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, do ACIDI, das 17 associações ciganas existentes em Portugal, apenas cerca de 6 revelam ter um papel mais activo.

<sup>38</sup> Este estudo, partindo da identificação de sete categorias sociais atingidas ou ameaçadas pelas características que definem a pobreza, analisou as diferenças entre elas no que diz respeito à dimensão e à durabilidade das situações de pobreza. As minorias étnicas surgiam em quinto lugar (Almeida *et al.*, 1992).

entre outros, Rughinis, 2011; Cusset, 2008; Simon, 2005 e 2007; Richard, 2009; Badinter e Le Bras, 2009).

Neste contexto, as aproximações quantitativas que têm sido realizadas circunscrevem-se a tentativas de identificar a dimensão da população cigana portuguesa ou a caracterizações da relação dos ciganos com algumas das áreas do sistema social, como a saúde, a educação ou a habitação, sem preocupações de generalização. Apesar de algumas limitações inerentes aos estudos desenvolvidos poderá assinalar-se os seus contributos mais importantes. Por um lado, permitem ir combatendo certas imagens que o senso comum vai deixando passar, evidenciando nomeadamente o contraste entre a visibilidade de algumas famílias em determinados territórios e a sua real dimensão<sup>39</sup>. Por outro lado, facilitam a realização de amostras mais fidedignas da população cigana que permitam aprofundar determinadas dimensões da realidade. Por fim, permitem enriquecer as análises pelo cruzamento da dimensão da população com outras variáveis consideradas relevantes.

A inexistência de fontes oficiais que permitam uma aproximação à dimensão da população cigana tem conduzido algumas equipas de investigação a recorrerem a diversas formas de recolha de informação, obtendo resultados muito díspares e de grande variabilidade: entre os 25.000 e os 100.000 ciganos residentes em Portugal. Na maioria das estimativas que são avançadas não ficam demonstrados os pressupostos que levam à enunciação destes números. São os casos, por exemplo, de Lopes (1996: 3) que avança com uma estimativa de 25.000 a 30.000 indivíduos, do ERCI (2002: 23) que refere existirem entre 50 000 a 60 000 ciganos e de Machiels (2002: 11) que apresenta dados a variarem entre os 50.000 e os 100.000. Outros estudos, pelo contrário, fundamentam os procedimentos da recolha de informação. É disto exemplo o levantamento efectuado por Olímpio Nunes, entre 1973 e 1980, que contabilizou 18.800 ciganos com residência fixa e 1.500 sem domicílio fixo (Nunes, 1981), mas também a recolha efectuada nas Juntas de Freguesia, em 1997, pelo SOS Racismo, no âmbito do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos do Alto Comissário para as Minorias Étnicas, embora apenas publicado em 2001, contabilizando 13.514 ciganos (SOS Racismo, 2001) e, mais recentemente, o levantamento realizado pela Rede Europeia Anti-Pobreza nos seus dezoito Núcleos Distritais que identificou 7.154 agregados familiares, que para uma

---

<sup>39</sup> A título de exemplo, refira-se um estudo realizado num bairro camarário do Porto onde o recenseamento exaustivo porta a porta dos elementos da população cigana revelou existirem 518 indivíduos, claramente inferior às estimativas fornecidas por instituições que trabalhavam no local, que apontavam para a existência de 1000 a 5000 ciganos no bairro (Cf. Cortesão *et al.*, 2005). Também os dados recentemente publicados sobre a população cigana residente nos Bairros Municipais de Lisboa vão no mesmo sentido: apenas 4,3% dos residentes são ciganos, pondo em perspectiva a sua “elevada visibilidade social” (Santos *et al.*, 2008: 153).

média de quatro elementos por família a dimensão da população cigana rondaria as 30.040 pessoas (Vicente, 2009).

No âmbito de alguns projectos de investigação desenvolvidos no Centro de Estudos Territoriais, o lançamento de um instrumento de recolha de informação junto das câmaras municipais (Questionários Ciganos, Territórios e Itinerância – CTI 1, 2005) e, posteriormente, junto dos postos da Guarda Nacional Republicana (Questionários Ciganos, Territórios e Itinerância – CTI 2, 2006), constituiu uma oportunidade para recolher a dimensão da população cigana em Portugal continental. Tratando-se de entidades que, pela natureza das suas competências, detêm um conhecimento privilegiado sobre o que se passa na área da sua jurisdição a informação obtida, pelo cruzamento de cada um destes instrumentos, permitiu a cobertura de 75% do território continental, chegando-se ao número estimado de 40.568 pessoas ciganas (cf. Mapa 1 e Anexos 1 e 2).

Tal como se constatou anteriormente, este número embora se aproxime de algumas das estimativas que têm sido realizadas, apresenta limitações decorrentes das fontes utilizadas. No entanto, e como se terá oportunidade de constatar ao longo deste capítulo, este mapeamento assume a sua relevância por permitir identificar onde se localiza a população cigana com maior peso relativo de situações de exclusão habitacional e desenvolver uma abordagem territorializada destas situações (cf. Secção 3.2.1).

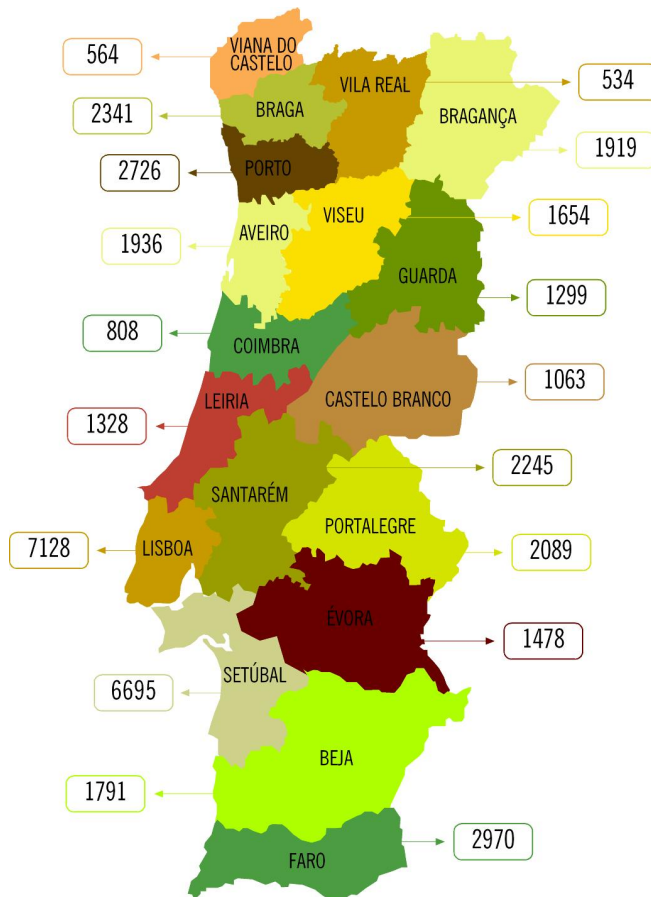
Poderá colocar-se como hipótese que a informação recolhida relativa à dimensão da população cigana tende a reflectir o universo de ciganos mais visíveis para as entidades auscultadas ou aqueles que tendem a apresentar os níveis de privação mais elevados e qualquer utilização que seja feita destes dados tem de ter isto em conta. É certo que, para alguns concelhos, se consegue uma aproximação mais fidedigna, fruto de alguns recenseamentos que têm sido realizados por equipas de investigação ou no quadro de projectos de intervenção social, onde os próprios ciganos são envolvidos como colaboradores na recolha de informação. No entanto, noutros casos apenas se consegue identificar os indivíduos que recebem algum tipo de apoio e mesmo assim sem a garantia de que estas situações são totalmente contempladas<sup>40</sup>. Ou seja, podemos estar a ter por referência o universo dos ciganos mais vulneráveis, caindo-se no

---

<sup>40</sup> Refira-se como exemplos os concelhos de Lisboa e Porto, onde no primeiro apenas ficam contempladas as pessoas ciganas residentes nos bairros municipais geridos pela Gebalis (3.296 indivíduos) e no segundo só se conseguiu apurar 500 indivíduos, através da auscultação da Câmara Municipal, quando se sabe que apenas num bairro camarário, em 2005, residiam 518 pessoas.

perigo de confundir a etnicidade com vulnerabilidades sociais e agravando-se inadvertidamente a estigmatização.

Mapa 1: Distribuição da população cigana em Portugal continental, por distrito



Esta tem sido a tendência de alguns estudos que na ausência de recenseamentos rigorosos acabam por reforçar a etnicização da pobreza. A título de exemplo, refira-se as críticas endereçadas por M. Olivera aos trabalhos realizados por alguns organismos internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (i.e., Ringold *et al.*, 2005), preocupados em identificar os constrangimentos à inserção da população cigana e em delinear soluções, sobretudo, em alguns países da Europa Central e Oriental. A constituição de amostras supostamente representativas não é relativizada quando se apresentam conclusões que se revelam genéricas, ou seja, a população estudada é aquela definida como “Rom” (por auto-identificação e/ou identificação exterior) e vivendo em lugares designados como bairros rom/ciganos, por definição marginalizados, pelo menos espacialmente, logo não se trata de um retrato extensível à população cigana dos países analisados, mas sim aos problemas sociais e económicos vivenciados pelos habitantes de territórios desfavorecidos (Olivera, 2011). Olivera faz um exame crítico da “engrenagem bem

oleada que faz mover a ‘questão cigana’ na Europa, na medida em que as conclusões não podem ser dissociadas do contexto sócio-político, nem de quem as produz. O autor refere então que:

*“Adossés aux entreprises de ‘reconnaissance et promotion des minorités’ menées par les institutions européennes (Conseil de l’Europe en tête) et diverses ONG, ces discours ont efficacement déconnecté ‘les Roms’ des réalités historiques, sociales et culturelles européennes, en se prévalant d’une expertise fondée sur des études dont on vu les limites (...) Comme l’a montré N. Guillot, ‘ces nouvelles formes de mobilisation non gouvernementale, affichant tous les attributs de l’activisme moral, de l’internationalisme, apparemment à l’écoute des besoins réels, sont en même temps les vecteurs capillaires d’un véritable impérialisme symbolique’, parfaitement imbriqué dans l’orthodoxie économique néolibéral (...) le cas de l’Open Society Institute étant de ce point de vue exemplaire (...) la philanthropie savante promue par G. Soros s’inscrit dans une conception utilitariste plutôt que critique des sciences sociales, abandonnant les analyses en termes d’inégalités structurelles ou de classes sociales.” (idem: 114-115)*

Este problema, infelizmente, tende a ser transversal à abordagem da pobreza, pois o discurso político dominante situa-a como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socio-económico e, como consequência, intensifica a procura de medidas correctivas, transferindo os recursos para uma esfera externa aos “mercados”: a esfera do social (Batista, 2010). Como diria Bourdieu, já em 1993, “passa-se de uma política de Estado visando agir sobre as estruturas, para uma política que visa simplesmente corrigir os efeitos da distribuição desigual de recursos em capital económico e cultural, ou seja, uma caridade do Estado destinada (...) aos pobres ‘merecedores’” (Bourdieu, 1993c: 343, tradução livre).

Em Portugal, como já referido, os dados existentes resultam de alguns estudos monográficos que têm sido realizados e permitem apenas aproximações à realidade. Foi, com base nestas informações gerais disponíveis que F.L. Machado, em 2002, através de localizações médias qualitativamente construídas, posicionou vários grupos presentes na sociedade portuguesa no “espaço de etnicidade”. Para o efeito, o autor utiliza a noção de um contínuo de *contrastes* e *continuidades* para dar conta das possibilidades de variação da etnicidade. Assim, quanto mais o perfil social e as características culturais de determinada minoria apresentem contrastes relativamente à sociedade maioritária mais saliente é a etnicidade. Admitindo um perfil médio e aceitando a existência de diferenciações internas, a população cigana surge com os níveis de etnicidade mais fortes por se demarcar ao nível da sua inserção. Esta inserção traduz-se pela sua presença em sectores precários e informais do mercado de trabalho e pouca expressão ao nível do assalariamento, pelas taxas de analfabetismo elevadas e pelos índices mais altos de precariedade habitacional. Do ponto de vista das dimensões culturais, a sociabilidade é predominantemente intra-étnica e os padrões matrimoniais são tendencialmente endogâmicos,



reforçando-se as fronteiras relativamente à restante sociedade portuguesa (Machado, 2002: 41-62).

Hoje, passados cerca de 10 anos, seria interessante voltar a construir este retrato e perceber se o perfil sócio-cultural da população cigana se manteria com um nível de contraste tão acentuado. Esta análise não dispensaria, no entanto, a incorporação de duas dinâmicas: por um lado, os factores que favoreceram trajectórias de mobilidade social ascendente e, por outro, as dinâmicas de recomposição global da sociedade portuguesa, nomeadamente na diminuição do peso das situações de pobreza entre os sectores mais desfavorecidos que, segundo os dados disponíveis e apesar de se assistir a um ligeiro desagravamento, têm um peso ainda significativo<sup>41</sup>. Mas esta análise, e na ausência de uma sociografia de base desta população, exige também alguma cautela na utilização dos dados disponíveis, nomeadamente quando os objectivos das pesquisas que apresentam os dados incidem na construção social e étnica da pobreza e não sobre a situação genérica dos ciganos no país, quando os procedimentos metodológicos não ficam suficientemente explícitos na obtenção dos dados apresentados ou quando não se confrontam os dados recolhidos com os relativos a outras populações a viver condições de vida semelhantes<sup>42</sup>. Na ausência desta permanente vigilância epistemológica, as ciências sociais acabam por ser, muitas vezes, implícita ou explicitamente, denunciadoras. Schnapper é a este título muito clara:

*“Il est vraie que, dans son principe, le projet démocratique n’est pas remis en cause par la constatation des inégalités de fait, puisqu’il est précisément fondé sur l’idée et l’idéal de traiter politiquement et juridiquement de manière égale des personnes réellement et socialement inégales. Mais il est également vrai que la constatation des différences, perçues dans la société démocratique en termes d’inégalités, a, de fait, souvent constitué des arguments pour traiter inégalement les personnes (...) les sociologues doivent donc être particulièrement vigilants dans la présentation et analyse de leurs conclusions.”* (Schnapper, 1998: 503)

No sentido de se reconstituir o tal retrato socorro-mo-nos dos dados mais recentes e de âmbito nacional relativamente a apenas alguns indicadores. A sua análise evidencia ainda uma dimensão forte dos contrastes sociais da população cigana face à globalidade da população

---

<sup>41</sup> Os dados disponíveis sobre a evolução da situação de pobreza em Portugal apontam para ligeiras melhorias. Concretamente assistiu-se entre 2003 e 2008 a uma redução da taxa de intensidade de pobreza de 24,7% em 2003 para 23,6% em 2008, provavelmente associado a uma melhoria do rendimento dos agregados com recursos económicos mais baixos. Também no que diz respeito à situação de risco de pobreza da população residente, ou seja, em que o seu rendimento anual era inferior ao limiar de pobreza (i.e., 4.969€) se assiste a uma ligeira melhoria, passando de 20,4% em 2003 para 17,9% em 2008 (INE, 2010).

<sup>42</sup> Veja-se, a este propósito, os dados apresentados por uma equipa de investigação coordenada por J.G. Pereira Bastos sobre a situação prisional dos ciganos portugueses, onde não se faz nenhum paralelismo entre a condição social dos ciganos e outros detidos, com consequências inevitáveis ao nível das interpretações possíveis: seja pela via da constatação da existência de discriminação, seja pelo reforço da existência de taxas de delinquência mais elevadas entre os ciganos (Bastos *et al.*, 2007: 49).

portuguesa. Contudo, entre aqueles sectores mais desfavorecidos revelam um fraco peso percentual e para alguns indicadores parece assistir-se a alguma redução do nível dos contrastes sociais. Ora, vejamos como alguns dados vão no sentido desta constatação.

Os dados relativos ao Rendimento Social de Inserção (RSI) permitem avaliar os níveis de privação das famílias e constata-se que a população cigana representa aproximadamente 6,4% entre os beneficiários do RSI, valor pouco expressivo no universo dos beneficiários desta medida. Contudo, entre o universo estimado de ciganos portugueses representam mais de metade (52%), contrastando, assim, com o peso diminuto que o conjunto dos beneficiários desta medida representa no total da população portuguesa (apenas 3,3%)<sup>43</sup>. No que toca à situação face ao mercado de trabalho, e de acordo com os dados resultantes do inquérito lançado pela REAPN<sup>44</sup>, em 2009, 84% dos indivíduos ciganos declararam estar inactivos, destacando-se os desempregados com trabalho informal (45%). Dos 16% de indivíduos que constituem a população activa, a grande maioria trabalha por conta própria ou tem negócios familiares (12%). Também ao nível da escolaridade se constata o grande peso de indivíduos com mais de 16 anos sem nenhum nível de escolaridade (33,9%), ainda que a taxa de analfabetismo para esta faixa etária acompanhe de perto a apresentada para o nível nacional (a rondar ambas os 8%)<sup>45</sup>. No que toca à habitação, e de forma breve, pois teremos oportunidade de aprofundar esta temática no ponto 3.2.1., constata-se que a população cigana a residir em alojamentos não clássicos em 50 concelhos representa 15,1% do total da população cigana do país e 7,8% do total de residentes em alojamentos não clássicos. No entanto se restringirmos os respectivos universos aos 50 concelhos, o panorama assume outras proporções, revelando a dimensão expressiva do contraste social: entre a população cigana que reside nestes territórios 42,1% vive em alojamentos não clássicos e face ao universo da população a residir nestas condições habitacionais os ciganos representam 26,4% (cf. Quadro 2).

---

<sup>43</sup> De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto da Segurança Social para o Relatório das audições efectuadas sobre portugueses ciganos (Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, 2009: 22-23) existiam em Dezembro de 2008, 5.275 famílias ciganas beneficiárias do RSI em Portugal continental. Estimando-se que a dimensão média da família é de 4 elementos o número de beneficiários ciganos rondaria os 21.100 indivíduos, num total de 328.919 beneficiários (ISS, 2010: 26).

<sup>44</sup> A amostra deste estudo ainda que apresente as limitações inerentes ao desconhecimento exacto do universo da população cigana portuguesa, logo sendo apenas uma aproximação à realidade, teve o mérito de se constituir pelas seguintes quotas: idade, género, localização rural/urbana, tipologia de habitação (Vicente, 2009).

<sup>45</sup> A comparação estabelecida com os dados dos Censos tem de ser relativizada. Por um lado, a taxa de analfabetismo definida pelo INE estabelece os 10 anos de idade como referência para o seu cálculo, ao passo que os dados disponíveis no estudo são para os indivíduos com mais de 16 anos. Considera-se, no entanto, esta comparação mais fidedigna do que aquela que é apresentada no estudo, que calcula esta taxa para o total da população residente no continente e que dá um valor de 15%. Por outro lado, o desfasamento temporal da recolha de informação entre os Censos e o questionário lançado pela REAPN poderá fazer com que os dados mais actuais para este indicador apresentem uma diminuição.

Os dados apresentados para além de revelarem as insuficiências do desenvolvimento da estrutura social portuguesa, evidenciam a situação de maior vulnerabilidade dos ciganos face à globalidade da população portuguesa, mas também a heterogeneidade da sua condição social. Se, por um lado, podemos admitir que uma parte significativa dos elementos que integram esta população tem passado por um processo de progressiva fragilização e para o qual não é de descurar o peso exercido pelo “marcador étnico” na produção das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social (Guerra *et al.*, 2002), por outro lado, existem já evidências empíricas que permitem compreender o “mistério” enunciado por San Roman, em 1986 sobre as razões de tantos ciganos se integrarem (San Roman, 1986a: 194). Os estudos de Maria José Casa-Nova (2002, 2009) e de Olga Magano (2010) são a este título ilustrativos e vão no sentido daquilo que San Roman enfatizava de que para além das diferenças de classe existentes entre os ciganos espanhóis, todos tinham em comum a estratificação étnica, ou seja, *“la injusticia de la adjudicación desigual no se agota en las classes sociales, y esto hay que tenerlo en cuenta si se pretende acabar de comprender el problema, pero es igualmente cierto que se vincula estrechamente a las classes sociales, y sin esto no creo que podamos empezar a enterdelo”* (San Roman, 1986a: 187).

Compreender a diversidade dos processos de exclusão/integração implica, assim, mobilizar uma análise que permita dar conta da complexa relação que se estabelece entre capacidades dos sujeitos e oportunidades do sistema. Para Sen (1992), estas capacidades derivam de um conjunto de competências que cada indivíduo pode (ou não) atingir ao longo do seu percurso de vida. A sua aquisição e a sua conseqüente mobilização confronta-se, contudo, com um contexto de acção caracterizado por um conjunto de recursos mobilizáveis pelos sujeitos e que moldam um sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem desigualmente, visto serem dotados de distintas capacidades, mas e sobretudo de se relacionarem com sistemas de acção colectivos mais ou menos ricos na geração de oportunidades. Ora essas oportunidades/constrangimentos, para além de se relacionarem com o processo de desenvolvimento societal e com percepções que os colectivos nacionais incorporam em termos de redistribuição social, apresentam uma distribuição desigual no espaço e no tempo, dotando os sujeitos de diferenciais iguais de oportunidades para concretizarem as suas capacidades. No seguimento desta linha interessa, assim, cruzar os fenómenos de discriminação de que a população cigana é alvo, com a própria heterogeneidade interna dos elementos que constituem esta população, ou seja a diversidade de “disposições estruturantes devidas à pertença étnico-cultural” (Casa-Nova, 2008: 37). Tal como também salientava Luís Capucha é, pois, indispensável o cruzamento da diversidade de condições objectivas de

existência com a “diversidade de referências culturais, sistemas valorativos e representações sociais que os indivíduos e as famílias constroem e reproduzem, configurando-se, assim, um conjunto de modos de vida” (Capucha, 1998a: 229).

Transversal a todos os estudos que têm sido desenvolvidos, em Portugal, acerca das representações dos não ciganos sobre os ciganos fica claro que os ciganos são não só rejeitados em larga escala, como o são em maior escala que outras minorias residentes em Portugal, nomeadamente as oriundas de países africanos (cf. Silva e Pinto, 2004; Mendes 2004; Duarte *et al.*, 2005a e 2005b; Fonseca *et al.*, 2005; Dias *et al.*, 2006; Faisca e Jesuíno, 2006). Também quando se analisam as representações dos próprios ciganos sobre domínios, práticas e situações percebidos como discriminatórios no contexto das relações que estabelecem com o mercado de trabalho, o sistema de ensino, o acesso à habitação e as forças policiais fica patente a existência de um “racismo quotidiano” (Mendes, 2008) e quando se compara esta percepção com outros grupos também se chega à conclusão de que os ciganos são o grupo que mais se sente discriminado nas principais áreas da vida social, desde as instituições de prestação de serviços públicos até aos espaços de diversão ou de comércio e de lazer (Santos *et al.*, 2009). Nos dados que têm sido disponibilizados por inquéritos de âmbito europeu, também emerge a racialização da interação, com consequências inevitáveis ao nível do sistema de oportunidades. Para além de um dos inquéritos revelar que 47% de ciganos europeus passaram pelo menos por um incidente de discriminação em 12 meses<sup>46</sup>, também o Eurobarómetro revela a predominância da discriminação com base na origem étnica (EU27: 61% e em Portugal: 57%<sup>47</sup>).

A par da existência daquilo que se costuma designar de um “anti-ciganismo” generalizado, há que perceber a própria diferenciação interna à população cigana, cujo “habitus étnico” (Casa-Nova, 2002) tende a ser relevante nas formas de acesso às oportunidades. A explicação da heterogeneidade da população por via da metáfora de “mosaico de grupos diversificados”<sup>48</sup>, utilizada por Liégeois em 1983, tem vindo a ser recorrentemente retomada por alguns autores, com novas designações: “mosaico de fragmentos étnicos” (Dell’Agnese, 2003, cit. por Vitale,

---

<sup>46</sup> EU-MIDIS, European Union Minorities and Discrimination Survey, FRA 2010.

<sup>47</sup> Special Eurobarometer 317, Discrimination in the EU, 2009.

<sup>48</sup> Esta metáfora permite duas constatações: uma delas é que a ideia de mosaico pressupõe um conjunto cujos elementos estão ligados entre si e as ligações existentes contribuem para o organizar e estruturar; a outra é que cada elemento possui características próprias que, isoladamente, aparenta ser diferente dos outros. Assim, uma descrição sobre a organização do conjunto não dá conta da qualidade de cada uma das partes e inversamente a análise de uma parte não é generalizável ao conjunto (Liégeois, 1983).

2008), “galáxia de minorias” (Dell’Agnese e Vitale, 2007) ou “lugares de etnia” (Casa-Nova, 2002).

O conceito de “lugares de etnia” que Maria José Casa-Nova tem vindo a problematizar (Casa-Nova, 2002, 2008, 2009) é a este propósito ilustrativo, pois parte da constatação de uma diferenciação intra-étnica, assente numa auto-diferenciação realizada pelos diferentes sujeitos, constituindo-se em “lugares diferenciados” dentro do que a autora designa de “habitus étnico”. Para a autora, a forma como os ciganos comparam certas características culturais do grupo étnico de pertença com outras características de elementos do mesmo grupo e/ou de outro grupo, leva à constituição de esquemas de pensamento e de acção perante a sua própria etnia e perante as suas relações inter-étnicas. De uma forma esquemática, pode surgir um “habitus simples”, que corresponde a um certo determinismo étnico (um certo conservadorismo), ou um “habitus composto”, que representa um distanciamento crítico de certas práticas e percepções culturais do grupo étnico, mas não a perda da identidade cultural (Casa-Nova, 2008: 37). Estes lugares de etnia são dinâmicos, fruto da diversidade de estratégias e expectativas de vida, das percepções de si e dos outros e das redes de sociabilidade desenvolvidas em diferentes contextos e a escalas geográficas diversas. Mas a sua constituição joga-se ao nível das diferenças de posicionamento no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho e ao valor atribuído aos saberes e diplomas escolares, bem como a diferenças de postura no que concerne a determinados valores da “Lei cigana<sup>49</sup>” (*idem*: 39), não se registando, assim, uma sincronia entre os factores estruturais de classe social, a etnicidade e o género (*idem*: 37).

A conceptualização avançada por Casa-Nova tem o mérito de responder a algumas das expectativas que se colocam às ciências sociais, nomeadamente pelo sistema político e por alguns sectores da administração pública, quando se pretende delinear estratégias de intervenção com a população cigana. Perante representações sociais que veiculam a homogeneidade de uma população e à qual se atribui muitas vezes a noção de comunidade, os “lugares de etnia” permitem compreender os processos e os factores que contribuem para a diversidade dos elementos que constituem o grupo e relativizar algumas das categorias que geralmente são mobilizadas para o definir. Por outro lado, esta própria diferenciação interna coloca os sujeitos em posições desiguais no acesso às oportunidades, mesmo quando estas são

---

<sup>49</sup> A Lei Cigana constitui uma espécie de código de conduta que é transmitido oralmente de geração em geração, estruturando os processos de socialização das crianças e jovens e as práticas dos jovens e adultos e regulando as suas acções, sendo aplicável apenas intra-grupo. Quando a quebra da Lei implica desonra ou morte e origina disputas familiares, para as quais não existe consenso entre as partes conflituantes, as penas em que incorrem os infractores ou a regulação do conflito são aplicadas pelos chamados “homens de respeito” (Casa-Nova, 2009: 125-126).

disponibilizadas sem nenhuma intenção segregativa ou discriminante. Por fim, e não seguindo a leitura de Casa-Nova, os lugares diferenciados podem ser “hierarquizáveis ou hierarquizantes”, pois entrando no jogo das interações intra e inter-étnicas acabam, muitas vezes, por ditar o lugar possível na estrutura social. No fundo, na dinâmica relacional, as identidades vão sendo, em parte, (re)construídas em função de processos de categorização que se prestam “à justificação da diferença aparente” e neste sentido “promovem-se ou toleram-se identidades como meio para se colocarem à margem os grupos que delas são portadores” (Fernandes, 1995: 44).

Esta diversidade interna à população cigana, sobretudo, ao nível das diferenças de posicionamento no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho e ao valor atribuído ao sistema educativo permite, pois, questionar algumas das conceptualizações teóricas que têm sido mobilizadas em torno da exclusão social para abordar a população cigana (Mendes, 2005, Nicolau, 2010), sobretudo, por não explorarem teórica e analiticamente de que forma a exclusão social não reflecte, apenas, uma acção deliberada de uma hegemonia contra uma minoria. Ana Sofia Marques é uma das autoras que explora precisamente esta relação dialógica e, nesse sentido, afirma que “É com alguma reserva que se pode pensar a situação dos ciganos enquanto excluídos se se associar essa exclusão ao mercado de emprego. (...) estamos perante grupos com uma forte coesão interna que desenvolvem na sua grande maioria, actividades económicas não integradas no mercado formal de emprego. (...) Mais do que factores de exclusão resultantes de um *déficit* ao nível dos requisitos para aceder às oportunidades que a sociedade oferece (por distância face à informação, por incapacidade de formular projectos de transformação do próprio destino, por inadequação da vivência e gestão do tempo e dos recursos, por baixa auto-estima, por ausência de hábitos de trabalho regular, etc.), trata-se de formas de organização interna dos grupos sociais, "modos de vida" contrastantes com os propostos pelo padrão vigente nas sociedades modernas ocidentais. Não se nega que os ciganos possam apresentar alguns *handicaps de inserção*, contudo, caracterizar apenas as "ausências" que a socialização das comunidades ciganas apresenta face a um modelo adequado à detenção de requisitos para aceder a um emprego significa omitir a existência de modelos de organização específicos das populações ciganas com respostas próprias e diferenciadas às questões do acesso ao rendimento e quadros mentais correspondentes” (Marques, 2005: 77-78).

Não é possível deixar de notar o “incómodo” muitas vezes gerado pela produção deste tipo de conhecimento que põe em relevo a heterogeneidade de perfis sociais e a existência de

especificidades nos seus modelos de organização social<sup>50</sup>. Partir destas constatações exige outros recursos não disponíveis pelas políticas públicas, nomeadamente o accionamento de meios que permitam aprofundar o conhecimento sobre os beneficiários de determinadas políticas, avaliar se estas políticas estão a beneficiar todos os cidadãos de igual maneira ou se é necessário dirigir a intervenção em função de determinados perfis e do grau de discriminação de que são alvo. Assim, a invisibilização da problemática, decorrente do princípio constitucional da indiferença às origens (o famoso artigo 13.º) é a este nível extensível a vários domínios, incluindo a própria intervenção social que tende a seguir mais a lógica dos recursos disponíveis e não tanto as necessidades sentidas e expressas pelas pessoas.

Nesta complexa relação entre capacidades e oportunidades, os horizontes e a variedade das formas que assume exclusão dificultam qualquer tentativa que vise delimitar as suas fronteiras (Fernandes, 1995: 17), mas também não torna mais fácil a compreensão das suas causalidades. A incursão nestas causalidades segue uma das interrogações da pesquisa, ou seja, a exploração dos factores exógenos à população cigana que contribuem para a perpetuação de situações de exclusão habitacional, condicionando simultaneamente quer as suas práticas de mobilidade, quer as de enraizamento territorial.

Sem se ter a pretensão de esgotar as causalidades dos contrastes sociais evidenciados por uma parte significativa da população cigana pretende-se, num primeiro momento, perceber de que forma o Estado se tem organizado para fazer face à mobilidade dos ciganos e de que forma esta história sociopolítica reflecte os “modelos” de tratamento das populações ciganas (Capítulo II, Secção 2). Num segundo momento, explora-se em que condições e através de que modalidades a presença dos ciganos se torna a nível local um problema público e quais as respostas que a nível local são evidenciadas (Capítulo II, Secção 3). Os factores agora enunciados, mais centrados na sua dimensão social e política, não podem ser dissociados da influência da produção científica em torno da naturalização das identidades e da transição unívoca para o sedentarismo, tal como foi enunciada no Capítulo I.

Interessa, pois, evidenciar como a constituição de uma “questão cigana” se foi colocando ao longo dos últimos anos em Portugal ao nível das políticas e dos aparelhos de segurança do Estado. Para o efeito, procura-se abordar a emergência do “nomadismo” na cena pública como um fenómeno a merecer uma atenção particular, evidenciando-se de que forma a diversidade

---

<sup>50</sup> Um artigo de Patrick Williams (1988) sobre os efeitos da publicação de estudos etnográficos entre ciganos e não ciganos é, a este título, ilustrativo.

de versões que assume o problema corresponde à diversidade dos seus modos de construção (Cefaï, 1996: 47), e como a sua manifestação assume características diferenciadas em função da escala onde os problemas se colocam, ou seja, o nível central ou local de decisão política. Estes dois aspectos, estreitamente interligados, assumem a sua pertinência analítica, na medida em que a formulação dos problemas se encontra relacionada com as modalidades desejadas para o seu tratamento, logo relevante nas soluções que são ou não privilegiadas (Dubois, 2009: 15).

## 2. Do reconhecimento da diferença à constituição de uma “questão cigana”

A história da presença dos ciganos em Portugal revela como o nomadismo esteve no centro de algumas controvérsias ao ponto de se constituir como problema público. Como relembra Cefaï, tornar um problema digno de preocupação implica entrar numa lógica de designação e de descrição do problema para o resolver, podendo ser operadas modelizações que retranscrevem de outro modo o sentido da actividade ou da situação (Cefaï, 1996). De facto, sempre que os cientistas sociais abordam a presença dos ciganos nos vários países europeus, ao longo da história, tendem a chegar às mesmas conclusões: as medidas legislativas dos últimos cinco séculos que visaram os ciganos contribuíram para alimentar e apoiar os aspectos das imagens estereotipadas que eram indispensáveis na sua elaboração e aplicação, ou seja, os ciganos eram definidos como era necessário que fossem face às exigências da ordem socio-política. É neste sentido que Liégeois refere a importância que assume o exemplo do tratamento administrativo dos ciganos e dos nómadas na análise histórico-política das sociedades onde eles permaneceram:

*“Nomades et tsiganes mettent la société qui les entoure en face de ses phobies et de ses cauchemars, et l’image de l’étrange construite à chaque époque offre l’illustration d’un contre type révélateur des tensions de ceux qui la construisent; elle met en exergue le ‘contraire’ du groupe qui la projette pour s’en débarrasser, d’où cet effet de miroir des préoccupations d’un temps, qui permet avec l’exemple du traitement administratif des tsiganes et nomades l’analyse historico-politique de ceux qui les entourent.”* (Liégeois, 1980 : 42)

Mais do que elencar as várias medidas que ao longo do tempo foram sendo aplicadas, o que tende a ser mais relevante neste processo histórico são as lógicas que presidiram à distinção de um grupo de pessoas, de lhes atribuir um nome e determinadas práticas e de legitimar um tratamento diferenciado<sup>51</sup>. Assim, interessa salientar, por um lado, a forma como a diferença

---

<sup>51</sup> No contexto deste trabalho dispensa-se a apresentação exaustiva das medidas dirigidas à população cigana que ao longo dos tempos foram sendo promulgadas. De facto, são vários os autores portugueses que fazem um aprofundamento desta abordagem histórica, tais como Coelho (1995 [1892]), Nunes (1996 [1981]), Machado (1988), Costa (1995), Costa (1993, 1999), Pinto (2000), Mendes (2005), Bastos *et al.*, (2006). Interessa, porém,



social e cultural foi sendo encarada e, por outro, através de que mecanismos se procurava abordá-la. Deve, no entanto, ter-se presente que o “monopólio da aversão aos ciganos” (Costa, 1995: 17) não pode ser totalmente imputado ao Estado, pois as suas políticas decorriam (como hoje ainda sucede) da pressão popular e das queixas apresentadas em várias instâncias.

Inicialmente os dispositivos legais não visavam explicitamente os ciganos, mas grupos de pessoas que se distinguiam do resto da sociedade pela relação que mantinham com um modo de vida itinerante. No entanto, a especificidade legislativa começa a ganhar a sua força distintiva ao associar a este modo de vida algumas características, tais como: o andar em “ranchos ou quadrilhas”<sup>52</sup>, “falar gerigonça”, “usar trajes de ciganos”, “ler a sina”<sup>53</sup>. Nos argumentos formais apresentados nas várias medidas legais é, pois, possível reencontrar os estereótipos que envolviam os itinerantes: “o cigano ou o itinerante é tido como fisicamente ameaçador e ideologicamente perturbador pelos ‘abusos e enganos’ que é acusado de cometer e pelo mau exemplo de insociabilidade e de ociosidade que possa dar” (Liégeois, 1989 [1985]: 111). De certa forma, o que parece promover a aparente racionalidade das disposições legais é a persistência de equívocos e imagens negativas que se consolidam numa verdadeira “teoria do estigma”<sup>54</sup>, legitimadora das políticas de exclusão, mas também das de reclusão e inclusão, tal como foram sistematizadas por Liégeois e que adiante se explicitam.

As medidas que foram sendo adoptadas não eram irreflectidas, pois a sucessiva renovação da legislação publicada e o agravamento das penas revelavam a sua intencionalidade consciente, ainda que permaneça a dúvida sobre a eficácia das leis. Por um lado, parece que na maioria das vezes elas não teriam sido aplicadas ou teriam produzido efeitos parciais (Machado, 1988: 8). Por outro, a generalização das expulsões em vários países não oferecia grandes alternativas à população e as medidas mais coercivas (como a pena de morte) faziam diminuir uma força de trabalho que se ia revelando cada vez mais importante para servir nas galés ou nos territórios coloniais.

---

reter que a história de perseguições e expulsões não foi exclusiva em Portugal, sendo também abundante a literatura noutros países europeus como se pode constatar, por exemplo, nas obras de Liégeois (1980, 2009), Asséo (1989, 1994), Auzias (1995), Plésiat (2011). A referência que é feita neste capítulo às medidas que foram implementadas em Portugal até ao início do século XIX foram baseadas nas obras supra citadas.

<sup>52</sup> Lei de 28 de Agosto de 1592. Nesta lei é considerada a pena de morte para aqueles que não saíssem de Portugal num prazo máximo de quatro meses, ou não fixassem residência num lugar fixo.

<sup>53</sup> Alvará de 24 de Outubro de 1647, Decreto de 1708.

<sup>54</sup> Nas palavras de Goffman, “*By definition, of course, we believe the person with the stigma is not quite human. On this assumption we exercise varieties of discrimination through which we effectively, if often unthinkingly, reduce his life chances. We construct a stigma theory, an ideology to explain his inferiority and account for the danger he represents, sometimes rationalizing an animosity based on differences*” (Goffman, 1963: 15).

A relativa homogeneidade dos estereótipos negativos que estruturam a imagem dos ciganos e a sua fraca variabilidade em função dos contextos onde se regista a sua presença (Formoso, 1994: 128) permite avançar com duas hipóteses explicativas. Por um lado, os estudos tendem a enfatizar a sucessão de fenómenos que tornaram os ciganos “vítimas da história em vez dos seus construtores” (Rothea, 2009), o que poderá estar na origem do perpetuar da imagem mais sombria desta população, esquecendo-se os processos que conduziram a uma hospitalidade territorial e a formas de coexistência mais positivas ou mesmo a alguns feitos importantes na história<sup>55</sup>. Por outro lado, o “mito cigano” (Hancock, 1989: 50), assente numa base romanticizada ou associado a desvio, foi servindo ao longo dos tempos uma função política, pois ao revelar as tensões decorrentes de fobias em relação ao que se revelava diferente ia-se desenhando os limites do sistema dominante.

Se recentemente Sama afirma que a legislação apresenta uma trajectória linear, variando entre a intenção de integração forçada e a criminalização de modos de viver (Sama, 2010: 70), parece importante reter algumas das nuances subjacentes às formas como o exercício do poder tem reflectido diferentes racionalidades políticas. A sistematização avançada por Liégeois (1980) é a este propósito ilustrativa, por permitir distinguir vários tipos de políticas – nem sempre mutuamente exclusivas -, ainda que unidas pela negação do Outro e evidenciar o sentido de uma evolução nos tratamentos e nas justificações que as acompanham.

Em Portugal, foram várias as “políticas de exclusão” que proibiam a entrada e preconizavam a expulsão para fora do território do Estado de grupos indesejáveis, no entanto, tal como anteriormente referido, não se revelavam eficazes em termos práticos e económicos. Assim, no final do século XVII, inaugura-se uma nova fase – a das “políticas de reclusão” – que Plésiat refere, como hipótese, reflectir a passagem de um estado de tipo feudal, fortemente dividido, a um estado moderno, centralizado e organizado em torno da gestão do imposto e de controlo da força de trabalho (Plésiat, 2011: 43)<sup>56</sup>. Já não se trata de expulsar os “nómadas” (apenas os de “fora”), mas sim “recuperar” os que “já são naturais, filhos e netos de portugueses” com a condição de “tomarem domicílio certo”<sup>57</sup>. A legislação começa, então, a procurar soluções para

---

<sup>55</sup> Elisa Lopes da Costa refere, por exemplo, o contributo dado por alguns ciganos durante a Guerra da Restauração embora seja uma matéria pouco difundida e aprofundada (Costa, 1999: 56). Também Ana Maria Machado refere a sua importante contribuição na realização de trabalhos de utilidade pública (Machado, 1988: 5).

<sup>56</sup> Também Foucault faz referência a uma conjuntura histórica particular em França, mas no século XVIII. Este contexto dá origem ao surgimento da “sociedade disciplinar”: grande crescimento demográfico (aumento da população flutuante, onde um dos primeiros objectos da disciplina é um procedimento anti-nomadismo que visa a fixação das pessoas); mudança de escala quantitativa dos grupos a controlar e manipular; crescimento do aparelho de produção e a necessidade de o tornar rentável (Foucault, 1975: 220).

<sup>57</sup> Provisão de 20 de Agosto de 1696, destinada ao Corregedor da Comarca de Elvas, que fica contemplada em decreto a 27 de Agosto do mesmo ano, estipulando que os “que já são naturais, filhos e netos de portugueses

problemas pontuais, como a falta de efectivos para o povoamento dos territórios coloniais ou mais tarde para a reconstrução da cidade de Lisboa, após o terramoto de 1755.

É, a partir deste momento, que aparece uma “questão cigana”, entendida como a enunciação de um problema para a sua resolução. As “políticas de reclusão” procuravam inviabilizar processos de socialização primária intra-étnicos<sup>58</sup>, através de uma assimilação forçada que impedia a manifestação dos traços mais visíveis, e estabeleciam prazos para a verificação das mudanças e punições para o incumprimento. As medidas então promulgadas acabam por dar lugar às “políticas de inclusão” que, como diz Liégeois, tendem a traduzir a “reclusão num espírito humanista (...) enquanto o recluso é punido, o incluído é recompensado pela sua normalização” (Liegeois, 1980: 30, tradução livre).

Esta breve incursão pela história socio-política da presença dos ciganos em Portugal permite evidenciar o desenvolvimento de estratégias de luta contra a alteridade sem que, no entanto, se conseguisse alcançar o tão desejado processo de assimilação. Estas estratégias apoiaram-se, quase sempre, em mecanismos de assimilação que procediam por etapas e pressupunham que as sucessivas gerações pudessem vir a adoptar os padrões sócio-culturais e normativos da sociedade maioritária<sup>59</sup>. De facto, o título de um artigo de Moscovici e Perez (1999) é particularmente ilustrativo: o que se verificou foi “a extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias” com consequências nos processos de percepção sobre as causalidades associadas às situações de pobreza e exclusão social<sup>60</sup>.

---

(porém, com hábito, género e vida de Ciganos)” se não passassem a viver da mesma maneira que a restante população, em vez de irem para o continente africano cumprissem o tempo de degredo no Maranhão (Costa, 1999: 64).

<sup>58</sup> É disto exemplo a Ordem de Pina Manique para o Corregedor de Elvas, em 1800, que impunha que os filhos fossem para a Casa Pia para serem instruídos. Ainda hoje permanece no imaginário de muitas famílias o perigo de retirada dos seus filhos e ao menor sinal dessa possibilidade pode registar-se a possibilidade de fuga.

<sup>59</sup> A sistematização avançada por San Roman em torno dos aspectos que se têm repetido ao longo da História no vai-e-vem entre integração e marginalização é, a este título, ilustrativa. Para a autora, a integração tende a ser posta em causa através: 1) de medidas que pretendem erradicá-los; 2) de ofertas impossíveis de aceitar porque não solucionam os seus problemas, mas agravam-nos; 3) de leis que ordenam a fixação sem nenhuma medida concreta que o possibilite; 4) da competição que num dado momento e lugar os ciganos apresentam aos sectores sociais das classes mais baixas (San Roman, 1986: 232).

<sup>60</sup> Estes autores ao analisarem o processo psicossocial desencadeado por esta resistência constataam, por um lado, que os não ciganos usam as estratégias de conversão que conhecem e, ao verificarem o seu insucesso no caso dos ciganos, tentam resolver este conflito sociocognitivo representando os ciganos como um grupo com uma ‘natureza’ diferente da sua, acentuando as representações que maximizam as diferenças. Por outro lado, as estratégias de conversão reforçam a identidade e a autonomia da minoria, que se representa como grupo ameaçado e estrangeiro, face a um grupo hegemónico e ameaçador, em que qualquer compromisso e concessão é uma ameaça à sua existência. Os resultados mostram “a persistência e sobretudo o efeito negativo da tendência para incriminar e imputar às minorias a responsabilidade daquilo que lhes acontece; por outro, ilustram a recusa implícita, por parte da maioria, em aceitar a responsabilidade ou em se sentir culpada pelas perseguições e discriminação” (Moscovici e Perez, 1999: 119).

Interessa, assim, analisar como num passado mais recente se tem manifestado estas políticas, muitas vezes concomitantes no tempo, mas que traduzem diferentes formas de enunciação do problema. Protecção dos espaços e ambiente, garantia da segurança e da ordem pública ou privação de recursos e de acesso igualitário ao sistema de oportunidades são pois os principais elementos discursivos que se conjugam na armadura da cena pública e que retomam o “paradigma securizante” (Foucault, 1975). Visa-se restabelecer a ordem espacial ou manifesta-se a arbitrariedade das iniciativas a nível local face à ausência de uma estratégia clara a nível nacional, quer em termos de políticas de inserção, quer em termos de luta contra as discriminações. As duas Secções seguintes pretendem precisamente ilustrar estes dois processos.

### 2.1. O nomadismo entre rejeição e controlo dos dispositivos normativos

Para McVeigh, quando se começou a colocar a tónica na assimilação em detrimento da exterminação e da expulsão na prática pareciam manter-se os mesmos pressupostos, assentes na ideia de que depois do nómada estar sedentarizado, o ‘problema cigano’ desapareceria (McVeigh, 1997). A título de exemplo refira-se a forma como Leite Vasconcelos abordava esta temática: “(...) a solução do problema ‘Cigano’ não começou por onde, realmente, deveria ter principiado: a fixação do cigano. Fixado o cigano, o resto viria com relativa facilidade: higiene, educação, trabalho, sossego, etc.” (Vasconcelos, 1982 [1956]: 370), mas também a Resolução 563 de 1969, do Conselho da Europa, que considerava os ciganos como um grupo caracterizado pelo nomadismo e que preconizava que a integração social e económica apenas seria conseguida pelo abandono deste modo de vida e pela sedentarização (Asséo, 2004: 75)<sup>61</sup>.

O nomadismo aparece nas referências acima citadas como uma categoria passível de ser atribuída à maioria dos ciganos da Europa e de Portugal. Para além deste carácter homogeneizante, o nomadismo encerra um processo evolutivo e é encarado em si mesmo como um problema social que obstaculiza a “integração social e económica, só possível por via da sedentarização”<sup>62</sup>. É no sentido de se promover uma fixação “voluntária” dos ciganos que o

---

<sup>61</sup> A falta de questionamento sobre os processos que estiveram na base da categorização dos ciganos como “nómadas”, “sedentários” ou em vias de “sedentarização” e a banalização destas categorias no discurso do senso comum parece ter contaminado alguma da produção académica nacional. Alguns estudos ao elegerem como enfoque das suas pesquisas outros objectos de estudo acabaram também por utilizar um pouco acriticamente estas noções (cf. Magano, 2010; Casa-Nova, 2009; Fernandes, 1995; Silva, 2000, 2004, entre outros).

<sup>62</sup> De facto, como refere McVeigh, o sedentarismo, ou seja, o sistema de ideias e práticas que serve para normalizar e reproduzir modos sedentários de existência e patologizar e reprimir modos de existência nómadas, deve ser situado na longa história da tensão entre sedentarismo e nomadismo, mas também através de uma abordagem crítica dos pressupostos difundidos pelo evolucionismo social. Este posicionamento assume que a transição do nomadismo para o sedentarismo foi total e irreversível, encarando-se esta transição como um movimento em

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR), nos anos 50 do século passado, determinou que fossem concedidos “atestados de boa conduta” a agregados familiares que vivessem em permanência na área concelhia (admitindo-se saídas justificadas) durante três meses com “boa conduta”. Aos possuidores deste atestado a GNR passaria “a dispensar (...) especial benevolência e apoio, quer no sentido de lhes proporcionar meios de ganhar a vida e de lhes facilitar local para residirem ou acamparem, quer, ainda, dispensando-lhes protecção perante outros ciganos, perante as autoridades civis, etc.” (Vasconcellos, 1982, [1956]: 371).

No seguimento de Kendall (1997), é possível afirmar que grande parte do preconceito e do medo relativo à população cigana reside no facto de se considerar que a população itinerante é particularmente difícil de controlar, encarando a sua liberdade de movimento como uma ameaça. Esta capacidade para atravessar o espaço mais facilmente do que os outros levanta receios sobre uma possível invasão de “territórios sedentarizados”, uma vez que esta população não está sujeita aos mesmos constrangimentos espaciais. Esta capacidade de cruzar e de atravessar o espaço, assim como a “resistência à sedentarização”, fornece uma possível justificação para a implementação de controlos espaciais rígidos, ao ponderar-se a hipótese de que a população itinerante pode ameaçar a separação social e espacial hegemónica da sociedade sedentarizada.

Este controlo pode ser ilustrado pelos dispositivos regulamentares dos últimos anos. Em 1920, publica-se o Regulamento para o Serviço Rural da Guarda Nacional Republicana<sup>63</sup> que vigorou durante sessenta anos e que apelava à necessidade de se exercer “uma severa vigilância sobre os ciganos, observando-os constantemente nos seus movimentos com o fim de prevenirem e reprimirem os seus frequentes actos de pilhagem” (artigo 182.º). Também nos mercados e feiras mereciam uma “especial atenção, devendo-se até não se menosprezar o modo como realizam os seus negócios, a fim de se evitarem quanto possível os abusos e burlas por eles cometidos” (artigo 184.º). Por fim, no artigo 185.º acaba por atribuir-se à identidade cigana o estatuto de “duvidosa”, o que justificaria a sua detenção em casos de transgressão ou contração “desde que não depositem em mão de pessoa competente a importância da multa ou não apresentem fiadores idóneos”.

Em 1980, o Conselho da Revolução declarou a inconstitucionalidade de todas as normas presentes neste regulamento por infringirem o disposto no nº 2 do artigo 13.º da Constituição

---

direcção à civilização, à segurança e à modernidade. O autor aponta críticas a este tipo de abordagem para situar o sedentarismo numa história profundamente enraizada de anti-nomadismo (McVeigh, 1997: 12).

<sup>63</sup> Decreto nº 6950, de 26 de Setembro de 1920.

da República Portuguesa. No parecer que precedeu esta Resolução referia-se que a especial vigilância sobre os ciganos “constituía uma discriminação negativa, estabelecida em função da raça e, por tal motivo, ofensiva do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei”<sup>64</sup>. É assim que em 1985, aquela “especial vigilância” deixa de ser atribuída explicitamente a ciganos e o novo Regulamento Geral do Serviço da GNR reserva uma secção destinada à “vigilância sobre nómadas, mendigos e vadios. Prostituição”<sup>65</sup>. Estabelece-se que se deve exercer “especial vigilância sobre grupos e caravanas de pessoas que habitualmente se deslocam de terra em terra fazendo comércio, participando em feiras ou desenvolvendo quaisquer outras actividades próprias da vida itinerante, observando-os nos seus movimentos com o fim de prevenir e reprimir a prática de actos delituosos, designadamente sobre propriedades e lugares públicos onde se estabeleçam temporariamente” (artigo 81.º, nº 1).

O Procurador-geral da República veio entretanto requerer que o Tribunal Constitucional (TC) declarasse a inconstitucionalidade das normas do referido artigo 81.º por considerar que se está a visar os ciganos, violando-se assim o princípio constitucional da proibição de diferenciações ilegítimas<sup>66</sup>. No entanto, a maioria do TC entendeu que não se registava qualquer violação do princípio da igualdade, pois na categoria de nómadas para além dos ciganos estavam incluídos outros grupos de pessoas. Nesta argumentação seria interessante perceber as bases da sua sustentação, uma vez que se criam categorias de nómadas (os que fazem comércio; os que participam em feiras e os que desenvolvem quaisquer outras actividades próprias da vida itinerante); sabe-se qual o peso que representam; justifica-se a inclusão dos ciganos numa das categorias encontradas (“nómadas comerciantes”) por terem “recusado a sedentarização” e atribui-se ao modo de vida nómada, “numa rápida análise sociológica, o claro ‘empilhamento’ de três factores de criminalidade: (1) a mobilidade do domicílio dos nómadas; (2) o desconhecimento, nos locais de passagem, da sua identidade; (3) as frequentes crises de carência económica”<sup>67</sup>.

Apesar de não ter sido considerado inconstitucional as partes dos artigos que poderiam estar associadas a ciganos, este Acórdão teve o mérito de acabar por considerar que estava a ser violado o artº 34.º da Constituição da República Portuguesa por não se estar a reconhecer a tutela do domicílio nómada esteja este parado ou em circulação. Mesmo assim, o parecer de Antero Monteiro Dinis refere que “tais segmentos habitacionais, quando se deslocam em

---

<sup>64</sup> Resolução nº 179/80, DR, 1ª Série, nº 127, de 2 de Junho de 1980. Esta resolução foi precedida de parecer da Comissão Constitucional nº 14/80, in Pareceres, Vol. 12º, pp. 163 e seguintes.

<sup>65</sup> Aprovado pela Portaria 722/85 de 25 de Setembro, DR, 1ª Série, nº 221, de 25 de Setembro de 1985, pp. 48-49.

<sup>66</sup> Acórdão nº 452/89. Processo nº 15/87. Diário da República, 1ª Série de 22 de Julho de 1989.

<sup>67</sup> *Idem*. 2894.

trânsito, não integram já o objecto do conceito constitucionalmente adequado de domicílio, não beneficiando da tutela concedida por aquele normativo constitucional” (p. 2897). É, pois, na parte do nº 2 do artigo 81.º em que se refere a possibilidade de se efectuarem “buscas e revistas nas caravanas em trânsito ou nos locais onde aqueles permanecem (...) tomando sempre nota dos principais chefes dos grupos” que se acaba por concluir que estas “buscas e revistas” carecem de autorização judiciária e têm de ser limitadas ao período diurno.

Como diria Eduardo Maia Costa perante a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 182.º a 185.º, “o legislador tentou a ‘habilidade’ de dissimular a discriminação rácica dos ciganos sob a capa de uma diferenciação de tratamento fundada numa motivação de ordem material – a condição de nómada” (Costa, 1991: 165-166). Também a crítica jurídica presente no voto de vencido de Vital Moreira revela como implicitamente se está a visar os ciganos: “o programa normativo do preceito (...) só abrange os nómadas que vivem e se deslocam em grupo e que têm nisso o seu modo de vida habitual (...) ficam assim excluídos os errantes individuais ou que se reúnem em grupos ocasionais, bem como os nómadas eventuais (...) Por mais que se sustente que há mais nómadas além dos ciganos (...) tem-se por incontestável que são os grupos nómadas ciganos que o Regulamento da GNR tem em mente e que, não fosse pelos ciganos, seguramente não existiria tal norma (...) Agora, como antes, a razão de ser do estabelecimento de um regime de ‘vigilância especial’ policial radica na ideia preconcebida (culturalmente ainda enraizada) de que os ciganos, sobretudo, quando nómadas, são delinquentes potenciais, por atavismo rácico ou idiosincrasia étnica”<sup>68</sup>.

Para além do Regulamento geral da GNR relativamente às populações móveis e outros “indesejáveis”, e perante a inexistência de disposições normativas específicas para o acolhimento de populações itinerantes, a forma encontrada de regulamentar os acampamentos ocasionais encontra-se expressa no DL nº 310/2002, de 18 de Dezembro, situação curiosa quando este dispositivo legal põe no “mesmo saco” o regime jurídico do licenciamento do exercício de um conjunto de actividades muito diversas, tais como a de guarda-nocturno, venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, exploração de máquinas de diversão, realização de fogueiras, entre outras. Em 2002 passa para as câmaras municipais a competência em matéria de licenciamento das actividades referidas até aí concedida aos governadores civis, nomeadamente para fins de manutenção da ordem, tranquilidade e segurança públicas, sendo

---

<sup>68</sup> *Idem.* 2895-2897.

possível propor ao Ministro da Administração Interna a elaboração dos regulamentos necessários à execução das leis (DL 316/95, artigo 2.º, alínea d)<sup>69</sup>.

Este breve enquadramento dos dispositivos legais mais recentes permite revelar uma das faces visíveis dos processos sociais de controlo e de regulação do movimento e das formas de inscrição territorial de certos grupos específicos. Estas disposições tendem a homogeneizar a população, associando-a a pobreza e perigo e inscrevendo a itinerância como uma prática desviante e delituosa. Ainda que os argumentos passem pela manipulação de noções como ‘protecção dos espaços e ambiente’, ‘salubridade e higiene pública’, ‘ordem e tranquilidade pública’, eles tornam-se o fundamento legal para a legitimação dos regulamentos destinados a pautar a passagem e permanência destas populações pelas várias localidades (Castro *et al.*, 2001).

Aos olhos dos poderes públicos, o controlo parece indispensável mas ele não é assumido como um problema político em si, antes como um problema de acção pública, pois é preciso gerir a sua principal consequência: o estacionamento, nem sempre previsível das paragens. A gestão pública do nomadismo acaba, assim, por inscrever-se nas práticas clássicas da gestão pública de problemas complexos, impedindo uma visão mais global dos desafios que se colocam à integração (Bidet, 2009: 369, 407).

Os pontos seguintes pretendem revelar a situação paradoxal em que se encontram os ciganos: entre o desejo aparente do Estado de os ver instalados, mas sem uma orientação estratégica clara em termos das condições facilitadoras de processos de integração e o desejo a nível local de os ver circular ou instalados num outro concelho. Estabelecer esta relação entre o central e o local adquire toda a sua pertinência na compreensão deste paradoxo.

---

<sup>69</sup> Na actual legislação “a realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo fica sujeita à obtenção de licença da câmara municipal, devendo ser requerida pelo responsável do acampamento e dependendo a sua concessão da autorização expressa do proprietário do prédio e de parecer favorável do Delegado de Saúde ou do Comandante da PSP ou da GNR, consoante os casos. A licença é concedida por um período de tempo determinado, nunca superior ao período de tempo autorizado expressamente pelo proprietário do prédio, podendo ser revogada a qualquer momento (DL nº 310/2002, de 18 de Dezembro, artigo 18.º).



## 2.2. O dilema da diferença e o carácter indeterminado dos processos de integração

Interessa, assim, evidenciar como a constituição de uma “questão cigana” se foi colocando ao longo dos últimos anos em Portugal ao nível das políticas públicas, o que implica distinguir dois níveis de análise: i) a alocação da atenção pública e modalidades de construção do problema em torno do dilema da diferença e ii) as soluções que o desafio da diferença coloca aos poderes públicos.

Num contexto em que se assiste à “europeização da temática cigana” sem precedentes históricos em termos da atenção política que tem merecido ao longo da última década<sup>70</sup>, interessa contextualizar a situação a nível europeu e nacional em torno dos processos que conduzem à invisibilização ou à emergência política desta temática na arena pública, procurando-se enquadrar o tipo de desafios que daqui decorrem.

### 2.2.1. Arena pública e construção dos problemas

Colocar a temática da população cigana nas prioridades da agenda institucional tem sido um processo longo e com contornos diversos face aos diferentes níveis de decisão política: europeu, nacional e local. A longevidade deste processo e o formato que assume nestas instâncias são inseparáveis da forma como determinados problemas sociais se configuram em problemas públicos, pois inerente a esta configuração encontra-se as modalidades desejadas para o seu tratamento.

Como refere Cefaï, constata-se que contrariamente aos problemas sociais “*les problèmes publics n’existent et ne s’imposent comme tels, qu’en tant qu’ils sont des enjeux de définition et de maîtrise de situations problématiques, et donc des enjeux de controverses et d’affrontements entre acteurs collectifs dans des arènes publiques*” (Cefaï, 1996: 52). A característica crucial deste processo é a sua forma de publicitação que, no fundo, transforma as experiências individualmente vividas em recursos públicos utilizados para dar conta de um problema social na cena pública (Rinaudo, 1995: 83).

No entanto, é sabido que várias problemáticas estão em competição na arena pública e captar a atenção para o tema cigano parece assumir certas especificidades. Se centrarmos a atenção a um nível mais central de decisão política, e como bem refere Vitale, não são as características

---

<sup>70</sup> Veja-se a este propósito, entre outros, Asséo (2004), Trehan e Sigona (2010), Castro (2010).

internas ao objecto problemático, nem a sua extensão e intensidade sobre a população designada que lhe permite aceder a algum nível de visibilidade, mas sim as formas como se mobilizam e interagem entre si os actores interessados em dar crédito público ao problema (Vitale, 2009a: 72). Se recuarmos, apenas, até meados dos anos 90 do século passado, altura da criação da figura de Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas<sup>71</sup> e da publicação do Relatório do Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, constata-se a fraca visibilidade e impacto deste documento, nomeadamente pela não concretização da grande maioria das propostas apresentadas<sup>72</sup>.

Também no quadro das quatro gerações de Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (2001-2010) as medidas delineadas em torno da população cigana foram escassas, pontuais ou inexistentes e no caso do último PNAI, terminado em 2010, não se criaram as condições para o cumprimento de algumas das medidas enunciadas, como por exemplo, o “diagnóstico das experiências levadas a cabo no âmbito da habitação social”. A inclusão desta medida decorreu de uma preocupação política que ficou patente, pela intervenção do então Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, na sessão de encerramento do Seminário internacional Ciganos, Territórios e Habitat, em Abril de 2008. João Ferrão referia: “sabe-se muito pouco sobre a relação comunidade cigana – habitação – habitat. (...) O que me parece faltar é uma visão comparada de médio prazo, capaz de sintetizar e avaliar as consequências das intervenções desenvolvidas nos últimos vinte anos. Na verdade, apenas análises rigorosas do ponto de vista técnico-científico, recorrendo a metodologias adequadas, permitirão evitar que sobre estas questões continue a prevalecer a emissão de juízos de valor demasiado marcados pela “achologia” (...) quando não pelo mero preconceito, negativo ou positivo. E esse rigor é essencial para informar políticas públicas eficientes (...) As comunidades-alvo deste seminário colocam, deste ponto de vista, uma questão de enorme relevância:

---

<sup>71</sup> Decreto-Lei nº3-A/96, 26 de Janeiro, onde se estabelece que se visa promover a consulta e o diálogo com entidades representativas de imigrantes em Portugal ou de minorias étnicas, bem como o estudo da temática da inserção dos imigrantes e das minorias étnicas (artigo 2.º).

<sup>72</sup> Este grupo tinha como objectivos proceder a uma análise pormenorizada das dificuldades relativas à inserção dos ciganos na sociedade portuguesa e elaborar um conjunto de propostas que permitiriam contribuir para a eliminação de situações de exclusão social (Resolução Conselho de Ministros nº 175/96, 19 Outubro). Em 1997, aprova-se o Relatório produzido por este grupo e cria-se novo Grupo de Trabalho para acompanhar e concretizar as propostas, estabelecendo-se um ano para se apresentar o balanço desta actividade (Resolução Conselho de Ministros nº 46/97, 21 Março). Em 2000 mantém-se a necessidade de o manter no activo de “modo a possibilitar o acompanhamento das novas realidades e dos novos desafios que se colocam aos ciganos” (Resolução Conselho de Ministros nº 18/2000, 13 de Abril), mas após a publicação do referido Relatório desconhece-se a actividade desenvolvida, sabendo-se apenas que, desde o XV governo constitucional (2002), se encontra com a actividade suspensa, tendo-se registado até 2009 a elaboração de duas propostas de constituição de novo grupo por parte do ACIDI, e embora tivesse ficado contemplado no PNAI de 2008-2010 não se registou nenhuma deliberação neste sentido.

precisaremos de instrumentos de política especificamente formulados para as comunidades ciganas?” (Ferrão, 2008: 203-205).

De referir, no entanto, que alguns avanços se registaram face ao PNAI de 2006-2008 que foi totalmente omissivo em termos de medidas e metas a alcançar com esta população, contrariando as orientações internacionais sobre esta matéria, mas também sendo alvo de críticas por parte do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social<sup>73</sup> (Castro, 2007: 80).

O reconhecimento, em 2008, da necessidade de “adoptar medidas adicionais, especialmente dirigidas para as comunidades ciganas” não parece ter sido um processo pacífico, exigindo uma mobilização por parte de alguns actores sociais. Situação que não é de espantar quando o Estado português declina um convite endereçado pela Década para a Inclusão dos Ciganos (2005-2015)<sup>74</sup>, admitindo que a nível nacional já existe uma estratégia. Mas mesmo em 2012 não existindo ainda uma estratégia politicamente aprovada, ao contrário do que existe por exemplo para os imigrantes<sup>75</sup>, interessa, no entanto, questionar a relevância de alguns instrumentos, nomeadamente do PNAI, por ser o único documento oficial de âmbito nacional onde se menciona a população cigana: Qual a importância assumida no contexto nacional por este “instrumento de planeamento de coordenação estratégica e operacional das políticas que permitem prevenir e combater as situações de pobreza e exclusão”? Como garantir o compromisso no cumprimento das metas estabelecidas? Qual a relevância do PNAI quando se chega ao fim de dois anos de implementação e não se consegue fazer um balanço efectivo das acções realizadas?

À partida a existência destes instrumentos de planeamento estratégico, traduzidos em medidas concretas de intervenção permitiria estabilizar formas de acção colectiva e tornar mais previsíveis, e visíveis, os comportamentos dos actores, pois na sequência das medidas accionadas passariam a ter capacidades muito diferenciadas de acção. Mas a única avaliação externa que se conhece do PNAI<sup>76</sup> em termos da capacidade dos ciganos acederem à segurança

---

<sup>73</sup> Este Fórum, constituído em Março de 2006, nasce da resposta de diversas entidades não governamentais de âmbito nacional a um convite por parte da Coordenação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), com a finalidade de concretizar, em parte, o 4º Objectivo Comum do Processo Europeu de Inclusão Social – “Mobilizar o conjunto dos intervenientes” (cf. <http://foruminclusao.no.sapo.pt/>).

<sup>74</sup> Esta iniciativa é um compromisso político de vários governos europeus (Albânia, Bósnia Herzgovina, Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Macedónia, Montenegro, Roménia, Servia, Eslováquia, Espanha) para promover a inclusão social dos ciganos, sobretudo nos domínios da educação, emprego, saúde e habitação (cf. <http://www.romadecade.org/>).

<sup>75</sup> Desde 2007 que foram aprovados dois Planos para a Integração dos Imigrantes: 2007-2009; 2010-2013 (Resoluções do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio e n.º 10/2010 de 5 de Fevereiro)

<sup>76</sup> Realizada em parceria entre o European Roma Rights Centre (ERRC) e a Númena abrangendo a República Checa, França e Portugal e, no caso português, referindo-se ao período de 2003-2005 (ERRC/Númena, 2007).

social, à habitação social, a pensões do estado e a serviços de saúde públicos, aponta como problema transversal o “facto de conterem neles poucas ou nenhuma políticas concebidas especificamente para lidar com os aspectos relacionados com a exclusão social de grupos marginalizados tais como os ciganos” (ERCC/Númena, 2007: 14), mas também a “distância entre a política a nível nacional e local” que se traduz na dificuldade em traduzir os objectivos nacionais em objectivos locais a alcançar (*idem*:17-18).

Esta constatação parece, assim, ir ao encontro dos dramas políticos de sociedades em que a igualdade e o pluralismo são sua parte integrante e onde a designação e a descrição do problema para o resolver implica um processo de etiquetagem e de actividade colectiva (Minow, 1990; Cefaï, 1996; Dubois, 2009).

Nos últimos anos assistiu-se, a nível internacional e europeu, a um envolvimento institucional e político, sem precedentes, em torno da temática da população cigana, a que não será alheio o crescimento das desigualdades e da fragmentação social e o aumento dos fluxos migratórios numa Europa que se quer (ou queria) sem fronteiras. Se, como constatámos anteriormente, a manifestação daquelas desigualdades encerra em si alguns contornos étnicos, parece ainda estar por fazer uma avaliação rigorosa destas situações. No contexto europeu, paralelamente às várias resoluções do Parlamento Europeu<sup>77</sup>, o Conselho da Europa inclui a temática na sua agenda e a Comissão desenvolveu uma série de medidas e um conjunto de mecanismos institucionais, importando referir as iniciativas mais recentes, nomeadamente a criação em 2008 da Plataforma Integrada para a Inclusão dos Ciganos. No seio desta plataforma foram estabelecidos, em Abril de 2009, os “10 Princípios Básicos para a Inclusão dos Ciganos”, no sentido de se ter orientações claras na forma de abordar o tema cigano através de políticas e recursos<sup>78</sup>. Alguns dos critérios adoptados surgem como uma novidade no tratamento do tema a nível europeu, nomeadamente os princípios que enunciam a aposta em *medidas explícitas, mas não exclusivas, no enfoque intercultural e na normalização e transversalidade*<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> A Resolução de 2008 – Uma Estratégia Europeia relativa à população cigana – é especialmente significativa, pois coloca o enfoque na necessidade de liderança europeia em torno da luta contra a discriminação. Argumenta-se que se trata de um problema estrutural que requer uma abordagem a nível europeu. Também a Resolução de Setembro de 2010 reforça a necessidade de ter uma estratégia comum para a população cigana.

<sup>78</sup> Esta plataforma assenta num mecanismo de cooperação entre os Estados Membros, actores da sociedade civil e de instituições europeias com o objectivo de apoiar iniciativas, a troca de experiências e contribuir para uma maior compreensão sobre a temática (<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=761&langId=en>). Estes princípios constituem um anexo às conclusões do Conselho da Europa de 8 de Junho de 2009: [http://www.euromanet.eu/upload/21/69/EU\\_Council\\_conclusions\\_on\\_Roma\\_inclusion\\_-\\_June\\_2009.pdf](http://www.euromanet.eu/upload/21/69/EU_Council_conclusions_on_Roma_inclusion_-_June_2009.pdf)

<sup>79</sup> Ver a este propósito o recente alargamento da utilização do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a intervenções na área da habitação a favor de “comunidades marginalizadas” em todos os Estados-Membros, visando, explícita mas não exclusivamente, a população cigana. Aprovado em Fevereiro de 2010, encontra-se disponível em:

A Estratégia EU 2020<sup>80</sup>, bem como o novo ciclo de financiamentos, são enunciados como podendo trazer soluções específicas aos problemas de diferentes tipos de comunidades ciganas. Em Abril de 2011, a Comissão Europeia apresenta a estratégia a favor da integração dos ciganos, adoptada pelo Conselho Europeu a 24 de Junho, e que introduz normas vinculativas a todos os Estados Membros para garantir que a população cigana tenha um verdadeiro acesso à educação, ao emprego, à habitação e aos cuidados de saúde<sup>81</sup>.

Em Setembro de 2011, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte, anunciava que o Governo estava a delinear a referida estratégia. A notícia dava conta de alguns dos seus depoimentos sobre os ciganos portugueses, nomeadamente os “vários problemas associados à sua própria maneira de viver: são muito nómadas, as crianças não vão à escola e há grandes défices de integração derivada da ausência de hábitos de vida associados à educação e ao trabalho”. Mas também se enfatizava que “Portugal vai associar-se ao que se está a tentar fazer na Europa e procurar dar um contributo para que se retire muitas destas pessoas não só da marginalidade mas, acima de tudo, de alguma deficiência ao nível da sua estrutura económica e social” e, assim, poder no futuro “enfrentar um outro estilo de vida, nomeadamente ficar mais sedentária, o que lhe permite desenvolver um curso de vida diferente, desde logo apostando em alguns pilares como a educação, o trabalho e a própria habitação, por forma a ter uma vida normal” (Correio da Manhã, 9.09.2011). Também aqui para além de emergir o “nomadismo” como um traço caracterizador por excelência da população cigana, é ele que parece ser o principal obstáculo na construção de processos de integração social. Entre 28 de Dezembro de 2011 e 18 de Janeiro de 2012 esteve em discussão pública a estratégia delineada<sup>82</sup>, mas até Julho do mesmo ano ainda não tinha sido aprovada pelo Conselho de Ministros.

Todos os desenvolvimentos acima descritos tendem para uma abstracção da historicidade inerente à complexa diversidade de situações locais, parecendo alimentar a ideia de uma

---

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TC+P7-TC1-COD-2009-0105+0+NOT+XML+V0//PT>

<sup>80</sup> Trata-se da estratégia de crescimento da União Europeia delineada para os próximos 10 anos que reúne os objectivos a alcançar e as medidas a adoptar (cf. [http://ec.europa.eu/europe2020/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm)).

<sup>81</sup> Este documento – “Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020”, COM (2011) 173 final, Bruxelas, 5.4.2011, – encontra-se disponível em <http://eur-lex.europa.eu>.

<sup>82</sup> O documento que foi submetido a consulta pública pode ser consultado no *site* do ACIDI (<http://www.ciganos.pt/>) e da Comissão Europeia ([http://ec.europa.eu/justice/discrimination/roma/national-strategies/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/justice/discrimination/roma/national-strategies/index_en.htm)).

minoria massivamente marginalizada, homogénea e dificilmente integrável. Olivera (2010, 2011) questiona, assim, se a luta contra as discriminações ou invocar a “inclusão” são as acções certas, quando parece ser a forma como o sistema funciona que produz os seus marginais e etniciza a pobreza. O autor conclui que não são definitivamente os ciganos que teriam necessidade de uma política europeia voluntarista e coordenada, pois uma parte deles estão bem inseridos nos seus meios e apenas precisam de viver a sua vida sem estar aprisionados numa categorização unívoca, imposta do exterior. Para aqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade apenas políticas sociais fundadas sobre a ideia de redistribuição poderiam melhorar a sua condição (Olivera, 2011). No fundo, alguns autores têm vindo, nos últimos anos, a alertar para os efeitos perversos dos processos de etnicização da pobreza que na ausência de enfoque nos condicionamentos sociais e contextuais acabam por fazer com que a etnicidade e a raça ditem as condições de vida e a localização no espaço da população cigana (Belton, 2005: 107).

É neste sentido que Michael Stewart refere: “*while the language of ‘ethnicity and ‘ethnic relations is a popular as ever in social scientific explanations as in the folk management of social conflict, labeling a phenomenon as ‘ethnic’ or as a matter of ‘ethnic relations’ adds precisely nothing to social analysis since the meaning of ‘ethnic’ is internally contradictory*” (Stewart, 2010: 7). A etnicidade é, pois, um conceito que pode remeter para uma certa artificialidade, quer por parte dos actores sociais ao (in)conscientemente o manipularem, quer por parte das ciências sociais, na medida em que corresponde a uma construção teórica de factores que na realidade são mutáveis. Steve Fenton defende que, embora não sendo uma categoria descritiva nem corresponda a uma reificação do significado da cultura de um grupo e, portanto, ser em grande medida uma construção, não podemos afirmar que não existe algo a que possamos chamar etnicidade. Existe mas não é adquirido, nem as vidas das pessoas são governadas por algo chamado etnicidade. De acordo com este autor, esse algo remete para a organização social da cultura e da descendência, situada num determinado contexto, ligado a circunstâncias, muitas vezes políticas. Por isso conclui que uma teoria da etnicidade “*as to be a theory of the contexts under which it is activated*” (Fenton, 2003:2).

Temos de esperar para ver que tipo de repercussões esta europeização da temática cigana vem trazer a Portugal, pois se o conhecimento, como constatámos, é pouco sustentado, ao nível da forma como esta temática se coloca nas prioridades da agenda institucional apresenta lacunas e impasses que importa analisar.

### 2.2.2. Soluções que o desafio da diferença coloca aos poderes públicos

Quando se chega a este nível de análise entra-se no campo das soluções que, estando relacionado com a forma como se construiu o problema, assume duas tendências: ou se entra pela versão securizante para combater os tais problemas de ordem pública ou se questiona os modelos de integração em curso, abrindo-se a possibilidade à “inovação social” ao nível das políticas que são implementadas<sup>83</sup>.

Na primeira situação, e apesar de se negarem direitos fundamentais, as formas de actuação tendem a contornar a lei e impedem a aplicação de sanções. No segundo caso, e como alertam alguns autores, incrementa-se o debate em torno da necessidade de políticas dirigidas a grupos específicos, sobretudo, quando o projecto político parece ameaçado ou a expressão de práticas culturais é potencialmente portadora de dificuldades (Santos, 1999; Vitale, 2009; Robert, 2007). Mas este debate surge, como bem refere Touraine, porque se sente necessidade de apelar ao multiculturalismo como uma forma de protesto contra a hegemonia de certas categorias – homens, adultos, educados, economicamente independentes – que impunham a sua dominação aos que consideravam como inferiores, leia-se encerrados nas suas especificidades (Touraine, 1997: 297).

Surge aqui um dos dilemas que se colocam aos decisores políticos: como colmatar o passado de discriminação baseado nas diferenças sem legitimar mais as diferenças? Como colocar a solução para um problema com base em categorias, utilizando-se as mesmas categorias? Como aprofundar o conhecimento sobre a discriminação e o sentido da diversidade sem medos de cristalização dos processos identitários? Várias dificuldades emergem perante o projecto de abertura democrática à diferença, sobretudo, para não se reiterar a diferença, quando esta carrega o estigma e se opõe a igualdade (Minow, 1990).

É neste sentido que Stallaert afirma que o bom funcionamento da sociedade institucionalmente pluriétnica depende do equilíbrio entre duas forças antagónicas. Por um lado, os grupos implicados tentam proteger a sua identidade etnocultural e preservar a diferença, o que necessariamente implica a resistência à aculturação e às tendências assimilacionistas. Por outro lado, a construção da sociedade depende do fomento da coesão social mediante a interacção e

---

<sup>83</sup> Como refere Isabel Guerra “a inovação social caracteriza-se pelo seu carácter fora do comum na resolução de problemas que favorecem a melhoria da qualidade de vida de indivíduos, organizações ou comunidades. Pode ter dimensões processuais ou materiais mas é sempre o resultado do aumento da cooperação entre os actores sociais e assim pressupõe um crescimento das dimensões democráticas que estruturam a vida colectiva e o reforço e alargamento da capacidade de cooperação das redes sociais” (Guerra, 2009: 185).

o contacto entre os distintos grupos. Devido a esta dupla exigência, a “sociedade de conveniência” articula-se em torno de um duplo jogo de normas sociais: normas que estimulam o contacto entre os grupos e normas proteccionistas ou segregacionistas (Stallaert, 2004: 94).

Parte-se, assim, para a discussão de dois modos de conceber os processos de integração que desde os anos 80 têm marcado os debates. Um, assente no princípio da universalidade da cidadania, vê os problemas de integração decorrentes de fragilidades económicas e sociais secundarizando a dimensão étnico-cultural. Como efeito perverso tendem a desenvolver-se políticas de inserção que promovem a assimilação, não se encarando o Outro na sua especificidade. O outro posicionamento, assente no duplo reconhecimento da igualdade cívica e da diversidade cultural, defende que a inserção social implica o respeito das particularidades étnico-culturais. Esta atitude expressa-se no desenvolvimento de políticas multiculturais que, quando levadas ao extremo, podem desembocar numa espécie de diferencialismo estigmatizante (Schnapper, 1998).

Alguns autores têm, no entanto, demonstrado que extremar os posicionamentos leva a uma escolha artificial e injusta face à forma como se transforma a sociedade e a cultura, pois, como refere Guerra, “cada pólo comporta as suas contradições e parece incapaz de construir uma sociedade em interacção entre iguais, portanto, democrática” (Guerra, 2008: 104). Casa-Nova, citando McLaren (1995), refere mesmo que a tónica colocada na diferença ou na semelhança são “falsas oposições”, já que traduzem “formas da lógica essencialista: em ambas, as identidades individuais são vistas como autónomas, auto-contidas e auto-dirigidas” (Casa-Nova: 2002: 38). Existe também quem advogue a necessidade de se aprender ou reaprender a combinar aqueles dois posicionamentos (i.e., Wieviorka, 1997: 43), sobretudo no caso português em que a ausência de um modelo claro tende para um pragmatismo que se esforça por inventar respostas inovadoras (Wieviorka, 2008: 234), mas essencialmente quando a experiência política da etnicidade incide nos imigrantes<sup>84</sup>.

No caso dos ciganos, “os debates” tendem a extremar-se entre aquelas duas posições, mesmo quando estes são percebidos como permanecendo à margem de várias dinâmicas da sociedade, mas sem que se tenha uma verdadeira compreensão da intensidade e extensividade do fenómeno.

---

<sup>84</sup> É disto exemplo o reconhecimento internacional que tem sido feito ao investimento político e institucional na integração dos imigrantes em Portugal: em 2004, como boa prática pela Comissão Europeia; em 2007, reunindo o 2º lugar no índice de políticas de Integração de Migrantes, publicado pela Organização Independente *Migration Policy Group*; em 2009, como exemplo de boas práticas de integração pelas Nações Unidas.



Não se advoga o reconhecimento de um estatuto particular para a população cigana, pois admite-se que esta fórmula coloca as famílias numa alteridade definitiva que reforça, a longo prazo, o seu isolamento. Este fechamento no pólo da identidade cultural, como a única garantia de assegurar a manutenção ou reprodução do grupo, repercute-se numa inadaptação crescente à mudança, sobretudo, quando a experiência demonstra que processos de promoção social implicam mudança cultural. Como alerta Fernando Luís Machado, integração não é sinónimo de homogeneidade cultural, ou seja, integração e diversidade cultural são compatíveis. Mas a integração de uma minoria no que respeita ao eixo cultural da etnicidade passa por uma orientação “intensa, regular e diversificada” das suas sociabilidades com a sociedade envolvente (Machado, 2002: 68). O mesmo é dizer que não se pode associar a noção de integração à subordinação daquelas diferenças a um grupo social e cultural maioritário, mas ela tem de ser encarada como um processo horizontal, não isento de conflito, de influências recíprocas entre todos os grupos sociais (Casa-Nova, 2002: 41).

Perante a constatação destas diversidades socio-culturais, torná-las politicamente significativas exige, tal como referia Martuccelli, que se deixe de pensar a igualdade no interior de uma concepção global de injustiça que reenvia a uma situação estrutural de dominação e de exploração, para se passar para uma concepção de justiça social enquanto igualdade de oportunidades. Trata-se de assegurar uma participação igualitária no seio da competição social e de reter a noção de equidade que reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos, aceitando a ideia de um tratamento diferencial dos membros destas colectividades, a partir do conhecimento da sua situação e dos contextos e processos que produzem as desigualdades. A noção de equidade não se limita a dar mais àqueles que têm menos, ela impõe a legitimidade de uma linguagem diferencialista na sociedade. A fonte desta inflexão no sentido da matriz democrática reside no desenvolvimento de um saber social sobre as razões das desigualdades e sobre os resultados das políticas sociais igualitárias (Martuccelli, 1997: 65) e das medidas de discriminação positiva.

O balanço das políticas de discriminação positiva em Portugal parece estar por fazer. Noutros países, o seu balanço não é totalmente negativo, pois tem o imenso mérito de colocar a questão do esforço necessário para fazer recuar a segregação ou a discriminação (Wieviorka, 1997: 42). Para Wuhl (2008) os argumentos em torno do risco de efeitos perversos de políticas de discriminação positiva (beneficiários como vítimas ou subsídio-dependentes) não se dirigem ao princípio que lhe está subjacente, mas a uma das suas modalidades de aplicação: orientação

das políticas sobre grupos específicos sem a articulação com políticas globais. Sendo os efeitos geralmente invocados transversais a qualquer discussão sobre políticas sociais, o autor considera necessário promover debates sobre a interpretação dos resultados em função de critérios partilhados de justiça social.

Se no plano da equidade e da igualdade se apela para o debate, também em torno do plano das liberdades fundamentais se vai no mesmo sentido, sobretudo, por ser extremamente difícil definir o que vai para além daquilo que é livremente aceite no interior de determinado grupo socio-cultural e o que é contrário às liberdades fundamentais. Como refere Touraine, esta constatação conduz à conclusão de que a fronteira entre a diversidade aceite e o crime punido não é estabelecida naturalmente nem de maneira permanente, mas decorre de um debate público. A utilidade mais evidente das campanhas multiculturalistas é de forçar toda a sociedade a reflectir sobre as suas práticas e a interrogar-se sobre as razões que lhe fazem aceitar umas e rejeitar outras. Esta posição equilibrada é difícil de definir e de defender. É ameaçada por um universalismo destruidor dos particularismos e por um apelo populista ou nacionalista à homogeneidade cultural (Touraine, 1997: 305).

Se, como refere Martuccelli (1997: 79), o acordo parece imediato entre o princípio da equidade (melhor dirigir as políticas públicas) e o princípio da diferença (ter em conta as especificidades das minorias), o que parece estar no centro do desacordo é a “natureza” das reivindicações identitárias, marcadas pelo seu carácter reactivo por referência a uma alteridade cada vez mais de carácter dominante. No entanto, convém lembrar que nem todas as minorias culturais exigem o mesmo tipo de direitos pelas mesmas razões (Kymlicka e Norman, 2000: 18). Também a história da presença dos ciganos em Portugal de mais de 500 anos revela nunca terem lutado pelo seu reconhecimento institucional, nem nunca terem competido com outros interesses (Magano, 2006), não parecendo, assim, que a coesão social possa ficar afectada com projectos políticos que valorizem a diferença.

A história das políticas públicas em Portugal tem demonstrado alguma resistência na adopção de medidas diferencialistas dirigidas a grupos socio-culturais específicos. Excepção deve ser feita a alguns projectos de âmbito local – como o Projecto Mediadores Municipais, lançado em 2009, preferencialmente dirigido a ciganos (Castro e Santos, 2010a, 2010b, 2011) -, mas também ao Programa Escolhas, em curso desde 2001, visando particularmente “descendentes de imigrantes e minorias étnicas”. No entanto, vários dispositivos públicos estão já implicitamente destinados a determinadas categorias de população, parecendo, assim, que a

realidade prática das políticas públicas está mais aberta à diferença cultural do que assumidamente parece dar a entender. Pensando em alguns destes dispositivos em vigor (Iniciativa Bairros Críticos, Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária...), constata-se uma tendência para se visar os territórios – dotá-los de uma capacidade diferenciada de acção – em detrimento de determinadas categorias sociais. Favorecer ou obstaculizar as condições de reconhecimento de determinados grupos (Pizzorno, 2007 cit. por Vitale, 2009: 67) e proporcionar (ou não) igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços ficam, assim, na dependência da forma como se mobilizam estes instrumentos a nível local.

Deverá questionar-se, então, como este princípio de participação igualitária é acompanhado da noção de equidade que pressupõe um tratamento diferencial em função de especificidades culturais, quando se sabe que muitos profissionais não estão treinados para trabalhar com a diferença, reflectindo-se, por exemplo, ao nível das formas de organização do trabalho pedagógico na sala de aula e do baixo grau de proximidade e de confiança entre pais e professores que pouco incentivam a uma frequência regular do sistema de ensino (Casa-Nova, 2008), mas também em padrões segregativos do ponto de vista sócio-urbanístico (Castro, 2007; Dias *et al*, 2009).

### **3. Modalidades de acção pública e contrastes sociais**

O fraco enfoque e interesse político por parte do Estado central em abordar a relação entre etnicidade e desigualdades sociais, contrasta com as diversas controvérsias suscitadas pela presença dos ciganos a nível local, ao ponto da sua inscrição territorial se constituir um problema público. Esta escala de análise assume toda a sua relevância por se constituir o “teatro do quotidiano”, onde se cristalizam as tensões e manifestam os conflitos (Liégeois, 2009: 65), mas onde também, de forma diferenciada, se formulam os problemas e encontram soluções.

Este capítulo pretende, assim, analisar as modalidades da construção de um problema público pela presença dos ciganos em determinados territórios, enunciando-se os contornos assumidos pelas desigualdades sociais e pela exclusão ligada à habitação. O lado aparentemente mais fácil de identificar a pobreza tende a ser pelo seu lado mais visível, o das necessidades materiais e, no caso concreto desta pesquisa, estas necessidades colocam-se do lado da habitação. Mas não é de subestimar que a não satisfação das necessidades neste domínio tende a repercutir-se na

relação dos indivíduos com diversos outros sistemas sociais, tais como o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, entre outros.

Existe exclusão ligada à habitação quando se assiste a uma situação de privação material deste bem, mas também quando interfere o lado mais simbólico, ou seja, quando os lugares sociais ocupados no espaço por determinados indivíduos ou grupos decorrem de um conjunto de normas, valores e de representações sociais. Este sistema de valores, através de um processo de categorização da realidade, tende a ditar aquilo que legitima para os outros a ocupação de um determinado lugar, onde a exclusão habitacional se pode manifestar sob a forma de etnicização.

De acordo com a Constituição Portuguesa, “a todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional.” (Artigo 44.º, alínea 1). No entanto, uma rápida leitura da realidade vivida por algumas famílias ciganas revela como este direito fundamental parece estar comprometido e onde as práticas institucionais de evitamento das paragens prolongadas visam o controlo da sedentarização. Constatase, assim, que a liberdade de circular no domínio público é temporária, pois repousa na existência de uma pressuposta estabilidade e na posse de um habitat fixo. Quando determinadas populações estão desprovidas destas condições, também ficam comprometidos os processos de fixação/mobilidade, pois as regulamentações de urbanismo e de estadia proíbem que seja feito do domínio público um uso privativo contínuo (Provot, 1998).

Também a Constituição no seu artigo 65.º refere que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Porém, vários obstáculos se erguem para que se consiga efectivar este direito.

Sem se ter a pretensão de esgotar as causalidades destes processos, procurar-se-á contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre os contextos territoriais onde emergem necessidades de habitação por parte da população cigana, não possuindo esta qualquer residência fixa (Secção 3.1.) ou encontrando-se a residir em alojamentos não clássicos (Secção 3.2.). Paralelamente, pretende-se evidenciar como determinadas modalidades de acção pública acabam por se repercutir na condição periférica da população cigana que do ponto de vista habitacional apresenta estas características.

É de lembrar que estamos perante dois grupos populacionais com uma fraca expressividade entre a população cigana (representando no seu conjunto cerca de 25%). Neste sentido, os resultados não são extrapoláveis ao conjunto da população cigana, mas incidem sobre pessoas que apresentam, do ponto de vista habitacional, estas características.

### **3.1. Territórios repulsivos, hostilidade comunitária e mobilidade forçada**

Procurar uma aproximação à população cigana portuguesa sem residência fixa não é uma tarefa fácil, mas em determinado momento do percurso de investigação afigurava-se como importante para se compreender qual a dimensão que este fenómeno poderia assumir no contexto nacional e de que forma uma das faces da vulnerabilidade – a privação do recurso habitação – poderia decorrer de um conjunto de mecanismos que, dificultando o acesso à fixação num dado território, tende a excluir duravelmente uma fatia da população cigana dos sistemas económico, político, socio-cultural e geográfico.

Apesar das limitações associadas à recolha do número de ciganos sem residência fixa, em 2006 foi possível apurar junto dos postos da GNR que cerca de 4.200 indivíduos, aproximadamente 10,4% do total de ciganos, se deslocavam a determinados concelhos e não pernoitavam em habitações com carácter de residência fixa (cf. Anexo 2)<sup>85</sup>. Independentemente da consistência que este dado pode assumir, aquilo que tende a ser mais importante salientar é, por um lado, a aparente regularidade da inscrição espacial de algumas famílias ciganas que interroga as razões que estão por detrás da dificuldade de se estabelecerem por período indeterminado em certas localidades. E, por outro, a sazonalidade das deslocações revela a existência de padrões de mobilidade associados a práticas profissionais.

#### **3.1.1. Actuações punitivas e de vigilância**

O tempo de estadia, ainda que condicionado pela actuação das autoridades locais, juntamente com o tipo de famílias em presença surge como um indicador que indirectamente traduz uma regularidade na inscrição espacial e a ligação a determinado território. A par da relativa estabilidade da permanência nos locais eleitos (a nível nacional regista-se uma média de 26,2

---

<sup>85</sup> Apesar de este número poder revelar-se sobrestimado, pois haverá a possibilidade de se estar a contabilizar os mesmos indivíduos circulando pelos mesmos concelhos, as não respostas a esta questão, por parte de cerca de 40% dos postos da GNR, tenderão a minimizar este efeito.

dias<sup>86</sup>), constata-se que tendem a ser sempre as mesmas famílias que ocupam os mesmos locais: 71,4% dos postos da GNR que responderam a esta questão assim o indicaram.

O principal motivo apresentado para a presença dos ciganos prende-se com a realização de mercados, feiras ou festas locais (73%), mas também com a visita a familiares e amigos (38,2%). As deslocações para o exercício de trabalhos sazonais na agricultura, de passagem para outro concelho e presença em funerais e visita a cemitérios são outras das razões apontadas que reúnem 26,7% das respostas. Relativamente à altura do ano em que é mais frequente a presença de ciganos no concelho, constata-se que a grande maioria dos postos indicou o período compreendido entre Julho e Setembro (66,1%), sobretudo para a realização de feiras ou festas, aparecendo em segundo lugar os meses de Outubro a Dezembro (34,8%), onde se destaca como motivo da sua presença o exercício de trabalhos sazonais na agricultura.

A ideia generalizada de existência de um tempo limitado – 48 horas – para a realização de acampamentos ocasionais não encontra o seu fundamento legal no normativo já mencionado que regula esta actividade (DL n.º 310/2002, de 18 de Dezembro). No entanto, alguns municípios têm regulamentos específicos que estabelecem as condições de permanência. Mas nos casos em que estes não existem, um dos aspectos vinculativos refere a necessidade de uma autorização formal por parte do proprietário do terreno, situação que não tem grande expressividade entre os resultados apurados: apenas 35 postos da GNR, correspondendo a 35 concelhos, indicaram que é solicitada autorização de permanência à Câmara por parte dos ciganos e 4 postos declararam existir um acordo formal para a sua permanência, seja por via da posse de cartão de feirante, seja pela condição de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, deixando, assim, antever possibilidades de negociação da presença à margem dos trâmites legais e evidenciando-se a arbitrariedade de alguns contextos institucionais na gestão das formas legítimas de acesso aos territórios.

Perante a ilegalidade do estacionamento tanto as câmaras municipais como as forças de segurança tendem para uma actuação impeditiva e de vigilância face à presença dos ciganos por um período superior a dois dias. A força policial da GNR tenta sobretudo impedir a sua presença (43,7%), mas também proceder à vigilância das famílias ciganas que permanecem em determinada localidade (27,6%). Este controlo assenta na obtenção de informações várias, nomeadamente a identificação dos presentes, as actividades a que se dedicam, os motivos que

---

<sup>86</sup> O cálculo da mediana faz baixar drasticamente este número para 5 dias, muito condicionado pelo facto de 44,6% das respostas referirem não ultrapassar os 3 dias. Mas esta discrepância indicia a variabilidade de situações passíveis de ser encontradas a nível local.

os levam a estar em determinado concelho, qual a sua origem bem como o seu destino, a verificação da existência de mandatos judiciais ou de pedidos de apreensão de veículos.

Também as câmaras municipais seguem uma actuação semelhante: contactam os agentes da autoridade (31,8%), os próprios serviços municipais de fiscalização informam os ciganos para desocuparem os locais (12,1%) e em 6,1% das respostas os ciganos são “avisados”/”intimidados” a abandonar o local por uma entidade não discriminada.

**Quadro 1: Medidas adoptadas perante a permanência de ciganos em terrenos públicos durante mais de 48 horas por parte da GNR e das Câmaras Municipais**

GNR		Câmaras Municipais	
Impedida a sua permanência	43,7%	Contactar agentes da autoridade para desocuparem local	31,8%
Vigilância	27,6%	Serviços municipais informam ciganos p/ desocuparem local	12,1%
Solicitar informações	6,0%	“Avisados”/”Intimidados” a abandonar local por entidade não discriminada	6,1%
Advertência da ilegalidade /encaminhamento para a Câmara Municipal	5,5%		
A curta permanência não justifica intervenção	7,0%	A curta permanência não justifica intervenção	15,2%
Outras	5,5%	Outras	10,6%
Nenhuma	4,5%	Nenhuma	24,2%

Fonte: Questionário CTI 1, 2005; CTI 2, CET, 2006

Por detrás da actuação das forças policiais e dos municípios encontra-se o seguinte conjunto de argumentos: presença considerada ilegítima; ocupação abusiva do espaço; falta de salubridade e higiene dos espaços ocupados; perturbação da segurança e ordem pública; ausência de uma coexistência intra e inter-étnica pacífica; forma de beneficiar de determinadas medidas de protecção social ou de acesso a determinados serviços. Estes dois últimos factores, assentes numa percepção da presença dos ciganos decorrente de uma estratégia meramente instrumental no acesso aos apoios sociais, questiona se por si só não são argumentos que revelam a fraca eficácia das medidas de política e, assim, tornar ainda mais legítimo o poder de expulsão.

É de salientar, ainda, que 7% dos postos da GNR referem não desencadear qualquer tipo de intervenção. Os motivos avançados indicam: a curta permanência dos ciganos em determinada localidade; por se tratar de acampamentos em locais privados; “porque não criam problemas de maior”, e por se ter de tolerar a sua presença face às necessidades de deslocação das famílias. A justificação de um posto é a este título ilustrativa: “o DL 310/02, 18 de Dezembro, não refere qualquer período em que um acampamento ocasional, sem licença, se torne ilegal, no

entanto, porque se compreende (entenda-se este comando) que os mesmos são nómadas e têm de dormir nalgum lado, durante alguns dias a presença é tolerada”.

Mas a prática de vigilância (assumida ou mais dissimulada) adoptada por cerca de ¼ dos postos é, sobretudo, fundamentada como uma medida preventiva face à prática de furtos e de potenciais conflitos com a população local cigana e não cigana. Entre expulsão ou controlo apertado, a actuação nem sempre é suportada pelos instrumentos legais em vigor, tal como foi possível apurar através das respostas dadas pelas autarquias num espaço reservado para observações. Evidenciam-se, assim, práticas de *vigilância, não decorrentes da legislação*, que se constituem informalmente como um entrave à circulação. É o caso de um município que exige o cartão de vendedor ambulante actualizado quando os ciganos pretendem pernoitar no concelho, mas também práticas de *estabilização demográfica* que tendem a incentivar o retorno dos ciganos ao “concelho de origem” com o intuito destes declararem um domicílio para o exercício de certos direitos.

Mas outros “constrangimentos semânticos” (Cefai, 1996) emergem decorrentes do sentimento da existência de fontes de perturbação ou de “provas de envolvimento colectivo” (Breviglieri e Trom, 2003) que fazem apelo aos preconceitos e aos receios difusos da população, na expectativa de se dar sentido a determinadas práticas e provocar a compreensão. Estes “constrangimentos semânticos” ficam bem patentes, por um lado, na forma como alguns actores institucionais parecem enveredar pela via da naturalização das identidades ou de pressupostos evolucionistas na avaliação de modos de vida para justificar a exclusão habitacional dos ciganos. E, por outro lado, nos contornos que as controvérsias espaciais da presença dos ciganos geram nas populações locais e como se repercutem nas estratégias de acção pública.

Em alguns dos depoimentos recolhidos junto de entidades públicas é possível encontrar a associação da itinerância a um traço cultural que dificulta o acesso à habitação e que justifica a sua inacção: “eles são assim [nómadas] porque é da cultura deles”, “estarmos a pô-los em casas é ir contra a cultura deles”, ou “eles gostam de ser livres e não de estar fechados numa casa”, ou ainda “porque eles também têm vantagens em viverem assim, de um lado para o outro”. Também em alguns dos documentos analisados das redes sociais insiste-se na representação dos ciganos como um “povo sem pátria há vários séculos”, que permanece numa espécie de fluxo contínuo “vivendo uma longa diáspora”, veiculando, assim, uma imagem dos



ciganos que parece querer retirar-lhes o estatuto de cidadãos nacionais ou de residentes de uma dada localidade.

Assim, subestimando-se as necessidades habitacionais desta população que passa e que aparenta não ter vínculos a determinados territórios, a sua invisibilidade fica patente em alguns dos discursos recolhidos junto de entidades locais, mas não das práticas de vigilância e de expulsão das forças policiais:

"Eles são considerados nómadas, porque eles não são residentes; construíram aquelas barracas sem autorização e quando a GNR lá vai, eles vão embora. Portanto eles não são residentes." (Entrevista a assistente social num serviço local da Segurança Social, 2006)

"Com os nómadas? Ai... como nós não temos lidação com eles (...) o melhor era contactarem as juntas de freguesia ou a GNR, que a GNR conhece-os porque anda sempre atrás deles." (Entrevista colectiva realizada a técnicas de uma Câmara Municipal do Alentejo, 2006)

Associar a itinerância a uma especificidade cultural parece, como diz Agier a propósito deste tipo de associações, "visar repor e mascarar o procedimento de exclusão e alimentar a ideia de uma responsabilidade moral, étnica ou racial" (Agier, 1999: 63). E perante esta suposta responsabilidade emerge também um pressuposto evolucionista assente na ideia da transição absoluta, unívoca e irreversível do modo de existência nómada para o de sedentário.

No decorrer de uma entrevista, uma técnica de acção social de um concelho alentejano afirmava que "agora não há ciganos, já foram todos realojados, agora são como os outros", como se o facto de não terem casa fixa os tivesse distinguido, até ali, dos restantes portugueses. Também num documento produzido por uma rede social se associava "a liberdade e o nomadismo [que] identificam o cigano", ao facto de "ele não ter consciência da necessidade de unir os seus esforços aos demais com vista ao progresso", dada a sua "instabilidade de permanência no mesmo lugar, devido ao espírito nómada".

Como se viu anteriormente o enfoque da produção científica sobre esta matéria também enveredou por esta mesma naturalização e perspectiva evolucionista, a que não será alheia a forma como os conteúdos vão sendo apropriados, e por vezes distorcidos, por parte de diversos actores institucionais e políticos, mas também pelos próprios ciganos. Estes optaram, por vezes, por ter um discurso idêntico ao académico e institucional. Esta situação, de algum mimetismo, parece ancorar-se naquilo que Judith Okely refere ser a *travelling ideology*<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Segundo a autora, a *travelling ideology* associa o nomadismo a uma representação colectiva elaborada pelos ciganos com o objectivo de construir a sua própria identidade em oposição aos não ciganos (Okely, 1983: 125-31).

De facto, as entrevistas realizadas a alguns informantes privilegiados ciganos revelaram alguma ambivalência entre uma visão mais romantizada associada à liberdade de movimentos como uma característica intrínseca a determinadas famílias e a existência de intensas deslocações como uma necessidade de sobrevivência económica ou de resposta à pressão policial<sup>88</sup>:

“Se ainda há alguns nómadas é porque eles também gostam dessa vida, gostam de ser livres, não gostam de ser dominados de qualquer maneira, não gostam de pôr os filhos na escola, depois eles próprios não foram educados na escola, não se importam que os filhos andem por todas as terras.” (Homem cigano, 37 anos, informador privilegiado, 21.04.2006)

“é uma necessidade, não um traço, não podemos dizer actualmente que é um traço [mas] existe os ciganos mesmo itinerantes, aqueles que continuam a não ter residência fixa e que gostam de andar de um lado para o outro, mas são uma pequena percentagem (...) Muitos deles já tiveram possibilidades de se fixarem, mas é um estilo de vida.” (Homem cigano, 28 anos, informador privilegiado, 2006)

Os discursos destes ciganos, bem como algumas lendas que ao longo dos tempos foram sendo recolhidas junto de ciganos<sup>89</sup> procuram, no fundo, encontrar justificações para o nomadismo.

Um dos informantes privilegiados ciganos dizia:

“Há quem diga que a palavra “cigano” vem de siga (...) quando o cigano ia parar vinham os guardas ou as pessoas e “Siga, siga, siga!”. E desde aí é que vem a palavra ‘cigano.’” (Homem cigano, 39 anos, informador privilegiado, Junho 2006)

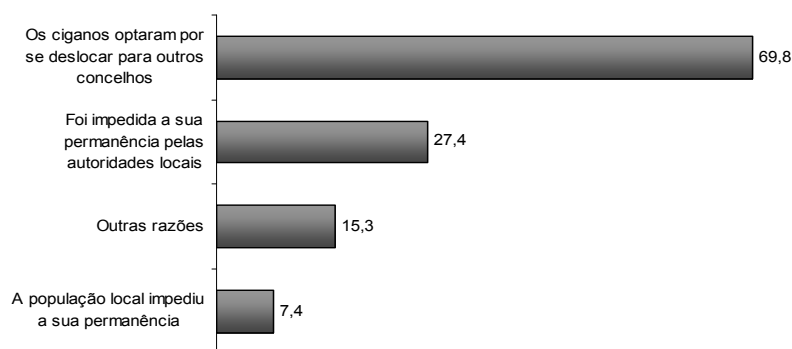
Apesar da maioria das autarquias e dos postos da GNR optarem por práticas de vigilância e expulsão perante a presença dos ciganos durante mais de 48 horas numa dada localidade, paradoxalmente, os postos da GNR quando questionados sobre as razões da partida dos ciganos do concelho apontam ser uma opção dos próprios ciganos (69,8%). Não deixa, no entanto, de ser expressiva a imposição externa para a sua partida quer por parte das autoridades locais (27,4%), quer por parte da população local (7,4%), totalizando estas duas razões 34,8%.

---

<sup>88</sup> É interessante ver como líderes ciganos italianos, auscultados no âmbito de um estudo, têm uma visão mais crítica quando se pronunciam sobre a associação dos ciganos a nómadas. Esta postura não será concertiza alheia dos efeitos negativos nos percursos de integração de algumas políticas de habitação, nomeadamente com a criação dos designados “campos nomadas”, vistos como uma “invenção administrativa” que fomenta a marginalização e a exclusão (cf. Vitale *et al.*, 2009: 98-99).

<sup>89</sup> Ver a este propósito Heusch (1965).

**Figura 4: Principais razões da partida dos ciganos do concelho (%)**



Fonte: Questionário Ciganos, Territórios e Itinerância 2, CET, 2006

A relação entre os motivos de chegada e de partida de determinada localidade poderá de alguma forma traduzir a pressão de que são alvo estas famílias quando se encontram num dado concelho sem ser para participar em mercados, feiras ou festas. De facto, constata-se que tendencialmente quando aparecem para a participação nestes eventos são os próprios que optam por se deslocar para outros locais. Pelo contrário, em todas as outras circunstâncias (visita a familiares/ amigos e participação em casamentos e baptizados) a sua permanência é impedida pela população e pelas autoridades locais. Parece estarmos perante formas difusas de exercício do poder de que falava Foucault (1975), mas também San Roman (1986c). No fundo, uma das características da regulação disciplinar da co-presença é procurar ter o menor custo possível em termos políticos, através de táticas discretas e pouco exteriorizadas e deixando passar uma imagem da utilidade da intervenção (Foucault, 1975: 220).

Interessava, pois, compreender as motivações dos ciganos para escolherem outros locais, quando se sabe que muitas vezes as populações locais “pressionam-nos”, no sentido de estes se verem obrigados ou quase que obrigados a abandonarem o local. De facto, esta era uma hipótese de resposta contemplada, mas nenhuma Câmara optou pela sua sinalização para as mudanças no interior do concelho. Também entre os postos da GNR esta opção apenas reuniu 4,7% das respostas (cf. Figura 5).

Apesar das autarquias não terem assinalado “a população local impediu a sua permanência”, a vigilância e a pressão da população local parecem estar presentes em alguns concelhos, como ficou registado no espaço reservado para observações do questionário:

“A população cigana deixou de ser nómada há muito tempo. Os que os visitam também são sedentários. As famílias residentes sabem que podem receber visitas, mas que a comunidade não pode aumentar por via da permanência de outros ciganos vindos do exterior.”

“A população só aceita os que se encontram no município, mais não são bem vindos.”

“Manifestação da população da freguesia de O. em relação à permanência desta comunidade.”

“Os ciganos itinerantes passam esporadicamente, não tendo um local específico para se instalarem. Já aconteceram duas situações nas freguesias de O. e de S. em que os populares se manifestaram contra a aquisição de propriedade por parte de ciganos.”

Fonte: Questionário Ciganos, Territórios e Itinerância 1, CET, 2005  
(exemplos de citações dadas pelas autarquias no espaço reservado para observações do questionário)

Também no espaço reservado para observações do questionário enviado aos postos da GNR se constatou uma tendência para a necessidade de se evidenciar o descontentamento da população face à presença de ciganos em determinada localidade:

“A população deste concelho não dá confiança à comunidade cigana. Por outro lado, o clima não é propício à sua instalação.”

“A população local não dá confiança aos ciganos, sente-se insegura com a sua presença e não gosta de os ter por perto.”

“A população da área deste posto sente-se bastante desconfortável com os elementos dessa etnia.”

“Nesta zona já existe um número de ciganos residentes bastante avultado, o que faz com que a população esteja descontente e insegura.”

“Por norma utilizam as crianças para se dedicarem à mendicidade deslocando-se pelas localidades criando pânico nas populações.”

“A permanência de ciganos provoca diversas alterações à ordem pública, com grande desconforto na restante população.”

Fonte: Questionário Ciganos, Territórios e Itinerância 2, CET, 2006  
(exemplos de citações dadas pelos postos da GNR no espaço reservado para observações do questionário)

Outro dado a reter prende-se com as atitudes tomadas pelas autarquias perante a existência de abaixo-assinados promovidos pelas populações locais para expulsar os ciganos dos respectivos territórios concelhios. Apenas 14 municípios referiram ter-se assistido a esta prática que exige algum nível de institucionalização do incómodo, tendo cerca de metade reagido através do recurso às forças de autoridade.

As “outras situações” apontadas pelos municípios (12,9%) relativas à alteração dos locais de permanência no interior do concelho referem o realojamento dos ciganos em habitações sociais ou a extinção de barracas. Algumas câmaras apontaram procurar conhecer as necessidades e expectativas dos ciganos, especialmente no que respeita à habitação e outras equacionaram a

possibilidade de construir um local específico para acolher populações itinerantes<sup>90</sup>. Vila Viçosa foi o único município que acabou por concretizar a ideia, através da delimitação de uma área situada a sudoeste do Parque Industrial e pela instalação de um ponto de água. A principal razão apontada para a sua concretização prendeu-se com a necessidade de “aumentar a segurança rodoviária”, uma vez que os ciganos que se deslocavam ao concelho (2 ou 3 famílias) acampavam junto à estrada que liga Vila Viçosa ao Alandroal, na altura de três feiras anuais.

Entre os outros municípios que avançaram com uma ideia desta natureza subjaz a necessidade de se procurar alojar um conjunto de famílias que regularmente passam pelo território concelhio ou até já permanecem há algum tempo no mesmo espaço. As preocupações destes municípios variam entre a necessidade de aumentar os níveis de qualidade de vida da população cigana, melhorar as condições de higiene e salubridade do território, evitar conflitos com populações locais, disponibilizar terrenos para outras funções, ou melhorar a intervenção social. As principais razões que justificam a construção de um local específico para acolher esta população podem traduzir as preocupações centrais das autarquias perante a circulação dos itinerantes no território concelhio, bem como uma possível resposta para alguns dos problemas sócio-territoriais aí presentes. A justificação avançada por uma rede social é ilustrativa da necessidade de estruturas desta natureza que visaria a população cigana “que diariamente surge no concelho, a qual não tem condições de permanência, relativamente ao espaço a ocupar, com as condições de higiene e segurança necessárias, sem que os mesmos possam vir a entrar em conflitos com a população residente, a qual por norma é bastante irredutível à sua presença.” (Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Vila Real de Santo António, Julho 2003)<sup>91</sup>.

Se as atitudes não tendem a ser tão implicitamente discriminatórias face às práticas de vigilância e expulsão, nomeadamente por se equacionar algumas soluções e se manifestar, em

---

<sup>90</sup> Das 77 câmaras que responderam a este questionário, 14 avançaram com a hipótese de construírem um projecto desta natureza, entre 1996 e 2002, nomeadamente em: Beja, Cascais, Coimbra, Elvas, Évora, Ferreira do Alentejo, Monforte, Paços de Ferreira, Reguengos de Monsaraz, Santarém, Vidigueira, Vila Nova de Gaia, Vila Real de Santo António e Vila Viçosa.

<sup>91</sup> Em vários Estados Membros a sedentarização foi decretada explícita ou implicitamente sem que fossem criadas as condições necessárias para um acolhimento aceitável das populações com fortes mobilidades. A maioria das medidas existentes está desadaptada ao ritmo e às etapas daquela mobilidade, marcada pela incerteza dos períodos de estacionamento, e outras estão muito orientadas para formas diversas de controlo da mobilidade. Delamon (1992) fez um balanço da situação das populações nómadas em 12 Estados Membros e, embora se trate de um relatório já datado, é interessante verificar a diversidade de situações adoptadas ou a inexistência de soluções para o acolhimento destas populações. Passados dez anos, um estudo do Conselho Europeu apresenta uma sistematização das práticas legislativas, regulamentares e administrativas relativas à livre circulação dos “viajantes” em 19 Estados Membros e enuncia propostas para a melhoria e harmonização das condições jurídicas da circulação (Steinberger e Keller, 2002).

alguns casos, o envolvimento dos ciganos nas acções que se pretendem desencadear, a tal arbitrariedade local fica bem patente no caso de um município que estabeleceu um “Acordo Sobre Regras de Comportamento da Comunidade Cigana”. A sua concretização é justificada pelo facto das famílias ciganas aí residentes terem “levantado algumas questões de segurança na freguesia”. O cumprimento do referido acordo por parte dos ciganos “abre a hipótese de obtenção futura de melhores condições de habitabilidade”, já o “não cumprimento destas regras básicas implica o cancelamento do processo do Rendimento Mínimo Garantido”.

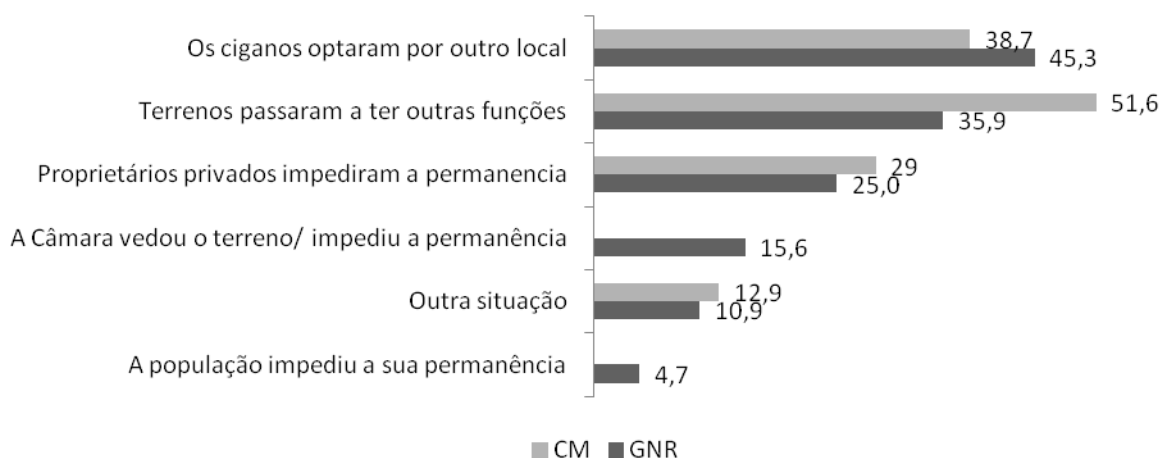
Os dados recolhidos tendem, assim, a revelar que estacionamento espontâneo rapidamente passa a ilícito e a acção pública reage casuisticamente a situações vistas como problemáticas, algumas vezes contrariando liberdades e direitos fundamentais e raramente adoptando uma visão mais sistémica e integrada dos problemas de acesso aos recursos e às oportunidades. É possível, pois, afirmar que as acções públicas em direcção dos ciganos estão longe de formar um conjunto homogéneo e mesmo coerente e, tal como noutros países, nomeadamente em França, decorrem da arbitrariedade local (Legros, 2009). Alguma da informação que foi possível recolher relativamente a formas de intervenção que se distanciam da expulsão corroboram, pois, esta constatação.

### **3.1.2. Dinâmicas urbanas e genealogia dos limites espaciais**

Tal como se constatou entre as razões apontadas para a partida dos ciganos do concelho, também quando se assiste à alteração dos seus locais de permanência no interior dos municípios, tanto as câmaras municipais, como os postos da GNR apontam a liberdade de opção dos próprios ciganos. No entanto, as alterações da configuração espacial dos lugares anteriormente ocupados são também um factor que condiciona o “optar” por outros locais. Estes deixam de se revelarem aprazíveis para a permanência, mesmo que seja por um curto período de tempo, ou passam a estar associados a funções específicas que impedem a instalação, mesmo que temporária, das famílias ciganas.

Existe, pois, como diria Lussault (2007) uma genealogia dos limites e das suas evoluções, uma vez que os diferentes códigos de procedimentos espaciais se vão transformando, sendo disto revelador a tendência de resposta dos municípios para explicarem as razões subjacentes à alteração dos locais de permanência dos ciganos no interior dos concelhos – os terrenos passaram a ter outras funções (51,6%) – e indo também ao encontro daquilo que Humeau (1995) identificou no seu trabalho realizado em França.

**Figura 5: Razões subjacentes à alteração dos locais de permanência dos ciganos no interior dos concelhos (%)**



Fonte: Questionário CTI 1, 2005; CTI 2, CET, 2006

Em Portugal, as décadas de 80 e 90 do século passado foram marcadas pela elaboração sucessiva de Planos Directores Municipais que atribuindo usos específicos ao território, tornaram mais difícil identificar os terrenos livres, ou seja, sem qualquer uso definido. A população cigana foi, assim, ficando confrontada cada vez mais com uma escassez de espaço físico para poder permanecer.

De acordo com os resultados apurados no questionário enviado às autarquias, os ciganos nos últimos 30 anos permaneciam tendencialmente em terrenos públicos (58,3% dos municípios assim o referiram). No entanto, em cerca de 1/3 dos concelhos registou-se a alteração dos locais de permanência, sendo actualmente os terrenos privados os eleitos para a fixação temporária (50,9%). No fundo, à medida que determinados espaços foram perdendo a sua função inicial, nomeadamente agrícola, os ciganos ganharam maior visibilidade em espaços públicos mais expostos, tornando-se mais premente demarcar as fronteiras face a outros grupos sociais em presença (Duarte, *et al.*, 2005a).

A alteração do estatuto dos espaços ocupados pelos ciganos é por si só reveladora das modificações que se estão a produzir nos seus estilos de vida, alterações estas desencadeadas, sobretudo, pelas transformações das dinâmicas territoriais e pelas posturas institucionais face à gestão das questões sociais. Um aspecto que ressalta da análise, e que poderá ser aprofundado ao longo dos estudos de caso, é que estes factores acabam por abalar as estruturas da sua vida económica (ex.: exercício de determinadas actividades profissionais que exigem mobilidade) e social (ex.: reforço dos laços sociais que se activam pelo encontro a escalas geográficas

diversas). Perante este afastamento espacial sistemático dos lugares colectivos de estatuto público, assiste-se a uma lógica crescente de exclusão económica, social e territorial.

### **3.2. Inscrição territorial precária, etnicização da exclusão social e práticas discriminatórias**

Este capítulo pretende abordar as condições associadas à oferta e ao acesso à habitação social por parte de famílias ciganas que se conseguiram instalar, com um carácter relativamente duradouro, num dado território concelhio. A sua inscrição territorial traduz-se, geralmente, pela ocupação de casas ou infra-estruturas devolutas ou pela construção de casas abarracadas em terrenos públicos, de privados ou dos próprios. Embora também revelando elementos de vulnerabilidade na apropriação do espaço, distingue-se da tendência das situações relatadas anteriormente por não se assistir expressamente a práticas de rejeição “directa” e/ou “violenta” (Liégeois, 2009).

Se também, nestas situações, a satisfação das necessidades de habitação aparece como um direito consagrado na constituição, resta procurar compreender os constrangimentos que se colocam aos poderes públicos para encontrar, a título de subsidiariedade, os recursos e as formas que permitam o acesso ao alojamento em tempo, lugar e a custos adequados aos segmentos sociais reconhecidamente excluídos ou de limitada solvência em relação à oferta do mercado.

A diversidade de condições socioeconómicas e espaciais dos ciganos portugueses permite levantar a hipótese de que as questões relacionadas com a heterogeneidade étnica e cultural e a integração não se colocam da mesma maneira em todos os territórios. Apesar desta diversidade, uma aproximação à extensão das situações de precariedade habitacional permite constatar que a dimensão dos contrastes sociais é elevada quando comparada com a mesma situação para o total da população. Não se deve, no entanto, pensar que a polarização social é em si uma variável para explicar os conflitos que atravessam alguns destes contextos e que dificultam romper com padrões de vulnerabilidade social, onde a exclusão habitacional é marcante. Vários factores concorrem para a manutenção destes padrões que ultrapassam ou se conjugam com a dimensão dos recursos necessários para permitir o acesso ao alojamento a esta fatia da população cigana.

Pretende-se, assim, explorar como se manifesta a diversidade destes factores para grupos territoriais distintos. Conhecer os efeitos da variável território sobre os fenómenos de exclusão habitacional, não representa, no entanto, cair no equívoco “de que a pobreza tem a sua origem



nas micro-estruturas dos seus próprios territórios. Pelo contrário, os factores mais poderosos encontram-se na lógica do funcionamento do sistema produtivo, dos mercados de trabalho, da educação e da formação, da distribuição do rendimento, da capacidade de influenciar as decisões a todos os níveis do poder, enfim, em todos os campos em que se geram e distribuem as oportunidades de participação social, cultural e económica” (Capucha, 2000: 12). É possível, no entanto, levantar a hipótese de que estes campos tendem a gerir e a distribuir as oportunidades de forma desigual em função dos grupos em presença e que nestes territórios as necessidades habitacionais não se apresentam com as mesmas características e proporções. É, neste sentido, que o aprofundamento dos contornos da diversidade social e política da esfera local assume a sua relevância.

### **3.2.1. População cigana em alojamentos não clássicos**

A relevância assumida pelo local como escala de análise privilegiada encontra a sua justificação por se constituir o “teatro do quotidiano” (Liégeois, 2009), onde se cristalizam as tensões e manifestam os conflitos, mas onde também, de forma diferenciada, se formulam os problemas e se encontram soluções. É a este nível que uma questão sobressai com particular relevância – o problema cigano assume uma dimensão espacial incontornável<sup>92</sup>. É pela sua visibilidade social e pela sua relação com o espaço que se geram controvérsias, se produzem identidades e se determina quem é de incluir ou de excluir do benefício das políticas públicas e, em última instância, quem deve ou não ter “direito à cidade”. É, neste sentido, que as questões relacionadas com a habitação se assumem como um dos palcos privilegiados da emergência de controvérsias e para as quais se propõe um olhar direccionado.

As impressões que se iam recolhendo em concelhos onde a população cigana residia em habitações precárias não permitiam a construção de nenhuma regularidade. Apenas um dado era mais constantemente referenciado quer por ciganos, quer por entidades locais: “estão aqui há cerca de 20 anos”<sup>93</sup>. De facto, a diversidade era grande em termos de orientação ideológica dos executivos camarários, das condições do mercado habitacional e das lógicas de acesso à propriedade, do perfil dos territórios em termos das suas características mais rurais ou urbanas. Perante discursos que enfatizavam a falta de vontade política de intervir nestas situações, que incessantemente referenciavam a escassez de recursos a nível local ou de programas

---

<sup>92</sup> Ver a este propósito como outros estudos chegam a conclusões semelhantes, concretamente o número especial da revista Géocarrefour, organizado por Legros e Vitale (2011).

<sup>93</sup> Esta situação relativamente durável foi também identificada no estudo da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (2000) que referia que 61% da população cigana, em alojamentos não clássicos, se encontrava nesta situação há mais de 20 anos.

habitacionais que respondessem às especificidades da população cigana e que alegavam as controvérsias geradas em torno do perigo de desvalorização do valor imobiliário ou fundiário decorrente de realojamentos, esboçavam-se alguns dos factores que facilmente encontravam tradução em variáveis disponíveis, através de fontes secundárias.

Ao longo do percurso de investigação, iniciado em 2006, foi possível ir registando os dados relativos ao número de pessoas ciganas a residir em alojamentos não clássicos no país, tendo sido possível apurar a existência destas situações para 74 concelhos, sendo que em 50 se obteve o número de pessoas (cf. Quadro 2 e Mapa 2)<sup>94</sup>. Trata-se, apenas, de uma aproximação à realidade, pois os dados apresentados revelam fragilidades que decorrem do facto de não ter sido possível proceder a uma recolha sistemática em todo o território continental, sendo as fontes e as suas referências cronológicas diversas. Desta forma, para além de não se conseguir ter uma cobertura rigorosa e exaustiva de todo o território, não sendo possível, com a análise realizada, a sua extrapolação para o universo, também não ficam contempladas todas as dimensões que a precariedade habitacional pode revestir. Concretamente poderia explorar-se as várias facetas que a exclusão habitacional pode traduzir, tanto no domínio físico (condições inadequadas), como no domínio legal (inexistência de título legal de propriedade) e social (não ter um espaço adequado que garanta a privacidade individual e que possa ou não permitir as relações sociais)<sup>95</sup>.

Este levantamento apresenta, no entanto, algumas virtualidades que os dados do Quadro seguinte procuram ilustrar. Por um lado, permite evidenciar a combinação de situações diferenciadas do ponto de vista habitacional: tomando como referência os 50 ou os 74 concelhos e, apesar do peso elevado de pessoas ciganas a residir em alojamentos não clássicos, constata-se que a maioria (cerca de 60%) tem outras situações residenciais. Por outro lado, põe em relevo a expressividade do contraste social entre as condições de habitação da generalidade da população e a dos ciganos (de 0,8% para o total da população residente em Portugal para

---

<sup>94</sup> Desde 2006 que tenho vindo a sistematizar a informação sobre a população cigana a residir em alojamentos não clássicos que, de acordo com a definição do INE, inclui barracas, casas rudimentares de madeira, improvisadas, móveis. As fontes dessa informação foram o trabalho de terreno realizado ao abrigo do projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, de um questionário enviado no âmbito do Projecto Equal – Coimbra. Cidade de Todos (Castro, 2009a, 2009b), de uma colaboração para o *European Roma Right Centre* onde se recolheu informação para 14 concelhos do país e de notícias de imprensa. De referir que, já anteriormente, tanto a ONPC (2000) como o SOS Racismo (2001) procederam a um levantamento semelhante e chegaram ao compto de 4.398 e 4.200 pessoas em situação habitacional precária, respectivamente.

<sup>95</sup> Para um aprofundamento desta questão ver, por exemplo, os Relatórios que têm sido produzidos no âmbito da *European Federation of National Organisations working with the Homeless* (FEANTSA), concretamente Edgar *et al.*, 2003 e Feantsa, 2008. Também sobre a noção de precariedade aconselha-se a consulta dos trabalhos de Fernando Diogo (2010, 2012), de Bresson (2007) e de Barbier (2005).

mais de 26% se considerarmos os ciganos a residir em alojamentos não clássicos face ao total de pessoas a viver neste tipo de habitações). Por fim, e como se constatará de seguida, possibilita detectar a existência (ou não) de alguma especificidade territorial onde a população cigana reside neste tipo de alojamentos (cf. Quadro 2).

Mas os dados apresentados no Quadro permitem, ainda, perceber como a expressão dos contrastes sociais pode variar em função do universo a que respeitam os dados. Três situações merecem destaque por ser possível revelar situações distintas:

- i. A população cigana a residir em alojamentos não clássicos em 50 concelhos representa 15,1% do total da população cigana do país e 7,8% do total de residentes em alojamentos não clássicos;
- ii. A população cigana a residir em alojamentos não clássicos em 50 concelhos representa 42,1% do total da população cigana nestes concelhos e 26,4% do total de residentes em alojamentos não clássicos;
- iii. A população cigana a residir em alojamentos não clássicos em 74 concelhos representa 45,7% do total da população cigana nestes concelhos e 30,3% do total de residentes em alojamentos não clássicos.

**Quadro 2: Dados comparativos de pessoas a residir em alojamentos não clássicos: população total e cigana**

Portugal Continental	População Total	População a residir em alojamentos não clássicos		%	
<b>Total</b>	9.869.343	78.384		0,8	
<b>Ciganos</b>	40.568	9.140	6.142	22,5	15,1
<i>Peso da população cigana (%)</i>	<i>0,4</i>	<i>11,7</i>	<i>7,8</i>		

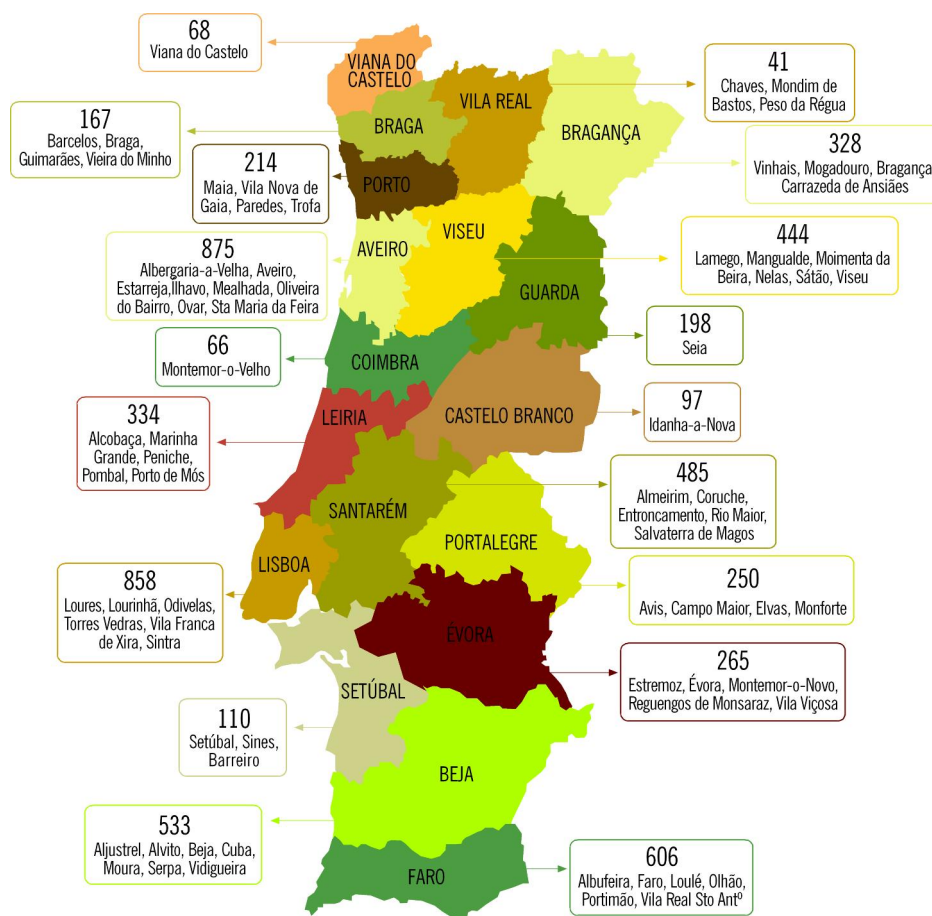
<b>Total (50 concelhos)</b>	2.847.585	23.270		0,8	
<b>Ciganos (50 concelhos)</b>	14.576	6.142		42,1	
<i>Peso da população cigana (%)</i>	<i>0,5</i>	<i>26,4</i>			
<b>Total (74 concelhos)</b>	3.822.036	30.182		0,8	
<b>Ciganos (74 concelhos) *</b>	20.007	9.140		45,7	
<i>Peso da população cigana (%)</i>	<i>0,5</i>	<i>30,3</i>			

Fonte: Para a população total – INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001. Para a população cigana – recolha própria cf. nota 94.

\*O dado apresentado resulta de uma estimativa para os 24 concelhos onde não foi possível obter o nº de pessoas ciganas residentes em alojamentos não clássicos. Esta estimativa foi calculada a partir do peso médio assumido por estas condições habitacionais face ao total de ciganos residentes nos 50 concelhos com informação.

O mapa seguinte ilustra a distribuição dos alojamentos não clássicos pelo território continental habitados por pessoas ciganas, fazendo sobressair os distritos de Aveiro, Lisboa, Faro, Beja e Santarém por apresentarem o maior número de pessoas a viver neste tipo de alojamentos. Mas esta cartografia da precariedade habitacional não pode deixar de estar relacionada com a própria distribuição da população cigana, pois nestes distritos concentra-se 38,5% da população cigana portuguesa.

**Mapa 2: Distribuição da população cigana a residir em alojamentos não clássicos, por distrito**



Fonte: cf. nota nº 94

De forma a melhor compreender como se caracterizam os territórios onde se regista a presença de pessoas ciganas a residir em alojamentos não clássicos procedeu-se à realização de uma análise de correspondências múltiplas (ACM)<sup>96</sup> que integrou as seguintes variáveis: i) ideologia maioritária dos municípios no período entre 1997-2009 ; ii) tipo de território; iii) peso de alojamento público no parque habitacional do concelho; iv) peso de população cigana em alojamentos não clássicos no total de pessoas ciganas residentes; v) peso da população em alojamentos não clássicos no total da população<sup>97</sup>.

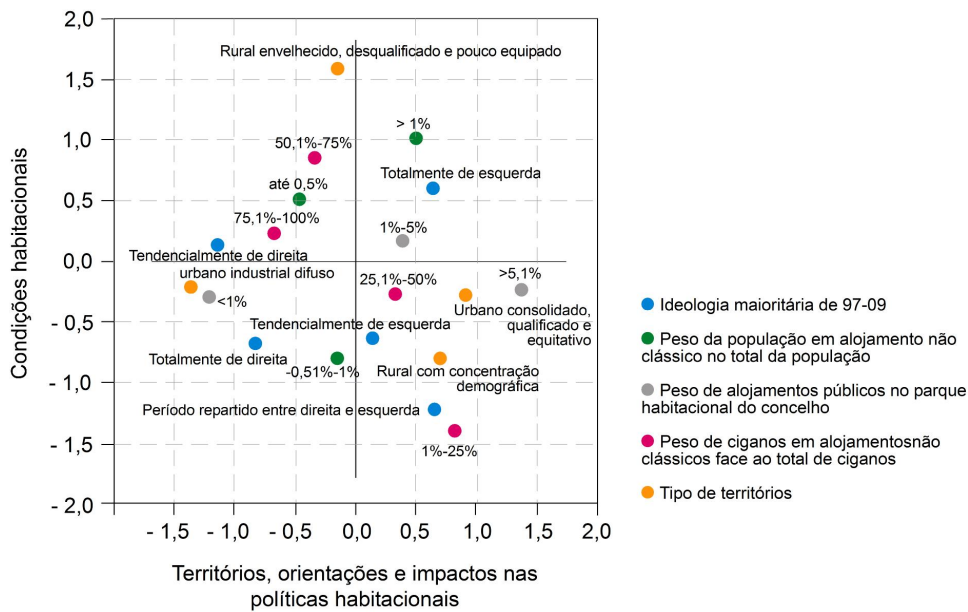
A partir da ACM foi possível identificar duas dimensões: a dimensão 1 representa a relação entre o tipo de território (a oposição entre territórios urbanos e territórios rurais), a orientação ideológica (da esquerda à direita maioritárias) dos partidos a governar as autarquias e a sua relação com o maior e menor peso de alojamento público no parque habitacional do município; a dimensão 2 traduz as condições habitacionais (peso de população cigana e não cigana em alojamentos não clássicos).

---

<sup>96</sup> Manifesto um agradecimento muito especial à colega e amiga Sónia Costa que prestou um apoio incondicional na discussão de indicadores e na análise estatística realizada. Também um especial agradecimento vai para Madalena Matos que permitiu um olhar mais crítico e distanciado das análises realizadas.

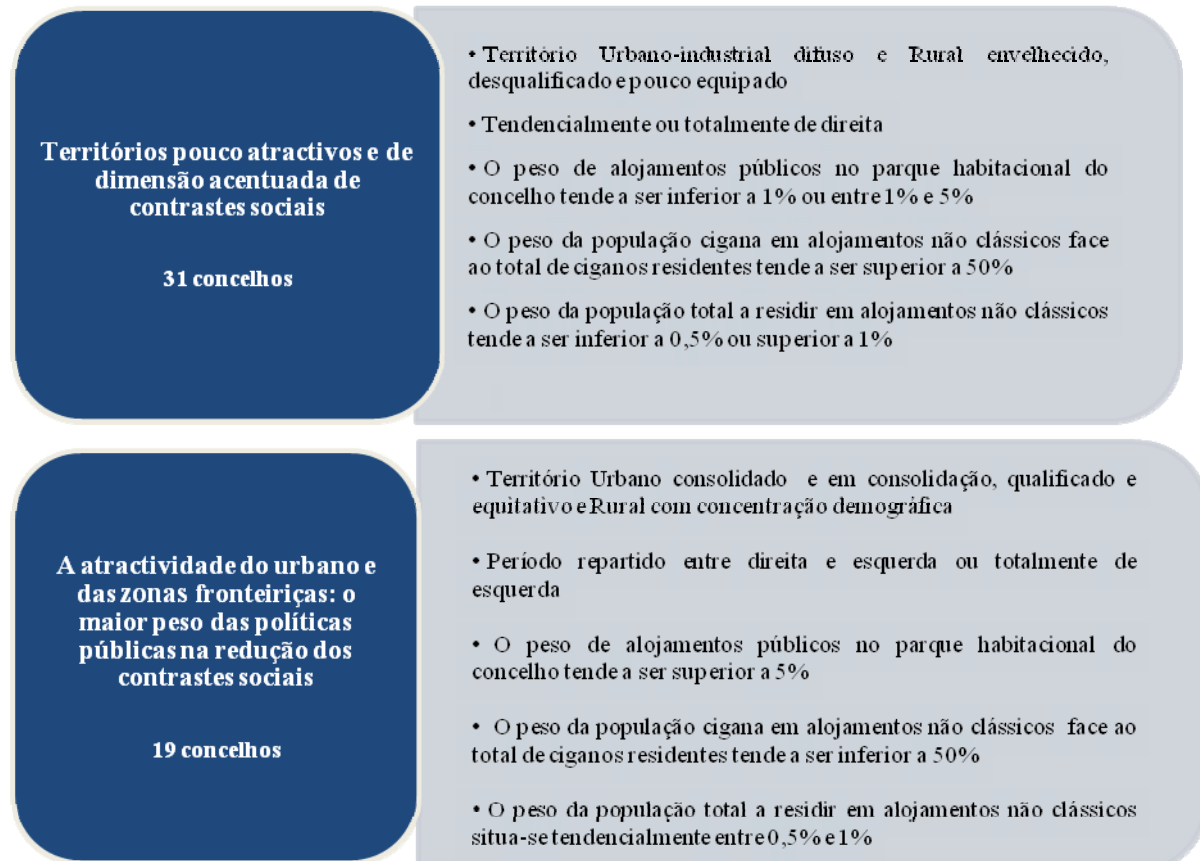
<sup>97</sup> *Ideologia maioritária dos municípios no período entre 1997-2009*: esta variável resulta de uma prévia identificação da orientação ideológica do partido político vencedor das eleições autárquicas em cada município, desde 1997, sendo a fonte a Comissão Nacional de Eleições (<http://eleicoes.cne.pt/>). Optou-se como limite temporal as eleições de 1997 por estar em curso, desde 1993, o Programa Especial de Realojamento que, embora fosse dirigido preferencialmente às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, representou 56% do total de fogos construídos entre 1996 e 2005 (CET-ISCTE/ IRIC/ A.Mateus e Associados, 2008: 31). Assim, para o período 1997-2009 existiram quatro mandatos eleitorais e foram apuradas as seguintes categorias: totalmente de esquerda ou direita – todos os períodos eleitorais foram ganhos por partidos de esquerda/direita, respectivamente; tendencialmente de esquerda ou direita – 3 dos 4 mandatos foram ganhos por partidos de esquerda ou direita, respectivamente; período repartido entre a esquerda e a direita – 2 mandatos ganhos pela direita e 2 mandatos ganhos pela esquerda. *Tipo de território*: tendo-se consciência da complexidade de factores que interferem na classificação dos territórios e que qualquer polarização estereotipada entre rural e urbano é redutora de processos sociais muito complexos e inter-relacionados, em 2005 procurámos ir para além das classificações clássicas, muito ancoradas na dimensão dos lugares e na estrutura do povoamento. Seleccionaram-se 15 indicadores repartidos por quatro domínios (dimensão dos lugares/povoamento; dinâmica demográfica; actividades económicas; infraestruturas e equipamentos), e teve-se como unidade de base o concelho. Do cruzamento destes indicadores, obtiveram-se cinco tipos de territórios tendo em conta as suas características mais urbanas ou rurais (Castro e Marques, 2005). *Peso de alojamento público no parque habitacional do concelho e Peso da população em alojamentos não clássicos no total da população*: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001. *Peso de população cigana em alojamentos não clássicos no total de pessoas ciganas residentes*: cf. nota 94.

Figura 6: Posição das variáveis no cruzamento das duas dimensões



De acordo com a análise bidimensional foi possível identificar dois grupos de concelhos, cujas características se encontram expressas na Figura seguinte e no Quadro 3.

Figura 7: Descrição das situações tipo



**Quadro 3: Caracterização de *clusters***

		A atractividade do urbano e das zonas fronteiriças		Territórios pouco atractivos e de dimensão acentuada de contrastes sociais		Total	
		N	%	N	%	N	%
Tipo de territórios	Urbano consolidado e em consolidação, qualificado e equipado	12	63,20%	7	22,60%	19	38,0%
	Rural com concentração demográfica	7	36,80%	1	3,20%	8	16,0%
	Urbano-industrial difuso	0	0,00%	14	45,20%	14	28,0%
	Rural envelhecido, desqualificado e pouco equipado	0	0,00%	9	29,00%	9	18,0%
	Total	19	100%	31	100%	50	100%
Ideologia maioritária de 1997 a 2009	Tendencialmente de esquerda	3	17,60%	3	10,00%	6	12,8%
	Período repartido entre direita e esquerda	3	17,60%	1	3,30%	4	8,5%
	Tendencialmente de direita	0	0,00%	9	30,00%	9	19,1%
	Totalmente de direita	2	11,80%	6	20,00%	8	17,0%
	Totalmente de esquerda	9	52,90%	11	36,70%	20	42,6%
	Total	17	100%	30	100%	47	100%
Peso da população em alojamentos não clássicos no total da população	Até 0,5%	3	16,70%	9	29,00%	12	24,5%
	De 0,51% a 1%	12	66,70%	15	48,40%	27	55,1%
	Mais de 1%	3	16,70%	7	22,60%	10	20,4%
	Total	18	100%	31	100%	49	100%
Peso de ciganos em alojamentos não clássicos no total de ciganos residentes	1% - 25%	11	57,90%	0	0,00%	11	22,0%
	25,1% - 50%	6	31,60%	7	22,60%	13	26,0%
	50,1% - 75%	1	5,30%	8	25,80%	9	18,0%
	75,1% - 100%	1	5,30%	16	51,60%	17	34,0%
	Total	19	100%	31	100%	50	100%
Peso de alojamentos públicos no parque habitacional do concelho	< 1%	3	15,80%	14	45,20%	17	34,0%
	1% - 5%	10	52,60%	17	54,80%	27	54,0%
	>5,1%	6	31,60%	0	0,00%	6	12,0%
	Total	19	100%	31	100%	50	100%

Para se ir mais longe na caracterização destes grupos foi possível verificar como se comportam perante outras variáveis para as quais foi possível obter informação<sup>98</sup> procurando, sempre que

<sup>98</sup> Concretamente estas variáveis traduzem-se: i) na identificação de concelhos que já delinearão projectos de intervenção habitacional; ii) nos obstáculos que se tendem a colocar na melhoria das condições habitacionais da população cigana. Através do questionário lançado no âmbito do Projecto Coimbra. Cidade de Todos apenas foi possível apurar informação para cerca de metade dos 50 concelhos (Castro, 2009a, 2009b); iii) no peso dos alojamentos propriedade do ocupante no parque habitacional do concelho (INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001).

possível, relacionar estes dados com o material de cariz mais qualitativo que foi sendo recolhido ao longo do percurso de investigação.

A análise realizada permite destacar um tipo a que se designou de *territórios pouco atractivos e de dimensão acentuada de contrastes sociais*. Ainda que englobem mais concelhos (31), concentram menos população cigana (6.565, ou seja, 16,2% da população total cigana). No entanto, apesar da sua fraca expressividade a maioria vive em alojamentos não clássicos (67,8%), contrastando com a fraca expressão que esta condição habitacional assume no total da população (0,9%, correspondendo a 11.739 indivíduos). O perfil territorial destes concelhos é do tipo “urbano-industrial difuso” e “rural envelhecido, desqualificado e pouco equipado”, ou seja, conjugam-se aqui duas situações distintas: por um lado, um conjunto de concelhos que se definem por ser demograficamente dinâmicos, com uma população bastante jovem, com um grande peso do emprego industrial e onde a grande maioria da população vive em centros com menos de 5000 habitantes e, por outro lado, um outro conjunto que traduz as marcas mais rurais de Portugal, onde a grande maioria da população vive, igualmente, em centros com menos de 5.000 habitantes, é envelhecida e o trabalho agrícola ainda é relevante.

Entre 1997 e 2009, a ideologia maioritária dos executivos camarários foi tendencial ou totalmente de direita, apresentando-se como um grupo de concelhos que tende para a maior homogeneidade política. Poderá levantar-se como hipótese que a fraca expressão da diversidade de perspectivas ideológicas poderá indiciar algum bloqueio à incorporação de diferentes proposições decorrentes das problemáticas relacionadas com a habitação que localmente se fazem sentir. Os dados sobre o fraco peso assumido pelo sector público no parque habitacional indiciam algumas pistas de uma possível orientação ideológica na canalização do investimento nesta área.

Apresentando estes territórios um parque habitacional em que a grande maioria dos alojamentos são propriedade do ocupante (83,3%), também aqui se assiste à maior exiguidade do sector da habitação social<sup>99</sup>. De facto, os concelhos que integram este grupo representam o menor peso de alojamentos públicos no parque habitacional do concelho (1,5%) que, contrastando com o peso assumido pela propriedade privada, poderá ser revelador de algum “alarme social” associado à desvalorização do património pela eventual presença de famílias

---

<sup>99</sup> De referir que a média nacional para o indicador – alojamentos propriedade do ocupante – era, em 2001, de 76% (INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001).



ciganas nas proximidades<sup>100</sup>. Também não é de descurar as implicações da reduzida dimensão dos lugares e o que isso significa de impermeabilidade à aceitação daqueles que se apresentam como diferentes.

Embora não tenha sido possível apurar para a totalidade das autarquias a existência de projetos de realojamento dirigidos às populações ciganas (esta informação é inexistente para 35,5% dos concelhos), 12 municípios declararam já ter delineado um projecto de intervenção, identificando como factores para a sua não concretização quer o desconhecimento das melhores formas para intervir (66,7%), quer a falta de consenso político e a pressão da opinião pública quando se trata de desencadear processos de realojamento (44,4%).

Se pudermos admitir que nos territórios mais urbanos se tem assistido a um fraco investimento no parque habitacional público, as áreas mais rurais, por seu lado, parecem defrontar-se com o desajustamento dos critérios de elegibilidade dos programas à diversidade local: programas muito formatados para as grandes cidades em termos de públicos, regimes de ocupação, apoios financeiros, critérios “etários” do edificado, percentagem de comparticipação...

O outro conjunto de concelhos designou-se de *a atractividade do urbano e das zonas fronteiriças: o maior peso das políticas públicas na redução dos contrastes sociais*. O perfil territorial dos 19 concelhos que integram este tipo – “urbano consolidado em consolidação, qualificado e equitativo” e “rural com concentração demográfica” – aliado ao peso assumido pelos recursos das políticas públicas e à própria localização geográfica assumem-se como factores de atractividade na fixação das populações, não sendo a população cigana excepção. De facto, nos apenas 19 concelhos aqui contemplados reside 19,7% da população cigana, correspondendo a 8.011 pessoas entre os quais 1.691, ou seja, 21,1%, se encontra em alojamentos não clássicos. Apesar de ser um número consideravelmente inferior ao registado para o tipo anteriormente descrito, ele é ainda expressivo quando comparado com o valor relativo assumido para a totalidade da população (0,7%, correspondendo a 11.531 indivíduos).

Entre 1997 e 2009, a governação autárquica foi sendo repartida entre a direita e a esquerda ou foi totalmente de esquerda. A maior presença de diferentes partidos nos executivos camarários poderá indiciar a sua influência positiva em termos da conjugação de diferentes perspectivas na configuração das soluções a encontrar para os problemas de precariedade habitacional. O

---

<sup>100</sup> A nível nacional, o parque habitacional público representava, em 2001, 3,2% (INE, Recenseamento da População e Habitação, 2001).

número elevado de concelhos para os quais não existe informação relativamente à existência de projetos para a resolução das situações de precariedade habitacional (52,6%) não permite, no entanto, apurar a consistência desta hipótese. Ou seja, apenas se sabe que em 4 municípios foram delineados projectos, contudo não concretizados, especificamente pelo desconhecimento das melhores formas para intervir. A menor expressividade que assume os alojamentos não clássicos entre a população cigana poderá, pois, estar mais relacionada com o investimento que tem sido realizado nestes concelhos ao nível do parque habitacional público. De facto, é nestes territórios que se encontra o valor médio mais elevado do peso de alojamentos públicos (3,5%), registando-se para 31,6% mais de 5%.

Apesar deste investimento, a subsistência de alojamentos não clássicos poderá ficar a dever-se a estas situações não terem sido contempladas nos recenseamentos realizados para o Programa Especial de Realojamento (PER), lançado em 1993<sup>101</sup>. A desactualização dos parâmetros de custos controlados estabelecidos pela administração central face aos preços actuais das diversas componentes do produto habitação, o alto valor da renda fundiária e as dificuldades na obtenção de solo para habitação social (CET-ISCTE/ IRIC/ A.Mateus e Associados, 2008a: 159) poderão assumir também o seu peso explicativo. Acresce, por um lado, que estes concelhos apresentam as taxas de execução mais baixas do PER e, por outro lado, às situações diagnosticadas, mas ainda não solucionadas de 1993, acumulam-se novas carências, incluídas ou não em Acordos Prohabita já candidatados<sup>102</sup>.

É também de referir um outro tipo de constrangimentos decorrentes da regulamentação de acesso a programas de realojamento e dos instrumentos de financiamento. Enquanto os primeiros nem sempre permitem abarcar a diversidade de condições das famílias aí residentes – já terem beneficiado de habitação social noutros concelhos; terem recebido indemnizações quando saíram de barracas onde anteriormente viviam; tempo de permanência... -, os segundos nem sempre se revelam ajustados às situações concelhias – famílias proprietárias de terrenos não urbanizáveis, de alojamentos em mau estado de conservação... -, dificultando a capacidade de acção.

---

<sup>101</sup> O PER é um programa dirigido às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e tem como objectivo principal proporcionar aos municípios abrangidos, um meio para erradicar as barracas e realojar os seus habitantes em alojamentos de custos controlados (Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio).

<sup>102</sup> Em 2004, surge o PROHABITA, um outro programa de financiamento para acesso à habitação, mas para o qual ainda se desconhece o número de famílias abrangidas (Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho). Trata-se de um programa mais abrangente destinado não apenas às populações residentes em barracas ou casas abarracadas (como acontecia anteriormente), mas também a quaisquer situações de grave carência habitacional das famílias residentes no território nacional (e não exclusivamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto), propondo como soluções alternativas à aquisição ou construção de fogos novos, o recurso ao arrendamento e a reabilitação do parque habitacional existente.

### 3.2.2. Nomear, qualificar e controlar as diferenças

As especificidades encontradas entre os dois perfis de territórios apresentados, não encontram, contudo, eco entre as de justificação da acção pública proferidas por representantes autárquicos e trabalhadores sociais<sup>103</sup>. O quadro de representações sociais, revelando a forma como interpretam a presença destas famílias no concelho, acaba por orientar as suas condutas. Mas, apesar de se tratar de população cigana, e o que a história nos ensina em termos da produção e consolidação de imagens estereotipadas e de práticas discriminatórias, a análise destes discursos não pode ser dissociada dos processos em curso nas últimas duas décadas em torno das políticas urbanas e das políticas sociais de regulação da pobreza. É, pois, possível levantar a hipótese de que as orientações ideológicas associadas às políticas públicas conjugadas com a tendência para a naturalização das identidades e a etnicização e invisibilização da exclusão tendem a reforçar os padrões de vulnerabilidade da população cigana.

Nos discursos de alguns dos responsáveis autárquicos fica patente, por exemplo, como a hipótese de realojamentos dispersos na malha urbana são vistos como “problemáticos” e onde a solução vai no sentido da criação de espaços destinados exclusivamente à população cigana, já que se pressupõe que as relações de proximidade entre ciganos e não ciganos são portadoras de ameaças.

Quando as pessoas em situação de vulnerabilidade não manifestam o envolvimento esperado tende a assumir-se a sua autorresponsabilização, desenvolvendo-se um discurso que enfatiza um fatalismo associado a determinados públicos em termos dos seus percursos de integração social:

“Não entendo famílias que recebem 900 euros de subsídio e que vivem numa barraca e que se recusam a pagar 150 euros de renda de casa (...) é uma cultura de dependência, em que a etnia cigana se enquadra. (...) Criou-se a ideia que são pobres, uns coitadinhos e como tal têm de ser ajudados. (...) A comunidade em geral é assim, mas a de etnia cigana é mais acentuada. (...) não digo que um senhor de oitenta anos vá trabalhar para pagar a casa, mas os mais novos têm de criar essa mentalidade e que têm de trabalhar para terem as coisas.” (Entrevista a vereadora de uma Câmara Municipal, 05.02.2010)

Ao longo desta entrevista, a interlocutora nunca questionou a forma como o sistema funciona, nem se colocou no lugar do outro com uma abordagem compreensiva que vê o indivíduo que recorre aos serviços como uma pessoa singular (Astier *et al.*, 2006), dotada de uma biografia particular, cuja exploração permitiria não só captar o modo como as desigualdades se

---

<sup>103</sup> O contacto com estes actores decorreu ao longo do percurso de investigação e no âmbito dos trabalhos de terreno realizados em 13 concelhos (7 do primeiro perfil de territórios e 6 do segundo).

expressam no processo biográfico, mas também apreender o mapa dos recursos e capitais inscritos no percurso pessoal e social do indivíduo susceptíveis de serem mobilizáveis. Tende, assim, a prevalecer um registo da acção que opera por referência quase exclusiva a supostos traços identitários dos designados grupos alvo e/ou grupos de risco, manifestando-se a exclusão sob a forma de etnicização (Fernandes, 1995: 16, 25). Mas o depoimento referido é também ilustrativo de como se processa a apropriação pública da categoria de “beneficiário do RSI”<sup>104</sup> para revelar um dos traços do perfil dos destinatários desta medida: uma “cultura de dependência” que os impede de vislumbrar um patamar de solvência económica para arrendar uma casa no mercado privado de habitação, ficando para segundo plano a importância conferida ao valor efectivo da prestação social recebida por pessoa<sup>105</sup>.

Ainda neste discurso a manifestação de recusa por parte dos ciganos em irem “para habitação social” parece estar mais associada aos modelos habitacionais que têm sido privilegiados pelas políticas públicas de habitação – construção nova que promove a concentração de população em bairros sociais – e para os quais os ciganos tendem a antecipar os resultados menos positivos que daqui advém, que neste caso particular será de um conjunto habitacional com cerca de 70 fogos, maioritariamente ocupados por famílias ciganas<sup>106</sup>.

Mas o retardar das possíveis respostas às situações de precariedade habitacional assenta também noutro tipo de argumentos: o poder local acusa a inércia do poder central em trazer a solução para problemas sociais sentidos localmente; inclui no seu discurso os preconceitos e os receios da população perante uma intervenção na área da habitação; desenvolve estratégias de invisibilização do problema como forma de minimizar os custos políticos de tomadas de posição. Uma das consequências deste tipo de situações pode ser encontrada nos dados relativos ao realojamento tardio da população cigana (Lopes, 2008; Santos *et al.*, 2008).

Nalguns concelhos fica patente como a selecção de terrenos para a futura localização de novos empreendimentos de habitação social parece ficar condicionada pelo “alarme social” gerado em torno de uma eventual vizinhança com ciganos, ao qual não será alheio os rumores que são

---

<sup>104</sup> Ver os trabalhos de Fernando Diogo sobre esta medida de política (2005, 2007).

<sup>105</sup> Segundo os dados presentes no Relatório anual do Rendimento Social de Inserção, Dezembro de 2010, do Instituto da Segurança Social, o valor médio por cada elemento tende a rondar os 86€ mensais.

<sup>106</sup> São vários os estudos de autores portugueses que ao longo dos últimos anos têm privilegiado as expectativas da população cigana face a determinados projectos habitacionais e onde fica patente a preferência por realojamentos que evitem grandes concentrações de famílias ciganas, no sentido de se evitar conflitos intraétnicos para os quais a forma de gestão tende a passar pelo afastamento geográfico (cf., entre outros, Castro, 1994; Mendes, 2005; Brinca, 2006; Lopes, 2008; Casa-Nova, 2009; Sama, 2010).

produzidos e o efeito de contágio que se gera em lugares de dimensão reduzida. Veja-se a este propósito a ameaça de boicote das eleições legislativas, de Junho de 2011, por parte da população de um destes concelhos pela hipótese lançada pela autarquia de eliminar as barracas de algumas famílias ciganas de uma zona central da cidade para uma outra freguesia do concelho, onde existe um parque temático e para onde está projectado um hotel rural:

“Há fortes probabilidades da população boicotar as eleições de Domingo, porque se a Câmara avançar com a solução, aquela zona vai transformar-se num autêntico gueto, afirmou ao Diário de Leiria um morador da freguesia que participou na manifestação popular de anteontem em frente aos Paços do Concelho, adiantando que a luta poderá endurecer até ao fim-de-semana, caso a autarquia não recue na decisão. Para além de não aceitar receber a comunidade cigana, a população refere que o terreno não tem saneamento básico, nem água canalizada nem electricidade.” (Diário de Leiria, 2 Junho 2011)

No entanto, nem sempre os estereótipos desenvolvidos assentam numa atitude de alterização hostil do outro, mas sim em preconceitos etnocêntricos contra o rural que emergem em contextos com processos de urbanização mais recentes:

“Há trinta anos que há famílias realojadas em bairros sociais, mas nunca deu resultado como era suposto. No primeiro bairro ainda há problemas. Ainda há pouco tempo houve problemas com uma vizinha não cigana, de agressões de ambas as partes, ameaças de morte, os lixos, preservação dos prédios, tudo, não é só o facto de o bairro estar mais afastado da malha urbana que dificulta a intervenção. Os nossos ciganos são muito rurais...” (Entrevista colectiva no departamento de habitação de uma Câmara Municipal, 18.02.2010)

Para além de se ser cigano “rural”, “ser cigano” surge, por si só, também como uma daquelas categorias e remete para uma espécie de bloqueio cultural que etniciza a exclusão social pelo simples facto de se viver “por opção” em barracas.

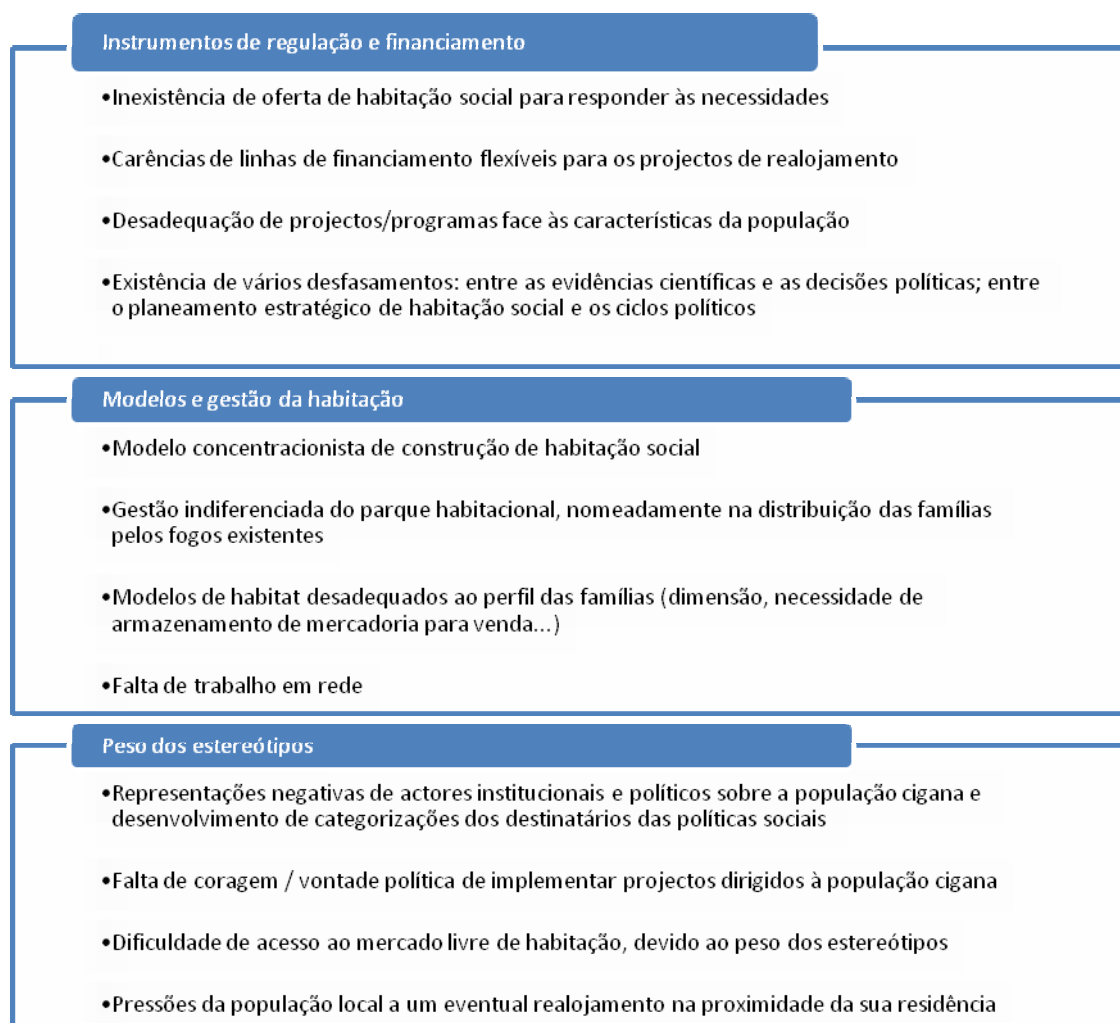
“Queria ter uma resposta mais efectiva, porque há alguns que estão muito habituados e não querem sair de barracas. Querem a barraca, não admitem mais nada; há quem não queira ir para habitação social.” (Entrevista a vereadora de uma Câmara Municipal, 05.02.2010)

Em qualquer dos casos referenciados, produzem-se identidades não negociadas, onde é inexistente um diagnóstico participado das situações e onde emerge a falta de transparência nos processos de acesso aos recursos das políticas públicas de habitação.

### 3.2.3. Do enfoque nos sujeitos ao funcionamento do sistema

Existe, porém, entre alguns dos actores auscultados, uma postura mais reflexiva e crítica que tende a encontrar as razões associadas à subsistência de situações de exclusão habitacional entre a população cigana noutro tipo de vectores: i) nos instrumentos de regulação e financiamento que têm sido produzidos; ii) nos modelos de habitat e nas formas de gestão do parque habitacional público que têm sido privilegiados; e iii) no peso exercido pelos estereótipos (cf. Figura seguinte).<sup>107</sup>

**Figura 8: Razões associadas à precariedade habitacional**



<sup>107</sup> Os dados agora apresentados para além de decorrerem da informação referenciada na nota 103, são também o resultado dos grupos de discussão realizados no âmbito do Seminário Internacional Ciganos Territórios e Habitat (CET, 2008).

Relativamente aos “instrumentos de regulação e financiamento” um dos aspectos largamente apontados prende-se com a reduzida dimensão do parque habitacional público em Portugal perante o número de famílias que apresentam níveis elevados de insolvência face ao mercado privado e que precisam de apoio do Estado para poder aceder a uma habitação. Trata-se, no fundo, de um problema estrutural da sociedade portuguesa quando comparado com outros países europeus e que afecta não apenas a população cigana. Existem, no entanto, alguns constrangimentos que ultrapassam a dimensão dos recursos financeiros, sobretudo, quando a nível local se procura encontrar respostas não contempladas nos instrumentos em vigor ou quando não existe um consenso político alargado sobre a necessidade de intervenção nas situações de precariedade habitacional, no sentido de se assegurar o impacto e a sustentabilidade dos projectos, ao longo do tempo e para além dos mandatos políticos.

No que respeita aos modelos de habitação social que decorrem da implementação das políticas públicas, bem como as formas privilegiadas de gestão do parque habitacional público a nível local, os actores auscultados questionam, no fundo, se a qualidade das oportunidades de integração, muitas vezes assentes em “processos de segregação passiva de carácter étnico” (Malheiros *et al.*, 2007: 42), não serão piores que a presença em habitações inadequadas do ponto de vista físico<sup>108</sup>. Ou como diria San Roman “de ofertas impossíveis de aceitar porque não solucionam os seus problemas, mas agravam-nos” (San Roman, 1986c: 232).

Critica-se, assim, a ausência de modelos de habitat que vão ao encontro das expectativas e dos modos de vida dos futuros residentes, mas também a gestão dos processos de realojamento. Apesar das orientações no sentido da mistura, esta gestão acaba por desenvolver formas de microsegregação através de um trabalho subtil de manter um suposto equilíbrio, colocando as famílias ditas desestruturadas em pequenos territórios, mas potenciando a existência de conflitos e a consolidação de uma imagem para o exterior negativa. Como consequência poderá assistir-se, por parte de determinadas famílias, ao abandono do alojamento atribuído e ao aumento da dificuldade de serem contempladas num outro processo de realojamento.

Nestes processos de gestão do parque habitacional não fica também esquecido, entre os actores auscultados, que a intervenção ao nível da habitação é um domínio complexo, pois exige o combate à multidimensionalidade que assume a pobreza e a exclusão social. Neste sentido, ao

---

<sup>108</sup> Estes processos resultam de condições limitadas no acesso ao mercado residencial, não só traduzidas pelos baixos rendimentos, mas também decorrentes de processos discriminatórios; condicionam as possibilidades de participação na sociedade por parte das populações neles envolvidas, dadas as reduzidas ocasiões de contacto que têm com o exterior, e tendem a reforçar os estereótipos com implicações ao nível do acesso ao mercado de trabalho e a percursos escolares de maior sucesso (Malheiros *et al.*, 2007: 42).

se assumir que a habitação social se torna a solução mais adequada para determinados públicos que carregam um grande estigma social e se defrontam com dificuldades no acesso ao mercado privado de habitação, então, esta solução deveria também permitir abordar as diversas necessidades sociais das pessoas. Reconhece-se, assim, que não estando garantido que todos os actores relevantes desenvolvem um trabalho de cooperação genuína e têm as competências profissionais adequadas para a implementação das acções torna-se mais difícil quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.

Em síntese, é possível afirmar que determinadas características do território e uma orientação ideológica da governação autárquica mais homogénea tende para a subsistência dos problemas de precariedade habitacional entre a população cigana. Constata-se, pois, por um lado, que os grupos de concelhos onde as necessidades habitacionais da população cigana mais se evidenciam tendem a ser aqueles onde a grande maioria da população vive em centros com menos de 5.000 habitantes e para onde menos foram canalizados os recursos das políticas públicas de habitação dos últimos anos. Por outro lado, nestes territórios a mesma ideologia política mantém-se há mais de dez anos, e esta homogeneidade poderá indiciar algum bloqueio à incorporação de outras perspectivas/soluções sobre as problemáticas que localmente se fazem sentir.

Existe, no entanto, um conjunto de obstáculos que ultrapassam ou se conjugam com a dimensão dos recursos necessários para permitir o acesso ao alojamento em tempo, lugar e a custos adequados a esta fatia da população cigana. A exploração do material empírico recolhido, de cariz mais qualitativo, permitiu evidenciar aspectos transversais aos dois grupos de territórios que tendem a dificultar a alteração positiva das condições habitacionais e a deslocalizar o foco das causalidades do sistema para os actores.

Constatou-se também que a dimensão do parque habitacional público não consegue suprir em quantidade as necessidades existentes ou emergentes decorrentes da reprodução das situações de precariedade económica entre gerações e o crescimento de necessidades ao nível do apoio habitacional. Ficou ainda patente que a qualidade dos modelos propostos parece encontrar resistências por parte de algumas famílias ciganas em aceitar as soluções de realojamento propostas. Como se verificou a explicação desta resistência pode ser encontrada através de processos que naturalizam as identidades e etnicizam a exclusão social e que raramente questionam a qualidade dos processos que são postos em prática.



Encontra-se, assim, transversalmente aos dois grupos de territórios, mas apenas para alguns concelhos, a utilização frequente de poderes discricionários para bloquear as iniciativas que visem a melhoria das condições de vida da população cigana, perpetuando-se a precariedade da sua situação habitacional. Estes poderes passam por: i) não se possibilitar o acesso a água, à electricidade ou a saneamento básico, sob o pretexto de que seria um incentivo para o aumento da fixação de outras famílias; ii) não se fazer deliberadamente a recolha do lixo à espera que a situação se torne insustentável e os ciganos abandonem o concelho; iii) demolir habitações precárias sem a disponibilização de alternativas residenciais; iv) não se reconhecer o estatuto de residente, impedindo-se o acesso a determinados serviços (ex.: conta bancária); v) adiar-se a procura da localização possível no concelho para determinadas famílias se poderem instalar, inviabilizando-se a apresentação de candidaturas a medidas e projectos de intervenção social; vi) influenciar a opinião pública local para impedir o arrendamento ou a compra de uma casa no mercado livre de habitação. Trata-se, pois, de práticas de rejeição, carregadas de medidas de expulsão simbólicas que podem ou não produzir os efeitos desejados: a saída efectiva do concelho.

Vitale, reportando-se à situação dos ciganos em Itália, refere que esta hostilidade se caracteriza por mobilizações muito localizadas, onde se estigmatizam comportamentos, generalizando-os à globalidade da população identificada. Estas mobilizações nunca são espontâneas, mas assentam em acções colectivas organizadas por “empreendedores” que levantam problemas locais e os tornam públicos, interagindo com autoridades locais e políticas públicas e perseguindo um ou mais objectivos partilhados entre si. Como consequência produz-se um efeito generativo muito forte, quer sobre as dinâmicas da opinião pública, a partir da qual se reforçam os estereótipos, quer sobre as modalidades de selecção ou de implementação de medidas e programas, quer ainda sobre as formas de complementaridade das políticas sociais (Vitale, 2009a: 66-69).

Constata-se, pois, que nos concelhos onde se desenvolve estas estratégias o acesso ao mercado público de habitação deve ser assegurado noutra sítio, traduzindo aquilo que em linguagem anglo-saxónica se apelida de síndromas *NIMBY* (*not in my back yard*) e *NOTE* (*not over there either*). Ascher considera estes fenómenos como um traço específico da modernidade, um reflexo do individualismo levado ao extremo, e que pode constituir uma ameaça à coesão social. Estes fenómenos de rejeição são encarados como défices de cidadania, fundados na prevalência dos direitos subjectivos e individuais (corporativos ou localistas) sobre os direitos e necessidades da colectividade. E é perante tal contexto socio-político que se favorece a

emergência de comunitarismos inscritos nas lógicas de exclusão e rejeição (Ascher, 1998 [1995]: 102-103).

### III. CIGANOS E DINÂMICAS DE MOBILIDADE: DESAFIOS AOS PROCESSOS HEGEMÓNICOS DE INTEGRAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL

O trabalho de terreno tem sempre qualquer coisa de único pelo que é necessário explicitar as suas principais singularidades, sobretudo, quando se sabe que determinadas pesquisas se deparam com contextos mais favoráveis do que outros para se desenvolver. Mencionar a existência simultânea de elementos facilitadores e bloqueadores é aparentemente banal, no entanto, são factores que condicionam os resultados da pesquisa, exigindo a sua explicitação.

#### 1. A especificidade das unidades de observação e a opção pelo método etnográfico

A experiência de investigação com diferentes populações, ao longo do percurso profissional, evidenciava algumas especificidades e dificuldades que assumia o trabalho de terreno com a população cigana, aliás já salientadas por outros autores<sup>109</sup> ou referenciadas em alguns manuais dedicados a métodos e técnicas de pesquisa quando dão conta de determinadas particularidades assumidas por certos grupos sociais, nomeadamente perante a presença de culturas predominantemente orais ou com grandes níveis de iliteracia, de situações sociais relacionadas com algum tipo de desvio ou com uma forte diferenciação em termos de género (Guash, 1997, Peretz, 1998). A título de exemplo, refira-se as dificuldades e os argumentos avançados por alguns autores.

Se Casa-Nova justifica em parte a sua priorização pelas técnicas qualitativas pelo “desconhecimento existente acerca dos ciganos e da sua cultura que aconselha a uma aproximação em profundidade, uma aproximação compreensiva dos fenómenos, que deveria ser sempre prévia a aproximações quantitativas, no sentido de possibilitar um maior e melhor conhecimento da realidade” (Casa-Nova, 2009: 51), outros autores avançam com algumas dificuldades sentidas que, como veremos, marcaram também alguns dos períodos do trabalho de terreno realizado (cf. Capítulo III, Secção 2).

Daniel Seabra Lopes faz uma abordagem do que foram as suas dificuldades decorrentes da sua experiência de campo entre os ciganos de um bairro de Lisboa, recorrendo para isso à comparação entre experiências idênticas de alguns investigadores. Lopes refere, por exemplo,

---

<sup>109</sup> Ver a este propósito o relato das experiências de trabalho de terreno em Portugal ou noutros países europeus por parte de Sama, 2010; Casa-Nova, 2009; Lopes, 2008; Piasere, 1994; Houseman, 1994; Formoso, 1986; Okely, 1983, entre outros.

a dificuldade sentida em anotar, fazer perguntas ou em recorrer a algumas ferramentas metodológicas mais formais (Lopes, 2008: 134-137). Já Judith Okely, no seu trabalho de terreno realizado em Inglaterra, nos anos 70, assumia que o máximo a que podia aspirar era “tirar o que se podia da observação participante” (Okely 1994: 52), já que as respostas evasivas dos ciganos se justificavam por terem vivido “anos, ou mesmo séculos, a esquivar-se às perguntas ou a forjar respostas conformes aos interesses dos seus interlocutores, que eles percebiam claramente quais eram”. Houseman não se referindo a este carácter evasivo, menciona os ciganos como “*experts* em hermenêutica e praticantes inveterados da comunicação intercultural”, colocando o investigador numa relação de dependência recíproca entre o que é trocado e as condições relacionais da sua enunciação (Houseman, 1994: 14).

Os aspectos referenciados são, pois, alguns dos exemplos mais relevantes que justificaram a necessidade de uma presença continuada e prolongada nas diferentes unidades de observação, no sentido de tornar possível gerar e estabelecer confiança com o conjunto de pessoas que interagem com o principal instrumento de pesquisa, ou seja, o próprio investigador. Será pelo grau de confiança que se consegue estabelecer que mais facilmente se poderá aceder à compreensão dos contextos e dos processos que tornam as acções dos sujeitos significativas, bem como as lógicas e racionalidades, sentidos e significados, motivações e intenções associados aos processos de mobilidade espacial. Aliado a estes factores, surgia um outro aspecto relativo aos contextos onde teria de decorrer a investigação – locais de paragem ou de concentrações de “alojamentos não clássicos”. Tratavam-se, pois, de cenários relativamente “opacos” e “fechados” (Guash, 1997), isto é, pouco visíveis para a globalidade da população e de acesso relativamente condicionado, o que implicava o desenvolvimento de estratégias para conseguir entrar e aí permanecer numa posição privilegiada para aceder<sup>110</sup> à informação, só possível através de uma gestão e reflexão rigorosa dos contextos de interacção e uma intensidade e flexibilidade da observação.

É também de referir que a opção pelo método etnográfico assumia a sua relevância pelos resultados que se iam obtendo das entrevistas realizadas a técnicos e decisores de algumas entidades, bem como a alguns ciganos. Por um lado, a informação obtida por esta via revelava quer representações estereotipadas dos modos de vida de ciganos que não tinham uma residência fixa, quer descrições incompletas e contraditórias dos processos de mobilidade

---

<sup>110</sup> Opta-se pela designação de “aceder” aos dados em detrimento da expressão “recolher” assente numa visão da etnografia como processo que pressupõe a conexão entre as actividades que têm lugar durante a pesquisa e os princípios e procedimentos empregues. Como salienta Gharasia, a ideia de que os dados são recolhidos é muito pouco apropriada para qualquer trabalho interactivo que envolva o investigador que é em si produtor de dados (Gharasian 2002: 14-15).

associados a esta população. Por outro lado, a informação recolhida trazia novos questionamentos que exigiam um aprofundamento junto da própria população cigana que experienciava fenómenos de mobilidade espacial. Assim, o método etnográfico, envolvendo, por um período alargado de tempo, a participação do investigador na vida quotidiana do grupo de pessoas que se pretende estudar, permite aceder à informação disponível e relevante sobre as diferentes dimensões do focus da pesquisa (Hammersley e Athkinson, 1995 [1983]: 1). A observação prolongada junto das unidades de análise ocuparia, pois, um lugar privilegiado entre a multiplicidade de técnicas que é possível aplicar neste contexto metodológico, pois permitia captar em directo aquilo que entrava em linha de conta nas práticas dos actores, sendo possível uma compreensão mais profunda da complexidade dos acontecimentos e das estratégias de acção.

Desta forma, só com uma permanência relativamente prolongada junto de determinadas famílias ciganas, se poderia obter informações sobre comportamentos e acontecimentos observáveis que passam despercebidos à consciência explícita dos actores sociais, detectar discrepâncias entre o dito e o vivido diariamente e captar a heterogeneidade de práticas e sentidos, consoante os contextos em que se desenrolava a acção. Procurar-se-ia, assim, criar hábitos de presença para que o seu carácter excepcional, ao início, se fosse gradualmente dissipando e permitisse construir as condições mais favoráveis para o desenrolar do trabalho de terreno, nomeadamente através do aprofundamento dos laços com as famílias, da não alteração do curso das actividades quotidianas e da adaptação gradual e constante dos papéis a desempenhar no terreno.

Como refere Lahire, para compreender a pluralidade interna dos actores são necessários dispositivos metodológicos que permitam observar directamente ou reconstruir indirectamente (através de diversas fontes) a variação dos comportamentos individuais segundo os contextos sociais. Só esses dispositivos metodológicos permitirão julgar em que medida alguns esquemas de acções são transferíveis de uma situação para a outra e outras não, e avaliar o grau de heterogeneidade ou homogeneidade do *stock* de esquemas incorporados pelos actores no decurso das suas socializações anteriores (Lahire, 2003: 258-259). Não queríamos, pois, cair na “preguiça empírica” de evitar comparar práticas entre diferentes domínios de actividades e diferentes situações.

A necessidade de abarcar diferentes unidades de observação que conseguissem responder cabalmente às questões de partida, e reconhecendo-se que quanto mais unidades fossem

estudadas menos tempo se passava em cada um delas, optou-se pelo envolvimento de outros investigadores na pesquisa.

### **1.1. Etnografia colectiva e divisão do trabalho científico: impasses e processos de construção do conhecimento**

Apesar de se reconhecerem as vantagens associadas a uma etnografia realizada apenas por um investigador<sup>111</sup>, os contornos do objecto de estudo e as condições materiais que foi possível reunir permitiram envolver mais investigadores, no sentido de se desenvolver a pesquisa em várias unidades de observação com enfoques diferenciados e possibilitar uma análise comparada de maior profundidade. Outros benefícios poderiam também ser alcançados com o alargamento da equipa: a partilha constante do processo de investigação permitiria ampliar de forma sistemática e mais rápida as possibilidades de produção do conhecimento e, através da “triangulação dos investigadores”, seria possível descobrir e minimizar os enviesamentos resultantes da influência dos investigadores sobre os resultados da pesquisa (Denzin, 1989, cit. Por Flick, 2005: 231)<sup>112</sup>.

Os desafios de avançar para uma experiência de etnografia colectiva<sup>113</sup> eram vários e colocavam-se a diferentes níveis, desde logo pelo facto do investigador se constituir como o principal instrumento de pesquisa e como se poderia conseguir alcançar “boas” descrições: Como é que cada investigador iria perceber e descrever os fenómenos sociais? Será que os descreveriam como gostariam que fossem? Qual o grau de interferência das suas pré-convicções, valores e crenças nestas descrições? Como garantir a tão desejada neutralidade? Será que diferentes investigadores a estudar o mesmo grupo de famílias chegariam a resultados semelhantes?

---

<sup>111</sup> Vários autores têm alertado para a ausência de delegação nas etapas do trabalho etnográfico, avançando com os seguintes argumentos: i) controlar os dados recolhidos e tornar possível o vai-e-vem entre teoria e empiria; ii), assegurar que se tem os meios de relacionar o material com o seu contexto e iii) garantir a objectivação e a reflexividade em torno da sua produção (Beaud e Weber, 1997).

<sup>112</sup> O trabalho de terreno viria, assim, a ser realizado por duas equipas mistas e interdisciplinares. Cada equipa foi composta por um antropólogo e uma socióloga, distribuídos geograficamente. A equipa da região Centro foi composta por Alexandra Castro e Hugo Castro e a do Alentejo por Mafalda Melo Sousa e André Clarezza Correia. Muito embora dois dos investigadores tenham o mesmo apelido não existe nenhum laço de parentesco entre os mesmos.

<sup>113</sup> Embora o envolvimento dos três investigadores tivesse ocorrido, essencialmente, ao nível do trabalho de terreno, optou-se pela designação de “etnografia colectiva” e não de “trabalho de terreno colectivo”, uma vez que o papel dos investigadores não se resumiu a uma compilação dos dados, mas pressupôs também uma análise reflexiva em torno de um trabalho de cooperação de esforços para garantir comparações sistemáticas intra e inter unidades de observação e permitir ir retirando as problemáticas conceptuais emergentes.

Por outro lado, a equipa integrando investigadores de origem disciplinares diferentes, com experiências de investigação desiguais e a impossibilidade de se poder estar presente em todas as situações de terreno, levava a considerar algumas precauções em termos da gestão e divisão do trabalho a realizar: Como gerir diferentes personalidades e competências desiguais na realização da observação? Como lidar com o carácter imprevisível das unidades de observação e com o surgimento de ocasiões inesperadas de observação, mas mais favoráveis para aceder à informação? Como gerir estas ocasiões não só em termos do desenho da pesquisa, mas da impossibilidade de se estar presente em todas estas ocasiões?

Uma reflexão prévia em torno destes nós problemáticos e do balanço entre a amplitude e a profundidade dos resultados a alcançar com o envolvimento ou não de mais investigadores, conduziu à tentativa de minimização dos problemas associados ao desenvolvimento de um trabalho colectivo, essencialmente ao nível dos processos de acesso à informação, seu registo e análise. Tornava-se, pois, necessário garantir um compromisso sólido de colaboração entre os investigadores e acautelar as condições para uma condução e análise reflexiva do trabalho de terreno, através de um registo e partilha exaustivos das experiências, das observações e das interpretações parcelares que se iam produzindo<sup>114</sup>.

São vários os autores que referem a dificuldade de dar orientações sobre como desenvolver uma etnografia e a inexistência de “receitas” sobre os melhores procedimentos a adoptar. Na base destas argumentações encontra-se, por um lado, a especificidade associada às “unidades de observação”<sup>115</sup> e, por outro, as competências intrínsecas a cada investigador em termos de saber-ver, saber-dizer e saber-fazer, susceptíveis de se ensinarem apenas pelo exemplo e de se aprenderem apenas em exercício (Cefaï, 2003: 518). Como diria Bourdieu: *"A la tentation toujours renaissante de transformer les préceptes de la méthode en recettes de cuisine scientifique ou en gadgets de laboratoire, on ne peut opposer que l'entraînement constant à la vigilance épistémologique qui, subordonnant l'utilisation des techniques et des concepts à une interrogation sur les conditions et les limites de leur validité, interdit les facilités d'une application automatique de procédés éprouvés et enseigne que toute opération, si routinière et routinisée soit-elle doit être repensée, tant en elle-même qu'en fonction du cas particulier."* (Bourdieu *et al.*, 1973 [1968]: 16).

---

<sup>114</sup> Exemplos de etnografias colectivas realizadas mais recentemente podem ser encontrados nos textos de Gordon *et al.* (2006), de Sigaud (2008) ou ainda em Burgess *et al.* (1994).

<sup>115</sup> Adopta-se aqui a designação de Guash (1997), ou seja, todos os âmbitos sociais onde se obtém dados.

Tendo em conta o perfil da equipa e uma estratégia de investigação marcada pela interdependência e “circularidade” dos passos conceptuais, metodológicos e empíricos (Flick, 2005: 41) importava proceder a um desenho rigoroso dos procedimentos empíricos que potenciasssem uma reflexão permanente sobre o processo de investigação e favorecessem ao mesmo tempo o seu carácter de descoberta (*idem*: 44, 46). Assim, a fase pré-terreno deveria garantir a todos os participantes o enquadramento conceptual e analítico e a discussão de como aceder às diferentes unidades de observação. No terreno, deveriam ficar estabelecidos procedimentos relativos à observação e ao registo de dados.

Tal como referem Hammersley e Atkinson (1995 [1983]), uma boa progressão da pesquisa pode desde logo ser garantida se antes do trabalho de terreno forem clarificadas e desenvolvidas as questões centrais da pesquisa e, como alerta Costa (1983), se o quadro conceptual orientador for suficientemente claro e adequado para dar conta destas questões e de situações inesperadas que possam surgir no decorrer do trabalho de terreno.

Estando a centralização da concepção e da coordenação da equipa a meu cargo, estes dois aspectos tinham ficado garantidos mesmo antes de se seleccionar os investigadores a envolver e foram, posteriormente, alvo de discussões em grupo, no sentido de se ir facilitando a sua incorporação e evitar uma orientação vaga do trabalho empírico ou o perigo de se querer abarcar todos os aspectos susceptíveis de serem captados nas unidades de observação. De facto, canalizar o trabalho de terreno para as questões centrais da pesquisa facilitaria o acesso às problemáticas mais relevantes, aumentando-se o grau de proximidade face ao objecto de estudo e a possibilidade de emergirem novos domínios de exploração.

Esta fase inicial teve, no entanto, de ser complementada com outras orientações metodológicas. Desde logo, a forma como seria conduzida a entrada no terreno e o acesso ao campo de estudo, o carácter que assumiria a observação e o registo dos dados. Embora não se revelasse aconselhável formalizar e padronizar na sua totalidade estes procedimentos, alguns protocolos deveriam ser estabelecidos para garantir a comparação dos pressupostos empíricos, o enfoque dos registos de dados por cada investigador e minimizar os enviesamentos inerentes à personalidade de cada um nestes registos (cf. Anexo 5).

Durante os primeiros seis meses de trabalho de campo realizavam-se reuniões semanais em Lisboa, no sentido de se partilharem as adversidades encontradas (impossibilidade de realizar as entrevistas previstas ou de acompanhar uma família numa deslocação, dificuldade de se



perceber determinadas situações...), mas também os momentos particularmente importantes (uma entrevista excepcional, uma deslocação a outros lugares de referência para as famílias, novas descobertas...). Estes encontros fora do campo permitiam ter uma maior distância para reflectir sobre o material e ajudavam a desenvolver interpretações mais reflexivas. Nem sempre estas interpretações geravam inicialmente o consenso entre a equipa, mas o pensar colaborativamente permitia evidenciar o carácter narrativo da escrita etnográfica (Clifford, 1986) e possibilitava que as novas estadias no terreno pudessem explorar com maior intensidade as dimensões mais controversas entre a equipa ou mesmo outras categorias que eram suscitadas por estas discussões. Era, pois, exigido um exercício constante de vigilância epistemológica que assegurasse a proveniência de uma informação e que a testasse por comparação com outras informações disponíveis, ou seja, através de técnicas de triangulação dos dados e dos próprios investigadores foi possível potenciar uma leitura comparada múltipla dos resultados da investigação, aumentando-se a fiabilidade e o rigor dos mesmos.

## **1.2. Etnografia multi-situada: desafios teóricos e metodológicos na abordagem das pessoas em movimento**

Como se referiu anteriormente a propósito da não delegação de tarefas nas etapas do trabalho de terreno como uma estratégia que evidenciou a construção da identidade da antropologia no seio das ciências sociais, também em relação à contextualização e à localização da etnografia durante muito tempo esta ficou associada “à tenda do Malinowski no centro de Omarakana, perpetuando infinitamente o mito antropológico do que é ‘estar no campo’ como uma situação de co-residência ou mini-migração” (Viegas, 1998: 91). Associar o lugar à cultura fez, de certa forma, eclipsar dos estudos antropológicos tudo o que estava ligado a deslocações, como se as culturas e as pessoas fossem ilhas, isoladas umas das outras. A emergência de um novo contexto no seio da antropologia traduziu-se não só numa crescente legitimação de tomar os ciganos como objecto de estudo (cf. Capítulo I, Secção 1), como também numa valorização de novas formas de desenvolver o trabalho de terreno.

No caso da presente pesquisa, o elemento permanente da observação não era um determinado lugar, mas diferentes grupos familiares que se deslocavam em âmbitos territoriais diversos, sendo necessário analisar de que forma determinadas práticas e representações operavam em diferentes contextos e por referência a escalas territoriais diferenciadas e como se articulavam os diferentes lugares e espaços percorridos. Interessava, assim, adoptar alguns dos passos sugeridos por Marcus (1998). Não se tratava apenas de seguir pessoas mas também as suas

histórias e biografias. Introduzia-se, pois, a dimensão temporal na compreensão dos percursos de vida e identificavam-se as conexões com a multiplicidade de contextos sociais atravessados.

Se esta forma de abordagem apresentava as suas potencialidades por permitir compreender os percursos geográficos e as formas de viver os espaços em situações distintas de inscrição territorial, impossibilitava aprofundar os processos históricos que marcavam todos os territórios percorridos, ficando de alguma forma comprometida a compreensão dos diferentes contextos atravessados.

Isto não significava que se deixasse de estudar o lugar, mas implicava, por um lado, que não se podia “fazer a economia das suas interações com outras escalas de pertinência espacial” (Silvano 2000: 91) e, por outro, que se utilizasse uma lente de observação bifurcada que tivesse em conta duas situações subtilmente diferentes, como condensa Clifford no seguinte excerto: “O que está em jogo é uma abordagem por parte dos estudos culturais de histórias, tácticas e práticas quotidianas particulares de residir e viajar: viajando-residindo, residindo-viajando.” (Clifford 1997: 36). Estas duas noções remetiam para práticas e sentidos de viver o espaço de forma diferenciada, ao mesmo que apelavam à ideia de que todos os lugares têm, através das pessoas em movimento, alguma ligação a outro(s) lugar(es), o que nos é precisamente indicado por Rodman (1992) quando fala de noções como “rede” e “sistema de lugares” ou de Humeau (1995) quando aborda os “polígonos de vida” das famílias ciganas (cf. Capítulo II).

Nem todos os lugares teriam, no entanto, de ser abordados com a mesma intensidade em termos de trabalho de terreno. Esta intensidade variaria em função da importância que eles assumiam para os sujeitos em observação, no período em que decorria o trabalho de terreno. Como se veio a verificar, a presença mais prolongada em determinados lugares permitia, assim, accionar aquilo que Marcus denominou de “etnografia estrategicamente situada” que, não implicando uma constante mudança dos locais de investigação, se desenvolve num contexto multi-situado, ou seja, inserido num traçado de redes onde se cruzam processos e práticas, mediações, conexões e circuitos. Desenvolver uma etnografia multi-situada com estas características colocava ainda algumas exigências adicionais quer do ponto de vista empírico, quer teórico.

Por um lado, o trabalho de terreno ao implicar a deslocação a diferentes lugares, com os processos logísticos que isso acarreta, exigia o “recalibrar” da posição do investigador em termos das interações com as novas pessoas que se iam encontrando nestes lugares, e

inclusive com aquelas que já se conhecia, mas que pelo facto de se estar num novo cenário era exigido uma “renegociação identitária” (Marcus, 1998).

Por outro lado, esta posição metodológica tinha também implicações ao nível da forma como se concebia o espaço, visto que os informantes são observados numa situação de mobilidade espacial. Ao se mudar o foco para as pessoas em mobilidade – ou para a mobilidade das pessoas – tem necessariamente de se incluir uma multiplicidade de perspectivas, situadas em diferentes patamares de observação. Se todos se movem – observadores e observados – essas diferentes formas de aproximação e afastamento dos lugares de cada um compõem uma dada relação com o espaço (Silvano, 2002: 56).

Por fim, o trabalho de terreno ao propiciar “trajectórias inesperadas” desestabilizava a relação entre actor e sistema, implicando compreender as práticas e o sentido atribuídos pelos actores nos diferentes espaços, ao mesmo tempo que se analisavam as associações e conexões entre os vários lugares (Marcus, 1998: 80). Mas esta análise, intrinsecamente comparativa, assume algumas especificidades, uma vez que se desenvolve num “plano fracturado e descontínuo” de movimento e descoberta entre os terrenos e exige um mapear de um objecto que emerge em torno das formas que assume a conexão entre os diferentes terrenos (Marcus, 1998: 86).

## **2. A constituição dos estudos de caso e a selecção das unidades de observação**

As unidades de observação que viriam a constituir os estudos de caso não foram seleccionadas na perspectiva de serem apresentadas como modelos representativos da diversidade de situações de precariedade habitacional entre a população cigana. No entanto, os procedimentos metodológicos que estiveram na base da sua constituição permitem atribuir-lhes um valor de representatividade em relação ao objecto de estudo (Dufour *et al.*, 1991: 50), ou seja, torna-se possível considerar que tendem a ser ilustrativos da situação das famílias ciganas sem residência fixa ou a residir em alojamentos não clássicos em Portugal continental, entre 2006 e 2009.

Interessa, por isso, identificar os traços comuns entre os vários Estudos de Caso, assim como algumas das suas especificidades, nomeadamente as formas de recepção e acesso à informação, bem como a evolução da presença dos investigadores no terreno, explicitando os fundamentos subjacentes à opção pela metodologia dos estudos de caso e ainda a forma como estes foram constituídos e seleccionados.

Desde Janeiro de 2006, e durante cerca de nove meses, foram realizadas entrevistas a técnicos ou decisores de entidades locais e a informantes privilegiados ciganos, com o intuito de se abordarem algumas das dimensões da pesquisa e identificar famílias ciganas que nunca tivessem tido acesso a uma residência fixa (cf. Anexo 4). Para além da morosidade associada à identificação da população cigana com estas características, também a informação obtida por esta via revelava quer representações estereotipadas dos modos de vida de ciganos que não tinham uma residência fixa, quer descrições incompletas e contraditórias dos processos de mobilidade associados a esta população.

Os procedimentos levados a cabo na selecção das unidades de observação depararam-se com alguns constrangimentos. As dificuldades sentidas, nesta primeira fase, não se resumiram apenas à recusa, por parte de algumas entidades públicas, em conceder algumas das entrevistas solicitadas, mas revelaram também obstáculos de diferente natureza na condução das entrevistas:

- Explicitar a legitimidade do conhecimento que se tentava aprofundar nem sempre provocou uma adesão positiva, chegando mesmo a ser posta em causa. Manifestações de desagrado por não se “trazer” as soluções para os problemas que tais interlocutores enfrentavam, ou simplesmente porque nos interessávamos por um tema que, no entender destes, visava defender uma população indesejada pela maioria da sociedade, constituíam-se como constrangimentos iniciais, exigindo um esforço adicional de explicitação clara quer do objecto de estudo, quer da posição dos investigadores, nomeadamente como académicos e não como “experts” da “questão cigana”;
- Enquadrar o objecto de estudo junto de algumas entidades com responsabilidade na resolução de problemas habitacionais e sociais provocava, por vezes, mau estar e suspeição, nem sempre sendo fácil fazer durar uma situação de entrevista;
- Conduzir as entrevistas através de um “posto de observação neutro” nem sempre se revelava tarefa fácil, sobretudo, quando os nossos interlocutores evidenciavam atitudes e práticas discriminatórias quando se referiam às famílias ciganas. Era, assim, exigido um grande esforço de controlo não apenas do que dizíamos mas, sobretudo, no evitamento ou abstenção em responder. Estas situações exigiam, pois, mobilizar uma “arte de saber escutar” e capacidades intuitivas de compreensão e adaptação às circunstâncias (Bourdieu, 1993a);
- Identificar as famílias, os respectivos nomes e locais de acampamento resumia muitas vezes o papel destes interlocutores. Na realidade, poucos foram os casos em que se

revelaram “verdadeiros” intermediários, isto é, facilitadores no que à aproximação ao terreno diz respeito. Em duas situações foi considerado pertinente sermos acompanhados por agentes da autoridade, gerando-se outro efeito perverso: a inviabilização de posteriores contactos;

- Transmitir a ideia de que não havia ciganos a viver em condições precárias, ou em mobilidade constante, acontecia também em alguns municípios, contrastando com a informação que íamos recolhendo de outras fontes de observação.

Esta estratégia de aceder às famílias ciganas por intermédio de algumas entidades locais não parece, assim, ter sido a melhor escolha, confirmando aquilo que Marc Bordigoni referiu como uma “falsa boa ideia” (Bordigoni, 2001: 121). Parecia, pois, estarmos a entrar num “terreno difícil”, atravessado por “lutas simbólicas” e “questões morais exacerbadas”, remetendo o objecto para um campo socialmente ilegítimo e que exigia uma reflexão da postura do investigador em termos metodológicos e epistemológicos<sup>116</sup>.

Os contactos estabelecidos com a Associação Terras Dentro, no Alentejo, e com a Pastoral dos Ciganos de Leiria, e a disponibilidade de alguns dos seus representantes em nos apresentarem a várias famílias ciganas foram cruciais para a recolha e análise preliminar das diferentes situações habitacionais, bem como para a selecção das unidades de análise. O contacto inicialmente proporcionado com quatro famílias alargadas viria assim rapidamente a estender-se a mais nove. No âmbito do trabalho de terreno, iniciado em Junho de 2006, contactámos com 13 famílias alargadas, correspondendo a 49 núcleos familiares e perfazendo um total de 219 pessoas nas regiões Centro e Alentejo.

A metodologia dos estudos de caso permitiu delimitar o objecto teórico e empírico deste trabalho, no pressuposto de que um caso deve ser entendido como um “observatório”. Os estudos de caso, sendo “um dispositivo através do qual um objecto pode ser estudado” (Hamel, 1997: 91), não se limitaram a uma localidade geográfica, de modo a não ignorar a diversidade de contextos onde decorreram as interacções. As fronteiras dos casos a estudar foram, assim, construídas ao longo do tempo e do espaço do trabalho de campo, traduzindo simultaneamente os contextos das experiências dos actores sociais e os princípios explicativos da realidade (Magnani, 2002: 20). Ou seja, o modo como se processou a delimitação das fronteiras dos casos não foi arbitrário, mas correspondeu ao sentido reconhecido pelos indivíduos/núcleos familiares como “totalidades” que enquadram a sua vida concreta (Cordeiro, 2010: 116).

---

<sup>116</sup> Para um aprofundamento das particularidades de alguns terrenos difíceis ver, entre outros, Boumaza e Campana, 2007; Bizeul, 2007.

Desenvolver um pensamento por casos implicou, como se constatou anteriormente, a construção, em simultâneo com o trabalho de terreno, de uma grelha conceptual e analítica que permitisse explorar, por um lado, os sentidos da mobilidade para os sujeitos que a praticam e para aqueles que com ela interagem e, por outro lado, os actos que são exigidos, os recursos e competências que são mobilizados, bem como os efeitos da prática da mobilidade em termos individuais, grupais e sócio-urbanísticos. Não se tratou, seguramente, de uma tarefa fácil mas tornou possível “*mettre en relation les éléments disjoints d’une configuration qui, était au départ indéchiffrable et même impossible à repérer*” (Passeron e Revel, 2005: 19).

Como diria Bizeul, o melhor meio para estudar um determinado grupo é eleger casos particulares, variados e contrastados para proporcionar uma ideia do conjunto na sua diversidade e variabilidade (Bizeul, 1994). De facto, foi precisamente esta orientação que esteve subjacente na selecção dos estudos de caso, tendo como ponto de partida a própria configuração do objecto de estudo. Compreender as lógicas de estruturação de práticas de mobilidade espacial em função de níveis diferenciados de inserção territorial e residencial da população cigana exigia, assim, uma síntese da informação recolhida no terreno, tendo como objectivo encontrar a maior diversidade possível de situações, bem como do perfil de famílias que vivenciavam condições habitacionais precárias.

Uma análise preliminar do material recolhido foi central neste processo de selecção. Esta análise permitiu identificar diferentes tipos de “acampamentos” em função do tipo de habitação, do tipo de relação com as instituições locais, da pressão das entidades/autoridades locais, mas também das trajectórias e expectativas residenciais. Assim, o processo de identificação e de definição de cada um dos casos foi sendo construído em simultâneo com o aprofundamento do problema de pesquisa e com o desenvolvimento da análise (Hammersley e Atkinson, 1995 [1983]). Qualificar como caso as ocorrências registadas implicou uma operação lógica e metodológica de questionamento em torno de dois traços que permitem a sua qualificação: por um lado, reter as circunstâncias que fazem a sua singularidade e, por outro, contextualizar a descrição espacial e temporalmente (Passeron e Revel, 2005: 17-18). No entanto, este procedimento pressupunha, de igual modo, alguma prudência na selecção das unidades de observação para não se cair na tentação de se ir procurar o que se pretendia encontrar.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, foi possível detectar uma transversalidade em certas características dos parâmetros das condições habitacionais: famílias que nunca tiveram

acesso a uma casa ou que quando tinham residido numa habitação tinham um estatuto ilegal de ocupação; todos os “acampamentos” visitados localizavam-se geralmente nas periferias das localidades, à excepção de deslocações temporárias para áreas mais centrais; as habitações estavam desprovidas de infra-estruturas básicas, tais como o acesso a água canalizada, a electricidade da rede pública e a infra-estruturas de saneamento e as famílias não eram proprietárias dos espaços onde residiam. Contudo, também existiam variações que podiam trazer elementos explicativos importantes, concretamente ao nível do tipo de autorização de permanência e da pressão (ou não) das autoridades locais para abandonarem os locais ocupados.

A construção desta tipologia a partir dos dados do terreno permitiu, assim, estabelecer a constituição de três estudos de caso polarizados entre a maior e menor precariedade habitacional e entre práticas institucionais caracterizadas pela rejeição, ambiguidade ou maior aceitação face à presença dos ciganos em determinados territórios. Focalizar a atenção em torno destes parâmetros permitiu também aprofundar as dimensões da experiência territorial em função da distinção proposta por Pattaroni (2007) sobre o estatuto dos actores: entre “passante” (atenção menos focalizada) e “habitante” (permanência mais duradoura num lugar e alargamento das modalidades afectivas de relação ao lugar).

Paralelamente, um outro critério presidiu à selecção das unidades de observação. Reter a presença de várias gerações permitiria mais facilmente chegar a gerações anteriores, perceber a diversidade das formas de enraizamento e de percursos familiares em função das fases do ciclo de vida, abordando diferentes núcleos familiares no interior da família alargada. Desta forma, os estudos de casos acabaram por incidir em famílias ainda que alguns dos seus elementos tenham assumido uma maior centralidade na análise da informação.

Quadro 4: Uma aproximação à tipologia dos espaços residenciais visitados

Parâmetros	Tipos de espaços residenciais		
	Móvel	Fixo	Misto
Tipo de “abrigo”	Tendas	Barracas	Casa/barraca, <i>roulottes</i> , tenda
Materiais de construção	Oleados, estacas	Chapa de zinco, madeira, cimento	Tijolo, alvenaria, chapa de zinco, oleados, estaca
Título de propriedade	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Autorização de permanência	Sem autorização Autorização informal	Autorização formal do município	Autorização formal da paróquia - doação Autorização informal
Mobilidade/fixação	Maior mobilidade	Maior fixação	Maior fixação
Infra-estruturas	Gerador eléctrico. Acesso a água na vizinhança ou a bica próxima Sem saneamento básico	Gerador eléctrico. Água (torneira, bica) Sem saneamento básico	Gerador eléctrico Água (torneira, bica) Sem saneamento básico
Proximidade/centralidade	Nas margens. Variável devido à maior mobilidade.	Nas margens, mas também ocupação temporária de zonas centrais das localidades	Nas margens
Posição das entidades/autoridades locais	Expulsões, agressões continuadas Tolerância passado um ano de pressão para a saída do concelho	Aceitação do acampamento, com projecto de realojamento	Aceitação da habitação, mas com destruição das barracas e expulsões da população que vive em oleados
Acesso a uma casa ao longo da trajectória residencial	Inexistente ou casa ocupada ilegalmente	Casa do empregador	Inexistente
Expectativas residenciais	Fixação num concelho específico Acesso a um terreno para auto-construção Acesso a uma casa	Acesso a uma casa no concelho de residência	Melhoria das condições habitacionais Acesso a uma casa para os novos agregados familiares

Depois do contacto com as 13 famílias alargadas e estabelecidos os parâmetros de caracterização da diversidade de situações encontradas, chegava o momento de seleccionar os casos que mais correspondiam ao objecto de estudo. Os recursos disponíveis limitavam o número de estudos de caso que a pesquisa poderia abarcar, conscientes de que quantos mais casos fossem seleccionados, menos tempo se teria para aprofundar o conhecimento e mais recursos financeiros seriam exigidos<sup>117</sup>. Foram, então, seleccionados três estudos de caso que traduziam três situações significativamente diferentes entre si: a mobilidade intensa de uma família alargada que se defrontava com a dificuldade de fixar residência em territórios por ela eleitos (Estudo de Caso A) e dois aglomerados de barracas e tendas com algum grau de fixação em dois concelhos. Estes dois últimos casos diferem entre si quanto à forma que assume a sua presença no território. No Estudo de Caso B existe alguma ambiguidade por parte das instituições locais em relação à presença das famílias no concelho, traduzida no não reconhecimento do estatuto de residente aos diferentes elementos da família, incluindo os que

<sup>117</sup> Estes custos, para além de serem elevados por serem distantes dos locais de residência dos investigadores, também eram imprevisíveis, uma vez que nem sempre era possível prever as deslocações necessárias de modo a acompanhar as famílias nas suas rotas.



eram naturais do concelho, e pela recusa em se assumir formalmente que têm um espaço para poderem habitar. No Estudo de Caso C, existe uma autorização de permanência formal e datada por parte do município para alguns dos núcleos familiares presentes, constituindo uma distinção importante para se compreender o papel do reconhecimento formal nas estratégias de acção pública que são adoptadas.

### **3. O trabalho de terreno**

Como se constatou anteriormente, o contacto prolongado com diversas entidades públicas revelou que se poderia estar perante um terreno particularmente “difícil”. Nesta fase preliminar, e em vários momentos, questionámos se algum dia conseguiríamos encontrar e estreitar relações com famílias que apresentassem fortes mobilidades espaciais. Por um lado, o tempo passado – entre 5 e 9 meses – para poder encetar um contacto directo com as famílias e os seus contextos residenciais parecia demasiado prolongado quando comparado com outras experiências de pesquisa, onde as solicitações feitas para a identificação de potenciais entrevistados eram rapidamente respondidas. Por outro lado, a imprevisibilidade do tempo de permanência de certas famílias em alguns concelhos, assim como o desconhecimento das suas rotas geográficas levava-nos a duvidar se tínhamos os recursos necessários para os acompanhar e se correríamos o risco de lhes perder o rasto sem termos dado por concluído o trabalho. Por fim, a este eventual risco juntava-se também o sentimento de insegurança, geralmente transmitido por alguns actores institucionais, de que certos contextos poderiam colocar-nos em perigo, nomeadamente pela eventual existência de práticas ilegais, como a venda de droga, o tráfico de órgãos humanos e a posse de armas.

Se era possível relativizar as dificuldades, uma vez que qualquer trabalho de terreno comporta vicissitudes várias, contornadas normalmente em função do perfil, da experiência dos investigadores e da margem de manobra tida no papel que estes podem exercer em determinados contextos, o mais importante era, de facto, aceder ao terreno e encontrar as melhores estratégias para nele entrar e permanecer.

A presença em cada equipa de um elemento feminino e de um masculino foi uma estratégia de pesquisa assumida desde o início por ser facilitadora das relações entre homens e mulheres, uma vez que o género assumia uma importância central na divisão dos papéis entre as famílias estudadas, em particular, mas também entre a população cigana em geral<sup>118</sup>. A presença destas

---

<sup>118</sup> Cf., entre outros, Casa-Nova, 2009.

equipas mistas possibilitaria gerar relações de confiança se as mulheres se centrassem sobretudo nas interações com as mulheres e os homens com os homens. Assumia-se a “natureza sexuada do trabalho de campo” (Flick, 2005: 141), uma vez que em função do género dos investigadores tornava-se possível: i) estar em ocasiões e contextos específicos; ii) ter sensibilidades diferentes para se canalizar a observação para determinados aspectos.

O trabalho de terreno iniciou-se em Julho de 2006 com a realização dos meus primeiros contactos e a observação de um conjunto de famílias presentes num concelho do distrito de Leiria (Estudo de Caso B), prolongando-se até Janeiro de 2009. Em Setembro de 2006, este trabalho passa também a ser realizado pelo antropólogo Hugo Castro<sup>119</sup>. Durante os meses de Outubro a Dezembro de 2006, Mafalda Sousa e André Correia iniciaram os contactos em nove “acampamentos” da Região do Alentejo, acabando por centrar a sua atenção em dois deles (Estudos de Caso A e C) até Janeiro de 2009<sup>120</sup>.

A intensidade do trabalho de terreno ao longo destes meses não foi sempre a mesma. Nos primeiros 18 meses, as estadias junto das diferentes unidades de observação foram mais intensas variando entre vários dias consecutivos ou pelo menos um dia por semana. Após esse período, considerou-se que a informação recolhida já respondia às principais interrogações da pesquisa, havendo, no entanto, aspectos que ressaltavam de uma primeira análise do material empírico que exigiam aprofundamento. Assim, a saída do terreno foi-se processando com visitas menos regulares, ao longo de cerca de um ano, mas procurou garantir-se a manutenção dos contactos e das ligações às diferentes unidades de observação.

O início do trabalho de terreno representou o momento em que a equipa se deparou com algumas questões metodológicas relevantes para o bom prosseguimento da pesquisa: i) como entrar nas unidades de observação e assegurar que se estabelecem relações de confiança mútua? ii) como conseguir que as pessoas percebam os objectivos do trabalho e aceitem participar de forma informada? iii) como manter a neutralidade face à presença de vários núcleos familiares e a tendência para se gerarem afinidades mais estreitas com alguns deles? iv) qual a legitimidade dos investigadores em assumir o papel de mediador ou de porta-voz junto de algumas entidades a pedido de certas famílias?

---

<sup>119</sup> Por constrangimentos associados à contratação do referido investigador, a sua imersão no terreno só ocorre passados dois meses do início do trabalho de campo, tendo sido possível garantir a sua participação até Maio de 2007.

<sup>120</sup> André Correia, tendo sido bolseiro do projecto financiado pela FCT, manteve-se na equipa até à conclusão do Relatório Final de Investigação (Abril de 2009). No caso de Mafalda Sousa, a sua participação não foi tão prolongada, tendo ocorrido entre Agosto de 2006 e Maio de 2007.

As Secções seguintes procuram revelar como se foi processando a entrada no terreno, assim como a gestão da complexidade da trama de relações que se foram estabelecendo ao longo daquele período.

Optou-se pelo anonimato e pela atribuição de nomes fictícios dos diferentes elementos que constituem as famílias de todos os Estudos de Caso, não se identificando, de igual modo, os interlocutores institucionais. Este procedimento visava não comprometer nem a privacidade de algumas biografias, nem os processos de inclusão social. No entanto, é de referir que no Estudo de Caso A os nossos informantes sugeriram e incentivaram, desde o início, a divulgação dos seus nomes, de modo a tornar visível a situação em que viviam.

### **3.1. Acesso, recepção e hospitalidades**

Como alertam vários autores, aceder ao terreno não é um mero problema a resolver no plano técnico. Se este acesso pode ser visto como um “aspecto prático” que envolve o desenvolvimento de estratégias e recursos interpessoais que se manifestam em função da personalidade e das competências comunicacionais e relacionais dos investigadores e se desenvolvem pelas experiências vivenciadas por cada um, ele é também uma “compreensão teórica” dos obstáculos que se colocam neste acesso (Flick, 2005: 150, Hammersley e Atkinson, 1995 [1983]: 54).

A dificuldade em acedermos a estas famílias sem residência fixa parecia colocar em evidência, por um lado, as suas estratégias de invisibilidade face às autoridades locais e, por outro lado, a negação por parte da administração local de que esta realidade pudesse existir no território sob sua jurisdição. Parece, assim, particularmente relevante dar conta da forma como ficaram superadas as dificuldades inicialmente sentidas de aceder às famílias que acabaram por fazer parte de cada um dos estudos de caso.

A entrada no contexto familiar da família Sousa Torrão (Estudo de Caso A) acontece a 14 de Dezembro de 2006. O elemento da Associação Terras Dentro que nos tinha posto em contacto com as famílias que constituem o Estudo de Caso C tinha-nos dado uma fotografia de João Torrão, referindo que em Évora se encontraria provavelmente alguém da sua família a quem a poderíamos entregar e assim estabelecer contacto com ela. Apesar de sabermos que a

fotografia assume um meio privilegiado de estreitar relações<sup>121</sup>, tínhamos também consciência que a posse de certas fotografias se poderia revelar comprometedoras das relações, pelos receios associados ao eventual mau uso que delas se pode fazer. Numa estrada de saída de Évora em direcção a Estremoz vimos uma carroça parada em frente a um café e resolvemos perguntar se conheciam o cigano da fotografia. Ao explicarmos porque tínhamos essa fotografia em nossa posse e qual o nosso interesse em conhecê-los, um dos elementos levou-nos ao seu acampamento, num lugar que não tinha visibilidade a partir da estrada, para a “guarda não nos encontrar”, disse-nos.

A forma como se acedeu às famílias que constituem o Estudo de Caso B revela como uma combinação de situações inusitadas levou à reaproximação de pessoas ciganas que julgávamos ter perdido o rasto, revelando o poder inesperado das coincidências no estreitar das relações no terreno. O primeiro contacto com uma das famílias deste Estudo de Caso – a família Matias da Silva – remonta a Setembro de 2005 quando os avistei numa estrada, na sequência de estarem a ser alvo de expulsão das Caldas da Rainha por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP). Perante o cenário de cinco carroças e uma viatura da PSP, optei por “seguir a caravana”. Esta “perseguição” de cerca de uma hora terminou no limite do concelho, lugar do Campo, onde a viatura da PSP fez inversão de marcha e questionou a minha presença. As famílias também estavam curiosas e após a partida da polícia ficámos alguns minutos a conversar, aproveitando para lhes explicar o nosso interesse em estudar famílias ciganas que não tinham casa. Combinámos encontrar-nos na próxima paragem que efectuariam (S. Martinho do Porto) ou na seguinte (Nazaré) mas, após várias tentativas, não foi possível encontrá-los nos locais que tinham indicado. Mais tarde viríamos a perceber a necessidade de treino do olhar face a estratégias desenvolvidas de dissimulação na paisagem.

No seguimento de uma entrevista colectiva realizada em Leiria<sup>122</sup>, estabeleceu-se um contacto mais próximo com um dos elementos da Pastoral dos Ciganos que tendo tido conhecimento de uma família recém-chegada a um concelho do distrito de Leiria, se disponibilizou a deslocar-se ao acampamento. À entrada da estrada de terra batida que dava acesso ao local onde as famílias residiam, benze-se e diz “seja o que Deus quiser”. É, assim que, a 12 Julho de 2006,

---

<sup>121</sup> Já o tinha sentido na minha primeira e única experiência de trabalho de terreno com ciganos, em 1993. Cf. os trabalhos de Lopes (2008) e de Sama (2010) que dedicam, inclusive, algumas páginas a esta questão.

<sup>122</sup> Esta entrevista, realizada a 13 de Junho de 2006, contou com a presença do presidente da Associação Cigana Ciglei, com um representante da Amnistia Internacional e com dois representantes da Pastoral dos Ciganos de Leiria.

retomo o contacto com a família com que me tinha cruzado nas Caldas da Rainha, e que desde Maio de 2006<sup>123</sup> se encontrava acampada num pinhal privado de um outro concelho.

Quando chego ao acampamento apenas se encontrava uma das famílias nucleares e é Francisco (o elemento masculino mais velho deste agregado) que me reconhece, explicando ao padre que me acompanhava que tinha sido eu a dissipar as atenções da polícia nas Caldas da Rainha. De facto, nos primeiros tempos do trabalho de terreno este homem repetia: “ainda hoje andavam aqueles malandros atrás de nós se não tivesses aparecido”. Esta frase deixava antever que anteriores expulsões poderiam não ter sido tão pacíficas, e que a presença da investigadora, num momento considerado crítico, se tinha revelado como uma ajuda importante, interessando valorizá-lo em futuras deslocações ao acampamento. Dada a presença do padre e da percepção de que Francisco não estaria a gostar muito daquilo que este lhe dizia, combina-se a próxima visita para passados seis dias. No regresso a Leiria com o padre este adverte-me, sem qualquer fundamento, para nunca me deslocar sozinha ao acampamento.

No dia 18 de Julho de 2006 regresso acompanhada da minha filha, na altura com um ano de idade. Levar a filha para o acampamento não constituiu, inicialmente, nenhuma espécie de estratégia deliberada, antes um constrangimento de última da hora que se viria a revelar também ele um elemento facilitador das interações estabelecidas, como se constatará mais adiante, dado a investigadora partilhar com algumas mulheres o mesmo estatuto de mãe e esposa.

Apesar de muitas insistências com os vários elementos da família Matias da Silva para se ter conhecimento de outras famílias ciganas presentes no concelho, apenas em Setembro de 2006, decorridos dois meses de trabalho de terreno, nos foi referido a presença de uma outra família, depois de termos manifestado interesse em comprar um cesto<sup>124</sup>. A família Ramalho Matias, com laços biológicos com a família Matias da Silva, encontrava-se desde Julho desse ano acampada na mesma localidade num telheiro de propriedade privada. De facto, tratava-se de uma família recém-chegada, na sequência de um conflito que tinham tido com outros ciganos em Santarém. Estavam presentes três núcleos familiares, totalizando cerca de dezasseis pessoas. Também aqui foram explicitados os objectivos do nosso trabalho, parecendo ficar

---

<sup>123</sup> A chegada desta família a este concelho reporta-se a Setembro de 2005, onde se instalaram numa fábrica abandonada até Maio de 2006. A sua saída foi imposta pelas autoridades locais.

<sup>124</sup> Poderá levantar-se como hipótese que a não revelação da presença desta família em momentos anteriores se prende com aquilo que Williams designou de uma relação de exclusividade imposta por aqueles que são objecto de estudo (Williams, 1987: 53).

clara a diferença entre a presença de investigadores e de assistentes sociais, pois referiram que em tempos já tinham dado entrevistas para um trabalho da Associação Fernão Mendes Pinto, realizado em Montemor-o-Velho (Ferreira *et al.*, 2005). No final da visita, uma das mulheres oferece-me um cesto, dizendo: “faça alguma coisa por nós”. Embora estes três núcleos tivessem sido nossos interlocutores, apenas um deles se manteve de forma permanente presente no concelho, o que levou a que as dimensões de análise fossem objecto de maior aprofundamento através do seu olhar.

A entrada no contexto familiar das famílias Carolas e Anjos (Estudo de Caso C), residentes num aglomerado de barracas de um concelho do Alentejo, tem lugar no início de Outubro de 2006, após uma entrevista realizada a Fernando Moital, da Associação Terras Dentro<sup>125</sup>, prolongando-se até ao início de 2009. No seguimento desta entrevista acompanhá-mo-lo num seu dia de trabalho junto das crianças ciganas deste aglomerado. Vários elementos presentes pedem-lhe as fotografias de um casamento entre um cigano e uma cigana ali residente. Pouco depois chega a anciã dos Carolas, uma viúva com perto de 70 anos e pergunta-nos “o que é?” e quem somos. Prontamente, nos levou a conhecer os seus quatro filhos, as respectivas mulheres e netos.

A aparente facilidade com que entrávamos em contacto com estas famílias, bem como a manifesta demonstração de interesse em podermos continuar a visitá-los, levou-nos a questionar se tal não estaria relacionado com o isolamento geográfico e social destas famílias e se o nosso interesse não poderia por elas ser capitalizado ao representar uma espécie de aliança com a sociedade envolvente, de modo a suprir algumas necessidades básicas em termos de alimentação, vestuário e recursos monetários. Garantir e valorizar esta ligação connosco contrastava com as poucas “visitas” que recebiam por parte de não ciganos: à excepção de uma pessoa que fazia trabalho voluntário junto de uma das famílias, da deslocação ocasional de uma assistente social e da polícia aos acampamentos, estas famílias não eram visitadas regularmente por mais ninguém de “fora”.

Levantava-se, também, a interrogação se estariam conscientes do teor do nosso trabalho e se a aparente aceitação da nossa presença e da sua participação no estudo estava consistentemente

---

<sup>125</sup> Em Junho de 2006, já se tinha realizado uma entrevista com a responsável da área de acção social da autarquia, mas ainda não tínhamos decidido se este seria o melhor local para realizar este Estudo de Caso. O trabalho iniciado neste concelho iria levar-nos a conhecer outros lugares, onde outros núcleos familiares de portugueses ciganos, alguns com ligações às famílias deste acampamento, vivem em condições semelhantes, nomeadamente em Moura, Castro Verde e Reguengos.

informada. Partilho com San Roman a sua perspectiva relativamente à capacidade de populações socialmente vulneráveis de decidirem participar no âmbito de pesquisas académicas:

*“Lo único que en este momento soy capaz de decir desde la Universidad respecto a los inmigrantes y a los gitanos es esto: su indefensión ante nuestro atropello se asienta en su propia marginación o su propia pobreza. Sólo una relación humana entre seres humanos es capaz de solventar ese abuso, una relación en la que cada uno se sienta más y más libre de decir “no”, de decir “sí”, porque sabe los límites, el contexto y el uso posible de su información, de sus datos, de su capital social y cultural colectivo.”* (San Roman, 2000: 196)

Explicámos, no início, que a nossa presença se destinava a recolher informação para um trabalho a realizar para a universidade, e que gostaríamos de perceber as razões de não terem casa e de compreender as dificuldades que enfrentavam nas suas deslocações. Não foi fácil entenderem o contexto institucional e a importância do trabalho de investigação. A maioria destas pessoas nunca tinha ouvido falar de universidade e embora tentássemos explicar a importância do aprofundamento do conhecimento associada aos processos de pobreza e exclusão social, associavam-nos, inicialmente, a professores ou a técnicos da Segurança Social, deixando adivinhar que temiam que fôssemos fiscais dessa entidade ou alguém que lhes poderia disponibilizar a curto prazo apoios sociais.

Esta associação frequente a outros profissionais e a dificuldade em se perceber o contexto académico exigia uma maior constância nas explicações sobre a nossa presença, ainda que permitisse alargar a compreensão dos antagonismos com algumas entidades públicas, evidenciando o clima de suspeição mútuo. Do nosso lado procurávamos explicar o trabalho associado a um antropólogo ou sociólogo, mostrando alguns dos trabalhos que têm sido desenvolvidos sobre ciganos. A título de exemplo, refira-se que no Estudo de Caso C, Fernando Moital lhes disse que iríamos “fazer fotografias mas usando letras e palavras”, tendo por isso ficado cientes de que iríamos escrever algo sobre eles, ou utilizando as suas imagens.

Foi também importante explicitar que o estudo iria demorar algum tempo e que poderia eventualmente ter repercussões positivas nas suas condições de vida, no entanto, os efeitos não eram imediatos nem certos, pois dependeriam da vontade política. Perceberam, uns melhor que outros, é certo, que poderíamos contribuir de forma indirecta para a resolução dos seus problemas, mostrando-se confiantes que tudo faríamos nesse sentido.

O interesse por nós mostrado em conhecermos as condições em que viviam, nomeadamente nos constrangimentos ligados às deslocações e ao acesso à habitação, abria um canal de

comunicação privilegiado, que não mais se perderia durante toda a investigação. Foi também este canal que facilitou a criação duma dinâmica de mútuo auxílio. Eles colaborando connosco na nossa investigação, nós facultando diversos tipos de apoio no seu dia-a-dia (deslocações, telefonemas, testemunhos em tribunal, mediação institucional, fornecimento de alimentação e vestuário...), explicitações de trâmites legais (repercussões da realização de acampamentos ilegais ou de pastar gado em terreno alheio...) ou a simples leitura de correspondência. Assim, passados alguns meses de trabalho de terreno, os elementos com quem mais mantínhamos contacto pareciam esquecer a nossa identidade enquanto investigadores, pois passavam a apresentar-nos a outros amigos e familiares como “amigos”, “boas pessoas”.

As dificuldades de comunicação iniciais em explicar os objectivos do trabalho e a necessidade da nossa presença no dia-a-dia de algumas famílias, não foram, no entanto, impeditivas de, nas visitas que se seguiram, se terem mostrado preparados para nos receber. No Estudo de Caso B, apesar de apenas termos referido que voltaríamos dentro de uma semana, constatámos que a tenda de Leila estava arrumada e com folhas novas pelo chão, contrastando com a visita anterior. Leila oferece-me um banco de madeira com almofada para me sentar, sentando-se no chão e a filha mais velha numa grade de cerveja. Esta situação não se viria mais a repetir e parecia revelar a importância que conferiam à primeira visita.

Nos Estudos de Caso A e C tinham sempre café bem açucarado para oferecer e em encontros posteriores ofereceram “cama” para passar algumas noites, o que veio a acontecer em Portugal e em Espanha com a pernoita de um dos investigadores junto de algumas famílias que constituem o Estudo de Caso B, mas não na barraca de Maria Cecília Carolas (Estudo de Caso C), ao percebemos que essa proposta poderia vir a traduzir-se num pedido financeiro cuja recusa poderia comprometer a continuidade do trabalho de terreno desenvolvido e, eventualmente, geradora de algumas animosidades junto de outras famílias presentes no “acampamento”.

Se a hospitalidade marcava estes primeiros dias de terreno, a presença de vários núcleos familiares em cada unidade de observação exigia uma gestão criteriosa das relações que eram estabelecidas. A experiência tida pela maioria dos investigadores em trabalho de terreno com a população cigana e a discussão em torno do acesso revelou a importância da criação e aprofundamento de relações com “pessoas-chave” das famílias em cada unidade de observação. Tratando-se de famílias alargadas onde coexistiam vários núcleos e onde poderiam existir formas diferenciadas de exercício do poder (disseminado por um elemento de cada



família nuclear ou centrado num único elemento da família alargada), tornava-se crucial ter em consideração estes aspectos de modo a não comprometer o desenvolvimento do trabalho. Assim, a legitimidade da autoridade teria de ser reconhecida pelo próprio e pela maioria dos elementos presentes, mas ao mesmo tempo tinha também de se tentar minimizar os constrangimentos da nossa presença face a outros sujeitos também relevantes. Em cada um dos estudos de caso foram aprofundando-se as relações com aqueles que seriam os interlocutores privilegiados, mantendo-se com outros um maior distanciamento. Se em alguns casos esta distância era estratégica, noutros decorria do próprio perfil das pessoas em causa, onde a dificuldade de se exprimirem de maneira explícita e ordenada, a timidez e a desconfiança eram alguns dos obstáculos ao aprofundamento das relações.

Refira-se, a título de exemplo, como Maria Cecília Carolas viria a ser a interlocutora privilegiada no Estudo de Caso C. De início este contacto revelou-se bastante absorvente ao ponto de não dedicarmos tanta atenção ao elemento mais velho da família dos Anjos e aos seus descendentes, gerando-se, assim, alguma animosidade com esta última família impedindo inclusive que aprofundássemos de modo equilibrado a pesquisa em ambas as famílias. No entanto, o estreitamento das relações com Maria Cecília traria vantagens adicionais. Por um lado, como a sua família foi a primeira a instalar-se neste terreno, tendo sido ela a autorizar o assentamento da família Anjos, tal facto permitia compreender mais facilmente a ligação da sua família ao concelho. Por outro lado, seria através dela que se tornava possível ir acedendo aos outros seus familiares.

O estreitamento das relações com estas pessoas foram, assim, encaradas como “operações estratégicas” que visavam “adormecer as desconfianças e vencer as resistências” (Griaule, 1957, cit. por Cefaï, 2003: 509), o que implicava que nos primeiros tempos fossemos nós a ir ao encontro das suas solicitações ou de aquilo que alguns autores chamam de “inversão prévia da reciprocidade” (Guash, 1997: 43). Mas esta inversão da reciprocidade também tinha de ser balizada de modo a não se cair em relações interpessoais marcadas apenas pela instrumentalidade, em detrimento de uma sociabilidade mais desinteressada.

### 3.2. Dos elementos facilitadores às resistências, dificuldades e estranhezas

Um dos aspectos que era impossível prever antes da entrada no campo relacionava-se com os possíveis papéis a desempenhar pelos investigadores, independentemente de serem homens ou mulheres. A identificação dos domínios onde os observadores poderiam ter um papel mais participativo e a percepção de como ir ajustando esta participação só foi possível após os primeiros contactos com as diferentes unidades de observação. Esta participação assumia um papel central no estreitar das relações de confiança, mas também permitia diminuir a distância social do investigador, minimizando os efeitos do investigador nos dados recolhidos (Hammersley e Atkinson, 1995 [1983]: 109).

Como salienta Guash, nos processos de interacção existe sempre um “duelo pela informação”, onde o acesso aos dados fica sempre condicionado em função da disponibilidade das partes em fornecê-la, do contexto espacial e temporal da interacção, da imagem que cada interveniente no processo pretende apresentar de si e pelo conjunto de condutas associado a certos contextos. Este autor conclui, então, que o êxito da investigação dependerá da habilidade do observador em correlacionar todos estes factores na análise das situações (Guash, 1997). No fundo, trata-se da capacidade dos investigadores se colocarem no lugar do Outro ou, como refere Cefaï, se instalarem entre dois para tornar possível uma tradução recíproca. Seguindo J. Dewey, o autor refere que o investigador deve ter a criatividade do artista, a sua imaginação produtiva e a sua intuição empática (Cefaï, 2003: 517-518).

Independentemente dos diferentes papéis que poderiam ser assumidos em cada contexto, um aspecto transversal a ter em conta no registo e análise da informação prendia-se com as condicionantes da interacção, nomeadamente as características objectivas dos investigadores e as formas como estas seriam percebidas pelos outros. Para além dos comportamentos e atitudes dos investigadores não serem estáveis ao longo do percurso de pesquisa, a sua presença, por mais naturalizada que estivesse, tornava inevitável uma interferência na forma como eram estabelecidas as interacções, inclusive no decurso das acções da vida quotidiana. Estar alerta a estas interferências e saber interpretá-las constituíam dois aspectos que estavam presentes entre todos os investigadores.

Com o desenrolar do trabalho de terreno algumas resistências emergiram, dificultando o acesso à informação e exigindo, por parte dos investigadores, uma gestão criteriosa das interações no sentido de as ultrapassarem.

Tirando partido da bagagem conceptual e de experiência de campo da equipa, não encetámos o trabalho de terreno fazendo tábua rasa dos conhecimentos adquiridos, antes aproveitando-os de modo a alcançar outros níveis de análise mais complexos. Inicialmente, revelávamos ter conhecimento que se organizavam num sistema a que chamam de “raças”; que a existência de conflitos (os designados “contrários) reconfigurava a utilização dos territórios; que gostavam de cozinhar com funcho; que existiam interdições sociais associadas do luto, etc. Este tipo de manifestações gerou surpresa e comentários entre eles acerca do conhecimento que detínhamos, assim como suscitou a percepção de que já teríamos tido contacto com outros ciganos, contribuindo, indubitavelmente, para uma aproximação recíproca. Nestas ocasiões acabavam por relatar outros aspectos como se fossem ao encontro das nossas expectativas. Mas, por vezes, recebíamos informações discrepantes sobre um assunto que já havia sido abordado. Noutras situações ter-nos-ão contado apenas parcialmente ou ocultado o que não queriam que soubéssemos, noutras terão existido equívocos de ambas as partes.

No Estudo de Caso A, por exemplo, quando inicialmente perguntámos sobre familiares seus que sabíamos andarem noutras zonas do país – nomeadamente no Algarve e em Porto Alto – diziam-nos que tinham ido “dar uma volta para não estar no mesmo sítio”, para logo de seguida nos contarem que tinham ido procurar novos negócios. Noutro caso, contaram-nos que se dirigiam a Espanha, Badajoz, porque lá recebiam melhor atendimento médico no hospital, para mais tarde percebemos que essa ida para Espanha significava uma passagem para Zafra, localidade onde trabalhariam na vindima. Noutros casos – embora num patamar diferente – mostravam não saber falar de um assunto ou responder a uma pergunta. Esta postura, que era muito variável entre as várias pessoas da família alargada, pode ilustrar-se com o momento em que nos quiseram baralhar deliberadamente com os valores que diziam auferir por trabalhar nas vindimas em Espanha, com o receio de virem a perder o direito à prestação do Rendimento Social de Inserção.

Também no Estudo de Caso B, ao longo das conversas que fomos mantendo com os diferentes elementos dos dois acampamentos, o uso de mentiras era recorrente, mas raramente ocorria quando a interação era estabelecida entre um dos investigadores e um indivíduo. As crianças recorriam a mentiras, principalmente se questionadas acerca dos familiares mais velhos. Nos

adultos, o recurso a mentiras ocorria geralmente em situações de conversa em grupo para explicarem ou enaltecerem certas situações, para contextualizar acontecimentos ou para tornarem algumas questões que lhes eram feitas. As mentiras apareciam, assim, como estratégias de reconhecimento e valorização perante os investigadores ou de preenchimento de falhas nas histórias que nos contavam ou também para não se comprometerem perante os outros ciganos presentes face à revelação de determinado tipo de informações. A título de exemplo, refira-se a evolução do conteúdo dos motivos das deslocações geográficas: no primeiro mês de trabalho de terreno estas eram justificadas por visita a familiares, e gradualmente foram surgindo outras razões. Também no primeiro contacto com uma das famílias, um dos presentes diz ter nascido numa determinada localidade para justificar a sua ligação à terra, mas mais tarde ficámos a saber que não era verdade. Leila, por seu lado, recorria frequentemente à efabulação de acontecimentos que marcaram o seu percurso de vida, não só por pura satisfação em ocupar o seu tempo connosco, mas também como uma estratégia que visava transmitir uma imagem positiva de si própria como “mulher de armas”, capaz de enfrentar os “guardas” e todos os “malandros”, e mesmo em situações de alguma ilegalidade relatava ter recebido a condescendência das autoridades.

Todas estas situações exigiam uma necessidade constante de, por um lado, se confrontar os depoimentos recolhidos com a observação realizada em determinadas circunstâncias e lugares, distinguindo-se as perspectivas enunciadas pelos interlocutores em função das situações em que foram produzidas e, por outro lado, de cruzar aquilo que era dito por alguns com o questionamento de outras pessoas que pudessem ter conhecimento dos factos relatados. Em todas as dimensões da observação centrais para o objecto da investigação assumíamos, assim, o papel de “realizadores de filmes sociais de veracidade”. (Bizeul, 2007: 79), tendo consciência que a fidelidade dos dados dependeria do aprofundamento das relações que mantivéssemos com os nossos interlocutores.

Cedo nos apercebemos de que determinados apoios que prestávamos não surtiam o mesmo tipo de efeitos no estreitar das relações, indo, assim, ao encontro daquilo que Mauss (1988 [1950]) referia relativamente ao valor da coisa dada a partir da qual se estabelece a relação. A reciprocidade, ou seja, o modo de trocar bens e serviços de forma aparentemente desinteressada parecia, sobretudo, acontecer quando colocávamos o nosso carro à disposição para deslocações várias ou quando intercedíamos por eles junto de algumas entidades. Fornecer roupa, calçado, alimentação, televisões, leitores de DVD ou CD, telemóveis e rádios que recolhíamos junto dos nossos conhecidos e que desde as primeiras deslocações marcavam

as nossas entradas nos “acampamentos”, não produzia o mesmo efeito, pois tratava-se de ofertas a que estavam mais acostumados. Uma passagem do meu diário de campo, passados quatro meses de trabalho de terreno, evidenciava esta constatação:

“Leila parece ter começado a ganhar mais à vontade para falar comigo, percebendo que as histórias que me interessam são sobre a sua trajectória de vida. Não sei se terá sido o facto de me ter oferecido para a levar a S. João do Estoril no dia de Todos os Santos e ao Bombarral para tratar de uns assuntos com a filha que lá vive que lhe fez perceber que eu poderia ser uma “aliada” nas suas deslocações ou se simplesmente começou a ganhar confiança. Era bom, mas tenho dúvidas. De qualquer maneira conseguimos começar a escrever notas no bloco sem que levantasse suspeitas, embora Leila quisesse que eu olhasse para ela enquanto falava.” (Diário de Campo, 8.11.2006)

A relação de reciprocidade no processo de investigação parecia ser assumida tanto pelos ciganos como pelos investigadores, pois sempre que íamos ao encontro das suas expectativas face à mais-valia da nossa presença, era notório como nos procuravam compensar fosse através de bens materiais<sup>126</sup> ou através da manifestação de maior disponibilidade, abertura e sinceridade em relatarmos acontecimentos da história familiar ou pessoal.

Ao longo do trabalho de terreno fomos alvo de várias solicitações que visavam desbloquear impasses existentes entre alguns dos elementos dos acampamentos e determinadas instituições (Segurança Social e Câmara Municipal) ou tão simplesmente descodificar alguns discursos e práticas de alguns dos organismos estatais com os quais tinham encetado contacto (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Segurança Social, Instituto de Reinserção Social...). No Estudo de Caso B, após três meses de trabalho de terreno junto da família Ramalho Matias, foi-nos pedido para testemunhar em tribunal, já que um dos homens estava indiciado por tráfico de droga num anterior local de residência. Acedemos em testemunhar, revelando aquilo que conhecíamos da pessoa em causa.

Após duas deslocações ao tribunal acabámos por ser ouvidos. Este “grande favor”, como foi referido pelo cigano que acabou por ser considerado inocente, marcou positivamente a relação que os vários elementos adultos das duas famílias presentes neste concelho estabeleceram com os investigadores. Numa das deslocações ao Tribunal em que nos acompanhava o cigano alvo de acusação, e sem abordarmos qualquer tipo de assunto, este inicia o relato dos vários lugares onde viveu na sua infância e juventude, bem como alguns elementos marcantes do seu percurso de vida. Já o tínhamos abordado várias vezes nesse sentido e as respostas à pergunta sobre os locais onde tinha estado eram sempre evasivas: “por aí”, “hoje aqui, amanhã ali”. Estes momentos permitiram, assim, responder às interrogações que em determinado momento

---

<sup>126</sup> Foram várias as ofertas que recebemos: uma ovelha, duas mantas “espanholas”, cestos de vime e vários objectos que recolhiam do lixo ou dos apoios solicitados e que consideravam que em nossa casa ficavam melhor (cadeira de bebé, tapete em pele, utensílios de cozinha, *naperons*... ).

do trabalho de terreno colocávamos sobre a dificuldade de recolha de informação. Chegámos mesmo a estabelecer a hipótese de que as dificuldades de expressão comunicativa dos nossos interlocutores ou a não compreensão dos objectivos do trabalho poderiam estar a constituir-se como obstáculos no desenrolar da investigação. No entanto, as respostas que íamos gradualmente dando às suas solicitações e a informação que íamos obtendo com estas “ocasiões especiais”, vieram revelar que os objectivos da nossa presença tinham ficado claros e que a abertura do campo de investigação só era possível através do aprofundamento destas relações de reciprocidade.

O facto de termos carro aparecia, assim, como um elemento facilitador destas relações de reciprocidade, pois raramente estas famílias dispunham deste recurso, e a nossa disponibilidade para efectuarmos várias deslocações era vista como um auxílio precioso em termos económicos e de comodidade. Por outro lado, era crucial para a investigação conseguir captar, através da observação em directo e participante, como se processavam as dinâmicas de mobilidade e a presença noutros pólos geográficos e como estes trajectos revelavam as suas percepções do espaço. Foi, assim, possível alargar o campo de análise, através de diferentes lugares que iam sendo visitados ao longo do tempo, e o contacto com outras famílias nesses territórios. Assumir o papel de motorista trouxe enormes vantagens conviviais e etnográficas, em diferentes momentos e situações (“fugimentos”, casamentos, audições em tribunal, visitas a familiares e curandeiras...), o que os levou a aproximarem-se de nós e a falarem-nos também dos seus problemas e das suas angústias.

Mas esta deslocação a diferentes lugares era também exigente do ponto de vista metodológico. Por um lado, a nossa presença em diferentes contextos e com novas pessoas exigia uma renegociação da posição dos investigadores, ou seja, tínhamos de explicitar o sentido do nosso trabalho. Em alguns destes momentos eram os nossos interlocutores que assumiam essa tarefa, tornando visível a imagem que tinham construído de nós e do nosso trabalho. Por outro lado, ao mudarmos o foco da pesquisa para as pessoas em mobilidade, exigia voltar a mapear o objecto captando-se como se articulavam os diferentes lugares e espaços percorridos, bem como as práticas e representações sociais operadas em contextos diversos e por referência a escalas territoriais diferenciadas. Assim, cada lugar exigia uma intensidade variável na sua abordagem em função da importância assumida para os sujeitos em observação.

Um outro elemento facilitador das relações que se estabeleciam no terreno com homens e mulheres prendia-se com a presença de dois investigadores de sexos diferentes durante uma

parte do tempo em que o trabalho de campo decorreu. À exceção das crianças e dos poucos elementos mais velhos, todas as restantes pessoas do acampamento encontravam-se na faixa etária dos investigadores, constituindo uma aparentemente ameaça às relações que se poderiam estabelecer entre os investigadores e os adultos de sexo oposto. Assim, as investigadoras procuraram, sobretudo, aprofundar o relacionamento com as mulheres, estando em contacto com os homens apenas na presença das suas mulheres, ao passo que os investigadores poderiam acompanhar os homens nos seus negócios de cavalos ou noutras deslocações e estar a sós com eles em diversas circunstâncias e lugares.

A minha presença junto das famílias Matias da Silva nos dois primeiros meses gerou curiosidade junto das mulheres, mas também perplexidade. Por um lado, queriam saber com mais detalhe o que fazia, se era casada, se tinha filhos, onde morava, como era a minha casa. Por outro lado, mostravam alguma perplexidade por o meu marido nunca me ter acompanhado e por consentir que fizesse este tipo de trabalho. A existência de códigos culturais diferenciados não foi, no entanto, um obstáculo ao aprofundamento de relações de confiança e empatia com as mulheres, pois a postura dos investigadores procurava adequar-se ao socialmente previsto, segundo as normas de interacção vigentes. Ao longo da presença no terreno esta população foi-se apercebendo que estas diferenças não eram muito relevantes, pois apesar de não ter o marido por perto, também não se adoptavam comportamentos que pudessem ser por eles e por elas vistos e sentidos como provocatórios dos homens do acampamento, nomeadamente na forma de vestir e no cuidado que se tinha em compor o vestuário em determinadas circunstâncias.

A presença de dois investigadores possibilitava ainda observar e participar em situações que ocorriam simultaneamente no tempo, mas em diferentes lugares do acampamento. Contudo, ia sendo estrategicamente gerida. Houve momentos em que intencionalmente se optou pela presença dos dois investigadores como um elemento facilitador das conversas em grupo, ou para um maior aprofundamento de determinados contextos. E houve ocasiões em que se optou pela não participação dos investigadores. Duas ordens de factores levavam a esta decisão: i) a interferência do género dos investigadores em situações que poderiam comprometer a sua imagem perante alguns dos elementos do acampamento (ex.: a investigadora permanecer junto de homens que bebiam e dançavam ou o investigador encontrar-se no acampamento sem a presença de qualquer homem)<sup>127</sup>; ii) a vontade expressa por parte dos investigadores em não

---

<sup>127</sup> Outros investigadores que fizeram trabalho de terreno com ciganos também revelaram que as tensões em torno da sexualidade são uma constante das experiências de terreno (Bizeul, 1999; Bordigoni, 1999; Casa-Nova, 2009).

participar em determinadas situações ao discordarem da forma como eram envolvidas as crianças em alguns momentos festivos.

Nas três unidades de observação eram as mulheres, sobretudo as mais velhas, que revelavam maior abertura no relacionamento com os investigadores, indo assim ao encontro daquilo que também Bizeul constatou com a sua experiência de terreno junto de ciganos presentes em áreas de acolhimento em França (Bizeul, 1999: 125-132). De facto, nos primeiros tempos, os homens revelavam uma atitude de maior fechamento, raramente se aproximando perante a nossa chegada. Se alguns deles foram progressivamente revelando-se mais cooperantes, outros procuraram sempre manter uma distância que sentíamos ser de segurança da sua situação pessoal, ainda que outros nos dissessem que era por timidez.

Contrariamente, a maioria das mulheres perante a nossa chegada deixavam o que estavam a fazer para se juntarem a nós e conversar, e eram também elas que nos procuravam sempre que havia necessidade de tratar de algum assunto institucional, mesmo que este se reportasse aos seus maridos. Esta disponibilidade e à vontade das mulheres têm de ser enquadrados nas formas de ocupação do tempo em função do género e da faixa etária dos diferentes elementos presentes, mas também no papel exercido pela mulher no relacionamento com as instituições, o que lhe parece fornecer outros recursos linguísticos nos processos de interacção e outra capacidade reflexiva. Assim, a maioria da informação que foi recolhida teve como interlocutores privilegiados as mulheres, ainda que se procurasse cruzar sempre os factos e as perspectivas enunciados por estas com as dos homens.

Se a proximidade facilitava o acesso aos diferentes cenários onde decorria a observação e ao estreitar das relações, também dificultava o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e uma tendência por se enveredar num militantismo assente numa luta por causas sociais. Apesar das respostas que demos às solicitações das várias famílias (entrar em contacto com instituições, ajudar a ter uma conta bancária, pôr o nosso carro à sua disposição, emprestar dinheiro...), foi mais valorizado termos tomado sempre o seu lado nas tensões e nos conflitos, o que nos permitia uma maior aproximação e cumplicidade, ambas geradoras de novas situações e de discursos reveladores de dimensões mais complexas sobre as suas vidas. Mas como referia Bizeul (1999), existe a tentação de tornar públicos certos factos com o único objectivo de interpelar as autoridades, passando-se para um plano secundário a autenticidade das experiências do investigador enquanto critério de qualidade de um estudo: ou seja, aprofundar



o que efectivamente se passou, aquilo que era retido e quem eram os protagonistas dos acontecimentos colocava exigências de neutralidade nem sempre fáceis de controlar em função do perfil dos investigadores.

A gestão em torno do binómio proximidade-distância não foi fácil e implicou uma constante vigilância epistemológica em torno dos procedimentos metodológicos e dos conceitos que emergiam do terreno, no sentido de controlar a normatividade do que era dito e feito. Como diria Cefaï “*Le sociologue qui déconstrui des problèmes publics ‘suspend son jugement’ quant à la pertinence des propositions sur ce que le monde est et devrait être*” (Cefaï, 1996: 47). Também como relembra Pina Cabral, dever-se-ia tomar atenção para não cair no perigo quer de uma “observação inobservante”, com uma total interiorização dos interesses e ideais do grupo a estudar, quer de uma observação distante e fria que impedisse uma visão "em profundidade" do grupo social em estudo e que pudesse ter como consequência a recusa dos seus membros em serem estudados por alguém que não demonstrasse simpatia pelos seus ideais e interesses (Pina Cabral, 1983: 332).

A discussão em torno destas questões da proximidade e da distância social entre observadores e observados assumia no contexto desta pesquisa uma importância central, dada a situação de grande vulnerabilidade social das famílias que integravam a pesquisa e os apelos constantes de apoio que endereçavam aos investigadores. A observação assumiu-se como aberta, flexível e adaptável aos diferentes acontecimentos, mas dirigida aos aspectos relevantes da investigação e progressivamente mais selectiva de modo a captar e aprofundar os seus aspectos nucleares, ainda que nos mantivéssemos continuamente abertos a reconfigurar o desenho da investigação em função dos elementos que íamos recolhendo. Procurou-se, também, que esta observação fosse suficientemente sistemática nas dimensões de cariz mais descritivo sobre as unidades de observação. Reconhecia-se que “não há olhares ingénuos e os investigadores só vêem o que estão preparados para ver” (Guerra, 2006: 36), exigindo-se assim o fornecimento de algumas orientações que permitissem canalizar os diferentes olhares e aumentassem o grau de comparabilidade das perspectivas dos investigadores sobre determinados dados.

Esta presença no terreno implicava, assim, que o quadro conceptual estivesse sempre presente, pois estavam constantemente a surgir possibilidades de observação inesperadas, não programáveis mas significativas, com a conseqüente necessidade de se ter que reagir em plena situação de observação, escolhendo dimensões de análise e indicadores, estabelecendo relações entre fenómenos (Costa, 1987: 133-134).

Um outro aspecto que foi objecto de discussão no seio da equipa prendia-se com a suposta autenticidade da experiência dos investigadores no terreno: até que ponto era, por exemplo, importante para a pesquisa experienciarmos, juntamente com as pessoas das diferentes unidades de observação, dormir ao relento e estar sujeito à pressão policial. No âmbito da pesquisa, não era relevante compreender os efeitos mentais e afectivos dos processos de vulnerabilidade, do mesmo modo que não parecia significativo ser este o meio para estreitar relações. No entanto, por razões de contenção de custos da própria pesquisa esta situação acabou por acontecer três vezes no Estudo de Caso A, permitindo comprovar, através dos vários depoimentos recolhidos o sentimento de insegurança que é experienciado de noite nos “acampamentos”.

“A primeira noite dormida com esta família, em Évora, ao relento e porque não chovia, foi a 23 de Abril de 2007. A hospitalidade foi notória: no chão, as mulheres fizeram uma cama com colchão, lençóis e cobertores lavados. Jantámos por volta das 19:30h e às 21:30h já estávamos todos praticamente a dormir. Acordámos por volta das 7:00h, quando tomámos o café preparado na fogueira. Aguardávamos o aparecimento da GNR, prometido na noite anterior, a qualquer momento a partir das 8:00h da manhã. Por isso, pouco depois, às 8:10h já todos tinham abandonado o local, rumo a outra terra, para evitar confrontos. Eu segui para Lisboa.” (Diário de campo, André Correia)

“Uma outra noite passada no acampamento ocorreu em Maio do mesmo ano, em Alcáçovas, no concelho de Viana do Alentejo. Aqui tinham uma televisão e um leitor de DVD que, ligados a um gerador a gasolina, permitiu que todos vissemos, após o jantar, o documentário Filhos da Estrada e do Vento<sup>128</sup>. Antes de nos deitarmos apenas o investigador e alguns rapazes ficaram a conversar junto ao carro. Novamente a cama com roupas lavadas e o sossego do acampamento por volta das 21:30h. Esta noite permitiu presenciar o sentimento de medo provocado por uma carrinha que se aproximou – a mais de 100 metros – dando-lhes a sensação de que se podia tratar de alguém da PSP, ou da PJ, que os estivesse a vigiar. Nessa mesma noite foi perceptível que um cavalo descontrolado a meio da noite, enleado numa carroça, pudesse passar por cima de quem se encontra deitado no chão, provocando graves lesões.” (Diário de campo, André Correia)

Estas permanências mais longas no Estudo de Caso A, embora com uma duração máxima de apenas três dias, permitiram participar em tudo o que faziam em 24 horas seguidas, revelando alguns dos aspectos mais íntimos do quotidiano.

No início da pesquisa, a língua e expressão comunicativa foram factores que trouxeram dificuldades para o trabalho de terreno, sobretudo, no Estudo de Caso B com os elementos que constituíam a família Matias da Silva. Esta dificuldade comunicativa era evidente tanto da parte deles em perceberem o que lhes era dito, como da nossa em perceber o que eles diziam. Algumas conversas eram mesmo imperceptíveis, principalmente quando falavam entre eles. No entanto, ao longo da nossa presença no terreno não só nos fomos adaptando às formas de comunicação utilizadas, como também parecia que os seus discursos se tornavam mais claros

---

<sup>128</sup> Este documentário, levado pelo investigador para o terreno, foi realizado por Francisco Manso no ano de 1987/88, na sequência de um trabalho desenvolvido por João Pavão Serra.

fruto da nossa convivência, do maior entrosamento com as instituições locais e da maior frequência da escola por parte das crianças.

No Estudo de Caso C, o “cálon” foi usado, por exemplo, por uma mulher da família dos Anjos para interrogar Maria Cecília Carolas sobre a finalidade da nossa presença neste lugar, dito com alguma agressividade e mostrando-se desconfiada. Sempre que o “cálon” era utilizado, optámos por mostrar que reconhecíamos alguns termos desse código linguístico. Tentando não invadir este “seu espaço” não deixávamos, contudo, de os questionar quando compreendíamos que o utilizavam para nos atingir.

A imprevisibilidade das deslocações foi também um factor que condicionou o desenrolar do trabalho de terreno, sobretudo, junto de famílias que não tinham qualquer forma de contacto. Irmos em determinado dia, porque seria uma oportunidade única de alargarmos o contacto a outros familiares e a outros territórios de referência, nem sempre se tornava viável, pois no dia marcado surgiam imponderáveis (filhos doentes, mais ninguém no acampamento que garantisse a sua vigilância...). Noutras ocasiões, deparávamo-nos com os acampamentos vazios sem sabermos para onde teriam ido e sem possibilidade de os contactar via telemóvel.

Não querendo explorar a discussão sobre as noções subjectivas do tempo, tornou-se notório no decorrer do trabalho de terreno que não lhes era fácil situar temporalmente alguns acontecimentos, mas que para nós eram importantes na tarefa de reconstrução biográfica e dos seus percursos geográficos. Por exemplo, nos primeiros contactos, Leila tinha como medida do tempo transcorrido 10 anos: dizia que tinha estado 10 anos nos sítios ou que tinha estado nos sítios há 10 anos. Foi usando o nascimento dos filhos, como marco temporal, que foi possível perceber outros acontecimentos passados ou identificar lugares onde tinham vivido. Em muitos casos, a dúvida persistiu devido à sobreposição das datas avançadas pelos interlocutores, ou pela existência de acontecimentos que eram indexados a determinados períodos/idades, que quando confrontados com outros acontecimentos, tornavam inviável a sua ocorrência naquela data.

Com o desenrolar do trabalho de terreno, e com o cruzamento de informações entre os casos estudados, viríamos a notar que nunca usavam calendários – aliás um objecto sempre ausente em todos os lugares do trabalho de terreno – ou relógios para se orientarem. Para algumas destas famílias as feiras mensais, assim como o dia e a noite e as estações do ano eram alguns

dos seus referentes temporais<sup>129</sup>.

Também nos “acampamentos” os dias pareciam-nos passar de um modo e num tempo diferentes dos nossos. O tempo era dedicado à organização do espaço: arrumar camas, lavar roupa e louça, limpar o chão; à higiene pessoal e dos mais pequenos. Depois da água para a família e do pasto para os animais estarem garantidos havia tempo disponível para ficarmos sentados a falar. O facto de o ócio ser marcante nos quotidianos da maioria dos indivíduos presentes favorecia, assim, o aprofundamento das relações de confiança e de empatia que se iam gerando, confirmadas pela disponibilidade que revelavam para estar connosco.

### **3.3. Do registo dos dados à análise do material empírico**

Todas as particularidades assumidas com esta pesquisa exigiam também que o registo dos dados fosse orientado. O diário de campo, instrumento principal do investigador, constituía-se como uma peça indispensável do trabalho de terreno, onde cada investigador deveria anotar “dia após dia, num estilo telegráfico, os acontecimentos e a progressão da pesquisa (...) com precisão, sentido de detalhe, honestidade” (Beaud e Weber, 1997: 94). Embora não se pretendesse limitar a sensibilidade na descoberta, estabeleceu-se, desde o início do trabalho de terreno, que o diário de campo deveria conter o registo de observações de diferente natureza, concretamente:

- 1) O lugar do investigador no terreno e a sua evolução ao longo do tempo de permanência. Para o efeito, estabeleceu-se que o diário de cada investigador deveria contemplar uma secção onde fossem registadas as formas de recepção e hospitalidades, os elementos facilitadores das interações e da observação, as resistências, dificuldades e estranhezas;
- 2) A descrição do que era observado e a anotação de testemunhos (palavras únicas, frases, conversas...) de forma cronológica por categorias e temas, explicitando-se as condições objectivas que permitiram recolher determinados testemunhos;
- 3) A descrição do que era sintetizado por cada investigador na sua interpretação ou resumo dos acontecimentos, enunciando-se as situações que evidenciavam algum nível de surpresa, perplexidade ou de nó problemático, e explicitando-se as condições que permitiram a sua emergência<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Ver como Ferrari (2010) chega a conclusões semelhantes com um grupo de ciganos do Brasil.

<sup>130</sup> Estas sínteses interpretativas deveriam conter as principais dimensões de análise que presidiram à elaboração de um guião de entrevista que, embora não tenha sido possível a sua aplicação generalizada, servia também de guião para as conversas informais que se iam estabelecendo.

A presença das mesmas famílias em diferentes territórios e a variabilidade da sua dimensão em cada deslocação ao terreno exigiam também a elaboração de registos específicos, de modo a detectar (ou não) regularidades. Os diferentes registos no diário de campo tinham, assim, a particularidade de não estarem confinados a uma determinada localização geográfica. Elaborou-se uma grelha de observação dos cenários onde as famílias pernoitavam ou residiam e uma ficha de caracterização dos indivíduos presentes, a serem preenchidas por cada deslocação ao terreno. A grelha permitia ir registando a localização destes lugares no contexto territorial mais amplo, a sua configuração e alterações ao longo do tempo, formas de apropriação do espaço e as relações de sociabilidade que se estabeleciam em cada território. Esta grelha seria suportada por esquemas que traduzissem a configuração dos lugares e as relações espaciais e que servissem de instrumentos de memorização e de posterior análise (cf. Anexo 5). Pretendia-se, assim, compreender se existia, tal como identificou Reyniers (2004), alguma tendência para se reproduzir no espaço os elementos que estruturam a relação destas famílias ao território colectivo<sup>131</sup>.

O conhecimento prévio dos diferentes contextos onde se desenrolava parte do trabalho de terreno revelava que, na maioria das vezes, não se estava numa situação estável e apropriada ao exercício da atenção e da reflexão, nem seria conveniente o registo das notas na presença dos sujeitos em observação, não só por esta postura poder causar confusão sobre o papel do investigador, mas também por poder ser inibidora dos processos de interacção<sup>132</sup>. Assim, o registo da informação era feito imediatamente após a saída do campo, ao abrigo dos olhares, nos trajectos de carro, através do registo para um gravador, para ser mais fielmente reconstituída, ou num outro local próximo das unidades de observação, ou quando se regressava a casa<sup>133</sup>.

Mesmo existindo alguns procedimentos formalizados de registo, para não se perder de vista o focus central da pesquisa e se resistir à tentação de ver, ouvir e participar em tudo, todas as anotações do que se passava no campo seriam o resultado de uma “percepção selectiva”. No decurso da observação importava aperfeiçoar esta percepção, através de uma aprendizagem das formas de organização social de cada unidade de observação e de um vai-e-vem entre a leitura

---

<sup>131</sup> Segundo Reyniers (2004), a disposição longitudinal ou alveolar das caravanas evoca respectivamente a passagem ou uma instalação mais duradoura.

<sup>132</sup> Estas situações, várias vezes relatadas por autores de “estudos ciganos”, são também mencionadas por outros investigadores, tais como Hannerz (1989: 206), Jackson (1990: 11, 20), entre outros.

<sup>133</sup> Estas notas para além de registadas no diário de campo eram também passadas para um documento Word, possibilitando a sua circulação virtual pelos elementos da equipa. Estabeleceu-se que passados dois dias após a saída no terreno as notas de cada investigador seriam partilhadas entre os vários elementos da equipa.

das notas, a sua discussão colectiva e o regresso ao terreno. Outro constrangimento prendia-se com a dificuldade em utilizar a linguagem própria do meio e memorizar os traços de conversação.

O recurso a técnicas adicionais afigurava-se necessário, pois nem todos os fenómenos poderiam ser observados em situação, ou seja, através de procedimentos “não reactivos” (Peretz, 1998: 4). A análise de alguns documentos pessoais (fotografias pessoais ou de familiares, cartas de instituições públicas) foi um dos procedimentos adoptados que permitiu reconstituir os processos biográficos e os percursos de mobilidade. A visualização de fotografias permitia estabelecer uma boa base de conversa, onde foi possível registar alguma informação sobre outros locais de residência, outros familiares a que, de outro modo, dificilmente teríamos tido acesso. Um outro procedimento foi a realização de entrevistas sempre que era possível reunir as condições materiais para o seu desenrolar. Registaram-se, assim, testemunhos sobre determinadas situações e reuniram-se mais elementos de apoio ao processo de reconstrução biográfica de alguns dos elementos das famílias. Estas entrevistas assumiram um carácter muito informal e pelo estilo conversacional adoptado, onde os investigadores também partilhavam informação pessoal, favoreceu-se um maior envolvimento e participação dos sujeitos. Como se pode constatar ao longo da exposição dos Estudos de Caso não se caiu na “ilusão biográfica” de aceitar acriticamente a “criação artificial de sentidos” para dar consistência e constância aos percursos de vida relatados (Bourdieu, 1986).

De facto, a realização de entrevistas que pretendíamos registar em áudio foi uma das fases mais morosas da pesquisa. Encontrar os momentos certos para a realização de entrevistas junto de alguns dos elementos presentes nos “acampamentos” foi um processo longo e com poucos resultados, devido aos raros momentos em que podíamos ficar a sós com uma pessoa. Em muitas das situações que com eles vivemos o ruído sonoro (música, gritos de adultos, jovens e crianças...) impunha-se de forma inevitável. Por outro lado, sempre que adoptávamos uma postura mais directiva apercebíamos-nos da fraca qualidade da informação recolhida. Conseguimos realizar entrevistas seguindo um guião, mas foi quando as questões estavam memorizadas e eram introduzidas aqui e ali na conversa informal que conseguimos obter as respostas mais completas.

Com a família Ramalho Matias, do Estudo de Caso B, a situação foi inversa. Um dos elementos presentes sentia-se mais valorizado quando lhe estávamos a fazer perguntas escalonadas por um guião e quando gravávamos as conversas. Inclusive foi ele que nos

questionou porque não optávamos por utilizar uma entrevista para lhe fazer as perguntas. Perante esta abertura, passado um mês do início do contacto com esta família, realizámos a primeira entrevista colectiva, tendo havido ainda oportunidade para realizar mais duas entrevistas ao longo da nossa presença no terreno.

Os resultados destas entrevistas e a leitura das descrições das observações realizadas em diferentes cenários eram objecto regular de longas discussões de grupo, permitindo acelerar o passo das descobertas. Estas discussões partiam das interpretações que se iam produzindo, ou seja, e como refere Magnani, “a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades do seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador pois tem agora como referente o ‘concreto vivido’” (Magnani, 2002: 17).

A análise do material empírico recolhido passou por diferentes fases com vista a se compreender as relações lógicas entre as questões levantadas inicialmente pela pesquisa, identificando-se convergências ou contrastes inesperados. Estas fases foram as seguintes: i) sistematização de toda a informação recolhida e transcrição das entrevistas realizadas; ii) reconstituição da cronologia do trabalho de terreno, onde se registaram as entrevistas realizadas, os acontecimentos marcantes e o estatuto do investigador (nível de inter-conhecimento e reputação) ao longo do trabalho de campo; iii) leitura e anotação do material empírico recolhido; iv) cartografia das deslocações no território; v) sistematização dos aspectos a aprofundar e deslocações ao terreno; vi) cruzamento da informação entre o contexto em que vivem e os elementos que foi possível obter sobre os lugares e as pessoas por parte de informantes privilegiados; vii) comparação dos dados com outros estudos publicados sobre a população cigana.

A elaboração da cartografia dos espaços de vida revelou-se um útil instrumento de análise. Permiteu visualizar os diferentes pólos contínuos ou não temporalmente; identificar diversas esferas de vida associadas a lugares; evidenciar diferenças de estatutos entre lugares. Os distintos pólos identificados formam uma espacialidade compósita cuja articulação reticular a alguns territórios assegura a sua unidade (Cf. Mapas 3, 4 e 5).

Os temas que emergiam em cada unidade de observação não só informavam a recolha de dados noutras unidades, mas também permitiam ir estruturando a análise comparativa entre os vários Estudos de Caso. Foi precisamente esta *demarche* comparativa e os efeitos de contraste que gerava, aliada ao aprofundamento da literatura centrada nos eixos teóricos que informavam o objecto, que tornou possível a construção das categorias de análise apresentadas nas Figuras 2 e 3, aumentando o grau de fiabilidade dos dados.

Como refere Magnani “uma totalidade consistente em termos de etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos actores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo.” (Magnani, 2002: 20). Para se poder identificar e interpretar regularidades e, conseqüentemente, construir uma dada totalidade torna-se necessário accionar categorias de análise que possuem um estatuto prático e teórico em termos de conhecimento. Quando estas categorias são descritas num plano mais abstracto são susceptíveis de serem utilizadas noutros contextos de pesquisa.

Não é demais lembrar que é necessário, para que a descrição se constitua em conhecimento teórico, que se estabeleça a diferença entre os dois tipos de conhecimentos accionados e que se descrevam os aspectos relativos a tal conhecimento teórico de forma clara, precisa e unívoca. Os processos explicativos não partiram de conhecimentos intuitivos mas formularam-se através de enunciados e de categorias de análise. Complementarmente, a descrição detalhada feita pelo estudo de caso permite compreender os fundamentos empíricos da teoria. Mas o mais importante, e seguindo o que foi enunciado por Passeron e Revel, é que o pensamento por casos produz inteligibilidades, mais do que regras de inferência. Atravessando e reconfigurando horizontalmente os casos é possível retirar os traços pertinentes de uma interpretação coerente, sempre no pressuposto de que este percurso exige uma revisão e tradução em função das mudanças de contexto (Passeron e Revel, 2005: 26).

Como se poderá constatar pela leitura dos três estudos de caso, emergem, por um lado, abordagens diferenciadas não só pelas características dos espaços de cada unidade de observação, mas também pelo próprio perfil das famílias: os seus padrões de mobilidade, as situações de maior ou menor tensão intragrúpis e inter-familiares nas quais se encontravam envolvidos e os seus percursos biográficos. Por outro lado, existe um aprofundamento diferencial dos casos, decorrente do perfil e envolvimento dos investigadores no manuseamento dos instrumentos de observação e análise.



Importa referir que ao longo da apresentação dos três Estudos de Caso, o recurso a excertos de entrevistas ou dos diários de campo não visa colorir a demonstração nem suscitar emoção perante uma “palavra autêntica”, tão pouco assumir valor de prova. Alguns dos excertos pretendem enriquecer e revelar a manifestação das diferentes dimensões de análise, ilustrar um ponto de vista e restituir a lógica de acção dos actores; já outros, estando associados a certos acontecimentos, manifestam um tipo de interpretação e julgamento sobre esses mesmos acontecimentos.



## 4. Os Estudos de Caso

### A. Livres para viajar, mas nenhum sítio para ficar

Este Estudo de Caso aborda a mobilidade intensa de uma família alargada de portugueses ciganos que, sem casa, se movimenta sobretudo pelos distritos de Santarém, Portalegre, Beja e Évora, com principal incidência neste último. Ao longo do período do trabalho de terreno, os três núcleos familiares com quem mais convivemos e que integravam cerca de 20 pessoas<sup>134</sup>, raramente ficaram mais de três semanas no mesmo lugar. A impossibilidade de poderem ter um espaço para se estabelecerem de forma duradoura, não impede que exista um território de eleição preferencial – Évora. A imponderabilidade que marca o quotidiano destas famílias e o estatuto de passante na forma de habitar os lugares põe em relevo a fixação e a mobilidade espacial como dois princípios fundamentais e complementares da sua organização socio-económica, onde cada um dos lugares do seu polígono de vida assume uma estreita articulação entre si.

### 1. Percursos biográfico, residencial e geográfico

#### 1.1. O local de nascimento: um acaso nas deslocações

Nascida em Santiago do Cacém, nos anos 50, Conceição foi viver com o marido, Júlio Torrão, para Aljustrel. As duas famílias, dos Sousa e dos Torrão, ter-se-ão juntado em Aljustrel, através de alianças matrimoniais, em 1975. Estas uniões terão feito aumentar, em número e em força, a “raça” dos Piricos<sup>135</sup>, pelo que podemos colocar a hipótese que, de algum modo, esta terá exercido um certo controlo territorial intra-étnico nesta localidade. Conceição foi a segunda mulher de Júlio Torrão<sup>136</sup>, resultando desta união cinco filhos, três dos quais homens. É em Aljustrel que nascem dois dos filhos com um intervalo de vinte anos. No entanto, não foi possível apurar se a permanência em Aljustrel foi intercalada com expulsões sumárias ou com deslocações das famílias para a realização de trabalhos sazonais noutras terras.

Neste concelho tinham uma barraca, que permitiram que construíssem “nuns terrenos” embora não sabendo se eram públicos ou privados. Numa determinada altura ficaram sem casa, mas

---

<sup>134</sup> Conceição, a mulher mais velha, com os seus filhos mais novos; o filho mais velho com a sua mulher e filhos e uma filha com o seu marido e filhos.

<sup>135</sup> Neste Estudo de Caso os ciganos denominam de “raça” o conjunto alargado de famílias, que é formado por vários núcleos familiares e seus descendentes, onde no mesmo patamar geracional existe um elemento, em regra do género masculino, que é familiar directo, isto é “de sangue”, dos outros núcleos.

<sup>136</sup> Esteve anteriormente casado com outra mulher com quem criou outros filhos, os quais não chegámos a conhecer no decurso do trabalho de terreno.

também aqui não foi possível apurar se isso aconteceu por terem saído para trabalhar ou se a pedido expresso da autarquia. O que sabem contar é que deixaram Aljustrel e a explicação institucional que lhes foi dada para, nesse período, terem ficado sem barraca deveu-se à necessidade de expansão do parque habitacional. Ter-lhes-ão dito que teriam que sair durante algum tempo e voltar posteriormente para poderem habitar num outro espaço em Aljustrel, tendo chegado mesmo a existir uma promessa municipal, dizem-nos, de virem a ser realojados nesse novo espaço mas que não chegou a concretizar-se.

“Saímos de lá porque o presidente veio avisar que ao fim de uns anos... por exemplo que iam fazer umas casas lá. (...) disse “olha vocês saiam daqui, mas é por pouco, por meses”... estava por meses, estava por um ano “vocês saem daqui uns tempos a ver se eu arranjo p’rái um terreno da Câmara para vocês d’irem”, como arranjou o Santo.” (Homem cigano, 18 anos, Abril 2008)

Começam então um longo caminho cujos percursos são actualmente percorridos, em grande parte, por todo o Alentejo, mas também por alguns concelhos dos distritos de Santarém e Leiria e que se estende também a Espanha.

Depois de saírem de Aljustrel dirigem-se para Cuba onde conseguem ficar durante alguns meses, mas voltam a ser expulsos pouco tempo depois, devido à necessidade de construção de uma escola no lugar onde construíram a sua barraca. Apesar da estadia em Cuba ter sido curta, durou o tempo suficiente para estas famílias terem conseguido erguer aí uma barraca, à semelhança daquela onde viveram em Aljustrel e mais tarde em Évora. Tentativas de fixação que permitem detectar o desejo de poderem habitar num lugar certo, sem que se vejam forçados a “andar de um lado para outro”.

A perda de uma habitação fixa, ainda que vivessem numa barraca, teve como implicação que todos os núcleos tivessem que reconfigurar as suas redes relacionais. Por onde viajam mantêm principalmente relações casuais, fruto da impossibilidade de permanecerem nos lugares o tempo suficiente para encetarem relações mais duradouras e profundas. Pelo mesmo motivo, raramente recebem qualquer forma de apoio extra-familiar e a possibilidade de assentarem um dia numa terra em particular emerge-lhes sempre como algo muito vago, inatingível.

De novo na estrada seguem um percurso que, entrelaçado nas suas rotas idiossincráticas, os leva a Évora, ao que designam ser o “Bairro da Casinha”<sup>137</sup>. De acordo com o que nos foi possível apurar junto desta família, esta terá chegado a Évora entre 1994 e 1997.

---

<sup>137</sup> O “Bairro da Casinha”, tal como é chamado pelos vários elementos desta família, chegou a ser designado pela Câmara Municipal de Évora de Parque Temporário para Populações Nómadas. Trata-se de um descampado situado no final da zona industrial, confinando com o Parque de Campismo Orbitur e em frente ao Bairro da Casinha (núcleo de vivendas unifamiliares, inicialmente de génese ilegal). De acordo com os dados apurados por Sama (2010), este espaço poderá ter surgido na sequência da demolição, em 1987, de um conjunto de barracas que

O irmão de Conceição, Luís da Silveira, a quem actualmente chamam também de “Leão” – preparando a sucessão do seu pai Inocêncio<sup>138</sup> – nasceu em Mourão, numa das deslocações necessárias que a família terá realizado. Esta discrepância face aos lugares de nascimento de irmãos – Luís nasceu em Mourão, Conceição em Santiago do Cacém – cruza duas gerações. De facto, também os filhos de Conceição nasceram em diferentes lugares, como Aljustrel e Évora. Apesar de Conceição ter nascido casualmente em Santiago do Cacém, não conhecendo inclusive este lugar, o seu pai, Inocêncio da Silveira, tratado pelos familiares próximos e todos os Piricos (a sua “raça”) como “o Leão”, nasceu em Évora, na freguesia de Santo Antão, no início da década de 20 do século passado. Cedo viria a casar-se com Mariana, que é conhecida entre eles por “Espanhola”, de quem pouco mais sabemos excepto ser também prima direita do seu marido.

O lugar de nascimento configura um acaso que decorre das deslocações associadas à execução de várias actividades pontuais a que recorrem, nomeadamente, aos trabalhos sazonais na agricultura, à venda de roupa e/ou de animais e que lhes exige percorrer distâncias variáveis, com estadias em diferentes lugares, ao longo do tempo. No entanto, Évora emerge nos discursos dos vários elementos da família Torrão, como o local onde sentem pertencer. Se raramente se evoca este concelho como o local de nascimento de Inocêncio, nos anos 20, percebe-se que foi aqui que conseguiram permanecer mais tempo (cerca de 7 anos) e estabelecer uma ampla rede de relações intra e inter-étnicas que ainda hoje, em parte, se mantém activa.

---

existiam no Alto dos Cucos (situado entre o Bairro da Malagueira e de Santa Maria), vindo a ser ocupado por cerca de 50 pessoas, correspondendo a 10 famílias.

<sup>138</sup> Alguns nomes identificados, como “Leão” e “Notinha”, são aplicados a vários membros da família. Não sendo o lugar indicado para aprofundar este assunto, o uso de nomes que não os que constam do bilhete de identidade parece mantê-los ligados a uma dimensão da idiossincrasia familiar, de cada família, não sendo ouvidos noutros contextos, i.e. noutras famílias.

## 1.2. *Eu sou daqui. Eu sou alentejano. Eu sou português*

A ligação destas famílias aos lugares onde vão permanecendo implica ter em conta a dimensão da memória e dos laços afectivos (memórias dos mortos/antepassados, relação com outros familiares, amizades...), a dimensão pragmática da gestão da vida quotidiana (planificação das rotas profissionais, idas a médicos, relação com os serviços sociais) e o estatuto assumido pelos diferentes espaços que fazem parte do seu “território circulatório” (formação de espaços como etapas nas circulações ou como refúgios).

A ligação a um lugar específico parece não se verificar do mesmo modo no caso de Conceição, quando comparado com os dos filhos. Sabemos, pela observação de vários casos durante o trabalho de terreno que, nos casamentos ciganos, as mulheres deixam a casa e conseqüentemente a terra dos seus pais e passam a acompanhar os seus respectivos maridos, nos seus territórios de fixação e de circulação. No entanto, as narrativas dos seus filhos e filhas remetem sempre para uma ligação de pertença a Évora – uma reivindicação que ela ainda assim reforça em nome da família – e que é lá que devem poder viver. Percebe-se, contudo, em Conceição, que qualquer lugar onde possa vir a ter uma casa, essa pode ser a sua terra.

Poderá colocar-se a hipótese da ligação familiar a Évora poder ser percebida se considerarmos que Inocêncio “Leão”, pai de Conceição – que ainda viveu durante grande parte do decorrer desta investigação -, era natural duma freguesia dessa cidade. Também o modo de sobrevivência dos pais de Inocêncio assentava na venda e troca de animais muars. Esta actividade para além de por vezes exigir grandes deslocações no território, levava também a estadias prolongadas fora do lugar de onde a sua família sentia pertencer – Évora. Ainda hoje, juntamente com os seus descendentes, nutrem este sentimento de pertença a este lugar. Embora tivessem um raio mais amplo de circulação no território, Évora é mencionada afectivamente quando perguntamos pela feira São João<sup>139</sup>, que era uma feira “quase só de bestas”, na qual faziam “bom negócio”, conta-nos Inocêncio.

De acordo com a reconstrução biográfica que fizemos desta família, em lugares como Évora, Aljustrel, Elvas, a destruição de habitação<sup>140</sup> pelas autoridades locais, que passa não só pela

---

<sup>139</sup> Consultar o artigo de Sara Sama (2003) que faz referência às deslocações de algumas famílias ciganas para as feiras. Adolfo Coelho, apoiado no que um informador seu terá visto, diz que a feira de S. João em Évora era um lugar onde se reuniam “todos os ciganos alentejanos” (Coelho, 1892 [1995]).

demolição de barracas mas também pela destruição de oleados e abrigos, parece ter sido e continua a ser uma prática generalizada que atingiu várias vezes a família dos Sousa Torrão. Noutros locais, como Mora ou Alcáçovas, no distrito de Évora, detectou-se uma atitude de alguma tolerância, sem significar com isso a aceitação destas famílias como futuros residentes. Este acolhimento traduziu-se na possibilidade de estadias temporárias, por períodos não superiores a 3 ou 4 dias, ou na oportunidade de permanência temporária perante situações de emergência, nomeadamente devido a intempéries.

Perante a intransigência institucional com que se deparam quando procuram parar, a necessidade de evocar a nacionalidade, ou até mesmo a sua “regionalidade”, emerge face à incompreensão relativamente à situação em que vivem.

“Mas eu sou daqui. Eu sou alentejano. Eu sou português, não é? Eu sou cigano mas eu sou alentejano, português mas alentejano, mas não sou estrangeiro sou português.” (Diário de campo, Zé, 16 anos, em Évora, 14.12.2006)

Percebe-se, pelo rol de queixas e acusações que tecem a presidentes de câmaras municipais, por não os aceitarem ou por lhes dificultarem a permanência num dado concelho, que as relações que estabelecem entre si resultam, muitas das vezes, em tensões e no reforço da falta de confiança nas instituições.

A manifestação de uma maior hospitalidade no concelho de Mora, concretamente na freguesia de Pavia, poderia afigurar-se como uma possibilidade de fixação e de futuro acesso a uma habitação. No entanto, a ausência de referenciais identitários levam Conceição a evidenciar que “não é ali a sua terra e que eles não têm que os aceitar lá”. Também em relação a Aljustrel se verifica o mesmo tipo de afastamento. A maioria levou as suas vidas sempre fora desse lugar, nomeadamente por Évora e arredores, concelho no qual todos têm os seus registos de nascimento.

O enraizamento a Évora pode ver-se de dois prismas: segundo nos contam, foi onde tiveram o que dizem ser a sua casa – uma barraca no lugar da Casinha durante sete anos – e foi também o lugar onde os filhos de Conceição foram criados, onde frequentaram a escola e onde conseguiram permanecer fixos o tempo suficiente para estabelecerem relações de vizinhança e amizade. De facto, a mobilidade permanente exige-lhes que criem pontos de contacto, nomeadamente onde possam receber correspondência, e o tempo que viveram em Évora permitiu-lhes estreitar as relações de vizinhança.

---

<sup>140</sup>Ao longo do trabalho de terreno foi possível detectar o mesmo fenómeno com outras famílias, nomeadamente em Aljustrel, Cuba e Beja.

A ligação afectiva às terras por onde vão passando, seja neste caso pelo falecimento de um ente que lhes é querido, seja também no caso das convivências e amizades de escola, parece ter uma especial relevância, nomeadamente ao nível do discurso. É, assim, que aparece a referência a Cuba, como um local onde vários familiares foram enterrados, o que tende a revelar a centralidade que este lugar terá tido nas suas rotas. É também neste concelho que ainda hoje alguns dos elementos desta família têm o seu processo de RSI.

Desde que ficaram sem essa “casa” em Évora, todas as ligações extra-familiares dos Sousa Torrão são constantemente afectadas pelas suas deslocações. Não tendo um lugar fixo onde viver e onde possam encetar e desenvolver relações diárias, a nível escolar, profissional, de vizinhança, os Sousa Torrão mantêm, ainda assim, uma rede de contactos que é vital para a sua sobrevivência.

## **2. *Os nossos caminhos* e a complexa escolha dos lugares**

### **2.1. Um padrão de deslocações dependente dos recursos para a mobilidade**

Os vários núcleos familiares dos Sousa Torrão distribuem-se pelo território, conforme as pressões institucionais de que são alvo, das dinâmicas associadas à mobilidade, mas também de acordo com os recursos para a mobilidade de que dispõem. Estes recursos assumem, assim, um factor preponderante no planeamento e na prática da mobilidade, sobretudo quando se têm de percorrer distâncias mais longas. No caso da família Sousa Torrão, todos os núcleos convergem no Verão para Espanha, reunindo-se em Santa Marta e/ou em Mérida, para nessas terras realizarem trabalhos na vindima, mas também negócio cavalariço. As deslocações ao país vizinho podem ainda servir para resolver problemas relacionados com a saúde.

Percorrer distâncias longas de carroça implica planejar a duração das viagens para se atingir os objectivos pretendidos, já que as paragens são obrigatórias para descanso dos animais e das pessoas. Para além destas paragens, se a deslocação for para longe do local onde recebem a prestação do Rendimento Social de Inserção, como por exemplo para o Sul de Espanha onde vão trabalhar na vindima, terão de garantir ter à sua disposição um transporte rápido para se deslocarem a Portugal, de modo a receber a prestação mensal do apoio social e regressar a Espanha nesse dia para não perder a oportunidade de trabalho temporário que aí encontrou.

Um outro núcleo familiar, neste caso de um irmão de Conceição, que se faz transportar de automóvel, pode planificar a sua vida de um outro modo e ter um leque mais amplo de ofertas



de trabalho. Pode estar, por exemplo, até meio de Agosto no Cadaval para a apanha da pêra e no dia seguinte estar já no sul de Espanha, reunido com a restante família, para a vindima.

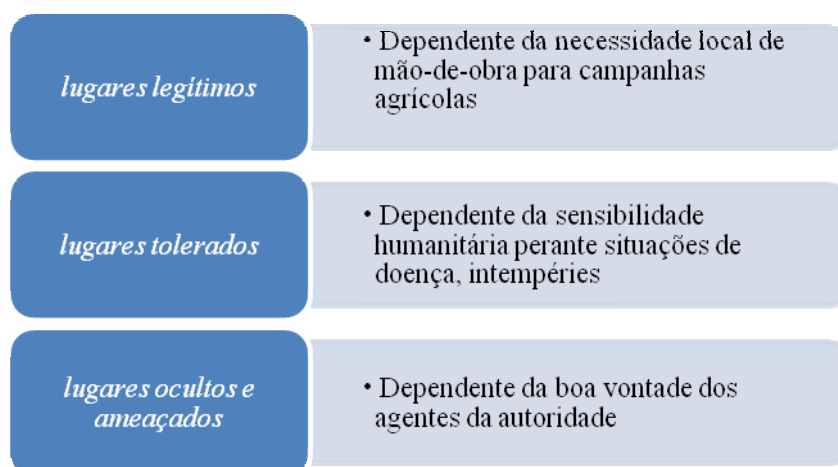
Um terceiro núcleo familiar dos Sousa Torrão, de Emílio, o filho mais velho de Conceição, pode optar por apenas permanecer em Porto Alto durante todo o ano se os rendimentos resultantes do negócio que aí consegue manter com a troca de animais assim o justificar. No entanto, esta fixação terá que se dispersar por diferentes locais do concelho, em função da tolerância das autoridades locais à sua presença.

## **2.2. A escolha dos lugares e o espaço dos acampamentos: a manifestação do capital espacial**

A escolha dos lugares para permanecer por parte desta família configura os seus polígonos de vida. Esta configuração decorre das suas estratégias de mobilidade e obedece a um conjunto de critérios que permitem identificar diferentes tipos de lugares passíveis de serem habitados, em função do tipo de espaço que lhes é permitido ocupar e do tempo que aí podem permanecer.

Ao longo das rotas percorridas existem, assim, diferentes tipos de lugares que traduzem o tempo possível de permanência em determinada localidade: i) *lugares legítimos* com a disponibilização, ou não, de um conjunto de condições que facilitam a permanência e que geralmente se encontra associada à necessidade local de mão-de-obra para campanhas agrícolas; ii) *lugares tolerados*, ou seja, espaços dispersos no território, nos quais as autoridades toleram que estas famílias porem, independentemente de terem obtido qualquer forma de autorização formal para essa paragem, mas impondo-se um número limitado de dias para a sua presença; iii) *lugares ocultos e ameaçados*, pouco visíveis para quem passa, nomeadamente nas traseiras de complexos desportivos, atrás de cerros, nos quais a tolerância de permanência depende da boa vontade dos agentes da autoridade.

Figura 9: Tipologia de lugares de permanência



Se a presença de outros familiares é um aspecto, como veremos, importante quando optam por determinados lugares, nomeadamente por representar protecção e entreajuda, os aspectos físicos e morfológicos dos lugares por onde circulam são também tidos em conta pelas famílias na decisão de parar. Assim, se procuram lugares onde consigam acesso a água e a electricidade – embora esta seja secundária em relação à primeira – mostram ter preocupação com a pouca visibilidade desse espaço, que convém ser amplo para detectarem visual e facilmente quem chega. São igualmente aspectos importantes a proximidade de albufeiras para pescar; de árvores e arbustos para protecção do sol, para lenha com que cozinham e se aquecem; de pontos de obtenção de alimentos, como supermercados, mercearias, cafés, mas também de lixos, ou ainda de pastos para alimentar os animais.

A configuração espacial dos “acampamentos” assume a sua relevância analítica por traduzir diferentes formas de apropriação do espaço em função do tempo que lhes é permitido permanecer. Ao longo do período de trabalho de terreno, estas famílias raramente estiveram mais de sete dias no mesmo lugar. Desta forma, optou-se por escolher o “acampamento” em Elvas como referência de análise das formas de apropriação do espaço, dado que foi um local onde permaneceram mais dias, concretamente, três semanas. A estadia destas famílias em Elvas está directamente associada a uma rota de sobrevivência, que percorrem quando planeiam dirigir-se para Espanha, tanto para realizar trabalhos sazonais, como quando vão em procura de cuidados de saúde específicos. Embora nenhum familiar seu viva em Elvas, todos os núcleos da família alargada efectuem esta paragem, parecendo, assim, assumir o estatuto de entreposto no acesso a outros lugares.

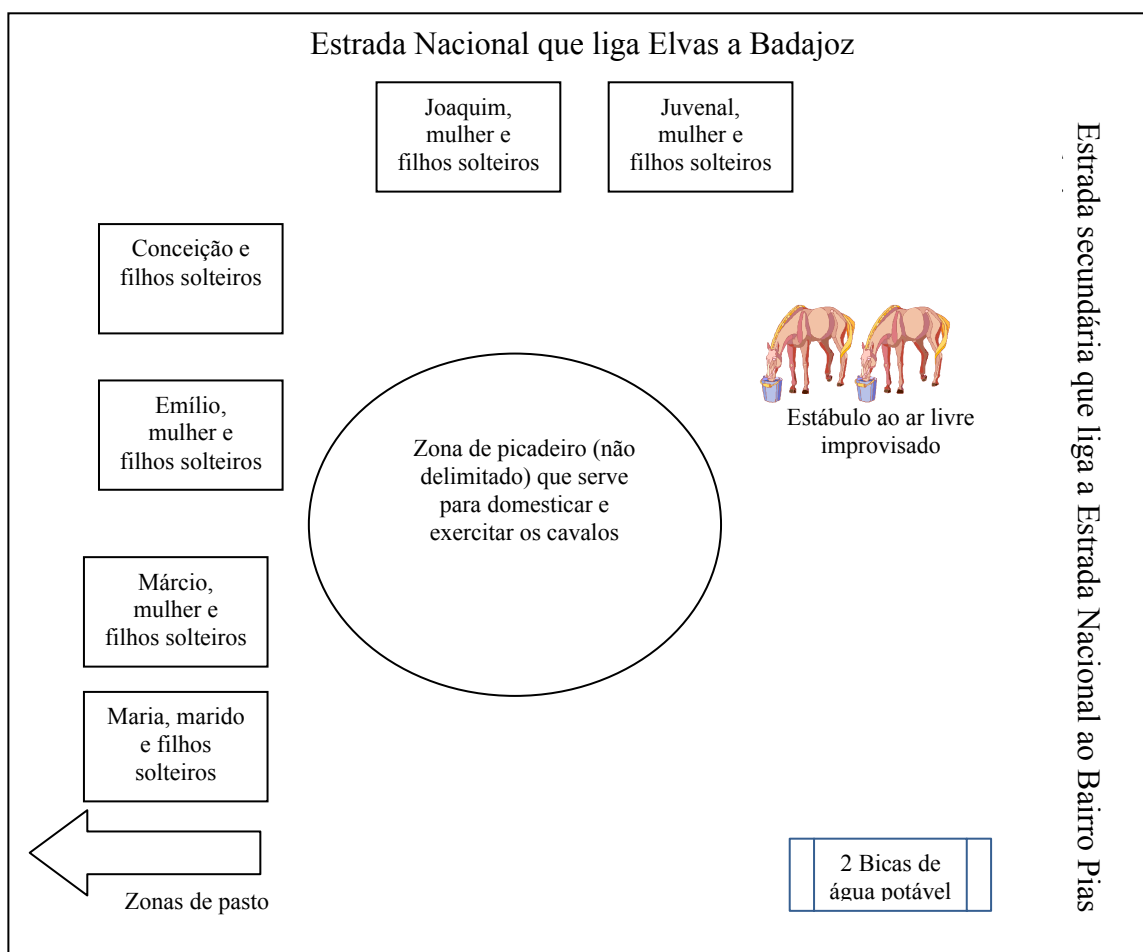
Chegam a Elvas após quatro dias de terem sido expulsos de Évora. Ficam num terreno particular, com permissão do dono, num caminho de terra paralelo à estrada que liga a Estrada Nacional ao Bairro das Pias<sup>141</sup>. A possibilidade de uma estadia mais prolongada leva Zé a dizer que embora não os deixem permanecer o tempo desejado avisam-nos com antecedência que terão de sair.

Este foi o acampamento onde vimos reunidos todos os núcleos familiares dos Sousa Torrão, excepto o pai e a mãe de Conceição. Para além de Conceição com os seus filhos solteiros, encontravam-se também os núcleos dos seus dois filhos (Emílio e Márcio) e de uma filha (Maria). Presentes estavam ainda dois tios da mulher de Márcio (Joaquim e Juvenal) de Vila Alva (concelho de Cuba). Um elemento transversal aos vários locais de permanência desta família prende-se com a localização de algumas das tendas: estando presente o filho mais velho de Conceição, Emílio, a sua tenda é a que fica mais próxima da mãe. A configuração alveolar dada pelas famílias presentes neste espaço permite corroborar as conclusões alcançadas por Reyniers (2004) relativamente à relação entre a disposição no espaço do habitat móvel e o tempo de permanência, já que a disposição longitudinal das tendas no terreno tende a estar mais associada a períodos de estadia mais curtos ou incertos.

---

<sup>141</sup> Este bairro, exclusivamente ocupado por famílias ciganas, é construído em 2001, numa zona periférica de Elvas, para realojar 40 famílias ciganas (260 pessoas) que se encontravam a viver em barracas numa zona central da cidade. A existência de um Projecto de Luta Contra a Pobreza, que decorreu entre 1999 e 2002, permitiu apoiar este processo, mas após o seu término o bairro parece ter caído no esquecimento das instituições locais. Segundo uma funcionária da autarquia, entrevistada em 2004 no âmbito de um outro projecto, “houve uma ruptura total, mas mesmo total. As verbas que vinham do projecto acabaram e depois não houve aposta por parte de mais nenhuma entidade”.

Figura 10: Configuração de um acampamento dos Sousa Torrão (Março 2007)



A ocupação dos vários espaços que constituem um “acampamento” organiza-se através das actividades que cada um desempenha neste espaço. Os homens afastam-se das tendas para apanhar alimento para os animais, ou então para comprar alguns bens ou ainda para fazer algum negócio, enquanto que as mulheres tendem a ocupar o seu tempo a lavar a roupa, buscar água, tratar das crianças. Por seu turno, os idosos permanecem sempre no acampamento, ao passo que os jovens têm saídas frequentes ao longo do dia.

As noções sobre o espaço externo à tenda ligam-se, entre outras coisas, à alimentação e ao convívio, criando-se uma divisão entre o que é o espaço das refeições e o espaço em que brincam as crianças e os jovens. O espaço a que chamam de “copa” fica à entrada da tenda, onde se acende o fogo, se confeccionam as refeições e também onde se come e onde se bebe café. É também um espaço onde se conversa.

“Enquanto jantava na “copa”, em frente à entrada da tenda, Conceição berrou ao filho do Luís: “Não entres, fica aí fora!”. Não havendo nada físico que delimite o dentro e o fora, existe no entanto essa noção de que para comer fica-se dentro de um espaço, que difere dos restantes, que o flanqueiam.” (Diário de campo, 25.09.2007)

Apesar de dormirem em “camas” (é assim que lhe chamam), estas são guardadas na carroça todos os dias sem excepção. Sempre que se levantam, as mulheres presentes dobram e guardam os lençóis e os cobertores que servem não só para cobri-los como formam a própria cama, no chão. Esta forma de sistematização dos bens essenciais, como aqueles que proporcionam conforto nas horas de descanso, revela a interiorização de um estatuto particular na forma de habitar, concretamente de “passante”, ameaçado pela necessidade de a qualquer momento ter de retomar a viagem, dificultando, assim, o alargamento das modalidades afectivas de relação ao lugar e ao espaço do habitat.

Não é de estranhar que numa visita a casa do investigador, num prédio em Lisboa, ao dormir numa cama, um dos elementos da família, Márcio de 19 anos, tenha exclamado: “Vou dormir numa cama de ferro!”. No entanto, já perto das 3:00h, uma frase proferida permite descobrir que para o Márcio a “cama” dele – que fica no chão, sempre junto da mãe e dos irmãos e das irmãs – lhe dá, provavelmente, uma sensação de protecção e de segurança, ainda que ao relento e correndo o risco de receber visitas inesperadas, que ele não consegue experimentar numa cama num apartamento em Lisboa.

“Se eu dormisse na minha cama acordava mais tarde, às 9. Agora aqui, noutra cama acordo cedo... acordo porque só estou a pensar que alguém pode aparecer aos animais, estou alerta, pois...” (Diário de campo, Márcio, 19 anos, Lisboa, 26.06.2007)

Outra das noções importantes prende-se com o facto de disporem a cama do investigador de formas diferentes em função dos contextos em que se encontram. No acampamento de Alcáçovas a cama fica à parte, não muito, mas um pouco mais acima no terreno. Todos os elementos presentes ficam com a mesma disposição no terreno: pés virados para Alcáçovas, cabeça virada para o lado do Parque de Campismo de Évora/rotunda do supermercado Modelo, ou seja, com os pés virados para o centro da cidade de Évora e também para o caminho por onde chega a guarda, ou aproveitando apenas o declive do terreno para assim colocar a cabeça mais alta que as pernas e pés.

Já no acampamento em Espanha a experiência foi totalmente diferente, na qual o investigador se sentiu isolado de todos os elementos da família. Em Santa Marta, em Zafra, só o investigador dormiu ao relento, próximo do seu carro. Eles ficaram debaixo dos panos que formavam uma forma de tenda triangular. Conceição, com muita delicadeza, disse: “Fica aí,

fica perto do teu carro para o guardar melhor”. Seria uma ideia incomportável para ela, o investigador, um “senhor” (para eles uma pessoa que não é cigana), dormir debaixo dos mesmos panos que uma filha que está ainda em idade para casar.

### 2.3. Imperativos de mobilidade e a complexa escolha de lugares tolerados

Cada agregado familiar tem um percurso a que chama de “o nosso caminho”, ou “a nossa estrada”. Existem, para estes núcleos familiares, vários “nossos caminhos” que podem ser percorridos: a) por questões de saúde e familiares; b) para garantir modos de sobrevivência através de trocas comerciais e de trabalhos sazonais na agricultura; c) para procurar apoio social.

As deslocações assinaladas no mapa seguinte configuram não só o percurso biográfico georeferenciado da mulher mais velha desta família e da sua ligação a Évora, mas também ilustram como as rotas actualmente percorridas por vários elementos da família, ancoradas nas suas redes de conhecimento e entajuda, são parte crucial dos seus modos de sobrevivência.

Mapa 3: Cartografia dos polígonos de vida de Conceição



**Foto 1: A família Sousa Torrão em movimento**



### **2.3.1. Saúde e família**

Entre os vários motivos que presidem às deslocações destas famílias figuram acontecimentos de índole familiar: os casamentos, seja na forma de “fugimento”<sup>142</sup> ou de união combinada pelos pais; os nascimentos e a morte. Cuba, como vimos, é um dos lugares a que mostram ter uma ligação afectiva, pelo facto de vários antepassados seus terem aí sido enterrados.

Todos estes acontecimentos acabam por revelar a centralidade da família na estruturação dos modos de vida, procurando-se regularmente a proximidade familiar como forma de protecção e entreajuda. Estas estratégias, como se verá mais adiante, traduzem formas de reprodução social onde se jogam relações de poder, nem sempre isentas de conflitos, mas onde a questão das alianças matrimoniais exerce um peso significativo.

Os casamentos são motivos para as várias famílias se deslocarem, nalguns casos centenas de quilómetros, para um lugar em particular, chegando por vezes a juntarem 500 pessoas acampados num mesmo espaço. Estas reuniões familiares implicam sempre um contacto com as autarquias locais para se desencadear o processo de cedência do espaço para a festa de casamento. Para o efeito, recorre-se à ampla rede familiar, dado que a situação de mobilidade em que vivem mantém-nos ainda mais afastados das instituições do que aqueles que estão

---

<sup>142</sup> Este tipo de casamento ocorre quando há um acordo entre o homem e a mulher que fogem, mas em que os pais discordam dessa união. Se os jovens permanecerem fugidos mais de três dias, o casamento terá de ser concretizado para não se por em causa a honra da mulher. Parece também existir casos de “fugimento” por razões económicas, pois ao ficar consagrado o casamento evita-se as despesas de realização da cerimónia.

fixos num sítio, mesmo vivendo em barracas. Conceição refere, por exemplo, que o casamento do filho será em Reguengos por terem um “sítio para estacionar”.

O nascimento de crianças é um outro momento que pode juntar os vários núcleos familiares, mas parece ser dada uma maior importância quando o que acontece é a hospitalização ou a morte de familiares. Se um casal cigano está em dificuldades financeiras pode não comparecer no casamento de um seu parente ou familiar, mas este não será um argumento que possa utilizar para justificar que não visita alguém que foi hospitalizado ou que faleceu. A possibilidade de permanecer próximo dos familiares é, assim, um aspecto central na escolha do lugar onde se pára, pelo que os percursos aparecem associados aos vínculos familiares.

A proximidade familiar quotidiana da família Sousa Torrão tende a verificar-se, sobretudo, ao nível da descendência/ascendência directa. Após o casamento, esse panorama muda, mas com diferenças consoante seja a emancipação de uma filha ou a de um filho que esteja em causa. No primeiro caso, a filha afasta-se do núcleo pai/mãe e/ou avô/avó para viver com o seu marido e acentua-se com o nascimento dos seus filhos. Com o casamento do filho a proximidade no território é mantida por ambos os núcleos, o do pai/mãe e o novo núcleo do filho e a sua mulher. Quando se assiste à presença de vários núcleos familiares no mesmo lugar, como foi, por exemplo o caso do acampamento em Elvas (cf. Figura 10), esta situação pode traduzir a necessidade de reunião para participar nalguma actividade económica, mas também de maior protecção. Esta pode ser entendida como forma de se defenderem das aproximações mais violentas que as forças de intervenção por vezes praticam, numa lógica de “o número faz a força”, mas também como modo de amparo emocional face aos estados de debilidade física que alguns atravessam. A ajuda entre familiares também se verifica no caso de ser necessário fazer viagens, seja com a finalidade de efectuar um negócio, seja com o intuito de receber a prestação do RSI, como aconteceu quando estavam em Espanha para a vindima.

Também o estado de doença é um ponto central a ter conta quando se observam as deslocações desta e de outras famílias. Em várias ocasiões nos apercebemos das extensões familiares dos Sousa Torrão, em ocasião de acidentes sofridos, ou simplesmente em períodos de doença que afectaram alguns dos elementos da família. São as situações mais dramáticas, como acidentes de viação graves ou estados de doença crónicos, que levam mais familiares a estarem presentes nos hospitais, ainda que estas ocasiões apresentem algumas nuances. Os laços directos entre progenitores e respectivos descendentes implicam, em caso de doença, indubitavelmente, a



presença de ambos no meio hospitalar. Os tios, irmãos e irmãs do pai ou da mãe, obrigam igualmente a uma visita. Um homem que esteja hospitalizado não tem que ser visitado pela mulher do seu irmão. Pelo menos no caso particular de se tratar de uma viúva que tenha que olhar por filhos pequenos e se esta tiver filhos, já mais velhos, que possam ter essa consideração pelos seus tios, quando enfermos, em lugar da mãe deles. Numa frase, algo enigmática, Zé, o filho de Conceição diz:

“Então, eu tenho que vir visitar o meu tio agora, porque se não ó pois ele não faz o mesmo por mim um dia quando eu estiver assim.” (Diário de campo, Zé, 26.06.2007)

Estas visitas hospitalares, ou o acompanhamento de familiares em viagens por motivo de doença, são ligações que se criam e se mantêm entre familiares directos mais próximos, isto é descendentes e ascendentes, mas que também se verificam, no caso masculino, entre compadres<sup>143</sup> e entre cunhados. Alguns dos familiares de Zé, nomeadamente os cunhados, mantêm ligações a outros familiares e parentes que vivem no Algarve, na altura em Vila Real de Santo António, por ocasião de terem lá um “parente muito doente”.

Se estas deslocações obedecem a critérios fixos como o da localização dos hospitais para onde os familiares e parentes são transportados (como aconteceu com Afonso e Conceição), noutras situações parece haver uma busca inquieta, mas não desorientada, de um lugar onde consigam encontrar uma cura para os seus enfermos que parece ter início nos hospitais, mas que a estes não se confina.

“O mal dele [filho] é que foi embruxado, alguém que quis mal. (...) O gaiato levou 8 dias sem comer. Depois comeu 8 sardinhas, havia 8 dias que não tinha comido, parece que foi à conta... uma salada de tomate, cheguei a pontos de tirar comer do Andrés para lhe dar! Foi aos melhores hospitais dentro de Lisboa, hospital de S. José, hospital de S. Maria, hospital da Estefânia, o melhor hospital da clínica de Santarém que chama-se Beatriz, chama-se Alcaria queimada, hospital de Santarém, paguei 18 contos da consulta dele. Paguei noutra clínica 12 contos mais, outra clínica em Vila Franca, que é das melhores que há, paguei 13 contos, também nada. Albufeira, que é a melhor do mundo, também não descobriram nada. Só aquela senhora, aquela curandora (curandeira) é que o curou.” (Diário de Campo, Emílio, em conversa com Márcio, Zé, Luís e restante família, 01.04.2008)

De outra ordem são os lugares que esta e outras famílias percorrem ao longo das suas rotas que podem variar se houver necessidade de efectuarem algum desvio, nomeadamente se alguém adoecer. É o que sucede num terreno privado, em Elvas, onde esta família permanece algumas vezes por ano na sua rota que a leva a Espanha, mais particularmente a Badajoz. Conceição encontra na assistência médica da instituição hospitalar desta região uma resposta que julga ser mais adequada ao seu estado de saúde, nomeadamente por não a operarem. Apesar de referir não possuir quaisquer ligações familiares a esta terra, esta opção também acaba por ser vantajosa, na medida em que as autoridades permitem que a família se reúna para a apoiar.

---

<sup>143</sup> O casamento de um homem e de uma mulher faz com que os pais de cada um deles se tornem compadres.

O caminho que optam por seguir é, assim, escolhido de acordo com a rota que pretendem fazer, que tem sempre um objectivo específico: a realização de um negócio, o internamento hospitalar de um familiar, a assistência familiar na morte de alguém, a participação em cerimónias festivas.

### **2.3.2. Territórios das “raças” e gestão das fronteiras**

A manutenção de divisões territoriais assenta, principalmente, numa forma de organização supra-familiar, a que os próprios denominavam de “entre raças”. A ideia de que se é de uma ou de outra raça implica, entre outras coisas, ter-se as noções dos lugares e dos territórios, bem como dos seus limites, ou seja, compreende a manutenção de fronteiras intra-étnicas. Isto quer dizer que há uma gestão do território que obedece a uma simbolização do espaço que percorre, por exemplo, as áreas económica e matrimonial, tendo como consequência reconfigurações muito peculiares do espaço usado.

O reconhecimento de que há lugares e territórios de umas e outras famílias e o controlo dos mesmos, parece confinar-se a uma área íntima da vida das famílias que tende a não ser revelada em profundidade. As referências aos territórios das raças, da sua e de outras que conhecem, estão ligadas a várias noções, podendo nuns casos oscilar entre divisões norte/sul, noutros casos distinguindo entre Alentejo, Ribatejo e Algarve, mas também podem indicar lugares de uma região, como no caso dos concelhos de Cuba ou Vidigueira no Alentejo.

Esta organização, assente em preocupações com o acesso a lugares de estadia e/ou de negócio, faz-se através de autorizações negociadas com os mais velhos das famílias que residam num dado lugar. Neste sentido, as famílias sem-casa encontram-se em óbvia desvantagem relativamente àquelas que se fixaram há mais tempo numa dada localidade. É a este nível que as alianças de amizade que se encetam entre estes dois tipos famílias se revelam ser um elemento fulcral para a sobrevivência das primeiras.

No caso dos Sousa Torrão, parece não existir situações de conflitos intra-étnicos – os denominados “contrários” -, ou de qualquer outra forma de organização intra-grupal violenta que os impeça de circular livremente pelo território. No entanto, a existência de tensões entre famílias implica uma reorganização espacial, garantindo que pelo menos durante um determinado período de tempo essas famílias não se cruzam.

“Isto é assim, pronto ‘tô aqui parado, ‘tô mal contigo, isto é um terreno, eu estou aqui parado, estás tu parado aqui, abalas tu, ‘tô eu já não passas tu mais aqui. Se eu cobrir a minha terra, tu não vais para a minha zona, que eu não vou para a tua.” (Entrevista Zé, 23.04.2007)

### 2.3.3. Alianças matrimoniais e reconfiguração espacial e social

As dimensões geracional e de género, presentes em todas as vivências microfamiliares dos sujeitos, configuram situações de controlo por parte dos adultos sobre a sexualidade dos seus filhos, mas dinamizam, também, num outro nível mais amplo, alianças entre famílias, em regra, pertencentes a uma mesma “raça”. Estas dimensões presentes nas formas de organização social das famílias em estudo exercem a sua influência nas dinâmicas de mobilidade e na configuração dos seus “polígonos de vida”.

Quando um homem e uma mulher estão para casar, a aliança matrimonial pode realizar-se de duas maneiras: i) organizando-se um casamento, que é público, no qual o ponto central é a prova, que é privada, da honra através da verificação da virgindade da mulher, ou então ii) efectivando-se um “fugimento” ou “rapto”, ou seja, de um casamento de acordo entre o homem e a mulher que fogem, mas sem o consentimento dos seus pais. Trata-se, pois, de uma modalidade de iniciar o processo de casamento que implica mobilidades excepcionais, também elas temporárias, na medida em que, executado o acto, todos os núcleos familiares ajustam as suas vivências a uma nova união.

A dimensão de género revela-se pertinente para esta análise, na medida em que se articula com o tema da mobilidade espacial, pois estas famílias experimentam “fugimentos” e casamentos, através dos quais as mulheres saem do seu grupo familiar para entrarem no grupo familiar dos respectivos maridos, resultando num acréscimo de pessoas neste último, mas num decréscimo na família da mulher. Esta situação pode justificar o desejo generalizado de ver nascer filhos do sexo masculino, tal como foi expressado por Zé perante a questão de gostar mais de ter um filho ou uma filha, sabendo na altura que a sua mulher se encontrava grávida.

Num “prometimento” um menino e uma menina, preferencialmente primos direitos, ou “primos irmãos”<sup>144</sup> como os nossos interlocutores preferem chamar, ficam prometidos um ao outro, pelos respectivos pais, esperando estes que os filhos venham a casar mais tarde, quando forem “adultos”, que pode ser a partir dos 12, 13 anos de idade. Os prometimentos e a

---

<sup>144</sup> São “primos-irmãos”, segundo os interlocutores ciganos, quando há uma união conjugal em que o pai do rapaz que se casa é irmão do pai da rapariga e a mãe da rapariga é irmã da mãe do rapaz.

concretização de alianças matrimoniais endogâmicas no grupo amplo de parentes reforçam os laços familiares, mantendo a família, e no limite a “raça”, mais forte, coesa e homogénea.

A título de exemplo, refira-se o caso de Zé. Este jovem namorou com uma prima sua – V – desde os seus 13 anos, mas recentemente uma outra prima – M – decidiu casar com ele. Apesar de ele em certa altura, com aval da sua família, ter mostrado interesse em casar com a primeira, o pai dela, tio paterno dele, recusou. Segundo nos foi permitido perceber, havia um “prometimento” anterior e que face ao “sim” desta última prima, Zé não teve outra saída se não casar com ela, embora tenha manifestado não o desejar. O pai de V, que inicialmente não queria ver a filha casada com Zé, acaba por se mostrar arrependido por não ter consentido o casamento. Uma decisão de Zé que fosse contrária a realizar o casamento originado pelo “prometimento”, poderia originar uma tensão e até mesmo precipitar alguns conflitos intra-familiares, dado que ambas as primas (potenciais noivas) são filhas de tios paternos seus. No caso ilustrado a função do prometimento em questão, efectuado anos antes pelos pais dos dois jovens, sobrepôs-se ao desejo de dois dos jovens, quando estes queriam casar-se, fora do “prometimento” parental.

Ficou também patente que os núcleos familiares que constituem a família alargada liderada por Conceição se encontram mais dispersos e que se reconfiguraram as alianças no seio da família: os dois filhos de Conceição recém-casados estão menos na companhia da sua mãe e encontram-se menos vezes.

Dentro das deslocações voluntárias destas famílias incluem-se as que pretendem manter primos e primas afastados, no sentido de evitar que se namorem e possam fugir, sendo o inverso também verdadeiro, isto é quando dois núcleos familiares se deslocam no sentido de se encontrarem, quando o desejo é o de vir a casar um primo e uma prima, cada um deles fazendo parte de um núcleo diferente.

O nível geracional emerge por se registarem, pelo menos há três gerações, casamentos entre primos direitos, mas também por serem os mais velhos que são chamados a reunir para decidir sobre os mais novos, em regra sobre assuntos relacionados com prometimentos, fugimentos, matrimónios, e/ou com quebra de regras ligadas a estes acontecimentos.

Os casamentos que envolvam elementos de diferentes famílias ciganas, especificamente no caso daqueles sem-casa, tendem a representar a manutenção do estatuto sócio-económico, ou

seja, raramente se encontram casos de mobilidade social ascendente resultantes de alianças entre famílias.

Mesmo quando se está perante um caso de “fugimento” quebra-se, com alguma frequência, uma das “leis ciganas”, ou seja, quando face ao “fugimento” que devia ser respeitado por ambas as famílias, a família da mulher que foge invade o acampamento dos pais do homem “fugido” para regressar com a primeira. Esta situação ocorreu durante o trabalho de terreno em que um dos irmãos da “fugida”, em concordância com os pais, foi buscá-la ao acampamento em Elvas. Zé diz que, “pela lei dos ciganos, eles não podiam fazer isso”, mas já o fizeram por duas vezes. Talvez a situação socio-económica em que estas famílias (a Sousa Torrão e outras em condição semelhante) vivem, lhes retire algum poder para se imporem e, no fundo, fazerem cumprir a lei cigana. Mas também é verdade, segundo nos dizem os próprios ciganos sobre a “lei cigana”, que o “fugimento” só se reconhece como casamento quando o casal “fugido” fica pelo menos três dias distantes dos pais da mulher.

Parece ser certo que os pais podem não querer que uma filha case com um homem com um estatuto socio-económico inferior, como se assistiu também no caso de uns parentes dos Sousa Torrão que vivem em Vila Alva. No entanto, foi possível registar outro tipo de situações, como o caso de Ana Cristina, actualmente casada com Emílio, um dos filhos de Conceição. Quando casou saiu da casa/barraca dos pais em Vila Alva para passar a viver debaixo de panos com o marido. Este é o exemplo de que, nalguns casos, a mulher pode passar a viver em condições mais precárias<sup>145</sup>.

Um outro elemento central prende-se com a organização dos núcleos familiares que passa pela sua autonomia, desde o momento em que se dá a aliança matrimonial. Esta autonomia implica que o pai e a mãe consigam ter filhos e filhas e criá-los junto de si, sendo isto um aspecto central e prioritário também para a família em sentido mais alargado.

O casamento de um homem e de uma mulher faz com que os respectivos pais se tornem compadres, e isto liga-os de alguma forma. Esta ligação reconfigura também a sua rede de conhecimentos, ampliando-a e aumentando assim as possibilidades de lugares para a realização de negócios, mas também fazendo crescer as hipóteses de escolha para os futuros casamentos dos restantes filhos.

---

<sup>145</sup> Noutros locais foi possível assistir a situações semelhantes. No caso da mulher de um cigano da Vidigueira, ela saiu de uma casa, dos pais em Portel, para ir viver com o marido e o filho numa barraca na Vidigueira, onde já vivia o marido com os seus pais. Outra mulher, que vivera com os pais numa barraca na Vidigueira, quando casou foi viver para Moura, onde teve que construir uma nova barraca com o marido no bairro do Largo da Feira Velha.

À medida que as gerações avançam, os percursos residenciais destas famílias reconfiguram os anteriores padrões, traduzidos por uma alternância entre a situação de casa/barraca e a de lonas ou panos, bem mais precária. Assim, uma família que já viveu numa barraca, num sítio fixo, poderá voltar à situação de mobilidade forçada e sem encontrar um lugar para poder permanecer de forma duradoura.

Ainda no que diz respeito à autonomia económica de cada casal, as novas famílias dão continuidade às actividades que os seus pais e os seus avós já praticavam, ou seja, o comércio de equídeos e muares, as campanhas agrícolas sazonais.

Os vários núcleos familiares desta família alargada orientam as suas actividades de forma autónoma, mas ao articularem entre si os vários conhecimentos que cada sujeito detém, bem como as suas redes de contactos, laborais e assistenciais, funcionam em conjunto. Em tempos de crise, pelo menos de um ou dos vários núcleos, esta organização inter-familiar é a noção basilar desta estratégia de sobrevivência. Os núcleos familiares que conseguem manter posse de uma viatura durante maior período de tempo, por exemplo, são também aqueles que, obviamente por se deslocarem mais rapidamente do que os que se movimentam de carroça, conseguem poupar mais dinheiro, vivem em condições ligeiramente menos precárias e, conseqüentemente, estão em posição de suprir as privações de que outros núcleos possam transitoriamente passar. O facto de, na família alargada, existir mais do que um núcleo munido de viatura, permite-lhes agir num caso de emergência, seja este por questões de doença ou por questões de negócio. A informação recolhida no âmbito deste Estudo de Caso permite afirmar que se desenvolvem mecanismos de apoio entre os núcleos familiares de uma mesma família alargada, em regra com laços de parentesco entre si, e entre famílias que criaram laços matrimoniais.

Apesar de se poder estabelecer a hipótese de que as ligações matrimoniais e comerciais se encontram, de algum modo, inter-relacionadas, noutras situações foi possível perceber a existência de um conjunto amplo de relações com outras famílias, embora sem se compreender aprofundadamente o seu peso. Por exemplo, em Lisboa, aquando das visitas a um tio de Zé que tinha sido hospitalizado após um grave acidente, deparámo-nos com um grande número de familiares, o que configura uma rede vasta de conhecimentos e permite uma segurança e apoio quase constante onde quer que se encontrem no território. Ficou claro, a partir deste caso de reunião familiar, que as relações da família Sousa Torrão tocavam ainda algumas famílias de Beja, concelho no qual sabemos que têm actualmente alguns familiares, nomeadamente em

Mombeja, mas percebemos que a extensão dessas relações envolve relações de parentesco que remontam ao tempo em que o pai de Zé ainda estava vivo.

#### 2.3.4. Trabalhos sazonais, negócios e trocas

As famílias que constituem este Estudo de Caso parecem ter “encalhado” em velhas profissões, entre as quais o comércio de muares, criando assim verdadeiros nichos de negócio nos quais os portugueses ciganos são como *middlemen*<sup>146</sup> (Bonacich, 1973). No entanto, ao invés do que Bonacich identificou para os imigrantes que estudou, a inserção dos ciganos neste nicho económico parece não se traduzir na melhoria mais ou menos generalizada das suas condições de vida, ou numa mobilidade social ascendente, configurando antes uma forma de comércio que está inserida numa estratificação social intra-étnica, embora à margem da economia formal.

A ocupação destes nichos, que pressupõe mobilidade espacial, faz com que tenham de enfrentar, nas suas deslocações e permanências em determinados concelhos, um conjunto de pressões policiais, autárquicas e também das populações locais.

Todas as viagens são realizadas em carroças movidas a tracção animal ou em automóveis comerciais. Independentemente do carácter mais ou menos forçado das deslocações sucessivas que estas famílias efectuam, estas configuram, na prática, uma dispersão das famílias ao longo de dezenas de concelhos, abrangendo seis distritos portugueses (Évora, Beja, Portalegre, Leiria, Santarém, Algarve) e ainda parte do território espanhol.

Esta dispersão no território, em resultado de longas viagens, de duração variável em função do meio de transporte utilizado, gira em torno da sobrevivência da família, que melhora ou piora ocasionalmente, mas sempre vivendo de modo precário: as multas de que por sucessivas vezes são alvo; os arranjos das carrinhas devido a acidentes regulares; os muitos quilómetros, que implicam elevados custos em gasóleo; os baixos rendimentos de trabalhos precários e incertos.

As redes familiares, ampliadas por alianças matrimoniais, dinamizam de algum modo a troca e o negócio de animais, uma actividade que não só se mantém activa como aparenta ser um pilar

---

<sup>146</sup> A partir do conceito de *middelman minorities*, desenvolvido por Blalock (1967:79-84), Bonacich apresenta um modelo que procura explicar o desenvolvimento e a persistência desta forma. Estes trabalhadores, em geral, não estabelecem relações duradouras com a sociedade envolvente; mantêm e reforçam, contudo, os laços étnicos regionais e mais amplos, pois trata-se de relações que tendem a suceder-se nos projectos de vida destes trabalhadores.

importante na gestão socio-económica da vida destes ciganos. No entanto, esta actividade não lhes proporciona ganhos regulares, nomeadamente pelos constrangimentos associados à fixação a um lugar, pela dificuldade de se movimentarem com facilidade e rapidez, e pelas condições deficientes em que são criados e mantidos os seus equídeos e muares.

Na perspectiva desta família, o comércio de animais é sazonal. Por um lado, fica intercalado com outras actividades. Por outro lado, obedece aos períodos das gestações dos animais. Por fim, porque nos meses em que o mau tempo se prolonga e intensifica estas famílias não possuem meios nem condições adequadas para guardarem os animais para posteriormente serem vendidos.

Esta área de negócio parece ser simbolicamente relevante. Por exemplo, uma mulher cigana pode ser chamada de “Lusitana”, ou de “pura portuguesa”, o que lhe confere, aos olhos dos homens, um estatuto importante, como uma cigana com palavra, uma verdadeira cigana.

O negócio de animais é também o campo da inter-etnicidade. Comprar e vender animais envolve, muitas das vezes, contactos com determinados “senhores” ou “paítos” – como chamam aos que não são ciganos – que, em regra, provêm de relações familiares antigas. É de frisar que muitos “paítos” negociam com os ciganos, entrando, deste modo, no sistema económico destas famílias e representando um canal de relacionamento entre diferentes grupos sociais.

Dada a sazonalidade desta forma de comércio, bem como de outras actividades que constituem as suas fontes de rendimento, também aqueles que possuem veículos motorizados podem considerar a venda destes como vantajosa. Em períodos que se negocia menos um certo produto, torna-se lucrativo vender o automóvel que lhes serve de meio de transporte. Por exemplo, no mês de Setembro, em que parte da família alargada se dedica à vindima em Espanha, será mais apropriado vender a carrinha de transporte de animais, caso haja, e comprar ou trocar por uma mais pequena e com habitáculo onde possam pernoitar. O negócio de viaturas pode, assim, constituir, em si, uma actividade com vista à obtenção de rendimento.

A procura de melhores lugares para os seus negócios ou para a realização de trabalhos sazonais na agricultura, implica que vários núcleos familiares, embora se mantenham juntos a maior parte do tempo, se separem temporariamente. No entanto, o contacto e a proximidade familiar prevalecem, sendo necessário que pelo menos alguns detenham meios de transporte para se



efectivarem as deslocações para os locais de trabalho, que podem distar até 30 km do local do acampamento.

As “melhores” e as “piores” zonas de negócio de animais para esta família estão bem identificadas. São os núcleos familiares que mais investem no comércio de cavalos, os que têm maior preocupação na escolha dos lugares onde parar, procurando a proximidade de bons fornecedores na altura de comprarem os animais. O território para a venda destes animais, provenientes na sua maioria da zona de Porto Alto, mas também do Alvito, abrange todo o Alentejo, partes do Algarve e mesmo algum território espanhol.

Todos os anos, em Abril, a família dos Sousa Torrão dirige-se para Viana do Alentejo, onde no último fim-de-semana desse mês se realiza uma romaria cavalar que tem origem no concelho da Moita. Procuram este evento por funcionar como uma mostra de animais e por aqui se realizarem trocas de vários equídeos.

Encontrando-se impedidas de se fixarem numa terra, estas famílias de portugueses ciganos conseguem, há várias gerações, compatibilizar, de algum modo, a venda e compra de equídeos e muares com as deslocações constantes a que são forçados. No entanto, dizem-nos que gostariam de viver numa terra, associando isso à hipótese de poderem vir a trabalhar no local na mesma actividade, feito que nunca conseguem alcançar dada a extrema mobilidade a que se vêem forçados.

“(…) que negócios faziam em Aljustrel? É igual, sempre igual. Nunca muda. A gente quer, por exemplo, uma coisa para estarmos fixos, mas não somos capazes.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 4.04.2008)

Estes negócios estendem-se, uma vez por ano, até alguns pontos em Espanha, sendo praticados por vários núcleos familiares aproveitando as deslocações por ocasião dos trabalhos nas vindimas. Segundo os nossos interlocutores, diferentemente do que acontece com o trabalho agrícola, o negócio animal permite maior rendimento no país vizinho do que em Portugal, tendo-se registado deslocações a Zafra e a Mérida para esse fim.

“Em Mérida, há algumas semanas. Zé diz, com um ar de mistério “Estou a ver se faço uns negócios”. Trata-se da compra e venda de animais, “bestas”. Diz prontamente que este negócio “rende mais em Espanha do que em Portugal”. (Diário de campo via telemóvel, 16.01.2008)

Outros trabalhos estão associados às campanhas sazonais de apanha de produtos agrícolas. As deslocações para estes lugares de trabalho incluem destinos nacionais e internacionais, nomeadamente o Cadaval e Santa Marta em Espanha. A rede familiar é essencial nesta movimentação para Espanha, na medida em que permitem organizar, ano após ano, as campanhas agrícolas neste país.

O Cadaval configura um dos pontos de paragem desta rota de sobrevivência, que acontece em meados de Agosto, para onde apenas se dirigem alguns dos núcleos familiares, devido à esparsa oferta de trabalho na apanha de pêra. Se aqueles que conseguem deslocar-se de automóvel aproveitam esta oportunidade, outros núcleos da família que ainda se deslocam em carroças movidas a bestas seguem directamente para Espanha, onde farão a vindima em Setembro, pois a paragem no Cadaval atrasá-los-ia ainda mais nessa viagem. De salientar, que neste concelho o município tolera a sua presença para a realização de trabalhos sazonais na agricultura, autorizando o acampamento na zona industrial, onde têm acesso a água que podem utilizar mediante pagamento, podendo os banhos ser tomados nas instalações dos bombeiros de forma gratuita.

Os dados registados durante o trabalho de terreno dão conta de mais de uma centena de portugueses ciganos a trabalhar na agricultura, na mesma temporada, só nos arredores de Santa Marta de los Barros. No entanto, o exercício desta actividade é visto como desprestigiante entre ciganos, registando-se situações em que se pretendeu ocultar de outros ciganos o seu envolvimento nesta actividade.

A presença destas famílias ciganas nos trabalhos agrícolas em Espanha e a sua aparente fraca expressão em Portugal, como foi possível apurar junto de alguns actores institucionais, parece revelar uma forma de poderem complementar os rendimentos auferidos através da prestação do RSI, evitando o controlo social mais apertado que é exercido em meios pequenos e que poderia conduzir ao cancelamento da prestação. Mas este receio de poderem perder o RSI revela também algum desconhecimento sobre os aspectos processuais desta medida, uma vez que, tratando-se de uma actividade pontual, poderiam suspender a prestação durante o exercício destes trabalhos sazonais, evitando colocarem-se numa situação irregular e de suspeição face a eventuais denúncias. Neste sentido, são insistentes a tentarem convencer-nos que apenas ali estão por pouco tempo, que são muito mal pagos e que até nem gostam de estar em Espanha.

É, ainda, de salientar que estes portugueses ciganos são esperados anualmente em Espanha por empregadores, a quem os nossos interlocutores se referem como “jefes”. Estes contactam-nos nos acampamentos, transportam-nos nos seus veículos, de e para os lugares de trabalho, ajudam-nos a tratar de alguma documentação básica que é exigida para a sua contratação. No entanto, a burocratização que se tem vindo a intensificar neste meio laboral, exige certas formalidades, nem sempre são facilmente perceptíveis por parte de quem quer trabalhar. Por exemplo, a falta de um documento, a que chamam de “cartilla”, impede que trabalhem.

Tratava-se de um documento, nunca anteriormente exigido, com o número de identificação de estrangeiro que só poderia ser obtido na polícia em Badajoz. Apesar de os termos acompanhado nesta diligência em Setembro de 2007, o documento foi recusado “por ser para marroquinos, romenos...” como acabou por referenciar o “Jefe”.

### **3. O relacionamento com as instituições: encontros inevitáveis e desencontros de perspectivas**

Nas suas vivências diárias, os contactos institucionais são apenas um dos lados que é socialmente mais visível. As relações destas famílias com as instituições portuguesas dividem-se em quatro segmentos: i) a ajuda que procuram junto da Segurança Social, câmaras municipais, juntas de freguesia, hospitais e centros de saúde; ii) o apoio de carácter caritativo ou com base numa visão assistencialista de que são alvo, como são as ofertas de roupas, alimentos, tendas, entre outros bens que pela natureza do apoio prestado não possibilita uma melhoria efectiva das suas condições de vida; iii) a frequência da escola, por parte das crianças; iv) o encontro inevitável com as autoridades policiais pelo facto de permanecerem em terrenos que não são sua propriedade ou em áreas publicamente não legitimadas.

Se os contactos com a segurança social se tornam inevitavelmente pontos de encontro, já o acesso à escola e ao emprego formal parece fazer parte de um desencontro inter-étnico, que está longe de ser explicado apenas, ou principalmente, por uma suposta especificidade cultural cigana. As vivências na escola e no contacto com outras instituições, com as quais Zé e uma das suas irmãs procuraram sustentar uma ligação a Évora, parecem explicar, pelo menos parcialmente, o facto de não terem regressado a Aljustrel, revelando, por um lado, a sua ligação a Évora mas também a importância que a escola assumiu nos seus percursos:

“Mariete diz que estudou em Évora, até os terem mandado embora.” (Diário de campo, 17.11.2007)

“A gente já não ficámos lá [Aljustrel] porque já fomos criados sem ser para essa zona. (...) a nossa zona... olha é bilhetes de identidade, é registos, é aqui já tudo. Subsídios e essas coisas é já tudo desta zona. (...) o rendimento (RSI), a segurança social e isso.” (Diário de campo, Zé, 18.06.2007)

O tempo de escola, do qual recordam amigos e professores bem como as situações vividas durante esse período, também parece ser um ponto central, que é evocado por alguns dos filhos mais novos de Conceição com o intuito de expressarem o seu sentimento de pertença a Évora e não, por exemplo, aos seus lugares de nascimento, nem mesmo a outros onde tenham já passado.

“(...) As professoras levaram-me a mim também ao Jardim Zoológico de Lisboa. A minha mãe telefonou-me a dizer que agora é que iam matar tudo. Nem as professoras gozaram, disse às professoras que agora andavam matando tudo, olha, voltámos na carreira. (...) Era a directora Carmo, que era a professora. Era a

professora Margarida, que mora lá, que era também muito boa para a gente. E era a professora Paula, também era boa para a gente. Todas as pessoas d'além, todas, todas.” (Diário de campo, Zê, 30.03.2007)

A inscrição das crianças e dos jovens no sistema de ensino, acção geralmente inscrita nos acordos de inserção do RSI, não significa a frequência das aulas, dado a transitoriedade das suas estadias. Estas ausências escolares continuadas por parte de crianças e jovens em idade escolar obrigatória parecem ainda não ter tido a resposta adequada por parte dos responsáveis pela administração da medida a nível local, uma vez que as respostas no âmbito da habitação e do apoio social e escolar parecem tardar a surgir para tornar possível o cumprimento dos referidos acordos.

As tensionalidades que emergem no relacionamento com não ciganos, não são, no entanto, generalizáveis, pois acontecem com pessoas em particular e em situações específicas. A hipervalorização do que denominam de “pessoas de mando” está muito presente na memória e no quotidiano dos interlocutores ciganos que constituem este Estudo de Caso, fazendo deste modo o reconhecimento da existência de um tratamento diferenciado. De facto, existe uma valorização selectiva dos “senhores” que são evocados para relatar a forma como os ajudaram ao se aperceberem da sua privação, ou quando referem ter sido bem tratados por alguns presidentes autárquicos, ou nos casos em que nos dizem que “a guarda fecha os olhos” e permite que permaneçam, durante algum tempo, num dado lugar.

Noutras conversas percebe-se que nas relações com os não ciganos procuram: apoio nas suas deslocações; permissão para parar e montar os oleados/tendas em terrenos de particulares; fazer negócios ou procurar a resolução de problemas de saúde.

Em algumas localidades, também com os habitantes que residem nas imediações dos lugares onde param temporariamente estabelecem relações. Apesar da frugalidade destas relações conseguem, por vezes, obter alimento, electricidade ou tornar mais frequentes as suas situações de negócio. Procuram em algumas destas relações, a possibilidade de virem a permanecer num terreno privado, uma aliança que, segundo os nossos interlocutores, lhes dá maior legitimidade para esgrimir com as autoridades o seu direito a parar e acampar sem serem por elas expulsos. No âmbito destas relações conseguem também ganhar a confiança necessária para convidar outras pessoas que não as da sua família, nem do seu grupo étnico, para padrinhos dos seus casamentos e dos seus filhos, o que por vezes significa conseguir obter alguns bens.

A importância que atribuem aos conhecimentos inter-étnicos tornou-se também perceptível no caso que registámos durante uma viagem ao Algarve com o fim de se encontrarem com uma “curandeira”. Este tipo de conhecimento, que se estabelece fora do grupo étnico cigano, é vulgar e foi encetado por Lúcio, irmão de Conceição, mas rapidamente foi difundido pelos restantes núcleos da família dos Sousa Torrão. Ao tentar aprofundar como se iniciou este contacto, Filipe explica que visitou a curandeira “por ocasião de uma filha que estava doente”, quando se encontrava em Olhão “a fazer uma feira”, “de passagem”, como contou.

### 3.1. A intermitência da condição de beneficiários do RSI

Muitas das conversas que tivemos com os elementos que integram estas famílias, desembocavam invariavelmente no tema “Rendimento Social de Inserção”. Muitas dimensões das suas vidas, nomeadamente a da alimentação e da assistência médica, parecem estar ligadas à garantia de beneficiarem desta medida de protecção social. Todos os agregados familiares são beneficiários do RSI, apesar da intermitência da sua condição de beneficiários.

Os concelhos onde requereram o RSI são disseminados desde que foram obrigados a deixar a cidade de Évora, apesar de ser notória a tendência convergente, em diferentes graus consoante os núcleos, desta família alargada para este concelho.

“(…) na família, Conceição recebe o RSI em Cuba, no Alvito recebe o filho mais velho, Emílio. Não recebem o apoio em Évora, “porque não os aceitam lá”, diz. Não estão em Cuba também porque não os deixam fixar lá, diz. “Já há algum tempo” que a assistente social, não lhe envia cartas, que costumavam chegar pelos CTT de Cuba.” (Diário de campo, 17.15.2007)

De facto, beneficiaram do RSI em Évora, durante mais de 3 anos, no período de tempo em que permaneceram na Casinha, mas após a sua expulsão do concelho, a prestação foi cessada, o que poderá indiciar a dificuldade de cumprimento dos eventuais acordos de inserção estipulados<sup>147</sup>.

“Não recebemos [o RSI] por Évora porque em Évora não o querem dar. Porquê? Sei lá. E em Cuba já dão porquê? Em Cuba dão porque têm dó dos pobres. (...) Não dão o rendimento aos ciganos lá em Évora sabes porquê? Porque não têm sítio fixo. Não querem sítio fixo para os ciganos estarem... Cheguei a receber 3 anos.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 4.04.2008)

Foi nos concelhos limítrofes de Évora, como Cuba e Alvito, que os Sousa Torrão foram compelidos a requerer novamente o RSI, embora as suas rotas familiares abranjam um território muito mais amplo.

---

<sup>147</sup> De relembrar que no âmbito desta medida de protecção social, o acesso à prestação monetária fica dependente do cumprimento de um conjunto de acções estabelecido por acordo entre os Núcleos Locais de Inserção e os beneficiários do RSI, no sentido de criar, de acordo com as respectivas situações, condições facilitadoras do acesso à sua autonomia social e económica.

Neste panorama, da gestão possível dos escassos recursos de que dispõem para a sobrevivência familiar, as crises de dependência alcoólica de alguns elementos da família alargada agravam, de algum modo, a já muito instável economia dos Sousa Torrão.

A falta de um lugar onde possam permanecer e habitar de forma mais prolongada, o desemprego generalizado entre os adultos, que tentam compensar com actividades que lhes trazem baixos e irregulares rendimentos, a inexistência de qualquer nível de escolaridade entre crianças, jovens e adultos, são apenas alguns ângulos das vidas de pessoas em situação de sobrevivência, aos quais o RSI poderia desempenhar um efeito positivo no acesso à regularidade de rendimentos e a um conjunto de direitos fundamentais. No entanto, a impossibilidade de se fixarem num território, aliada à inflexibilidade nas expulsões por parte das autoridades locais levanta algumas questões:

- Como garantir a condição de beneficiários do RSI quando o cumprimento das acções de inserção geralmente estipuladas implica a estabilidade residencial num território?
- Não sendo possível garantir a fixação num território com um carácter duradouro que tipo de acções de inserção poderiam ser delineadas no âmbito do RSI para permitir a estabilidade de rendimentos – garante da satisfação das necessidades básicas – e a promoção das competências pessoais, escolares e profissionais, aspectos que promoveriam uma eventual autonomização da medida?
- Se o acesso a um lugar de residência e a condições adequadas de habitação se assume como um dos pilares-chave dos processos de inclusão social, na medida em que facilitam o acesso a outros recursos, serviços e direitos fundamentais, por que razão os sucessivos programas de inserção delineados com estas famílias não conseguiram despoletar os recursos para garantir a estabilidade residencial e condições condignas de habitação?

A Secção seguinte, aprofundando as variáveis mais contextuais onde estas famílias inscrevem os seus modos de vida, permitirá contribuir para a compreensão de um conjunto de constrangimentos exógenos, ou seja, não facilmente controláveis pelas famílias em questão que tendem a reduzir o leque de oportunidades disponíveis, dificultar os seus percursos de integração social e reproduzir a sua situação de vulnerabilidade.

### 3.2. A importância da estabilidade residencial versus a atribuição da categoria de “nómadas”

A descrição dos percursos biográficos realizada anteriormente permitiu evidenciar como a história intergeracional desta família a liga afectivamente a Évora, local de nascimento de Inocência, nos anos 20, e onde as passagens e permanências sucessivas ao longo de três gerações, tornou possível reactivar os vínculos identitários e gerar o sentimento de se ter realmente habitado este lugar. Évora surge, pois, como o lugar onde Conceição diz ter permanecido mais tempo (sete anos), mas também, e na sequência desta maior estabilidade residencial, de ter conseguido aprofundar a sua rede de relações. Este sentimento contrasta, contudo, com as modalidades de acção pública que são postas em prática e que tendem a inviabilizar as expectativas residenciais das famílias em análise.

Continuamente ao longo do trabalho de terreno era exposto o desejo de virem um dia a viver numa casa. Esta expectativa deparava-se com o sentimento que têm de serem rejeitados por uma grande parte da população. Contudo, algumas destas famílias referem poder comportar o pagamento de uma renda no parque habitacional público ou privado, desde que neste último caso os valores não ascendam a 200€.

“Uma casa é tudo. Eu, se tivesse uma casa, não saía dela.” (Diário de campo, Márcio, em Lisboa, 26.06.2007)

“Não há nada que pague uma casa: não apanhar chuva, não apanhar frio. Eu, se pudesse, não queria ser cigano.” (Diário de campo, Zé, Lisboa, 26.06.2007)

“Nós pagávamos uma renda, isso nós podemos. Mas quem é que nos aluga uma casa? Ninguém.” (Diário de campo, Márcio, Lisboa, 26.06.2007)

**“E vocês queriam mais ter casa, ou queriam mais que vos arranjassem terrenos para acampar? Qual é a coisa que vocês realmente queriam?** Eu por mim, já que não me dessem a casa, e que não custassem a gente de pagar a casa, pelo menos dessem um terreno. ‘Tás a entender. Por mim se dessem uma casa melhor, né?’ “ (Entrevista Zé, Porto Alto, 4.04.2008)

Quando revelam que o seu desejo é ter uma casa ou, em alternativa, um lugar, um aspecto central é o facto de quererem ficar “chegados da vila”, ou seja, num local central face à localização dos principais equipamentos e serviços. A referência a um ponto estável que garantisse a frequência escolar e facilitasse a inserção profissional são alguns dos aspectos valorizados:

“Se dessem pelo menos um terreno chegado da vila, do... que a gente pudesse assim, olha “estamos aqui, já estamos...””, que a gente apanhava aí uns bocados de madeira e isso e fazia ali um concelho para estar a gente. Estamos descansados, (...) mandávamos os gaiatos à escola. Se registava uma pessoa para d’ir... a tal lugar de ‘tarem uma semana, sabia que estava fixo, é que a gente quer fazer uma coisa não é capaz, queres ir fazer um negócio não és capaz, queres aprender a ler não és capaz. Como é que a gente faz contra isso, diz lá. A gente quer arranjar um trabalho, não somos capazes de arranjar um trabalho por não

saber ler. Como é que a gente consegue viver? (...) Eu por acaso ainda consigo me desenrascar, agora os meus irmãos nada.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 4.04.2008)

Colocada a hipótese de encontrarem uma boa oportunidade para a compra de um terreno onde pudessem parar e se fixar, emerge a barreira do preconceito de que têm perfeita noção ser alvos, mas também, caso o primeiro fosse ultrapassado, o obstáculo das dificuldades financeiras dos familiares com quem poderiam fazer parceria nessa aquisição e a dificuldade de aceder a um crédito bancário, pela inexistência de declaração de rendimentos ou pela imprevisibilidade de rendimentos decorrente da incerteza das actividades económicas a que se dedicam.

Em Porto Alto, um dos pontos de uma das suas actuais rotas, Zé explicita e reforça a vontade de ter um lugar estável para permanecer e o facto de ainda não o ter encontrado impele a sua família nessa busca.

“É pá, a nossa vida. A gente muda de Évora vem para aqui a ver se querem a gente melhor. Para um sítio, a ver se descobrimos um sítio para estarmos. Pronto, assim para ‘camparmos. Só que a gente não encontra. A gente anda a ver se a gente acampa, num sítio a ver se a guarda deixa estar. Eu ando à procura mas não encontro.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 04.04.2008)

Os anos que passam sem que consigam sequer um lugar onde construir uma barraca, deparando-se diariamente com expulsões, sob o olhar vigilante e cerrado das autoridades e das populações, parece tê-los conduzido a um sentimento de desespero, no qual parecem já não esperar nada.

O desejo de melhorar a condição habitacional leva a que as famílias que viviam nas aldeias e vilas, entre as quais a Sousa Torrão (como nos contou “Leão”, o mais velho), façam tentativas de incursão nas cidades na procura de processos de realojamento em curso que tardam a chegar a esses lugares “mais remotos”. No entanto, foi possível apurar ao longo do trabalho de terreno que outras famílias viram a sua situação piorar nesta tentativa frustrada de deixar a vida nas barracas pois perderam o que tinham, a barraca, não conseguindo alcançar o seu objectivo comum, uma casa.

A título de exemplo, refira-se o caso de Raul, um parente da família Sousa Torrão que actualmente vive num oleado em Vila Alva, enquanto os irmãos conseguiram manter as barracas construídas há 22 anos. Raul terá saído de Vila Alva para Évora na procura de melhores condições de vida, tendo construído uma barraca no bairro da Casinha que mais tarde viria a ser demolida pela autarquia, sem ter tido direito a realojamento. Quando se vê forçado a abandonar Évora, regressa a Vila Alva, onde pensava erguer uma barraca junto dos seus



irmãos, mas a junta de freguesia local impede-o de construir, embora o deixe montar um oleado em estacas, ficando em piores condições do que quando partiu.

Alguns núcleos familiares dos Sousa Torrão parecem, no entanto, já ter conseguido alcançar alguma estabilidade. Uns instalaram-se, há uma década em Mombeja, uma freguesia do concelho de Beja. Aqui foram aceites pela população local, tiveram uma autorização do proprietário do terreno onde vivem desde então e receberam apoio da junta de freguesia. Em Alcáçovas, o pai da mulher de Zé consegue viver, com a sua família, numa casa que nos diz ser arrendada. No entanto, esta parece ser uma situação excepcional que resulta de relações de amizade entre portugueses ciganos e não ciganos e não de um acesso regular ao mercado formal de arrendamento imobiliário.

É aqui que, em Fevereiro de 2009, Zé consegue arrendar um quarto, mediante o pagamento de “12 contos” (60€), diz, ficando a viver na mesma casa em Alcáçovas onde vive o seu sogro e tio. Talvez a aproximação do nascimento do seu filho, apontado para Maio de 2009, tenha desencadeado um sentimento de necessidade de maior protecção para a família recém-constituída.

Uma série de factores têm dificultado o acesso destas famílias aos processos de realojamento que vão sendo desencadeados em algumas localidades. Por um lado, os critérios que são estabelecidos por alguns municípios para a elegibilidade das populações ao parque habitacional público tende a deixar de fora aqueles para quem não é possível definir o estatuto de residente por não terem a possibilidade de permanecer no território que escolheram para viver, mas onde é exigido um determinado número de anos de permanência. Por outro lado, a burocracia exigida e a demora em concluir os realojamentos por parte das instituições responsáveis, após o registo das famílias, tem os seus efeitos, nomeadamente a perda desses mesmos documentos pelas famílias ao longo do tempo e dos seus percursos. Mesmo sabendo que têm o seu registo em Évora, a morosidade da resposta leva estas e outras famílias, em semelhante situação, a afrouxar na reivindicação dos seus direitos. Por fim, as deslocações que efectuem para garantirem as condições económicas da família nem sempre possibilitam uma permanência prolongada no espaço residencial. Esta situação, para além de reforçar em certas instituições locais, a ideia da sua ilegitimidade e não necessidade no acesso a uma habitação, por vezes não possibilita o registo das carências habitacionais aquando dos recenseamentos que antecedem as operações de realojamento, por determinadas pessoas se encontrarem temporariamente ausentes das suas residências.

No decorrer do trabalho de terreno algumas referências foram feitas a situações vivenciadas em Beja por elementos desta família, nomeadamente ao facto de não terem sido contempladas no processo de realojamento que levou à demolição de barracas do Bairro da Esperança. Nesta operação apenas 50 famílias ciganas residentes nesse Bairro foram seleccionadas pela antiguidade no anterior bairro e o seu grau de aceitação pelos “outros” para serem realojadas<sup>148</sup>. No entanto, parece ter ficado muito aquém das expectativas a correspondência entre as necessidades identificadas em termos de número de agregados familiares e aqueles que acabaram por ser contemplados no processo de realojamento de 2006, no então designado Bairro das Pedreiras<sup>149</sup>.

A discrepância entre os números recolhidos tende a revelar a dificuldade dos organismos locais em identificarem o que na realidade podem ser consideradas famílias itinerantes e de como os processos de selecção para realojamentos baseados nesta categoria acabam por deixar de fora famílias sem qualquer alternativa residencial. Esta situação parece ter abrangido um tio de Zé já antes referido, mas também um seu cunhado que relatou ter sido expulso de Beja pelas autoridades policiais tendo ocupado posteriormente uma casa, num outro concelho, com o consentimento do proprietário, mas que viria a ser demolida sem ficar esclarecido o autor que autorizou e desencadeou a demolição:

“O cunhado do Zé (casado com uma irmã dele) viveu em Beja com o avô e os seus pais, onde tinham uma barraca, “com água e luz”, no Bairro da Esperança, que “foi mandado abaixo”. Depois, conta, foram perseguidos para fora de Beja, ele a sua família e “todas as famílias de ciganos”: “A guarda não deixou ninguém ficar lá”. Em seguida foram viver para Alvernoas, acampados. Numa noite de chuva arrombam uma casa abandonada – esta “pertencia à família dos Britos. O dono foi lá depois, falámos com ele, não nos queriam lá e ele é que disse que podíamos ficar ali sem pagar nada”. Conta também que, no período em que saíram de Alvernoas lhes mandaram a casa abaixo, sem saber especificar quem foi que autorizou a demolição.” (Diário de campo, 25.09.2008)

Também este caso foi retratado pela imprensa quando se deu o processo de realojamento no Bairro das Pedreiras, em Beja:

“Até ao meio da tarde de ontem, a demolição do último bairro de barracas do concelho de Beja estava a decorrer sem incidentes. Apenas António dos Reis se queixava de não ter sido contemplado com uma casa no novo bairro, alegando que vivia no local “há alguns anos”, numa barraca que diz ter-lhe sido doada. Já tinha sido demolida, não lhe restando alternativa senão mudar de sítio, mas não sabia para onde. Propunha-se “ficar a morar ao relento no largo onde a barraquinha foi demolida”. Queixava-se que a autarquia não o avisou do que ia acontecer ao bairro. Mas tinha esperança que ainda lhe dessem uma casa.” (Jornal Público, 06.01.2006).

---

<sup>148</sup> Esta informação foi recolhida através de uma entrevista na Câmara Municipal de Beja, a 28.08.2006.

<sup>149</sup> Citando três fontes diferentes constata-se que numa das entrevistas realizadas no estudo concluído em 2005 (Duarte *et al.*, 2005b) se identificava cerca de 50 agregados ciganos sedentarizados no Bairro da Esperança e mais do dobro de itinerantes no concelho (2004); a resposta ao questionário Cigano Territórios e Itinerância aplicado às câmaras municipais (2005) indicava para todo o concelho 94 ciganos sedentarizados e 281 itinerantes. Por fim, o Documento do Centro Social (2002) refere a existência no Bairro da Esperança de 255 sedentarizados e 97 itinerantes (15 famílias).

Na perspectiva de uma técnica de serviço social da autarquia, entrevistada dois anos antes deste processo de realojamento, a fixação neste concelho por parte de algumas famílias ciganas ter-se-á prendido com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido, em 1997, dando assim a entender que o acesso a esta medida de apoio social, exigindo o estatuto de residente e a estabilidade num lugar, seria contraproducente dada a sua própria “natureza” nómada:

“Sabemos aqui nos serviços que só passou a existir uma maior fixação dos ciganos a partir do momento que foi criado o Rendimento Mínimo Garantido. Neste mesmo bairro notamos a evolução desde 1997 do crescimento estrondoso de barracas a fixarem-se aí e pediram declarações à Junta de Freguesia em como eram residentes. E a junta durante um período passou..., quando afinal não eram nada residentes (...) O problema criado com os nómadas foi precisamente dar-lhes um chupa-chupa’ para que eles se fixassem. No fundo, isso contraria tudo o que é a rotina deles e que eles contornam sabiamente.” (Entrevista Câmara Municipal de Beja, 22.06.2004)

Como se constatou anteriormente, entre 1994 e 1997, a família dos Sousa Torrão chega a Évora, ao Bairro da Casinha, onde conquista alguma estabilidade. Interessa, pois, compreender os diferentes processos sociais e institucionais que envolveram esta zona da cidade de Évora, desde que, em 1987, 10 famílias que viviam em barracas no Alto dos Cucos, não tendo tido acesso às acções de realojamento em curso, foram deslocadas para este espaço<sup>150</sup>. Segundo relata Sara Sama (2010: 270-283), a cedência deste espaço pela Câmara Municipal de Évora (CME) decorreu da pressão exercida pela Pastoral dos Ciganos e pela Cáritas Diocesana de Évora, ficando esta com a responsabilidade de apresentar e desenvolver um projecto para a instalação das infraestruturas básicas. Esta assumia uma prioridade para melhorar as condições de vida dos residentes neste espaço e para evitar as constantes acusações dos vizinhos preocupados com questões de higiene e de salubridade do terrenos e de sentirem ameaçada a sua propriedade e a sua segurança individual. Não tendo a Cáritas os recursos financeiros necessários para a infraestruturação do espaço, demitindo-se o município dessa responsabilidade uma vez que já tinha cedido o terreno, e a inexistência de outras instituições que manifestassem interesse em constituir uma parceria que viabilizasse o referido projecto<sup>151</sup>, as famílias ficaram entregues a si próprias, melhorando como podiam as suas habitações.

“Para a Câmara Municipal de Évora, o problema do realojamento está a cargo da Cáritas, pois a parte da edilidade já foi cumprida com disponibilização do terreno no Bairro de Casinha, disse um responsável camarário. (...) As dúvidas quanto ao futuro da zona mantêm-se dada a proximidade do Parque de Campismo de Orbitur. Aliado a esse factor está o crescimento em flecha da cidade, com a proliferação de zonas habitacionais, e certamente a solução encontrada hoje será e pode vir a ser alterada amanhã. Para os habitantes das barracas de chapa de zinco e papelão é real a garantia de não virem a usufruir duma casa do IGAPHE, segundo a Cáritas. Por ora, também não serão proporcionados os meios mínimos que

---

<sup>150</sup> De mencionar que algumas das famílias presentes no Alto dos Cucos tiveram acesso a uma casa no Bairro da Malagueira em 1989. No entanto, se num período inicial do realojamento foi possível identificar os efeitos positivos na melhoria das condições habitacionais destas famílias (cf. Castro, 1994, 1995), Sama mais tarde vem revelar alguns dos problemas de um realojamento assente na guetização desta população numa área específica e periférica do bairro (Sama, 2010).

<sup>151</sup> De acordo com os dados apurados por Sama, este projecto no valor de 7.000.000 escudos (€35.000) incluía para além da construção das infraestruturas, o desenvolvimento de acções de formação no sentido dos jovens residentes poderem auto-construir as suas habitações.

venham a garantir a higiene, electrificação e água da rede, ficando aquela gente à espera de dias melhores. Quem por ali circula não esquece certamente o quadro de miséria às portas duma cidade, a de Évora.” (Diário de Notícias, 22 Maio 1991, p. 26, in Sama, 2010: 255)

Cinco das famílias inicialmente aqui instaladas saíram deste espaço: duas foram realojadas na Malagueira e outras três deslocaram-se para outros concelhos. No entanto, outras famílias apareciam e permaneciam com um carácter mais ou menos permanente, aumentando as manifestações de desagrado dos habitantes das redondezas que para além das razões acima apresentadas, invocavam ainda a falta de interesse da CME por esta área da cidade. Em alguns dos comunicados aludia-se mesmo à mobilização de milícias militares, numa espécie de mimetismo dos conflitos, na altura muito mediatizados, que ocorriam em Oleiros<sup>152</sup>. A Câmara, por seu lado, insistia na criação de um Parque de Acolhimento para Famílias Nómadas a ser concretizado pela CME e pela Fundação Habitação e Sociedade (FHS), chegando esta a apresentar uma candidatura ao Programa de Luta Contra a Pobreza (PLCP). O vereador referia que não se tratava de “habitação social para residência fixa, já que neste aspecto os ciganos se encontravam em pé de igualdade com outras pessoas sem casa”, remetendo-se a resolução do problema para a administração central. Mais uma vez a comissão de moradores manifestava o seu desagrado para a solução encontrada, sobretudo, por se atribuir o rótulo de nómadas aos ciganos que ali viviam:

“Antes do mais esta Comissão discorda, em absoluto, com os termos utilizados de “famílias nómadas” no Comunicado em questão. Poder-se-ão considerar famílias nómadas agregados de pessoas que, como aliás se afirma no mesmo comunicado, residem em condições mais que precárias no Bairro de Casinha desde 1988? Parece-nos bem que não. E essas famílias, precisamente por o local onde se encontram alojadas não reunir um mínimo de condições de sobrevivência (sem luz, sem água, sem casas de banho, sem contentores de lixo, etc., etc.), inevitavelmente vêem-se obrigadas a incomodar a população vizinha com as mais diversas solicitações para a sua sobrevivência.” (Comunicado. Comissão de Moradores do Bairro da Casinha-Évora, 20 Setembro, 1996, Diário do Sul, p. 5, in Sama, 2010: 272).

A candidatura ao PLCP viria apenas a ser conhecida em 1999 e onde a FHS dava conta da tensão existente para concretizar os seus objectivos. A candidatura acabou por não ser aprovada e nenhuma instituição local mostrou interesse em apoiar o projecto então delineado. O resultado do envolvimento desta Fundação e do seu presidente (José Cardoso de Andrade) parece ainda ser recordado por alguns dos nossos interlocutores ao evocarem a sua importância por poderem ter tido uma maior estabilidade residencial e poderem estar num local com melhores condições de habitabilidade. Ter intercedido em seu favor junto da autarquia evidencia o importante papel da mediação no acesso a determinadas oportunidades que visam melhorar as suas condições de vida:

“E há um doutor que andava a trabalhar pelos ciganos, que era o Cardoso. Esse doutor é que ajudou nesse tempo aos ciganos. A gente falámos com ele, não havia ciganos que ‘campássem que tivessem um sítio fixo para ‘campar, vai esse doutor Cardoso ajuntou-se, a falar com o presidente e falar com as coisas dele,

---

<sup>152</sup> Ver a este propósito Silva e Silva (2000).

e assim deu aquele terreno aos ciganos. Só que o doutor morreu, tiraram aquilo tudo, compreendes? Se o doutor não morresse ainda a gente estava lá.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 04.04.2008)

“Foi na Casinha. Inté bicas, escuta lá uma coisa, inté bicas mandou lá pôr. E se ele não morresse até electricidade punha lá para os ciganos. Aquilo é que era uma pessoa, dizia assim, se trabalhasse pelos ciganos, se ele dissesse que era isto que fazia, ele fazia logo. Tinha muita compreensão, só que tinha muito poder.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 05.04.2008)

“(…) viu que a gente não tinha, que a gente estava sem roupas e sem sapatos e essas coisas, não tínhamos... ambiente para a gente. Vai, carregava camiões cheios de calças, cheios de camisas, roupas e isso. Estendia-se um panal grande e metiam roupa para os ciganos levarem. Fizeram lá umas barracas, foi esse doutor que assinou para a tropa mandar lá uns campismos da tropa para os ciganos ficarem, foram lá pôr os campismos e foi dar, obrigatórios, panos para os ciganos estarem lá. Fizeram barracas, de madeira e essas coisas todas. O que o doutor assinasse eles faziam.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 05.04.2008)

“Este advogado estudou para arranjar uma lei para os ciganos e foi logo obrigatória. Porque os ciganos uma vez contaram-me que foram lá com esse doutor Cardoso, sabes o que é que disse o doutor Cardoso ao presidente? Disse assim “os ciganos têm uma lei”, “então que lei é que têm os ciganos?”, “os ciganos não podem andar assim, porque eles podem ter acidentes, podem morrer, pode um carro vir de noite eles não podem ficar no campo sem uma coisa”. Como o presidente apanhou medo, porque era muito advogado e muitas coisas já a trabalhar pelos ciganos assim deu aquele campo que é para os ciganos ficarem lá.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 04.04.2008)

Segundo os dados apurados por Sama (2010), os residentes em torno do acampamento viam, no entanto, esta mediação como instrumentalizada pelos ciganos enquanto que a CME era acusada de não resolver o problema. A Junta de Freguesia acaba por assumir o protagonismo no terreno, comprometendo-se a escutar as reivindicações dos vizinhos e a pôr em prática aquilo que apenas estes aceitassem. Com a morte do Presidente da FHS e com o protagonismo assumido pela junta, os ciganos deixam de ter um interlocutor junto das instituições. Em Março de 2001, as denúncias dos vizinhos parecem ter acabado por resultar numa aparatosa operação policial que levou à detenção de 6 pessoas. Entre 2002 e 2003 registou-se um aumento da população cigana, a que não será alheio o processo de recenseamento desencadeado e o Acordo de Cooperação com o ex-Instituto Nacional de Habitação (ex-INH)<sup>153</sup> para a construção de habitação social, já com um novo executivo camarário.

De referir, ainda, as discussões geradas em reuniões municipais sobre a eventualidade de construção de um “Parque Nómada”. De facto, em 2002, quando numa reunião de Câmara era anunciado o processo de candidatura ao Acordo de Colaboração com o ex-INH para a construção de 136 fogos para realojamento de famílias que viviam em barracas ou construções abarracadas e se anunciava o realojamento de 10 famílias a residir na Horta das Figueiras (junto ao Bairro da Casinha), dois vereadores relembravam um projecto do anterior executivo que previa a construção de um Parque de Acolhimento Nómada. Se um dos depoimentos enfatiza na sua retórica justificativa questões de localização – fora do perímetro urbano – e de

---

<sup>153</sup> Actual Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

uma suposta legitimação da actuação das autoridades locais perante acampamentos clandestinos, outro reforça o argumento culturalista, associado a modos de vida nómadas que seriam perdidos com o acesso a uma habitação social:

“Relativamente às 14 famílias situadas nos acampamentos do Bairro da Casinha e Piscinas, e sem prejuízo de que possam optar por se sedentarizar, em paralelo com o processo referido, a Câmara não deveria perder o processo, que foi iniciado no mandato anterior e aprovado por unanimidade, do parque de acolhimento nómada fora do perímetro urbano que desse opção cultural a famílias que são predominantemente nómadas e que têm essa forma de estar na vida, impedindo a longo prazo a proliferação de novos acampamentos nómadas (...) para que, quando houvesse movimento de nómadas, estes tivessem conhecimento da existência de um espaço com condições para pessoas e animais, evitando os conflitos de todos conhecidos, e dando a possibilidade à autoridade municipal de impedir o acampamento clandestino.” (Vereador Jorge Pinto, PCP, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Évora, 27.02.2002)

“Não fazer aculturações forçadas de minorias e não perder de vista uma proposta aprovada por unanimidade pelo anterior Executivo – a constituição de um parque de natureza nómada que possa dar resposta a um estudo de natureza social, na altura desenvolvido e que registou um determinado itinerário da população nómada que passa ciclicamente por Évora” (Vereador Almeida Henriques, PCP, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Évora, 27.02.2002)

Um ano mais tarde, numa outra reunião ordinária da CME, fica claro como se pretendeu não dar visibilidade nem prioridade à questão do acesso à habitação por parte da população cigana. Em 2003, era notório como se continuava a insistir numa suposta especificidade cigana. Por um lado, os ciganos seriam os únicos a viver em barracas, provavelmente até por opção. Por outro lado, as soluções que o Presidente de Câmara preconizava teriam de ser “muito específicas” sem avançar, no entanto, com detalhes, mas considerando necessário estar alerta perante hipotéticas situações de despejo. Todos os desenvolvimentos subsequentes a que tivemos acesso em primeira-mão vêm reforçar este modo explícito de actuação institucional.

“Há uma coisa que me parece de alguma evidência, é que esse protocolo é destinado a habitação social e a pessoas que habitem em barracas ou similares, e eu que vivo em Évora quase há 30 anos, felizmente não conheço pessoas que vivam em barracas, há excepção das comunidades étnicas minoritárias, que provavelmente até habitam aí por opção. Mas mesmo que existam pessoas que habitem em barracas, há uma coisa que me começa a preocupar, é que ontem ao dar uma volta pela cidade, vi sem abrigos, e é que esses nem sequer têm barracas, e se quiserem passar ao pé do Hospital Espírito Santo poderão confirmar o facto.” (Deputada Municipal, Carmen Balestros, PCP, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Évora, 21.02.2003)

“Quería ainda referir que existe uma diferença entre barracas e casas abarracadas, a legislação determina essa diferença. As barracas propriamente ditas têm sido aquelas que a etnia cigana tem vindo a habitar, e que vão ser desalojadas das barracas e tentar enquadrá-las em condições muito próprias e muito específicas. Mas existem muito mais barracas, como o Bairro do Gancho, Bairro de Santa Maria, no Pátio ao pé da SOMEFE, e se a Senhora Deputada passar por estes locais vai constatar que é muito pior do que viver em barracas. São 2 000 famílias que estão inscritas, e que nestes últimos meses se tem vindo a complicar, porque existem pessoas que ainda não vivem em barracas mas que deixaram de ter dinheiro para pagar a renda, e têm acções de despejo, pelo que vêm à CME desesperadas, e a CME se encontra numa situação impotente para resolver o seu problema, e espero que à medida das possibilidades da Câmara se venha a resolver o problema.” (Presidente da Câmara, José Ernesto d’Oliveira, PS, Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Évora, 21.02.2003)

O acampamento da Casinha acaba no final de 2004, e tal como aconteceu em anteriores localidades, a estabilidade residencial da família Sousa Torrão alcançada em Évora, que segundo a noção dos próprios terá durado entre 7 a 10 anos, termina com a demolição da sua

barraca. Uma entrevista que realizámos em 2004 a uma técnica da autarquia revelava que com a mudança de executivo o projecto do Parque de Acolhimento Nómada não se afigurou prioritário e que a urgência colocada com a demolição das barracas se prendeu com a mudança de proprietário do terreno:

“Depois, com a mudança de executivo, tivemos aqui um *standby* relativamente grande em relação ao que se pretendia para aquela comunidade. No executivo anterior estavam a ser feitas negociações com a Fundação Eugénio de Almeida para permutarem um terreno para a autarquia, junto à estrada de Viana, que seria o ideal [para o Parque de Acolhimento Nómada], porque segue um pouco o percurso que eles habitualmente fazem, não é muito longe da cidade, mas fica fora do perímetro urbano. Com a alteração ao executivo e ao PDM estamos a tentar encontrar um terreno adequado a este tipo de resposta. Não se conseguiu concretizar a disponibilização deste terreno porque as negociações ficaram por aí devido à mudança de executivo. Talvez este executivo não tenha encarado como uma necessidade esse tipo de negociações e não houve mais contacto com a Fundação nesse sentido. Continuamos a depararmo-nos com a questão dos itinerantes. E isto vem-se a agravar quando passa para a competência da autarquia a questão das licenças, antes era o Governo Civil que passava as licenças de permanência, agora passou para a autarquia e está a ser feita uma fiscalização muito rigorosa junto desta comunidade no sentido de terem que solicitar à autarquia essa licença, e só podem permanecer no concelho pelo período máximo de 3 dias. Este processo tem sido muito complicado. (...) Aquele terreno era da Câmara, mas como a Câmara tinha uma dívida, ele foi vendido em hasta pública e o proprietário que adquiriu o terreno já intimou a autarquia no sentido de tomar medidas para retirar a comunidade de lá porque pretendia urbanizar aquele espaço. Esta é uma situação relativamente recente e daí estas demolições das barracas, o aguardar que estas famílias sejam realojadas. O meu problema é que quando iniciarem as demolições para onde irá esta comunidade?” (Entrevista técnica de serviço social da Câmara Municipal de Évora, 26.06.2004)

As discrepâncias entre o discurso institucional e os depoimentos da família Sousa Torrão sobre as necessidades habitacionais desta família, quando ambos os lados mostram não possuir qualquer documentação que permita averiguar para que lado pende o caso, permite interrogar como foi gerido todo o processo. Se, por um lado, esta família menciona outras famílias, suas contemporâneas no período que residiam no Bairro da Casinha, que acederam a uma habitação social, a instituição Habévora, empresa municipal de habitação social, transmitiu que esta família não consta da sua base de dados e que o recenseamento realizado para o processo de realojamento ocorreu em 2002, tendo sido incluídas as “famílias ciganas que comprovadamente viviam no concelho de Évora há mais de 3 anos”:

“A partir desse levantamento e até ao realojamento é verdade que esses acampamentos cresceram muito porque outras famílias que residiam em concelhos limítrofes ou famílias itinerantes que ouviram falar que a Câmara ia dar casas instalaram-se e isto fez aumentar o número de acampamentos. No momento do realojamento só foram realojadas as famílias que estavam recenseadas em 2002 e só essas tiveram direito à habitação (...) Neste momento não existem famílias ciganas a residir em barracas ou em tendas no concelho de Évora. São os dados que nos dizem.” (Entrevista Habévora, 04.11.2008)

Na selecção de indivíduos para o processo de realojamento foram criadas duas categorias: os fixos e os nómadas, na qual os primeiros eram os únicos incluídos nesse processo. Em 2008, um dos membros do Conselho de Administração da Habévora, afirmou numa audição parlamentar<sup>154</sup> que aquando da selecção das famílias a incluir no processo de realojamento em

---

<sup>154</sup> No âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural, a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura deliberou levar a cabo um trabalho que permitisse um conhecimento mais aprofundado da população cigana “e que

Évora existiam verdadeiros nómadas e falsos nómadas, tendo estes últimos ficado de fora do processo. O *modus operandi* que permitiu reunir informação suficiente que possibilitasse à Habévora distinguir tipos de nómadas, segundo contou numa entrevista posteriormente realizada no âmbito deste estudo, foi o da obtenção de informações dos vários concelhos limítrofes. Ficam por explicar os processos que foram e são postos em marcha com vista a reunir essa informação de certas famílias ciganas sem casa, bem como os “dados” que revelam não existir famílias ciganas a residir em barracas e tendas no concelho.

Percebe-se, nalguns casos, como acontece em Évora, que as populações e as autoridades locais se articulam entre si numa atitude de rejeição generalizada, potenciando esta situação de mobilidade forçada das populações ciganas. A autarquia de Évora, numa atitude de fuga para a frente, optava por sonegar que estas famílias ainda permanecessem na sua jurisdição.

“Nós em Évora neste momento não temos população cigana a viver em barracas nem os nómadas, esses só mesmo de passagem. (...) Porque a autarquia criou uma norma, em articulação com as autoridades, a polícia e a GNR, e tudo o que sejam acampamentos nómadas que estejam fixos mais do que 3 dias no concelho tem que sair; as autoridades avisam e eles têm que sair. O que é que eles fazem? Rodam.” (Entrevista colectiva na Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Évora, 28.08.2006)

“Os acampamentos que havia foram efectivamente todos demolidos. O que aconteceu às famílias que não foram realojadas? Foram residir para fora do concelho, aliás para os concelhos limítrofes onde já residiam. Nós temos dois tipos de famílias que eu chamo itinerantes, mas que uns são verdadeiros e outros não são. Há famílias que vivem nos concelhos limítrofes e estão inscritos em várias câmaras municipais para atribuição de habitação, mas que na realidade não residem no concelho de Évora e há famílias que vivem um ou três dias no concelho de Évora e abalam para outro concelho. Com a demolição do acampamento da Casinha e das Piscinas e com o controlo da polícia, não existem neste momento ciganos a residir em barracas.” (Entrevista Habévora, 04.11.2008)

De facto, parece existir uma acção concertada entre várias entidades que dificulta, a algumas famílias ciganas, a eleição de Évora como lugar para viver. Assim, para além da articulação entre autarquia e forças policiais, Conceição foi bem clara também no seu discurso sobre a recusa da Segurança Social aceitar o seu requerimento de RSI, tendo de o fazer no concelho de Cuba.

Uma das explicações que foi avançada pela autarquia, para o que era descrito como se de um desaparecimento se tratasse, prendia-se com o fim, por demolição, do Bairro da Casinha.

“Nós somos muito poucas vezes chamados, é mesmo nestas situações: ou escola, ou há problemas com os vizinhos, ou o lixo, é os animais. Começa a haver problemas, as autoridades são chamadas e nós vamos também, mas são situações muito pontuais. Já não consigo identificar um espaço em Évora em que eles

---

simultaneamente habilitasse os decisores políticos com os elementos necessários à formulação de eventuais iniciativas legislativas e políticas promotoras da mais plena integração desta comunidade”. Neste contexto, coube à Subcomissão de Igualdade de Oportunidades e Família a responsabilidade da coordenação e execução desta tarefa, através de audições a portugueses ciganos e a entidades com responsabilidades nesta área, tendo os representantes da Habévora sido ouvidos a 28 de Outubro de 2008.



estejam, ou estejam de passagem e permaneçam mais que uma semana, isso já não acontece.” (Entrevista na Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Évora, 28.08.2006)

“Tirando aquele sítio que era próprio deles, que eles conheciam, e que tinham ali até familiares, não existe em Évora um espaço onde eles possam parar assim, para já porque são identificados com mais facilidade, porque a população na zona urbana chama logo as autoridades e depois na zona rural se calhar as pessoas são mais afáveis, mais condescendentes, e acabam por deixar ficar 1, 2, 3 dias; depois quando as pessoas lhes começam a dar problemas, com os animais, com os cães, com os cavalos, complica muito.” (Entrevista na Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Évora, 28.08.2006)

A rejeição territorial dos ciganos sem casa, forçados a um movimento constante, ora designados de falsos ora de verdadeiros nómadas por parte de algumas instituições, aparece sob a aparência da negação da existência do problema e esta é apenas um exemplo do racismo institucional que existe face aos portugueses ciganos.

Se, por um lado, se procurou inicialmente invisibilizar o problema, por outro, numa estratégia de culpabilização da vítima, o presidente da autarquia de Évora naturaliza a questão tentando imputar a responsabilidade da situação aos próprios ciganos, mais precisamente àquilo que designa de cultura cigana. Esta informação foi conseguida em segunda mão, através do relato de uma jornalista<sup>155</sup> após uma entrevista ao presidente da autarquia em que este terá afirmado que há famílias que vivem assim, sem casa e de um lado para outro, porque querem. Os referenciais discursivos remetem, pois, para uma naturalização das identidades, como parecendo querer assumir a forma mais politicamente correcta para a não disponibilização dos recursos das políticas públicas. Este mecanismo de ocultar a condição em que vivem estas pessoas parece encontrar terreno fértil na atitude que nos foi demonstrada pelas autoridades locais:

“No dia em que fui a Évora à procura da família Sousa Torrão, menos de um mês após esta ter sido expulsa do concelho, ao perguntar por umas famílias ciganas que costumavam parar ali, uma agente da PSP responde-me do seguinte modo: “sim, sim, antigamente havia aqui uns ciganos. Agora já não se encontram em Évora”. De acordo com o que vimos no terreno, esta família esteve vários meses em Évora (embora em pontos diferentes e com saídas temporárias), mas acabou por ser expulsa por um corpo de intervenção (carrinhas, cães, polícia armada com caçadeiras e capacetes entre outras protecções), com várias agressões aos animais e a destruição parcial de uma carroça.” (Diário de campo, 15.06.2007)

A liberdade dos municípios na criação de regras para a atribuição de alojamentos sociais, sem se aprofundar as reais condições de vida das famílias com dificuldades de acesso a uma habitação, acaba por perpetuar as situações de exclusão social, sobretudo, de famílias ciganas a quem aprioristicamente se atribui o rótulo de nómadas. Duas questões mereceriam reflexão por parte da gestão dos processos de realojamento:

- Como garantir a liberdade de escolha do local de residência e ao mesmo tempo ver garantido o acesso à habitação social?

---

<sup>155</sup> Esta jornalista, da agência Lusa, entrevistou telefonicamente, em Junho de 2007, o presidente da Câmara Municipal de Évora.

- Como definir o estatuto de residente em populações que não têm a possibilidade de permanecer no território que escolheram para viver, mas onde é exigido determinados anos de permanência no concelho?

No decorrer do trabalho de terreno, a versão folclórica de algumas das representações encontradas sobre os ciganos acontece a nível institucional e substitui-se a uma noção empiricamente sustentada da vivência quotidiana de famílias, como a dos Sousa ou Torrão:

“Quando estamos estacionados em Alcáçovas, falo ao telefone com uma técnica de serviço social da Câmara de Évora que me diz que não há nada a acontecer na autarquia para os ciganos, nem em projectos ou em planos, nem em execução. Contudo, diz que querem “recriar momentos históricos, de antigamente” na feira de S. João e para tal pergunta-me se conheço uma “cigana velha que tenha disponibilidade para ler a sina na feira”; pergunto-lhe se tencionam pagar, diz que “em princípio sim”. Nada acontece.” (Diário de campo, 17.05.2007)

A situação aparentemente paradoxal de negação da presença da população cigana que ainda se dedica a práticas económicas ancestrais e o seu reconhecimento como fazendo parte de um património que importa valorizar, levanta a questão se os obstáculos que são criados para não encontrarem um lugar no concelho não pretenderá anunciar o fim da sua história em Évora, importando apenas patrimonializar uma existência passada.

#### 4. Lugares ocultos e ameaçados

##### 4.1. Mobilidade forçada e inscrição territorial constrangida

Para além das deslocações associadas aos modos de sobrevivência, os quilómetros percorridos por esta família configuram também uma condição de fuga em resposta à rejeição de que são alvo nas terras por onde passam. A incerteza do lugar onde vão parar, de forma relativamente duradoura, repete-se dia após dia, mas a paragem é inevitável: o descanso de pessoas e animais impõe-se.

“(…) Zé, depois com o Márcio e finalmente a Conceição; estão em Espanha, ainda em Badajoz nas imediações do hospital. Até agora ninguém os abordou. Falo com Zé, diz que vão partir hoje para Elvas, mas não sabe dizer quanto tempo vão ficar por lá; tudo depende do que “a guarda deixar”” (Diário de campo, 10/11.04.2007)

“Nós amanhã abalamos. **Amanhã saem daí do Escoural e vão para onde?** Para as Alcáçimas (Alcáçovas). **Então na quarta-feira estão nas Alcáçovas, é isso?** Não sei o que é que eu te diga. Ligas e logo te digo estamos aqui, assim, assim...” (Diário de campo, via telemóvel, Zé, Escoural, Maio 2007)

As expulsões e a vigilância cerrada, por parte da população e das autoridades locais, são atitudes com que convivem diariamente nas diversas rotas que percorrem, quer seja para

negociar, quer seja por motivos de reunião familiar. Se, por vezes, as expulsões são imediatas, em situações de doença ou do período do dia tolera-se a permanência até ao dia seguinte.

“(…) a PSP, que apareceu primeiro com dez agentes de boina que os mandaram sair imediatamente, quando viu que um tio dele estava deitado debaixo de um pano, doente com muita febre e sem conseguir levantar-se, os avisou que saíssem dali até amanhã (13.04.2007) às 7:00h.” (Diário de campo, 12.04.2007)

“Vocês têm é que sair daqui, senão eu faço um auto e depois têm mesmo que pagar uma multa, quer assim?”; ou “(…) quer que traga mais homens? Então quero-os daqui para fora até amanhã, às 8:00 da manhã.” (Diário de campo, agente GNR, segundo mulher cigana, 24.04.2007)

“O trabalho deles tu sabes como é que é. Por exemplo, assim um campo para a gente ‘campar... e a gente tem que ficar acampado, não vamos ficar avoando, vê se me compreendes, a gente em qualquer sítio tem que estar um dia pelo menos, ou dois. Só que eles nem um dia, nem dois, nem em lado nenhum... querem que a gente váia sempre... pela estrada. Pá, isto não é ambiente!” (Entrevista Zé, Porto Alto, 4.04.2008)

Conceição diz-nos que esta perseguição, de que são alvo actualmente, nem sempre existiu deste modo, parecendo prevalecer a ideia de que no passado a aceitação da sua presença era mais tolerada.

Testemunhos que fomos recolhendo ao longo do percurso de investigação iniciado em 1992, não permitem concluir pela existência de um padrão mais ou menos tolerante relativamente às formas de actuação dos agentes da autoridade em função da época histórica. Se alguns ciganos alentejanos, nascidos nos anos 20, referenciavam vivências do passado também marcadas pela pressão policial sempre que procuravam parar em determinada localidade (Castro, 1994), outros que circulavam pela região Norte e Centro de Portugal evidenciam como as relações de interconhecimento que conseguiam estabelecer localmente, aliadas ao perfil da família lhes permitia garantir paragens relativamente pacíficas:

“Naquele tempo quem mandava dentro de uma localidade era o senhor doutor, não o comandante do posto... às vezes o terreno era do senhor doutor, ou engenheiro... e se dizia que não nos queria no terreno deles a GNR chegava lá e dizia que não nos queria ali e íamos para terrenos públicos, mas não nos punham fora, a GNR não actuava. Tínhamos um pai que era muito severo na disciplina e tínhamos regras, ele sabia na nossa cara quando fazíamos coisas de mal. Dizia para não tirarmos as coisas, para pedirmos às pessoas com educação. Ele ensinava mesmo. [E nesses sítios tinham água e luz?] Geralmente tínhamos quase tudo. O meu pai tinha uma educação que hoje os ciganos daquela idade não tinham, era um homem que chegava e cativava as pessoas, sabia falar com elas, nunca lhe era recusado ficar nos palheiros.” (Entrevista homem cigano, 53 anos, informador privilegiado, 09.02.2007)

No discurso das pessoas auscultadas, um traço comum emerge sobre o passado, mas no caso de Conceição também no presente – a intervenção dos agentes de autoridade para levantarem o acampamento no momento das refeições:

“Nós noutra tempo éramos uns escravos, escravos da autoridade, escravos dentro duma polícia, dentro duma cidade, escravos por um monte, nós ficávamos assim a uma estrema, não parávamos, chegava um qualquer duma propriedade, até com as panelas do comer ao lume tínhamos que abalar, não nos consentiam, onde é que a gente dormia? Vivíamos no ar? Hoje podemos em todas as terras tar 24 horas..., noutra tempo não era assim, noutra tempo éramos uns escravos, não sei se compreende? Mas era no tempo do Salazar, no tempo do Salazar, mas desde que entrou outro governo cá a coisa modificou logo, a maneira já foi outra...” (Entrevista homem cigano, 65 anos, 08.03.1993)

“Eu alembro-me da minha mãe estar a fazer uma panela de comida no acampamento onde nós estávamos e veio a GNR nos cavalos e entornaram a comida no chão, mesmo entornaram mesmo, deitaram a panela abaixo e fizeram-nos levantar o acampamento debaixo de chuva, já quase a cair a noite e fizeram-nos ir embora.” (Entrevista homem cigano, 40 anos, informador privilegiado, 26.01.2007)

“Nós se estivéssemos a fazer a comida (...) que estivéssemos a comer, pois se viesse as autoridades, a GNR, vinham e nós tínhamos que agarrar as panelas, com a comida feita ainda à metade feita, outra não feita, agarrar as panelas e termos que mudar para outro local. Outros davam pontapés nas panelas, aventavam a comida, eh... gozavam com nós.” (Entrevista homem cigano, 65 anos, informador privilegiado, 18.10.2006)

O referencial discursivo constante nestas narrativas, associando expulsão com o momento da confecção das refeições, se, por um lado, pode revelar como estes momentos são de importância vital e têm uma duração relativamente longa pelas condições em que se realizam (cozinhar a lenha), por outro lado, pode traduzir uma certa enfabulação dos acontecimentos vivenciados.

Actualmente, e no caso da família de Conceição, fica, no entanto, patente que quando se dá o estacionamento com o conhecimento das autoridades, em lugares onde se costuma parar, existe um controlo após a paragem e a montagem dos oleados.

As estratégias de perseguição e de rejeição local de que são alvo tem como contrapartida, pelo lado dos ciganos, a dissimulação na paisagem. Por seu turno, numa lógica de “jogo do gato e do rato”, o movimento destas famílias traz, como resposta das autoridades autárquicas, por exemplo, a terraplanagem dos espaços que ocupam nas suas paragens, com vista à sua melhor vigilância e resulta ainda na abertura de valas, com o fim de impedir a presença dos mesmos.

Refira-se o caso de um terreno que foi terraplanado num dos lados e que servia de barreira visual impedindo que fossem avistados a partir da estrada. Numa das primeiras visitas a esta família confirmou-se que a geografia deste “escondia” os oleados onde as famílias viviam, situação que se mantinha na visita realizada passado um mês. No entanto, pouco mais de dois meses depois da última visita, a terraplanagem transforma o espaço destruindo os montes que serviam de escudo natural e deixando as famílias mais vulneráveis nas paragens que realizavam neste local.

À arbitrariedade com que são mais ou menos tolerados, respondem, assim, com a astúcia de quem é obrigado a esconder-se na paisagem, mantendo-os, no entanto, espacialmente periféricos face às centralidades de alguns concelhos, ou seja, onde se encontram os principais equipamentos e serviços.

“(…) Andam por aqui. Vão para Castro Verde, para Ferreira, depois chegam e lá mandam-nos para outro lado. (...) se eles vêm para aqui a gente enxota-os.” (Entrevista Tenente da GNR, concelho do distrito Beja, na presença de uma técnica da Segurança Social, 31.08.2006)

Apesar desta estratégia, o tempo de permanência numa dada localidade acaba, sobretudo, por ficar dependente da tolerância de alguns agentes de autoridade e do tipo de espaço que ocupam tanto em Espanha, como em Portugal.

“O percurso que fazem para Elvas, que demora entre 3 e 4 dias, inclui paragens em Terrugem, Vila Aboim, Azaruja, Estremoz. Diz que nestas terras podem ficar mais tempo, para dizer em seguida que “depende sempre dos polícias que são”, “umas vezes deixam mais tempo, outras não. Também depende se dão logo com a gentes ou não.” (Diário de campo, 29.03.2007)

“A GNR passa de jipe e lembra-os que têm que sair no dia seguinte. Eu digo ao Zé que estes guardas lhes falam bem. Zé diz: “Temos um prazo de 4 dias aqui (Alcáçovas). No Escoural também, a Guarda dá 4 dias. Mas não é em todo o lado! Um cigano faz mal numa terra, todos os ciganos que passam, o que lá passarem nessa terra pagam porque são ciganos.” (Diário de campo, 18.03.2007)

Outra estratégia prende-se com a forma como planeiam a chegada às localidades. Sabendo de antemão que são vistos pelos não ciganos como um todo e que são prejudicados por essa mesma visão, os vários núcleos familiares dos Sousa Torrão vêem-se forçados a deslocarem-se de forma dispersa, a entrar e a estacionar de forma separada nas cidades. Uma prevenção que põem em prática tanto em Portugal, como em Espanha.

“Nessa noite, de 17.05.2007, em Alcáçovas, estão a discutir se haviam de sair e ir juntos, ou separados, em direcção a Évora, quando Conceição diz: “As pessoas já têm mais medo dos ciganos por eles andarem sempre em campanha.” (Diário de campo, 18.05.2007)

Constata-se, assim, que independentemente do tipo de lugares eleitos para permanecerem – legítimos, tolerados, ocultos – a sua dificuldade em encontrar um lugar no território decorre da impossibilidade de serem garantido o direito à sua invisibilidade social e de poderem contrariar o efeito de contágio de representações tendencialmente negativas e homogeneizantes a seu respeito. Colocados num patamar da alteridade radical, dificilmente conseguem por si próprios que a sua presença seja considerada socialmente legítima.

#### **4.2. Agressões, medos e insegurança**

Como se constatou, o elemento sempre presente nas razões para as deslocações forçadas das famílias é a acção das forças policiais. O ambiente que se vive no acampamento, seja em que terra for, e mesmo que se esteja num lugar onde mostram ter uma certa segurança de que as autoridades ali os deixam pernoitar por alguns dias, é de medo constante.

“Já tarde, passam das 22:00h, uma carrinha aproxima-se do terreiro onde estamos; começam a dizer que é a P.J. Pedem-me para ir confirmar, “porque você não é cigano, eles não fazem nada”. Vou, o Zé

acompanha-me, e vemos que é uma carrinha de uma empresa de construção civil.” (Diário de campo, Alcáçovas, 18.05.2007)

“É de dia, Conceição avista a GNR ao longe e grita a avisar (no modo como identificam a GNR naquilo que designam de “língua cigana” ou calon). Eles chegam ao acampamento, Conceição e Márcio aproximam-se do jipe e falam com os guardas, enquanto eu e o Zé nos montamos na carroça puxada pelo “Francisco”, o burro, para irmos apanhar erva para alimentar os animais.” (Diário de campo, Alcáçovas, 19.05.2007)

As pressões que experimentam às mãos das autoridades, nas formas de intimidações, agressões ou perseguições, que contribuem particularmente para a depauperização destas e doutras famílias que se encontram em situação de mobilidade forçada, configuram, por último, o afastamento real destas famílias das cidades. Conforme nos dizem, a carga policial de que são frequentemente alvo ocorre com conhecimento de algumas autarquias e da Segurança Social:

“Agora eles chegam, não avisam ninguém, nada e dizem logo “Têm 5 minutos para sair daqui”, “Vá toca a andar” e se falamos levamos. Isso aí não. Acha que isso tem algum jeito? Nós não somos nenhuns animais, somos pessoas, como você e como eles.” (Diário de campo, 29.03.2007)

“As doutoras da assistência social, elas vêem o que a guarda faz e não faz. Elas não mandam os gaiatos à escola sabes porquê? Uma doutora já foi ter aos guardas e os guardas mandam-nas ter com o presidente... dizem às guardas “é pá, eles não têm é sítio para ficarem aqui”, compreendes? E eles, como diz a guarda, “não os vou pôr aqui, aqui deste lado, dentro da minha casa.” (Entrevista Zé, Porto Alto, 04.04.2008)

Numa localidade referem que são agredidos, em particular pela PSP, que lhes tira e lhes destrói os seus bens, nomeadamente os panos com que constroem as tendas, mas também os seus “carros” e motociclos. Falam-nos das agressões aos seus animais, meio de locomoção mas também modo de subsistência quando são mantidos para vender.

“Na noite anterior a PSP tinha destruído a mota do Sr. Júlio, que na altura em que chegámos se encontrava a arranjá-la.” (Diário de campo, 14.12.2006)

“Enquanto falávamos ao telefone apareceu a GNR a mandá-los sair daquele lugar. Conseguem acordar e sair na manhã do dia seguinte.” (Diário de campo, 21.06.2007)

Em Espanha, no contexto do trabalho da vindima onde estão juntos com alguns grupos magrebins, mostraram-se preocupados ao ouvirem as ameaças de que estes eram alvo por parte da autoridade policial. Não tendo sido possível averiguar a veracidade destas afirmações, contudo, ficam registadas algumas frases que nos dirão mais dos medos por parte dos nossos interlocutores ciganos, perpetuando-se, assim, práticas que tanto em Portugal como em Espanha terão sido no passado praticadas<sup>156</sup>.

“À entrada da localidade de Al Almendrejelo foram obrigados a sair de um descampado, situado a uns 100 metros de uma bomba de gasolina; a guarda civil, contam, disse-lhes que se não saíssem desse local lhes levava as crianças, “têm levado os filhos dos marroquinos, muitos!” (Diário de campo, 25.09.2007)

“Queixam-se [as famílias que chegam] que a guarda não os deixou parar num dado lugar, que não consegui perceber qual, mas que era mais central, ou pelo menos mais perto da vinha para onde iam

---

<sup>156</sup> A este respeito conferir a lista das leis dirigidas aos ciganos desde o século XVI (Mendes, 2005; Bastos, 2007; Nunes, 1996; Vasconcellos, 1982; Coelho, 1995).

trabalhar. São empurrados para o mesmo acampamento onde está a família do Zé e dos seus cunhados” (Diário de campo, 26.09.2007)

A vida vivida na rua associada a condições de mobilidade precária, como a que é proporcionada pelas carroças, deixa-os também numa situação de grande vulnerabilidade quotidiana pela exposição elevada aos acidentes de viação. O medo demonstrado de que alguém na família viesse a sofrer um acidente, viria a confirmar-se várias vezes ao longo do trabalho de terreno, através da hospitalização de elementos da família. Se em determinadas situações foi possível evitar uma saída nocturna, noutras casos um familiar que circulava de carroça foi abalroado por um camião e um outro sofreu um acidente por os animais se terem assustado com a passagem de um veículo.

Esta exposição excessiva e involuntária ao risco dificilmente terminará enquanto prevalecer uma lógica de acção pública fragmentada no combate a situações de vulnerabilidade social. É, assim, que se torna possível constatar observações inconsequentes, como a que foi realizada por um agente de autoridade:

“(...) o agente responde [quando se mostraram preocupados por terem de levantar o acampamento e partir já de noite]: “Não tenho nada que ver se vocês têm um acidente ou não.” (Diário de campo, Évora, 24.04.2007)

As dificuldades extremas com que se defrontam diariamente, comprometem directamente todas as dimensões da vida destas famílias. A mobilidade constante e a consequente falta de condições das carroças para guardarem os seus pertences, traduz-se na falta de roupa e de calçado durante todo o ano. Com uma alimentação escassa e com vestuário insuficiente que os deixa mal protegidos do clima, estas famílias mostram, igualmente, forte vulnerabilidade a doenças. Problemas de saúde são constantes ao longo do ano: no Inverno, as constipações, gripes, pneumonias e outros problemas pulmonares marcam os seus quotidianos, ao passo que no Verão são sobretudo afectados por problemas gástricos e desidratações, passando pela degradação rápida da saúde em geral, visível no estado dos dentes e da pele<sup>157</sup>.

A acrescentar à vigilância intensa que as autoridades policiais exercem sobre estas famílias, no sentido de impedir que acampem, está também a fiscalização que, muitas vezes, resulta em apreensões de carta de condução e na aplicação de coimas. O facto de não terem uma residência fixa leva a que alguns dos problemas com multas, que podiam ser resolvidos com o seu pagamento, se arrastem para situações mais complexas e mais graves, como o caso de um

---

<sup>157</sup> Os dados disponíveis sobre a saúde evidenciam como os problemas de doenças crónicas e deficiências são substancialmente maiores entre a população cigana que reside em habitações precárias por comparação com população a residir com melhores condições habitacionais (Vicente, 2009).

elemento desta família ter sido dado contumaz, facto que podia ser facilmente evitado se o aviso de comparência em tribunal tivesse sido lido e cumprido atempadamente.

## Síntese

Este Estudo de Caso assume a sua especificidade por permitir interrogar a questão do habitar na sua dimensão mais dinâmica e relacional com o espaço. Sem poder permanecer de uma forma relativamente duradoura num espaço e sem ter um lugar seguro ao qual regressar após deslocações de intensidade e duração variável são dois traços que abalam modos mais convencionais e estáticos de olhar para o habitar e para o habitante. “*Habitar o movimento*” (Tarrus, 2000), desencadear *estratégias de mobilidade descentradas* e criar “*habitats politópicos*” (Stock, 2006) são, pois, as principais categorias que sobressaem para repensar o sentido de habitar, o estatuto daquele que habita um lugar transitório e sempre incerto e a produção do quadro das identificações locais por parte de habitantes instalados na provisoriedade.

Admite-se que, independentemente das condições existentes para se habitar, estas famílias habitam um território porque “praticam um conjunto de lugares geográficos”, ainda que a representação sobre este espaço ultrapasse a sua dimensão material. A noção de espaço surge como uma “condição e recurso de acção”, mas também como um “problema a resolver”, algo que tem de ser posto à prova (Lussault, 2007; Stock, 2007). Mas é, sobretudo, a noção de tempo que organiza o espaço, ou seja, são as temporalidades que se assumem como elementos fundadores da mobilidade espacial (Tarrus, 2000), seja pelo período que lhes é permitido permanecer, seja porque a ordem da interacção decorre mais dos momentos e das circunstâncias que proporcionam os intercâmbios entre a rede de parentes do que de lugares específicos. “*Habitar o movimento*” (Tarrus, 2000) pressupõe, assim, proximidade física com certas pessoas, lugares ou acontecimentos. Nestes momentos de co-presença “criam-se” lugares (Urry, 2004), onde cada pessoa afirma a necessidade de estar fisicamente presente e é esta conjugação de tempo e espaço que permite a emergência de uma vida social para estas famílias.

A expansão em número destes lugares tende a ser directamente proporcional ao aumento da vigilância e punição sobre os locais de permanência destas famílias e ao alargamento das alianças matrimoniais endogâmicas no grupo amplo de parentes. São, precisamente, estas



alianças que vêm reforçar a coesão interna e ampliar a rede de conhecimentos e as possibilidades de aceder a novos lugares e a hipóteses de negócios.

Ficou patente como o pouco tempo que lhes é permitido permanecer num lugar é impeditivo de concentrar os esforços na edificação do espaço. Ter sempre os bens que mais se valoriza devidamente acondicionados nos meios de transporte e nunca deixar de ter a tenda como único abrigo são apenas dois dos elementos reveladores do estado de alerta permanente, impedindo uma atenção mais focalizada para a edificação destes espaços como lugares de habitar relativamente estáveis e como componentes integrantes da estrutura urbana legitimadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil.

A existência de diferentes pólos de ancoragem no território circulatório destas famílias, mas onde em nenhum se tem direito a permanecer, não significa, no entanto, a inexistência de lugares preferenciais para se estar e circular. Ou seja, o movimento não nega a ligação em termos emocionais. A eleição de determinados pólos em detrimento de outros e a existência de um “caminho” que é próprio a esta família revela: i) a centralidade da história intergeracional e das memórias positivas associadas a esses pólos; ii) a necessidade de serem estes e não outros lugares a serem eleitos para garantir modos de sobrevivência e iii) a existência de áreas geográficas de circulação circunscrita investidas de afecto e de capital relacional que as fazem distanciar da noção de “não lugares”, enquanto espaços marcados por relações transitórias e anónimas, promovidos à individualidade solitária (Augé, 1994 [1992]).

Se a evocação de histórias relacionadas com ascendentes em Évora remete para uma “metáfora de continuidade” (Theodosiou, 2004: 43) não fica evidente que estes lugares sejam biologicamente determinados pela linhagem. Esta naturalização das relações entre pessoas e lugares emerge nos discursos de ciganos e de algumas instituições como que revelando processos de negociação identitária: os primeiros para justificarem a sua presença duradoura e continuada sobre um mesmo espaço, as segundas para enfatizarem que a sua intermitência com o espaço os torna não autóctones. Se o discurso institucional torna as expressões “ciganos” e “autoctonia” um paradoxo, ou seja, duas palavras que se excluem mutuamente, é também certo que o sentido de pertença e a noção de habitar, para estes ciganos, não remetem necessariamente para “metáforas botânicas” (Malkki, 1992: 27), como se a autoctonia como identidade surgisse naturalmente “saída da terra” (Agier, 2007: 99). A criação de laços a um dado lugar não pressupõe, portanto, a existência de raízes, mas faz parte de um processo mais

amplo de um território constantemente em formação, onde em cada um dos pólos se gera um “raizamento” por via de rituais de inscrição material num espaço (Agier, 2008: 24-25).

Os diversos pólos que constituem o território circulatório assemelham-se à imagem de uma constelação composta de vários nós que asseguram um mínimo de estabilidade. Mas este território decorre de uma *estratégia de mobilidade descentrada*, dada a impossibilidade de se ter um ponto fixo seguro ao qual se possa regressar com o sentimento de aí se poder permanecer o tempo que se deseja. Esta estratégia de mobilidade configura aquilo que Stock (2006) designou de “habitat politópico”: praticar uma multiplicidade de lugares, de escalas e métricas variadas, em situações diversas e com intencionalidades diferentes permite sublinhar que a figura organizadora deste habitat não é a rede, na medida em que esta dá uma imagem demasiado homogénea de uma coisa que é fundamentalmente híbrida e mutável (Lussault, 2007a).

Regressar a um dado lugar é, no entanto, sempre imperativo para a satisfação de carências familiarmente reconhecidas mas não ratificadas institucionalmente: reforço dos laços familiares, garantia de meios de subsistência e angariação de recursos para a mobilidade são pois os elementos centrais que configuram o resultado desta estratégia, mas que ficam muito aquém de colocar estas pessoas acima do limiar de pobreza e de contrariar os processos de vulnerabilização.

Ser um deslocado no interior do seu próprio país acarreta consigo a experiência de se ser um indesejado, um sem lugar, entrando-se numa “fluidez liminar” sem se saber se é provisória ou durável (Agier, 2002): a privação do direito à cidade, de acesso ao sistema de ensino, ao mercado de trabalho e às prestações sociais é reveladora de como o sistema de oportunidades não está aberto a estas famílias. A instalação no provisório como regime de existência (Castel, 1998 [1995]) e a gestão da vida na urgência são, pois, as marcas do quotidiano destas famílias, impedindo-as de realizar cálculos e projecções em relação ao futuro a partir de uma base de confiança em si e nos outros.

Importa, pois, interrogar as dinâmicas urbanas em curso desde os anos 80 do século passado, as políticas sociais de regulação da pobreza e as condições de existência de pessoas que nunca tiveram ou deixaram de ter direito à cidade. Os processos de crescimento urbano que estiveram em curso na década de 90 na cidade de Évora e a forma como a população cigana é colocada

na arena política e mediática revelam modalidades de acção pública local, onde nem todas as categorias de munícipes têm lugar.

Como se constatou, o enfoque das retóricas de justificação da acção pública e colectiva nunca assenta nos processos de produção das desigualdades sociais. À medida que aumentam os debates e as controvérsias em torno de espaços ocupados com habitações precárias estabelecem-se e rigidificam-se categorias identitárias, de base culturalista, mas com sentidos diferenciados. Por um lado, o nomadismo surge como uma destas categorias, servindo para evidenciar uma diferença étnica que sustenta uma opção específica em termos de habitat – Parque de Acolhimento Nómada – e que visa garantir um modo de vida “ancestral”, mas também como um traço que visa rejeitar qualquer possibilidade de autoctonia e de aquisição do estatuto de residente para benefício das políticas públicas. Por outro lado, o “ser cigano” remete para uma espécie de bloqueio cultural que etniciza a exclusão social pelo simples facto de se viver “por opção” em barracas. Em qualquer dos casos, produzem-se identidades não negociadas, onde é inexistente um diagnóstico participado das situações e onde emerge a falta de transparência nos processos de acesso aos recursos das políticas públicas de habitação. Gera-se, pois, uma espécie de selecção natural no acesso a um lugar na cidade e às oportunidades das políticas públicas, uma vez que surgem nos referenciais discursivos dos órgãos do poder local outros destinatários que aparentam ser socialmente mais legítimos nesta competição por recursos que pela sua natureza são escassos: o solo urbano e a habitação social.

Os processos de categorização desencadeados se, por um lado, revelam as dificuldades, as incapacidades e/ou a falta de vontade da administração local em estabelecer compromissos e ajustamentos entre as diferentes partes envolvidas, por outro lado, tendem a servir indirectamente um objectivo: colocar na arena pública uma situação social para se atingir uma determinada dinâmica de acção social. De facto, a dificuldade de cooperação institucional acaba por contrastar com a aparente facilidade com que as várias instituições conseguem estabelecer articulações para sinalizar e expulsar os seus “indesejados”.

Poderá levantar-se como hipótese que as soluções específicas, nunca concretizadas em matéria de habitat, que foram sendo preconizadas não revelam apenas o carácter instável nas possibilidades de cooperação inter-institucional e a indefinição de competências nos processos de luta contra a pobreza e a exclusão social. Não dar seguimento às referidas soluções parece também revelar o receio de fundar lugares a partir dos “nómadas”, ou melhor de “nómadas” que se revelariam falsos.



## **B. Itinerários de exílio e territórios de referência**

Este Estudo de Caso reporta-se a duas famílias alargadas, com laços biológicos entre si, residentes num concelho da Região Centro, do Distrito de Leiria. A data da última fixação no concelho remonta a 2005, para a família Matias da Silva, e a 2006 para a Ramalho Matias. No caso da primeira era frequente estarem juntas cerca de 40 pessoas referentes a seis núcleos familiares<sup>158</sup>. No caso da segunda família, raramente estavam menos de três núcleos familiares juntos, rondando cerca de 20 pessoas<sup>159</sup>. Esta fixação relativamente recente no concelho traduz, no entanto, como este pólo se manteve activo entre todos os núcleos familiares, uma vez que no passado este lugar já tinha sido eleito como local de residência. Apesar de conseguirem garantir que o concelho seja o seu espaço de habitat, a mobilidade espacial realiza-se a diferentes escalas geográficas e apresenta uma intensidade e duração variáveis em função dos seus protagonistas.

### **1. Percursos biográfico, residencial e geográfico**

A análise diacrónica dos períodos de mobilidade e sedentarização revela que o território das duas famílias alargadas que constituem este Estudo de Caso tende a ser progressivamente mais complexo e diversificado em função do crescimento demográfico das famílias e da sua dispersão espacial, das fronteiras invisíveis que se vão criando ao longo de uma trajectória de vida e das várias ligações que se vão gerando em determinados lugares.

As trajectórias de vida destas duas famílias permitem detectar três dinâmicas de mobilidade, de natureza distinta, mas que são indissociáveis da forma como os actores sociais, dotados de um conjunto de recursos e competências, desenvolvem a sua acção em diferentes contextos territoriais, em função da sua atractibilidade, inevitabilidade ou hostilidade. Esquemáticamente estas dinâmicas traduzem:

---

<sup>158</sup> O núcleo de Leila, composto pelo marido e por uma neta de um dos filhos que “adoptou” à nascença, quatro núcleos familiares referentes a quatro filhos (2 homens e 2 mulheres), e um núcleo composto pelo sobrinho do marido.

<sup>159</sup> O núcleo de Ivo, mulher e filhos; o núcleo de um seu irmão, com mulher e filhos e um núcleo de uma irmã da mulher de Ivo com o marido e filhos.

- 1) mobilidades associadas a modos de sobrevivência (venda de cestos, reparação da verga em garrações, venda e troca de animais), de aproximação a familiares e administrativas (recurso a determinados serviços e equipamentos);
- 2) mobilidades desencadeadas por situações de conflitos intra-étnicos;
- 3) mobilidades relacionadas com situações de conflito inter-étnico e de expulsão por parte de autoridades locais.

O cruzamento destas dinâmicas de mobilidade com os ritmos e fluxos e a sua articulação entre diferentes territórios revelam ser elementos indispensáveis da constituição dos processos identitários de famílias cuja trajetória de vida foi marcada por intensas mobilidades espaciais. Com a reconstituição dos percursos biográficos procurar-se-á, de seguida, compreender de que forma a *história intergeracional* contribuiu para a constituição da identidade de grupo, as *fases do ciclo de vida* permitiram a conquista de territórios de referência e o *contacto continuado com determinados territórios* reactivaram os vínculos identitários com lugares específicos.

### 1.1. História intergeracional e constituição da identidade de grupo

A história da família Matias da Silva, nomeadamente através do percurso biográfico e geográfico de Leila, elemento mais velho da família presente no território em análise, é a mais ilustrativa da forma como se constituiu a identidade deste grupo familiar.

A ligação a Espanha remonta à infância e juventude (anos 40 e 50) de Leila por os seus ascendentes serem “galegos”, como ela diz. A história intergeracional desta família, bem como as migrações entre Portugal e Espanha reflectem-se na forma como se auto-identificam e estabelecem diferenciações face a outros ciganos. A referência a um território específico associado à família Matias – a Galiza – por oposição à inexistência de um lugar a que os ciganos designados de “chabotos” estariam ligados<sup>160</sup>, revelou-se um elemento crucial da auto-definição da identidade dos diferentes núcleos familiares que constituem a família Matias da Silva.

"Nós somos galegos, viemos da província de Lugo, os chabotos andam por aí." (Diário de campo, Leila, 12.12.2006)<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> Contrariamente ao apresentado no Estudo de Caso anterior, a família Matias da Silva não associa os chabotos a um território específico. Outros ciganos contactados ao longo do percurso de investigação referem que são da região de Trás-os-Montes, havendo também ciganos que afirmam que estes não são ciganos.

<sup>161</sup> Os interlocutores que constituem este Estudo de Caso não utilizam a designação de “raça”, ao contrário do que se passa nos outros Estudos de Caso aqui apresentados em que esta expressão designa o conjunto alargado de famílias, que é formado por vários núcleos familiares e seus descendentes.

A presença de elementos da família Matias da Silva em Espanha atesta esta ligação: dos catorze filhos de Leila, pelo menos sete residem em Espanha (quatro em Lugo, uma filha em Pamplona, duas em Madrid) e dois irmãos estão em Badajoz. De cinco, Leila diz desconhecer onde se encontram. Optar pela nacionalidade portuguesa ou espanhola parece ser relativamente indiferente, como se a qualquer momento fosse possível adoptar a nacionalidade do país que, em determinado momento do ciclo de vida, se adoptou ou impôs como lugar de residência. A situação de uma das filhas, América, é a este título ilustrativa: na sequência do seu marido, com nacionalidade espanhola, ter sido preso em Portugal, acabou por ir cumprir a pena numa prisão do país vizinho. A mulher, com os filhos, passa a acampar junto do estabelecimento prisional até começar a ser acompanhada pela assistência social. Na sequência deste acompanhamento passa a ter identificação espanhola e acede a um alojamento social. Após três meses de ter saído da prisão, o marido envolve-se numa briga com outros ciganos e acaba por falecer. América encontrava-se junto da mãe em Dezembro de 2007, poucos dias depois de se ter dado o incidente em Pamplona, referindo que gostaria que Leila regressasse com ela. Apesar da viagem a Portugal ter servido para tratar dos documentos de identificação de dois dos três filhos, nascidos no concelho de Cascais, viríamos a perceber mais tarde que o amparo emocional e a busca de protecção junto da mãe acabou também por resultar numa aliança matrimonial de um dos seus filhos com uma das netas de Leila, na altura com 14 anos.

Esta ligação a Espanha, e nalguns casos a naturalidade espanhola de alguns dos elementos das famílias, acabou também por marcar a hetero-identificação das famílias Matias<sup>162</sup> por parte de outros grupos ciganos e não ciganos, designando os elementos das diferentes famílias alargadas Matias de “Espanhóis”, designação com um cunho pejorativo que remete para atributos que indiciam violência e marginalidade.

Apesar de não ser consensual a diferenciação existente entre grupos ciganos<sup>163</sup>, a origem espanhola aparece como um demarcador de fronteiras identitárias intra-étnicas que permite distinguir estas famílias de outras e de um outro grupo a que chamam “chabotos” que, embora portugueses, parecem ter aos olhos do grupo maioritário cigano um conjunto de traços diferenciadores (maneira de vestir e falar, área geográfica de residência, actividade

---

<sup>162</sup> Referimo-nos aqui não só às duas famílias presentes no concelho, mas também a outras famílias de apelido Matias que tivémos conhecimento, por via directa ou indirecta.

<sup>163</sup> Informação obtida em conversas com elementos ciganos de estruturas representativas da população cigana que no âmbito da pesquisa tiveram o estatuto de informantes privilegiados.

profissional, formas conjugais,...) que faz com que eles sejam quase não ciganos aos olhos da maioria dos ciganos<sup>164</sup>.

O marco identitário geo referenciado ao norte de Espanha das famílias Matias, traduz-se em termos espaciais num território que parece ter fronteiras bem definidas, não conceptualizadas pelos próprios enquanto tal, mas que pela descrição dos seus trajectos e a percepção que têm do território continental se percebe que seria impensável viver, por exemplo, a sul do Tejo: território desconhecido e onde estão outras famílias ciganas. De facto, ao longo da pesquisa tivemos oportunidade de conhecer diferentes ramos da família Matias e não se apurou nenhuma deslocação destas famílias para sul de Lisboa, concentrando-se especialmente nas regiões Norte e Centro de Portugal (cf. Mapas 4 e 5).

## 1.2. Conquista dos territórios de referência e reactivação dos vínculos identitários

### *A Família Matias da Silva*

Retomando o percurso biográfico de Leila apercebemo-nos de como a referenciação territorial a Espanha desta família se reflecte e reconstrói ao longo de um percurso de vida, marcado pela instabilidade do quotidiano e pela imprevisibilidade face ao futuro.

Leila, nascida a 15 de Agosto de 1940, na freguesia da Ajuda, em Lisboa, com um ano de idade parte para Espanha. Passado um ano regressa com a mãe a Portugal, concretamente ao Bairro Pinhal do Fim do Mundo, no Estoril (concelho de Cascais) para junto de uma irmã desta. Este regresso surge na sequência da morte do pai, fruto de um conflito intra-étnico.

“A morte do pai aconteceu na sequência da mãe de Leila se ter queixado de que um cigano se andava a meter com ela. O pai bateu no cigano e deixou-o numa cadeira de rodas. Numa noite um cigano vem vingar-se e dá-lhe um tiro na boca quando este estava a dormir ao lado da mãe de Leila. Um dos ciganos ainda disse que matava a mãe, mas o outro (aquele que gostava dela) disse para não a matar. Os sogros da mãe de Leila acusavam-na da morte do filho e esta veio para S. João do Estoril para junto de uma irmã. Tinha 20 anos e quatro filhos, fez cinco anos de luto e voltou a casar-se com um cigano feirante de quem teve 3 filhos. Aos 30 anos morre envenenada por uma criada de uma casa onde costumava ir pedir. A mãe de Leila terá comido uma ‘sande’, sentiu-se mal e disse a Leila que tinha sido da ‘sande’ que a criada lhe tinha dado. A criada queria vê-la morta, pois gostava do seu marido. Antes de morrer disse que a protegeria para sempre. Leila, então com 15 anos e um filho resolve vingar-se e com a parte de uma balança vai a casa dela e mata-a. Diz que os guardas apareceram e compreenderam a razão da sua atitude. Levaram-na a casa, tiveram pena dela, de ter 1 filho e 3 irmãos pequenos, e deram-lhe 40 contos.” (Diário de campo, 21.11.2006)

Leila permanece neste concelho até ao início dos anos 50. A presença de familiares vivos ou mortos nesta localidade e nas suas imediações vai justificando as deslocações a este território,

---

<sup>164</sup> Também Lurdes Nicolau na sua tese de doutoramento recentemente defendida chega às mesmas conclusões (Nicolau, 2010: 189-200).



instaurando-se e reactivando-se os laços familiares e identitários, mas não o desejo de aí fixar residência, dada a presença de muitos ciganos e dos conflitos que se vão gerando. Alguns episódios deste tipo de conflitos são relatados por Leila neste bairro, tornando imperativa a sua saída:

“Como não conseguia estar longe do cemitério onde está enterrada a sua mãe constrói uma barraca junto deste em S. Domingos de Rana. Diz que era uma barraca grande e tinha uma horta. Teve várias ameaças e com medo que de noite lhe incendiassem a barraca vai com as carroças para Rio Maior, Santarém: “andávamos pelo mundo” (ri-se). Apanhavam vime, faziam cestos, reparavam garrações, iam à sucata, roubavam galinhas.” (Diário de campo, 21.11.2006)

“Fui ter com uma tia minha, para Tomar, sabe onde é Tomar? Para lá, para lá de Vila Franca de Xira, havia lá muita verga, andávamos por aí, a correr o mundo (...) estava ali para governar a minha vida, era bom para vender cestos, o meu irmão fazia cestos, vendia e dava-me dinheiro.” (Entrevista Leila, 08.02.2007)

Para além do concelho de Cascais, as localidades de Lugo, Pamplona, Madrid e Coimbra constituíam-se, nesta fase da sua vida, como pólos familiares activos, mais ou menos visitados tanto em função da proximidade geográfica, como em termos dos referenciais simbólicos a eles associados. Mas na sequência de certos acontecimentos alguns destes territórios tornaram-se interditos.

Se Lugo, nos anos 40, 50, 60 aparecia como um destes polígonos familiares, a saída para Pamplona, no início dos anos 70, prende-se com o não desejo de realojamento num bairro com outras famílias ciganas. Leila, junta-se a dois irmãos em Pamplona onde acede a uma habitação social e aí permanece oito anos trabalhando no município, tal como os irmãos. A saída desta localidade espanhola surge na sequência de um cigano ter acusado um irmão seu de roubo. Dá-se o regresso a Cascais e o não retorno a Pamplona. No entanto, mais tarde, três dos seus filhos mais velhos acabam por regressar e aí fixar residência.

As décadas de 50, 60 e 70, ou seja, quando Leila tinha entre 15 e 30 anos, são marcadas por fortes mobilidades associadas a trajectos de curta e longa distância. Se nos anos 50 e 60, as deslocações se encontram associadas à procura de formas de subsistência e a conflitos intra-étnicos, nos anos 70, abandonada pelo marido, procura-o, em vão, por várias localidades até regressar novamente para perto de familiares, que ainda hoje residem em Cascais. A presença de muitas famílias ciganas, a existência de alguns conflitos latentes e a eminência de estes poderem tomar proporções mais sérias, levam-na a partir sozinha com os seus filhos mais novos até Coimbra para perto de um irmão da mãe, mas conflitos familiares impedem-na de permanecer mais de dois meses e de até hoje regressar a esta cidade.

“Naquela altura eu estava sozinha com os meus filhos, a criar os 8 filhos. A mulher dele era muito ciumenta, eu não podia falar com o meu tio, a minha família toda veio responder por mim. Eu dei muita porrada a ela. O filho dela por trás partiu-me a boca, chamou-me puta e eu disse-lhe “puta é a tua mãe,



festas realizadas por estes no seu local de residência levam o proprietário a impedir a estadia. Nos anos seguintes, a família ocupa diferentes espaços do concelho, acabando, em 1996, por ser expulsa pelas autoridades locais.

Dirigem-se para o Cadaval, para um terreno de um conhecido não cigano que já lhes tinha dado autorização de permanência quando se deslocavam ao concelho para trabalhos sazonais na agricultura. Aí residem nove anos até se ter desencadeado um conflito com a Segurança Social no âmbito de um processo do Rendimento Social de Inserção que durou quase dois anos a ser deferido e onde foram beneficiários apenas dois meses (cf. Secção 2.6). O cancelamento da prestação, sem aviso prévio, é justificado, por Leila, pelo facto de uma das filhas não ter frequentado a escola. Inconformada com a situação e perante o receio da filha lhe poder ser retirada desencadeia-se um conflito com a técnica responsável pelo processo e Leila acaba por partir para as Caldas da Rainha, em Setembro de 2005.

Nas Caldas da Rainha, a estadia não dura mais de dois meses. Acabam por ser expulsos pelas autoridades locais, na sequência de queixas feitas pela vizinhança a comportamentos indesejados das crianças. Este concelho já era um local de referência para Leila, desde os tempos em que acampanhava o padraço nas suas deslocações por motivos comerciais:

Diz que o padraço era bom, “vendia fazenda, tinha uma vida boa e agora é esta miséria”, faziam feiras na Nazaré, Cascais, Caldas da Rainha. (Diário de campo, 21.11.2006)

Já no concelho vizinho, concretamente na chegada a S. Martinho do Porto, são abordados pela Guarda Nacional Republicana que só autorizou a sua permanência durante uma noite. Tentam permanecer na Nazaré e dirigem-se à Segurança Social para requerer o Rendimento Social de Inserção, mas quem os atende diz-lhe para irem para a Marinha Grande pedir o RSI:

“Ela não nos queria lá.” (Diário de Campo, Júlia, Julho 2006).

Chegados ao actual concelho de residência, em Setembro de 2005, pedem autorização na Câmara Municipal para permanecerem numa fábrica que já estava a ser ocupada por toxicodependentes. Segundo Leila ter-lhes-ão passado uma autorização, no entanto, nem o presidente do município nem o da Junta de Freguesia confirmam esta informação. Em Janeiro iniciam-se as pressões dos proprietários da fábrica e dos vizinhos para se fechar o edifício. Aqui permanecem entre Setembro de 2005 e Maio de 2006, donde são expulsos, ficando vedado o acesso à fábrica. Questionando-se as razões da expulsão, Leila responde que os “guardas são muito malandros, não têm pena da pobreza.” (Diário de campo, Leila, Agosto 2006).

É no período em que se encontram na fábrica que uma das filhas de Leila – Isabela – conhece o jovem Luís, filho de pai não cigano e de mãe meia cigana, e neste espaço realiza o seu casamento. Quando são expulsos, todos os núcleos familiares se dirigem para um terreno do pai deste jovem, a 3 km do centro da cidade.

No período em que a família Matias da Silva reside no concelho do Cadaval, as deslocações ao actual concelho de residência ocorrem por parte de Leila para tratar de assuntos administrativos, nomeadamente pelo facto de ter aí o seu domicílio fiscal e de necessitar da declaração de IRS para efeitos de requerimento do RSI (cf. Secção 5.2.), aproveitando a deslocação também para tratar dos documentos de identificação do filho Pablo.

No caso do núcleo familiar de Pablo, filho de Leila, assiste-se à sua permanência neste concelho entre 2002 e 2004, onde através do apoio de uma assistente social foi possível encontrar um terreno para poderem fixar residência. Para além do município ter disponibilizado um contentor e materiais para construir uma barraca, tiveram ainda o apoio da assistente social para requerer o então Rendimento Mínimo Garantido e para tratarem do Bilhete de Identidade de Pablo. A mulher deste afirma que este foi o período da sua vida em que viveram melhor – “tínhamos muito dinheiro” -, parecendo valorizar a inserção escolar do marido e dos filhos durante estes anos.

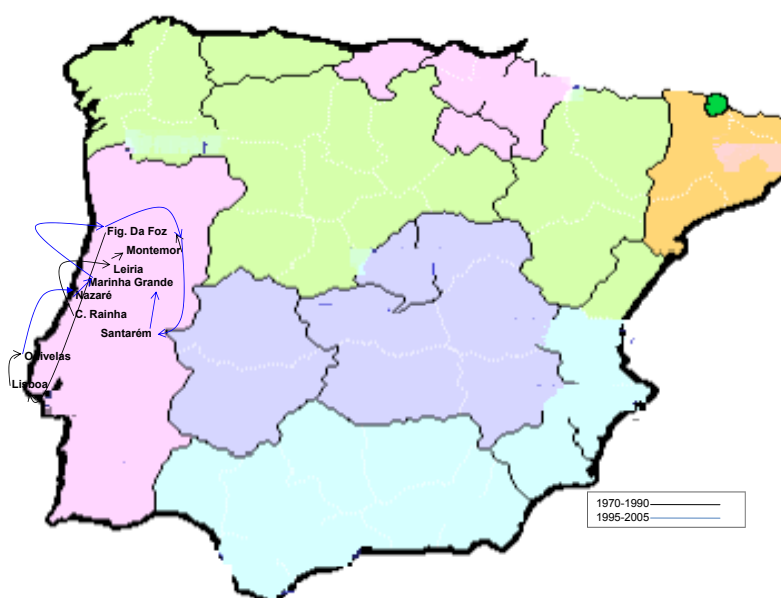
A saída desta localidade surge na sequência da chegada de uma família cigana, aparentemente não conhecida de Pablo nem da sua mulher, que se instalou nas imediações do seu local de residência. Terá havido um conflito no interior desta família e uma criança foi atingida com um tiro. Uma vizinha chamou a polícia e acusou a família de Pablo de ter participado na confusão. Foram expulsos daquele local, destruíram a barraca e foram ter com a mãe, Leila, ao Cadaval, regressando em Setembro de 2005, ao actual concelho de residência com a mãe e dois irmãos.

Após a instalação neste concelho, os vários elementos da família Matias da Silva deslocam-se entre concelhos, embora um deles represente o ponto de ancoragem (cf. adiante Secção 4.3).

## *A Família Ramalho Matias*

O percurso biográfico de um elemento da família Ramalho Matias, Ivo, centrado nas suas deslocações espaciais e na relação que foi estabelecendo nos diferentes territórios de fixação, fornece elementos complementares para a compreensão da forma como as diferentes fases do ciclo de vida marcam a relação com o território e implicam dinâmicas de mobilidade de intensidade variável. Também aqui, tal como na cartografia dos espaços percorridos por Leila, se verifica uma circunscrição territorial a uma área do país que se restringe às regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Centro, tal como se pode observar através do Mapa seguinte<sup>166</sup>.

**Mapa 5: Cartografia dos polígonos de vida de Ivo**



Ivo nasceu em 1974, nas Caldas da Rainha, sendo o quinto de dez irmãos. Nesta cidade ficou cerca de cinco anos a viver numas barracas num espaço que viria a ser um bairro de habitação social. Foi para Leiria com os pais e os irmãos, onde tiveram o apoio de um padre que lhes forneceu madeiras para construírem barracas. Permaneceu nesta cidade até aos 12 anos, altura em que o pai morre na prisão em Vale de Judeus. O pai é enterrado em Montemor-o-Velho e a família mudou-se de Leiria para Montemor e, posteriormente, para a Figueira da Foz. A mãe, com 10 filhos para sustentar, envolve-se num negócio ilícito e terá sido presa quando Ivo tinha cerca de 13 anos.

<sup>166</sup> A opção pela referência a Ivo como o Ego que protagoniza este percurso biográfico, prende-se com o facto de estarem centradas nele as razões da presença da sua família no actual concelho.

Questionados sobre as razões dos pais não terem um sítio fixo para residirem, o irmão de Ivo responde espontaneamente, justificando a situação pela condição de “nómadas” dos progenitores. No entanto, torna-se evidente como o momento da entrevista potenciou uma reflexão em torno do sentido da itinerância:

“Então, porque eram nómadas. Também é derivado ao trabalho. Era cesteiro, negociante de gado, essas coisas... Também agora é que eu conheço bem porque é que um cigano anda de trás para a frente, é também devido ao seu negócio, ao seu trabalho. Por exemplo, o meu irmão: se ele tem intenção de morar aqui para arranjar uma casa, se arranjar aqui um trabalho, a vida vai ser praticamente aqui.” (Entrevista colectiva, irmão de Ivo, 13.10.06)

Sem se ter conseguido apurar as datas e os motivos que levam à saída de Montemor-o-Velho e da Figueira, sabe-se que parte da família de Ivo terá chegado à Buraca em 1991, onde residiam alguns familiares. É aqui que Ivo, então com 16 anos, conhece Maria Leonor e se casa. Maria Leonor nascida em 1977, na freguesia de Margens, do concelho de Gavião, distrito de Portalegre, é filha de um segundo casamento da mãe, tendo aproximadamente onze irmãos. Os pais, comerciantes de “bestas”, nos anos 80 resolvem ir para Torres Novas para fazer o seu negócio, parecendo esta movimentação estar associada à procura de melhores oportunidades de vida que também outras populações residentes no concelho parecem ter iniciado no mesmo período<sup>167</sup>. Mas esta deslocação encontra-se também ligada a uma tentativa de se aproximarem de familiares que entretanto se iam dispersando pelo país:

“Os meus pais já não quiseram viver lá porque os mais velhos já tinham casado, o mais velho era homem mas veio viver para ao pé dos sogros e depois viemos para lá viver todos juntos Ficámos lá no largo da feira, onde faziam a feira, vendiam gado, ficava numa ponta da cidade.” (Entrevista colectiva, Maria Leonor, 17.01.2007)

A ligação a esta actividade profissional pôs a família de Maria Leonor em contacto com outras famílias ciganas comerciantes, nomeadamente uma residente no concelho de Torres Novas com quem se daria uma aliança matrimonial com uma das irmãs de Maria Leonor e com quem esta passaria alguns períodos da sua vida. Residem nesta localidade sete anos até partirem, em 1990, para S. Domingos de Rana e posteriormente para a Buraca. A vida nestas localidades peri-urbanas parecia contrastar com aquilo a que estavam habituados em Torres Novas: “roubos, droga e confusão” marcavam negativamente estes contextos, por oposição ao “sossego” que caracterizava Torres Novas. Em S. Domingos de Rana, alguns familiares, há mais tempo aí residentes em barracas, acedem a uma habitação social, mas o descontentamento com a zona leva-os a procurar a sua sorte na Buraca. É nesta incursão que Maria Leonor conhece Ivo. Casam-se e vivem 15 dias numa barraca, que viria a ser demolida devido à

---

<sup>167</sup> Os dados sobre a população residente neste concelho revelam, a partir da década de 80, um decréscimo acentuado da população: de 10.049 residentes em 1960, o concelho passa para 6.850 efectivos em 1981. Ao longo dos decénios seguintes mantém esta tendência, registando, em 2001, 4.146 residentes (INE, Recenseamento Geral da População).

construção de uma estrada. Este episódio, segundo contam, levou a receberem uma indemnização de 4500 euros.

Vão para Odivelas, onde compram uma barraca a uns familiares espanhóis<sup>168</sup> por 4.000 euros, na esperança de lhes ser atribuída uma casa. No entanto, a Câmara identificou que tinham recebido a indemnização na Buraca e não os considerou elegíveis no processo de realojamento. Passados cerca de oito meses vendem a barraca por 500 euros e juntam-se à mãe de Ivo, que até 2008 residia nesta localidade em condições precárias de habitação. Durante os cinco anos que permanecem em Odivelas, a mãe de Ivo ainda era viúva, mas esta acaba por se casar, indo viver com uma irmã e dois irmãos numa fábrica abandonada deste concelho. Na altura em que o trabalho de terreno decorria, Ivo afirmava não aceitar o segundo casamento da mãe: “o luto é para a vida e estas coisas não são para se ver.” (Diário de campo, 17.01.2007). No entanto, numa visita efectuada em Março de 2009 ficámos a saber que a mãe, juntamente com dois irmãos, tinha vindo para junto do núcleo familiar de Ivo. Contam-nos que as famílias presentes naquela fábrica tiveram a possibilidade de escolher entre uma casa e 1500€ para cada um dos núcleos familiares. Embora a mãe de Ivo preferisse uma casa, a maioria dos familiares presentes optou pelo dinheiro e ao que parece não deixando alternativas aos outros.

A insatisfação com o local de residência em Odivelas e a incerteza de encontrarem um lugar onde pudessem ser bem recebidos, levam a família de Ivo a percorrer várias localidades, sem, no entanto, recordarem com tristeza os cerca de oito meses que viveram nesta situação de mais intensa mobilidade:

“A gente quando saiu lá de Odivelas já não tinha sítio certo, a gente estava 1 dia ali, 2 dias ali.” (Entrevista colectiva, Ivo, 17.01.2007)

“A gente através dos ciganos andava assim, andava para aqui, andava para ali, estava 2/3 dias aqui, ia para outro lado. Eu gostava naquela altura, agora não, agora quero é um sítio certo.” (Entrevista colectiva, Ivo, 17.01.2007)

“Dantes era, vimos que estávamos abandonados que não tínhamos mais sítio para estar bem e que a única hipótese era estar na Figueira, porque era uma zona onde a polícia não nos mandava embora e era onde ele tinha mais família, a gente sentíamos mais apoiados.” (Entrevista colectiva, Maria Leonor, 17.01.2007)

A percepção positiva das vivências de mobilidade neste período não pode ser dissociada do período do ciclo de vida em que se encontravam. Na altura, ambos os elementos do casal tinham cerca de 20 anos e apenas dois filhos com menos de cinco anos, contrastando com a situação actual em que passados onze anos têm seis filhos com idades compreendidas entre os

---

<sup>168</sup> Também a família Ramalho Matias apresenta ligações a Espanha: pelo menos uma das avós de Ivo reside em Sevilha e registam-se alguns nascimentos de jovens ocorridos em território espanhol.

2 e os 16 de idade. Saem, então, de Odivelas acompanhados de familiares, seguem para a Nazaré, passam pelo actual concelho de residência, acabando por se fixarem na Figueira da Foz, onde constroem uma barraca perto da avó de Ivo e de alguns dos irmãos.

Na sequência de conflitos entre familiares, a família de Ivo e de um irmão vão para a Tocha em 1997. Os familiares que ali permaneceram têm hoje uma casa, apesar de Ivo ter estado recenseado a casa não lhe foi atribuída (cf. Capítulo 3).

Em 2002, com o apoio de três irmãos de Ivo, o casal compra um terreno na Tocha com cerca de 1000 m<sup>2</sup>, por 3.482€, mas por falta de dinheiro não o registam. Fizeram um furo, pois a 5 metros de profundidade havia água, tinham electricidade e construíram uma barraca por 600€. Através de uma fotografia do interior da barraca é possível perceber a existência dos principais equipamentos domésticos: esquentador, fogão, frigorífico e televisão.

A saída da Tocha para Santarém deveu-se ao facto do filho mais velho, já prometido à filha de uma irmã de Maria Leonor, ter-se envolvido com outra rapariga cigana.

Foi por causa do meu filho. Ele antes de estar com esta que tem agora ele já namorava com a outra, ela era pequenita, tinha 12 anos, só que ele era malandro, eles namoravam, depois a gente fomos pedir essa menina para ver se ficava comprometida para o Belmiro, quando fossem maiores e quisessem casar, mas a mãe não quis e depois eu para o menino perder a ideia da outra, casámo-lo com esta e depois a outra tentou fugir com este, depois os pais da menina não admitiram de fazer isso. Estiveram para aí fugidos um dia e meio. A menina foi *percurada* pelas famílias dela e encontraram-na com ele, a ele mandaram-no embora e ela levaram-na para casa dos irmãos, depois ela agora casou. (Entrevista colectiva, Maria Leonor, 17.01.2007)

Perante a nossa insistência em tentar perceber a forma como determinados territórios podem passar a interditos por motivos assentes em questões de honra, Maria Leonor afirma:

“Então, achas bem o Belmiro estar casado e a desgraçar uma outra miudita?”

“Às vezes é os filhos que trazem problemas com os pais. É, agora não posso pisar lá na Tocha por via do meu filho. Queria estar a namorar com outra garota, ele já era casado, então ganhamos problemas com outros por causa disso.” (Entrevista colectiva, Maria Leonor, 13.10.2006)

Em Março de 2006, juntam-se então em Santarém à família da irmã de Maria Leonor cuja filha estava prometida a Belmiro. Aqui, apenas permanecem quatro meses, devido a um conflito ocorrido entre Ivo e um jovem casado com uma filha da irmã de Maria Leonor. Dirigem-se para o actual concelho de residência em Julho de 2006, onde até hoje permanecem.

“Ivo falou sobre o conflito que tivera em Santarém. Estavam todos num bar e um jovem casado com uma filha da irmã de Maria Leonor, de cerca de 20 anos, não se estava a portar muito bem e Ivo deu-lhe duas chapadas na brincadeira. Ele não gostou e começou a bater em Ivo, este respondeu com uma cabeçada. Ivo diz que não tem medo de lá voltar mas tem um “entendimento”, prefere não ir para não arranjar confusões, pois a família dele pode querer vingar-se.” (Diário de campo, 1.11.2006)



Os territórios percorridos por estas famílias, longe de representarem um espaço contínuo e solidário, contêm fronteiras invisíveis, resultantes de acontecimentos marcantes dos percursos de vida e da fraca hospitalidade sentida em algumas localidades. Determinados territórios passam assim a ter o acesso vedado e tornam a mobilidade, em certas ocasiões, imperativa. Pode levantar-se a hipótese de que estes protagonistas da mobilidade desenvolvem competências de flexibilidade e adaptabilidade a novos territórios, sem que, no entanto, esta mobilidade espacial se traduza no reforço ou consolidação dos laços sociais inter-étnicos e numa alteração de estatuto social.

## **2. Reconstrução de fronteiras e criação de novas territorialidades**

Constata-se pela exposição realizada que a escolha de uma dada localidade não é aleatória. Pode escolher-se um sítio onde anteriormente já se esteve e que não esteja marcado por conflitos, nem por ser exclusivo a determinadas famílias e onde a pressão das autoridades locais para a sua retirada não seja eminente. A presença de outros familiares (vivos ou mortos) tende também a assumir alguma relevância em certos momentos do ciclo de vida, bem como o conhecimento de alguns actores locais (vereadores, presidentes de junta, enfermeiras...) e a possibilidade de aceder a serviços sociais.

Um outro aspecto não menos central prende-se com o conhecimento da existência de espaços devolutos com possibilidade de ocupação, mesmo que sujeita a negociação com os respectivos proprietários. Estes espaços podem ser de vários tipos e com localizações diferenciadas nos contextos territoriais em que se inserem: terrenos não construídos nem cultivados, parcelas anteriormente construídas mas onde o edificado foi demolido, áreas ocupadas por edifícios que perderam a sua função inicial e permanecem sem qualquer actividade ou uso. Trata-se, no fundo, de “espaços marginais”, no sentido dado por Sally Kendall (1997), onde os poderes políticos e económicos não são capazes de definir e/ou controlar o uso físico e cultural do espaço, em determinados tempos e/ou em determinados lugares.

Nas duas famílias em análise neste Estudo de Caso, as dinâmicas de mobilidade associadas a conflitos intra-étnicos destacam-se pela sua centralidade na configuração dos seus percursos biográficos, merecendo uma análise mais detalhada.

## 2.1. Conflitos e sua gestão

Dos relatos dos percursos biográficos das duas famílias constata-se como os seus quotidianos foram marcados por conflitos, fruto de intrigas, insultos e provocações, que puseram em causa a honra de umas famílias face a outras. Nas situações relatadas constata-se a existência de um código moral que opera entre categorias de honra e vergonha e que pode determinar o poder de um homem ou mulher associado ao seu comportamento, mas também ao dos seus filhos.

O território vai fragmentando-se independentemente do tipo de conflito que é perpetrado, mas a duração das fronteiras e o espaço que estas envolvem encontram-se estreitamente relacionados com o seguinte conjunto de factores: 1) tipo de conflito desencadeado; 2) características do território onde ocorre (dimensão e recursos disponíveis); 3) representações sobre o espaço de habitat e ligação ao lugar; 4) ponderação entre o regresso à terra onde ocorreu um conflito e o possível agravamento de uma relação com um familiar directo.

Consoante as proporções tomadas pelos conflitos gerados podem formar-se “contrários” ou “desordens”, ou seja, o impedimento de um elemento da família ou de toda a família alargada que iniciou o conflito de permanecer no território onde até aí mantinha a sua residência. Um conflito que implique a morte de um dos envolvidos leva à criação de “contrários”, ou seja, a um afastamento territorial geralmente daqueles que provocaram o conflito, estendendo-se a toda a família alargada o imperativo de partir. A anulação desta situação apenas parece possível quando desaparece da memória familiar e é neste sentido que alguns ciganos indicam o período de “cinco gerações” e outros referem ser “para toda a vida”. As “desordens”, por não implicarem a perda de nenhum elemento da família, parecem não ter consequências sobre os restantes familiares não envolvidos no conflito, sendo a duração e a distância física da separação territorial negociável.

As características do território onde ocorrem as desavenças, em termos da sua dimensão e dos recursos aí disponíveis, e a percepção e a ligação que os envolvidos nos conflitos têm e mantêm com o território são também variáveis explicativas importante para se compreender a intensividade e extensividade que assume a mobilidade espacial. As famílias em análise parecem, no entanto, revelar algumas especificidades nas estratégias de mobilidade que desencadeiam na sequência de conflitos por comparação. Por exemplo, com algumas famílias ciganas residentes no concelho de Lisboa, independentemente do tipo de conflito, geralmente,

não se assiste ao abandono do concelho mas a um afastamento face a determinadas áreas da cidade. Poderá questionar-se se este tipo de situações revela uma maior ligação ao lugar e/ou a uma adaptabilidade/flexibilidade de alguns princípios da “lei cigana” face a recursos escassos como a habitação.

Esta informação sobre o contexto residencial das famílias ciganas em Lisboa foi recolhida junto de uma técnica da Gebalis<sup>169</sup>. De facto, como salienta Mirna Montenegro, a concentração no mesmo espaço de diferentes famílias ciganas a competir pelos mesmos recursos e pelo acesso a uma habitação levou a uma transformação dos mecanismos de regulação dos conflitos (Montenegro, 2007: 26), a que não será também alheio o papel da Igreja Evangélica Filadélfia na sensibilização dos seus fiéis para as implicações negativas deste tipo de conflitos nas suas condições de vida<sup>170</sup>. Como diria um pastor desta Igreja:

“Em Lisboa, a maioria dos ciganos não quer nem ouvir falar em voltar para uma barraca, não querem conflitos, não querem sair das suas casas. A prova disso é que antigamente, em caso de conflito em que houvesse morte, o grupo que tinha feito o mal tinha de desaparecer. Hoje evita-se muito mais terem conflitos para não perderem as suas casas e a boa vida que conseguiram almejar. Lisboa é o centro, a América dos ciganos. Todos vêm aqui à procura de melhoria de vida.” (Grupo de discussão sobre habitação, Pastor Joaquim de Sá, 09.07.2003)<sup>171</sup>

Relativamente ao tipo de conflitos registados nas duas famílias em análise e a área geográfica da sua incidência foi possível apurar três situações distintas:

- Independentemente do tipo de conflito e das condições habitacionais relativamente favoráveis assiste-se a um abandono definitivo do concelho de residência (Tocha, Santarém, Pamplona...);
- Em situações de conflito que originaram contrários em territórios onde a presença de familiares vivos ou mortos assume especial relevância para os directamente envolvidos nas desavenças, assiste-se ao seu regresso ainda que temporário (ex.: Cascais);
- Perante a eminência de se virem a gerar conflitos com familiares directos, nomeadamente irmãos, opta-se pelo regresso ao anterior concelho de residência onde ocorreram “desordens”, mas para um local diferente.

As dinâmicas de mobilidade associadas aos conflitos intra-étnicos parecem assim encontrar uma diversidade de situações que reflectem a multiplicidade de combinações possíveis quando estão em jogo as variáveis referenciadas. Como se constatou, as formas de controlo social

---

<sup>169</sup> A Gebalis, IP é uma empresa municipal criada em 1995, e tutelada pela Câmara Municipal de Lisboa para assegurar a gestão dos bairros municipais da cidade. Administrando em 2008 cerca de 23.000 fogos municipais, distribuídos por 67 bairros e com uma população estimada em cerca de 80.000 pessoas, foram identificadas, em 30 destes bairros, 760 famílias ciganas residentes, constituídas por 3.296 indivíduos (Santos *et al.*, 2009).

<sup>170</sup> Ver sobre esta questão, entre outros, Blanes, 2008; Bastos, 2006; Williams, 1989.

<sup>171</sup> Este Grupo de Discussão ocorreu no âmbito de uma pesquisa do CET finalizada em 2005 (Duarte *et al.*, 2005b).

associadas aos conflitos, com repercussões a nível individual e familiar, intervêm directamente na estruturação das trajectórias residenciais e geográficas, ao ponto de se tornar imperativo o abandono de um local de residência que muitas vezes assegura melhores condições de vida face à imprevisibilidade daquilo que se poderá encontrar no próximo território.

Esta conflitualidade interna pode, em parte, ser explicada pela ambivalência subjacente ao tipo de sociabilidades desenvolvidas por muitas populações em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Ao mesmo tempo que se vive intensamente a festa e se reforçam os laços comunitários e os sentimentos de pertença ao grupo, também é intensa a crueldade quotidiana dos relacionamentos. Como nos diria um homem cigano, os conflitos tendem a ser empolados sem se aprofundar de quem é a culpa: “as falas é uma maldade que criámos” (Diário de campo, Raúl, 9.01.2007). Mas uma especificidade emerge no caso dos ciganos face a outros grupos sociais com semelhante estatuto socioeconómico: a forma como os conflitos são geridos internamente tende a traduzir uma estratégia de reprodução do grupo. Há uns anos atrás, uma mulher cigana contava que os ciganos embora falassem muito da vida uns dos outros, nunca contariam entre eles para onde tinha ido determinado indivíduo após um conflito, pois de outra forma “as mortes não acabariam, pois a morte teria de ser sempre vingada”<sup>172</sup>.

“... a gente quando temos um briga, há um cigano que evita para não haver brigas mais, pronto, eu se brigar com uma pessoa, uma briga assim que dê facada ou tiros, eles vivem para uma zona e eu vivo para outra, nunca mais nos podemos ver, se a gente se encontrar logo briga outra vez, nunca cai no esquecimento, é uma tradição que nós temos... se houvesse tiro ou facada um tinha que abalar, o que dava o tiro ou facada tinha que abalar, pronto, é por isso que não há mais mortos nem isso...” (Entrevista mulher cigana, 29 anos, 1993)

Parece, no entanto, que algumas famílias ciganas, apercebendo-se do carácter penalizador que assume esta conflitualidade intra-étnica nas suas vidas, evitam a presença junto de muitas famílias ciganas, mesmo quando está em causa a atribuição de uma casa por via de processos de realojamento. A percepção da eminência de conflitos por via da criação de espaços de realojamento assentes numa composição social muito homogénea parece ter sido uma das causas que esteve na origem, ao longo do percurso biográfico das famílias em análise, da perda de oportunidades de verem a sua situação residencial melhorada (cf. Capítulo 3).

A existência de conflitos latentes ou manifestos entre famílias, independentemente dos contornos que estes assumem, levam a que o território se fragmente através da criação de fronteiras invisíveis, mas intransponíveis para aqueles que prezam o respeito pelos códigos há

---

<sup>172</sup> Esta informação foi recolhida no âmbito da pesquisa realizada em Évora para a tese de licenciatura (Castro, 1994).

muito instituídos entre as famílias ciganas. É assim que ao longo dos trajectos que percorremos com estas famílias, mas também pela descrição de situações conflituosas vivenciadas por outros ciganos, nos apercebemos de uma complexa gestão territorial que se traduz pelo planeamento de rotas e por uma vigilância cerrada face aos acordos tácitos já estabelecidos noutros territórios.

A título de exemplo refira-se uma deslocação que efectuávamos com Ivo para a Figueira da Foz e a necessidade de pararmos em Coimbra para levarmos outro investigador. Ivo recusou-se a fazer esta paragem dizendo não poder “pisar Coimbra”, fruto de ter sido em tempos acusado por familiares de tráfico de droga e embora tenha saído ilibado deste processo as relações ficaram tensas. Também quando relatam o conflito tido em Santarém referem-se ao jovem de 20 anos, envolvido na disputa com Ivo como tendo “mau beber e perder” e de “já não poder pisar Évora e Reguengos”.

A importância do cumprimento dos acordos assume particular relevância nos quotidianos destas famílias. Se, por um lado, partir e não mais regressar a uma localidade à qual se tinham estabelecido ligações afectivas e onde já se tinha conseguido um progressivo melhoramento das condições de vida se impõe na sequência de um conflito, por outro lado, a aproximação ao novo território daqueles que se evitou no anterior local revela uma quebra do compromisso estabelecido que pode trazer consequências nefastas em função das proporções que o conflito assumiu.

“Ivo está de saída para o acampamento dos Matias da Silva, diz que soube que Pedro, familiar daquele com quem têm contrários iniciados em Santarém foi visto naquele acampamento. Maria Leonor está muito zangada e diz: “nós estávamos para cá, e eles para lá, nenhum devia passar para o lado do outro. Tive de mudar os filhos de escola e pedir o rendimento aqui e agora eles vêm para aqui? É uma falta de respeito!” (Diário de campo, 23.12.2006)

## **2.2. Exclusividade e controlo territorial**

Para além das fronteiras territoriais erguidas por meio dos conflitos intra-étnicos, existem também fronteiras de outro tipo que assentam nas exclusividades que são definidas na ocupação dos territórios como meio de controlar os recursos e de evitar conflitos com ciganos e não ciganos. A entrevista realizada a um dos informadores privilegiados revela como o exercício do poder na demarcação destas fronteiras tende também a sofrer alterações decorrentes da expansão urbana:

“O meu avô foi o primeiro a chegar a Leiria, ele é que mandava em Leiria, se alguém chegasse a Leiria da comunidade cigana sem lhe pedir autorização, havia guerra, havia mortes, agora já não é assim, nas cidades grandes já não, tudo o que for cidades acabou, mas aldeias, como na Batalha, Cortes, se eu for o primeiro cigano a lá chegar não quero lá ninguém. Só deixo entrar se eu vir que realmente tem viabilidade

para isso. Recusa-se a entrada quando não se conhece a família, quando se vê que é uma pessoa que anda aqui a tramar, para criar confusão (...) Como eu estou bem visto naquela aldeia não vou deixar que estraguem a minha reputação. Numa cidade nós sabemos quem é que chega e quem é que parte, mas já não há lei. (...) lá na Batalha só vive uma família, em Tavira também é assim" [se a pessoa não sair?] há pancada, até pode haver mortes" (...) a gente pensa assim: eu estou aqui no meu canto de Deus, estou na paz, no sossego e se eu for acolher uma pessoa destas, porque pode vir uma pessoa a fugir, pode ser uma rixa, quando eles se deslocam é porque há um rixa qualquer, se eu os vou acolher ali, vou ter problemas com os outros."

(Entrevista, homem cigano, 40 anos, informador privilegiado, Junho 2006)

Às transformações registadas nas formas de regulação associadas aos contextos sócio-urbanísticos acresce o tipo de famílias em presença e a legitimidade do seu poder para poder exercer este tipo de controlo. As famílias com graus de mobilidade espacial mais elevados geralmente, não controlam qualquer território, procurando assim localidades mais urbanas, que pela sua dimensão geográfica e populacional restringem ou anulam o exercício deste controlo territorial ou então optam por concelhos onde não existam outras famílias ciganas. Mas a existência, ainda, de espaços exclusivos a determinadas famílias é mais uma barreira que se ergue diante daqueles que circulam regularmente pelo território nacional, dada a impossibilidade de permanecerem de forma duradoura nos locais onde mais gostariam de residir. No caso da instalação da família Matias da Silva no actual concelho não se verificou qualquer tipo de negociação com as duas famílias ciganas aqui residentes. No entanto, Ivo estabeleceu contactos prévios à sua vinda com um dos filhos de Leila.

### **2.3. Alianças matrimoniais, escolha do local de residência e tensões intra-étnicas**

A relevância que assumiram, ao longo do trabalho de terreno junto destas famílias, as tensões geradas por casamentos combinados ou pela escolha do local de residência dos recém-casados, introduz elementos de análise complementares para a compreensão dos conflitos intra-étnicos, das dinâmicas de mobilidade e das formas de organização familiar. As questões de honra emergem entre duas famílias quando se dá a combinação pelos pais, nalguns casos entre irmãos, de casamentos que prevêem a união dos respectivos filhos. É, assim, que surgem as alianças matrimoniais entre "primos-irmãos", ou seja, entre os descendentes de dois irmãos. Mas a combinação pode também envolver crianças pertencentes à família mais alargada e com laços familiares mais distantes entre si.

Neste Estudo de Caso encontram-se três situações distintas: i) em cada uma das famílias verificou-se uma união consumada após o prometimento entre "primos-irmãos"; ii) uma união que partiu da decisão comum dos jovens; iii) casamentos prometidos, mas ainda não concretizados entre crianças das duas famílias.

Embora algumas pesquisas refiram que a preferência pela concretização do prometimento entre “ primos-irmãos” seja uma forma de minimizar a tensão associada às escolhas de residência após o matrimónio (Ferrari, 2010: 225), emergem, nas duas primeiras situações identificadas, questões que se prendem com as orientações sobre o local de residência e com o papel da mulher recém-casada no seio da nova família. A falta de consenso em torno destas dimensões quer entre os membros do casal, quer entre estes e os progenitores traduz-se da seguinte forma:

- Por um lado, a restrição à liberdade das crianças e jovens, imposta por via de casamentos que são forçados pelos pais<sup>173</sup>, trás consequências no plano afectivo e emocional em termos das relações matrimoniais, manifestando-se, por exemplo, através de situações de violência doméstica;
- Por outro lado, o facto de a nível residencial existir uma tendência para a virilocalidade, a saída da mulher da casa dos seus pais para junto da família do marido coloca-a numa situação de maior vulnerabilidade em termos da protecção que poderia ter da parte dos seus familiares directos;
- Por fim, é esperado que a nova mulher que integra a família do marido passe a assumir um papel activo na organização doméstica, sob orientação da mãe do seu cônjuge.

Vejamos então nos casos concretos em análise, como se processaram as vivências dos jovens casais e a interferências dos progenitores na gestão das “desordens” e na influência na decisão do futuro dos filhos, nomeadamente através dos acontecimentos que conduziram, no período de dois anos, à separação de três casais.

A união de um dos casais foi fruto de um prometimento estabelecido entre Maria Leonor e a sua irmã, mas onde o jovem rapaz Belmiro não parecia concordar por preferir uma outra rapariga que residia na proximidade do seu local de residência e com quem “fugiu” numa tentativa, em vão, de obter o consenso por parte dos progenitores. Esta situação, como já foi mencionado anteriormente, gerou tensões com a família da jovem com quem o rapaz tinha fugido e conduziu à deslocação da Tocha para Santarém da família Ramalho Matias para junto da irmã de Maria Leonor, no sentido de se dar a aliança matrimonial prometida entre os jovens de 16 anos. Passados poucos meses vêm-se obrigados a partir na sequência de um conflito com

---

<sup>173</sup> A este nível, a restrição à liberdade feminina é menor face à dos elementos masculinos, uma vez que uma jovem prometida pode romper com o compromisso (“dar cabaças”), ao passo que a honra masculina não permite ao jovem rapaz libertar-se do acordo pré-estabelecido pelos pais.

outros ciganos presentes. A família da irmã de Maria Leonor acompanha-os nesta deslocação, não ficando claro se com medo de represálias dos ciganos com quem houve os conflitos em Santarém, se por solidariedade e garantia de protecção à irmã ou ainda para acompanhar a filha. Aqui permanecem três meses, regressando em Outubro de 2006 a Santarém. Em Dezembro, a jovem, entretanto grávida, foge do marido para junto dos pais, regressando com eles em Janeiro para junto do marido e da sua família.

“Maria Leonor conta que no dia em que Célia fugiu fartou-se de telefonar à irmã para saber se ela já tinha chegado. A irmã dizia-lhe que não, mas Maria Leonor achava que era mentira. A irmã disse-lhe que Célia lhe tinha contado que Belmiro lhe batia, mas Maria Leonor desmente e diz que ela é que lhe batia e dizia que ele teria cancro e que ‘cagava em cima dos defuntos’. Maria Leonor diz que ela é que ficará mal: Ninguém lhe pegará. Ela teve muita sorte porque não foi virgem para o casamento e aceitei-a, porque a minha irmã dizia que eles já tinham estado juntos. Mostrou-me o ‘pano, mas não acreditei’” (Diário de campo, 23.12.2006)

O regresso da jovem para junto do marido é concomitante com uma “desordem” que os pais desta tiveram em Santarém, ficando mais uma vez por esclarecer o que pesou mais no retorno ao concelho: promover a reconciliação do casal ou fugir a um conflito? Em Abril de 2007, a jovem afasta-se definitivamente do seu marido, tendo esta recebido o apoio dos seus pais na partida. Numa conversa, a que assistimos da sua mãe com uma cigana de outra família, esta queixava-se da sua irmã, dizendo:

“Ela é uma suja e está constantemente a gritar e a dar ordens a Célia, não dá de comer ao bebé. Veste mal e só limpa a casa quando tem visitas, não a deixava usar calças.” Diz que se vão embora para Santarém e que vai levar a filha e o neto (Diário de campo, 26.04.2007)

Também no caso da união dos outros dois “primos-irmãos”, ambos com cerca de 15 anos, se assistiu mais recentemente à sua separação, embora esta apresente contornos distintos na forma como se desenrolou. Ao longo do trabalho de terreno, por várias vezes, Leila, a avó da jovem, se referia à sua neta como sendo muito sacrificada, tendo em conta todo o trabalho doméstico que lhe era exigido pela mãe do marido, bem como a imposição de pedir esmola. Os oito filhos que a mãe do marido tinha na altura são o motivo do envolvimento da jovem no apoio à organização doméstica, havendo inclusive um destes filhos que chamava de pai e de mãe aos elementos do jovem casal.

Em Março de 2008, a jovem foge do acampamento e a mãe do marido é informada por uma cigana em Leiria que esta a tem acompanhado, e que se a quisessem de volta a levaria para a estação de camionetas em Fátima e que a manteria neste local até aparecerem. Coincidindo esta informação com a nossa presença no terreno, a investigadora desloca-se com a mãe da jovem e a mãe do marido até Fátima e aí encontramos-la com a outra cigana a pedir esmola junto ao Santuário, no entanto, ao nos avistar foge. Contará mais tarde que fugiu para Leiria de Táxi e se deitou à porta do hospital desta cidade, onde foi acolhida e entregue à família. Em



Abril, encontramos-la junta da família do marido e dos pais, num outro local do concelho. Estes na sequência do sucedido, juntam-se à família do marido, deixando Leila no Pinhal apenas com as suas duas filhas. A jovem encontrava-se com o cabelo rapado, ao que parece como tendo sido a concretização de um castigo que lhe retiraria a vaidade e impor a vergonha nas suas eventuais saídas. Mais tarde, ficamos a saber de uma nova fuga para Leiria, onde acabou por ser acolhida por uma instituição, à qual terá pedido protecção. Recusa-se a voltar para junto do marido, afirmando que caso os seus pais estivessem noutra localidade se juntaria a eles. Durante o período de observação a jovem não regressa para junto dos pais, revelando a centralidade assumida pela união da família alargada, naquilo que ela representa de entre-ajuda e protecção. Viémos a saber mais tarde que o seu marido acabou por ir para um outro concelho, juntando-se a outros familiares.

No caso do casal que celebrou a sua união sem a interferência dos progenitores a separação surge pela falta de entendimento relativamente ao local de residência após o nascimento do filho. Na sequência do nascimento do filho, Isabela e Luís saem do acampamento para ir residir para uma casa cedida pelo pai do jovem. No entanto, Leila parecendo não aceitar a saída da filha pressiona os pais do jovem e o casal acaba por regressar ao acampamento. Os conflitos entre as duas famílias agudizam-se, acabando o jovem por abandonar o acampamento e Isabela e o seu filho, de poucos meses, por irem viver, num primeiro momento, para a tenda da mãe e posteriormente para uma tenda sua.

Mas mesmo antes do nascimento do filho, Leila já parecia interferir nos assuntos conjugais do jovem casal. Por um lado, insistia que o apelido devia ser o da mãe, dando, assim, continuidade à forma como também a sua outra filha procedeu e parecendo querer impor algum protagonismo nas mulheres das gerações mais novas, nomeadamente através da filiação matrilinear. Por outro lado, parecia não aceitar uma eventual saída da filha para junto dos pais do marido. É possível avançar aqui algumas hipóteses explicativas: i) será que esta recusa poderá traduzir falhas na negociação do local de residência do casal, bem como os limites do poder do homem sobre a mulher e dos sogros sobre a nora ou genro? ii) será que a saída desta filha, a única que é fruto do seu segundo casamento, é uma resposta a um interesse emocional, garante da sua actual conjugalidade? iii) será que a saída de um elemento leva à perda de força da sua família? iv) será que a mudança para um apartamento que contrasta com modos de vida mais enraizados e inscritos noutras modalidades de habitat gera alguma tensionalidade em Leila? Estas passagens traduzem algumas destas interrogações:

“Pergunto-lhe como se irá chamar o filho de Isabela, diz Matias da Silva, mas Isabela diz que terá o nome de Luís e que este é que sabe, Leila insiste que também terá o nome da mãe (...) Os pais do marido de

Isabela gostavam de lhes dar uma casa, mas Leila diz que não deixa: ‘o meu genro é um assassino, anda sempre por aí e depois fechava a Isabela à chave em casa, ficava presa’”. (Diário de campo, 21.11.2006)

“Anda a dizer a toda a gente que foi a Isabela que o deixou, mas foi o pai dele que entregou a minha filha, não foi? “olha toma a tua filha e o bebé, eu mando no meu filho”. Não ia mandar a minha filha embora. (...) Olha, a lei cigana é assim a obrigação da minha filha é ir para ao pé do marido, mas eles entregaram-me a minha filha e agora já não têm direito a apanhá-la.” (Entrevista Leila, 8 Fevereiro, 2007)

O receio de Leila a uma suposta maior facilidade de “aprisionamento” da sua filha a uma casa poderá de alguma forma indiciar aquilo que alguns estudos têm revelado em termos dos efeitos produzidos com a mudança dos espaços de acampamento para casas: a redução do espaço de habitat e a existência de um sentimento de opressão física peculiar; a perda da liberdade, autonomia e domínio do espaço; a privação sensorial (sentimento de se estar cercado, privado de contacto social, deslocado do passado); a redefinição de papéis e hierarquias nas e entre famílias são alguns dos aspectos referenciados na alteração dos padrões residenciais (cf., entre outros, Levinson e Sparkes, 2004; Liégeois, 1989).

Estas “disputas” de residência ou a dificuldade de um dos jovens se adaptar à co-residência com outra família originam, assim, conflitos e separações. Para além deste traço comum, verifica-se entre aqueles que ficam que a interpretação do sucedido ultrapassa os interesses individuais para se remeter para a acção de “bruxedos”.

Apesar destas famílias já terem passado pela experiência do fracasso de casamentos prometidos, as combinações de futuros matrimónios com outros filhos continuam a suceder, muitas vezes na sequência de festas, onde os homens, um pouco embriagados, acabam por jurar, “pela alma dos defuntos”, os acordos estabelecidos. É aqui que emerge este código moral que opera entre categorias de honra e vergonha, onde a quebra do compromisso abala a reputação de um homem, nomeadamente a sua honestidade.

#### **2.4. Distância relativa entre os ciganos presentes no mesmo território**

A presença de duas famílias ciganas no mesmo território com condições objectivas de vida semelhantes e com um relacionamento estreito entre si, ou seja, assente em relações de troca amigável e de convivialidade, não impede que uma das famílias desenvolva estratégias de distinção social face à outra. Estas estratégias de distinção social mobilizam diferentes tipos de critérios, nomeadamente assentes nas formas de civilidade, de expressão comunicativa, na relação com o trabalho e com a imagem que passam para as instituições. A hierarquia que estabelecem para os colocar num patamar superior à custa de outros co-étnicos tem subjacente

uma necessidade de afirmação social e de os posicionar numa posição de maior mérito face aos apoios institucionais.

Naturalizam-se as situações de pobreza para revelar como elementos da outra família não conseguiriam deixar determinados modos de sobrevivência (pedir esmola, retirar bens dos contentores do lixo...), nem viver numa habitação, mesmo que lhes fossem dadas as oportunidades necessárias:

“Ivo acha que deveriam ir ver [entidades locais] como eles vivem, para constatarem que são diferentes dos outros.” (Diário de campo, 1.11.2006)

“Ivo diz que não há problema [sobre o eventual acordo de inserção do RSI na área do emprego], pois ainda demorará algum tempo para isso acontecer e se o chamarem não se importa de trabalhar “não é como os outros” [Matias da Silva]. Maria Leonor diz que eles sabem fazer cestas, mas não fazem nada. (Diário de campo, 1.11.2006)

A expressão “galinha do campo, não gosta de capoeira” era, também, uma expressão recorrente por parte de uma das mulheres da família Ramalho Matias para se referir não só aos Matias da Silva, mas também a outros familiares seus que nunca tinham tido acesso a uma casa. Disponibilizar este recurso a determinadas famílias parecia assim, aos olhos de alguns elementos desta família, esbarrar com modos de vida incorporados e não adaptáveis a outro tipo de condições habitacionais.

A referência a comportamentos indesejáveis no espaço privado e público perpetrados por elementos da família Matias da Silva era também uma constante nas suas conversas. A sujidade do acampamento, as carroças a passear nos jardins públicos, a violência doméstica surgiam como os temas mais recorrentes que impediam equacionar uma eventual proximidade de residência.

Ao nível da expressão comunicativa reconhece-se o isolamento social da outra família como a causa das formas linguísticas utilizadas:

“Em Portugal, há duas classes de ciganos. É na linguagem, na língua. Estes ciganos aqui têm outra língua que eu não sabia. Você fala com eles e é difícil compreender. Não sabem entoar as palavras certas. (...) Às vezes eles falam para mim e eu não os entendo. Aquilo é falta de treinamento. Não se sabem explicar. Parece que é espanhol mas não é. Aquilo é espanhol, é português é tudo. Aquilo é uma salganhada.” (Entrevista colectiva, Raul, 13.10.2006)

### 3. Expectativas residenciais e as oportunidades perdidas de acesso a uma casa

#### 3.1. O espaço como um recurso ilimitado?

A história residencial destas famílias revela como a imponderabilidade dos seus quotidianos lhes permite revelar as suas competências de flexibilidade e adaptabilidade ancoradas na capacidade de mobilidade. Ao longo da descrição das trajectórias residenciais das duas famílias foi possível constatar que partir de um lugar onde se conseguiu alguma estabilidade territorial foi, como se constatou anteriormente, um imperativo em diferentes períodos e momentos do ciclo de vida dos elementos que constituem os egos destas famílias.

Aquela estabilidade territorial traduziu-se pela garantia de se estabelecer e aprofundar os laços sociais com a população não cigana e as relações institucionais que possibilitavam o acesso a recursos como a habitação ou a medidas de protecção social. Partir, deixando para trás a possibilidade de vir a aceder a uma habitação ou à segurança de não serem objecto de expulsões forçadas noutros territórios faz levantar a hipótese de que para estas famílias o espaço parece representar um recurso ilimitado sempre aberto a fornecer novas oportunidades de vida.

É de referir, no entanto, que a adaptação a uma localidade sempre foi revelada, nos diversos discursos recolhidos, como “forçada”. Mudar de território pressupõe (re)construir o sistema de relações e fomentar o capital relacional entre ciganos e não ciganos, isto porque os tempos de sedentarização de um grupo ou família traduzem uma procura de equilíbrio com o meio, com a população vizinha e com outras famílias ciganas que eventualmente possam estar presentes. Como refere Reyniers, a garantia desta dinâmica parece, pois, assentar num capital relacional composto por ciganos e não ciganos que aderiram à causa cigana. Este capital exerce-se num único lugar, mas muitas vezes é preferível ter vários lugares, pois esta diversidade permite escapar a situações conflituosas e a usufruir de recursos por natureza escassos (Reyniers: 1986a, 10-11). A prioridade colocada nos recursos que viabilizam a viagem poderá indiciar que em determinados momentos do ciclo de vida o território é para ser viajado e não para ser adquirido.

Olhando para o percurso residencial de Leila constata-se como, nos anos 60 e 70, se viu forçada a abandonar Cascais e Pamplona, fruto dos conflitos intra-étnicos. No primeiro caso, já

estava inscrita para um processo de realojamento e no segundo caso, tinha acedido a uma habitação social e a um emprego estável no município espanhol.

“Eu estava inscrita, tinha lá [Cascais] uma barraquinha de madeira, mas tive lá uns problemas com ciganos e fui embora daí, eu estava lá acampada para me darem uma casa, tinham lá o meu nome e tudo (...) o G. fez lá confusão, arderam a barraca toda.” (Entrevista Leila, 8.02.2007)

A ponderação entre o acesso imediato a uma casa em bairros de habitação social, marcados pela presença de muitas famílias ciganas, e a procura de novas oportunidades noutros concelhos foi mais um dos factores que fez adiar a melhoria das condições habitacionais destas famílias. Foi o caso de Leila em Lugo, mas também de Ivo em Leiria.

“Ivo diz que nunca quis ter uma casa onde houvesse muitos ciganos, pois surgiriam sempre problemas e teria de partir.” (Diário de campo, 27.11.2006)

Por outro lado, os recursos económicos, que pelo menos nos anos 80 Leila refere ter conseguido angariar<sup>174</sup>, são canalizados para objectos que sustentam a mobilidade em detrimento de aquisições que garantiriam alguma estabilidade territorial, nomeadamente através da compra de um terreno ou casa:

“A gente quando saímos tínhamos 8 mil contos arrecadados. A gente guardava tudo e dava o ouro a ele para arrecadar, nós dávamos ao senhor porque tinha medo que os malandros arrecadassem. Nós só tirávamos 20 contos. Quando fomos embora ele [empregador] deu-nos e mais 80 contos.

**E o que fizeram com o dinheiro?**

Comprámos duas éguas, carroça, naquela altura não tínhamos égua, comprei mantas, égua, tudo.

**Nunca pensaste em comprar um terreno só para ti?**

Não, mas era bom. Naquela altura não tinha os miúdos na escola, não tinha ninguém, por isso andava por aqui, por ali, para Coimbra, Pombal...” (Entrevista Leila, 24.01.2007)

Uma das suas filhas explica que a mãe nunca teve uma casa, pois nunca estava muito tempo no mesmo sítio, justificando “porque gostava, agora já está velha e quer estar num sítio” (Diário de campo, 15.12.2007).

No caso de Ivo, assistiu-se também a uma situação semelhante quando a sua família se viu forçada a sair da Figueira da Foz e posteriormente da Tocha na sequência de conflitos intra-étnicos. No caso da Figueira da Foz a família encontrava-se recenseada para realojamento, mas a saída para a Tocha não lhes permitiu serem contemplados neste processo, ao contrário de outros familiares que ali permanecendo tiveram acesso a uma casa.

“Já tínhamos o nosso nome na Câmara, já tinham mandado uma carta a dizer que iam dar uma casa (...) Depois as pessoas iam lá, não me viam lá mesmo, já não lá morávamos.” (Entrevista Maria Leonor, 7.02.2007)

Também as tentativas frustradas de aceder a uma casa na Buraca e em Odivelas, revelam como se procuram oportunidades de vida, embora nem sempre se conseguindo alcançar os objectivos delineados. Mesmo não se tendo tido acesso a toda informação que permitisse uma análise

---

<sup>174</sup> Segundo Leila, o marido esteve empregado como segurança no actual concelho de residência durante cinco anos (cf. Capítulo 1.1.2).

rigorosa daquilo que se terá passado naquelas duas localidades percebe-se que existe, por parte das famílias envolvidas nestas situações, um certo desconhecimento sobre a forma como os recursos habitacionais são geridos pelos diferentes municípios. Receber uma indemnização pela destruição de uma barraca colocando-os numa situação de não poderem enveredar num processo de realojamento levanta a questão de como se gere a relação dos potenciais beneficiários com as políticas públicas de habitação e como ao se atribuir estas indemnizações se perpetuam as situações de precariedade habitacional.

O momento do ciclo de vida em que a família de Ivo resolve comprar uma barraca e, posteriormente, adquirir um terreno revela a forma como a união conjugal e o nascimento dos filhos desencadeou uma necessidade de maior estabilidade na inscrição territorial e de garantia de melhores condições habitacionais.

### **3.2. Acesso ao mercado privado de habitação e o compasso de espera para um alojamento social**

Ao longo do trabalho de terreno realizado, duas das famílias nucleares manifestaram interesse em arrendar uma casa no mercado privado de habitação a partir do momento que passaram a ser beneficiárias do RSI. Duas situações distintas marcaram a impossibilidade desta concretização. No caso da família de uma das filhas de Leila, e apesar de ter tido o apoio de mediação na procura de casa por parte de uma senhora que fazia trabalho voluntário junto das famílias, a recusa dos proprietários foi uma constante. Já a família de Ivo, depois de oito meses de presença no concelho, foi alimentando o desejo de vir a arrendar ou comprar uma casa ou um terreno. Esta aspiração parece surgir na sequência de verem aumentar as pressões por parte do proprietário do espaço em que se encontravam. Apercebendo-se que não teriam recursos suficientes para se tornarem proprietários<sup>175</sup>, procuram uma alternativa residencial no mercado de arrendamento. Apesar de em 2007 terem encontrado, por duas vezes, um apartamento por cerca de 300€ nunca chegaram a concretizar o arrendamento, quer por falta de condições económicas, quer por poderem permanecer onde se encontravam.

Verifica-se, assim, que a família após ter sido expulsa do anterior local e de se ter apercebido que a sua instalação num outro espaço, mais central do ponto de vista da sua proximidade aos equipamentos e serviços, parecia garantida, ponderou entre os custos que teria de suportar com

---

<sup>175</sup> Uma das casas que a família manifestou desejo de adquirir a 15.02.2007, e para onde telefonámos para pedir informação dos valores, custava 200.000€.

um arrendamento que lhe garantiria melhores condições habitacionais e a possibilidade de permanecer num terreno, mesmo que fosse de forma temporária. Como se constatará mais à frente, esta situação perdurou até à última visita realizada (Março de 2009), registando-se a presença de outros núcleos familiares vindos de outros pontos do país<sup>176</sup>.

De referir, ainda, que perante a hipótese de poder aceder a uma casa de habitação social num outro concelho, do qual até não gosta muito, Ivo não hesita em afirmar que deixaria o actual local de residência.

A ocupação de casas abandonadas parece ser também uma solução alternativa enquanto se espera por uma eventual intervenção do município na resolução do problema habitacional.

Queixando-se da situação em que se encontram no pinhal Leila diz que gostava de ocupar uma casa – “chalé” – que está fechada e fica em frente ao Plus. Ou então, uma fábrica abandonada ao pé da feira. (Diário de campo, 21.11.2006)

Como veremos mais à frente, a ocupação de casas abandonadas no concelho foi uma experiência de curta duração para cinco dos núcleos familiares presentes (cf. Secção 4.2.).

#### **4. A presença num território**

O tempo de fixação destas famílias numa dada localidade nunca ultrapassou os dez anos. Mas esta fixação não impede deslocações de distância e duração variável, que envolvem ou não toda a família alargada. A partida de alguns elementos não tende a penalizar a vida do grupo, pois mesmo à distância manifestam-se diversas formas de solidariedade.

A principal fonte de rendimento da maioria das famílias assenta nas prestações sociais (Rendimento Social de Inserção e abono de família). No entanto, a recolha e venda de sucata, o negócio de muares, bem como a actividade de cestaria permite-lhes um complemento nos rendimentos. De referir, que à excepção de uma família, todas as outras requereram o RSI pouco tempo depois de terem chegado ao concelho, tendo sido deferidos os seus processos.

---

<sup>176</sup> Soubemos, mais tarde, que esta família tinha conseguido arrendar uma casa, com o apoio de um mediador cigano a trabalhar na autarquia, no âmbito do Projecto Mediadores Municipais lançado pelo ACIDI, em Setembro de 2009.

#### **4.1. Localização dos acampamentos e centralidades urbanas**

Na fase inicial do trabalho de terreno, as duas famílias alargadas residiam a cerca de 3 km do centro da cidade e a cerca de 500 metros de distância uma da outra. A família Ramalho Matias encontrava-se num terreno privado numa antiga fábrica abandonada. Antes da sua chegada já ali teriam estado outras famílias ciganas que obtiveram uma autorização informal para permanecerem. Os principais serviços e equipamentos situam-se a 2 ou 3 km. O café, a escola do ensino básico e a mercearia mais próximas distavam cerca de 500 metros do acampamento, enquanto que o supermercado a cerca de 1000 metros. A água era cedida por um armazém a 50 metros do acampamento e tinham gerador para produzir electricidade. A família Matias da Silva ocupava alternadamente diferentes espaços de um pinhal, com zonas de propriedade privada e pública, sem uma autorização formal para a sua permanência. A escola do ensino básico, bem como o jardim-de-infância distavam cerca de 1km do acampamento. Existia uma bica de água a 100 metros das tendas onde lavavam a roupa e, à excepção de uma das tendas, todas as outras tinha um gerador eléctrico. A cerca de 500 metros havia uma bomba de gasolina, onde ambas as famílias se abasteciam de combustível para o gerador.

A questão da ausência de electricidade pública revela-se um factor penalizador destas famílias, já que os custos para poder manter um frigorífico a funcionar ascendem aos 5 euros por dia. Por outro lado, a vontade de ver televisão, filmes e ouvir música fica também condicionada pelos custos elevados associados à electricidade gerada por este meio.

#### **4.2. Representações sobre o actual local de residência**

As duas famílias apresentavam representações diferentes sobre o concelho onde se encontravam. Ivo, por exemplo, considera o melhor sítio para estar porque “praticamente nasceu ali” e conhece todos os sítios e as pessoas. A existência de bons sítios para acampar e o facto da polícia ser mais permissiva ali, do que noutras localidades onde já esteve, parece também ser determinante na avaliação positiva que faz do concelho:

“Estamos mais habituados. Já conheço isto há muitos anos... a gente aqui estamos mais habituados do que noutros lados. Porque aqui a gente já conhece a gente.” (Entrevista Ivo, 13.10.2006)

“Daqui já não saio, ou desta zona aqui à volta [do concelho]. Aqui já tenho os filhos na escola, já tenho o rendimento. Só se acontecer alguma coisa grave com outros ciganos, mas é da minha ideia ficar aqui. Já conheço isto há muitos anos.” (Entrevista Ivo, 17.01.2007)



Como se constatou anteriormente, apesar de não vislumbrar a curto e médio prazo uma saída do actual local de residência, se pudesse vir a ter acesso a uma casa de habitação social num outro concelho não hesitaria em mudar.

No caso da família Matias da Silva, Leila sempre manifestou uma grande insatisfação com a situação vivida no concelho, quer em relação às precárias condições habitacionais do local onde se encontrava, quer pelas atitudes dos agentes de autoridade, quer ainda pelas fracas oportunidades que o concelho apresentava para concretizar as suas estratégias de sobrevivência. Perante a impossibilidade de recorrerem aos desperdícios gerados pelas grandes superfícies comerciais do concelho, que de alguma forma lhes permitia superar algumas das necessidades alimentares, Leila refere que são impedidos pela polícia de praticar mendicidade, estreitando-se assim as oportunidades que o concelho poderia oferecer para garantir as suas estratégias de sobrevivência.

Sobre o acampamento eram constantes as suas reclamações relativamente às condições do mesmo: com muita areia e bichos (sapos, ratos, cobras...). Por outro lado, sentia várias pressões por parte das autoridades locais no sentido de a impelir a abandonar os locais onde se encontrava no concelho. Para além de terem sido obrigados a sair da fábrica abandonada onde residiram entre Setembro de 2005 e Maio de 2006, nos primeiros tempos no pinhal eram regulares as visitas da polícia a pressionar a sua saída, ao ponto de terem estragado a torneira da água que permitia o abastecimento ao acampamento, mas também a municipais que aí se deslocavam regularmente. A demolição de uma casa, passados dois meses de a terem ocupado com a permissão da proprietária, foi mais uma manifestação da hostilidade que sente por parte das autoridades locais (cf. Secção 4.3.).

A apreciação mais negativa que faz do concelho é indissociável dos referenciais comparativos que utiliza. Nas Caldas da Rainha recorda que “conseguia comer bem”, pois estavam ao pé do supermercado Modelo e quando as camionetas descarregavam uma senhora dava-lhes sacos com carne. No Bombarral, Leila refere que as pessoas gostavam dela e davam-lhe muitas coisas:

“No Bombarral eu gostava mais. Eu saía com a minha carroça e toda a gente tinha coisas arrecadadas para dar-me, não passava fome lá, e aqui passo necessidade. Aqui não dão nada.” (Entrevista Leila, 24.01.07)

“Leila diz que gosta de viver ao pé das lixeiras “assim um pouco afastada”, pois nunca lhe falta nada, onde está “é uma miséria”. Não se recorda muito bem dos sítios onde viveu ao pé de lixeiras. Digo Cadaval e ela confirma à sua maneira “Carnaval”, acrescentando Nazaré, Leiria, Rio Maior. “Davam-me porcos do aviário, só com uma perna partida, havia muita sucata. Agora já não há tantas lixeiras.” (Diário de campo, 21.11.2006)

A presença dos filhos na escola e a perspectiva de virem a ser beneficiários do RSI foram duas razões que desde os primeiros meses de trabalho de terreno ouvimos, por parte de uma das filhas de Leila, para não sair do concelho. No entanto, com o decorrer dos acontecimentos e o aprofundamento da análise das relações intra-familiares percebemos que esta manifestação de estabilidade residencial pode a qualquer momento ser abalada.

Os registos no Diário de Campo de Janeiro de 2007 a Março de 2009 confirmam a insatisfação de Leila com o actual local de residência, fruto das fronteiras que se vão criando com os outros e da constatação da não melhoria das suas condições de vida. A estratégia de fuga na procura de soluções noutras lugares – Caldas da Rainha ou Bombarral – é uma manifestação de como se perpetua a viagem com consequências ao nível da criação de novas formas de urbanização e de inserção nos locais de chegada (Agier, 1999: 88).

#### **4.3. As interdependências territoriais: grau de mobilidade e escalas geográficas**

Durante o período de observação interessava compreender de que forma as famílias em presença geriam os seus espaços e tempos quotidianos e até que ponto as suas actividades assentavam em dinâmicas de mobilidade. Constatou-se que o grau de mobilidade variava em função dos núcleos familiares presentes e apresentava escalas geográficas diversas. Registaram-se deslocações no interior do próprio acampamento, dentro dos limites do concelho e para fora do concelho.

Se a mobilidade inviabiliza o acesso a determinados direitos (prestações sociais, habitação social...) e a consolidação de relações sociais mais densas com não ciganos, ela é o garante de uma dinâmica familiar e económica que extravasa os limites do território da vida quotidiana, ou seja, do lugar central de implantação do habitat. As famílias mesmo apresentando um défice de competências formais e instrumentais geralmente consideradas como inibidoras da mobilidade (analfabetismo, ausência de carta de condução e de viaturas motorizadas...) deslocam-se frequentemente, sendo uma constante a existência de um conjunto de recursos que proporcionam deslocações em diferentes escalas. Estes recursos traduzem-se, por exemplo, em redes de interconhecimento que disponibilizam meios para as deslocações; na solidariedade intrafamiliar que apoia monetariamente as deslocações e se mobiliza na protecção dos seus elementos face a ameaças externas; em competências técnicas para a edificação de alojamentos...



Num primeiro momento (a azul), verifica-se uma distribuição longitudinal das tendas. A primeira tenda face à entrada principal no acampamento é a de Isabela (na altura casada com o filho do proprietário do terreno), distando da tenda de Leila cerca de 10 metros. Atrás desta está primeiro a de José (sobrinho do marido de Leila) e mais recuada a de Júlia. A cerca de 30 metros desta estão a de Pablo, logo seguida da de Pedrito, ou seja, as três tendas dos filhos mais velhos de Leila.

Apesar das deslocações destes dois últimos agregados para fora do acampamento, as tendas permanecem no mesmo sítio, até ao momento em que regressam do centro da cidade, a 14 de Dezembro, na sequência da expulsão de um terreno privado que tinham ocupado. Acompanha-os nesta deslocação Joaquim M., que anteriormente tinha a sua tenda montada também no pinhal mas a cerca de 500 metros de distância. Joaquim foi casado com a filha de Leila que vive no Bombarral, e na sequência da sua separação junta-se à família da mulher.

Num segundo momento (a verde), assiste-se à primeira deslocação para o novo terreno por parte do agregado de Júlia (início de Novembro 06), logo seguido pelo de Leila no mesmo mês. Isabela só fará a mudança um mês mais tarde, bem como Pedrito. A disposição das tendas é alterada face ao momento anterior. Apesar do agregado de Pablo manter a tenda tanto neste espaço como no anterior, é ele que apresenta o grau mais elevado de mobilidade, registando praticamente em todos os meses deslocações para o exterior do acampamento.

Neste novo terreno a configuração do acampamento altera-se. A tenda mais próxima da estrada passa a ser a de Júlia com a entrada virada para a estrada e para o anterior acampamento (direcção Este). No final de Dezembro de 2006 a tenda de Júlia é desmontada, na sequência da sua mudança para uma casa devoluta<sup>177</sup>. Leila monta a tenda a cerca de 30 metros da de Júlia com a entrada virada para Sul, logo seguida pela de Isabela com a mesma direcção. Em Janeiro de 2007 esta tenda é desmontada na sequência da separação de Isabela, ficando esta a partilhar a tenda com os seus pais. Pedrito monta a sua praticamente em frente à de Leila e Pablo, mantendo a distância, já identificada no anterior espaço, monta a sua tenda afastada dos outros agregados, virada para o anterior acampamento (agora sem nada). Próximo da tenda de Pablo está a de Joaquim. José ainda inicia a construção de uma estrutura de madeira para montar a sua tenda, mas vai para as Caldas da Rainha em Janeiro e não termina a sua construção.

---

<sup>177</sup> Esta casa, da propriedade do Ministério da Agricultura, teria sido dos ex-guardas do Pinhal de Leiria.

Em Janeiro de 2007, Pedrito constrói uma “barraca” de madeira e zinco em frente à ex-tenda de Isabela, iniciando, assim, aquilo que viria a marcar as características das habitações destes agregados nos anos seguintes, independentemente das deslocações que se viriam a verificar no interior do perímetro deste pinhal<sup>178</sup>. Neste novo espaço, as tendas/casas abarracadas passam a estar mais próximas umas das outras, e esta proximidade física entre as habitações é reveladora dos laços afectivos e de solidariedade que geram entre os núcleos familiares em presença. O “arranjo” mais circular e a existência no centro de um espaço para lavar loiça, cozinhar por oposição ao anterior momento em que as habitações estavam alinhadas face à estrada são indícios de como o tempo de permanência interfere na configuração espacial dos espaços de habitat. Mas o tempo é também uma variável que interfere no sentido que se dá a estes espaços: da designação de “panos montados” passa a a referir-se “casa” aos alojamentos, independentemente do seu tipo (tenda, barraca, casa), sendo o espaço do acampamento também designado de casa.

Em Março de 2009, na zona do pinhal encontravam-se os núcleos de Leila, Pedrito, Isabela e Júlia, sendo que o núcleo desta última se encontrava afastado cerca de 100 metros dos restantes. O núcleo de Pablo, o mais ausente do acampamento, desde o início de 2009 que tinha construído uma barraca num terreno disponibilizado pelo município. As movimentações registadas não deixam, no entanto, de revelar algumas regularidades ao nível da apropriação do espaço que importa assinalar.

O espaço de convívio e lazer dos vários núcleos familiares ocorria na tenda de Leila. Qualquer que seja a sua localização, esta era sempre construída apresentando maior dimensão face às tendas dos outros familiares. O espaço de convívio também podia ser numa tenda que por vezes era montada próxima da de Leila, distinguindo-se das restantes por ser mais alta e aberta lateralmente, servindo para cozinhar a lenha e para estar à fogueira quando chove. As refeições eram confeccionadas colectivamente junto à tenda de Leila ou em cada uma das tendas (geralmente à entrada). As mulheres tratavam das refeições e da lavagem da loiça e roupa. No entanto, observámos o marido de Leila a preparar café e a confeccionar refeições.

No Verão a maioria das tendas tendia a estar virada a Noroeste, ao passo que no Inverno tinha uma orientação para Sul. O interior das tendas, com folhas espalhadas pelo chão e por vezes carpetes, servia quase exclusivamente para dormir e ver TV/DVD, quando estes equipamentos

---

<sup>178</sup> Entre Abril de 2007 e Março de 2009, as movimentações das “casas” para outras zonas do pinhal foram uma constante, sempre com a justificação da insalubridade dos espaços anteriormente ocupados.

existiam. A televisão e o leitor de DVD eram equipamentos valorizados, na medida em que permitia a adultos e crianças ocupar o tempo a ver filmes. A zona de dormir ficava demarcada pelos cobertores dobrados e empilhados (bens muito valorizados) que eram colocados à cabeceira dos espaços onde se dorme. A passagem de tendas a barracas tende a alterar este padrão, passando a existir mobiliário, como camas, que diziam ser mais seguro perante a ameaça de animais rastejantes ou face a intempéries que alagam o interior do espaço. À entrada das tendas de Júlia e Leila, encontrava-se sempre uma mesa com loiça e tachos lavados. Na primeira tenda de Júlia havia uma zona – tipo alpendre construído em madeira – só para a roupa do marido, que servia para a proteger da sujidade. A separação da roupa dos homens face à das crianças e das mulheres era também uma prática presente nos outros núcleos familiares, ainda que de uma forma menos demarcada (roupas separadas em cestas, sacos ou empilhadas separadamente).

As duas famílias em presença no concelho apresentam diferenças relativamente aos co-habitantes nos espaços dos acampamentos.

Até meados de 2007, a família Ramalho Matias já tinha co-habitado alternadamente com quatro famílias nucleares, todas elas com laços de parentesco aos elementos do casal. Esta co-residência ocorreu por debaixo de um telheiro que terá pertencido a uma fábrica, numa zona que eventualmente serviu como parque de estacionamento de um armazém. As “casas” estavam justapostas e separadas entre si por placas de metal ou através de um pano e de um monte de roupa. A mudança de famílias não implicava alterações significativas, já que ocupavam o mesmo espaço alternadamente. Ivo manteve-se sempre no mesmo espaço, não registando estas grandes modificações, verificando-se apenas, com a chegada do Inverno, o fechamento da fachada com placas de metal.

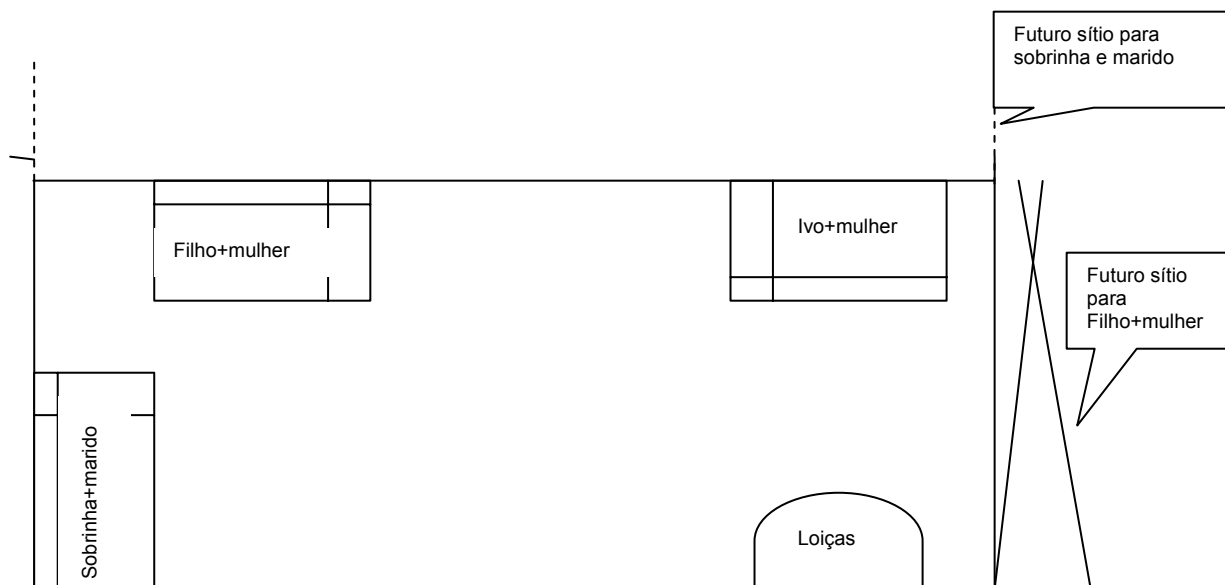
Foto 2: Apropriação do primeiro espaço de habitat – família Ramalho Matias



Toda a zona exterior a este espaço coberto é espaço público, usado pelos diferentes núcleos familiares como espaço de reunião, trabalho, lazer, convívio e refeições. Não existem espaços privados no interior de cada habitação, embora seja possível observar algumas demarcações. A cozinha, por exemplo, é um espaço não separado, mas demarcado simbolicamente com equipamentos, utensílios de cozinha e bens alimentares. O centro da habitação também está associado ao lazer e convívio, encontrando-se aí o aparelho de televisão e o leitor de DVD: para ouvir música, ver filmes e televisão. Nem sempre fica claro a disposição dos locais de dormida, pois tanto podem ter umas camas com estrado, como apenas mantas empilhadas que à noite, com o apoio ou não de colchões, são estendidas. Todo o mobiliário foi oferecido por residentes na proximidade do acampamento ou encontrado no lixo.

Com a mudança para o centro da cidade, para um espaço sem nenhuma estrutura pré-existente e com a chegada de outros familiares, o espaço de habitat apresenta uma nova configuração que foi sofrendo alterações constantes, desde Abril de 2007, em função das novas necessidades habitacionais que iam surgindo.

**Figura 12: Configuração do espaço habitacional da família Ramalho Matias: um habitat evolutivo**



Assim, num primeiro momento, existia apenas uma barraca construída com materiais trazidos do anterior local de residência, onde cada um dos núcleos familiares ocupava uma zona da barraca (Figura 12 e Foto 4). Em Março de 2009, dos cinco núcleos familiares presentes cada um tinha a sua barraca, verificando-se um investimento no interior do espaço central da barraca visível, por exemplo, pela auto-construção de uma lareira, pelo pavimento acimentado e pela presença de algum mobiliário.

#### **4.3.2. O espaço do concelho**

O desejo de estar próximo do centro da cidade, para onde se deslocam diariamente, é um traço comum a todos os núcleos familiares presentes nesta localidade. Este desejo acaba por ser concretizado, ainda que por períodos variáveis, por todos os elementos dos dois acampamentos. É nestas incursões pela procura dos melhores lugares e pela prospecção daqueles que poderão ser mais tolerados que estas famílias, por tentativa e erro, vão arriscando novas instalações e revelando as suas competências na edificação de novos espaços de habitat.

É, assim, por exemplo, que no início de Novembro de 2006 vemos os agregados de Pedrito e Joaquim e mais tarde o de Pablo e Ivo (25 de Novembro) instalarem-se num pinhal privado, designado pelas famílias de “Choupal”, no centro da cidade, mas de onde recebem ordem de expulsão a 13 de Dezembro de 2006.



Foto 3: Lugares de habitat em áreas centrais: da instalação à desocupação (Novembro-Dezembro 2006)



No caso da família de Ivo, e sem nunca terem abandonado totalmente a anterior “residência” do qual foram tendo algumas ameaças de expulsão, vão experimentando implantações em diferentes zonas centrais numa tentativa de perceber eventuais resistências por parte das autoridades locais.

Ivo e o marido da irmã de Maria Leonor erguem, numa primeira fase, uma barraca (com um pé direito de cerca de 2 metros e uma dimensão aproximada de 25 m<sup>2</sup>) num espaço que já teria sido ocupado por outras famílias ciganas, trazendo os materiais para a sua construção do anterior local de residência. Segundo contam, as anteriores famílias, que não chegámos a conhecer, ao deixarem o concelho destruíram a barraca, situação que viria a repetir-se após a partida da família da irmã de Maria Leonor. Ivo, por seu lado, monta uma tenda praticamente em frente desta barraca com uma mesa na sua frente, enquanto vai construindo uma barraca noutra área do centro da cidade.

Foto 4: Lugares de habitat em áreas centrais: incursões por tentativa e erro (Março-Abril 2007)



A alteração de residência tende a ficar marcada pela destruição dos alojamentos até aí habitados pelas famílias. Esta situação, não sendo exclusiva a estas famílias nem ao tipo de alojamentos (barraca, casa ocupada, alojamento social), tem subjacente um sentido, nem sempre fácil de desconstruir. As interpretações dadas por quem enceta este tipo de prática

apontam para sentimentos de revolta perante a necessidade de abandono do local de residência, mas também de uma espécie de receio de que um domínio anteriormente privado possa vir a ser ocupado por terceiros. Pablo, por exemplo, quando questionado sobre as razões que o levaram, em 2004, a destruir a sua barraca quando teve de abandonar o actual concelho de residência refere, num primeiro momento, “por raiva” e, posteriormente, para “ninguém ficar com aquilo”. Se também neste domínio do espaço doméstico se constata a necessidade de um certo controlo territorial, a sua manifestação apresenta contornos muito variados que vão desde a destruição total da habitação, até à demolição de apenas algumas das suas divisões (casas de banho) ou de alguns dos seus componentes (soalhos, paredes...).

Um outro dado a reter prende-se com a ocupação de três casas diferentes por parte das famílias de Júlia, de Pablo, de Leila, Pedrito e Joaquim, existindo, no entanto, duas situações distintas na forma como se acede a estas habitações.

**Foto 5: As casas ocupadas no concelho**



❶ Família de Júlia  
Casa ocupada entre  
Dez. 06-Fev. 07



❷ Família de Pablo  
Casa ocupada entre  
Fev. 07-Abril 07



❸ Família de Leila, Joaquim M, Pedrito  
Casa ocupada entre  
Março 07-Abril 07

Por um lado, há que evidenciar o papel de uma voluntária no acompanhamento social destas famílias desde a sua chegada a esta localidade, em termos das negociações com as autoridades e instituições locais, no sentido de se evitar a expulsão, encontrar um espaço de habitação e de enquadrar as crianças na escola; do apoio em termos económicos e de higiene; e da sua responsabilização pela ocupação de duas casas devolutas – de ex-guardas florestais e pertencentes ao Ministério da Agricultura – a cerca de 4 km do centro da cidade. O assumir desta responsabilidade não se fez sem a contrapartida por parte dos núcleos familiares de Pablo e de Júlia, nomeadamente em termos de assumirem um conjunto de compromissos<sup>179</sup>. Estas

<sup>179</sup> Este compromisso assinado pelos elementos adultos estipulava: manter os espaços interiores e exteriores arranjados; manter a roupa limpa e arrumada; garantir que as crianças andam limpas e com roupas adequadas; proporcionar três refeições diárias e a horas às crianças; garantir a frequência escolar dos filhos; abolir o tabaco e o álcool; manter a paz e a harmonia na família e a amizade e respeito pelos outros.

famílias manifestaram, no entanto, níveis diferenciados de apropriação do novo espaço de habitat, ainda que tivessem permanecido sensivelmente o mesmo período de tempo. No caso da família de Pablo assistiu-se a um maior investimento tanto no exterior como no interior da habitação: o aproveitamento de parte da zona exterior para uma horta e para refeições; o arranjo das janelas; a colocação de mobiliário em cada uma das divisões e a pintura ornamental. Por oposição, o núcleo familiar de Júlia não realizou qualquer alteração no interior da casa existente, passando o espaço exterior, onde existia um telheiro, a ser a área preferencial para habitar.

“Pablo começa a falar da sua casa. Está muito contente com ela dizendo que é bastante grande e que tem espaço para ter horta, galinhas e patos. Parece ser comum a todos a preferência pelos sítios onde estão a viver agora em comparação com o pinhal.” (Diário de campo, 21.03.2007)

Estas duas famílias após a instalação nas casas trocaram as carroças por motorizadas com atrelado, para facilitar as deslocações diárias, ainda que a distância ao centro da cidade fosse sensivelmente idêntica da percorrida desde o pinhal.

Por outro lado, no caso dos agregados de Leila, Pedrito e Joaquim, uma casa abandonada e degradada existente no centro da cidade é ocupada com a permissão da proprietária. No entanto, a sua permanência não ultrapassa um mês. Na sequência de várias reclamações da vizinhança e de duas notícias no jornal local<sup>180</sup>, a casa é demolida pela autarquia e as famílias regressam novamente ao local anterior na periferia da cidade. Apesar dos agregados de Júlia e de Pablo (totalizando na altura 20 pessoas) terem as suas casas, quando a mãe se mudou para o centro juntaram-se a ela. Leila vê com naturalidade a expulsão, pois já não é a primeira vez que a sua saída forçada de determinado lugar se prende com a forma de coabitação gerada pela presença dos filhos e netos (festas frequentes, muitos cães a ladrar, crianças e bicicletas no meio da estrada...). Na sequência desta expulsão, Júlia acompanha a mãe para o pinhal. Pablo mantém-se no centro, perto do lugar onde tinha estado em Novembro de 2006.

---

<sup>180</sup> Estes artigos foram publicados a 15/03/07 e 12/04/07 com os títulos “Comunidade cigana incomoda” e “Ciganos ocupam propriedade”.

**Foto 6: Demolição da casa ocupada pela família de Leila e tenda de Pablo após a saída da casa**



A aparente recusa pelas casas ocupadas assume, pelos próprios, várias interpretações em função do interlocutor a quem se justifica a situação. No caso de Júlia, a sua permanência no pinhal, junto da mãe, é encarada como temporária e justificada por Leila se encontrar doente e, dias mais tarde, por a mãe ter de se deslocar às Caldas da Rainha e de alguém ter de ficar de vigília no acampamento. No entanto, após o regresso de Leila ao concelho, nunca mais se deu o regresso de Júlia à casa. No caso de Pablo, os argumentos são mais diversificados e parecem assentar na dificuldade de garantir os recursos que diariamente se exploram no centro da cidade, nomeadamente através da mendicidade ou da venda de cestos, mas também na impossibilidade de conviver com outros ciganos e não ciganos. Assim, aponta-se a falta de condições da casa (sem água e luz), a dificuldade de garantir a deslocação diária ao centro da cidade (moto avariada, falta de dinheiro para o combustível) e a presença de espíritos. Tal como referenciado anteriormente, é possível interrogar de que forma a alteração de padrões residenciais (casas unifamiliares e isoladas), exigindo uma gestão diferenciada dos ritmos e tempos quotidianos e a redefinição de papéis e hierarquias nas e entre famílias, vem revelar especificidades nas expectativas residenciais destas famílias.

O agregado de Pablo mantém-se, até Março de 2008, próximo do centro da cidade, num terreno privado, numa barraca construída pelos próprios. A sua saída ocorre perante a necessidade de se libertar o terreno para uma urbanização, tendo o empreiteiro da obra pedido a intervenção de um presidente de uma associação cigana para os convencer a sair e a regressar ao pinhal para junto de Leila. Nestas negociações, o referido presidente consegue obter um grande oleado para a nova instalação. Um mês mais tarde, regressam novamente ao centro da cidade para um terreno municipal que viria também a ser objecto de requalificação urbanística, em Novembro de 2008. A voluntária que tem prestado apoio a estas famílias terá encetado negociações com a autarquia, no sentido de lhes ser disponibilizado um terreno com acesso a



água e electricidade, o que veio a acontecer, embora sem se ter conseguido a instalação eléctrica.

#### 4.3.3. O polígono entre três concelhos

As deslocações regulares para dois concelhos da região Centro são justificadas como sendo para “férias”, para “passeio” ou porque “aborrece estar no mesmo sítio”. No entanto, aprofundando-se os motivos percebe-se a importância da exploração de recursos que se vão esgotando na terra que deixam para trás e de atritos com outros familiares em que a separação parece atenuá-los, impedindo o seu agravamento. Nas novas localidades conseguem recolher mais sucata e vendê-la a melhor preço, ficar próximo de supermercados o que lhes permite mendigar junto da clientela e recolher produtos danificados, retirar dos contentores de roupa usada aquilo que precisam para os seus filhos ou para outros familiares e fazer negócios de equídeos.

Um destes concelhos serve também como uma espécie de entreposto até outras localidades, nomeadamente o Bombarral, onde reside uma das filhas de Leila. Mas a opção por esta paragem não pode ser dissociada das condições de mobilidade que estas famílias dispõem, que impedem trajectos mais distantes em curto espaço de tempo e exigem paragens para descanso das pessoas e animais.

**Foto 7: Um concelho transitório e de entreposto para outras localidades**



Se geralmente a estadia nestes locais não ultrapassa mais de trinta dias, no caso de José, rapaz solteiro com cerca de 20 anos, filho de um irmão do marido de Leila, registámos um período mais prolongado de permanência (cerca de seis meses) que parece estar associado a uma vontade de estar sozinho e de não ter de obedecer à vida comunitária do acampamento, que

entre outros aspectos implica garantir bens alimentares, manter os espaços comuns limpos, recolher lenha...

Quando chegou às Caldas da Rainha, em Janeiro de 2007, esteve primeiro no interior de um armazém abandonado, junto à linha férrea, mas o proprietário, passado um mês, mandou emparedar o edifício e José montou uma tenda junto a um dos muros laterais. Posteriormente, constrói uma barraca de cerca de 9 m<sup>2</sup>, com um pé direito de um metro de altura<sup>181</sup>. A água era fornecida pelos habitantes das imediações, o que implicava atravessar a linha-férrea. Mais tarde veríamos como um declive num terreno aqui próximo, mas cheio de canas, servia de refúgio a uma família, naturalmente dissimulado na paisagem. Passado pouco tempo este terreno foi limpo, deixando a descoberto alguns dos bens que proporcionavam alguma comodidade a estes habitantes provisórios (mofá, mesa, carpetes...).

**Foto 8: Tenda de José nas Caldas da Rainha, Março 2007**



Entre 2006 e 2010 foi notório como nesta localidade se foram reduzindo os locais possíveis de permanência destas famílias, fruto, sobretudo, das formas que assume o processo de urbanização contemporâneo que procede à demarcação funcional das áreas urbanas, mas também do não reconhecimento desta população como legítimos utilizadores do espaço. Após se terem vedado todas as hipóteses de estadia nos anteriores espaços devolutos, como os ex-armazéns abandonados ou o espaço onde José permaneceu, a família de Pablo passa a instalar-se debaixo de um velho eucalipto, nas imediações deste local. Contudo, passados uns meses esta árvore é derrubada deixando, assim, de se tornar um local aprazível de permanência.

---

<sup>181</sup> O chão tinha tapetes, à frente da entrada encontravam-se as mantas e do lado direito uma pequena estante branca com leitor de vídeo, de DVD e uma aparelhagem.

Estas dinâmicas urbanas acabam por se repercutir de duas formas nos modos de vida das famílias em estudo: por um lado, à medida que os espaços urbanos mais centrais vão assumindo novas funções, os ciganos vão sendo “atirados” para localizações cada vez mais periféricas, conduzindo à sua invisibilidade social. Por outro lado, a ocupação ilegal de terrenos é objecto de uma vigilância e punição mais apertada que se traduz pela ilegitimidade da sua presença, dificultando o recurso à mobilidade como uma das suas estratégias de sobrevivência.

#### **4.3.4. Outros concelhos**

As deslocações para concelhos mais distantes relativamente ao local de residência assumem um carácter mais estratégico do que as anteriores, pois para além de assumirem objectivos mais explícitos exigem também a mobilização de mais recursos para se conseguir efectivar o pretendido. Ao longo do período que decorreu o trabalho de terreno apenas três dos vários núcleos familiares residentes encetaram deslocações mais longas.

Leila deslocou-se ao Bombarral (local de residência de uma das filhas para tratar do seu bilhete de identidade) e a S. João do Estoril (local de residência de um irmão, onde no dia de Todos os Santos costuma estar presente para visitar a mãe no cemitério). Na deslocação ao Bombarral pediu a nossa colaboração para a podermos acompanhar com o nosso carro, já que se trata de uma distância que dificilmente os seus animais conseguiriam realizar. Ivo deslocou-se três vezes à Figueira da Foz para comparecer no tribunal, e Pablo passou um mês, no Verão de 2008, em Cascais, em casa de uns familiares, tendo esta situação se repetido, também no Verão de 2009, após a nossa saída do terreno.

De referir, ainda, o caso de América, uma das filhas de Leila, de 48 anos, residente em Pamplona que se deslocou a Portugal acompanhada de três filhos na sequência da morte do marido causada por conflitos intra-étnicos. Os custos da viagem de comboio foram em parte suportados pelos serviços de acção social espanhola, contando com o apoio da família para garantir o regresso. Esta viagem, que não realizava há mais de sete anos, é ilustrativa de como a ausência de determinadas competências (saber ler, por exemplo) não impediu que esta mulher encetasse uma viagem de cerca de 1000 km, mesmo não sabendo onde se encontrava a mãe a residir e sem ter contactos telefónicos dos parentes. Opta por se dirigir à casa do tio em S. João do Estoril que a informou onde estava a mãe e para onde se dirige com o filho mais novo. Chegada ao concelho pergunta num café se conheciam “uma cigana velha”, e um senhor

ter-lhe-á dito que só conhecia um cigano, chamado Francisco (marido de Júlia), indicando-lhe o sítio onde estava.

Esta situação revela a importância assumida por lugares de referência na memória destas pessoas, destacando-se, no contexto desta família, S. João do Estoril como um lugar onde se pode sempre voltar e contactar familiares. Estes resultados vêm, assim, corroborar as conclusões de Reyniers de que a inserção num território de polarização ou num território de percurso está ligada a formas particulares de exploração de recursos e à extensão da rede familiar (Reyniers, 2004).

## **5. O relacionamento com as instituições locais**

Interessa, agora, caracterizar de que forma os diferentes tipos de conflitos que se foram gerando com a presença dos ciganos no concelho condicionaram, ou não, a acção das instituições públicas em torno da abertura do sistema de oportunidades, ou seja, aquele que permite disponibilizar os recursos necessários e adequados a percursos de vida diversos e instáveis do ponto de vista da inserção habitacional, territorial e profissional. Pretende-se, assim, por um lado, compreender de que forma o tipo de oportunidades que é oferecido pode comprometer ou potenciar a aquisição de competências e o exercício das capacidades dos sujeitos. Por outro lado, interessa pôr em relevo como a detenção de determinadas capacidades pode revelar-se não apenas como modo de aproveitamento dos recursos, mas também como instrumento de geração de oportunidades, ampliando-as e alargando a capacidade de escolha dos sujeitos.

Constatou-se que os conflitos que se geram desafiam “a capacidade de mediação institucional no terreno da eficácia e da qualidade dos processos” (Vitale *et al.*, 2009: 272) condicionando a satisfação de necessidades objectivas, ou seja, identificadas e reconhecidas como necessárias a satisfazer estados de carência.

Estas famílias apresentam uma multiplicidade de vulnerabilidades, sendo difícil identificar um único elemento causal ou isolar uma dimensão das restantes. São situações complexas de reprodução intergeracional da pobreza, associadas a trajectórias de vida marcadas pela instabilidade da inserção territorial e pela incerteza face ao futuro. Estas duas variáveis revelaram-se elementos condicionadores da aquisição de várias competências por parte dos elementos que compõem este Estudo de Caso, nomeadamente pela dificuldade de



aprofundamento dos laços sociais (formais e não formais), pelos obstáculos que se criam no acesso aos recursos, mas também pelos constrangimentos que foram surgindo para os manter de forma continuada. Aliado a estes factores encontram-se, assim, agregados familiares em que todos os adultos são analfabetos, de dimensão elevada (média de sete elementos), condição que para além de dificultar o acesso a determinados recursos (ex: uma habitação adequada), torna difícil garantir a satisfação de necessidades básicas.

A vulnerabilidade múltipla destas famílias coloca-as, assim, numa situação de desvantagem social, nomeadamente por apresentarem défices de competências no manejo de determinados recursos institucionais. Com isto se quer afirmar que, independentemente do meio poder ou não ser rico na geração de oportunidades, os indivíduos ou grupos podem não conseguir por si próprios aceder às oportunidades disponíveis. As necessidades colocam-se, assim, de ambos os lados: da capacitação individual e do incremento das condições de oferta de oportunidades a diversos níveis.

### **5.1. A emergência do fatalismo e da invisibilização política face aos percursos de integração**

Os representantes da administração local reconhecem a necessidade de respostas integradas a problemas que identificaram como multidimensionais, no entanto, passados quase quatro anos da chegada destas famílias ao concelho parecia estar ainda por definir que entidades envolver na implementação de um conjunto de medidas ou projectos locais, que permitissem desenvolver uma estratégia de intervenção integrada e sistémica com vista à redução da vulnerabilidade destas famílias.

A rede social local poderia aqui desempenhar um papel importante por reunir em plenário o conjunto das entidades com responsabilidade em matéria de inclusão social. Constatou-se inclusive que, desde 2006, os ciganos pareceram ser o mote para a animação desta estrutura local, através da mobilização da parceria para discussão das “novas” problemáticas sociais inerentes à presença dos ciganos no concelho. No entanto, até 2009, não se tinha registado nenhuma intervenção que desenvolvesse uma abordagem para suprir o estado de carência habitacional em que estas famílias se encontravam. A intervenção a este nível revelar-se-ia essencial, já que o acesso a condições adequadas de habitação assume-se como um dos pilares-chave dos processos de inclusão social, na medida em que facilita o acesso a outros recursos, serviços e direitos fundamentais.

“A resposta a este problema tem de ser concertada no âmbito da Rede Social, porque a Junta de Freguesia tem um orçamento de 600 mil euros para 32 mil habitantes. A maior parte dos parceiros da Rede Social

não tem nenhuma capacidade de resposta nem humana, nem material.” (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

Se em 2006 se reconhecia a incapacidade financeira da Junta de Freguesia para poder intervir nesta área, em 2008, na sequência da apresentação na rede social de um modelo integrado de actuação com a população cigana desenvolvido num outro município, também a Câmara Municipal, já com um novo executivo, reconhece a sua incapacidade financeira para intervir a nível habitacional: face aos 500 pedidos de habitação social registados, o município apenas dispunha de 20 fogos e de um orçamento anual de 20 milhões de euros.

O não recurso aos instrumentos de regulação financeira de promoção pública de habitação, nomeadamente ao Prohabita, levanta algumas interrogações em torno da vontade política na resolução do problema habitacional. De facto, para além do argumento económico, emergem nos discursos dos representantes da administração local outros factores que tendem a justificar a inacção pública junto da população cigana e que se prendem com:

1. A assumpção de um fatalismo associado a determinados públicos em termos da inevitabilidade do fracasso dos seus percursos de integração social;
2. A invisibilização política do problema da presença da população cigana como forma de minimizar os custos políticos de tomadas de posição;
3. A crença de que os ciganos abandonarão o concelho como forma de auto-resolução do problema e como sustentação para se adiar a intervenção;
4. A intolerância da população local e o reforço dos estereótipos pelos media;
5. O reconhecimento da necessidade de soluções diferenciadas em matéria de habitação social e a expectativa de uma receita vinda do exterior.

### *1. O fatalismo associado à integração*

A etnicização da exclusão social emerge nos discursos como se os ciganos presentes no concelho tivessem modos de vida e especificidades culturais que favorecessem a pobreza e a marginalidade. Como consequência desta tomada de posição atribui-se a responsabilidade dos problemas aos indivíduos, aumentando-se o descrédito da sua possível integração.

"Há um casal de ciganos que tem feito uma vida pacata, tem-se dado alguma assistência, acho que os filhos já estão a ir à escola, mas com a outra comunidade não se consegue nada disso porque, de facto, os miúdos são muito revoltados, têm sempre uma energia fantástica e dá-lhes sempre para o mal, provocam as pessoas, aborrecem, fazem alguns pequenos furtos nos espaços comerciais e ainda não estão acampados há muito tempo e nós já estamos a receber queixas pelo seu comportamento, não só por aquilo que fazem no espaço que utilizam, porque sujam muito, degradam muito, como também não tratam bem as pessoas.” (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

“É evidente que para muitos ciganos quando se fala em trabalho, isso não é com eles...” (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

## *2. A invisibilização: entre a auto-defesa e os custos políticos da intervenção*

O discurso do presidente da Câmara Municipal em exercício, até Novembro de 2007, é revelador da impunidade que tem marcado actuações discriminatórias por parte de diferentes autarquias do país que violam a garantia de direitos fundamentais. Demarcando-se das expulsões forçadas como uma das estratégias para eliminar o problema, o autarca revelava indirectamente a inexistência de um diagnóstico social aprofundado sobre a situação das famílias ciganas do concelho que lhe permitisse com rigor avaliar os meios necessários para promover a integração social desta população.

Para além de, passado um ano da presença das famílias ciganas no concelho, não se saber qual a sua dimensão numérica e o tipo de faixas etárias presentes, o não aprofundamento das situações de vulnerabilidade parecia, em determinada altura, ser assumido institucionalmente como a estratégia necessária, pois caberia aos indivíduos, por si próprios, encontrar os meios para a sua integração.

A autarquia com receio dos custos políticos da tomada de uma posição com vista à reunião dos recursos necessários capazes de promover a inclusão social destas famílias, considerou mais vantajoso “ter fechado um pouco os olhos”. No entanto, o discurso acaba por se revelar um pouco contraditório ao se assumir que perante as famílias em presença poder-se-á vir a “suscitar o apoio da população e das instituições”, desde que não se venha a verificar um aumento da sua dimensão.

"(...) como eu não tenho meios para resolver o problema dos ciganos, por uma questão de auto-defesa tenho procurado distanciar-me para que o problema se vá resolvendo por si próprio (...) a instalação desta família é recente e só estão cá porque há esta minha condescendência de ter fechado um pouco os olhos e de o meu colega ter deixado. Se estivesse cá outra Câmara alguém já teria assumido uma posição de correr com eles daqui, mas eu não vejo grande inconveniente que eles se integrem, mas têm de ser eles a ir resolvendo a pouco e pouco os seus problemas (...) Não estou a ver que tenhamos condições para auxiliar muito a integração, a única coisa que eu estou a ver é para ir fechando os olhos para que as coisas se vão resolvendo por elas próprias, porque se a gente vai assumir uma posição de defesa criamos aqui logo grupos a guerrear-se, é a única maneira que nós temos para ir resolvendo o problema (...) eu penso que é um grupo que tem condições para se integrar sem grandes problemas, temos de suscitar o apoio da população e das instituições, eles não podem, segundo me parece, é trazer para cá mais pessoas, porque se trouxerem mais torna-se mais difícil encontrar uma solução para isso." (Entrevista Presidente de Câmara, 28.08.2006)

Também o sucessor deste autarca acaba por revelar o mesmo tipo de discurso quando, em 2009, continuava a considerar não se estarem a violar direitos fundamentais, “uma vez que a situação em que elas vivem é a mesma em que já viviam quando vieram para o concelho que

as acolheu e não as rejeitou” (Vereador, Acta da Assembleia Municipal, 12.03.2009), acrescentando também numa outra reunião municipal que “para nós tratarmos os ciganos como cidadãos têm que também eles cumprir todas as normas da vida em comunidade, o que não acontece” (Presidente da Câmara, Acta da Assembleia Municipal, 09.04.2009).

Este tipo de discurso, bem como o do ponto anterior, revelam a propensão para procurar nos indivíduos ou grupos as razões da sua situação e mesmo os recursos para poderem por si próprios resolver os seus problemas.

### *3. O abandono do concelho: auto-resolução do problema e fundamentação para se adiar a intervenção*

Os autarcas entrevistados, fazendo uma retrospectiva histórica sobre a presença de ciganos no concelho, constataam que diferentes famílias ciganas já estabeleceram residência mas que, muitas vezes, sem se perceber as razões, “desaparecem” indo residir para outras localidades. É baseando-se nestas experiências que um dos autarcas afirma que também as famílias chegadas em 2005 ao concelho deverão seguir o mesmo rumo.

"No concelho sempre estiveram ciganos ou num local ou noutro, porque penso que lhes dá algumas possibilidades, porque tem algumas pequenas e médias superfícies onde eles pedem às pessoas, apesar de tudo o nível de vida era até há pouco tempo um dos melhores do país." (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

“Ao longo do tempo, o concelho sempre foi visitado e estiveram cá ciganos, alguns até eram considerados e deixaram aí amigos. Não há nada aqui em especial contra os ciganos da população em geral." (Entrevista Presidente de Câmara, 28.08.2006)

"Muitas vezes eles abandonam o local porque não conseguem sobreviver minimamente e vão procurar melhores situações (...) estou convencido que eles de um momento para o outro desaparecem, começam a pressentir que noutro local será melhor, mais favorável para eles." (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

“Pressentir que noutro local será melhor” implica reconhecer que a nível local não são geradas as oportunidades adequadas de suporte às necessidades básicas dos indivíduos, nem se desenvolve um acompanhamento social de tipo mais generativo que invista ao nível da qualificação progressiva das suas competências. Constatar que os próprios poderão, a qualquer momento, abandonar o concelho é também admitir a sua insatisfação perante a hostilidade de que são alvo por parte das populações e instituições locais.

No caso concreto deste autarca tem-se notado alguma ambivalência nas atitudes tomadas: se por um lado se protege a população de uma eventual expulsão de um determinado local e se permite dar a morada da Junta de Freguesia para entrega de correspondência institucional,

impede-se, por outro lado, o reconhecimento do estatuto de residente para efeitos de abertura de uma conta bancária.

#### *4. A intolerância da população local e o reforço dos estereótipos pelos media*

O tipo de reclamações que a administração local diz receber por parte das populações revela um certo desconhecimento do modo de funcionamento dos grupos e de uma grande dificuldade em se distinguir no comportamento do Outro o que é efectivamente da ordem da agressão, da intimidação ou da provocação. É perante esta “incapacidade” de se interpretarem as intenções dos outros que se gera o sentimento de insegurança e algumas das dificuldades de coexistência de grupos socioculturais heterogéneos (Castro, 2002: 59).

"Cartas impróprias de gente civilizada a fazer exigências sobre ocorrências relacionadas com o comportamento da comunidade cigana; não vêem que essas ocorrências não são só da comunidade cigana, mas também de outros estratos sociais?" (Entrevista Presidente de Câmara, 28.08.2006)

A recolha de notícias da imprensa local sobre a população cigana permitiu constatar que a imagem das famílias presentes tende a ser prejudicada pela forma como são redigidos os artigos, reforçando-se assim os estereótipos já de si enraizados por alguns dos residentes no concelho.

É, assim, que surge o argumento da população como factor inibidor da intervenção, desconhecendo-se ou esquecendo-se que alguns dos elementos das famílias ciganas em presença são naturais do concelho, pois este foi um dos territórios onde mais tempo permaneceram e de onde foram expulsos pelas autoridades locais.

"Se calhar a reacção das populações é que é o principal obstáculo na resolução destes problemas." (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

"Não são os autarcas que não querem intervir, são as populações que não querem que eles intervenham." (Notas da reunião extraordinária da Rede Social, Presidente de Câmara, 21.01.2008)

"Os residentes, os naturais de X, poderão não vir a acolher com bons olhos um projecto de intervenção com esta população." (Notas da reunião extraordinária da Rede Social, representante de uma entidade local, 21.01.2008)

Embora se admita a hostilidade da população local e a falta de sensibilização para a diversidade cultural, parece ainda existir uma dificuldade de se reconhecer que determinados problemas de exclusão social decorrem da discriminação étnica e daí não se ter desencadeado nenhuma iniciativa destinada à população não cigana.

"Mas também temos de abordar estas questões com toda a frontalidade, as pessoas também não estão preparadas para fazer o mínimo de sacrifício e sofrerem algumas coisas menos boas para ajudarem à reinserção destas pessoas." (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

"Não pôr estas populações perto de não ciganos, necessário sensibilizar as populações para terem um papel neste importante trabalho, programas de sensibilização para essa gente." (Entrevista Presidente de Junta de Freguesia, 6.09.2006)

Uma das manifestações desta hostilidade que mais directamente afectou algumas das famílias ciganas presentes no concelho foi a morte de um cavalo e de uma mula que estavam nuns pastos próximos do acampamento do pinhal.

##### *5. O reconhecimento da necessidade de soluções diferenciadas em matéria de habitação social e a expectativa de uma receita vinda do exterior*

Qualquer intervenção pública que visasse a melhoria das condições habitacionais desta população implicaria encontrar um ou vários espaços em função das expectativas residenciais ao nível da coabitação dos diferentes núcleos familiares presentes no concelho. Durante cerca de três anos a autarquia encetou um processo de pesquisa sobre os terrenos disponíveis, chegando à conclusão que estes não existem. Será por essa razão que não se apresenta uma candidatura ao Prohabita?

Paralelamente a este processo, geraram-se algumas discussões com o intuito de descobrir qual o projecto habitacional que seria mais ajustado à população cigana, colocando-se nas mãos de algumas entidades a apresentação de propostas.

Responsáveis autárquicos reconheciam a inexistência de directrizes, regulamentos e apoios específicos para se desencadear a intervenção desejada e manifestavam a sua insatisfação relativamente a entidades de âmbito central, que embora tenham “manifestado o seu empenho, em termos práticos têm feito muito pouco” (Vice-Presidente, Acta da Assembleia Municipal, 12.03.2009). Já no actual executivo camarário, o Presidente reconhece que o problema habitacional das famílias ciganas “é grave, mas também é grave a situação de centenas de pessoas que não têm casa. Infelizmente não há capacidade para resolver todas as situações” (Presidente, Acta da Assembleia Municipal, 30.04.2010).

Se uma família acabou por poder ocupar um terreno municipal com acesso a água, as outras famílias encontravam-se, em Março de 2009, em terrenos privados ou públicos sem qualquer tipo de autorização formal. Já após a nossa saída, a autarquia precisou de um terreno ocupado por uma das famílias para fazer um caminho público e o empreiteiro que adjudicou esta obra tem vindo a pressionar a família para abandonar o espaço. Perante as diversas manifestações de vontade na resolução dos problemas habitacionais, é de questionar as razões para a autarquia

não ter informado esta família do que se iria passar, nem lhe ter proposto uma alternativa residencial.

## **5.2. O acesso aos recursos: um processo só conseguido pela mediação**

Uma análise do relacionamento dos diferentes núcleos familiares presentes no concelho com algumas das instituições locais implica aprofundar o nível de acesso aos recursos e o tipo de acompanhamento social que é realizado. Se em 2009 todos os núcleos familiares eram beneficiários do RSI, interessa perceber, na diversidade de percursos de vida, quais os constrangimentos verificados no acesso a esta medida de protecção social e de que forma a sua condição de beneficiários poderá, ou não, potenciar a aquisição e o exercício das capacidades dos sujeitos. Centrar a análise nesta medida específica de protecção social justifica-se não só por todas as famílias apresentarem condições de se tornarem beneficiárias, mas também pela própria filosofia da medida preconizar o comprometimento de vários sectores do Estado no apoio a situações de ruptura de rendimentos, desde que se verifique um esforço pessoal e familiar de inserção social e/ou profissional nas áreas da acção social, emprego, formação profissional, educação, saúde e habitação. Para o efeito, o Estado apela a uma estrutura de parceria alargada para se encontrar e gerir os recursos de “inserção” nestas áreas.

Relativamente ao acesso à medida, constata-se situações diferenciadas entre os núcleos familiares presentes no concelho:

- A família de Ivo pediu a transferência do processo RSI para o novo concelho de residência;
- A família de Pablo regressou à medida em Setembro de 2007, após um ano de prestação cessada;
- A família de Leila que tendo já passado por dois processos cessados, um requerimento indeferido, regressa à medida, em Maio de 2007, após onze meses de ter apresentado o requerimento, não fazendo o seu cônjuge parte do agregado RSI por não ter bilhete de identidade;
- A família de Júlia passou a ser pela primeira vez beneficiária em Novembro de 2006, sendo que Júlia só mais tarde integra o agregado familiar RSI, por não ser portadora de bilhete de identidade;
- A família de Isabela passou a ser pela primeira vez beneficiária em Novembro de 2006 e aguardou 6 meses pelo deferimento do requerimento;

- A família de Pedrito passou a ser pela primeira vez beneficiária em Janeiro de 2009. Para o efeito, foi necessário Pedrito passar a ser portador de bilhete de identidade.

Nos casos das famílias de Pablo, de Júlia e de Pedrito a mediação institucional realizada por elementos da população local parece ter sido determinante no acesso à medida. Como se constatou anteriormente (Capítulo 1.1.2), a família de Pablo, residente no concelho entre 2002 e 2004, teve o apoio de uma assistente social, que se deslocava regularmente ao seu local de residência, para apresentação do requerimento ao então Rendimento Mínimo Garantido, o que implicou proceder à emissão do Bilhete de Identidade de Pablo. Já a família de Júlia e Pedrito beneficiou do apoio prestado por uma pessoa que faz trabalho voluntário junto das famílias, desde a sua chegada ao concelho em 2005.

O aprofundamento da relação que estas famílias têm tido com o RSI permite enunciar alguns dos constrangimentos que esta medida atravessa para que os seus beneficiários possam desenvolver mecanismos de activação com vista a romper com os ciclos de exclusão e para que a medida possa assumir um carácter transitório, e não um “rendimento de existência ou sobrevivência” (Dubet *et al.*, 2001).

Globalmente poder-se-á afirmar que os problemas na aplicação do RSI não decorrem de “especificidades” da população cigana, mas tendem a ser localmente amplificados não só pelos estereótipos associados a esta população que dificultam um diagnóstico rigoroso e profundo das situações, mas também pela dificuldade de encontrar/adaptar respostas de inserção a situações de exclusão social que afectam diferentes domínios e exigem maior esforço no acompanhamento continuado e sistémico dos percursos de inserção. Alguns dos problemas que geralmente são apontados à relação dos ciganos com o RSI tendem a ser transversais a outros beneficiários com percursos intergeracionais de exclusão social, tal como revelou um estudo de avaliação da medida (Castro *et al.*, 2002).

Alguns exemplos recolhidos ao longo do trabalho de campo traduzem os entraves acima enunciados. Uma das dimensões destes entraves prende-se com o conhecimento abreviado e incompleto da situação e das necessidades dos indivíduos e das famílias, associado à dificuldade de comunicação entre beneficiários ciganos e representantes de diferentes sectores, geralmente atribuída a traços comportamentais dos ciganos. Esta constatação acaba por esgotar a intervenção na atribuição de alguns recursos e na desadequação de algumas acções, em função do perfil dos beneficiários. A falta de uma maior compreensão do que são as



necessidades apercebidas pelos beneficiários em relação a si próprios, tende para uma ênfase das características que dificultam a sua inserção sem a sua correspondência em termos das competências dos indivíduos ciganos que possam ser aproveitadas para gerar outras oportunidades.

Na sequência da análise da troca de correspondência entre a Segurança Social e Leila, candidata a beneficiária da medida num outro concelho, percebe-se como prevaleceram os procedimentos burocráticos em detrimento do aprofundamento na abordagem da situação familiar, nomeadamente pela exigência de documentos irrelevantes – renda de casa e fotocópia de contribuição autárquica – face às condições habitacionais da família, na altura a residir numa barraca num terreno cedido pelo proprietário. Uma visita ao acampamento, por parte dos responsáveis locais pela administração da medida, permitiria evitar a solicitação destes documentos e agilizar o processo de deferimento. Neste caso concreto, levou quase dois anos a ser deferido e onde foram beneficiários durante apenas dois meses, pois o cancelamento da prestação surge por não se ter conseguido motivar uma das filhas a frequentar o ensino escolar.

Relativamente ao acesso e ao percurso escolar das crianças residentes no concelho, tem-se assistido a algumas práticas discriminatórias por parte de um elemento da direcção de um agrupamento de escolas. Este elemento terá afirmado a um dos informantes privilegiados desta pesquisa que “não gostava de ciganos, que não valia a pena fazer nada por eles, e que não haveria vagas para o ingresso de uma jovem numa das escolas”. Esta jovem, na altura com 10 anos, embora ainda não estivesse a beneficiar do RSI, manifestava o desejo de frequentar a escola, chorando por não estar inscrita.

Também numa escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma criança com 6 anos ingressou pela primeira vez no sistema de ensino. Passado pouco tempo recusava-se a frequentar a escola, tendo-se vindo a perceber que era por estar isolada numa carteira no fundo da sala. Mais tarde este jovem, juntamente com mais três crianças ciganas e outras residentes num bairro social, acaba por integrar uma turma especial para crianças com dificuldades de aprendizagem, apresentando cada uma das crianças ciganas níveis de ensino e ritmos de aprendizagem diferenciados.

A falta de pontualidade e assiduidade na frequência do sistema de ensino surgem como os principais problemas apontados por alguns dos técnicos que constituem a parceria do RSI. É, assim, que a determinada altura uma das famílias vê delineada, no seu programa de inserção,

uma acção que obriga à compra de um relógio despertador para não haver “atrasos dos seus filhos à escola”. Será que quem delineou esta acção não se apercebeu que todos os elementos da família eram analfabetos e não sabiam ver horas nem programar um despertador?

De referir que sem a persistência da pessoa que desenvolve trabalho voluntário com estas famílias, dificilmente estas crianças e jovens teriam conseguido aceder ao sistema de ensino e aos apoios da acção social escolar. Esta senhora para além de se ter apercebido das potencialidades e da motivação das crianças para a frequência escolar, conseguiu trabalhar com os pais a importância que representa o ensino formal desde o pré-escolar, tendo conseguido o ingresso de todas as crianças neste nível de ensino.

No âmbito do trabalho de intervenção com estas famílias parece, assim, ser relevante derrubar fronteiras e estabelecer relações de confiança que possibilitem um investimento no conhecimento do perfil dos beneficiários e o acautelar de intervenções desadequadas e inconsequentes, o que poderia passar pela valorização das habilidades, competências ou capacidades dos beneficiários.

Uma outra dimensão dos entraves que se colocam a um efectivo desempenho do RSI prende-se com o recurso instrumental às parcerias formais do Núcleo Local de Inserção<sup>182</sup> do RSI para o delinear de acções de inserção, revelando-se algumas destas acções desajustadas ao perfil de alguns beneficiários. Para famílias com longas trajectórias de vulnerabilidade social é difícil num primeiro momento pensar que se poderão autonomizar por via da inserção no mercado de trabalho. Qual o sentido de uma inscrição no Centro de Emprego, quando não se trabalharam outras competências, nomeadamente pessoais e relacionais? Qual a pertinência de se exigir a um beneficiário que consulte na internet a situação da sua inscrição no Centro de Emprego, quando para além de não deter as competências necessárias para manipular este recurso, também não tem facilmente acesso a ele?

---

<sup>182</sup> Os Núcleos Locais de Inserção (NLI) são os órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Compete, assim, aos NLI a elaboração e aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respectiva execução. A constituição dos NLI integra a representação de organismos públicos, responsáveis na respectiva actuação pelos sectores da segurança social, do emprego e formação profissional, da educação, da saúde e das autarquias locais. Pode também integrar representantes de outros organismos, públicos ou não, entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam actividades na respectiva área geográfica, desde que para tal se disponibilizem, contratualizando com o Núcleo competente a respectiva parceria e comprometendo-se a criar oportunidades efectivas de inserção (cf. Decreto-Lei nº 42/2006, de 23 de Fevereiro e a Lei nº 45/2005 de 29 de Agosto).

O tipo de intervenção que está a ser desenvolvido com estas famílias parece assentar na ideia de que a integração social tem uma correspondência directa com a inserção profissional e que perante a existência de uma acção de inserção formatada – como seja a inscrição no centro de emprego – esquece-se todo o trabalho de acompanhamento social que poderia ser desenvolvido com o objectivo de potenciar competências pessoais e relacionais, no interior do espaço familiar e da comunidade de pertença.

Por fim, uma outra dimensão que parece comprometer o efectivo acompanhamento social das famílias reside na falta de concertação de objectivos e meios de actuação entre as entidades locais que representam as áreas de inserção acordadas com os beneficiários. Por um lado, não fica claro para as famílias em análise quais as obrigações das entidades envolvidas no apoio ao cumprimento dos programas de inserção delineados. Por outro lado, não se regista por parte destas entidades um acompanhamento efectivo das situações.

Ao nível da saúde, por exemplo, este “acompanhamento” parece esgotar-se no acesso não condicionado ao Sistema Nacional de Saúde em detrimento de um trabalho de prevenção e de cuidados continuados nesta área. Uma das representantes da área da saúde na rede social local chegou a afirmar que “quando apareceram no centro de saúde dois meninos que apanharam sarna foram atendidos<sup>183</sup>”. Acções em torno da melhoria das condições de higiene e salubridade dos espaços dos acampamentos poderiam ter prevenido a doença, bem como acções direccionadas para o planeamento familiar que teriam apoiado duas mulheres destas famílias que viram nascer o nono e o décimo filho sem o terem desejado, e apenas se apercebendo da situação de gravidez ao quarto mês de gestação.

O combate à multiplicidade de factores que caracterizam as situações de pobreza e exclusão social destas famílias, só poderá ser conseguido com o comprometimento efectivo dos parceiros locais, no sentido de se garantirem os recursos e encontrar novas respostas sociais, que vão muito para além da mera inserção profissional dos indivíduos. Na área da habitação, os apoios que neste âmbito podem ser ministrados por via da medida são muito diminutos face às reais necessidades dos indivíduos, parecendo ser necessário o desenvolvimento de respostas alternativas e mais adequadas ao perfil das famílias em presença.

---

<sup>183</sup> Notas recolhidas na Acção de Informação "Intervenção com as comunidades ciganas", organizado pela REAPN, a 30 Outubro 2007.

## Síntese

Este Estudo de Caso, à semelhança do anterior, interroga igualmente a questão do habitar na sua dimensão mais dinâmica e relacional com o espaço. No entanto, assume a sua especificidade pela natureza e configuração das ameaças que pairam sobre o espaço habitado e o que isso interpela quer as formas de estar e de viver num território não confinado a limites espaciais estanques, quer as modalidades de exercício do controle territorial que são desencadeadas por estas famílias.

Apesar da inexistência de um reconhecimento formal e socialmente legitimado para a presença destas famílias, estas ameaças não passam apenas pela pressão das autoridades locais ou de proprietários privados com vista à sua expulsão de certos lugares do território concelhio. O passado, mas também o presente, revelam que o deslocamento espacial é intenso e realiza-se a diferentes escalas geográficas, resultado da conjugação de dinâmicas de sobrevivência económica com ameaças de natureza diversa: i) decorrentes de acordos tácitos na gestão de conflitos intra-étnicos ou de conflitos com os serviços sociais; ii) de isolamento e de perda de força e coesão familiar quando se experimentam outros lugares que passam pela separação geográfica de alguns núcleos familiares; iii) de carácter higienista pela presença prolongada num espaço sem a possibilidade de se garantir a salubridade desejada.

A redução do risco resultante destas ameaças e da necessidade de garantir a sobrevivência socorre-se de uma *estratégia de mobilidade geográfica centrada*, de uma noção de *espaço como um recurso ilimitado de acção* capaz de fornecer novas oportunidades de vida; e de um *habitante móvel dotado de competências* para edificar novos espaços de habitat e fundar novos espaços de vida, sempre no pressuposto de que se move num “*espaço sob controlo*” (Costa, 2004).

Ser um *habitante móvel dotado de competências* significa possuir um “capital espacial” (Lussault, 2007) capaz de controlar as métricas (aquilo que é autorizado a estar próximo ou distante), definir os limites espaciais (saber delimitar os espaços vividos), construir e personalizar alojamentos numa autêntica “arte de fazer” (Certeau, 1994), e fundar novos lugares de habitat sem que necessariamente existam as infra-estruturas básicas ou um meio construído. A manifestação destas competências revela-se nas incursões pela procura dos melhores lugares, onde por tentativa e erro se vão arriscando novas instalações para fixar residência. Mas algumas destas investidas em novas experiências habitacionais, que exigem a

separação da família alargada e que pressupõem tipos de habitat distintos (ex.: as casas dos ex-guardas florestais), condicionam este “capital espacial”, pois já não se trata apenas de revelar competências práticas na relação com o espaço. Ficar confinado ao núcleo familiar restrito e afastado do centro da cidade faz com que, na representação mental do mapa dos lugares, a distância simbólica se sobreponha à distância física. O peso assumido por esta distância simbólica parece consubstanciar-se numa ameaça à coesão do grupo alargado de parentes ao ponto de se ter de retomar os anteriores espaços de residência e tipos de habitat que, pela natureza do meio envolvente e dos materiais de construção disponíveis, se revelam mais insalubres e mais precários.

A passagem por diferentes tipos de espaços de habitat, com uma dimensão muito diversa de escala e métrica e com um carácter mutável e híbrido, tende a gerar um habitante desestabilizado e exilado, onde antes podia ter tido o sentimento de ter estado em casa. No entanto, é pelo quadro de habitat que se consegue construir e pelo feixe de relações familiares que se mantêm próximas que se torna possível garantir uma segurança mínima: não só a “segurança ontológica”, própria às sociedades pré-modernas, no sentido de Giddens (1991), mas também a segurança possível de que se tem acesso a recursos que garantam a subsistência económica.

A existência de um “espaço sob controlo” pressupõe o entendimento das razões da necessidade deste controlo e de quem tem um tipo de poder simbólico sobre o espaço, ou seja, através de que modalidades determinados elementos das famílias tornam os lugares de habitat com este tipo de expressividade (Costa, 2004: 70-71).

A insegurança e a precariedade associadas ao espaço habitado vão ao longo do tempo dando lugar a um quadro relativamente mais estável, visível pelas alterações introduzidas nas configurações dos acampamentos. No caso da família Matias da Silva, de um alinhamento de tendas passa-se a uma forma mais circular, onde emergem construções abarracadas e proliferam os cães como vigilantes auxiliares face às ameaças de potenciais intrusos. O arranjo espacial conseguido para além de reflectir as alianças/proximidades entre parentes, traduz uma forma de aumentar os níveis de controlo sobre o espaço, reduzindo os riscos emanados da própria natureza ou de eventuais invasões perpetradas por indesejados. Também as cosmologias religiosas, como modos de crença e práticas rituais, apoiam a construção de um ambiente de confiança ao possibilitar a interpretação de comportamentos considerados atípicos por parte de alguns dos membros da família ou a cura de problemas de saúde. Em ambos os

conjuntos residenciais presentes no concelho, a imposição da presença de determinados elementos familiares revelam como Leila, mas também Ivo, acabam por dominar na forma como gerem aqueles que querem próximos de si.

Fica patente como alguns dos elementos femininos das novas gerações que integram estas famílias procuraram, através da fuga, romper com esta ordem socioeconómica que pressupõe alianças matrimoniais estrategicamente combinadas no seio do grupo de parentes com vista ao reforço da sua força e coesão. Apesar das restrições à liberdade individual que foram impostas e da saída definitiva de duas jovens pertencentes a cada uma das famílias alargadas, a estrutura familiar rapidamente se recompôs através de novas alianças ou da chegada de outros familiares vindos de outros pontos do país ou do estrangeiro.

Residir no concelho de forma duradoura permite desenvolver uma *estratégia de mobilidade centrada*. Esta estratégia opera-se num território composto de diferentes pólos, mas onde existe um centro estável como ponto de referência para si e para os outros. Sair temporariamente e a ele regressar ou ser visitado/encontrado pela rede de parentes produz a ideia de um lugar central onde se cruzam diferentes tipos de significados: familiaridade, inter-conhecimento, protecção, funcionalidade no acesso a recursos, etc. Em ambas as famílias constata-se como este lugar central remete para uma edificação simbólica mais remota, onde várias histórias se cruzam para revelar como a actual presença é a renovação de uma passagem.

A constelação de pólos activos que configuram esta estratégia de mobilidade centrada revela, por seu lado, como estes pólos vão assumindo diferentes sentidos em função das práticas que aí se desenrolam e de quem as opera: de entreposto nos percursos de mobilidade a lugares de habitat; de veneração dos mortos a reforço dos laços sociais; de reencontros familiares a espaços de negócio e/ou mendicidade. Fixação e mobilidade geográfica são, pois, dois princípios fundamentais e complementares da organização socioeconómica destas famílias, onde cada um destes pólos assume uma estreita articulação entre si, sendo difícil estabelecer qualquer nível hierárquico entre eles, mesmo quando se cruzam diferentes escalas temporais (quotidianas, ocasionais ou excepcionais).

Existe, no entanto, a possibilidade de reconfiguração dos “polígonos de vida” destas famílias, ou seja, está sempre em aberto a possibilidade de novas conexões, uma vez que um conjunto de factores pode determinar a repulsão de determinados lugares: conflitos intra-étnicos e com serviços sociais; eminência de operações de realojamento com grande concentração de

população cigana; discriminação no acesso a serviços públicos; processos de reconversão urbana; aumento da vigilância e expulsão; dificuldade no acesso a recursos... Este “andar por aí, a correr o mundo”, proferido por alguns elementos destas famílias, traduz um “modo reticular de abertura às oportunidades” (Montulet, 2007) que pressupõe a apropriação e articulação de um conjunto de lugares e permite diminuir a visibilidade e a centralidade assumida pelos territórios exclusivos a determinadas famílias.

Apesar das várias tentativas de aproximação a zonas centrais da cidade, mas sem nunca se abandonar definitivamente o espaço invisível e periférico do pinhal, revela como a família Matias da Silva foi ficando confinada a um “espaço marginal” do território concelhio, longe da malha urbana e não comprometedor da sua ordem e imagem. Exceção deve ser feita à família Ramalho Matias que conseguiu prolongar a sua estadia num terreno mais próximo do centro até à chegada de outros familiares.

Assim, contrariamente à ideia de não se poderem hierarquizar os diferentes lugares que compõem os polígonos de vida destas famílias, a ordem espacial da cidade é composta por um “sistema estratificado de lugares” (Wacquant, 2008), onde se determina o tipo de território passível de ser ocupado.

Do ponto de vista da administração local, a presença destas famílias no concelho provém da sua hospitalidade territorial que “os acolheu e não os expulsou”, ignorando a historicidade da sua inscrição local e os sentimentos de pertença manifestados por vários elementos destas famílias. Mas é, precisamente, por se problematizar a presença destas famílias em termos de hospitalidade que:

- se evidencia a diferença de estatutos entre hospedeiro e hóspede;
- se manifestam representações ideológicas sobre a pobreza e a exclusão;
- se revelam as fragilidades de cooperação institucional;
- se desenvolvem mecanismos de defesa política para justificar a não mobilização de recursos das políticas públicas, quer pela invisibilização da problemática, quer pela acusação do racismo dos não ciganos ou da inércia do poder central em trazer a solução para problemas sociais sentidos localmente.

O quadro de representações sociais, manifestado por diferentes elementos pertencentes à administração local, revelando a forma como interpretam a presença destas famílias no concelho, acaba por orientar as suas condutas. Constroem-se, assim, “formas de conhecimento

conotativo, e não simplesmente denotativo, que possibilitam o juízo e a qualificação de realidades, atribuindo-lhes propriedades positivas ou negativas” (Fernandes, 2000: 213-214).



### **C. Permanecer, sim, mas em condições precárias**

No presente Estudo de Caso são abordadas duas famílias alargadas de portugueses ciganos de duas linhagens distintas, mas com alguns cruzamentos matrimoniais entre si. No início do trabalho de terreno 14 núcleos familiares viviam em barracas, num concelho do distrito de Beja, totalizando cerca de 50 pessoas, num terreno que tinha sido cedido pelo município a uma das famílias, em 1996. No entanto, a presença desta no concelho remonta aos anos 70. Esta condição habitacional relativamente estável põe em relevo como a tomada do espaço se acaba por reflectir numa tomada de palavra.

#### **1. Percursos de vida a marcarem a relação com o actual concelho de residência**

O percurso geográfico da família Carolas encontra-se estreitamente ligado ao trajecto de vida de Maria Cecília Carolas, desde o momento do seu nascimento no ano de 1937, numa casa em Santo Aleixo da Restauração, freguesia do concelho de Moura, onde viveu parte da vida com o pai e a mãe. No entanto, ao referir-se à terra onde nasceu menciona-a sempre como a “terra do pai” ou a “casa do pai”, ou ainda “as coisas do pai”. É interessante observar esta ligação simbólica directa das origens ao pai, que não deixa de ser concordante com a virilocalidade e a patrilocalidade que encontramos nas deslocações das mulheres aquando dos casamentos.

Maria Cecília Carolas conta-nos que quando fugiu com o seu marido, eram já suficientemente independentes do ponto de vista monetário para não terem que se refugiar em casa dos pais. Esta regra tácita leva a que, efectivamente, uns territórios percam pessoas através das suas mulheres que casam, enquanto outros territórios ganham massa crítica com os casamentos dos seus homens. As implicações que esta dinâmica tem nas relações entre as famílias que disponibilizam as suas mulheres e as que as recebem, ainda estão por aprofundar, nomeadamente os mecanismos postos em prática na gestão das relações de poder destas famílias.

Depois da saída da casa do pai, Maria Cecília Carolas diz-nos nunca mais ter voltado a essa casa, mencionando que tem coisas do pai e que não consegue olhar para elas, pelo que pede a uma senhora para ir limpando o pó dos móveis. Mesmo após o nascimento dos seus dez filhos continua a não se sentir capaz de voltar a esta terra, até por razões emotivas, pois diz sentir uma grande tristeza sempre que se lembra do pai.

“O meu pai está em Moura enterrado, a minha mãe também. O que é que eu vou lá fazer? Ainda para me pôr mais infeliz?” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

O percurso habitacional de Maria Cecília Carolas sofre uma profunda transformação quando, em 1951, com 14 anos de idade, parte de Santo Aleixo da Restauração para casar e passar a viver com o seu companheiro, num outro concelho do distrito de Beja. A diferença de estatuto socioeconómico entre as duas famílias poderá ter levado a que este casamento fosse consumado através de um “fugimento”, ou seja, um casamento de acordo entre o homem e a mulher que fogem mas sem o consentimento dos pais da mulher.

“Fui roubada...Porque eu ia levar o almoço ao meu pai à eira e logo ‘atão’ trouxe-me para aqui (*risos*).” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 10.11.2006)

Esta mudança de território de residência, associada a uma fase do ciclo de vida marcada pelo casamento, revela-se um marco significativo na trajectória de vida desta mulher, já que é a partir deste momento que o actual concelho de residência se torna um território de referência identitária para Maria Cecília Carolas.

Em 1963, encontra-se a viver com o marido e a filha na vila de Portel, até ao nascimento de Joaquim três anos depois, em Vera Cruz, no mesmo concelho, onde têm como ocupação a apanha da azeitona. Em 1971, já se encontra a viver numa freguesia do actual concelho de residência, numa casa arrendada, mudando-se posteriormente para outra freguesia. Apesar de algumas saídas temporárias deste concelho do distrito de Beja para a realização de trabalhos agrícolas ou para a venda em feiras, o regresso ao mesmo lugar parece ser uma constante nas suas vidas, reactivando-se assim os vínculos identitários com o território em questão.

É já num outro lugar do concelho que se dá um dos exemplos de um fenómeno de interdição institucional, que a própria Maria Cecília Carolas situa temporalmente em finais da década de 1980 – “há mais ou menos 20 anos” – devido a um desacato familiar. Maria Cecília Carolas vê-se obrigada a sair desta localidade para habitar durante poucos meses na vila de Portel, na casa do convento dos Capuchos, tendo em seguida regressado ao concelho para habitar numa outra casa. Conta-nos que, durante esse período, as autoridades locais não permitiram que eles, e todos os ciganos, aí estabelecessem residência. Um fenómeno isolado, provavelmente devido a um “contrário”, em que um cigano que esfaqueia uma cigana é, em resposta, abatido a tiro pela GNR. Na sequência deste incidente, e segundo nos foi contado, todas as famílias ciganas são despejadas da vila, com ordem do tribunal.

“Ó! É ciganos! Sabe como são. É tudo ciganos e as pessoas daqui, andava tudo num tormento.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 22.03.2007)

Não se sabe ao certo a data de regresso ao concelho mas, após andarem “à cata de casas”, Maria Cecília Carolas passa a viver, pelo menos, em duas casas arrendadas numa das freguesias do actual concelho de residência. A saída de uma destas casas ocorre pelo facto do proprietário necessitar da casa para a colocar à venda. Parece ser na sequência desta situação, aproveitando o contexto político do pós 25 de Abril e a ausência do marido – por este ter ido fazer uma feira a Vila Viçosa – que Maria Cecília resolve ocupar uma casa.

“Era das forças armadas, quando deram ordem da gente derrubar portas, casas... derrubámos aquela. E até levei porradas ainda do meu marido (...) Porque era um homem que não gostava de fazer isso, muito sério. E ainda bateu-me (...) Logo o chão ‘tava tudo em bruto que aquilo era uma adega, eu comprei cimento e amanhei-a e aconcheguei-a, caiei-a. Estive lá uns sete ou oito anos, andei naquela casa.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

Uma passagem por alguns momentos da vida de outra mulher cigana (Alda João Vicente), vizinha de Maria Cecília Carolas quando esta vivia na casa acima mencionada e com quem continua a manter um relacionamento estreito, revela-se pertinente ao ilustrar um percurso de vida com contornos distintos, nomeadamente por ter gradualmente alcançado maior estabilidade territorial e melhores condições de habitabilidade. Esta mulher, natural de Beja, não tinha casa onde se fixar e como refere “andavam sempre aqui e ali, com os animais”, por lugares como Cabeça Gorda, Salvada, Mombeja.

A sua ex-vizinha relata que na altura residiam “num celeiro”, dizendo que o patrão era um homem rico, do Porto. O feitor era quem dava trabalho às duas famílias na apanha, conservação e transporte da azeitona. As suas carroças eram utilizadas para transportarem a azeitona varada e apanhada do olival para o lagar. Em troca, podiam ficar a viver nesse celeiro; era este o acordo. No entanto, tal acordo só foi formalizado com a família de Alda João Vicente. A diferença de estatutos de ocupação das casas acaba por ser desfavorável no percurso de vida de Maria Cecília. Se Alda João Vicente refere ter ainda hoje um acordo que lhe permite residir nesta casa, o facto de Maria Cecília ter ocupado a casa, acabou, como se verá mais adiante, por a colocar numa situação de maior vulnerabilidade. Contrariamente, no caso da família de Alda João Vicente constata-se que na transição geracional, os filhos herdaram uma mudança importante conquistada pelos pais: ficam a viver numa casa que na geração dos pais era paga mediante uma recompensa directa em trabalho ao proprietário, distanciando-se assim das situações vividas durante a infância em que os pais se encontravam sem casa. Mas esta conquista não deixa de ser uma excepção no contexto local pois, como foi possível apurar através de diferentes depoimentos, esta era a “única casa do concelho onde vivem ciganos”.

Situada no centro da vila, esta habitação é referenciada pelas famílias como “casa”, “casão”, “celeiro” ou “adega” e onde Maria Cecília terá vivido entre 1981 e 1987<sup>184</sup>. A apropriação do espaço de habitat acaba por ser adaptada às necessidades de cada família: derrubam-se as meias paredes que serviam para compartimentar e sustentar o cereal depois de apanhado, para ficar a viver, deste modo, num espaço amplo onde “depois se fez os quartos com lençóis pendurados”.

“Era um casão, era assim uma casa inteiriça. Não tinha quartos, não tinha nada. Era aquela casa coisa. Mas eu, como era limpa e tinha, que o meu marido sabia ganhar, comprei umas cortinas e fiz quartos. E comprava desses cortinas da casa de banho, em plástico, fazia quartos, uns pá raparigas, outros pó rapazes, outro era para mim e pó meu marido e fiz uma casinha de cozinha. E a logo então do quintal tinha casa de banho... tinha uma casa de banho. E eu aconcheguei aquilo.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

As relações de solidariedade entre estas duas famílias, promovidas pelas boas relações de vizinhança, deram-se neste período, mas também ao longo de todo o percurso habitacional de Maria Cecília Carolas. As alianças matrimoniais entre dois dos seus netos – Grinalda e Carlos – com um filho e uma filha de Alda indicam igualmente a proximidade entre as duas famílias.

“Quando ela tinha, tinha eu; quando eu tinha, tinha ela. Se fazia um negócio eles tinham fome a gente dava, ele fazia negócio eu tinha faltas eles me davam.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

A trajectória residencial descendente da família Carolas parece estar ligada a dois momentos em que esta deixa de poder habitar os locais onde se encontrava. Numa tentativa de reconstrução daquilo que terá acontecido constata-se que, no primeiro momento, a casa acima referenciada terá sido emparedada após uma saída temporária da família:

“No Verão estava muito calor, fomos ali para umas sombras que estavam ali e a casa ficou fechada uns nove ou dez dias, sem ninguém lá estar. E estávamos com calor e estávamos nas sombras, dormíamos lá nove ou dez dias, chegaram lá e fecharam a casa e não disseram nada.” (Entrevista Inês e Carlos, 13.02.2007)

Segundo contaram, o desentendimento entre elementos da família proprietária desta casa, devido a questões de partilha de heranças, terá levado à alteração do proprietário que iniciou uma série de diligências para garantir a saída da família. Maria Cecília justifica a sua resistência em abandonar a casa por não se equacionar uma alternativa residencial condigna, o que levou à intervenção da Câmara Municipal e do Tribunal:

“Eu não queria sair, foi lá a Câmara. Tribunal. Não queria sair: ‘Eu só saio daqui quando tiver umas casas’ E eu disse que só saía de além quando me dessem umas casas. Eles vai então deram-me o matadouro”. (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

Durante alguns meses os vários núcleos familiares Carolas terão residido numas barracas sedeadas no actual local de residência, até ao momento em que ocupam um antigo matadouro

---

<sup>184</sup> Lopes, um dos filhos de Maria Cecília Carolas, refere que viveram neste lugar durante nove ou dez anos, o que não coincide com o dado fornecido pela sua mãe, nem por um dos netos, Carlos, que chega a afirmar que o seu pai aí viveu cerca de 30 anos.

municipal. Daqui em diante, coincidindo com a morte do marido<sup>185</sup>, o percurso habitacional de Maria Cecília Carolas nunca mais sofreu uma inflexão ascendente.

Assim, entre os anos de 1987 e 1996, a família reside nas instalações do matadouro municipal. A autarquia, através de uma carta enviada, terá dado um mês para os diferentes núcleos familiares saírem destas instalações, já que se pretendia ali construir habitações para venda livre. Nesta situação encontravam-se alguns dos núcleos familiares que na altura não estavam presentes no local de residência por estarem a fazer trabalhos sazonais na agricultura, e que foram avisados por Maria Cecília Carolas:

“Deram prái um mês, nós nem estávamos lá, estávamos fora, a trabalhar na Amora, na vindima, na apanha do tomate, eu tava lá porque o meu pai tava lá a trabalhar, e atão a Câmara avisou a gente para mudarmos de lá para fazer atão aquelas barracas. Mandaram carta pá casa da minha avó que morava naquela rua e depois ela é que nos avisou, disseram podem fazer aí umas barracas de madeira (...) nós tínhamos direito a uma casa ou a ficar ali, tivemos ali tantos anos, nascemos ali e mandam-nos embora para construir barrios, nem temos direito a um barrio daqueles?” (Entrevista Mariana, 14.02.2007)

A possibilidade de arrendamento de uma habitação na altura estava fora de questão, uma vez que os preços praticados não eram compatíveis com os rendimentos da família, ou seja, as rendas rondavam os 300€ e 350€:

“A vida não dava para a gente arrendar essas casas... nunca arrendámos. Mas logo nos sentimos aqui bem: campo prás crianças, campo prás bestas... já não... pronto já estávamos bem (..) mas olhe! Primeiro estranhei muito (...) aqui é só estar com medo que aventam-lhe um tiro... apanham as latas, jogam uma pedra pode cair uma lata. Há sempre problemas. E uma casa, mesmo ruim que seja, é boa. Basta ser de tijolo... pra ser boa.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

Em Fevereiro de 1996, com uma autorização formal do então presidente da Câmara Municipal que se estendeu a quatro dos filhos de Maria Cecília Carolas, foi possibilitado a estas famílias permanecer no terreno onde até há pouco tempo se encontravam. Esta autorização é guardada por Maria Cecília Carolas entre a sua documentação pessoal. Nela se reconhece o lugar como “terreno do município”, autorizando a família Carolas a aí permanecer desde que em habitações precárias. A solução encontrada pela autarquia, aparentemente provisória, acabou por assumir um carácter duradouro, já que no início de 2011 não se tinha encontrado nenhuma estratégia para o realojamento destas famílias e em Março de 2012 a maioria das famílias ainda aí se encontrava a residir.

“Disseram por volta de 2 anos já está o terreno comprado para a gente fazer as casas, já vai em 13 anos e tal e nada...” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

Até 2001, residiriam neste local apenas núcleos familiares Carolas, altura em que passaram a viver juntamente com a família Anjos. Esta coabitação decorre de um pedido feito por uma recém-

---

<sup>185</sup> Diz-nos que ficou viúva quando o seu marido “morreu dum perigo”, isto é, atingido por um raio. Mais tarde, foi possível apurar que, afinal, esse perigo se tinha tratado de um acidente por electrocussão.

viúva dos Anjos para construir apenas uma barraca, mas que viria a expandir-se para cinco, com a chegada dos irmãos do seu falecido marido e do pai destes.

O homem mais velho desta família, conhecido e tratado pelos seus de Tó Quico, diz-nos ter nascido em 1937, numa oficina onde se fazia telha, na estrada entre a vila de Portel e a aldeia de Vera Cruz. Assenta no actual concelho de residência, numa estada que interrompe durante um período de aproximadamente 20 anos, divididos entre o Barreiro e Algés. No Barreiro terá acampado num terreno, conhecido como “dos eucaliptos”, numa parte da cidade a que chamam de “Barreiro Velho”, próximo do lugar para onde hoje em dia se dirigem alguns ciganos do concelho alentejano. Em seguida, Tó Quico tenta viver em Algés, perto do mercado, nuns contentores prefabricados. Por ter permanecido em casa de uma sogra durante o período em que esteve no Barreiro e em Algés não conseguiu ser realojado. Em 2001, após a morte da mulher, Tó Quico regressa ao actual concelho de residência com os filhos. Pouco tempo depois morre-lhe um filho. A nora desse filho, de nome Milene, fica a habitar noutra casa, permanecendo junto do sogro.

A família dos Anjos mostra ter tido intensas ligações ao Algarve, que remontam ao período em que Tó Quico circulava com a sua mulher e os filhos entre feiras algarvias, que se esbateram depois que este enviuvou.

## **2. Lugares e famílias num território: a apropriação do espaço residencial**

Em 2006, quando se iniciou o trabalho de terreno com estas famílias, o espaço onde se encontravam a residir era, pois, partilhado pela família Carolas que lá se tinha fixado desde 1996 e os Anjos, uma família menos numerosa que ali se instalou cerca de 5 anos depois. O acampamento alargou-se, assim, para um conjunto de 14 agregados familiares, reconfigurando-se a sua organização familiar.

“Porque a lei dos ciganos, cada povo (*família*) mora só uma raça de ciganos. E estes aqui (*refere-se aos Anjos*) vieram porque morreu-lhe o pai, o marido aqui da viúva, morreu de um desastre. E logo vieram pedir aos meus filhos para deixarem fazer uma barraquinha aqui à viúva. Logo foram fazendo a barraca da viúva, foram fazendo as barracas deles. E a gente como não tem coisa, deixa filho, deixa, deixa, deixa e deixámos. Para quê? Para termos mais chatices...” (Entrevista Maria Cecília Carolas 10.11.2006)

As barracas não têm abastecimento de água canalizada, electricidade nem sistema de esgotos. A falta de água canalizada foi resolvida pela autarquia local com a colocação de duas bicas de água e, posteriormente, foram disponibilizados pontos de água com contadores para cada barraca.

Na altura em que se realizou o trabalho de terreno, quarenta e seis pessoas viviam num cerro, ladeado por uma estrada, por algumas casas de habitação particulares e um olival que já não era explorado há muitos anos. Este terreno, com estábulos onde algumas famílias guardavam o gado e a palha para o alimentar, encontrava-se contornado por sobreiros, oliveiras e uma cerca. Para lá da cerca ficavam os cavalos, burros e póneis que suportavam a actividade económica de algumas famílias ligada ao comércio de equídeos ou, como lhes chamam por vezes, “bestas”.

Esta área residencial situa-se junto à ruína de uma torre da muralha de um Castelo medieval, constituindo o único vestígio do mesmo. A via de acesso é uma rua perpendicular a uma segunda rua, que vai desembocar na artéria principal da vila. Confinando com um terreno privado, esta zona pode-se considerar central, se tivermos em conta que está a menos de quinze minutos de todos os equipamentos e serviços. No entanto, o acampamento encontra-se visualmente ocultado, por estar numa zona limítrofe de expansão da vila e implantado num morro.

Neste concelho, de acordo com a informação fornecida por uma técnica de acção social da autarquia local, apenas os portugueses ciganos vivem em barracas. À semelhança do que fomos encontrando noutros acampamentos que visitámos, nomeadamente em Vila Alva, também aqui as suas barracas, que já de si são de construção precária, cedem às intempéries que causam estragos graves nas suas acomodações, afectando as vidas destas famílias. Se, por vezes, se torna imperativa a deslocação para locais mais seguros, como por exemplo aconteceu com a necessidade de abrigo numa estação de correios, noutras ocasiões esta vulnerabilidade habitacional reflecte-se em adoecimentos repentinos que impedem os seus filhos de ir à escola, ou a simples falta de roupa lavada e seca que leva ao mesmo resultado.

As habitações são maioritariamente em chapa de zinco, havendo apenas uma que foi construída em tijolo. Dispõem-se ao longo da propriedade, sendo que há uma clara fronteira de demarcação familiar que divide as duas famílias que aí coabitam. Pode-se considerar que há uma zona dos ‘Carolas’ e uma zona dos ‘Anjos’.

No que diz respeito à divisão do espaço disputado pelas duas famílias, parece estar em jogo, acima de tudo, uma questão de poder e de prestígio patente, por exemplo, nos casamentos. O casamento proporciona um aumento claro do espaço que é ocupado por uma família, se se casar um filho. No caso do casamento de uma filha isso implicará uma redução do número de

peças da família e, obviamente, o não-aumento de habitações que o casamento de um filho acarreta.

Em 2006, era notória a existência de uma divisão socio-territorial dentro do próprio acampamento. Numa parte do acampamento concentra-se a família Carolas, noutra a família Anjos, ambas organizadas a partir da construção de barracas próximas dos outros elementos das respectivas famílias. A parte de cima pertence aos Carolas, enquanto a parte de baixo é ocupada pelos Anjos.

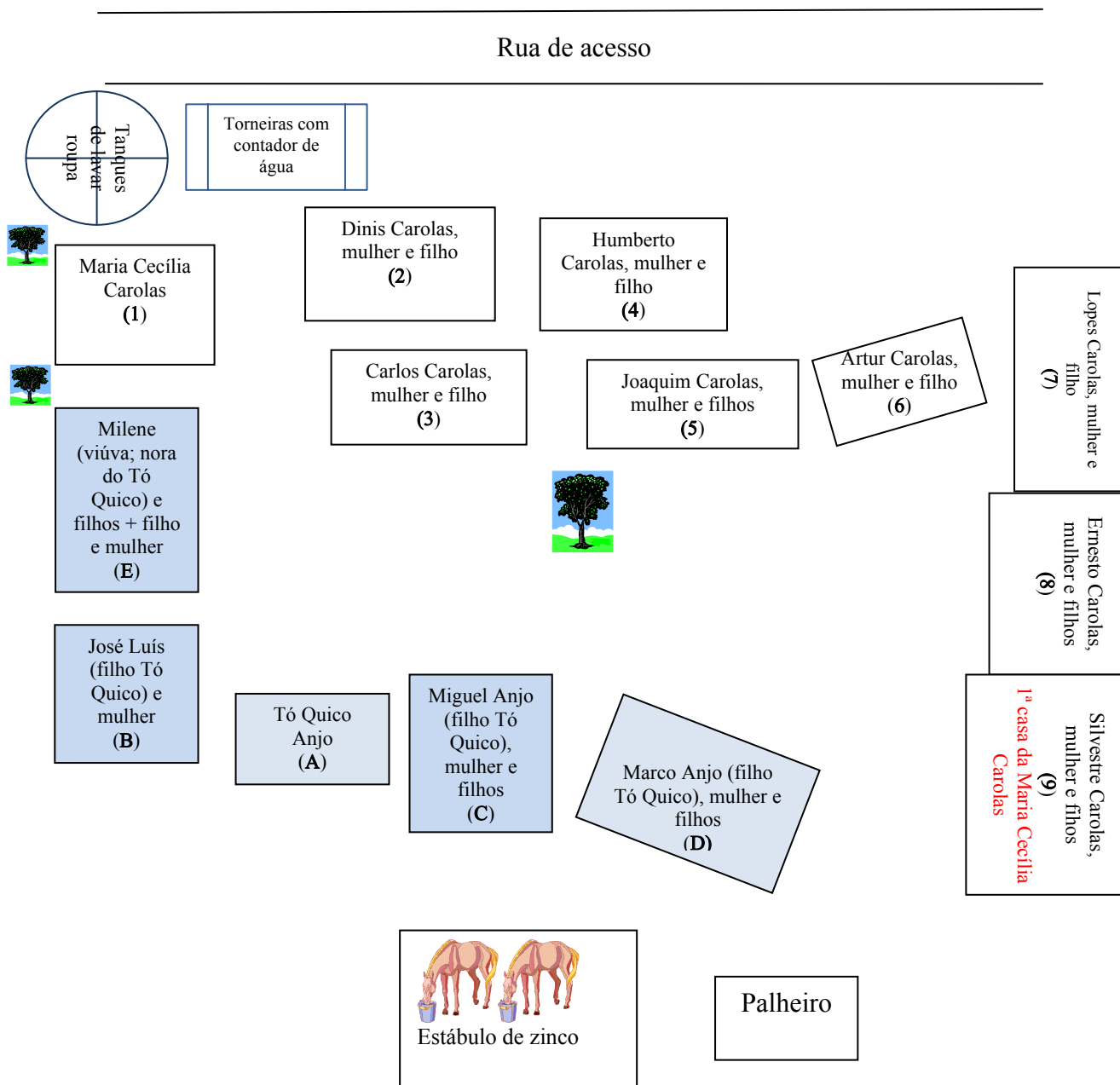
Os Carolas ocupavam 9 barracas, em 2006. Na única barraca com alpendre<sup>186</sup>, a que fica mais próxima da estrada e das casas das vizinhas, vive Maria Cecília Carolas (barraca 1). Diz-nos que, de início, viveu na parte mais baixa do terreno, mas devido às enxurradas, passou para o ponto mais elevado do mesmo. Dali, é possível vigiar o que se passa no acampamento, como se de um posicionamento estratégico se tratasse.

---

<sup>186</sup> Neste espaço da casa juntam-se frequentemente familiares, parentes e outras pessoas, incluindo alguns “Anjos”, que Maria Cecília Carolas recebe em sua casa. Todos os outros habitantes passam da casa directamente para o espaço exterior.



Figura 13: Configuração do acampamento de barracas – Famílias Carolas e Anjos (2006)



1. Maria Cecília Carolas tem 10 filhos. À exceção de quatro filhas que vivem na região de Lisboa, com as quais mantém na sua maioria relações tensas, todos os outros vivem perto de si. Como ela diz: “os meus filhos é que não me largam, esses estão aqui. Agora as filhas casam e vão embora... Vão com os maridos, mas vão para a terra onde eles moram.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 10.11.2006)
  2. Numa barraca em frente à sua, mas separada por uma passagem, vive um dos seus netos, Dinis Carolas, com a sua mulher e o filho (barraca 2);
  3. Na barraca seguinte vive temporariamente outro dos seus netos, Carlos Carolas, a sua mulher e o filho quando não estão no concelho da Península de Setúbal (barraca 3);
  4. Logo a seguir, outro neto, Humberto Carolas, com a sua mulher e o filho (barraca 4);
  5. Um pouco mais afastada fica a barraca do filho Joaquim Carolas, com a sua mulher e as três filhas e um filho (barraca 5);
  6. Outro neto da viúva, Artur Carolas, vive numa barraca ao lado da barraca do seu pai, acompanhado pela sua mulher que veio de Portel e o filho (barraca 6);
  7. Um outro filho de Maria Cecília Carolas, Lopes, vive com a mulher e dois filhos, na última barraca do lado mais elevado do morro, onde se instalaram todos os núcleos dos Carolas (barraca 7);
  8. Separada dos restantes abrigos por outra passagem, fica a barraca de Ernesto Carolas e mulher, que viviam na altura com três filhas e dois filhos (barraca 8). Um destes filhos, que nunca conseguimos encontrar no acampamento, segundo os pais, habitava uma espécie de anexo acoplado à barraca dos pais sempre que regressava de um concelho da Península de Setúbal, onde nos disseram passar grande parte do ano (barraca 9).
- 
- A. Os núcleos familiares dos Anjos organizam-se em torno do homem mais velho, na casa dos 70 anos, de nome Tó Quico, um viúvo que, pelo menos, entre 2006 e 2008, viveu só, na sua barraca. Ficámos, entretanto, a saber que vive na companhia duma mulher (barraca A).
  - B. Ao seu lado vive um dos filhos, José Luís, com a mulher e uma filha (barraca B);
  - C. Do outro lado da barraca de Tó Quico encontra-se um outro filho, Miguel, com a mulher, um filho e uma filha (barraca C);
  - D. Seguido de Marco, a mulher e três filhas (barraca D);
  - E. Seguida de outra barraca, onde vive Milene, uma mulher jovem viúva, nora do Tó Quico, com a filha. Esta barraca é a que fica mais perto da de Maria Cecília Carolas (barraca E).

Se em termos da disposição das barracas é notória uma divisão socioespacial, já as formas de demarcação familiar são subtis. Esta organização está patente, por exemplo, quando se acendem fogueiras, o que acontece diariamente. Cada agregado dos Carolas junta-se a outros Carolas, em torno de uma fogueira, os Anjos fazem-no noutra espaço do acampamento, afastados entre si.

Toda a zona exterior consiste em espaço público apropriado por todos os agregados enquanto espaço de reunião, de trabalho, utilizado para momentos de lazer/convívio e também para as refeições. O espaço privado de cada núcleo familiar é o interior da habitação, sendo apenas “invadido” pelas crianças e pelos mais velhos com alguma tolerância por parte dos donos das casas. Já os adultos cumprem algumas regras neste sentido, esperando para entrar na habitação apenas quando o dono desta está presente.

A maneira como os Anjos se apresentam, ostentando maior poder económico, que é visível na forma como se vestem, nos vários carros e carrinhas que usam como meios de transporte sugere uma postura desafiante da família Carolas, que habitava este lugar desde 1996. Os episódios identificados, como o disparo sobre o filho de Maria Cecília Carolas, a ocupação abusiva do espaço por parte dos Anjos e, mais recentemente, um incidente entre o homem mais velho dos Anjos e uma mulher casada com um homem dos Carolas, indicia um processo de perda de poder por parte dos Carolas face aos Anjos. Aquela ocupação abusiva do espaço era visível através da forma como foram chamando mais família para o lugar, na maneira de dispor os carros no centro do acampamento e em frente às barracas, suas e das famílias Carolas, nos vários episódios de violência envolvendo tiros de pistolas e caçadeiras entre crianças, jovens e adultos.

É patente uma certa tensão entre as duas famílias no acampamento. A título de exemplo, de acordo com a história que nos foi relatada por Maria Cecília Carolas, o filho desta foi preso através de uma denúncia por parte de um elemento dos Anjos.

“Diz que o filho foi preso ‘injustamente’ e que levou uma pena de 8 anos de prisão, por tráfico de droga. Diz-me também que o filho era inocente, que deram o nº de telemóvel dele e que conseqüentemente este ficou sob escuta e foi incriminado sem ter culpa. Esta é a sua versão. Por esta razão, não se dá com aquela ‘gente’ ali de baixo” (Diário de campo, 19.10.2006)

Percebemos, mais tarde, que quando mencionavam a “gente ali de baixo” se referiam aos Anjos. Uma tensão que parece diluir-se, nos momentos mais críticos, por via da relação cordial que os mais velhos – de cada lado – travam publicamente.

Durante o trabalho de terreno, por várias vezes, assistimos ao convívio entre Anjos e Carolas, que quase sempre aconteceu à nossa frente, através dos elementos viúvos de ambas as famílias. Esta manifestação de um relacionamento pacífico viria a contrastar nitidamente com as tensões mais tarde detectadas e com as situações de conflito de que tivemos conhecimento e a que algumas vezes assistimos.

No início do trabalho colocou-se como hipótese – com base na noção de que o acampamento ‘pertencia’ à família Carolas, mas que esta ali convivia com outra família – de a circunscrição territorial ser coincidente com a circunscrição familiar. Ou seja, a família revelava-se como um elemento central da organização territorial. Sendo a família alargada, de facto, um organizador face ao espaço ocupado, isso não implica que uma família detenha o direito *ad eternum* a esse espaço. Segundo percebemos, no caso destes ciganos, a garantia de acesso e permanência num lugar é dinâmica e parece ser disputada diariamente, daí ser necessário diferenciar aquilo que é o discurso sobre a dominação dum certo lugar e a ocupação efectiva desse mesmo lugar.

A dissonância entre os discursos e o controlo efectivamente exercido e a forma como os lugares de habitat são condicionados pelas lógicas de poder inter-familiares pode ser ilustrada com um dos acontecimentos registados.

Em Fevereiro de 2009, a situação altera-se radicalmente: um incidente, que envolve um suposto acto de violência por parte do homem mais velho dos Anjos sobre uma rapariga, menor de idade, casada com um dos Carolas, originou uma resposta com demonstração de força, através de disparos frustrados de caçadeira, por parte do sogro da vítima, mas que terminaria com a saída de alguns dos núcleos familiares da família Carolas do lugar do acampamento para um lugar próximo do cemitério. Este episódio não parece ser um caso isolado, mas antes parte de um conjunto de actos, dirigido pelos Anjos, que parece ameaçar identitariamente a família dos Carolas, visivelmente a perder poder diante da outra família presente.

“Se ele ainda fosse vivo [o marido], o meu filho não estava preso. Porque eles tinham mando.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 10.11.2006)

Maria Cecília Carolas, como mulher mais velha de uma das famílias, conhece um estatuto privilegiado no acampamento que lhe é reconhecido por todos os que aí vivem, quer por ter já uma significativa rede de conhecimentos no concelho, quer porque a sua condição de viúva lhe confere, igualmente, algum poder e invulnerabilidade face à família dos Anjos, nomeadamente por lhe ser permitido interferir quando há conflitos entre os Anjos. Ter sido a última pessoa dos

Carolas a abandonar a sua barraca no acampamento, não pelo conflito em si mas por motivos de saúde, ao ter sido vitimada por um acidente vascular cerebral, revela a sua “imunidade” a este tipo de situações. Logo que recuperou do problema de saúde, Maria Cecília passou a dormir todas as noites na sua barraca. Ser mulher, a mais velha, viúva, ter tido uma história de vida singular – incluindo a morte fulminante do seu marido – permite-lhe agir em situações de conflito, mas também ter uma posição dominante nas relações com o poder autárquico, bem como ser requisitada para “serviços” intra-étnicos que estão reservados apenas a algumas pessoas, nomeadamente como “ayuntadora”, ou seja, quem nos casamentos faz a verificação da virgindade na prova da honra da mulher.

Identificando nos dois grupos dois *ethos* bem diferentes, poderá ensaiar-se uma interpretação do sucedido. Por um lado, os Anjos, transparecendo maior agressividade, ligados principalmente às viagens e ao negócio de animais entre terras, assumem uma postura de maior desafio inter e intra-familiar, bem como inter-geracional no seio da mesma família com recurso a tiros de armas de fogo. Por outro lado, as famílias Carolas, mostrando uma imagem mais tranquila, que obtêm os seus rendimentos principalmente com a realização de alguns trabalhos sazonais e venda de roupa porta à porta, adoptam uma posição que transmite uma imagem de controlo tácito sobre o lugar do acampamento, até porque este foi primeiramente ocupado pelos Carolas e não pelos Anjos. Este desafio dos Anjos aos Carolas parece ter sido um desafio ao *status* da última família.

Ao agir de modo violento com uma rapariga casada com um jovem Carolas, os Anjos entram no campo derradeiro do desafio da honra da outra família. Embora esta não tenha laços biológicos com a família Carolas, casou-se com um dos seus elementos. A reacção inicial dos Carolas foi igualmente violenta, com tiros disparados para o ar pelo pai do marido da rapariga visada. Em termos identitários os Anjos ganharam. Ganharam na relação diária, ganharam o espaço só para si. No mesmo sentido, os Carolas foram mais fracos, não conseguiram proteger os seus. Na resposta, não agressiva, saíram do lugar para salvar a face, para não encararem os Anjos. De um prisma legal, os Carolas não arriscaram ver outro elemento do grupo ficar preso, mas do prisma identitário perderam o lugar, as barracas onde viviam 5 agregados, mantendo-se acampados no mesmo concelho mas em condições mais precárias.

Numa visita posterior ao terreno, já em Outubro de 2008, ficámos a saber que alguns dos núcleos familiares dos Carolas tinham destruído o interior das suas barracas, nalguns casos revolvido o terreno em frente às respectivas barracas, e abandonado o lugar para se virem a

instalar numa zona oposta da vila, próximo do cemitério. Em Fevereiro de 2010, numa visita ao concelho no âmbito de um outro projecto de investigação, vemos novamente a família Carolas no “seu território”. Maria Cecília relata que a jovem rapariga casada com o seu neto foi entregue aos seus familiares, revelando no seu discurso que a jovem teria consentido os “abusos” a troco de bens.

### **3. Mobilidade e modos de sobrevivência. Diferentes gerações, diferentes rumos**

A migração, opção que durante muitos anos levou alentejanos a saírem das suas terras para as cidades, também se coloca para alguns dos elementos que integram estas famílias. Para aqueles que optam por ficar pode levantar-se como hipótese que as actividades a que se dedicam, que já implicam saídas morosas do lugar onde vivem, podem contribuir para que algumas das famílias não sintam essa urgência de sair. Noutros casos, parece ser tanto a ligação que têm com a família, como com o lugar onde vivem que, à partida, faz com que não contemplem a opção de migrar.

“Eu não me vejo a sair daqui. Nem eu nem o meu pai. Eu fora daqui não me dou.” (Diário de campo, jovem Carolas, 15-20 anos, 22.03.2007)

Maria Cecília Carolas evidencia a ligação que tem com o concelho de residência, no qual se encontra de forma relativamente duradoura há mais de 50 anos. A conquista deste território de referência associada a uma fase do ciclo de vida – o casamento – foi-se construindo em torno das boas relações de vizinhança criadas, através da reputação que foi ganhando entre ciganos e não ciganos, da ligação espiritual ao marido que se encontra no cemitério da localidade, ao ponto de não vislumbrar nenhum outro concelho como alternativa de vida.

“Nem para Beja, não ia. Para nenhum lado... nada, nada, nada. Sem ser aqui... Porque aqui pronto já me conhecem de bem. Não, não ia deixar aqui o meu marido. Que eu, dia sim, dia não vou ao cemitério.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.02.2007)

Contudo, perante a possibilidade de ter acesso a uma habitação social, ainda que isso implicasse uma mudança de terra, algumas das pessoas acabam por responder peremptoriamente: “aí já era diferente”. A resposta sugere que há uma prioridade evidente na obtenção de uma habitação, que constitua uma alternativa efectiva às actuais precárias condições habitacionais. Esta é também a posição de Maria Cecília Carolas que, mesmo sacrificando as boas relações de vizinhança que mantém no local onde até há pouco tempo se encontrava, não hesita em afirmar que a prioridade é garantir boas condições de habitação:

“Eu tendo casinhas para ficar, não me interessa. Mas tirando-me daqui, que há tanto tempo que estou aqui, as minhas vizinhas já dei por conta delas chorarem. ‘Maria Cecília, vais-te mudar de casa? Ah, deixa estar filha, que eu vou levar-te lá alguma coisinha e vou-te lá ver sempre’. Olha, era elas a chorarem

e eu a chorar. E depois eu já estava habituada, via-me aqui doente e gritava a uma delas e elas vinham aqui.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 10.11.2006)

Entre as famílias que optaram por sair do concelho, encontramos duas situações distintas que diferem quer no tempo em que se dá a migração, quer na solução habitacional encontrada no concelho de destino.

O caso da família de Alda João Vicente que, apesar de pertencer a uma família cigana a residir numa casa no concelho cedida pelo anterior patrão, vai para um concelho da Península de Setúbal, no início dos anos 80, para trabalhar na compra e venda de “fazenda”. Esta família constrói aí uma barraca e, em 1999, é-lhe atribuída uma casa num bairro de habitação social. Em 2007, na sequência da morte do pai que se encontra no cemitério alentejano, Alda João Vicente diz estar nessa casa apenas “de vez em quando, aí uns 3 ou 4 dias”, regressando à sua casa alentejana que estando a necessitar de obras de requalificação (telhado partido, paredes a cair) tem esperança que a autarquia a apoie na sua recuperação.

A migração mais recente para um concelho da Península de Setúbal dá-se entre dois casais mais novos, com cerca de 25 anos. É na casa localizada neste concelho que um dos filhos de Alda João Vicente, Jaime, casado com Grinalda<sup>187</sup>, terá habitado durante três anos, entre 2005 e 2007. Na procura da sua independência, o jovem casal ocupa um andar nesse bairro, espaço que uma “preta”, segundo dizem, subarrendava a “outros pretos” que o usavam para fazer “festas, barulho”. Dirigem-se à autarquia para explicar o sucedido, ignorando que isso lhes iria trazer a expulsão. Esse apartamento, e outros que se encontravam na mesma situação, acabaram por ser selados com tijolo e cimento desde então. Em Fevereiro de 2007, tentam encontrar uma casa numa outra zona do concelho que pudessem ocupar:

“Nós chegámos aqui, andávamos à procura de uma casa para ficar e perguntámos às vizinhas se elas sabiam de alguma casa vazia. Elas disseram que esta aqui não tinha ninguém há muito tempo. (...) Disseram: “faça assim com o pé, dê um pontapé na porta e entrem.” (Entrevista Grinalda, 8.02.2007)

Grinalda mostra determinação na sua decisão em ter migrado, que se encontra directamente associada à vontade de deixar o Alentejo, ainda que para isso tenha tido que deixar para trás os pais e as irmãs mais pequenas.

Outro dos netos de Maria Cecília Carolas, Carlos, irmão de Grinalda, quando se casou com Inês, filha de Alda João Vicente, passou a viver numa barraca próxima da da avó e da dos pais (ver barraca 3). No entanto, em Janeiro de 2007, o jovem casal ocupa uma casa nas imediações

---

<sup>187</sup> Grinalda é uma das netas de Maria Cecília Carolas, filha de Joaquim e Albertina.

da de Grinalda, ambos referindo que estão neste concelho da Península de Setúbal de passagem, “provisório”, mas onde emerge um motivo de ordem económica para essa tomada de posição:

“Porque aqui é outro andamento. Aqui vou à venda e faço 50 euros. Lá? Nada parecido. Lá há um mercado de mês a mês.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

A manifestação das expectativas residenciais deste casal face ao local onde preferem viver demonstra alguma ambiguidade. Se, por um lado, ambos referem o desejo de viver no concelho alentejano, mas numa casa com boas condições de habitabilidade, por outro lado, ao aprofundar-se a discussão sobre este tema emergem opiniões divergentes que se prendem com a proximidade do lugar de residência dos respectivos progenitores e com as ligações afectivas que nutrem pelos lugares da sua infância e juventude:

“Não tenho sentido de viver cá porque tenho lá a minha família. Eu não quero vir viver para cá. (...) Se eu tivesse lá uma casa em condições, ah isso ia para lá, isso era certinho.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

“Lá, sinto-me mais descansado, já conheço aquilo. Eu com os olhos fechados conheço, aqui não... Gosto de estar aqui, gosto de estar aqui, aqui é muito melhor que lá. A companhia, as pessoas, é outras pessoas. Mas lá para mim é aquela tradição, fui criado lá...” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

A mulher, Inês, diz preferir o concelho da Península de Setúbal para morar, por estar mais próxima dos seus pais, mas também devido às más condições em que habitam quando estão na barraca:

“O lugar que gosto menos? É lá. Eu, cada vez que vou lá passo o tempo todo com o meu filho no hospital. (...) Aquilo não tem condições.” (Entrevista Inês, 13.02.2007)

Nem mesmo as amizades que tem no concelho alentejano, ou a maior possibilidade de aí vir a ter direito a uma habitação condigna com maior celeridade, parecem ter força para a fazer mudar de ideia:

“Até tenho lá amigas. E lá arranjam-me [casa] mais depressa que se for aqui... mas não tem condições. Cai-me tudo aos pés da cama. Muitas vezes, muitas noites mesmo, tive que fugir com o meu filho para a barraca do meu sogro.” (Entrevista Inês, 13.02.2007)

Colocada a hipótese de comprar uma casa, Carlos salienta a sua condição económica e do seu agregado familiar para não vislumbrar esta opção como uma alternativa à situação de precariedade habitacional:

“Não se põe dinheiro nenhum de parte para isso, para uma casa, para comprar, porque não dá. Já vii com o que a gente recebe de rendimento mínimo, que são uns 400 euros e nem sempre é certo... para comer, para comprar alguma roupa para o miúdo, porque é mais para ele, como é que a gente vai ter esse dinheiro?” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

Quando é explorada a questão da vizinhança, ou seja aqueles que gostariam de ter por vizinhos, as respostas de ambos os elementos do casal são inequívocas. Carlos deixa entrever que a procura de conviver com não ciganos não é casual, antes encarada como um modo de amenizar as tensões intra-grupais:



“Os ciganos, se morar sempre com ciganos é sempre aquela labuta, sempre aquela maluquice dos ciganos e tal... E se viver com outras pessoas normais, assim como vocês, aquela lidação assim com o tempo vai acabando com a lei cigana...” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

“Eu não queria ficar com muitos ciganos, só com a família.” (Entrevista Inês, 13.02.07)

Entre os núcleos familiares contactados, constata-se assim que pelos menos três deles assumem ter o estatuto de dupla residência, estatuto este que se vive entre o concelho alentejano e um concelho da Península de Setúbal, nem sempre constituindo uma opção consensual entre os elementos que compõem os diferentes casais.

As famílias que integram este Estudo de Caso apresentam diversos níveis de mobilidade geográfica. Esta mobilidade pode emergir na forma de movimentações quase diárias – para visitarem familiares ou para executarem algumas das suas actividades de sobrevivência -, ou então podem representar deslocações mais demoradas, nalgumas formas de visita a familiares, nomeadamente quando se dirigem para fora do concelho, mas também quando vão trabalhar para fora do país. Contudo, um traço comum emerge nestas formas distintas de mobilidade em termos da duração e das distâncias percorridas: o regresso dá-se sempre ao mesmo lugar.

As saídas que implicam distâncias mais longas acontecem nas seguintes ocasiões: campanhas agrícolas (como as vindimas e a apanha de azeitona ou do morango); comércio de gado cavalariço; visitas a familiares (mortos ou vivos); ocasiões festivas (como os casamentos); funerais. As saídas do acampamento para lugares mais próximos acontecem durante as estações mais frias, por exemplo quando querem obter lenha ou quando vão visitar familiares em localidades próximas.

Os recursos que estas famílias dispõem para a mobilidade diferem consoante as famílias em questão, e a sua utilização é distinta em função das distâncias que têm de percorrer: dentro da vila, os mais jovens circulam de carroça enquanto os mais velhos quase só o fazem de automóvel. Quando saem da vila, optam por este último meio ou pelos transportes públicos. A inexistência de algum destes recursos condiciona a concretização de deslocações que se sentem necessárias do ponto de vista dos laços afectivos (visitar familiares vivos ou mortos) e de reforço dos laços sociais, mas também como forma de garantir as suas estratégias de sobrevivência e de ter contacto com o mundo extra familiar. É o caso de Maria Cecília que costumava deslocar-se a Moura, onde os pais estão enterrados, mas que em 2007 referia que há mais de dois anos que não efectuava esta deslocação por falta de meios:

“Agora lá a Moura já há uma mão cheinha de tempo... há mais de um ano ou dois, dá-me impressão que há 2 natis que não vou lá a Moura. (...) Não sei se algum irmão doente e eu não sei-o vivo lá... [choraminga] Porque não tenho transporte... e ir de carro de praça não há para pagar... o que é que eu

faço? Nada. Fiquemos com as penas nas mãos, como se diz.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 23.03.2007)

Uma outra manifestação de mobilidade espacial que assume um carácter relativamente regular prende-se com a deslocação de Maria Cecília, cerca de uma vez por mês, ao concelho de Grândola, onde realiza visitas ao seu filho que se encontra no estabelecimento prisional de Pinheiro da Cruz. Esta deslocação dá-se, regra geral, quando recebe a pensão de viuvez, que é de “32 contos por mês” (€151). Nestas deslocações permanece “em casa de uns familiares”, embora não saibamos as condições em que pernoita, pois indica que por vezes “eles não estão lá”, mas pode acontecer que tenha que ficar “onde calha”. Conta que os guardas prisionais, que já a conhecem e a estimam, a deixam dormir debaixo de um telheiro, na rua. Permanece ali, em média 3 a 4 dias, para uma visita diária que dura não mais de duas horas. Desloca-se de autocarro quando tem dinheiro, ou de boleia, mas já se deu o caso de ter de voltar a pé.

Ficamos a saber, através da Maria Cecília Carolas, que o seu falecido marido sempre se dedicou ao “negócio das bestas”, ao qual a própria se dedicou enquanto este era vivo. Nas duas gerações seguintes, todos os seus filhos e netos mantêm essa actividade como meio complementar de sobrevivência. Este é um nicho económico que exige cada vez mais formalidades, suportado por um enquadramento legal que impõe maior fiscalização e que escapa, na esmagadora maioria das vezes, ao conhecimento destes portugueses ciganos.

No decorrer do trabalho de terreno em 2006, à semelhança do que viemos a ter conhecimento através da autarquia em 2009, registámos que os ciganos deste concelho continuam a ser multados pela GNR local quando transportam os seus cavalos para os levar a pastar sem que possuam uma guia de transporte. As coimas rondam os 4.000€, embora os próprios ciganos falem em “multas de 1.000 contos”.

O comércio de animais leva alguns elementos dos Anjos a movimentarem-se pelo Alentejo, nomeadamente até Alcáçovas, onde encontrámos Tó Quico e um dos seus filhos quando realizávamos trabalho de terreno junto dos Sousa Torrão.

Ao compararmos os Anjos e os Carolas, vemos que os segundos se mostram menos ligados ao comércio regular destes animais, estando mais associados à posse prolongada de certos equídeos de determinadas raças. Remetendo para antepassados mais longínquos, Maria Cecília Carolas identifica Marcelino, “o rei dos ciganos”, e o seu pai Regalito Carolas, este último

forcado, ambos naturais de Moura. Novamente emerge na família Carolas uma forte ligação ao mundo dos equídeos, nomeadamente pela ligação à tauromaquia.

A reflexão sobre os dados recolhidos levanta algumas questões: onde compram e onde vendem os seus cavalos, éguas e mulas? Onde e de que modo se interceptará o mundo comercial dos cavalos entre ciganos e o mundo comercial, dito formal, dos não ciganos? Será que as fronteiras inter-étnicas se esbatem neste e noutros níveis das vivências entre uns e outros? Se sim, de que modo acontece?

Alguns elementos mais jovens de agregados familiares dos Carolas deslocam-se com maior ou menor frequência pelo território português e até Espanha, dada a actividade da vindima a que aí sazonalmente se dedicam. Em 2007, soubemos que regressaram após uma estadia de duas semanas em Espanha, pelo facto de um dos indivíduos não ter o Bilhete de Identidade actualizado, o que levou a que os empregadores espanhóis o impedissem de trabalhar. Estas deslocações para Espanha não ocorrem só no período da vindima, mas também para a apanha da azeitona, da uva e do morango. Os valores que eram praticados em 2006, no caso da vindima, rondavam os 100€ semanais, num tipo de trabalho cujo valor a pagar era calculado mediante o número de cestas completas e não mediante as horas de serviço. O dinheiro ganho por cada núcleo familiar em cada campanha de trabalho agrícola permanece nesse núcleo autónomo. Podem dar-se situações de entreajuda entre famílias mas, de acordo com os testemunhos recolhidos, essa entreajuda raramente acontece remetendo-se para o passado a ideia de uma maior solidariedade inter-familiar.

“O outro tempo antigo era melhor que não é agora, O pessoal, como ciganos e sem serem ciganos eram mais unidos do que não é agora. Agora você tem é seu, eu tenho é meu, eu não lhe mato a fome a si e você não me mata a fome a mim. Isso é uma conversa. E esses tempos aí atrás antigamente, Fazíamos um negócio estavam 3 ou 4 casais de ciganos se avançassem 50 contos, ou 100 mil reis, vá lá... dávamos e partíamos por todos e comíamos. Agora quem tem é dele. Pronto. Agora não há partições.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 22.03.2007)

Maria Cecília Carolas diz-nos que muitas vezes prefere recorrer à ajuda de vizinhas para obter comida ou bens para o seu filho detido, do que pedir aos seus filhos. Apesar de receber uma pensão de viuvez, Maria Cecília Carolas conta que em 2005 ainda realizou campanhas agrícolas nas vindimas em Portugal.

Como se constatou, as famílias ciganas que vivem nesta localidade recorrem a uma estratégia de trabalho que implica uma forte dispersão por várias actividades e lugares. Uma destas estratégias era desenvolvida por Maria Cecília até há pouco tempo, altura em que teria tido

dinheiro para investir na compra de roupa das lojas do Martim Moniz, em Lisboa, e vendê-la no concelho de residência na rua, porta-a-porta ou a quem lhe encomendava.

“Depois que fui viúva, antes do meu filho estar preso tinha uma vidazinha, eu andava vendendo, vendia, sempre tinha dinheirinho da minha algibeira. Eu ia a Lisboa comprar a roupa, ia lá aos chineses... Abalava daqui na camioneta de manhã... Comprava T-shirts, calças, vestidos, saias. E vendia aqui no meio da rua, batia à porta... Ainda o ano passado andei vendendo. Eu comprava 50 ou 60 calças, cada qual o seu número, trazia em t-shirts 20, 30, camisas de mulher trazia outras 20 ou 30, entre tudo trazia 200/300 peças, vendia como calhava. Já tinha encomendas, era só chegar aqui e entregava, ou do outro dia ia outra vez ia a comprar e sempre tinha dinheirinho, sempre ia comprando e sempre tinha alguma coisa. Assim o que é que eu tenho? Porque se eu tivesse dinheiro abalava daqui, comprava umas coisitas e no outro dia já eu tinha dinheiro.” (Entrevista Maria Cecília Carolas, 22.03.2007)

O empréstimo, cuja figura central é o “trato” – ou acordo -, é outra fonte de rendimento, mas também um negócio que ultrapassa, ainda hoje, as fronteiras inter-étnicas, tal como aconteceu em tempos com o negócio de equídeos. Ainda há poucos anos, um dos netos de Maria Cecília Carolas refere que o pai dele “fazia muito negócio” com o pai de uma actual técnica da autarquia. Este não só lhe comprava equídeos, como lhe pedia empréstimos monetários. Este cigano relata que “o trato” consiste num empréstimo monetário que pode implicar o pagamento do dobro do valor que for emprestado se não for devolvido no prazo de um ano.

### 3.1. O caso dos “contrários” na gestão dos territórios

Neste Estudo de Caso, os “contrários” resultam também do desafio de um homem à honra de outro homem, o que pode acontecer na disputa por lugares de negócio ou ainda quando se falta à palavra num trato entre ciganos. Despoletado o mecanismo, a parte ofendida vê-se impelida a responder violentamente, embora existam formas de se evitar. Este tipo de conflitos são criadores de fronteiras, de territórios de “uns” que não podem ser cruzados por “outros”, resultando num controlo tácito de certos lugares, geridos pelos homens e mulheres mais velhos, condicionando por vezes as famílias implicadas a percorrerem rotas calculadas, evitando também alguns mercados e feiras:

“Isto, estamos aqui mas é como se estivéssemos numa prisão. Não podemos sair daqui, não podemos ir a lado nenhum.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 21.03.2007)

“Eles não podem vir aqui porque levam um tiro se apanham um contrário deles.” (Diário de campo, homem cigano, 19 anos, 22.03.2007)

A emergência de contrários entre famílias pode levar a que pelo menos uma das famílias tenha que abandonar o lugar que coabita, como aconteceu entre Anjos e Carolas. Em Novembro de 2006, duas casas da família Anjos, dias antes reconstruídas com ajuda da Câmara Municipal, ficaram vazias devido a desacatos intra-familiares. Alguns dos envolvidos na briga saíram do acampamento para um terreno particular, onde também o filho de Tó Quico se refugiou.

O caso de uma filha de Maria Cecília Carolas que permaneceu no Alentejo com o seu marido numa freguesia do concelho de Beja, revela uma situação de grande tensão entre os Carolas, uma vez que é casada com o homem que, dirigindo-se ao acampamento, alvejou em casa o filho de Maria Cecília Carolas, actualmente preso.

Detectámos também um outro episódio, inserido numa dinâmica de contrários, em que recorreram às suas redes de conhecimentos, por vezes criando alianças entre os não ciganos, de modo a tentarem condicionar o acesso de outras famílias aos lugares próximos de mercados e/ou feiras, tal como aconteceu em Viana do Alentejo. Os Carolas dizem-nos que o actual sargento “a mandar em Viana” parece ser conivente com a família que lhes é contrária porque “quer tomar Viana”, fazendo com que a família Carolas perca espaços considerados importantes para a sua sobrevivência. A sua rede de conhecimentos, neste caso, pode revelar-se importante, por ser determinante no acesso a certos lugares privilegiados de negociação. Perder o acesso a uma feira e/ou a um mercado significa perder uma possibilidade de obter rendimentos.

A família Carolas tentou influenciar um agente da GNR com o objectivo que este impedisse a outra família rival cigana, que se encontrava em movimento com as suas tendas, de assentar acampamento perto do mercado que ali se iria realizar, mas que permitisse, de forma discriminatória, que os seus o fizessem. Obviamente, o intuito era o de terem pleno acesso a esse mercado, sem concorrência. Outra leitura assente nos dados do trabalho de terreno sugere que a família que sairia afectada é contrária da primeira, colocando o móbil da acção noutra nível interpretativo.

Em 1997, a família de Maria Madalena Carolas, prima de Maria Cecília, passou por um processo em que vivia numa casa em Vila de Frades, para passar a viver sem casa e em situação de circulação permanente entre Viana do Alentejo, Alvito, Cuba e Portel. Um conflito entre o seu marido e os irmãos deste fez com que esta família tivesse de partir e passasse a ser alvo da pressão exercida pelas autoridades policiais. Questionando outros elementos que conhecem a história desta família sobre as razões que terão levado este núcleo familiar a não montar uma barraca no concelho alentejano, Grinalda refere traços de personalidade da referida mulher, levantando também a hipótese desta não ter tido autorização do presidente para se fixar no concelho:

“Essa não ficou porque ela andava por aqui e por ali. E ficava mais em Santana. Mas ela arranjava muitos problemas com esta e com aquela e então ela não ficou lá. (...) Mas ela não é boa, é maluca. Esta sempre... você já a viu? Sempre a dizer mal.” (Entrevista Grinalda, 8.02.2007)

“Não sei. Ela até tem os filhos à escola ali, tem lá o rendimento (RSI), como toda a gente que mora ali. (...) ela não assentou porque, se calhar, não teve ordem do presidente para assentar tábuas, porque é preciso ordem do presidente.” (Entrevista Grinalda, 8.02.2007)

As dinâmicas dos contrários afectam as famílias ciganas em várias dimensões das suas vivências. Em primeiro lugar, o fenómeno das mortes por vingança, inseridas no contexto dos contrários entre ciganos, indicam que este mecanismo de controlo intra-grupal é responsável por mais mortes do que poderíamos ser levados a pensar. Durante o trabalho de terreno assistimos à demarcação pelos mais velhos de territórios onde coabitam famílias contrárias, estabelecendo até onde poderia ir uma e até onde poderia ir a outra. Escutámos ainda relatos de pessoas que nos falaram de familiares que foram mortos em actos de vingança, perpetrados por famílias contrárias. Em segundo lugar, estes conflitos lesam outros elementos das famílias ciganas que se vêem directa e indirectamente envolvidos, sem possibilidade de saírem do raio de acção desse mecanismo assim que este se despoleta, não só pelo acesso à habitação, mas também aos mercados e às feiras, onde muitos desenvolvem as suas actividades profissionais.

### **3.2. A mobilidade dos outros e as estratégias de distinção**

Numa primeira abordagem, a representação daqueles que vivem em barracas sobre os que vivem sem casa parece não formar nenhuma fronteira intra-grupal. No entanto, quando se aborda directamente esta questão emergem, por um lado, narrativas que apontam para a incorporação das representações dominantes em torno da ideia de um certo deambular, como se se deslocassem de modo aleatório<sup>188</sup>. Por outro lado, denotam-se estratégias de distinção de um modo de vida associado a poucas preocupações com a higiene.

“(...) alguns não têm mesmo casa, andam por onde calha.” (Manuel, neto de Maria Cecília, 19 anos)

“Os que andam de um lado para outro não têm casa, não têm rumo onde ficar. Se vem um guarda mandam-nos embora e eles têm que ir para outro lado. Nós, já é diferente, já temos um rumo, temos uma casa, onde parar, cozinhar, eles não têm nada.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

“Deus é que nos dá a priveza, mas a porqueira somos nós que apanhamos com as mãos. (...) Ninguém a aceita em lado nenhum, por isso não pode assentar em lado nenhum, porque é porca e porque deita tudo para o chão sem limpar em seguida.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 23.01.2007)

O campo das relações entre as famílias que já conseguiram acomodar-se num lugar fixo – ainda que permaneçam em barracas há mais de uma década – e as famílias que circulam de forma continuada pelo território, revela também algumas tensões. Se bem que nos casos em análise a dimensão intra-étnica das relações se entrecruze com a dimensão familiar, outras situações dão sinais de que a saída da situação de mobilidade constante para uma situação de

---

<sup>188</sup> Ver a este propósito a posição semelhante de alguns dos informadores privilegiados ciganos no Capítulo II, Secção 3.1.2.

fixação parece configurar uma mudança de estatuto entre famílias, que emerge no discurso destes sujeitos.

“Ela é uma ‘grande mentirosa’ ela tem mais dinheiro que... [encolhe os ombros], mas vive assim [debaixo de um oleado]. Há pessoas que é de enganar, eu cá não sou assim. (...) Ela é minha prima, mas eu não me dou com ela. (...) Porque não gosto!” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 15.12.2006)

### **3.3. A mobilidade forçada dos “não residentes”**

Como se constatou, as dinâmicas associadas aos conflitos na gestão das fronteiras simbólicas e espaciais entre indivíduos e famílias interferem nas suas condições de vida e condicionam as suas capacidades de projectar o futuro. Para algumas famílias, a intermitência que é gerada na relação com o território é fruto destes conflitos, mas também das estratégias de subsistência económica que, como se tem vindo a referir, implicam igualmente deslocações de duração e distância variável. A impossibilidade de ao longo dos tempos terem marcado a sua presença no concelho de uma forma duradoura repercutiu-se em modos de actuação institucionais que não favoreceram a sua presença de forma mais continuada.

Neste Estudo de Caso, assiste-se a alguma arbitrariedade nos critérios que permitem a algumas famílias permanecer e a outras não. Nalgumas situações parece existir uma tolerância por parte do município com as famílias que são naturais do concelho no que respeita aos lugares onde estão e param temporariamente, e que é corroborada por alguns dos ciganos. Porém, registaram-se também situações que impediram a presença de uma família natural do concelho em se fixar e casos em que a vigilância perante portugueses ciganos vindos de outros concelhos parecia variar consoante a pessoa que comandava o posto local da GNR ou em função das orientações que emanavam do município.

A título de exemplo, refira-se o caso de uma família cujos elementos apresentam bilhetes de identidade com residência no concelho, cartões de eleitor neste município, desde 2004, e com filhos nascidos neste concelho, desde 1994. Em Maio de 2010, esta família teve autorização para permanecer numa freguesia do concelho, num terreno com um ponto de água nas imediações e que lhes foi apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia e pelo adjunto do presidente da Câmara Municipal. As famílias começaram a construir uma barraca e o presidente acabou por dizer que não poderiam ficar. Passados dois dias, tiveram de se mudar para um terreno junto das piscinas municipais onde permaneceram apenas até 15 de Junho de 2010, pois as piscinas entraram nessa data em funcionamento. O presidente da Câmara dá-lhes, então, inicialmente autorização para se instalarem numa casa, situada noutra freguesia, que

tinha passado a ser propriedade do município, prometendo que apoiaria a família na sua reconstrução. Efectua-se a visita à casa com um pedreiro da Câmara mas, passados uns dias, o autarca informa as famílias que afinal não poderão ficar na casa, já que esta ainda não era propriedade do município.

Em 2010, estas famílias encontravam-se em trânsito entre Cuba, Viana do Alentejo e Portel e quando queriam parar no concelho ficavam num local anteriormente previsto para realojamento e sem ponto de água. Independentemente da veracidade (ou não) do argumento apresentado para a não utilização da tal habitação, este tipo de actuações – gerando expectativas em famílias vulneráveis e a não apresentação de alternativas que facilitem o enraizamento territorial – acaba por criar barreiras na comunicação, gerar animosidades nos relacionamentos e na construção de relações de confiança entre ciganos e instituições.

A aparente permissividade inicial para com esta família contrasta, no entanto, com as normas que entretanto tinham sido estipuladas. Em Março de 2008, numa reunião ordinária, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade um conjunto de “normas a aplicar à Comunidade Cigana” (Proposta nº10/CM/2008): definem-se os locais para a instalação temporária de elementos da população cigana natural e residente no concelho; estipula-se que a “população nómada” pode ficar num desses locais pelo período de 24 horas e com obrigatoriedade de registo na GNR; refere-se que “todos os danos que ocorrerem em equipamentos e materiais nas imediações, salvo prova em contrário, serão imputados a quem aí estiver instalado e serão responsabilizados pelos prejuízos; e que “os animais que possuam deverão cumprir as normas legais em vigor” (Reunião Ordinária da Câmara Municipal, Acta nº 6/2008, 13.03.2008).

Passado cerca de um ano da entrada em vigor destas normas, um deputado municipal questionava, numa Assembleia Municipal, “se a Câmara e a Guarda Nacional Republicana têm feito esforços para que aqueles que não são do concelho, não estejam mais que dois dias, cumprindo assim o regulamento. Referiu que vê todos os dias caras novas de ciganos. Apontou que há uns meses atrás tinha havido uma forte intervenção da GNR em andar a carregar ciganos, cavalos e a passar multas e o que se vê hoje são terrenos cheios de cavalos, só falta realmente ver cavalos nos jardins, apesar das regras continuarem as mesmas. Perguntou se a GNR, que é a parte a quem compete averiguar essas situações, deixou de o fazer. Se foi isso que aconteceu então terá que haver mais um aperto para que não volte a repetir-se (Acta nº 1/2009, Deputado Municipal, PS, Assembleia Municipal, 27.02.2009). Perante as questões levantadas o presidente da Câmara refere que possivelmente a não actuação do Comandante da



GNR “se deva à sua desmotivação profissional, por ter sido colocado a tantos quilómetros de distância de sua casa”, pois “enquanto estiveram Comandantes naturais do concelho, a actuação foi correcta sem estarem fora da lei, cumpriram o que lhes foi determinado. (...) A partir deste momento para levantarem os cavalos têm que pagar. Disponibilizou-se o espaço com a construção de um estábulo, onde os cavalos estão devidamente protegidos, onde comem e bebem, disponibilizou-se um funcionário que em qualquer momento, desde que a GNR ligue a dizer que estão cavalos na via pública, vai com a carrinha e os animais são recolhidos na presença da GNR.” (Presidente de Câmara, Assembleia Municipal, 27.02.2009, Acta nº 1/2009)

A observação de dois locais que os ciganos destinam a paragens transitórias – a propriedade das “oliveiras” ou “lugar da ponte” e o das “piscinas” – permitiu detectar dois momentos importantes. Numa primeira visita contactámos várias famílias no “lugar da ponte”, na sua maioria ligadas às famílias dos Anjos, assim como uma mulher<sup>189</sup> descendente de uma família de Vila Alva, mas casada com um homem de Vila de Frades. Durante várias semanas não demos pela presença de quaisquer famílias a circular pelo concelho, nem acampadas nestes dois locais, pelo que decidimos fazer uma segunda visita. O que as fotos seguintes ilustram é que os proprietários, segundo a versão da autarquia em Fevereiro de 2009, construíram uma vala a toda a volta do “lugar da ponte”, erguendo em seguida montes de terra, reforçados com duas placas de cimento, de modo a impedir o acesso das famílias ciganas àqueles espaços.

**Foto 9: Alterações na morfologia dos terrenos para impedir a permanência**



<sup>189</sup> Esta, irmã de uma outra mulher de Vila Alva que, após ter casado com o filho mais velho de Conceição Sousa Torrão, transitou da barraca dos seus pais dum sítio fixo, ainda que com más condições, para uma situação ainda pior, anda nos últimos 10 anos em permanente circulação numa tenda feita de panos e oleados (cf. Estudo de Caso A).

Constata-se, pois, que as técnicas de controlo espacial não são exclusivas aos poderes públicos. Também os proprietários privados, vendo os seus terrenos ameaçados acabam por desencadear acções para impedir a presença de ciganos.

#### **4. Da selectividade das relações de vizinhança à emergência de tensões nos contactos institucionais**

No campo relacional, os ciganos que vivem no concelho estabelecem contacto com a população não cigana, através dos seus vizinhos, mas também com representantes das autoridades locais, autárquica e policial.

As relações de vizinhança, que se estabelecem quase exclusivamente entre os agregados Carolas e os restantes portugueses das imediações, traduzem-se visivelmente nas visitas que frequentemente se estabelecem entre as respectivas barracas e casas, revelando a existência de uma convivência com base na cordialidade e na ajuda.

Maria Cecília tende a apresentar-se como porta-voz das famílias ciganas perante o presidente da autarquia e de outras autoridades locais. Diz-nos que tem com o autarca uma relação privilegiada, por o ter carregado ao colo quando este era ainda bebé. Quando há casamentos, o actual presidente exige a presença de Maria Cecília Carolas, não aceitando os pedidos de outros ciganos, mesmo quando se trata do homem mais velho dos Anjos.

A justaposição da dimensão de mulher-mágica<sup>190</sup> – que executa a prova da honra nos casamentos e que tira a má sorte que outros puseram – e a dimensão de crente, parecem não criar qualquer tensão pessoal nos seus familiares, nas suas amizades e/ou na sua vizinhança. Mais, reforçam o estatuto que esta tem na sua rede relacional.

Maria Cecília Carolas conta que foi agredida por um agente da GNR mas, por ter apresentado queixa, o agente em causa foi deposto do seu cargo. Este episódio é revelador da sua visão das relações inter-étnicas, ainda que estas incluam as autoridades policiais, não reconhecendo postos, funções, hierarquias, mas assente num poder que reconhece ser mais proveniente do seu nome e menos da influência do seu falecido marido.

---

<sup>190</sup> Maria Cecília Carolas é quem se incumbe de costurar as almofadas que se oferecem às noivas no dia do seu casamento, um “recosto que levam para casa”, mas que é sobretudo utilizado para fazer a prova da virgindade.

Os contactos com as autoridades policiais dão-se em ocasiões de festejos matrimoniais, mas também no dia-a-dia quando se deslocam com as suas viaturas pelas estradas locais. A pressão policial nota-se mais quando os ciganos transportam animais nas suas carrinhas, ao serem parados e autuados sempre que não reúnem as condições legais que lhes permitam realizar as suas actividades.

As famílias Carolas e Anjos dirigem-se à autarquia a fim de efectuar pagamentos vários, nomeadamente da água, mas também de multas por infracção ao código da estrada ou por transportarem gado cavalari em condições impróprias, ou no caso particular de uma das famílias, por deixarem cavalos a pastar em terrenos que não lhes pertencem. Nesta última situação, segundo a GNR, os animais ficam “abandonados”. Embora o proprietário lhes conceda uma autorização informal para o fazerem, se a GNR encontrar os animais não tenta contactar o proprietário, mas confisca-os e obriga os donos dos animais a pagar as multas que daí advêm.

Os estabelecimentos de ensino são também um dos terrenos do domínio público em que os ciganos estão presentes. Se as famílias que se encontram a viver nas barracas do acampamento estão em condições de enviar as suas crianças à escola, o que acontece com algum sucesso<sup>191</sup>, outras famílias como a de Maria Madalena Carolas, sem casa, vêem agravada a situação escolar dos seus filhos, aproveitando para deixar críticas à “carta volante”<sup>192</sup>:

“Os miúdos são daqui, foram aqui criados e andavam com os outros à escola. (...) A GNR não nos deixa ficar em lado nenhum, depois vamos para outra terra e eles (filhos) não conhecem os outros miúdos da escola, esses também não os conhecem e depois começam a dizer “os ciganitos isto, os ciganitos aquilo”, ou “olha o ciganito”, já se sabe que é assim, depois eles não querem ir à escola, já têm medo, ganham medo aos outros miúdos e não vão.” (Entrevista a marido de Maria Madalena Carolas, 45-50 anos, 10.11.2006)

O discurso de acusação dos ciganos sobre os não ciganos assume outros contornos, focando-se no racismo sentido ao reconhecerem uma atitude de aproveitamento e subsequente rejeição política.

“Os ciganos daqui são muito enxovalhados. Tratam muito mal os ciganos daqui. O presidente sabe pedir votos, veio aqui “votem em mim, votem em mim que eu faço isto, faço aquilo, se votarem em mim isto não vai ficar na mesma”, depois esqueceu. Acabou a campanha, ficou lá no poleiro, já não quer saber mais de ninguém. São todos iguais.” (Diário de campo, jovem cigano, 15-20 anos, familiar de Alcácer, 19.06.2006)

---

<sup>191</sup> Segundo os serviços sociais da autarquia, em Dezembro de 2010, na freguesia de residência das famílias em análise, das 12 crianças entre os 3 e os 5 anos, 7 frequentavam o ensino pré-escolar e das 20 com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, 14 frequentavam o 1º Ciclo do Ensino Básico e 2 o 2º Ciclo.

<sup>192</sup> A carta volante foi uma figura adoptada pela Direcção Regional de Educação do Alentejo para conseguir acompanhar as famílias ciganas com fortes mobilidades e que não estavam incluídas na “Plataforma itinerante”. No concelho onde residem as famílias em análise aquela carta tem como objectivo verificar o cumprimento do estipulado nos Acordos de Programa de Inserção do RSI; conhecer os circuitos de itinerância dos alunos; permitir a troca de informação entre os docentes que acompanham os alunos, de modo a tornar a avaliação dos mesmos exequível.

No entanto, de acordo com o discurso de outros ciganos deste acampamento, existe uma forma de relacionamento inter-étnico delicada, embora esteja subjacente uma base de interesse comum e que se prende com a resolução do problema da habitação desta população. Na perspectiva de alguns, a autarquia local parece mostrar-lhes que irá proceder ao realojamento de quem aqui vive.

“Eram para aí uns 7 ou 8. O presidente andou o tempo todo abraçadinho a mim e o engenheiro fez-me perguntas como é que eu gostava que a casa fosse. No fim, o presidente pegou-me ao colo e deu-me 10 euros, mas eu não queria aceitar.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 31.10.2006)

Sabendo um pouco da sua vida antes de se ter casado, nomeadamente que tinha medo de viver entre ciganos, percebe-se que Maria Cecília Carolas tenha um discurso que vá no sentido de um bom entendimento inter-étnico, que possibilita de igual modo um bom relacionamento entre os dois grupos em questão.

“Sabe que eu tinha muito medo dos ciganos antes de casar, eu não queria estar ao pé deles. Porque eu não tinha viver com eles, fui criada com outras gentes.” (Diário de campo, Maria Cecília Carolas, 31.10.2006)

A relação próxima com os investigadores fez emergir atitudes e comportamentos específicos, registados no decurso do trabalho de terreno, no sentido de identificar as posições detidas pelas famílias no relacionamento inter-étnico. Por exemplo, os medos associados pelos ciganos ao registo fotográfico de imagens que fomos fazendo, indiciaram desde logo que é menos premente reforçar as fronteiras inter-étnicas do que as fronteiras intra-étnicas, i.e., entre as famílias ciganas, independentemente do grau de parentesco implícito entre elas. Pediram-nos, repetidas vezes e de forma exaltada, que nunca déssemos fotografias de um cigano ou cigana a ninguém que não fosse o próprio ou a própria, dizendo-nos que o cigano que tiver a imagem de outro cigano pode fazer-lhe mal, por exemplo, fazendo-o adoecer ou a alguém da sua família, ou apenas lançando má sorte sobre a família.

Um dos netos de Maria Cecília Carolas, que no início de 2007, juntamente com a mulher, tinha ocupado uma casa num concelho da Península de Setúbal, compara as relações inter-étnicas que se estabelecem nas duas localidades. No que diz respeito ao concelho alentejano queixam-se sobretudo do racismo e das más relações com as técnicas da Segurança Social. Como diz Carlos:

“Se me virem com um cavalo por mão, já aconteceu, a seguir cortam-me o rendimento mínimo. Elas não sabem se o cavalo é meu, ou não... eu não tenho cavalos, o meu pai é que às vezes faz negócio com os animais. Não quer dizer que eu não possa ir dar um passeio com o cavalo, se ele me pedir.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

O controlo excessivo, que para Carlos é injustificado, e a arbitrariedade na atribuição dos apoios sociais são motivo de queixa e servem como *ítens* de comparação com a situação que esta família e outras de portugueses ciganos vivem no concelho da Península de Setúbal:

“As doutoras do rendimento mínimo daqui gostam de ir à praça e ir ver que a gente investe esse dinheiro que a gente recebe.” (Entrevista Inês Fialho, 20-25 anos, 13.02.2007)

Contudo, não é apenas nas más relações que se estabelecem entre ciganos e as técnicas da Segurança Social que Carlos encontra mal-estar. Também há queixas quanto à relação com a população local em geral e que tende a revelar o peso exercido pelas características do contexto territorial, onde a excessiva proximidade física e visibilidade social impedem o anonimato e a não valorização da pertença étnica, aspectos conseguidos no actual concelho de residência:

“Com a gente, os mais novos, já é diferente, mas eu vejo com os mais velhos, os meus tios, o meu pai, eles são mal tratados. Lá ainda dizem muito “Olha, o cigano”, olham a gente de uma maneira que... a gente sabe, a gente sente que não é boa. Aqui também podem dizer, eu não me importo que me chamem cigano porque eu sou e tenho orgulho disso, mas lá a gente vê que é com maldade.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

“Eles são contra os ciganos, são mesmo racistas. Nem todos! Mas em 1000 tira-se aí 100, vá lá” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

O contexto em que se movem afecta, assim, directamente a percepção que têm deles e as representações que constroem:

“Aqui eu não passo por cigano. Sou mais um que vai a passar. Lá não, lá dizem logo “ali vai o cigano”. (...) Lá também dizem “olha o tendeiro”. Aqui não interessa se sou ou não.” (Entrevista Carlos, 13.02.2007)

“É em tudo. Vamos a uma loja, estão a olhar, a ver “Olha, que eles vão roubar!”, Eu não tenho razões de queixa, mas já vi isso acontecer com outras de lá. Aqui já é diferente, já está mais misturado...” (Entrevista Grinalda, 8.02.2007)

## 5. Da retórica institucional da igualdade às reivindicações dos habitantes

Como se constatou, a maioria das famílias que integram este Estudo de Caso encontrava-se presente, desde 1996, num terreno municipal, podendo aí permanecer desde que em habitações precárias. Na versão de algumas famílias, “vieram dinheiros da Europa para construir casas” e o anterior autarca “recebeu dinheiro para casas para os ciganos”. Referem também que participaram em cinco ou seis reuniões na Câmara e que um projecto de realojamento terá sido delineado. Segundo foi possível apurar existiu, de facto, um acordo de cooperação entre o ex-Instituto Nacional de Habitação e o município datado de 2001, mas cujos contornos para não se dar seguimento ao realojamento não foi possível esclarecer.

Em 2008, auscultado o então presidente da Câmara Municipal, pela primeira vez à frente do executivo camarário, o autarca reconhecia o erro de se ter subestimado, ao longo dos últimos vinte anos, a necessidade de intervenção socio-habitacional junto das famílias ciganas residentes. Estando num espaço do concelho com potencial para se desencadear um projecto de promoção privada de habitação, as preocupações de índole social parecem ganhar outro fôlego. Apesar de ter colocado esta intervenção como prioridade política do seu mandato eleitoral (2005-2009), o consenso em torno da solução a desencadear, praticamente a um ano de terminar o mandato, ainda não tinha sido alcançado<sup>193</sup>.

“Esse foi o nosso erro durante 20 anos, do município, não estou a falar do erro político deste ou daquele, o erro desta comunidade foi durante 20 anos se olhar para o lado e quando nós, nós já chegámos há três anos, quando chegámos dissemos que é um dos problemas que temos de resolver, primeiro pela comunidade que tem de ter melhores condições de vida e depois também para podermos regenerar toda aquela parte da nossa vila que é histórica e que está totalmente degradada e gostávamos de fazer uma intervenção com alguma profundidade.” (Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.2008)

“Não estou a ver que mecanismos, porque nós podíamos dizer que vamos construir um bairro para a população cigana, mas as experiências que temos ouvido de outros lados é tão má e nós vamos fazer uma coisa destas?” (Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.2008)

O tipo de projecto habitacional a desenvolver não parece ter sido um dos factores mais importantes. Algumas questões de fundo parecem bloquear o eventual processo de melhoria das condições habitacionais dos ciganos residentes no concelho, sendo difícil destacar entre os argumentos que vão sendo discursivamente avançados, aqueles que eventualmente assumiriam maior peso.

---

<sup>193</sup> O contexto como se desenrolou esta entrevista parece ter marcado de alguma forma a posição do autarca. Quando lhe foram explicados os objectivos da entrevista, reagiu dizendo que pensava que a investigadora lhe trazia soluções. De facto, ao longo da entrevista foram sendo equacionadas algumas pistas de intervenção, nomeadamente através da implementação de um trabalho de parceria.

Reeleito para o seu segundo mandato (2009-2013) e analisando-se o conjunto de circunstâncias que entretanto se foram desencadeando no concelho em torno da população cigana, torna-se relevante enunciar de que forma o contexto social acaba por se repercutir em representações sociais diferenciadas sobre os ciganos, mas ambas com um denominador comum de teor racista<sup>194</sup>.

Entre 2008 e 2011, as narrativas do autarca passam do “elogio da diferença (heterofilia) à rejeição da diferença (heterofobia)” (Taguieff, citado por Fernandes, 1995: 38). No entanto, quando se põe em marcha uma actuação concreta ao nível da habitação esta parece ser orientada pela primeira formulação. Ora vejamos!

Num primeiro momento emerge nos seus discursos a atribuição de uma responsabilidade étnica à situação de vulnerabilidade socioeconómica em que se encontram as referidas famílias. Através de um processo de naturalização das diferenças e de um suposto reconhecimento de que os pressupostos inerentes aos processos de integração social têm de ser igualmente diferentes, acaba por se desenvolver a ideia de incompatibilidade de modos de vida, reforçando-se as fronteiras e a suposta superioridade de um grupo social sobre outro:

“O nosso problema acaba por ser o da generalidade dos municípios que têm comunidades ciganas, que é como é que nós integramos quem não quer ser integrado? É o nosso grande problema. Se calhar a culpa é nossa, nós queremos integrá-los com base na nossa forma de estar e na nossa forma de viver, de acordo com o nosso método de vida, eles têm um método próprio de vida. [E qual acha que é?] É esse ligado ao negócio, é esse sem grandes regras de imposição como nós temos na nossa sociedade. Eles preferem não ter tantas obrigatoriedades como a nossa legislação nos vai impondo com regras e achar aqui um parâmetro que satisfaça duas comunidades... chegamos a este ponto de haver uma grande recusa por parte da sociedade maioritária em relação àquela minoria.” (Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.2008)<sup>195</sup>.

Num segundo momento gera-se um movimento de homogeneização, para onde parecem concorrer diversos factores. Por um lado, na sequência das diferenças registadas serem avaliadas de modo negativo e perante a percepção de que a população cigana instrumentaliza a sua pertença étnica para aceder a recursos deixa de se considerar que os ciganos são um grupo

---

<sup>194</sup> De referir que, tendo sido dado por terminado o trabalho de terreno em Janeiro de 2009 tornou-se inevitável ir procurando registar o conjunto de acontecimentos que se iam passando no concelho, o que aliás acabou por ser facilitado com o meu envolvimento num outro projecto de investigação que implicou deslocações ao concelho.

<sup>195</sup> Também no seguimento do Terceiro Relatório sobre Portugal, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2007: 35) recomendava a Portugal que adoptasse uma estratégia nacional para facilitar o acesso à educação, ao emprego e à habitação das populações ciganas. O então Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, era citado no jornal Público, afirmando que a “A crítica é excessiva”, porque não tem em conta “o factor vontade de integração” (Público, 13 Fevereiro 2007). Este tipo de posicionamento tende a revelar como a população cigana funciona muitas vezes como uma válvula de escape para a sociedade dominante: ao transporem as características negativas para um grupo e ao tornar essas características inerentes a tal grupo, os membros dominantes mantêm a sua posição de poder e enfraquecem a posição do grupo (Kendall, 1997).

social específico, advogando-se a unidade do corpo social. Por outro lado, os primeiros passos dados pela população cigana na reivindicação de alguns direitos, a pressão exercida por parte do European Roma Rights Centre<sup>196</sup> e a visita ao concelho da Eurodeputada Ana Gomes reforçam, ao nível dos discursos, essa posição de cariz mais universalista, mas que na prática tende para uma modalidade de acção pública que identifica particularismos e preconiza soluções específicas para a integração social.

“Se tivéssemos essa perspectiva de que somos todos portugueses, se calhar não existia metade dos problemas que existem. É que os direitos reivindicados só pelo facto de serem ciganos acabavam logo. Os ciganos não pagam água porque são ciganos, eles pedem casas porque são ciganos, porque dão aos ciganos dos outros lados... mas aos outros portugueses que não pagam água cortam-lhes a água, os que não têm casa terão casa quando houver possibilidades financeiras das autarquias em que vivem. E é isto que não sucede e leva à revolta dos outros portugueses.” (Entrevista Presidente de Câmara, 17.02.2010)

“Estamos com a ideia de acabar com os ciganos aqui; aqui não há ciganos há portugueses e esta medida é para todos. O único espaço que não vai ser aberto à população toda é o frequentarem aquele espaço, centro de estágio, para adquirirem as regras necessárias a serem capazes de se integrar. **[E quando for ultrapassada esta fase quem vai para aquele espaço do centro de estágio?]** Mas vai estar ocupado nos próximos 15 ou 20 anos, porque vejo com grande apreensão os elementos da comunidade que têm entre os 50 e 60 anos que não estão disponíveis para ouvir falar em regras ou para se moldarem a regras e para estarem a condições para integrar a comunidade maioritária e essas pessoas vão ter de continuar ali. Se nunca atingirem um grau mínimo para passar para o segundo patamar têm de ficar ali. E agora começamos a ter outro problema (...) há alguns que dizem que não passam para este centro de estágio e vai ser outra dor de cabeça. Têm de passar de qualquer maneira, porque não podemos ter vários pólos espalhados e os nossos jardins continuarem a alimentar os cavalos deles.” (Entrevista Presidente de Câmara, 17.02.2010)

“Não há uma comunidade cigana no concelho. Há portugueses que são carenciados e todos têm tratamento e apoio social igual dentro das possibilidades financeiras.” (Depoimento do Presidente de Câmara à TVI24, 24.02.2011)

Interessa, pois, dar conta das principais circunstâncias que parecem marcar esta aparente inflexão no discurso e que no fundo não parece ser excessivo afirmar que se está perante uma “efabulação destruidora do Outro, em que o medo está sempre presente e se manifesta de modo agressivo” (Fernandes, 1995: 39).

Em Julho de 2008, no seguimento de uma apresentação num colóquio, uma técnica da autarquia referia que em Abril desse ano tinha sido elaborada uma proposta para a melhoria das condições habitacionais da população cigana do concelho, em discussão entre os representantes de algumas entidades, por forma a serem identificadas as principais dificuldades e oportunidades deste processo. A proposta assentava num projecto de realojamento para a

---

<sup>196</sup>O European Roma Rights Centre é uma organização de direito internacional pública que tem desenvolvido, desde 1996, a sua actuação em torno do combate ao racismo anti-cigano e ao abuso dos direitos humanos dos ciganos. Em Abril de 2010 apresenta uma queixa ao Comité Europeu dos Direitos Sociais por Portugal estar a violar o direito a uma habitação adequada e em Julho de 2011 o Estado português é notificado para rever as suas políticas e práticas em relação à população cigana (cf.: [http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/socialcharter/Complaints/CC61CaseDoc1\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/socialcharter/Complaints/CC61CaseDoc1_en.pdf) [http://www.coe.int/T/DGHL/Monitoring/SocialCharter/NewsCOEPortal/CC61Merits\\_en.asp](http://www.coe.int/T/DGHL/Monitoring/SocialCharter/NewsCOEPortal/CC61Merits_en.asp)). Entre 15 Abril de 2011 e 15 de Janeiro de 2012 teve como observador em permanência no país o Centro de Estudos Ciganos de Coimbra, esperando assinar um contrato de consultoria com o mesmo Centro de Estudos entre Setembro e Dezembro de 2012.



zona industrial do concelho, inspirado no Centro de Estágio Habitacional de Coimbra, ainda que sem o reconhecimento da necessidade da presença de uma equipa técnica. A 13 de Novembro de 2008, no Encontro Temático de Apresentação das Recomendações do Grupo de Trabalho das Minorias Étnicas, integrado na Plataforma Supra-concelhia do Baixo Alentejo, o presidente da autarquia apresenta o projecto de criação do Gabinete de Apoio aos Imigrantes e Minorias Étnicas, que entraria em funcionamento em Fevereiro de 2009, e lança o desafio ao Governador Civil para que, em parceria com outras instituições, como a Segurança Social e o Centro de Emprego, se procedesse à construção de casas para os ciganos.

Antes de assumir definitivamente o projecto Parque de Estágio, o município ainda desencadeou alguns esforços no sentido de se promover futuramente a dispersão das famílias pelo concelho: em Fevereiro de 2010 encetou negociações com bancos para se poder vir a apoiar a compra de casas a famílias ciganas e em Junho do mesmo ano publica um regulamento para apoio ao arrendamento de famílias carenciadas no mercado privado de habitação<sup>197</sup>. Soluções que acabaram por não ser viabilizadas<sup>198</sup> e que davam força à opção pelo Centro de Estágio.

Alguns dos depoimentos recolhidos dão conta das pressões que são exercidas por outros municípios no bloqueio de soluções que têm tido algum sucesso em termos das dinâmicas de integração social de populações que apresentam fortes vulnerabilidades socioeconómicas, nomeadamente aquelas que apontam para realojamentos dispersos na malha urbana e que, geralmente, são do agrado da generalidade dos elementos da população cigana<sup>199</sup>:

“Também já pusemos a possibilidade de conseguirmos adquirir algumas casas no meio da localidade e inserir cada uma das famílias numa rua, mas isto é um pandemónio com o resto da comunidade, ficamos com eles ao pé.” (Entrevista Presidente de Câmara, 4.11.2008)

“A nossa ideia inicial era passá-los logo para a área urbana, mas depois começámos a ver que não resultaria porque a população ainda não está preparada... ninguém lhes quer alugar casa...às vezes vou sozinha alugar, mas quando digo que são ciganos eles não querem alugar... dão sempre muitas desculpas, mesmo com algumas medidas que a Câmara toma, como comprometer-se quando a família saísse de lá a reparar tudo aquilo que eles estragassem. (Entrevista Técnica de Serviço Social da autarquia, Fevereiro 17.02.2010)

---

<sup>197</sup> De acordo com o Regulamento, ficam abrangidas por este apoio as pessoas que residem em regime de permanência na área do Município há, pelo menos, 3 anos e aí se encontrem recenseadas. O valor máximo do apoio não poderá ultrapassar 50% do valor mensal da renda paga, sendo que esta não pode ser superior a 300€. Em caso da atribuição de subsídio, e como contrapartida do mesmo, o requerente ou um dos membros do agregado familiar, desde que maior de 16 anos, prestará trabalho em favor da comunidade, na proporção de € 3,80/hora, até ao limite do apoio financeiro mensalmente atribuído. No caso de o beneficiário viver anteriormente numa barraca fica sujeito a declarar sob compromisso de honra que autoriza os serviços da câmara a demoli-la.

<sup>198</sup> Apenas três famílias beneficiaram temporariamente de apoio ao arrendamento: uma acabou por abandonar por não poder cumprir o trabalho comunitário exigido e as outras duas por as casas que arrendavam terem sido objecto de uma penhora à sua proprietária.

<sup>199</sup> Ver a este propósito a manifestação das expectativas residenciais de vários elementos das famílias que constituem os diferentes Estudos de Caso, mas também Castro, 1995.

“[o Presidente da Câmara interpelou um dos munícipes que] na sua qualidade de construtor e agente imobiliário alugasse algumas casas à autarquia para efectuar esse realojamento [após a saída do Parque de Estágio]. Ao que o mesmo respondeu negativamente porque não queria ter o ónus de os colocar dentro da Vila – se ele não os quer ao pé os outros também não – e porque considera que só nas próximas gerações a comunidade cigana conseguirá integrar-se, agora ainda não.” (Reunião Ordinária da Câmara Municipal, Acta nº 25/2011, 06.12.2011)

Paralelamente aos estereótipos e atitudes discriminatórias presentes entre uma parte da população relativamente aos residentes ciganos, é também de referir a forma como a fragilidade de algumas parcerias locais do concelho impediram, ao longo dos tempos, a construção colectiva de uma visão estratégica e sistémica para enfrentar as situações de pobreza e exclusão social vivenciadas pela população cigana e bloquearam a mobilização concertada dos recursos locais. Alguns exemplos deste tipo de manifestações podem ser encontrados: i) na forma como são conduzidos e dinamizados os encontros da rede social local que dificultam uma participação igualitária das várias instituições; ii) na não participação do responsável do Gabinete de Apoio ao Imigrante e Minorias Étnicas em estruturas de parceira do concelho; iii) na não solicitação de apoio ao gabinete em aspectos relacionados com a população cigana por parte de várias entidades locais; iv) na não resposta por parte do executivo camarário a uma proposta de intervenção, em parceria com vários organismos locais, na área da educação, elaborada em Julho de 2009, pela responsável do referido gabinete.

De facto, a aparente desertificação institucional do concelho, instrumentalizada ou não, é avaliada pelo presidente de Câmara da seguinte forma:

“Eles são como os ciganos, também não querem. É complicado. Quando batemos à porta de uma instituição e vamos explicar a importância das coisas funcionarem, que todos têm a ganhar com isso, mas quem está à frente da instituição diz que não...” (Entrevista Presidente de Câmara, 17.02.2010)

Na entrevista realizada em 2010, o presidente da Câmara reconhecia que a população cigana teria de aceitar a opção de realojamento projectada, mesmo havendo uma conflitualidade latente entre as famílias em presença e havendo sinais de alguma resistência ao projecto delineado. Ainda que este projecto de realojamento estivesse inscrito no orçamento de 2010, em Julho desse ano inverte-se a estratégia na sequência de não ser “uma prioridade para 2010, tendo em conta a crise que o país está a atravessar e os cortes registados no Orçamento de Estado para as Autarquias” e de necessitar de um estudo de aprofundamento do tipo de construção (Acta de Reunião de Câmara, 15.07.2010).

O período entre o Verão de 2010 e Fevereiro de 2011 marca uma viragem na actuação da autarquia que vai reforçando atitudes mais repressivas: corte de água por não pagamento; concertação com a GNR para uma operação policial; demolição de barracas; apreensão de animais; derrube de árvores; destruição dos contadores da água e respectivas torneiras...

A 22 de Julho de 2010, na sequência do corte de água por falta de pagamento, alguns ciganos reivindicam, pela primeira vez, junto da Câmara Municipal que lhe seja repostos o acesso. Alguns técnicos da autarquia chegam mesmo a ser questionados por elementos da Guarda Nacional Republicana se terão instigado a população a proceder deste modo.

Uns meses mais tarde é feita uma rusga policial em todas as barracas, numa tentativa de se desmantelar o alegado tráfico de droga que constava dos rumores populares e de certos autarcas. Apesar de alguns elementos da população cigana terem acompanhado a polícia e de se ter levantado um auto, todos permaneceram em liberdade, parecendo, assim, não ir ao encontro das expectativas do executivo camarário face ao investimento em vigilância realizado:

“por incapacidade judicial, não policial, todos regressaram a casa, havendo material suficiente para que todos eles ficassem presos. (...) A Câmara tinha gasto alguns milhares de contos na compra de equipamento de vigilância e que o tinha entregue à GNR para vigiar o acampamento dos ciganos. A Câmara tinha-se substituído ao Ministério da Administração Interna, proporcionando os meios técnicos para que o núcleo da investigação criminal pudesse reunir um conjunto de provas para acabar de uma vez por todas com aquilo que se passa no concelho.” (Presidente de Câmara, Assembleia Municipal, Acta nº 5/2010, 24.09.2010)

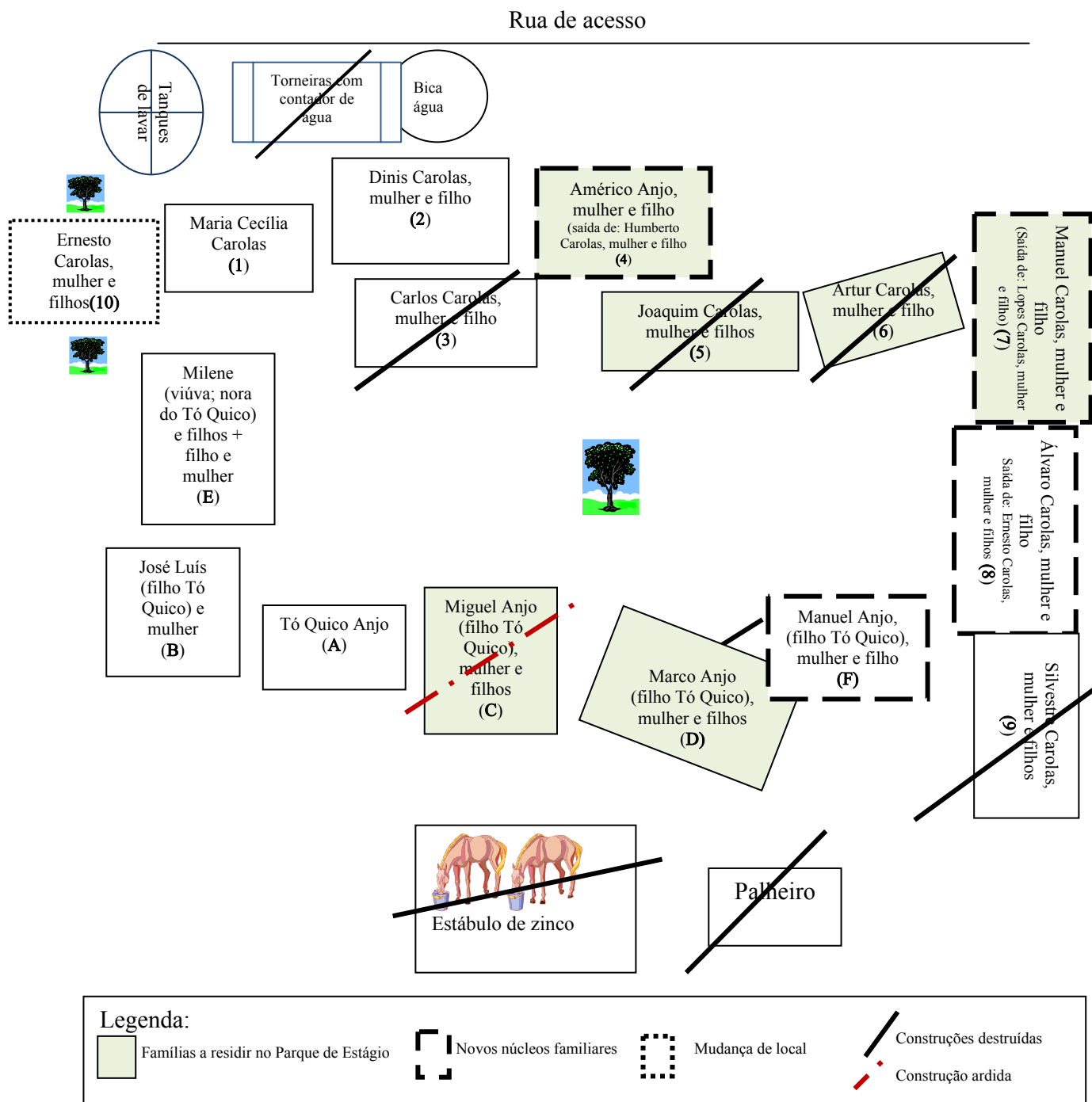
Já a 3 de Fevereiro de 2011, numa operação desencadeada pela Câmara Municipal com o apoio da GNR, são desmanteladas 6 construções existentes no local, retirados 28 animais, derrubadas árvores e destruídos os postos de abastecimento de água (torneiras e respectivos contadores). Esta operação, não tendo sido antecedida de qualquer aviso, originou que uma das famílias dos Anjos, com três filhos menores, ficasse sem casa (cf. Figura seguinte, barraca D), supostamente por ser aquela que tinha sido considerada “clandestina” por ter usado tijolo e cimento como materiais de construção. Os depoimentos da imprensa contrastam com a informação que foi possível recolher no terreno: da alegada chegada de outras famílias para beneficiarem do programa de realojamento, as barracas efectivamente destruídas foram a D, a 3, a 5, a 9, o estábulo e o palheiro.

“Procedeu-se à demolição de barracas clandestinas construídas por diversas famílias de etnia cigana naquela vila. A acção inseriu-se no âmbito do projecto de realojamento da comunidade cigana. Alguns indivíduos de etnia cigana têm tentado fixar-se naquela vila, construindo barracas em terrenos municipais, por forma a beneficiarem do projecto definido pela autarquia. [o] presidente da Câmara [...] realça que o Plano de integração da comunidade de etnia cigana não passa por alojar elementos com residência noutros pontos do país. (Rádio Pax, 04.02.2011)

De lembrar que nos casos das barracas 3 e 9, os núcleos familiares encontravam-se a residir num concelho da Península de Setúbal, tal como ficou descrito nos capítulos 2 e 3. Através da Figura seguinte é possível visualizar a dinâmica do espaço habitacional quer pela intervenção autárquica com a demolição e posterior realojamento no “Parque de Estágio” (assinalado a verde), quer pelo incidente de um incêndio em que os seus ocupantes também foram

contemplados, quer pela ocupação de algumas barracas, ou construção de novas, por núcleos familiares que viviam em coabitação com os seus ascendentes (4, 7, 8, F), quer ainda pela construção de uma nova barraca (10).

Figura 14: Configuração do acampamento de barracas – Famílias Carolas e Anjos (Março 2012)



Nota: A barraca 6 foi destruída aquando da celebração do contrato de arrendamento apoiado.

Também noutra local do concelho se procurou, no mesmo mês, iniciar um processo semelhante com vista à erradicação de 4 barracas habitadas por 24 elementos da população cigana. Neste caso, registou-se uma notificação prévia por parte dos serviços camarários, alegando-se a ilegalidade da ocupação do terreno. No entanto, as famílias recorreram aos serviços jurídicos da autarquia e a um advogado e o processo foi travado, pois existia um registo na Câmara Municipal, passado por um anterior autarca, a autorizar a ocupação dos respectivos espaços.

A 8 de Fevereiro de 2011 é enviado um comunicado ao presidente da autarquia por parte do ERRC, solicitando “que se restabeleça imediatamente o fornecimento de água e se actue urgentemente no realojamento da mesma comunidade em habitações integradas, em conformidade com as obrigações de Portugal no respeito da Lei Internacional do direito a habitação adequada.”

Entre a família desalojada que teve de montar uma tenda noutra lugar do concelho, a população que deixou de ter acesso a água e as quatro famílias que sofreram uma ameaça de expulsão, as peregrinações aos Paços do Concelho passaram a ser diárias. Um dispositivo de segurança é montado, durante uma semana, junto ao edifício da Câmara, contrastando com a tranquilidade sentida num outro posto de atendimento do município – o Gabinete do Parque de Estágio que veio substituir o Gabinete de Apoio aos Imigrantes e Minorias Étnicas. De acordo com os depoimentos do autarca, recolhidos na imprensa, admite-se que o direito a residir no concelho, manifestado por acções mais visíveis, é incentivado por forças externas:

“Esses portugueses, através da interferência de organizações, pretendem obter mais direitos [que os que têm o resto da população portuguesa] e verem-se livres dos deveres”, mas “a Câmara não se revê, de forma nenhuma, nessa posição”. (Diário Digital, 22.02.2011)

A GNR está a patrulhar a Câmara para proteger os funcionários e o edifício, devido a alegadas “ameaças” ao executivo feitas pela comunidade cigana que vive na vila, disse à Lusa o presidente do município. (...) Segundo o autarca, “esta pretensa minoria aconselhada por organizações do exterior, que não têm o mínimo conhecimento do que se passa, tentam fomentar ao máximo os direitos e esquecem-se completamente e querem livrar-se dos deveres que têm”. (TVI24, 24.02.2011)

A suposta ingerência de terceiros na tomada de palavra dos lesados, onde estes tendem a exercer o seu direito de cidadania acaba, assim, por procurar escamotear aquilo que ao longo dos vários mandatos políticos tem persistido: modalidades de acção pública marcadas pela incerteza, onde a “espera se torna uma eternidade” (Agier, 2007) e onde prevalece, entre a população cigana, uma espiral de expectativas frustradas a uma eventual melhoria das condições habitacionais. Ou seja, não se reconhece que o seu descontentamento se exprima mesmo quando se está perante a ausência de estruturas organizativas formais. Esta redução dos

elementos da população cigana a “papéis vazios de toda a posição social crítica e activa” (Petcou e Petrescu, 2007) é também mais uma das manifestações de inferiorização do Outro e da redução das possibilidades de participação em matérias que os visam directamente.

O caso do projecto de realojamento por etapas é um exemplo claro da não participação dos próprios na sua concepção. Mas esta falta de participação da população cigana no referido projecto é extensível a vários órgãos do próprio município, sendo mais um dado que ilustra uma gestão autárquica centralizada e com pouca abertura ao diálogo. A reunião da Assembleia Municipal realizada no final do mês de Fevereiro de 2011, onde se apresentou de forma breve o projecto de realojamento é, a este título, ilustrativa.

Nesta reunião, os promotores do Projecto apresentaram, num ponto antes da ordem de trabalho, o projecto Parque de Estágio. Para além de se identificar o número de famílias a serem contempladas – 15 agregados familiares, num total de 62 pessoas, a residir em duas zonas distintas do concelho – apresentou-se os seus objectivos: “criar uma resposta social de combate à pobreza e à exclusão social; dar resposta à carência de alojamento; melhorar a saúde pública; melhorar a educação e o nível de competências académicas e sociais da comunidade de etnia cigana; melhorar e otimizar o uso dos serviços de saúde locais por parte da comunidade cigana; promover formação cívica e pedagógica no sentido de facilitar a integração em sociedade e diminuir a discriminação desta etnia” (Assembleia Municipal, Acta nº 1/2011, 25.02.2011).

Dois deputados, um do PS e outro do PPD/PSD, questionaram a natureza do projecto: o primeiro, alegando a falta de uma apresentação global e de uma apreciação técnica prévia por parte dos vereadores antes de ir à Assembleia Municipal; o segundo, também considerando que a Câmara não estava a conduzir o processo da melhor forma, aponta que a despesa efectuada com um terreno com construções ilegais (100 mil euros) deveria ter sido afecta à aquisição de habitações independentes dispersas pelo concelho, evitando-se a criação de um gueto e acrescenta que “o espaço que lhes está a ser criado não é mais do que uma atitude discriminatória e consubstancia outras situações.” (Assembleia Municipal, Acta nº 1/2011, 25.02.2011).

A coordenadora do Projecto e o presidente da Câmara, procurando esclarecer os deputados, reforçam a impossibilidade da opção pela dispersão habitacional, a necessidade de promover um conjunto de competências pessoais e sociais e o envolvimento de outros parceiros – como a

GNR e a autarquia – que permitiriam uma boa vigilância e um adequado acompanhamento social do processo<sup>200</sup>:

“Não há intenção de ser construído um gueto, e quanto à ideia de ser utilizado os 100 mil euros para comprar ou ajudar ao arrendamento de habitações independentes, seria outro problema; ninguém iria arrendar casas aos ciganos, porque estes não têm as tais competências, não sabem lavar a casa, não fazem uma boa vizinhança. O que se pretende é colocá-los dentro da comunidade com casa, mas para isso há que dotá-los de capacidades para que possam estar dentro dessas casas, há que ensiná-los. A ideia de gueto será diminuída o mais possível, e para isso é que vão lá estar técnicas em permanência e para isso irá haver outro parceiro que é a GNR” (Coordenadora do Projecto, Assembleia Municipal, Acta n.º 1/2011, 25.02.2011).

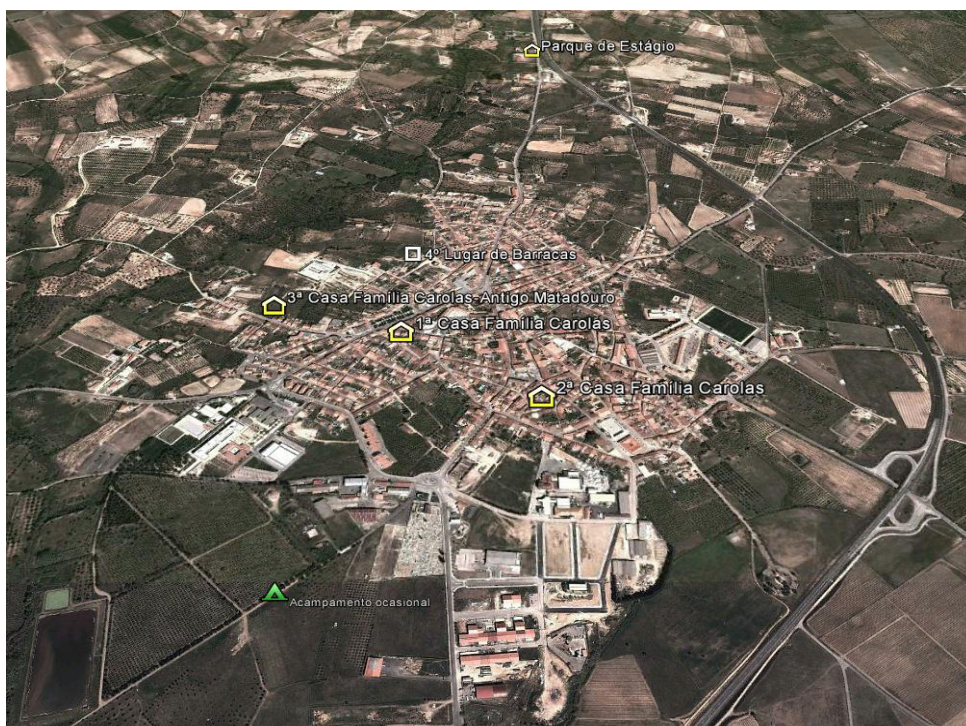
A Figura seguinte apresenta o percurso residencial da família Carolas, desde meados dos anos 70 em que residiam no centro da vila. A localização dos sucessivos lugares de habitat até à instalação mais recente no Parque de Estágio dá conta do seu afastamento progressivo do centro, a que também não são alheios os interesses fundiários associados aos espaços até então ocupados. É de relembrar o caso do antigo matadouro que deu origem a um processo de loteamento para habitação, e o facto de estar em curso o mesmo tipo de operação junto à zona de barracas e cuja área adjacente, antes ocupada com um olival, já foi alvo de uma operação de limpeza.

Esta suposta dificuldade de se optar pela dispersão habitacional, privilegiando-se a concentração numa área do concelho, remete para o sucesso da metáfora do mosaico nas representações do urbano tal como foi enunciada por I. Joseph (1984). Naturalizando as segregações conforta o discurso liberal sobre a questão da etnicidade, quando apela ao relativismo cultural e ao direito à diferença: a cada um o seu território, garante de intimidade e da solidariedade dos grupos locais e de vizinhança. Assim, qualquer tipo de dispersão dos elementos de uma comunidade coloca à sociedade urbana a questão do limite de tolerância a manter, sempre relativo em termos quantitativos e qualitativos, quando se quer prevenir disfuncionamentos num meio homogéneo.

---

<sup>200</sup> As questões da localização do terreno e da sua aquisição mereceriam um maior aprofundamento, pois apesar do presidente de Câmara referir que o promotor “gasta o dinheiro onde muito bem entender” para a aquisição do terreno, nesta mesma Assembleia Municipal um munícipe questiona a legalidade do procedimento administrativo adoptado – uma entidade que promove o Projecto cujo único associado é a própria autarquia.

**Figura 15: Percurso residencial da família Carolas no concelho**



O Regulamento então aprovado “que define e estabelece as regras e as condições aplicáveis ao Parque de Estágio” revela desajustamentos de actuação face aos objectivos delineados e desigualdades de direitos e deveres em processos de integração que no plano das intenções se querem co-responsabilizantes das partes envolvidas. É, pois, possível questionar o projecto em torno de duas dimensões:

- *Avaliação da situação de partida e de chegada:*
  - Foi realizado um diagnóstico social que permite afirmar que os elementos que integram os 15 agregados familiares “não sabem lavar a casa, não fazem uma boa vizinhança”? Caso tenha sido realizado, que critérios foram estabelecidos para essa avaliação?
  - Se aparentemente as famílias “não têm as tais competências” como se podem fazer contratos de arrendamento de apenas um ano, embora prevendo-se a renovação desde que “reduzida a escrito” e dependente “da análise da situação”?
  - Como analisar a situação para uma eventual saída do Parque de Estágio quando a situação de partida que a permite aferir não parece ser transparente?



- *Percursos de integração:*

- Se a tónica do projecto é colocada nos processos de acompanhamento sócio-pedagógico porque razão o regulamento é omissivo ao nível dos recursos humanos e institucionais disponíveis e das acções que viabilizem esse acompanhamento?
- Sabendo-se que uma das actividades económicas de alguns dos núcleos familiares é o comércio de equídeos porque se torna interdito “possuir animais domésticos de produção nos espaços comuns do Parque de Estágio”? Não haveria condições físicas para que o projecto pudesse articular a dimensão residencial, económica e social?
- Se se pretende “colocá-los dentro da comunidade com casa” porque razão o regulamento é omissivo ao nível das obrigações que permitam facilitar o acesso à habitação findo o período de estágio?

De facto, o terreno para o funcionamento deste projecto tinha já algumas construções que foram progressivamente sendo atribuídas às famílias que ficaram sem qualquer alternativa habitacional: a família a quem tinha sido destruída a suposta barraca “clandestina” (barraca D); uma outra família que sofreu posteriormente um incêndio na sua barraca (barraca C), as duas famílias que deixaram de ter apoio ao arrendamento (barracas 6 e 7) e dois núcleos pertencentes à mesma família que se encontravam acampadas perto do cemitério aquando do conflito com o homem mais velho dos Anjos (barracas 4 e 5).

Em Março de 2012, eram estes os habitantes do Parque de Estágio sem a presença das “técnicas em permanência”, sem obras de requalificação das casas existentes e sem mais nenhuma construção nova. Será que o processo de realojamento parou aqui, indo ao encontro daquilo que o autarca já vaticinava em Junho de 2011?

O Senhor Presidente da Câmara espera que a Dr<sup>a</sup>. Ana Gomes traga verbas para que a Câmara possa mandar fazer as casas para os ciganos se é isso que a Senhora Dra. pretende, porque com o dinheiro municipal, que é de todos, não serão feitas. A postura do Município tem sido sempre a mesma, não considera que haja ciganos, há portugueses carenciados, que são tratados todos da mesma forma. (Presidente da Câmara, Assembleia Municipal, Acta nº 3/2011, 22.06.2011).

## Síntese

O espaço de habitat destas famílias assume a sua especificidade por traduzir como uma condição habitacional relativamente estável se forma e de como a tomada do espaço e a negociação de uma permanência mais duradoura se acaba por reflectir numa tomada de palavra. A “fundação da cidade a partir das margens urbanas” (Agier, 2011) emerge aqui com particular acuidade, na medida em que põe em relevo como os “horizontes políticos do habitat” (Pattaroni, Kaufmann e Rabinovich, 2009) se transformam e põem em marcha concepções sobre o viver em conjunto que se sobrepõem à simples necessidade de garantir o acesso a um alojamento.

O percurso residencial da família Carolas no concelho é ilustrativo de um movimento espacial progressivo do centro para as margens da vila. A tomada de um espaço com uma autorização formal condicionada ao tipo de edificação possível traduz, na altura, uma opção política do poder local que confina as suas margens a certas categorias de população e que impõe a precariedade da instalação como condição para prevalecer o carácter provisório do habitat. Situado fisicamente nas margens da vila, coube aos seus habitantes construir o seu lugar de habitat a partir dos recursos disponíveis, reflectindo a configuração espacial as fronteiras simbólicas que se erguem entre as duas famílias alargadas em presença e o posicionamento territorialmente estratégico da mulher mais velha a traduzir o estatuto que tem como “mulher de lei”. O controlo exercido no espaço faz parte de um processo dinâmico, por vezes disputado quotidianamente, nem sempre coincidindo o discurso sobre a dominação com um poder efectivamente exercido. O deslocamento geográfico, associado a conflitos que se assistem no espaço do habitat, por parte de alguns dos núcleos familiares Carolas são um exemplo de como se têm de produzir arranjos temporários das formas de habitar para os quais concorre a mobilidade dos dispositivos que permitem o habitar – “montar os panos”. Mas procurar a edificação de outros lugares de habitar no concelho passa a ser objecto de uma vigilância mais apertada, onde se definem os espaços possíveis, embora sempre temporários. Já “os de fora” merecem também especial vigilância nesses mesmos lugares: restringida a sua presença a 24 horas procura-se, assim, evitar a fundação de novos “espaços ciganos” no concelho.

O período vivido no lugar de barracas traduz como se foi construindo um *espaço de resiliência adaptativa*, ou seja, o tempo aqui passado em condições habitacionais precárias revelam a capacidade dos seus habitantes em ultrapassar constrangimentos e adversidades e aproveitar as oportunidades que o meio lhes proporciona, mesmo tendo de transpor as fronteiras do concelho

para o exercício de actividades económicas. As tentativas de alargar o exercício do controlo e de influência a outros territórios para além do lugar de habitat de referência constituem um indicador de como se procura contornar a escassez de recursos económicos. Também a continuidade dada aos arranjos espaciais, supostamente temporários, provisórios e precários, demonstra como se pode “forjar uma durabilidade pelo temporário” a partir de repetições e ritualizações que se fazem com o espaço (Petrescu *et al.*, 2007).

Quando as margens perdem, progressivamente, o seu carácter periférico na ordem urbana, deixam também de ficar confinadas à margem do poder local e das suas modalidades de acção pública. A atenção a que o espaço e os seus habitantes passam a estar votados repercute-se numa “construção social da etnicização da racização” em que a aversão à diferença assume expressão institucional. O poder local passa a incluir no seu discurso os preconceitos e os receios difusos da população, tirando deles partido para as suas formas de actuação (Fernandes, 1995: 50-52) ou, como diria T. San Roman, o poder relegou para os estratos sociais mais baixos a competição com os ciganos e pode, a partir de cima, descarregar a sua responsabilidade, culpando o racismo dos não ciganos (San Roman, 1986b: 224). Mas este olhar sobre os ciganos implica a mobilização de diferentes retóricas que não se revelam estanques ao longo do tempo, ainda que incidam sempre sobre a mesma população. As diferenças registadas entre o elogio e a rejeição da diferença põem, assim, em relevo como as narrativas que se vão construindo são o produto de um meio social, onde se conjugam factores sociais, económicos e políticos.

Da fundação de um espaço de resiliência começa, assim, a emergir um “*espaço de resistência*” (Kendall, 1997), ou seja, quando a população cigana toma o espaço marginal para si própria e se localiza activamente na margem, manifesta o seu descontentamento e exige soluções para os seus problemas. Mas a dificuldade por parte do poder local em admitir que a população cigana possa ter uma voz activa e autónoma na manifestação do seu descontentamento, tende a traduzir o não reconhecimento do seu poder na criação de fronteiras e da sua capacidade de elaborar proposições construtivas e credíveis. O seu papel é reduzido a observadores das acções que vão sendo perpetradas na sua direcção até à criação de um espaço, decidido de cima para baixo, ainda mais periférico face à vila, de onde foram progressivamente sendo arredados.

A deslocalização sucessiva das famílias ciganas de terrenos municipais é, pois, um indicador da progressiva privatização do território e do desaparecimento de espaços habitados pela população cigana passíveis de serem integrados na escala desta vila. Como diria Thierry

Paquot (2006), no primeiro dos seus cinco desafios para assegurar à população um futuro urbano, controlar o solo e evitar a privatização alargada dos territórios representa uma segurança, na medida em que é um bem comum e onde o combate à pobreza passa obrigatoriamente por um direito a este recurso. Nas modalidades de governação local que foi possível constatar ao longo deste Estudo de Caso, o direito ao solo é ambíguo. Mais do que responder à satisfação da necessidade de um alojamento, as perspectivas que subjazem ao entendimento do que é viver em conjunto colocam o enfoque na articulação entre o desenvolvimento individual e a integração na sociedade. Ou seja, preconizar, ao nível dos discursos, um acompanhamento sócio-pedagógico de promoção de competências pessoais e sociais é promover o habitat a um “lugar de uma verdadeira pedagogia da autonomia e da responsabilidade” (Pattaroni, 2007) e pressupor que as relações de proximidade entre ciganos e não ciganos são portadoras de ameaças.

## CONCLUSÃO

### 1. A etnicidade manifestada pela mobilidade numa perspectiva construtivista, dinâmica e relacional

Debater a pertinência das questões levantadas à luz do cruzamento dos resultados que foram sendo alcançados e perceber os desafios que se colocam pelo aprofundamento da relação ciganos-espacos-identidades, quer no interior da antropologia urbana, quer na sua articulação com outras disciplinas, tende a ser mais relevante do que a apresentação de conclusões com um carácter definitivo.

Os desafios enunciados decorrem de duas constatações fundamentais: i) o *anacronismo das abordagens conceptuais em torno da mobilidade espacial* dificulta a compreensão das diversas modalidades de relação com o território e das formas de governação na gestão da diversidade cultural e ii) *os processos de produção do conhecimento científico e de retóricas institucionais* que, mobilizando categorias identitárias para descrever quem se move (nómada) e um conhecimento conotativo para representar o movimento (nomadismo), interrogam a fiabilidade e capacidade heurística destas noções, já salientadas por outros autores cujas pesquisas não incidiram sobre a população cigana<sup>201</sup>.

Colocar em discussão a pertinência conceptual e operativa dos processos de categorização da população cigana em função de determinados atributos, revisitando o campo dos estudos ciganos, permitiu ir dando conta das condições de produção do conhecimento e da desadequação de algumas perspectivas de análise. Refira-se como a *obsessão pelas origens* assente numa concepção *etic* do espaço e do tempo foi, durante um período, privilegiada em detrimento do aprofundamento das suas próprias concepções e dos seus modos de vida. Mas também como o *primado epistemológico da pertença étnica* e a procura insaciável da autenticidade cigana negou a autonomia dos actores, resultou em generalizações abusivas, apagou a diferenciação decorrente de outras pertenças e reduziu a influência dos contextos em que estavam inseridos mesmo quando viviam em circunstâncias idênticas.

---

<sup>201</sup> Cf., por exemplo, Caroline Humphrey e David Sneath (1999) quando referem o nomadismo como uma categoria imaginada, que não tem o estatuto de conceito e envolve vários pressupostos: 1) livres e igualitários; 2) baseados em linhagens segmentadas; 3) uso de um movimento errante; 4) feroz, bélico; 5) baixa capacidade tecnológica.

Na breve incursão pelo percurso dos estudos ciganos fica patente como o “nomadismo” aparece como um traço étnico relevante e como algo que une os indivíduos/grupos a um colectivo. Os diferentes atributos explicativos utilizados para o descrever – natureza, *habitus*, estado de espírito, instituição cultural, ideologia... -, apesar de revelarem a diversidade de perspectivas de abordagem, não tornam claro como o espaço e o movimento são categorias analiticamente relevantes e não aprofundam de que forma a mobilidade e a fixação se assumem como ferramentas culturalmente disponíveis, mesmo quando traduzem uma “estratégia cultural produtiva e organizativa fundamental” (San Roman, 1997)<sup>202</sup>.

A existência, como diz Aspasia Theodosiou, de um “silêncio teórico virtual” em torno destas categorias de análise ou da associação apressada da ciganidade ao nomadismo exige que se reconstrua a linguagem que torne possível falar das relações que os ciganos (re)constroem com e no espaço (Theodosiou, 2004: 51). Esta preocupação teórico-analítica foi emergindo não apenas nos estudos ciganos, mas também em várias disciplinas urbanas, quando se tornava necessário compreender as múltiplas maneiras que constituem o habitar<sup>203</sup> e para os quais o aparelho conceptual parecia não responder. Persistiam conceitos relacionados com espaços delimitados e caracterizados pela ligação ao lugar; com os fluxos e o deslocamento no espaço e menos sobre os sujeitos em movimento; com a determinação social das posições no espaço físico e menos sobre os recursos e competências dos indivíduos<sup>204</sup>. A primazia do “aqui”, o elogio da proximidade e do sentimento de segurança como componentes centrais dos processos relacionados com o habitar e o ser habitante têm, pois, de ser questionados, exigindo a mobilização de instrumentos conceptuais para apreender o espaço habitado, sobretudo, quando crescem novas modalidades de relação com o território e novas formas de governança (Stock, 2007).

Quando se toma como unidade de observação privilegiada a população cigana, que apresenta mobilidades espaciais de intensidade e duração variável, um duplo desafio emerge: i) evitar sermos uma “máquina de fabricar a diferença” (Williams, 1989), contrariando abordagens que fiquem prisioneiras de um certo reducionismo e enviesamento funcionalista ou de uma essencialização e naturalização de supostos traços étnico-culturais; ii) estabelecer um vai-e-vem entre empiria e teoria no sentido de aperfeiçoar um conjunto de dimensões de uma grelha

---

<sup>202</sup> De referir que, para a autora, esta estratégia surge como uma resposta de adaptação ao longo da história, sem no entanto se assumir como um traço concreto, mas sim como uma forma de acesso aos recursos, à sua distribuição entre ciganos e à sua posição na sociedade maioritária (San Roman, 1997).

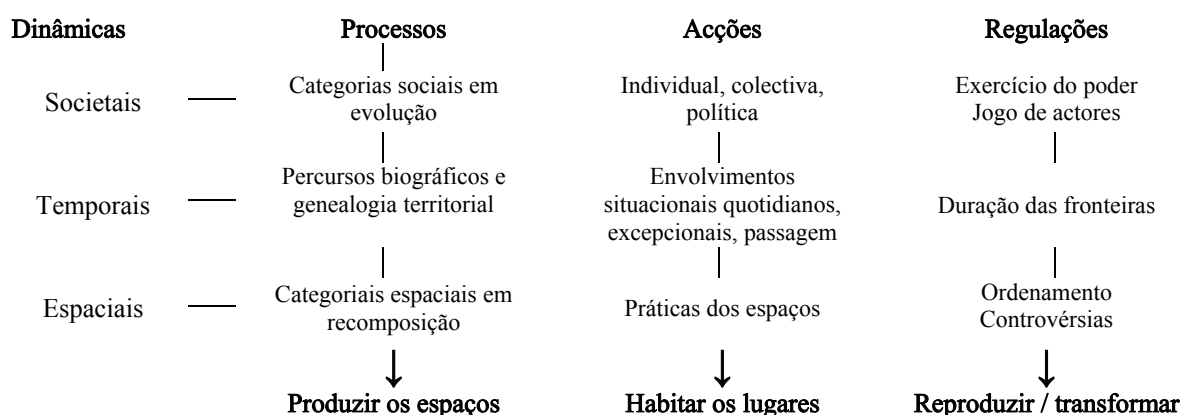
<sup>203</sup> Na obra coordenada por Paquot, Lussault e Younés (2007) vários autores referem como a substantivação do verbo tende a dar um carácter mais activo nas relações ao espaço.

<sup>204</sup> Ver, entre outros, os trabalhos da sociologia e da antropologia de Agier, Augé, Clifford, Tarrus, Kauffman, Urry, mas também da geografia de Lussault, Stock e Cailly.

de observação e chamar a atenção para fenómenos que não seriam observáveis sem a devida reconfiguração teórica dos conceitos que os tornaram descritíveis (Passeron e Revel, 2005: 43).

O esquema seguinte pretende sistematizar as dimensões socioespaciais dos processos de territorialização das sociedades, onde se cruzam três dinâmicas (societais, temporais e espaciais) com três formas de abordagem: os processos de constituição de categorias, os sujeitos em acção e as regulações decorrentes das formas de governança institucional ou comunitária. Esta combinação matricial, não tendo qualquer pretensão mecanicista, põe em relevo como se produzem os espaços por via de um sistema hierarquizante de categorias; como se habitam os lugares através de práticas do espaço de acordo com esquemas de pensamento ou como tácticas para atingir determinados resultados; como se reproduzem e transformam as sociedades por via das políticas públicas, dos mecanismos institucionais e dos modelos de referência que permitem distinguir o aceitável do inaceitável, o cívico do incívico, etc. e assim proceder à regulação da co-presença e à distribuição dos recursos.

**Figura 16: Dimensões sócio-espaciais dos processos de territorialização**



Fonte: elaboração própria adaptada de Sechet e Keerle (2009)

A tendência para se adoptar o pressuposto da etnicidade radical dos ciganos, onde o nomadismo aparece como um operador descritivo relevante implicou, por um lado, a análise da construção e da manipulação de categorias étnicas em função dos contextos e das relações nas quais se situam os indivíduos e, por outro lado, a mobilização de outros conceitos que conseguissem traduzir melhor a mobilidade espacial como recurso social à disposição dos actores. A problematização em torno das dinâmicas de mobilidade desencadeadas pela

população cigana possibilitou, assim, um alargamento dos referenciais teórico-analíticos com o intuito de se enriquecer a relação entre identidades e territórios.

O percurso de pesquisa realizado pôs em relevo a produção de um conhecimento antropológico sobre o território que se desenvolveu a partir da observação directa das pessoas nos seus espaços de vida e de circulação e foi complementado com uma abordagem mais macro, no sentido de se contextualizar os procedimentos regulamentares e as práticas institucionais que visam a população cigana sem residência fixa, mas também detectar regularidades na forma como os recursos das políticas públicas tendem (ou não) a abranger a população cigana. Os processos dinâmicos subjacentes à constante fundação e recriação dos lugares exigiram uma postura epistemológica que está na base do próprio projecto da antropologia urbana, interessada em compreender as dinâmicas socioculturais que fazem a cidade<sup>205</sup>. A imprevisibilidade associada à materialidade dos espaços de vida e de circulação das famílias estudadas e uma gestão do tempo no quotidiano só poderiam ser estudadas através da observação e análise de situações específicas e do sentido dado não só pelos elementos que integravam estas famílias, mas também por outros actores (institucionais ou não) que estavam mais directa ou indirectamente implicados nestas situações. Estas concepções *emic e etic* dos espaços vividos exigiu a proximidade e o movimento do investigador para as pensar teoricamente. Entenda-se o movimento não apenas na sua dimensão material – de deslocamento no espaço seguindo as pessoas –, mas também na sua dimensão analítica indutiva e processual – da observação à interpretação e ao cruzamento de diversas escalas de influência da vida das pessoas, geográficas ou não.

Encarar o movimento como um elemento importante da construção do espaço e do ser habitante exigia um olhar que não se resumisse à análise dos circuitos e fluxos, mas incidisse, essencialmente, nas práticas e nos sentidos associados às deslocações, às paragens e à fundação de lugares, bem como à articulação destes lugares no sistema territorial que é próprio às famílias em análise.

Os resultados alcançados permitiram evidenciar que para as famílias ciganas que integraram os três Estudos de Caso, o *espaço* é uma condição, um recurso da acção e um problema a resolver (Lussault, 2007; Stock, 2007), enquanto o *tempo*, com os seus momentos, circunstâncias e pessoas, interfere na criação e organização do espaço. “Habitar o movimento” (Tarrus, 2000)

---

<sup>205</sup> Um marco importante deste tipo de posicionamento teórico-metodológico pode ser encontrado nos trabalhos realizados em Portugal, por exemplo, por Cordeiro, 1997 e Costa, 1999.



tendo como corolário a articulação destas noções de espaço e de tempo permitiu perceber como se produz a territorialização e a identificação ao(s) lugar(es). Mas foi, sobretudo, por se colocar em relevo uma abordagem pela temporalidade que foi possível ultrapassar uma visão demasiado estereotipada do território que reenvia a distinções do tipo territórios institucionais ou identitários (Ozouf-Marignier, 2009: 35) e dar conta de como os fluxos e ritmos sociais instauram vínculos entre diferentes entidades espaciais (Tarrus, 2000: 47).

Os territórios da mobilidade e os lugares de referência e pertença identitária das pessoas e famílias que foram estudadas revelaram práticas e representações particulares, evidenciando a forma como a cultura se produz e reconstrói com o tempo e se espacializa. A etnicidade emerge, mas sempre articulada com outras variáveis: a idade, a posição no ciclo de vida, o género, o estatuto social e os contextos socioespaciais onde se desenrola a vida quotidiana.

Como se poderá constatar, independentemente das dinâmicas e estratégias de mobilidade que são desencadeadas, das escalas geográficas onde se exerce a circulação e as velocidades que esta assume, “habitar o movimento” produz formas de territorialização inéditas visíveis pelo que a sua materialidade e simbolismo traduzem. A criação de áreas de circulação e fixação circunscritas a determinadas famílias; a emergência de lugares de habitat como expressão de um espaço sob controlo; as estratégias desencadeadas na escolha dos lugares; a repetição dos movimentos efectuados entre os pólos que constituem o território circulatório; a articulação existente entre diferentes lugares; a dinâmica e volatibilidade associada aos espaços do habitat assumem-se, pois, como os traços centrais que configuram esta forma particular de territorialização e que exigem centrar a organização das conclusões do presente trabalho em torno de três temas centrais: i) as dinâmicas e estratégias de mobilidade, o sentido do habitar e as competências espaciais; ii) a luta física e simbólica pelos bons lugares e a configuração dos espaços vividos; iii) a construção e manifestação de identidades colectivas na sua articulação com o direito à cidade e com os modos de regulação da pobreza.

Cada um dos Estudos de Caso encerra especificidades que decorrem da natureza da situação habitacional, das formas de gestão da identidade espacial e das práticas institucionais que são desencadeadas face à presença de famílias ciganas em determinados territórios. Tendo já sido feita uma reflexão individualizada em cada um dos Estudos de Caso, resta agora desenvolver uma visão de conjunto, através da análise dos elementos comuns e das especificidades encontradas, cruzando sempre que necessário com a abordagem mais macro realizada no Capítulo II.

### 1.1. As dinâmicas de mobilidade, o sentido do habitar e as competências espaciais

Ao longo da apresentação dos Estudos de Caso foi possível ir conhecendo três situações distintas em termos do grau de mobilidade espacial das famílias, do nível de estabilidade residencial que conseguem alcançar, da forma como se processa a conquista de territórios de referência e se reactivam os vínculos identitários aos lugares e de como se constrói o sentido do habitar. As formas de acção pública que são desencadeadas perante a presença de famílias em determinados territórios apresentam também traços diferenciados, revelando como as dinâmicas institucionais oscilam entre a rejeição, mais ou menos dissimulada, e a hospitalidade e de que forma estas dinâmicas condicionam a localização e a inscrição espacial destas famílias.

Compreender o lugar dos ciganos no território e a forma como se constrói e reconstrói a relação com os diferentes espaços que vão sendo ocupados pressupõe uma análise dos modos de habitar das famílias e considerar os espaços de mobilidade tanto na sua regularidade espaço-temporal, como no dinamismo da sua mutação (Humeau, 1997: 7). A reconstrução dos percursos de vida de alguns dos elementos das famílias que integram os Estudos de Caso e a observação directa das suas situações de vida foram, assim, elementos cruciais na compreensão da dinâmica dos processos socioinstitucionais associados aos espaços vividos.

#### *Territorialização e multiterritorialidade*

“Habitar o movimento” não permite concluir por qualquer tipo de desterritorialização destas famílias, mesmo quando se assiste a mobilidades intensas, a uma aparente renúncia de ligação com a terra e à inexistência de um “lugar físico” associado à residencialidade, tal como foi enunciado por Florencia Ferrari (2010) na abordagem de um grupo de ciganos do Brasil. Independentemente das dinâmicas e estratégias de mobilidade subjacentes às famílias em questão, estas habitam um território no sentido material e simbólico. Como diria Alain Reyniers “a densidade da malha dos seus laços sociais é acompanhada de um enraizamento num território particular” (Reyniers, 2004: 68, tradução livre). Mais do que a forma (território) e a função (territorialidade), o que importa neste habitar são as dinâmicas (territorialização) que imprimem a estes modos de vida a sua dimensão espacial. É certo que podemos questionar

a pertinência heurística desta noção, sobretudo, num momento em que o termo *território* se revela polissémico e fluído<sup>206</sup>.

Interessa, assim, perceber à luz dos resultados alcançados como se traduz cada uma das componentes que integram a Figura seguinte. Entende-se aqui que a territorialização se pode estabelecer por diferentes modalidades mesmo quando aquilo que está em jogo é apenas a acessibilidade aos lugares que constituem os “polígonos de vida” (Humeau, 1997). Ou seja, não é apenas a fixação e a ordem decorrente da sedentariedade e do controlo sobre o espaço que traduzem a territorialização, mas também os movimentos e as formas de acesso e conexão que se operam entre lugares portadores de uma certa funcionalidade e/ou expressividade.

Como se constatou, os resultados do questionário aos postos da GNR evidenciaram a regularidade da inscrição espacial das mesmas famílias e nos três Estudos de Caso existem passagens renovadas pelos mesmos lugares, movimentos repetidos e exclusivos a determinadas famílias que evidenciam uma prática do espaço como forma de “capitalização” (Lussault, 2007), garante de controlo sobre um dado território. Por outro lado, ficou patente como se operacionaliza o conceito de “motilidade” de Kaufmann (2007). O potencial de mobilidade inerente a cada actor, decorrente da interiorização das suas possibilidades de movimento, da manifestação de projectos de mobilidade e das condições em que a mobilidade está acessível (conjugação de recursos e competências e de lógicas de acção) pode consubstanciar-se em deslocações de intensidade e distância variável e a escalas geográficas diversas.

A mobilidade espacial aparece, assim, como um potencial próprio a cada núcleo familiar que pode ser ou não transformado em movimento pela combinação de recursos e competências capazes de desencadear a deslocação no espaço, de diferentes lógicas de acção próprias a cada indivíduo/família e da forma das modalidades de governação local. A conjugação destes três vectores desencadeia diferentes dinâmicas e estratégias de mobilidade que se operam a diferentes escalas geográficas e com ritmos temporais distintos, podendo apresentar resultados diversos mesmo quando os fins passam despercebidos à consciência explícita dos actores.

As deslocações quando se realizam para fora da micro-escala quotidiana possibilitam um aprofundamento dos contextos territoriais que juntamente com a apropriação repetitiva de

---

<sup>206</sup> Para um balanço epistemológico e interdisciplinar das noções de território, territorialidade e territorialização ver a colectânea dirigida por Martin Vanier (2009).

determinados lugares permitem a reactivação dos vínculos identitários, tornando possível a decisão sobre o local de residência, mesmo que a permanência não ultrapasse escassos dias.

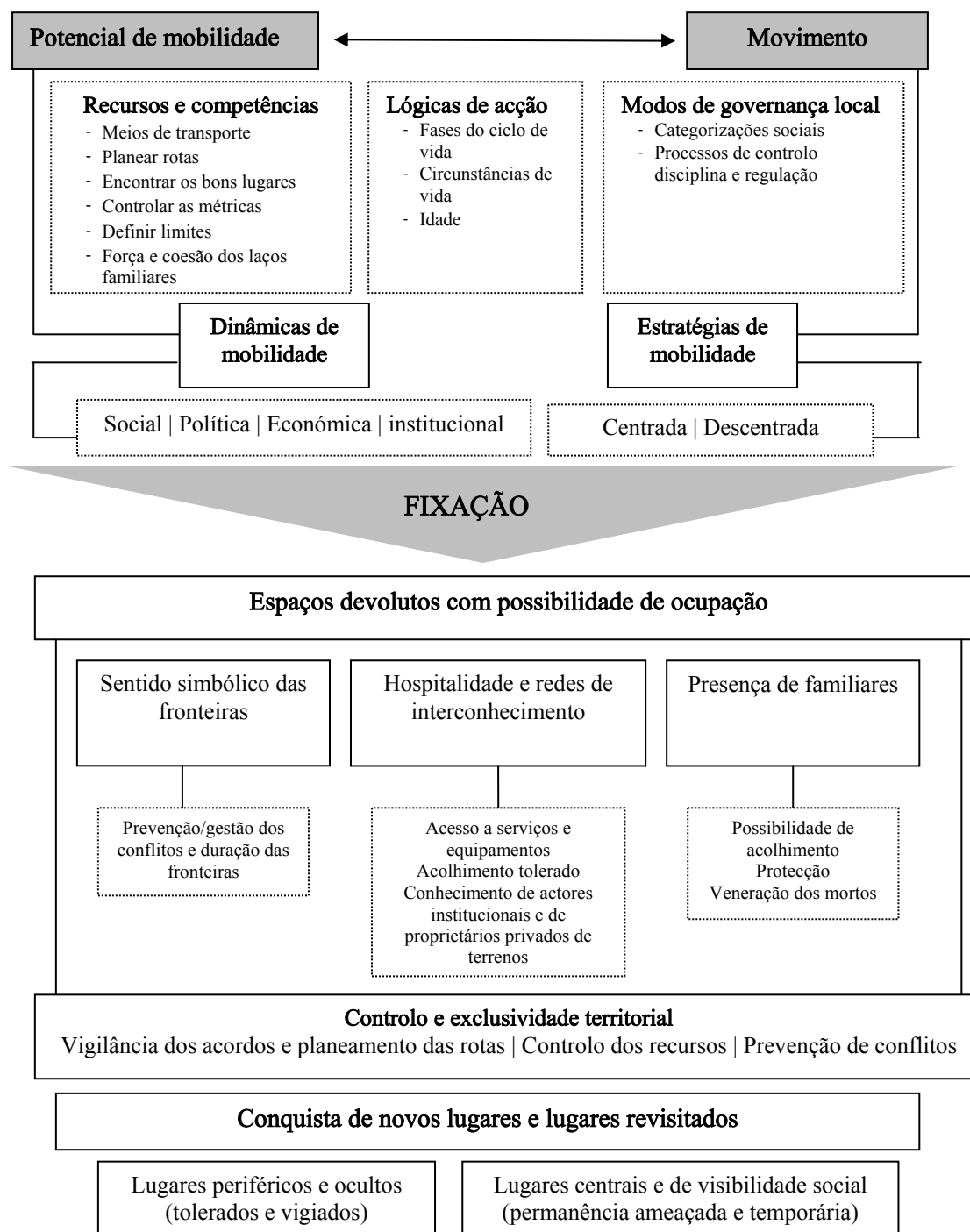
Dois dados surgem com particular evidência ao longo destes três Estudos de Caso, confirmando os resultados de outras pesquisas desenvolvidas sobre ciganos portugueses (Sama, 2003, 2010 e Brazzabeni, 2012) ou de outras nacionalidades (Robert, 2007; Reyniers, 1986a, 1989; Williams, 2006; Ferrari, 2010; Theodosiou, 2004): i) o desejo de fixação numa determinada localidade é selectivo, pois as rotas geográficas visam lugares específicos e não configuram nenhuma espécie de deriva; ii) consoante os grupos familiares, a mobilidade circunscreve-se a determinadas áreas geográficas investidas de afecto e de capital relacional.

É, pois, possível afirmar que independentemente da intensidade das práticas de mobilidade espacial, estas famílias não se “libertam das amarras físicas dos sítios de referência e de pertença” (Baptista, 2003: 37). Evocar a história intergeracional, as memórias positivas associadas a determinadas localidades, a necessidade de serem estes os lugares para garantir modos de sobrevivência são, assim, os factores centrais que configuram esta ligação a determinados lugares. É certo que a centralidade assumida por estes factores não pode ser dissociada das estratégias de negociação identitária que se operam em determinados contextos, onde prevalecem representações tendencialmente dominantes de que estes ciganos não fazem parte dos territórios que ocupam. Se os lugares de nascimento constituem um índice objectivo de uma passagem renovada ou de uma implantação, também é certo que, em algumas circunstâncias, os mortos determinam o espaço geográfico dos vivos, visível pela fixação em lugares próximos de cemitérios onde se encontram enterrados familiares<sup>207</sup>. Mas esta objectivação de uma autoctonia como identidade a surgir naturalmente “saída da terra” (Agier, 2007: 99) que remete para “metáforas de continuidade” (Theodosiou, 2004: 43) ou “botânicas” (Malkki, 1992: 27) não se opera da mesma forma em todos os lugares, pois como se viu a densidade social e simbólica associada a um lugar pode ser relocizável. A criação de laços a um dado lugar não pressupõe, portanto, a existência de raízes mas faz parte de um processo mais amplo de um território constantemente em formação, onde em cada um dos pólos se gera um “raizamento” por via de rituais de inscrição material num espaço (Agier, 2008: 24-25).

---

<sup>207</sup> Ver como outros autores chegam a conclusões semelhantes sobre a forma como se opera a ligação e a opção por determinados lugares: Bizeul, 1994; Williams, 1993; Ferrari, 2010, entre outros.

Figura 17: Do potencial de mobilidade ao movimento e à fixação: lógicas de acção, recursos e competências



Em qualquer dos Estudos de Caso o território destas famílias não se resume a um único lugar de inscrição espacial, mas sim a uma constelação composta de vários pólos que vão assumindo diferentes sentidos em função das práticas que aí se desenrolam e de quem as opera. Estes lugares estão ligados entre si por *eixos de circulação* que podem ser *não lugares* quando a sua funcionalidade se reduz à circulação (como foi a experiência de andar de carro na autoestrada com a investigadora) ou *caminhos* quando são investidos de afecto (como foi o caso de um percurso realizado para o Algarve por estradas nacionais).

Se a família alargada aparece como o elemento central de organização territorial (é ela que define o território das “raças” e a organização do espaço de vida quotidiano), os diferentes núcleos que a integram apresentam níveis diferenciados de mobilidade que se repercute no número de lugares praticados e no tempo de estadia nesses lugares. Embora a idade apareça como uma variável determinante (os mais velhos dos Estudos de Caso B e C permanecem mais tempo no mesmo sítio e tendem a ser o garante da vigilância sobre os espaços), ela não é determinante na explicação dos diferentes graus de mobilidade entre os núcleos familiares mais jovens. Outros factores concorrem para as diferenças registadas: i) as alianças matrimoniais e o alargamento das possíveis áreas de residência (como foi o caso de alguns netos de Cecília Carolas que mantendo a barraca perto da avó passaram a residir também num concelho da Península de Setúbal); ii) o nível de competências para “pôr os panos” ou construir abrigos nos espaços onde se pretende permanecer (a facilidade com que Pablo edifica rapidamente uma barraca por oposição ao seu irmão Pedrito); iii) os recursos logísticos para as deslocações (ter ou não ter veículo motorizado ou uma “boa mula”, conseguir ou não o dinheiro necessário para os transportes públicos); iv) a acumulação de obrigações de acordo com a norma da reciprocidade por parte de alguns núcleos familiares que tendem a ter uma presença mais constante junto de outros (foram, por exemplo, os casos do núcleo de Pedrito face ao da sua mãe, Leila, ou do irmão de Ivo).

As cartografias das mobilidades põem, assim, em relevo i) como a história familiar deixa as suas “marcas” no espaço: as ligações a Espanha da família de Leila com a presença de alguns dos seus filhos aí a residir, mas a estabelecerem alianças matrimoniais entre si e a efectuarem no presente deslocações entre os dois países; ii) o número de lugares praticados e as diferenças de estatuto entre si: entreposto nos percursos de mobilidade (Elvas nas idas para Badajoz; Caldas da Rainha nas deslocações ao Bombarral), mas também espaços de habitat para diferentes elementos da família, de negócio ou mendicidade ou de situações extraordinárias

como a realização de uma festa de casamento; iii) a não revisitação de espaços onde anteriormente se viveu.

### *Estratégias de mobilidade*

Uma diferença emerge entre os estudos e que decorre das modalidades de governação local face à presença de famílias ciganas: o desenvolvimento de estratégias de mobilidade centradas ou descentradas vai depender da possibilidade de se ter um ponto fixo seguro ao qual se possa regressar com o sentimento de aí se poder permanecer o tempo que se deseja.

Assim, encontram-se, por um lado, nos Estudos de Caso B e C estratégias de mobilidade *centradas*, pois existe um centro estável como ponto de referência para si e para os outros. Sair temporariamente e a ele regressar ou ser visitado/encontrado pela rede de parentes produz a ideia de um lugar central onde se cruzam diferentes tipos de significados: familiaridade, interconhecimento, protecção, funcionalidade no acesso a recursos, etc. Por outro lado, no Estudo de Caso A, as estratégias de mobilidade são *descentradas*, dada a inexistência de um lugar onde se possa permanecer de forma relativamente duradoura. Embora aqui exista um território de eleição preferencial – Évora – não se tendo a oportunidade de aí permanecer faz com que seja entre estas famílias que mais se evidencia a fixação e a mobilidade geográfica como dois princípios fundamentais e complementares da sua organização socioeconómica, onde cada um dos lugares do seu polígono de vida assume uma estreita articulação entre si, sendo difícil estabelecer qualquer nível hierárquico entre eles, mesmo quando se cruzam diferentes escalas temporais (quotidianas, ocasionais ou excepcionais).

É, neste contexto, que a noção de multiterritorialidade ganha a sua pertinência, não devendo ser confundida com a de desterritorialização. Ou seja, a multiterritorialidade define a capacidade de construir uma espacialidade diferenciada que exige aceder e conectar diferentes níveis de territórios. Não se trata apenas de se deslocar entre vários lugares, mas sobretudo poder articulá-los entre si (Costa, 2004: 77-78). E é nesta apropriação e articulação de um conjunto de lugares que a mobilidade se contextualiza e os actores conseguem fazer diminuir a sua visibilidade social.

### *Dinâmicas de mobilidade*

Os lugares que constituem os polígonos de vida das famílias que integram os três Estudos de Caso são múltiplos e o espaço que é percorrido não é contínuo e nem sempre é solidário. As biografias familiares revelam como o território se vai progressivamente complexificando e diversificando, fruto do crescimento demográfico das famílias, das fronteiras invisíveis que se vão criando, das relações sociais e profissionais que se vão tecendo em diferentes contextos e da maior ou menor hospitalidade que experienciam em territórios onde sentem pertencer ou onde desejam parar temporariamente<sup>208</sup>. As diferentes dinâmicas endógenas de mobilidade – sociais, económicas e políticas – que foi possível apurar permitem aprofundar a diversidade de motivações subjacentes às deslocações entre lugares, pôr em relevo a “dimensão relacional da cidade” por via da relação que os ciganos estabelecem quer entre si e com os não ciganos, quer com o território como contexto social e espacial (Agier, 2011: 91-92), perceber em que situações o espaço ganha maior ou menor relevância e a mobilidade aparece como capacidade de atravessar a distância ou de a instituir.

A distinção destas dinâmicas endógenas em três tipos pretende enfatizar que a participação dos actores é feita de “envolvimentos situacionais finalizados” (Hannerz, 1983: 134), ou seja, empreender um deslocamento no espaço implica que os actores tenham uma ideia do que se deve ou não produzir. É, neste sentido, que se privilegia um esboço de tipificação que remete para diferentes domínios onde tende a prevalecer determinada finalidade da acção, mas sem que, no entanto, se possa ignorar que determinadas situações de mobilidade acabem por cumprir diferentes objectivos, independentemente da natureza destas situações (rotineiras, extraordinárias ou de passagem).

### *Dinâmica social de mobilidade*

As deslocações que visam a proximidade de familiares são evocadas pela protecção proporcionada (entrajuda, defesa, amparo emocional...), mas também pela necessidade de garantir meios de subsistência que tende a ser suprida pela circulação da informação de oportunidades de trabalho/negócios que esta proximidade proporciona. As situações desencadeadas pela deslocação de um lugar a outro decorrem de *momentos festivos* como a celebração das alianças matrimoniais e o nascimento de crianças ou *excepcionais* como a

---

<sup>208</sup> Alain Reyniers, através de uma abordagem etno-histórica, segue e compara a evolução de uma série de famílias ciganas com diversos graus de parentescos desde meados do século XIX chegando a conclusões semelhantes (Reyniers, 1989).



hospitalização ou a prisão de familiares, as cerimónias fúnebres e as experiências residenciais que implicaram a separação geográfica de um núcleo familiar face à restante família.

Nestas situações de mobilidade que visam quebrar a distância com determinados elementos da rede de parentesco é a coesão e a força do grupo que se manifesta sem que o espaço desempenhe um papel estável. Estes momentos não dependem de uma localização fixa, ou seja, podem ocorrer em qualquer lugar do país ou estrangeiro sem que se altere o seu sentido social. Veja-se a presença de uma das filhas de Leila junto de um estabelecimento prisional em Espanha onde se encontrava o marido ou de Cecília Carolas em Pinheiro da Cruz onde estava detido o seu filho, mas também os terrenos cedidos pelas autarquias para a realização de casamentos ou as deslocações para visitas a familiares hospitalizados em diferentes pontos do país. Ou seja, em qualquer uma das circunstâncias relatadas o movimento ocorre sem se definir por relação ao território, mas à rede de relações afectivas. No entanto, o espaço desempenha um papel estável quando os parentes têm um lugar fixo associado à residencialidade e se desencadeia a mobilidade para procurar uma aproximação: por um lado, este espaço permite tornar mais facilitada a aproximação, assumindo a deslocação a expressão de um vínculo social (Tarrus, 1992), por outro lado, nalguns casos é ele que se torna um símbolo de auto-referenciação. San Roman refere mesmo que é a forma como se manifesta esta territorialização que permite a manutenção e a eficácia da organização social (San Roman, 1997: 241-245). Os casamentos combinados entre parentes, as manifestações de solidariedade afectiva e económica, a protecção proporcionada na sequência de um conflito são alguns dos elementos subjacentes à eficácia dos laços sociais.

Alguns destes momentos são também o palco privilegiado de contacto com actores institucionais. Tratando-se de acções que decorrem, predominantemente, em espaços públicos, a construção do agir decorre sob a influência directa dos outros, dos seus julgamentos e das suas escolhas: a negociação da permanência provisória em determinados espaços é a este título a situação mais recorrente nos três Estudos de Caso.

### *Dinâmica económica de mobilidade*

A forma de acesso aos recursos tem, entre as famílias estudadas, um peso relevante nas dinâmicas de mobilidade que decorre da sua especificidade de inserção na esfera económica e da forma de controlo dos recursos por via da constituição de “territórios das raças”. Nos três Estudos de Caso, as fontes de rendimentos dos diversos núcleos familiares provêm do

desenvolvimento de actividades no sector informal (a compra e venda de animais e outros bens, o “trato” ou empréstimos monetários, os trabalhos agrícolas, a recolha e venda de sucata). A instabilidade na provisão de meios de subsistência faz com que algumas das famílias optem pelo recurso à mendicidade e/ou a prestações sociais.

As formas de acesso aos recursos aqui referidas implicam deslocações de distância e duração variável e apresentam níveis diferenciados de exigência em termos de planeamento, consoante se trate de um acesso inserido nas situações rotineiras do quotidiano ou decorrente de situações mais excepcionais. Em qualquer uma destas situações o espaço exerce um papel central como condição para a acção e o grupo de parentes, bem como as redes de interconhecimento com não ciganos, são indispensáveis na angariação de recursos para a mobilidade, no acesso à informação de oportunidades de trabalho/negócios, na mediação com os serviços de protecção social, na obtenção de autorizações de permanência em lugares onde se pode aceder aos recursos ou trabalhar na agricultura e na angariação de “esmolas”.

Nas situações que decorrem dos ritmos quotidianos (sair todos os dias de manhã para o centro da cidade em busca de alguns bens), ou nas situações mais rotineiras (ir a Leiria ou às Caldas da Rainha pedir esmola, recolher roupa nos contentores ou fazer um negócio de uma mula) o espaço percorrido é sempre o mesmo. Nas restantes circunstâncias nem sempre existe uma relação duradoura entre um lugar e uma determinada actividade. “Andar por aí a correr o mundo” traduz, pois, um modo reticular de abertura às oportunidades que pressupõe a apropriação e articulação de um conjunto de lugares, permitindo diminuir a visibilidade e a centralidade assumida pelos territórios exclusivos a determinadas famílias.

### *Dinâmica política de mobilidade*

Uma outra dinâmica de mobilidade que afecta o modo como o espaço é vivido pelos ciganos traduz-se pela emergência e gestão dos conflitos entre conhecidos ciganos ou mesmo entre familiares. Estas situações têm um carácter accidental ou imprevisto e não se manifestam com a mesma intensidade entre as diversas famílias que constituem os Estudos de Caso. Na origem destas situações encontram-se tensões geradas pelas diferentes modalidades de alianças matrimoniais (casamentos combinados, “fugimentos” e “raptos”), pelos padrões residenciais após o casamento (virilocalidade ou uxirolocalidade) ou por acontecimentos que põem em causa a honra de uma família (sentimento de ofensa ou quebra de acordos estabelecidos). O espaço desempenha aqui um papel central, na medida em que na sequência de um conflito a

separação geográfica torna-se imperativa. É, neste sentido, que a mobilidade se manifesta como a capacidade para instituir a distância considerada necessária entre os protagonistas envolvidos nas tensões e/ou conflitos.

A relação deste tipo de acontecimentos com o espaço não é fortuita. A necessidade de se manter a união e a força do grupo de parentes numa dada área geográfica apela à dimensão política da territorialização, na medida em que a emergência de conflitos, as formas de regulação desencadeadas, as alianças matrimoniais e os padrões residenciais podem ter o espaço como seu corolário. Por um lado, as causas das tensões e conflitos podem decorrer da proximidade espacial das pessoas envolvidas: algumas das situações de afastamento temporário entre núcleos familiares dada a existência de situações conflituosas latentes ou de saída definitiva de um lugar após a recusa de se aceitar propostas de realojamento onde se prevê uma grande concentração de população cigana são ilustrativas de como se procura gerir o eventual surgimento de conflitos decorrentes de uma proximidade quotidiana nem sempre facilmente regulável. Por outro lado, as alianças matrimoniais estrategicamente combinadas, os padrões residenciais após o casamento e as situações que se geram com os conflitos decorrem de mecanismos de gestão das relações de poder entre as famílias e de estratégias de reprodução do grupo, onde a necessidade de manutenção do capital social das famílias impera<sup>209</sup>.

O capital social deve ser lido na definição dada por Portes (2000: 137-139), ou seja, a capacidade dos indivíduos de angariarem benefícios através da pertença a redes e outras estruturas sociais. As motivações para tornar estes benefícios disponíveis parecem assentar, nos casos em análise, em motivações de cariz instrumental, onde se assiste a uma acumulação de obrigações para com terceiros, de acordo com a norma da reciprocidade. A recompensa do dador pode não vir directamente do beneficiário, mas da colectividade (estatuto, honra, aprovação), ou então a colectividade actua de forma a garantir que todas as dívidas sejam pagas. Nestas transacções, mediadas pelo capital social, existem ganhos e perdas, sendo aqui de destacar as consequências mais negativas que ressaltaram da análise dos vários casos, nomeadamente as restrições à liberdade individual, sobretudo das mulheres, e as solicitações excessivas sobre os membros do grupo com consequências negativas ao nível da abertura de oportunidades para uma melhoria das suas condições de vida. A título de exemplo, e reportando-nos ao Estudo de Caso B, a deslocação de um núcleo familiar do seu local de

---

<sup>209</sup> A análise de Patrick Williams sobre um grupo de ciganos em Paris revela como a dispersão favorece a coesão e contribui ao estabelecimento de um controlo sobre o meio (Williams, 1987: 60).

residência habitual para junto da família de Ivo, levou à perda de oportunidades de trabalho e ao cancelamento da prestação do RSI.

Ao longo dos percursos de vida das famílias fica claro como o território se vai fragmentando em função dos conflitos intra-étnicos e de como estas ocorrências implicam uma complexa gestão territorial que exige a mobilização de um conjunto de recursos e competências. Planear as rotas, fixar-se numa dada localidade, definir os limites espaciais, optar por quem se quer próximo e ter em permanência uma atitude de vigilância face aos acordos estabelecidos na marcação de fronteiras são, pois, competências espaciais elementares que são mobilizadas.

Constatou-se, assim, como a duração das fronteiras e o espaço territorial que estas envolvem se encontram relacionados com uma diversidade de factores – tipo de conflito, características do território, ligação ao lugar, ... – sendo difícil, pela diversidade de situações encontradas entre as famílias em análise, estabelecer um padrão de práticas de mobilidade associado a estes conflitos. É possível, contudo, perceber que o sentido simbólico associado às fronteiras espaciais revela dois tipos de mecanismos: i) *rupturas espaciais* quando a emergência e a gestão de conflitos entre famílias ciganas reconfigura a relação que até aí tinham com o território, dando origem a “terras proibidas”; ii) *interdições sociais* que se traduzem pela definição de exclusividades na ocupação dos territórios como meio de controlar os recursos e de evitar conflitos com ciganos e não ciganos, e que se pode condensar na frase “cada cigano na sua terra”. Se é possível negociar a passagem ou estada temporária de uma família pelo território de outra, já não é verdade que a primeira possa viver ou trabalhar de forma continuada nesse mesmo território que a segunda controla.

## **1.2. Da luta pelos bons lugares à configuração dos espaços vividos**

Ao longo do percurso de vida destas famílias, o tempo de permanência nos diversos lugares não foi determinante para terem alternativas residenciais que passassem pelo acesso a um alojamento. Vários factores condicionaram este acesso ou impediram mesmo que determinados lugares pudessem vir a constituir uma possibilidade de permanência mais duradoura: conflitos intra-étnicos e com serviços sociais; eminência de operações de realojamento com grande concentração de população cigana; discriminação no acesso a serviços públicos; processos de reconversão urbana; dificuldade no acesso a recursos; aumento da vigilância e expulsão, etc. Por outro lado, independentemente do tipo de lugares eleitos para permanecerem – legítimos, tolerados ou ocultos – as dificuldades encontradas para uma fixação mais prolongada decorrem da impossibilidade de verem garantido o direito à sua invisibilidade social e de poderem

contrariar o efeito de contágio de representações tendencialmente negativas e homogeneizantes a seu respeito. Colocados num patamar da alteridade radical, dificilmente conseguem por si próprios que a sua presença seja considerada socialmente legítima.

Ao nível dos Estudos de Caso, encontram-se duas situações distintas relativamente à forma como se acede aos lugares de habitar. Por um lado, algumas famílias viram-se obrigadas a uma mobilidade forçada e a desenvolverem estratégias de invisibilidade quer à chegada a determinadas localidades, quer na escolha dos lugares de paragem (Estudo de Caso A). Por outro lado, as restantes famílias tiveram de ocupar os lugares que mais formal ou informalmente lhes eram destinados pela administração local e que de uma forma mais explícita ou implícita os confinava à precariedade habitacional (Estudos de Caso B e C).

Desta forma, nem sempre a opção de permanência num dado lugar resulta do real interesse das famílias, mas é a escolha possível face aos obstáculos que são levantados noutras espaços. Transversal aos Estudos de Caso apresentados e confirmando as conclusões de outros estudos sobre pobreza e mobilidade (i.e., Breton, 2002 e 2005; Wacquant, 2008), constata-se que a inscrição territorial constrangida aparece como um denominador comum às populações marginalizadas por oposição àqueles que têm liberdade de escolher o seu lugar de residência.

A imponderabilidade que tem marcado os quotidianos das famílias que constituíram os vários Estudos de Caso revela o desenvolvimento de competências de flexibilidade e adaptabilidade a novos territórios e faz emergir uma noção de *espaço como um recurso ilimitado e aberto a fornecer novas oportunidades de vida*. No entanto, a adaptação a um novo lugar é sempre vista como forçada, pois implica reconstruir o sistema de relações e conquistar um “bom lugar” para permanecer. É, assim, que o *tempo* assume uma importância crucial na definição dos *estatutos nas formas de habitar* – estar de passagem ou ter a possibilidade de permanecer de forma mais prolongada. O presente etnográfico revelou como os três Estudos de Caso dão conta de tempos muito diferentes de permanência (3 semanas, 4 anos e 13 anos), com implicações na forma como se edificam os lugares – configurações que assumem os acampamentos, divisão funcional do espaço, sistematização dos principais bens – e como se estabelece a relação com os actores institucionais.

Numa fase inicial de presença num dado território, o sistema de relações raramente tem carácter institucional, confirmando as conclusões alcançadas por San Roman (1990) relativamente à prevalência da confiança em certos elementos exteriores decorrentes de um

passado marcado por alguma tensionalidade. Nos Estudos de Caso A e B fica patente como determinadas pessoas desempenham um papel de mediação na relação com as instituições quer no acesso à educação, ao sistema de saúde e às prestações sociais, quer na negociação para se ocuparem determinados espaços do concelho. Mas também é possível constatar como os diferentes núcleos familiares actuam sem esta mediação nas incursões pela procura dos melhores lugares onde, por tentativa e erro, se vão arriscando novas instalações para fixar residência e, numa autêntica “arte de fazer” (Certeau, 1994), se fundam novos lugares de habitat sem que necessariamente existam as infra-estruturas básicas ou um meio construído.

Já no Estudo de Caso C, há um contacto mais directo com a administração local e com as restantes instituições locais, fruto do aprofundamento das relações de inter conhecimento que se foram estabelecendo. De facto, é apenas neste caso que a população cigana assume uma voz mais activa e onde se percebe como se passa da fundação de um *espaço de resiliência adaptativa* a um *“espaço de resistência”* (Kendall, 1997). Ou seja, a população toma consciência que superar os constrangimentos e as adversidades do meio implica o envolvimento de actores institucionais. É, assim, que a população se localiza activamente na margem, manifesta o seu descontentamento e exige soluções para os seus problemas.

Apesar destas famílias deterem um “capital espacial” (Lussault, 2007) que lhes permite controlar as métricas (aquilo que é autorizado a estar próximo ou distante), definir os limites espaciais (saber delimitar os espaços vividos), construir e personalizar alojamentos, o espaço não surge apenas como “condição e recurso de acção”, mas também como um “problema a resolver”, algo que tem de ser posto à prova (Lussault, 2007; Stock, 2007). De facto, o espaço não se apresenta simplesmente como um recurso, disponível a qualquer actor sem restrições de acesso. No Estudo de Caso A ficou patente como o pouco tempo que lhes é permitido permanecer num lugar é impeditivo de concentrar os esforços na edificação do espaço. Ter sempre os bens que mais se valoriza devidamente acondicionados nos meios de transporte e nunca deixar de ter a tenda como único abrigo são apenas dois dos elementos reveladores do estado de alerta permanente, impedindo uma atenção mais focalizada para a edificação destes espaços como lugares de habitar relativamente estáveis e como componentes integrantes da estrutura urbana legitimadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil. No Estudo de Caso B, ainda que por tentativa e erro se arrisquem novas localizações para fixar residência no perímetro urbano, o espaço do pinhal permanece o refúgio possível para os vários núcleos da família Matias da Silva.

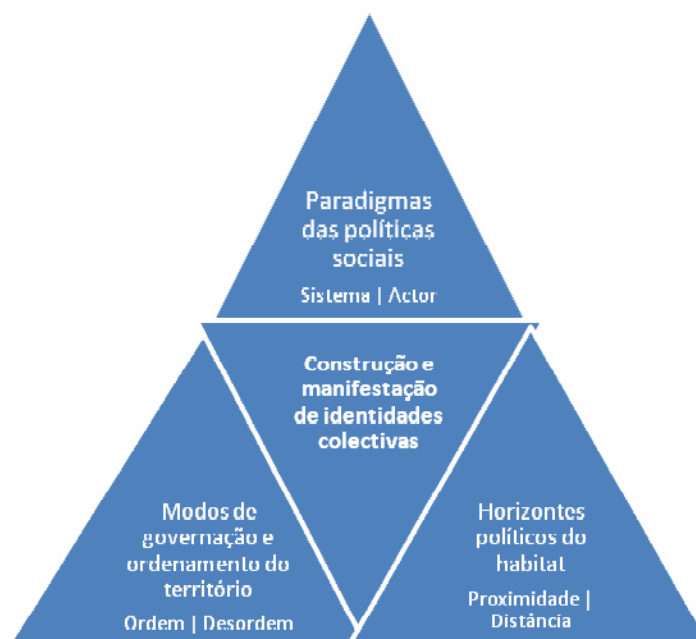
## 2. A autenticidade do sujeito nas políticas públicas

O enfoque sobre as diversas controvérsias suscitadas pela presença dos ciganos a nível local, ao ponto da sua inscrição territorial se constituir um problema público, permitiu dar conta dos processos de marginalização em curso nas sociedades locais e dos modos de regulação social e política da pobreza. A forma como se estabelecem e rigidificam categorias identitárias fazem da população cigana um analisador preferencial nos modos de proceder à negociação e/ou imposição do seu lugar no direito à cidade e no acesso aos benefícios das políticas públicas.

A incursão realizada pela “armadura material da arena pública” (Cefaï, 1996) de âmbito local, onde se evidenciou o conteúdo dos discursos recolhidos, se detectaram causalidades e identificaram estratégias de enfrentamento dos problemas identificados, trouxe elementos de compreensão sobre aquilo que alimenta a constituição de um problema público em torno da presença da população cigana. No fundo, as fontes destes problemas podem estar em acontecimentos extremamente singulares e pouco publicitados que não se orientam necessariamente para a sua pertença à esfera pública (Breviglieri e Trom, 2003), mas reflectem imperativos de regulação da copresença que não podem ser dissociados dos processos de invenção de imagens e identidades colectivas, dos horizontes políticos do habitar, dos modelos de governação em torno do ordenamento do território e do paradigma dominante subjacente às políticas sociais.

As controvérsias geradas a nível local em torno de espaços ocupados com habitações precárias tendem, geralmente, a ser um dos palcos privilegiados onde se estabelecem e rigidificam categorias identitárias. Quando se trata da população cigana outros factores se conjugam para desencadear modalidades específicas de reconhecimento e de representação do outro, visível na manifestação de identidades “designadas” ou “tematizadas” (Costa, 2002), na legitimidade da atribuição de determinados lugares no território e no estabelecimento de determinadas fronteiras identitárias.

Figura 18: O acesso condicionado à cidade e às políticas públicas



Como se constatou, o problema associado à situação de precariedade habitacional vivenciada pela população cigana raramente fica confinado à sua posição de classe mas à sua etnicidade e as discriminações que daqui decorrem exacerbam as suas diferenças sociais. Os processos de “construção social da etnicização da racização” vão ao encontro dos diferentes níveis sistematizados por António Teixeira Fernandes: i) *individual* como tradução de um racismo primário que se encontra enraizado nos sentimentos e nas atitudes das pessoas; ii) constituído pela *acção colectiva*, através da aglutinação de vontades publicamente expressas de distanciamento; iii) *político*, sobretudo quando assume expressão institucional e põe em causa direitos fundamentais do Homem (Fernandes, 1995: 47-52).

Os dois primeiros níveis repercutem-se na dificuldade sentida pela população cigana no acesso ao mercado livre de habitação e nas resistências levantadas por parte da população local a uma previsível vizinhança com famílias ciganas. No terceiro nível, à medida que são atribuídas categorias aos indivíduos vai-se determinando quem é de incluir ou de excluir relativamente à sua participação nos sistemas políticos, sociais e económicos, ou seja, as categorias atribuídas são mobilizadas para se decidir, formal ou informalmente, quem é elegível para ter acesso a estes sistemas, assistindo-se a um agravamento dos problemas associados ao “dilema da diferença” (Minow, 1990: 22).



## 2.1. Políticas urbanas e gestão da diversidade cultural

Os obstáculos que tendem a condicionar as intervenções para melhorar as condições habitacionais da população cigana são, pois, indissociáveis da forma como os estereótipos se formaram e difundiram ao longo da história da presença dos ciganos em Portugal e das consequências que a regulação da sua presença teve na sua própria vida quotidiana e nas formas de organização do espaço. Mas a reactivação destes estereótipos e o efeito de contágio em vários territórios tende a condicionar a eficácia e a qualidade dos processos que se poderiam implementar para a satisfação de necessidades objectivas, tal como já ficou demonstrado em alguns estudos (Duarte *et al.*, 2005a, 2005b e Vitale *et al.* 2009).

Apesar dos limites associados à recolha de dados quantitativos sobre o número de ciganos a residir em alojamentos não clássicos, o seu mapeamento permitiu identificar onde se localiza a população cigana em situação de exclusão habitacional e desenvolver uma abordagem territorializada destas situações. A diversidade de situações encontradas possibilitou, por seu lado, constatar que a heterogeneidade étnica e cultural e a integração não se colocam da mesma maneira em todos os territórios. Diversos factores concorrem para a manutenção destes padrões de vulnerabilidade habitacional que ultrapassam ou se conjugam com a dimensão dos recursos necessários para permitir o acesso ao alojamento desta fatia da população cigana.

As diferenças registadas entre territórios onde a população cigana reside em alojamentos não clássicos não encontram, no entanto, paralelo quando se analisam os argumentos dos actores institucionais para justificar a persistência de situações de precariedade habitacional. Em ambos os perfis de territórios e nos três Estudos de Caso se assiste à mobilização de categorias identitárias que remetem o problema para os sujeitos, embora também naqueles dois grupos de territórios se registre uma problematização que articula diferentes tipos de problemas decorrentes do funcionamento do sistema como obstáculos à resolução das situações de precariedade habitacional.

A forma como se configura o problema tende, assim, a traduzir modalidades de acção pública diferenciada: do enfoque na condição social e étnica dos sujeitos à relevância do funcionamento do sistema na produção das desigualdades sociais. A análise realizada parece ir, assim, ao encontro da hipótese lançada por Vitale: o que faz a diferença entre concelhos reside, por um lado, na forma como se constrói o problema – dificuldade no acesso a bens e serviços e os custos sociais, políticos e económicos que a exclusão acarreta – e, por outro, o tratamento que o problema merece não parece depender tanto do quadrante político dos executivos

camarários, mas sobretudo da forma como se conseguiu ir construindo consenso em torno dos objectivos da acção pública e dos meios para a implementar (Vitale, 2009a: 68).

Nos casos em que se assiste a uma atribuição de problemas aos sujeitos, é possível encontrar a constituição de diferentes tipos de categorias. A forma diferenciada como estas categorias se produzem e manifestam permite, por um lado, perceber a relevância dos contextos, onde factores económicos, sociais e políticos se conjugam. Por outro lado, o quadro de representações sociais, manifestado por diferentes elementos pertencentes à administração local, revelando a forma como interpretam a presença destas famílias no concelho, acaba por orientar as suas condutas, assentes em mecanismos de afastamento e de rejeição da população cigana.

A mobilização de uma verdadeira “gramática de motivos” que provoca “ressonância” na opinião pública permite integrar uma outra ordem de razões da acção na análise, não necessariamente decorrente dos conceitos de ideologia, valores e normas (Cefaï e Trom, 2001)<sup>210</sup>. No entanto, e independentemente dos constrangimentos associados aos instrumentos de regulação e financiamento vigentes em matéria de habitação social, constatou-se um nítido contraste do peso assumido pelo parque habitacional público quando se procuraram regularidades entre os dois perfis de territórios onde existe população cigana a residir em alojamentos não clássicos. As diferenças registadas poderão reflectir uma dada orientação ideológica na canalização deste tipo de investimento para os concelhos, a que não será também alheio o próprio perfil territorial. Em concelhos onde os processos de urbanização ainda não estão consolidados, como é o caso dos territórios pouco atractivos e de dimensão acentuada de contrastes sociais, os ciganos podem ser percebidos como uma ameaça ao estatuto recentemente obtido pelos não ciganos. João Filipe Marques chega mesmo a afirmar que a maioria das controvérsias e incidentes que se registam entre ciganos e não ciganos se situam em regiões de crescimento económico e urbano recente, ou seja, os ciganos simbolizariam o que a sociedade não quer da tradição – exclusão, pobreza, ruralidade, ... – e o que não quer da modernidade – o anonimato das relações sociais, a igualdade de estatutos, a insegurança ou a criminalidade (Marques, 2004: 85-86).

Os regulamentos e prescrições em matéria de organização e de práticas do espaço são também uma das faces mais visíveis de como a ordem espacial da cidade é composta por um “sistema

---

<sup>210</sup> Os trabalhos clássicos sobre os rumores e os pânicos, e retomados por Brazzabeni (2012) sobre a presença dos ciganos em Vila Real de Santo António, são, a este propósito, um contributo importante no aprofundamento destes processos.

estratificado de lugares” (Wacquant, 2008), onde se determina o tipo de território passível de ser ocupado, se define as proximidades aceitáveis, os bons usos de vizinhança, as formas de civilidade e as normas de segurança.

Nos três Estudos de Caso analisados emerge um traço comum ligado a situações em que houve uma intervenção clara das autarquias assente no pressuposto de que se estava perante uma ruptura da ordem urbana face aos espaços ocupados pela população cigana: no caso de Évora com a destruição de barracas onde habitavam famílias ciganas, com posterior expulsão e vigilância das mesmas; no caso de um concelho da região Centro com o emparedamento de uma fábrica abandonada ou com a vedação de áreas anteriormente ocupadas, e no caso de um concelho da região do Alentejo com a progressiva periferação espacial das famílias ciganas.

Para as famílias ciganas que se conseguiram instalar num dado território com carácter duradouro, mas em condições habitacionais precárias, as modalidades de acção pública podem ser diversas. Uma destas modalidades, como foi possível constatar nos Estudos de Caso B e C, pode ao longo do tempo passar de uma estratégia de invisibilização para a constituição da sua presença como um problema que merece uma solução. Quando as margens perdem, progressivamente, o seu carácter periférico na ordem urbana, deixam também de ficar confinadas à margem do poder local e das suas modalidades de acção pública. Ficou claro como as estratégias espaciais de localização e o estabelecimento de regimes de proximidade e distância passam a ser procedimentos que ocorrem a partir do momento em que é necessário nomear e qualificar as diferenças, os seus efeitos e de as controlar (Lussault, 2007). Nos discursos de alguns dos responsáveis autárquicos ficou patente, por exemplo, como a hipótese de realojamentos dispersos na malha urbana são vistos como “problemáticos” e onde a solução vai no sentido da criação de espaços destinados exclusivamente à população cigana, onde se advoga a necessidade de uma verdadeira pedagogia do habitar, já que se pressupõe que os modos de habitar são desadequados e que as relações de proximidade entre ciganos e não ciganos são portadoras de ameaças.

Transversal aos três Estudos de Caso constata-se, assim, que nos lugares considerados centrais pelas famílias ciganas a intervenção autárquica manifesta-se por via de uma *recusa da ruptura da ordem estabelecida*, desencadeando-se a expulsão ou o aperto da vigilância ou pela *procura de compromissos* que no fundo pretendem delimitar “as boas maneiras de se envolver no território” (Pattaroni, 2007). Também em determinados espaços que servem de estacionamento nos percursos realizados ficou patente como a coercividade imposta por algumas autoridades

locais tende a impedir a permanência das famílias ciganas. Esta imposição manifesta-se mais implicitamente pelas pressões de que são alvo por ocuparem ilegalmente os espaços onde se encontram, pelos processos de reconversão urbanística, ou de uma forma menos declarada, pela intervenção de “limpeza” de terrenos urbanos devolutos com o intuito de se dissuadir a sua eventual ocupação.

Os dados dos questionários aos postos da GNR e às Câmaras Municipais revelaram uma actuação punitiva e de vigilância face à regularidade da inscrição espacial das famílias ciganas, sobretudo, quando se encontram em determinados concelhos para visitar familiares/amigos e participar em cerimónias festivas. Se a pressão da população local surge também com alguma expressividade, a institucionalização do incómodo pela presença dos ciganos tende a ter fraca expressividade (apenas 14 municípios em 77 referiam ter recebido abaixo-assinados promovidos pelas populações locais para expulsar os ciganos dos respectivos territórios concelhios).

Um dos resultados do questionário aos municípios também evidenciava como em 1/3 dos concelhos a alteração do estatuto público para privado dos espaços para permanência temporária revelava a genealogia dos limites espaciais, sobretudo, decorrentes da alteração funcional dos terrenos anteriormente ocupados. Emerge, assim, da apresentação destes dados a preponderância do conceito de acessibilidade face ao de mobilidade, tão central na obra de Isaac Joseph (1991, 1998), mas também de Lefebvre (1968). Os problemas sociais urbanos apesar de se manifestarem à escala local, não se resumem a uma questão local ou conjuntural. Eles decorrem de uma crise mais profunda e estrutural que se traduz no “direito à cidade”, como defendia Lefebvre ou no “espaço público como espaço de direito”, na linguagem de Joseph. O direito à circulação subentende a relação entre normas urbanas e acessibilidade e pressupõe compreender as consequências da evolução das regras de uso sobre o estatuto jurídico do espaço, identificando-se os problemas subjacentes à ordem territorial preconizada.

Os processos sociais de controlo, de disciplina e de regulação de grupos específicos, como os ciganos, fazem com que estes se assemelhem, de muitas formas, ao perfeito “estrangeiro” que Simmel discutia, ou seja, aquela pessoa que chega um dia e permanecerá ligado a um grupo espacialmente determinado ou a um grupo cujos limites evocam limites espaciais. Mas a sua posição neste grupo é, sobretudo, determinada por não fazer parte do grupo desde o início (Simmel, 1984 [1908]: 53-54). E, como os diversos “inimigos do interior” ou os eternos

estrangeiros ou excluídos do interior<sup>211</sup>, a sua posição interna e de pertença implicam simultaneamente exterioridade e oposição. Na relação com o estrangeiro emergem, assim, elementos de distanciação e de repulsão que constituem um modelo de coordenação e de interacção consistente (*idem*).

À medida que aumentam os debates e as controvérsias em torno de espaços ocupados com habitações precárias rigidificam-se categorias identitárias, problematiza-se a actuação autárquica por comparação com outros territórios e/ou faz-se incidir o discurso nas dificuldades de encetar a intervenção.

O nomadismo surge como uma destas categorias e assume-se como um dos estereótipos mais veiculados sobre a população cigana. Tal como se constatou no Capítulo II, a abordagem desta problemática é indissociável da forma como os estereótipos se formaram e difundiram ao longo da história da presença dos ciganos em Portugal e de que forma são reactivados através de actores políticos e institucionais em diversos contextos territoriais. Através da revisão da literatura científica e dos dispositivos legais, foi possível constatar que a preponderância da referência ao nomadismo como um dos traços identitários dos ciganos, quer a associação do nomadismo a uma prática desviante e tendencialmente delituosa. Se até 1985, no Regulamento da Guarda Nacional Republicana, as características desta prática se encontravam especificamente associadas à população cigana, impondo-se uma “severa vigilância sobre os ciganos”, posteriormente passaram a englobar, de forma não implícita, não só os ciganos mas todos aqueles que mantêm intensas mobilidades geográficas.

Ser nómada surge como uma categoria estrategicamente usada, formalmente não discriminatória, pois serve-se da naturalização da mobilidade geográfica como modo de vida. Verificou-se como, por exemplo no concelho de Beja, a discrepância entre os números recolhidos por diferentes fontes revelam a dificuldade dos organismos locais em identificarem o que na realidade podem ser consideradas famílias itinerantes e de como os processos de selecção para realojamentos baseados nesta categoria acabam por deixar de fora famílias sem qualquer alternativa residencial apenas por apresentarem modos de vida assentes na mobilidade espacial. Também em Évora se assistiu à mesma situação com a sucessiva demolição de barracas em vários pontos da cidade e a exclusão de algumas famílias de processos de realojamento. Por detrás desta forma de actuação e da recusa em se admitir a

---

<sup>211</sup> Para retomar expressões já utilizadas quer por Missaoui (2003) ou Robert (2007) para se referirem aos ciganos, quer por Bourdieu (1993c) quando aborda o acesso mais massificado ao sistema de ensino.

existência de famílias ciganas em situação de precariedade habitacional (barraca ou tenda) no concelho, encontra-se a distinção entre falsos e verdadeiros itinerantes, logo sem necessidade de uma habitação condigna, pois no caso dos “falsos” pressupõe-se que já a têm num outro concelho e no caso dos “verdadeiros” como apenas podem permanecer três dias no concelho a resolução da sua situação habitacional não é vista como uma responsabilidade da autarquia local. Através destas categorizações assiste-se, assim, a uma espécie de jogo de ping-pong entre territórios, onde cada um procura minimizar o número de pessoas que deveria acolher, reenviando os “indesejáveis” para outras localidades.

Estes resultados interrogam as formas de governação à escala local, pois o território político circunscrito a determinados limites espaciais apresenta paradoxos face às formas de organização social onde a mobilidade espacial está presente. Qual será, então, o território pertinente de exercício de poder face ao território pertinente dos actores sociais, sobretudo, num momento histórico das cidades ocidentais em que se torna difícil proceder à distinção entre habitantes permanentes e temporários?

A lógica da administração local quando pretende tratar do acolhimento onde estas famílias param temporariamente ou de gerir o parque habitacional público raramente tem em conta como os seus modos de vida não se resumem a um único lugar de inscrição espacial. Ou seja, perante a inexistência a nível nacional de instrumentos que permitam agilizar a mobilidade residencial das famílias, a tendência é para não se olhar para além dos limites das fronteiras administrativas concelhias, não se possibilitando a mobilização de recursos que permita, por exemplo, permutas no âmbito do parque habitacional público. Por outro lado, não se viabiliza a criação de estruturas de acolhimento que possibilitem a paragem temporária em determinados territórios com o mínimo de infra-estruturas. Como se constatou, apesar dos debates já encetados a nível local e de 14 municípios já terem equacionado a construção de um projecto desta natureza, apenas um assume ter criado uma estrutura para este efeito. Poderá levantar-se como hipótese que as soluções específicas nunca concretizadas em matéria de habitat que foram sendo preconizadas não revelam apenas o carácter instável nas possibilidades de cooperação inter-institucional e a indefinição de competências nos processos de luta contra a pobreza e a exclusão social. Não dar seguimento às referidas soluções parece também revelar o receio de fundar lugares a partir dos “nómadas”, ou melhor de “nómadas” que se revelariam falsos.

As experiências internacionais nesta matéria não parecem ser muito felizes, nomeadamente em França, Inglaterra e Itália, revelando como o processo de categorização das populações em função de um modo de vida definido administrativamente – “Gens du voyage”, “Travellers” ou “nomadi” – e de leis emanadas centralmente que procuram regulamentar, a nível local, os lugares de estadia temporária destas populações acabam por se revelar desadequados<sup>212</sup>. Os estudos realizados sobre estas experiências revelam como os terrenos de estacionamento que vão sendo criados em várias localidades tendem a tornar-se lugares regulamentados de permanência, ao mesmo tempo que simbolizam o lugar atribuído pela sociedade dominante a determinados grupos. Estes lugares só podem ser recusados, pois a vida colectiva como resultado de uma afectação administrativa, e não de uma livre escolha, raramente resultou, tanto para sedentários como para nómadas. “Convidam-se”, assim, os ciganos a optar por condições de vida consideradas “moralmente aceitáveis” e apela-se ao seu sedentarismo. Fixar a duração da permanência, como é preconizado por alguns destes dispositivos legais, parte da lógica da gestão territorializada da pobreza que pretende que cada município faça a gestão dos seus pobres numa lógica de fixação de trajectórias de áreas em áreas. Fazendo deste modo não se aceita a mobilidade geográfica, mas desenha-se o seu perímetro de deambulação (Assier-Andrieu e Gotman, 2003).

Ficou assim patente, por um lado, como a naturalização da identidade cigana assente no nomadismo tem as suas repercussões ao nível da ocultação ou subestimação das necessidades habitacionais desta população e, por outro lado, de que forma o entendimento do nomadismo como um traço identitário inerente à “cultura cigana” acaba por se repercutir na ideia de que os ciganos têm “modos de vida”, “tradições” ou “especificidades culturais” que favorecem a pobreza ou a marginalidade, ignorando-se como um conjunto de factores ligados ao contexto em que se insere a mobilidade é determinante nos processos de estigmatização em causa.

Como refere Vitale (2009), a difusão dos estereótipos e de práticas hostis assentes em políticas segregacionistas, de expulsão e criminalização acabam por minar o campo da acção pública e apagar as diferentes modalidades de inscrição territorial das famílias ciganas. Trata-se, no fundo, de formas difusas de exercício do poder que assentes numa regulação disciplinar da co-presença procuram ter o menor custo possível em termos políticos, através de táticas discretas e pouco exteriorizadas e deixando passar uma imagem da utilidade da intervenção (Foucault,

---

<sup>212</sup> Para o aprofundamento da situação francesa ver, entre outros: Provot (1995, 1998), Aubin (2003), Assier-Andrieu e Gottman (2003), Drobenko (2004), Bidet (2009). Para a situação inglesa: Morris e Clement (2002), Niner (2003, 2004), Belton (2005), Clark e Greenfields (2006) e para a situação italiana: Saletti Salza (2003), Tosi (2008), Piasere (2012).

1975: 220). É, neste sentido, que vemos, por exemplo, discursos de actores da administração local a acusar a inércia do poder central em trazer a solução para problemas sociais sentidos localmente ou a incluir nas suas retóricas argumentativas os preconceitos e os receios difusos da população, tirando deles partido para as suas formas de actuação (Fernandes, 1995: 50-52) ou, como diria T. San Roman (1986b: 224), o poder relegou para os estratos sociais mais baixos a competição com os ciganos e pode, a partir de cima, descarregar a sua responsabilidade, culpando o racismo dos não ciganos.

Também foi possível verificar que a enunciação de diferenças socialmente relevantes pode não estar ancorada em “puros preconceitos” (Signorelli, 1996), mas em produtos cognitivos valorativos na construção de uma suposta oposição entre cidade e campo. Quando pensamos nas famílias ciganas e nos seus contextos de socialização, normalmente de grande vulnerabilidade e onde predominam sociabilidades intrafamiliares, facilmente se constata que os diversos “saber-fazer” (comportamentos que modelam as interacções quotidianas em público) e “dever-fazer” (ética que prescreve os comportamentos possíveis e desejáveis e os limites a observar de acordo com o código de civilidade)<sup>213</sup> se regem por diferentes códigos relativamente ao que está instituído entre uma maioria melhor posicionada socialmente e com outros códigos culturais e modos de vida. Alguns dos discursos recolhidos tendem, assim, a associar a civilidade à urbanidade, ou seja, um comportamento “urbano” tende a corresponder a uma atitude de “urbanidade”. Urbanidade e civilidade ficam, pois, situadas na esfera de uma normatividade culturalmente aceite, ainda que numa base socialmente discriminada (Ferreira, 2000).

## **2.2. Políticas sociais de regulação da pobreza: do discurso sobre a diferença à manifestação de práticas discriminatórias**

Para além do território ser pensado para um utilizador particular dotado de competências que o permite envolver-se da maneira esperada, também o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade ao benefício das políticas sociais encerra em si a mesma lógica: flexibilidade e envolvimento no acesso às oportunidades disponíveis são, pois, os principais vectores do paradigma das políticas públicas. A retrospectiva histórica elaborada por M. Messu (2010) sobre as políticas francesas, nos últimos 60 anos, é a este título ilustrativa. Os paradigmas enunciados pelo autor facilmente encontram tradução na realidade portuguesa quando refere que se passou de uma concepção de “pobreza-exclusão” (dominante até 2000), associada a um défice ou obstáculo na obtenção do que é convencional devido a problemas conjunturais de

---

<sup>213</sup> Apoiamo-nos aqui nas definições dadas por Lévy (1997: 24).



um meio desfavorável, para uma concepção de “pobreza-cidadã” que advoga a responsabilidade do pobre em tornar-se flexível na compreensão e acesso às oportunidades, que pressupõe a obrigatoriedade da sua participação nos processos de inclusão social e a crença de que o pobre pertence a uma colectividade e que deve marcar a sua solidariedade com o colectivo, através de *demarches* activas de inclusão efectiva.

O enfoque deste paradigma parece estar em consonância com a própria produção do conhecimento no âmbito das ciências humanas. Franssen (2003, 2006) é um dos autores que revela como se tem contribuído para a produção do “sujeito da autenticidade”, introduzindo-se uma abordagem mais biográfica dos problemas sociais e insistindo-se mais sobre a dinâmica das trajectórias individuais do que sobre o peso das categorias colectivas. Esta tendência corre o risco de um reforço circular das grelhas interpretativas dos actores, investigadores e decisores, onde emergem sujeitos sem historicidade, categorias de análise dependentes de categorias ideológicas e culturais e legitimadoras deste sujeito. Ultrapassar este impasse implica, segundo o autor, por um lado, ligar “subjectividade” e relações sociais, actor e sistema e, por outro, compreender os fenómenos através da estrutura e da dinâmica das relações sociais entre actores com posições desiguais. Por fim, coloca-se um desafio teórico-metodológico, no sentido de inscrever a dinâmica identitária do sujeito reflexivo no jogo das relações sociais de dominação e conflito.

Quando se trata do acesso ao benefício das políticas públicas “ser cigano” é uma das categorias mobilizadas que remete para uma espécie de bloqueio cultural que etniciza a exclusão social pelo simples facto de se viver “por opção” em barracas. Esta leitura etnicizante da cultura dos pobres incide, pois, na assumpção de que a responsabilidade dos problemas está nos indivíduos, aumentando o descrédito da sua possível integração e relegando-se para um plano secundário o papel que o tipo de recursos e de políticas sociais podem ter na produção das situações de exclusão social. De facto, muitos dos testemunhos recolhidos de diferentes actores políticos e técnicos de organismos locais apontam neste sentido e revelam como a pobreza se tende a situar como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico e de como a alteração dos paradigmas subjacentes às políticas públicas acabam por centrar-se mais na responsabilidade dos indivíduos em situação de vulnerabilidade em tornarem-se flexíveis na compreensão e acesso às oportunidades. Se a culpa está tendencialmente nos pobres, ou seja, se a estratificação com base em desigualdades estruturais é inexistente ou relegada para um segundo plano, então, as respostas dificilmente se distanciam da hostilidade ou da designação dos ciganos pobres como “resistentes à

mudança” e como “não se querendo integrar”, ou seja, desenvolve-se um discurso culturalista como forma de não se conseguir falar de cidadania plena.

A produção de um discurso de culpabilização da população cigana reflecte-se a vários níveis e compromete a eficácia das políticas públicas. Os principais traços que tendem a caracterizar este tipo de processos a nível local podem resumir-se em torno do sistema de acção que enquadra as práticas de actores locais a três níveis: i) práticas sociais marcadas pelo anti-ciganismo; ii) práticas profissionais ligadas à intervenção social; iii) práticas institucionais marcadas pelo fechamento sobre si próprias.

i) *Práticas sociais marcadas pelo anti-ciganismo* que: impedem o acesso a políticas sociais de cariz universalista relativamente avançadas (“aqui não damos RSI a ciganos”); tendem a mobilizar fundos públicos para “convidar” os ciganos a abandonarem o território concelhio, deslocalizando-se e agravando-se o problema (“1000€ por família ou o realojamento no bairro Y?”); rejeitam a presença de famílias em determinados concelhos por mais de 24/48 horas sob o pretexto de não serem residentes; impedem o acesso a água, à electricidade ou a saneamento básico, sob o pretexto de que seria um incentivo para o aumento da fixação de outras famílias ciganas; mantêm a insalubridade do espaço ocupado à espera que a situação se torne insustentável e os ciganos abandonem o concelho; não se candidatam a programas existentes para não dar visibilidade à problemática...

ii) *Práticas profissionais ligadas à intervenção social* que tendem para o processamento burocrático das medidas e programas sociais existentes, em detrimento do aprofundamento do conhecimento das famílias, das suas necessidades, competências e expectativas face ao futuro. Como resultado, a intervenção tende a seguir mais a lógica dos recursos disponíveis e não tanto as necessidades sentidas e expressas pelas pessoas, onde as acções de inserção surgem desajustadas ao perfil dos beneficiários e muitas vezes contraproducentes face às lógicas de funcionamento das famílias. Ficou claro como se manifesta o desencontro entre as expectativas das famílias e os recursos de inserção disponíveis através das políticas sociais (ex.: possibilidade de realojamentos em bairros sociais marcados pela presença de muitas famílias ciganas) ou como o RSI, sendo a via possível de garantir as condições básicas de vida, falha ao nível dos percursos de inserção, sobretudo devido aos seguintes factores:

- As dificuldades de comunicação entre beneficiários ciganos e técnicos geralmente atribuídas a traços comportamentais dos ciganos – isolacionismo e agressividade – reflectem-se no estabelecimento de fronteiras, em detrimento do aprofundamento de

relações de confiança que possibilitem desencadear metodologias de intervenção eficazes, nomeadamente ao nível do diagnóstico;

- Tendência para se enfatizarem as características da população que dificultam a sua inserção sem uma correspondência em termos das oportunidades que são disponibilizadas, revelando a dificuldade em se encontrarem competências dos indivíduos ciganos que possam ser mobilizadas para potenciar a sua inserção;
- A intermitência da condição de beneficiários da medida por não se garantir a estabilidade residencial que possibilite o cumprimento das acções de inserção estipuladas;
- A dificuldade de se encontrarem formas de promover a integração das actividades económicas independentes dos ciganos.

Tanto no Estudo de Caso B como no C, ficou patente como a actividade comercial ligada à compra e venda de equídeos é uma das fontes de rendimento e constitui uma dimensão simbólica relevante. O olhar de fora sobre esta actividade é tendencialmente negativo e decorre da presença dos animais em propriedades privadas e do não cumprimento dos requisitos legais em termos de registo e de vigilância veterinária. Como se constatou, as estratégias desencadeadas nunca passaram pela regularização desta actividade, no sentido de poder ser integrada no mercado da economia formal, mas antes no policiamento, canalizando-se, por exemplo, o investimento na dotação das infra-estruturas de um posto da GNR para que os animais pudessem ser acolhidos após a sua apreensão.

Christophe Robert reportando-se à administração do RSI em França (na altura o *Revenu Minimum d'Insertion*) sublinha, por exemplo, os seus efeitos perversos por não ter em consideração as lógicas sociais associadas à actividade económica independente. Este tipo de actividade ao ser interpretada como uma falta de valorização escolar e profissional, uma economia de subsistência, uma aprendizagem familiar tende, geralmente, a ser associada a modos de vida precários ou práticas arcaicas, à inadaptação das famílias à modernidade e às exigências do trabalho tal como são definidas pela sociedade maioritária. Passa-se, assim, de uma problemática relativa à inscrição de uma minoria cultural para uma problemática de natureza social e económica que ignora as lógicas sociais e provoca desequilíbrios nos modos de funcionamento dos grupos, produzindo situações de precarização e exclusão social crescentes (Robert, 2007: 232-234). Francisco Branco, em 2003, também alertava para alguns dos constrangimentos associados à administração do RSI a beneficiários ciganos, discutindo a dialéctica direito social / direito cultural em torno de três factores – a actividade económica da população cigana, a disposição face à escolaridade e a condição feminina -, concluindo que a

medida parece não ter “revelado suficiente competência política e estratégica para equacionar iniciativas para a inclusão social daqueles que se querem manter diferentes” (Branco, 2003: 137-138).

iii) *Práticas institucionais marcadas pelo fechamento sobre si próprias* que impedem a promoção de dinâmicas de parceria e comprometem a mobilização concertada dos recursos disponíveis a nível local ou desvirtuando-se a filosofia de determinadas medidas. No Estudo de Caso B, verificou-se como a rede social local se torna mais dinâmica desde a instalação da população cigana no concelho. Ou seja, os ciganos servem de mote para se promoverem mais reuniões entre entidades locais, mas sem se conseguir delinear qualquer estratégia de intervenção. Também no Estudo de Caso A se assistiu à dificuldade de cooperação institucional quando se pretendeu intervir no bairro de barracas da Casinha.

Todos estes sinais revelam as carências actuais do(s) modelo(s) de integração proposto(s) e do perfil de políticas sociais em vigor, evidenciando: a ocultação do pluralismo de valores e de modos de vida nas sociedades contemporâneas; a inexistência de uma leitura científica dos problemas e de uma avaliação mais sistemática dos indicadores de evolução da situação onde se pretende intervir; as contradições na mobilização dos recursos existentes e nas modalidades que assume a administração de determinadas medidas, programas e projectos que não favorecem “as coordenações horizontais entre as entidades locais, nem formas de co-responsabilidade e governabilidade a vários níveis entre instituições ordenadas verticalmente” (Vitale, 2009a: 67).

A sistematização das estratégias institucionais que tendem a fomentar a segregação e a exclusão permitiu confirmar aquilo que Agier concluiu relativamente à constituição de formas de rejeição do Outro, isto é, esta rejeição não resulta tanto da cultura do Outro, e do seu conhecimento, mas de formas de pensamento e de acção – a estigmatização social, o isolamento territorial e o desconhecimento – que fixam o quadro *a priori* desta alteridade (Agier, 1999: 63).

De facto, as situações de grande isolamento e vulnerabilidade social não facilitam a possibilidade de encontro, nem o conhecimento entre os diferentes actores em presença num território, promovendo-se do lado do grupo sociocultural maioritário a difusão de imagens estereotipadas, tendencialmente negativas e homogeneizantes, e do lado do grupo minoritário a tendência para se desenvolverem posições de defesa ou ataque.

O tendencial fechamento dos ciganos no pólo da identidade cultural, em detrimento da sua participação na vida económica e social e na sua capacitação para serem actores da sua própria vida, pode explicar-se por ser a única via, ou a via mais fácil, de construção da identidade pessoal, sobretudo, para aqueles que não se podem definir por aquilo que fazem. Também não se deve esquecer que a situação de desvantagem social vivenciada muitas vezes ao longo de várias gerações e a não abertura do sistema de oportunidades acaba por gerar sentimentos de desconfiança relativamente à capacidade/vontade que os organismos públicos possam ter na promoção da inclusão social. De facto, a perda de confiança nas instituições e nas suas próprias capacidades para projectarem um melhor futuro para as suas vidas tende a gerar conflitos como forma de reivindicar a mudança ou reflectir a convivência entre pessoas com códigos culturais distintos.

Stallaert partilha também esta posição, ao afirmar que a sociedade ao institucionalizar o princípio da diversidade expõe-se ao risco de uma maior polarização. Esta polarização étnica conduz à progressiva erosão do “meio campo”, ou seja, dos sectores com uma função de enlace entre as distintas comunidades. À medida que o “meio campo” se esbate vão-se exigindo identidades fixas e inequívocas. Esta situação combinada com a exigência de uma identificação étnica inequívoca faz com que o princípio étnico se converta facilmente na chave principal ou única de interpretação dos conflitos sociais, mesmo que estes sejam protagonizados por determinados indivíduos e não pelo colectivo (Stallaert, 2004: 95-96; 98).

Impõe-se, assim, que se abra um debate construtivo e uma reflexão aprofundada que parta da diversidade do real, onde a diferença cultural deve ser analisada tal como ela é e não pela representação que se faz dela, seja por excesso, diabolizando-a, seja por defeito, ignorando-a (Wieviorka, 1997: 7). Paralelamente, é preciso combater a defesa de um modernismo positivista incapaz de compreender que é muitas vezes com o velho que se faz novo e é por fidelidade ao passado que se pode agir sobre o futuro (Touraine, 1997: 307).



## BIBLIOGRAFIA

ACTON, Thomas (1989), "Oppositions théoriques entre 'tsiganologues' et distinctions entre groupes tsiganes" in Williams, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, Evolution*, Études Tsiganes Syros Alternatives, Paris, pp. 87-97.

ACTON, Thomas (2010), "Theorising mobility: Migration, nomadism and the social reconstruction of ethnicity" in *Romani Mobilities in Europe: Multidisciplinary Perspectives*, International Conference, 14-15 January 2010, University of Oxford, pp. 5-10.

AGIER, Michel (1999), *L'invention de la Ville. Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Paris, Ed. des Archives contemporaines, 176 p.

AGIER, Michel (2002), *Aux Bords du Monde, les Réfugiés*, Paris, Flammarion, 187 p.

AGIER, Michel (2007), "Les camps aujourd'hui, un présent qui n'en finit pas" in Paquot, T.; Lussault, M.; Younès, C., *Habiter le Propre de l'Humain. Villes, Territoires et Philosophie*, Paris, La Découverte, pp. 89-101.

AGIER, Michel (2008), "O 'acampamento', a cidade e o começo da política" in *A Rua. Espaço, Tempo e Sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 17-25.

AGIER, Michel (2011), *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*, São Paulo, Edição Terceiro Nome, 213 p.

ALMEIDA, João Ferreira; CAPUCHA, Luís; COSTA, António Firmino; MACHADO, Fernando Luís; NICOLAU, Isabel; REIS, Elizabeth (1992), *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 147 p.

ASCHER, François (1998) [1995], *Metópolis. Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta.

ASSÉO, Henriette (1989), "Pour une histoire des peuples-résistances", in Williams, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, evolution*, Études Tsiganes Syros Alternatives, Paris, pp. 121-127.

ASSÉO, Henriette (1994), *Les Tsiganes, une Destinée Européenne*, Paris, Découvertes Gallimard, 159 p.

ASSÉO, Henriette (2004), "Les Gypsy studies et le droit européen des minorités", Table Ronde: Faut-il avoir peur des Cultural Studies ?, *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 51, 4 bis, pp. 71-86.

ASSIER-ANDRIEU, Louis; GOTTMAN, Anne (coord.) (2003), *Légiférer sur les 'Gens du Voyage'. Genèse et Mise en Œuvre d'une Législation*, Centre d'Études Politiques de l'Europe Latine, Université de Montpellier 1, 239 p.

ASTIER, Isabelle; DUVOUX, Nicolas (2006), "L'institution de la dignité dans la société contemporaine: réflexions à partir du cas français", in I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une Injonction à Vivre Dignement*, Paris, L'Harmattan, pp. 15-31.

AUBIN, Emmanuel (2003), *La Commune et les Gens du Voyage*, Paris, Berger-Levrault, 327 p.

AUGÉ, Marc (1994) [1992], *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, Venda Nova, Bertrand, 125 p.

AUGÉ, Marc (2009), *Pour une Anthropologie de la Mobilité*, Paris, Éditions Payot & Rivages, 91 p.

AUZIAS, Claire (1995), *Les Tsiganes ou le Destin Sauvage des Roms de l'Est*, Paris, Michalon, 135 p.

AUZIAS, Claire (2010) *Roms, Tsiganes, Voyageurs: l'Éternité et Après?*, Montpellier, Indigène Éditions, 31 p.

BADINTER, Elisabeth; LE BRAS, Hervé (eds.) (2009) *Le retour de la race. Contre les 'statistiques ethniques*, Paris, Ed de l'Aube.

BARBIER, J.-C. (2005), "La précarité, une catégorie française à l'épreuve de la comparaison internationale", *Revue Française de Sociologie*, 46-2, pp. 351-371.

BAPTISTA, Luís; PUJADAS, Joan J. (2000), "Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades", *Forum Sociológico*, nº 3 e 4, pp. 293-308.

BAPTISTA, Luís (2003), "Territórios, imagens e poderes", in *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta, pp. 35-42.

BARTH, Fredrik (1998) [1969] "Introduction", in Fredrik Barth (Ed.) *Ethnic groups and boundaries. The social organization of cultural difference*, Illinois, Waveland Press.

BASSAND, Michel; COMPAGNON, Anne; JOYE, Dominique; STEIN, Véronique (2001), *Vivre et Créer l'Espace Public*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 223 p.

BASSAND, Michel; KAUFMAN, Vincent JOYE, Dominique (2007), "Conclusion général", in *Enjeux de la sociologie urbaine*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, pp. 405-411.

BASTOS, José Gabriel Pereira; BASTOS, Susana (coord.), *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da Religião em Processos de Inserção Social Diferenciada: Uma Abordagem Estrutural Dinâmica*, 2006, O.I., 17, ACIME, 312 p.

BASTOS, José Gabriel Pereira; CORREIA, André Clarezza; RODRIGUES, Elsa (2007), *Sintenses Ciganos. Abordagem Estrutural Dinâmica*, Sintra, Edição Câmara Municipal de Sintra/DSAS, 216 p.

BATISTA, António (2010), "Do discurso da 'pobreza' ao investimento em 'capital social'", *Cidade Solidária*.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence (1997), *Guide de l'enquête de terrain*, Paris, La Découverte, 328 p.

BELTON, Brian A. (2005), *Gypsy and traveller ethnicity. The social generation of an ethnic phenomenon*, Oxfordshire, Routledge, 210 p.



- BENSA, Alban (1996), "De la micro-histoire vers une anthropologie critique" in Revel, Jacques (dir.) *Jeux d'Échelles. De la Micro-analyse à l'Expérience*, Paris, Seuil, pp. 37-70.
- BIDET, Marie (2009), *Les Gens du Voyage, Locaux ou Cosmopolites?*, Thèse de Doctorat en sociologie de l'École Normale Supérieure de Cachan, 541 p.
- BIZEUL, Daniel (1994), *Nomades en France*, Paris, L'Harmattan, 286 p.
- BIZEUL, Daniel (1999), "Faire avec les déconvenues. Une enquête en milieu nomade", *Sociétés Contemporaines*, n° 33-34, pp. 111-137.
- BIZEUL, Daniel (2007), "Que faire des expériences d'enquête? Apports et fragilité de l'observation directe", *Revue française de science politique*, 2007/1, Vol. 57, pp. 69-89.
- BLANES, Ruy Llera (2008), *Os Aleluias. Ciganos Evangélicos e Música*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 260 p.
- BONACICH, Edna (1973), "A theory of middlemen minorities", *American Sociological Review*, Vol. 38, n° 5, pp. 583-594.
- BORDIGONI, Marc (2001), "'Terrain désigné', observation sous contrôle: quelques enjeux d'une ethnographie des Tsiganes", *Ethnologie Française*, XXXI, 1, pp. 117-126
- BOUMAZA, Magali; CAMPANA, Aurélie (2007), "Enquêter en milieu 'difficile'. Introduction", *Revue Française de Science Politique*, 2007/1, Vol. 57, pp. 5-25.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude (1973) [1968], *Le Métier de Sociologue. Préables Epistémologiques*, Paris, EHESS/Mouton Éditeur, 357 p.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique Sociale du Jugement*, Minuit, Paris, 670 p.
- BOURDIEU, Pierre (1986), «L'illusion biographique», *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 62-63, juin, pp. 69-72.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 328 p.
- BOURDIEU, Pierre (1989a), *La Noblesse d'État: Grandes Écoles et Esprit de Corps*, Paris, Les Éditions de Minuit, 568 p.
- BOURDIEU, Pierre (1993a), "Comprendre" in Bourdieu, P. (dir.), *La misère du Monde*, Paris, Ed. du Seuil, pp. 1389-1424.
- BOURDIEU, Pierre (1993b), "Effets de lieu" in Bourdieu, P. (dir.), *La misère du Monde*, Paris, Ed. du Seuil, pp. 249-262.
- BOURDIEU, Pierre (1993c), "La démission de l'État" in Bourdieu, P. (dir.), *La misère du Monde*, Paris, Ed. du Seuil, pp. 337-350.
- BOUVIER, Pierre (2000), *La Socio-anthropologie*, Paris, Armand Colin, 218 p.

BOUVIER, Pierre (2006), "Angle et posture de la socio-anthropologie", in *La Méthodologie Qualitative. Postures de Recherche et Travail de Terrain*, Paris, Armand Colin, pp. 151-168.

BRANCO, Francisco (2003), "Os ciganos e o RMG: direitos sociais e direito à diferença", *Intervenção Social*, nº 27, pp. 121-143.

BRAZZABENI, Micol (2009), "Ciganos del confine: note preliminari su una ricerca etnografica in Algarve" em Pontrandolfo, S., Trevisan, P., (orgs.) "Radicamento e circolazione dei Rom d'Europa" *Dipav – Quaderni. Quadrimestrale di Psicologia e Antropologia Culturale*, Sezione Monografica, nº 24, pp. 85-104.

BRAZZABENI, Micol (2012), "De bairro em bairro: redes sociais e circulação de uma família cigana em Vila Real de Santo António", in Pereira Bastos, J. (ed.), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia*, Lisboa, Colibri, pp. 267-278.

BRESSON, Maryse (2007), *Sociologie de la précarité*, Paris, Armand Colin, 128 p.

BRETON, Eric Le (2002), "Les raisons de l'assignation territoriale. Quelques éléments d'appréhension des comportements de mobilité de personnes disqualifiées", pp. 1-6, disponível em : <http://www.ville-en-mouvement.com>

BRETON, Eric Le (2005), *Bouger pour s'en Sortir. Mobilité Quotidienne et Intégration Sociale*, Paris, Editions Armand Colin, 256 p.

BRETON, Eric Le (2006a), "Homo mobilis" in Bonnet M.; Aubertel P. (dir.) *La Ville aux Limites de la Mobilité*, Paris, PUF.

BRETON, Eric Le (2006b), "Mobilité et inégalités sociales" texte de la 603e conférence de l'Université de tous les savoirs, 7 Janeiro 2006, 4 p.

BREVIGLIERI, Marc; TROM, Danny (2003), "Troubles et tensions en milieu urbain. Les épreuves citadines et habitantes de la ville", in D. Céfai et D. Pasquier (ed.) *Les Sens du Public: Publics Politiques et Médiatiques*, Paris, PUF, pp. 399-416.

BRINCA, Ana (2006), "Ciganos, 'tradição' e religião: fronteiras étnicas e estratégias de inserção social", in Bastos, S. P. e Bastos, J. G. P. (orgs) *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes, Manejos da Religião em Processos de Inserção Social: Uma Abordagem Estrutural-dinâmica*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, pp. 205-236.

BULMER, Martin (1982), *The Uses of Social Research*, London, Allen and Unwin, 200 p.

BURGUESS, Robert G.; POLE, Christopher J.; EVANS, Keith; PRIESTLEY, Christine (1994) "Four studies from one or one study from four? Multi-site case research" in *Analysing Qualitative Data*, London, Routledge.

CAILLY, Laurent (2007), "Capital spatial, stratégies résidentielles et processus d'individualisation", *Annales de Géographie*, nº 654, pp. 169-187.

CAILLY, Laurent (2009), "Des territorialités aux spatialités : pourquoi changer le concept ?", in VANIER, Martin (dir.) *Territoires, Territorialité, Territorisation. Controverses e Perspectives*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 151-156.

CAMILLERI, Carmel *et al.* (1990), *Stratégies Identitaires*, PUF, Paris, 240 p.

CAPUCHA, Luís *et al.* (1998), *Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis*, Lisboa, Observatório do Emprego Formação Profissional, 224 p.

CAPUCHA, Luís (1998a), “Pobreza, exclusão social e marginalidade”, in VIEGAS, J.M.; COSTA, António Firmino da (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 209-242.

CAPUCHA, Luís (2000), “Territórios da pobreza, onde é preciso voltar”, *Sociedade e Território*, 30, pp. 8-15.

CASA-NOVA, Maria José (2002), *Etnicidade, Género e Escolaridade – Estudo em torno das Socializações Familiares de Género numa Comunidade Cigana da Cidade do Porto*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 177 p.

CASA-NOVA, Maria José (2008), “Tempos e lugares dos ciganos na educação escolar pública”, in CASA-NOVA, M.J. PALMEIRA, P. (Coord.) *Minorias*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pp. 7-55.

CASA-NOVA, Maria José (2009), *Etnografia e Produção de Conhecimento, Reflexões Críticas a partir de uma investigação com Ciganos Portugueses*, Lisboa, Coleção Olhares VIII, ACIDI, 223 p.

CASTEL, Robert (1998) [1995], *As Metamorfoses da Questão Social*, Petrópolis, Vozes, 611 p.

CASTRO, Alexandra (1994), *Apropriação do Espaço e Estratégias Identitárias do Grupo Étnico Cigano no Bairro da Malagueira*, Tese de Licenciatura em Sociologia Urbana, ISCTE, Texto Policopiado.

CASTRO, Alexandra (1995), “Ciganos e Habitat: Entre a Itinerância e a Fixação”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 17, pp. 97-111.

CASTRO, Alexandra (2002), “Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 5, Dezembro 2002, pp. 53-67

CASTRO, Alexandra *et al.* (2001) “Os ciganos vistos pelos outros: coexistência inter-étnica em espaços urbanos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 2, pp. 73-84.

CASTRO, Alexandra *et al.* (2002), *Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Os Beneficiários do RMG: Trajectórias de vida, Vivências e Impactes Diferenciados*, CNRM-IDS, 150 p.

CASTRO, Alexandra; MARQUES, Ana Sofia (2005), *Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, 171 p. Disponível em [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/tipificacao\\_situacoes\\_exclusao\\_portugal\\_continental](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13341/tipificacao_situacoes_exclusao_portugal_continental)

CASTRO, Alexandra (2004), “Ciganos e itinerância. Uma aproximação à realidade concelhia e às suas formas de hospitalidade”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 9, pp. 55-69.

CASTRO, Alexandra (2007), “Dos contextos locais à invisibilização política. Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 15, Dezembro 2007, pp. 63-86.

CASTRO, Alexandra (2009a), “Considerações finais: Algumas chaves para o sucesso da intervenção” in *População Cigana em Situação de Precariedade Habitacional: Avaliação das Necessidades dos Municípios na Implementação do Modelo Integrado*, pp. 29-30.

CASTRO, Alexandra (2009b), “Avaliação das Necessidades dos Municípios na implementação do Modelo Integrado de Actuação com a População Cigana” in *População Cigana em Situação de Precariedade Habitacional: Avaliação das Necessidades dos Municípios na Implementação do Modelo Integrado*, pp. 13-23.

CASTRO, Alexandra (2010), “Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista”, *Forum Sociológico*, nº 20, pp. 11-19.

CASTRO, Alexandra; SANTOS, Marta (2010a), *Projecto Mediadores Municipais – Relatório final da avaliação Externa*, Centro de Estudos Territoriais, 164 p. Disponível em [www.ciganos.pt](http://www.ciganos.pt)

CASTRO, Alexandra; SANTOS, Marta (2010b), “Na busca de consensos para a promoção da coesão social. O percurso profissional de mediadores municipais ciganos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 20-21, pp. 139-154.

CASTRO, Alexandra; SANTOS, Marta (2011), *Monitorização e avaliação do Projecto Mediadores Municipais – Relatório final da avaliação Externa. Síntese, Dinâmia’CET*, 45 p., disponível em [www.ciga-nos.pt](http://www.ciga-nos.pt)

CEFAÏ, Daniel (1996), “La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques”, *Réseaux*, 1996, Vol. 14, nº 75, pp. 43-66, disponível em <http://www.persee.fr/>

CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (dir.) (2001), *Les Formes de l’Action Collective. Mobilisations dans des Arènes Publiques*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 322 p.

CEFAÏ, Daniel (2003), “Postface. L’Enquête de terrain en sciences sociales”, in CEFAÏ, Daniel (ed.), *L’Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte, pp. 465-615.

CERTEAU, Michel de (1994), *L’Invention du Quotidien I. Arts de Faire*, Paris, Gallimard Folio Essais, 415 p.

CET (2008), *Actas do Seminário Internacional Ciganos, Territórios e Habitat*, 8 e 9 de Abril 2008 – ISCTE, Lisboa, CET, 251 p.

CET-ISCTE/ IRIC/ A.Mateus e Associados (2008), *Contributos para o Plano Estratégico da Habitação (2008-2013)/Documento Políticas de Habitação*, 169 p.

CET-ISCTE/ IRIC/ A.Mateus e Associados (2008a), *Contributos para o Plano Estratégico da Habitação (2008-2013)/ Documento de Diagnóstico e Estratégias*, 206 p.

CLARK, Colin; GREENFIELDS, Margaret (2006), *Here to Stay – The Gypsies and Travellers of Britain*, Hertfordshire Press, 364 p.

CLEBERT, Jean-Paul, 1961, *Les Tziganes*, Artaud, Paris, 292 p.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (1986), *Writing Culture: the Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press, 305 p.

CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge: Harvard University Press, 416 p.

COELHO, Adolfo Coelho, (1995) [1892], *Os Ciganos em Portugal. Com um Estudo sobre o Calão*, Lisboa, Edições D. Quixote, 289 p.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA (2009) *Relatório das Audições Efectuadas sobre Portugueses Ciganos no Âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural*, Lisboa, Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família da Assembleia da Republica, 55 p.

CONNOR, Walker (1996), “Beyond reason: the nature of ethnonational bond”, in HUTCHINSON, John e Anthony SMITH (orgs), *Ethnicity*, Oxford, Oxford University Press.

CORDEIRO, Graça Índias (1997) *Um lugar na cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 414 p.

CORDEIRO, Graça Índias (2003) “A antropologia urbana entre a tradição e a prática”, in *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta, pp. 3-32.

CORDEIRO, Graça Índias (2010) “As cidades fazem-se por dentro. Desafios de etnografia urbana”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 20-21, pp. 111-121.

CORTESÃO, Luiza, STOER, Stephen, CASA-NOVA, Maria José e TRINDADE, Rui, (2005), *Pontes para outras viagens. Escola e comunidade cigana: representações recíprocas*, Lisboa, ACIME/Colecção Olhares nº 1, 85 p.

COSTA, António Firmino da (1987), "A pesquisa de terreno em sociologia" in Silva, A.S. e Pinto, J.M. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 317 p.

COSTA, António Firmino da (1999), *A sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta, 539 p.

COSTA, António Firmino da (2002), “Identidades culturais urbanas em época de globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (48), pp. 15-30.

COSTA, Eduardo Maia (1991), “Comentários do código do processo penal – nómadas ou ... ciganos?”, *Revista do Ministério Público*, nº 46, Ano 12º, pp. 163-178.

COSTA, Eduardo Maia (1995), “Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão”, in Cortesão, Luiza; Pinto, Fátima (org.) *O Povo Cigano: Cidadãos na Sombra. Processos Explícitos e Ocultos de Exclusão*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 13-25.

COSTA, Elisa Lopes da (1993), “O povo Cigano em Portugal: contributo para o seu conhecimento”, in *Escola e Sociedade Multicultural*, Lisboa, Ministério da Educação, Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural, pp. 91-96.

COSTA, Elisa Lopes da (1999), “O povo cigano e o espaço da colonização portuguesa – que contributos?”, in António Gómez Alfaro, Elisa Maria Lopes da Costa & Sharon Sillers Floate (Orgs.) *Ciganos e degredos. Os casos de Espanha, Portugal e Inglaterra, Sécs. XVI-XIX*, Lisboa, Coleção Interface, pp. 49-91.

COSTA, Rogério Haesbaert da (2004), “De la déterritorialisation à la multiterritorialité“ in ALLEMAND, Sylvain; ASCHER, François; LÉVY, Jacques *Les Sens du Mouvement. Modernité et Mobilités dans les Sociétés Urbaines Contemporaines*, Colloque de Cerisy – Institut pour la ville en mouvement, Paris, Belin, pp. 69-79.

CURIE, J. *et al.* (1986), "Comment Saisir les modes de vie des familles" in *L'Esprit des Lieux*, CNRS, Paris.

CUSSET, Pierre-Yves (2008), “La discrimination et les statistiques “ethniques” : éléments de débat”, *Informations sociales*, nº 148, p. 108-116, disponível em [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=INSO&ID\\_NUMPUBLIE=INSO\\_148&ID\\_ARTICLE=INSO\\_148\\_0108](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=INSO&ID_NUMPUBLIE=INSO_148&ID_ARTICLE=INSO_148_0108)

DELL’AGNESE, Elena; Vitale, Tommaso (2007), “Rom e sinti: una galassia di minoranze”, in AMIOTTI, G., ROSINA, A. (dir.) *Tra identità ed integrazione: passato e presente delle minoranze nell’Europa mediterranea*, Milano, Franco Angeli, pp. 123-145.

DIAS, Bruno; FARINHA, Tiago; SILVA, Elisa (2009) *Housing Conditions of Roma and Travellers, Portugal RAXEN National Focal Point, Thematic Study*, Númena/ European Union Agency for Fundamental Rights, 59 p.

DIAS, Eduardo Costa; ALVES, Isabel; VALENTE, Nuno; AIRES, Sérgio (2006), *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão/integração*, Lisboa, Coleção Olhares IV, ACIME, 94 p.

DIOGO, Fernando (2005) “N’être pas comme les autres: résistance à l’imposition identitaire dans un contexte difficile”, Communication au *Colloque International Diffraction normative, comportements cachés et identités transverses*, Sesimbra, 3-5 Novembre 2005, AISLF.

DIOGO, Fernando (2007) *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Lisboa, Celta Editora, 226 p.

DIOGO, Fernando (2010), “Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI”, *Fórum Sociológico*, nº 20, pp. 29-38. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/90>

DIOGO, Fernando (2012), “Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos”, *Observatório das Desigualdades*, publicado em 26 de Outubro de 2012. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&lang=pt&id=129>

DROBENKO, Bernard (dir.) (2004) *Territoires et Minorités: la Situation des Gens du Voyage*, Limoges, Press Universitaire de Limoges, 231 p.

DUARTE, Isabel (coord), Joana AFONSO, Alexandra CASTRO, Mafalda SOUSA, Margarida SALGUEIRO, Maria José Lobo ANTUNES (2005a), *Coexistência Inter-étnica, Espaços e*

*Representações Sociais: os Ciganos Vistos pelos Outros*, Lisboa, Coleção Olhares, nº 4, ACIME, 181 p.

DUARTE, Isabel (coord.); AFONSO, Joana; AFONSO, João; CASTRO, Alexandra; SOARES, Luís (2005b), *Os Ciganos Vistos pelos Outros: Proximidade Social em Espaços de Coexistência Inter-étnica*, Relatório de Investigação, Lisboa, CET/FCT, 163 p.

DUBET, François; VÉRÉTOU, Antoine (2001), “Une ‘réduction’ de la rationalité de l’acteur. Pourquoi sortir du RMI?”, *Révue Française de Sociologie*, 42-3.

DUBET, François (2002), *Le Déclin de l’Institution*, Paris, Le Seuil, 421 p.

DUBOIS, Vincent (2009), “L’action publique” in LACROIX, B.; Cohen, A.; RIUTORT, Ph. (dir.), *Nouveau manuel de science politique*, Paris, Éditions La Découverte.

DUFOUR, Stéphane; FORTIN, Dominic; HAMEL, Jacques (1991), *L’Enquête de terrain en sciences sociales. L’approche monographique et les méthodes qualitatives*, Montréal, Ed Saint Martin, 160 p.

EDGAR, Bill *et al.* (2003), *Review of Statistics on Homelessness in Europe*, European Observatory on homelessness, FEANTSA.

ELLER, Jack e COUGHLAN, Reed (1996), “The Poverty of Primordialism”, in HUTCHINSON, J. e A. SMITH (orgs), *Ethnicity*, Oxford, Oxford University Press.

ERRC/Númena (2007), *Os serviços sociais ao serviço da inclusão social: o caso dos ciganos. Avaliando o impacto dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social na República Checa, em França e em Portugal*, ERCC/Númena, 89 p.

ERCI (2002), *Segundo Relatório sobre Portugal*, European Commission Against Racisms and Intolerance, adoptado em 20 de Março de 2002, Estrasburgo, 4 Novembro 2002, 36 p.

FAÍSCA, Luís Miguel; JESUÍNO, Jorge Correia (2006), *Comunidades Ciganas: Representações Sociais da Comunidade Cigana na Sociedade Portuguesa*, Coleção Olhares nº 7, Lisboa, ACIME.

FAZITO, Dimitri (2006), “A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, Vol. 49, nº 2, pp. 689-729.

FEANTSA (2008), *Le rôle du logement dans les parcours d’exclusion liée au logement. Logement et exclusion liée au logement. Thème annuel 2008*, Feantsa, 48 p.

FENTON, Steve (2003), *Ethnicity*, Cambridge, Polity Press.

FERNANDES, António Teixeira (1995), “Etnicização e racização no processo de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 5, pp. 7-67.

FERNANDES, António Teixeira (2000), “Desigualdades e representações sociais”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 10, pp. 203-214.

FERRÃO, João (2008), “Intervenção de encerramento” in CET, *Actas do Seminário Internacional Ciganos, Territórios e Habitat*, 8 e 9 de Abril 2008 – ISCTE, Lisboa, CET, pp. 203-206.

FERRARI, Florencia (2010), *O Mundo Passa: Uma Etnografia dos Calon e suas Relações com os Brasileiros*, Tese de Doutoramento, Departamento de Antropologia Social, USP, São Paulo, 335 p.

FERREIRA, Bárbara; ALMEIDA, Cristiana; PINTO, Filipa S.; SANTOS, M.; CALDEIRA, Salomé; MARANHA, Sandra (2005), *Ciganos... Crónicas, Números e Histórias – Atlas do Risco – Projecto Entreculturas*, Montemor-o-Velho, Associação Fernão Mendes Pinto, 101 p.

FERREIRA, Vítor Matias; RODRIGUES, Walter; CASANOVA, José Luís; CASTRO, Alexandra; AMOR, Teresa (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, 1997, Editora Bizâncio, 281 p.

FERREIRA, Vítor Matias (2000), “Cidade e democracia. Ambiente, património e espaço público”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, pp. 9-35.

FLICK, Uwe (2005) [2002], *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor, 305 p.

FOLEY, Douglas; VALENZUELA, Angela (2005), “Critical ethnography. The politics of collaboration”, in *The Sage handbook of qualitative research*, London, Sage, pp. 217-234.

FONSECA, Ernesto Paulo, MARQUES, José Mendes, Quintas, Jorge, POESCHEL, Gabrielle (2005), *Representações Sociais das Comunidades Cigana e não Cigana em Portugal – Implicações para a sua Integração Social*, Coleção Olhares nº 3, Lisboa, ACIME, 73 p.

FORMOSO, Bernard (1986), *Tsiganes et Sédentaires. La Reproduction Culturelle d'une société*, Paris, L'Harmattan, 262 p.

FORMOSO, Bernard (1994), “Diversité des itinéraires et uniformité des stéréotypes”. *Études Tsiganes*, Vol. 4 (nova série), pp. 127-138.

FOUCAULT, Michel (1975), *Surveiller et Punir: Naissance de la Prison*, Paris, Gallimard, 318 p.

FOUCAULT, Michel (2009), *Securite, Territoire, Population: Cours au Collège de France (1977-1978 1978)*, Paris, Seuil, 430 p.

FRANSSEN Abraham (2003), “Le sujet au coeur de la question sociale”, *La Revue Nouvelle*, Bruxelles, Décembre 2003, pp. 10-61.

FRANSSEN, Abraham (2006), “L'État social actif et la nouvelle fabrique du sujet”, in Astier, Isabelle ; Duvoux, Nicolas (dir) *La Société Biographique: une Injonction à Vivre Dignement*, Paris, L'Harmattan, coll. "Logiques sociales".

FREITAS, Maria João; MENEZES, Marluci (1996), “Coabitação espacial e processos identitários”, in *Dinâmicas Multiculturais – Novas Faces, Outros Olhares*, Vol. II, Lisboa, Edições do ICS, pp. 91-99.



GAULEJAC, Vicent; TABOADA-LEONETTI, Isabel (1994), *La Lutte des Places*, Paris, Desclée de Bower, 86 p.

GEBALIS (2008), *Análise em Grupo sobre o Tema: Gestão Local e Etnia Cigana nos Bairros Municipais de Lisboa*, Lisboa, Gebalis, EM, Texto policopiado, 31 p.

GEERTZ, Clifford (1996), "Primordial Ties", in Hutchinson, J. e A. Smith (orgs), *Ethnicity*, Oxford, Oxford University Press.

GHARASIAN, Christian (2002), " Sur les chemins de l'ethnographie réflexive " in Gharasian, C. (dir.) *De l'ethnographie à l'anthropologie réflexive. Nouveaux terrains, nouvelles pratiques, nouveaux enjeux*, Paris, Armand Collin, pp. 5-33.

GIDDENS, Anthony (1991) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 145 p.

GOFFMAN, Erving (1990) [1963], *Stigma. Notes on the Management of Spoiled Identity*, London, Penguin Books.

GORDON, Tuula; HYNINEN, Pirkko; METSO, Tulja; PALMO, Tarja; TOLONEN, Tarja (2006), "collective ethnography, joint experiences and individual pathways", *Nordisk Pedagogik*, Vol. 26, pp. 3-15.

GOTMAN, Anne, (1997), "Du séminaire à la table ronde. Lignes de force et questions nouvelles", in *Ville et Hospitalité*, Textos de síntese do Seminário, Paris, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Plan Construction et Architecture, 86 p.

GOTMAN, Anne (2001), *Le Sens de l'Hospitalité. Essai sur les fondements sociaux de l'accueil de l'autre*, Paris, PUF, 507 p.

GOTMAN, Anne (org.) (2004), *Ville et Hospitalité. Les Municipalités et leurs "Étrangers"*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 492 p.

GOTMAN, Anne (2007), " Les gens du voyage en France. Entre droit et hospitalité ", *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 14, pp.19-30.

GREENFIELDS, Margaret (2006), "Bricks and mortar accommodations: travelers in houses" in Clark, C.; Greenfields, M. (eds.) *Here to Stay. The Gypsies and Travelers of Britain*, Hertfordshire, University of Hertfordshire Press, pp. 108-132.

GUASH, Oscar (1997), *Observación Participante*, Cuadernos Metodológicos, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 105 p.

GUERRA, Isabel (1993), "Modos de vida – Novos percursos e novos conceitos", *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 13, pp. 59-74.

GUERRA, Isabel; AMOR, Teresa; LOPES, Elisabete (2002), *Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Caracterização do perfil das Minorias Étnicas*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social, Coleção Estudos.

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia, 95 p.

GUERRA, Isabel (2008), “A cidade multicultural e multiétnica. Gestão da diversidade e procura da democracia”, in MATOS, A. T. & LAGES, M. F. (coord.), *Portugal: percursos de interculturalidade*, Vol. 2: “Contextos e dinâmicas”, Lisboa, ACIDI, 2008, pp. 97-118.

GUERRA, Isabel (2009), “Velhos Problemas e Novas Respostas: à Procura da Inovação Social”, in *Inovação Social*, Cadernos Sociedade e Trabalho, XII, pp. 179-186.

HAMEL, Jacques (1997), *Étude de Cas et Sciences Sociales*, Paris, L’Harmattan, 123 p.

HAMMERSLEY, Martin; ATHKINSON, Paul (1995 [1983]), *Ethnography: Principles in Practice*, London, Routledge, 320 p.

HANCOCK, Ian (1989), “La fonction du mythe tzigane”, in Williams, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, Évolution*, Paris, Études Tsiganes Syros Alternatives, pp. 45-52.

HANNERZ, Ulf (1983), *Explorer la Ville: Éléments d’Anthropologie Urbaine*, Paris, Les éditions de minuit, 418 p.

HANNERZ, Ulf (1989), *Soulside: Inquiries into Ghetto Culture and Community*, New York, Columbia University Press, 236 p.

HEUSCH, Luc de (1965), *A la Découverte des Tsiganes: une Expédition de Reconnaissance*, Bruxelles, Institut de Sociologie, Etudes ethnologiques, n° 3, 207 p.

HILY, Marie-Antoinette (2001), “Rencontres interculturelles. Échanges et sociabilités”, in *Construire l’Interculturel? De la Notion aux Pratiques*, Paris, L’Harmattan, pp. 7-14.

HOUSEMAN, Michael (1994), “Études des tziganes et questions d’anthropologie”, *Revue Études Tsiganes*, n° 2, pp. 11-18.

HUMEAU, Jean-Baptiste (1995), *Tsiganes en France. De l’Assignation au Droit d’Habiter*, Paris, L’Harmattan, 409 p.

HUMEAU, Jean-Baptiste (1997), “Place des tziganes dans la ville”, *Territoires*, n° 381, pp. 7-8.

HUMPHREY, Caroline; SNEATH, David (1999), *The End of Nomadism? Society, State, and the Environment in Inner Asia*, Durham, Duke University Press, 355 p.

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2010), Relatório Anual de 2008 do Rendimento Social de Inserção, Lisboa, ISS, IP., 38 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), *Sobre a pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal*, Lisboa, INE, 200 p.

JACKSON, Jean E. (1990), “I am a fieldnote”: Fieldnotes as a Symbol of Professional Identity” Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press, 3-33.

JANODET, Laurent; FERREIRA, Candida (1992), *Les Tsiganes et les Gens du Voyage dans la Cité*, Paris, L’Harmattan, 94 p.

JOSEPH, Isaac (1984), “Urbanité et ethnicité“, *Terrain*, 3, pp. 20-31.

JOSEPH, Isaac (1991), “Voir, Exposer, Observer” in *L’Espace du Public, les Compétences du Citadin*, Colloque d’Arc-et-Senans, nov-1990, Plan Urbain-Éditions Recherches.

JOSEPH, Isaac (1998), *La ville sans qualités*, Paris, Editions de l’Aube, 209 p.

JOYE, Dominique; SCHULER, Martin (2007), “Inégalités, territoires et mobilités: une perspective renouvelée pour la sociologie urbaine” in Bassand, M., Kaufmann, V., Joye, D. (dir.) *Enjeux de la Sociologie Urbaine*, Lausanne, Presses Polytechniques et universitaires romandes, pp. 259-282.

KAUFMANN, Vicent (2007), “La motilité: une notion clé pour revisiter” in Bassand, M., Kaufmann, V., Joye, D. (dir.) *Enjeux de la Sociologie Urbaine*, Lausanne, Presses Polytechniques et universitaires romandes, pp. 171-188.

KENDALL, Sally (1997), “Sites of Resistance: Places on the Margin – the Traveller – ‘Homeplace’ in ACTON, Thomas, *Gypsy Politics and Traveller Identity*, pp. 70-89.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne (2000), “Citizenship in culturally diverse societies: issues, contexts, concepts”, in KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne (eds), *Citizenship in Diverse Societies*, New York, Oxford University Press, pp. 1-41.

LACROIX, François (2004) “Territoires de vie et territoires institutionnels. Lieux et diversités en Ile de France” in DROBENKO, Bernard (dir.) (2004) *Territoires et Minorités: la Situation des Gens du Voyage*, Limoges, Press Universitaire de Limoges, pp. 97-108.

LAHIRE, Bernard (2003), *O Homem Plural. As Molas da Acção*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001, 297 p.

LEFEBVRE, Henri (1968), *Le Droit à la Ville Suivi de Espace et politique*, Paris, Éditions Anthropos, 281 p.

LEGROS, Olivier (2009), “Les pouvoirs publics et la ‘question rom’ en Europe aujourd’hui”, *Études Tsiganes*, n° 39-40, pp. 42-55.

LEGROS, Olivier; VITALE, Tommaso (2011), “ Les migrants roms dans les villes françaises et italiennes: mobilités, régulations et marginalités”, *Géocarrefour*, 86/1, pp. 3-14.

LEVINSON, Martin P.; SPARKES Andrew C. (2004), “Gypsy Identity and Orientation to Space”, *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 33, n° 6, pp. 704-734.

LEVY, Albert (1997), *Explorer l’espace public*, Laboratoire Théorie des Mutations Urbaines en Pays Développés, Institut Français d’Urbanisme, Marne-La-Vallée, Texto Policopiado.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1980), “Le discours de l’ordre. Pouvoirs publics et minorités culturelles”, *Esprit*, n° 41, pp. 17-43.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1983), *Tsiganes*, Paris, François Maspero, 1983, 374 p.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1989 [1985]), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 229 p.

- LIÉGEOIS, Jean-Pierre (2009), *Roms et tsiganes*, Paris, La Découverte, 125 p.
- LOPES, Daniel Seabra (2008), *A Deriva Cigana. Um Estudo Etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 410 p.
- LOPES, Policarpo (1996), “Imigração e comunidades estrangeiras em Portugal”, *Janus 97, Anuário de Relações Exteriores*, Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 1- 4.
- LUSSAULT, Michel (2003), “Spatialité”, in Levy, J.; Lussault, M., *Dictionnaire de la Géographie et de L'espace des Sociétés*, Paris, Belin.
- LUSSAULT, Michel (2004), “La mobilité comme événement” in Allemand, Sylvain; Ascher, François; Lévy, Jacques (2004) *Les Sens du Mouvement. Modernité et Mobilités dans les Sociétés Urbaines Contemporaines*, Colloque de Cerisy – Institut pour la ville en mouvement, Paris, Belin, pp. 109-116.
- LUSSAULT, Michel (2007), *L'Homme Spatial. La Construction Sociale de l'Espace Humain*, Paris, Éditions du Seuil, 364 p.
- LUSSAULT, Michel (2007a), “Habiter, du lieu au monde. Réflexions géographiques sur l'habitat humain” in Paquot, T.; Lussault, M.; Younès, C., *Habiter le propre de l'humain. Villes, territoires et philosophie*, Paris, La Découverte, pp. 35-52.
- MACHADO, Ana Maria Celorico (1988), “‘Ciganos’ portugais: une marginalisation traditionnelle”, *Études Tsiganes*, n° 4, pp. 4-9.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n° 12, 123-136.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta, 464 p.
- MACHADO, Paulo Filipe (1994), “A Presença Cigana em Portugal: um caso secular”, *Mediterrâneo*, Lisboa, 1994, n° 4, pp. 53-68.
- MACHIELS, T. (2002), *Garder la Distance ou Saisir les Chances. Roms et Gens du Voyage en Europe Occidentale*, Réseau Européen contre le Racisme, 43 p.
- MAGANO, Olga (2006), “A (re)produção das desigualdades sociais dos ciganos em Portugal”, Actas do First International Conference of Young Urban Researchers (FICYUrb), 2006, Lisboa, CIES, disponível em <http://conferencias.iscte.pt/viewabstract.php?id=102&cf=3>
- MAGANO, Olga (2010), “Tracejar vidas normais”. *Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 378 p.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002), “De perto e de dentro. Notas para uma etnografia urbana”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n° 49, Junho 2002.
- MALHEIROS, Jorge M.; MENDES, Manuela (coord.), BARBOSA, Carlos Elias; SILVA Sandra B., SCHILTZ, Aline; VALA, Francisco (2007), *Espaços e Expressões de Conflito e*

*Tensão na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Observatório da Imigração, nº 22 Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 306 p.

MALKKI, Liisa (1992), “National geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees”, *Cultural Anthropology*, 7(1), pp. 24-44.

MARCUS, George E. (1998), “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”, in MARCUS, G.E (ed.) *Ethnography through Thick and Thin*, New Jersey, Princeton University.

MARNE, Philippe de (1985), “L’organisation d’un groupe tzigane”, *Études Tsiganes*, Vol. 31 (4).

MARQUES, Ana Sofia (2005), “O trabalho e o acesso ao rendimento entre os ciganos. Virtualidades e limitações das leituras da noção de exclusão social na compreensão da situação dos ciganos”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 10, pp. 73-89.

MARQUES, João Filipe (2004) “Os dois racismos dos portugueses”, in *Actas do V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas – Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho – Campus Gualtar – Braga, 12 – 15 de Maio 2004, pp. 78-87.

MARTUCCELLI, D. (1997), “Les contradictions politiques du multiculturalisme”, in Wiewiorka, M. (1997) (dir.) *Une Société Fragmentée ? Le Multiculturalisme en Debat*, Paris, La Découverte, pp. 61-82.

MAUSS, Marcel (1988) [1950], *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70, 209 p.

McVEIGH, Robbie (1997), “Theorising Sedentarism: the Roots of Anti-Nomadism in ACTON, Thomas, *Gypsy Politics and Traveller Identity*, University of Hertfordshire Press, pp. 7-25.

MENDES, Maria Manuela (2004), “Representações sociais face a práticas de discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na AML”, in *Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milénio*, Coimbra, 16-18 Setembro 2004, pp. 1-24.

MENDES, Maria Manuela (2005), *Nós os Ciganos e os Outros. Etnicidade e Exclusão Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 205 p.

MENDES, Maria Manuela (2008), “Representações sociais face a práticas de discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na AML”, in *Actas do VI Congresso Português de Sociologia – Mundos sociais: saberes e práticas*, 25 a 28 Junho de 2008, Lisboa, APS, pp. 3-46.

MESSU, Michel (2010), “Les politiques publiques de lutte contre la pauvreté. Variation sur l’approche française”, *Forum Sociológico*, nº 20, pp. 21-28.

MINOW, Martha (1990), *Making All the Difference. Inclusion, Exclusion, and American Law*, Ithaca-London, Cornell University Press, 159 p.

MISSAOUI, Lamia (2003), *Les Étrangers de l’Intérieur. Filières, Trafics et Xénophobie*, Paris, Payot, 272 p.

MONTENEGRO, Mirna (2007), "Identidades ciganas e cidadania(s)", in MONTENEGRO, M. (org.), *Cigamos e Cidadania(s)*, Setúbal, Cadernos do ICE, pp. 21-33.

MONTULET, Bertrand (2007), "Les cadres sociaux du temps et de l'espace" in Bassand, Michel *et al.*, *Enjeux de la Sociologie Urbaine*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, pp. 113-134.

MOONEN, Frans (2008), *Anticiganismo: os Ciganos na Europa e no Brasil*, Recife Núcleo de Estudos Ciganos, Edição digital, 219 p.

MORRIS, Rachel; CLEMENT, Luke (2002), *At What Cost? The Economics of Gypsy and Traveller Encampments*, Bristol, Policy Press.

MOSCOVICI, Serge; PEREZ, Juan António (1999), "A Extraordinária Resistência das Minorias à Pressão das Maiorias" in Vala, Jorge (ed.) *Novos Racismos. Perspectivas Comparadas*, Lisboa, Celta, pp. 103-120.

NICOLAU, Lurdes (2010), *Ciganos e Não Ciganos em Trás-os-montes: Investigação de um Impasse Inter-étnico*, Tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 334 p.

NINER, Pat (2003), *Local Authority, Gypsy/Traveller Sites in England*, London, Centre for Urban and Regional Studies: University of Birmingham, Office of the Deputy Prime Minister.

NINER, Pat (2004), "Accommodating Nomadism? An Examination of Accommodation Options for Gypsies and Travellers in England", *Housing Studies*, Vol. 19, nº 2.

NOSCHIS, Kaj (1984), *Signification Affective du Quartier*, Paris, Librairie des Méridiens, 168 p.

NUNES, Olímpio (1996) [1981], *O Povo Cigano*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 458 p.

OBRA NACIONAL DA PASTORAL DOS CIGANOS (2000), *Projecto Dignidade*, Relatório Final, Lisboa, ONPC.

OKELY, Judith (1983), *The Traveller-Gypsies*, Cambridge, Cambridge University Press, 250 p.

OKELY, Judith (1994), "L'étude des Tsiganes: un défi aux hégémonies territoriales et institutionnelles en anthropologie", *Études Tsiganes*, Vol. 4, pp. 39-58.

OKELY, Judith (1997), "Cultural ingenuity and travelling autonomy: not copying, just choosing", in ACTON, Thomas (eds.) *Romani culture and Gypsy identity*, pp. 188-203.

OKELY, Judith (2003), "Deterritorialised and spatiality unbounded cultures within other regimes", *Anthropological Quarterly*, Vol. 76, nº 1, pp. 151-164.

OKELY, Judith (2010), "Constructing culture through shared location, bricolage and exchange: the case of gypsies and roma", in Stewart, M. e Rövid, M., *Multi-disciplinary Approaches to Romani Studies*. Selected papers from participants of Central European University's Summer Courses 2007-2009, Budapest, CEU, pp. 35-53.

OLIVERA, Martin (2009), “De l’usage de l’autochtonie chez les Gabori, Roms de Transylvanie. ‘Dis moi d’où tu viens, je te dirai qui tu es’”, *DiPAV – Quaderni. Quadrimestrale di Psicologia e Antropologia Culturale*, Stefania, Pontrandolfo, e Paola Trevisan (orgs.), 24, “Radicamento e circolazione dei rom d’Europa”, Milano, Franco Angeli, pp. 9-22.

OLIVERA, Martin (2010), “La question rom”, cache misère d’une Europe sociale en lambeaux”, disponible en: <http://www.mediapart.fr/club/edition/roms-et-qui-dautre/article/101010/la-question-rom-cache-misere-dune-europe-sociale-en-l>

OLIVERA, Martin (2011), “La fabrique experte de la ‘question rom’ : multiculturalisme et néolibéralisme imbriqués”, *La Revue Lignes*, n° 34, pp. 104-118.

OLLIVRO, Jean (2005), “Les classes mobiles”, *L’Information Géographique*, n° 3, 2005, pp. 28-44.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic (2009), “Le territoire, la géographie et les sciences sociales: aperçus historiques et épistémologiques”, in VANIER, Martin (dir.) *Territoires, Territorialité, Territorialisation. Controverses e Perspectives*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 31-35.

PACQUOT, Thierry (2006), *Terre Urbaine. Cinq Défis pour le Devenir Urbain de la Planète*, Paris, La Découverte, 221 p.

PACQUOT, Thierry; LUSSAULT, Michel e YOUNÉS, Chris (2007), *Habiter, le Proper de l’Humain. Villes, Territoires et Philosophie*, Paris, La Découverte, 380 p.

PASSERON Jean-Claude; REVEL, Jacques (2005) “Penser par cas. Raisonner à partir de singularités”, in PASSERON, J.C. ; REVEL, J. (eds) *Penser par Cas*, Paris, pp. 9-44.

PATTARONI, Luca (2007), “La ville plurielle. Quand les squatters ébranlent l’ordre urbain” in BASSAND, M., KAUFMANN, V., JOYE, D. (dir.) *Enjeux de la Sociologie Urbaine*, Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, pp. 283-314.

PATTARONI, Luca, (2007a), “Le sujet en l’individu: La promesse d’autonomie du travail social au risque d’une colonisation par le proche”, in Cantelli F., Genard J.L., *Action Publique et Subjectivité*, coll. Droit et Société, LGDJ, Paris, pp. 213-218.

PATTARONI, Luca; Kaufmann, Vincent; RABINOVICH, Adriana, (2009) "L’habitat en questions.", *EspacesTemps.net*, disponible en <http://espacestems.net/document7934.html>

PERETZ, Henri (1998), *Les Méthodes en Sociologie. L’Observation*, Paris, La Decouverte, 124 p.

PETCOU, Constantin; PETRESCU, Doina (2007), “Agir l’espace. Notes transversales, observations de terrain et questions concrètes pour chacun de nous”, *Multitudes*, n° 31, p. 101-114, disponible en <http://www.cairn.info/revue-multitudes-2007-4-page-101.html>

PETRESCU, Doina *et al.* (2007), “Agir urbain”, *Multitudes*, n° 31, p. 11-15, disponible en <http://www.cairn.info/revue-multitudes-2007-4-page-11.html>

- PIASERE, Leonardo (1989), “Les amours des ‘tsiganologues’ ”, in Williams, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, Évolution*, Études Tsiganes Syros Alternatives, Paris, pp. 99-110.
- PIASERE, Leonardo (1994), “Les Tsiganes sont-ils ‘bons à penser’ anthropologiquement?” *Études Tsiganes*, n° 2, pp. 19-38.
- PIASERE, Leonardo (1995), “Introduzione”, in PIASERE, L. (dir.) *Comunità Girovaghe, Comunità Zingare*, Napoli, Liguori Editori, pp. 3-38.
- PIASERE, Leonardo (2004), *I Rom d’Europa. Una Storia Moderna*, Roma, Editori Laterza, 143 p.
- PIASERE, Leonardo (2012), *Scenari dell’Antiziganismo. Tra Europa e Italia, tra Antropologia e Politica*, Firenze, SEID, 208 p.
- PINA CABRAL, João de (1983), "Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa", *Análise social*, Vol. XIX -76, pp. 865-892.
- PINA CABRAL, João de (2000), “A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições na Antropologia Contemporânea”, *Análise Social*, vol. XXXIV (153), 2000, pp. 865-892.
- PINTO, Maria de Fátima (2000), *A Cigarra e a Formiga. Contributos para a Reflexão sobre o Entrosamento da Minoria Étnica Cigana na Sociedade Portuguesa*, REAPN, Rede Europeia Anti-pobreza, Porto, 144 p.
- PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: teoria e aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta, 289 p.
- PLÉSIAT, Mathieu (2011), *Les tsiganes. Entre Nation et Négations*, Tome I, Paris, L’Harmattan, 207 p.
- PONTRANDOLFO, Stefania, TREVISAN, Paola (2009), “Presentazione” em Pontrandolfo, S., Trevisan, P. (orgs.) *Dipav – Quaderni. Quadrimestrale di Psicologia e Antropologia Culturale*, Milano, Franco Angeli, N° 24, pp. 7-8.
- PORTES, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n° 33, Lisboa, Celta, pp. 133-158.
- PROJECT ON ETHNIC RELATIONS (2000), *Roma and Statistics*, Strasbourg, 24 p.
- PROVOT, Bernard (1987), “Les dessous d’un secret”, *Études Tsiganes*, n° 4.
- PROVOT, Bernard (1995), “stationnement et habitat: de la précarité à l’espace organisé”, *Hommes et migrations*, n° 1188-1189, pp. 75-79.
- PROVOT, Bernard (1998), “Stationner, résider, habiter. Plaidoyer pour le temps”, *Études Tsiganes*, n° 11.
- RAO, Aparna (1986), “Identité ethnique ou catégorie économique ”, *Études Tsiganes*, n° 3, pp. 23-28.



RAO, Aparna (1995) [1987], "Nomadi sconosciuti: per una tipologia delle comunità girovaghe", in PIASERE, L. (dir.) *Comunità Girovaghe, Comunità Zingare*, Napoli, Liguori Editori, pp. 149-168.

REMY, Jean (1998), *Sociologie Urbaine et Rurale. L'Espace et l'Agir. Entretiens et Textes Présentés par Étienne Leclercq*, Paris, L'Harmattan, 398 p.

REYNIERS, Alain (1986a), "Le système tsigane et la question du nomadisme", *Études Tsiganes*, n° 3, pp. 7-11.

REYNIERS, Alain (1989), "Le nomadisme des tsiganes: une attitude atavique ou la réponse à un rejet séculaire" in Williams, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, évolution*, Études Tsiganes Syros Alternatives, Paris, pp. 73-85.

REYNIERS, Alain (1993), "Les tsiganes dans l'Europe contemporaine", *Ethnies, Terre d'Asile, Terre d'Exile : L'Europe Tsigane*, Vol. 8, n° 15, pp. 38-48.

REYNIERS, Alain (2004), "Migrations, mobilité et territorialité chez les tsiganes" in DROBENKO, Bernard (dir.) (2004) *Territoires et Minorités: la Situation des Gens du Voyage*, Limoges, Press Universitaire de Limoges, pp. 63-71.

RICHARD, Jean-Luc (2009), «Diversité, représentation statistique et intégration en France: réflexivité et approches pluridisciplinaires au cœur du débat - Jean-Luc Richard», *Migrations Société*, n° 122, Vol. 21, pp. 201-214.

RINAUDO, Christian (1995), "Qu'est-ce qu'un problème social ? Les apports théoriques de la sociologie anglo-saxonne", *Cahiers de l'Urmis*, n° 1, juin 1995, disponible en <http://urmis.revues.org/index447.html>

RINGOLD, Dena; ORENSTEIN, Mitchell A.; WILKENS, Erika (2005), *Roma in an Expanding Europe. Breaking the Poverty Cycle*, Washington, The World Bank, 237 p.

ROBERT, Christophe (1999), "tsiganes et voyageurs, pour une définition contextualisée de la précarité", *Recherche Sociale*, n° 152, 1999, pp. 42-61.

ROBERT, Christophe (2007), *Éternels Étrangers de l'Intérieur*, Paris, Desclée de Brouwer, 451 p.

RODMAN, Margaret C., (1992), "Empowering Place: Multilocality and Multivocality", *American Anthropologist* 94(3), pp. 640-656.

ROTHERA, Xavier (2009), "Piste pour une historiographie des tsiganes en France", *Études Tsiganes*, n° 39-40, pp. 14-41.

RUGHINIS, Cosima (2011), "Quantitative tales of ethnic differentiation. Measuring and using Roma / Gypsy ethnicity in statistical analyses", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 34 (4), pp. 594-619.

SALETTI SALZA, Carlota (2003), *Bambini del Campo Nomadi. Romá Bosniaci a Torino*, Roma, Centro d'Informazione e Stampa Universitaria, 320 p.

SAMA, Sara (2003), "La movilidad como forma de vida en la comunidad gitana de Évora: mitos e realidades" in BRANCO, J. F. e AFONSO, A.I. (org.) *Retóricas sem Fronteiras, 1/Mobilidades*, Oeiras, Celta.

SAMA, Sara (2010), *Espacios Vividos, Espacios Criados: los "Ciganos" de Évora*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 829 p.

SAN ROMAN, Teresa (1986a), "La marginación de los gitanos", in San Roman, T. (ed.) *Entre la Marginación y el Racismo. Reflexiones sobre la Vida de los Gitanos*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 185-208.

SAN ROMAN, Teresa (1986b), "El conflicto racista", in San Roman, T. (ed.) *Entre la Marginación y el Racismo. Reflexiones sobre la Vida de los Gitanos*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 209-231.

SAN ROMAN, Teresa (1986c), "Los gitanos e las exclusas de la marginacion", in San Roman, T. (ed.) *Entre la Marginación y el Racismo. Reflexiones sobre la Vida de los Gitanos*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 232-239.

SAN ROMAN, Teresa (1990), *Gitanos de Madrid e Barcelona. Ensayos sobre Aculturación y Etnicidad*, Barcelona, Publicacions d'Antropologia Cultural. Univ de Barcelona, 132 p.

SAN ROMAN, Teresa (1997), *La Diferencia Inquietante. Viejas y Nuevas Estrategias Culturales de los Gitanos*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 254 p.

SAN ROMAN, Teresa (2000), "El mundo que compartimos, nuevas alternativas", *Revista de Antropología Social*, 9, 193-197.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999), "A construção multicultural da igualdade e da diferença", *Oficina do CES*, nº 135, 61 p.

SANTOS, Marta, ROMANO, Ricardo, ANTUNES, Margarida, Cavaleiro, Lia (2008), "Etnia Cigana nos bairros municipais de Lisboa – recenseamento e reflexões" in CET, *Ciganos, Territórios e Habitat*, Actas do Seminário Internacional, Lisboa, pp.147-167.

SANTOS, Tiago, OLIVEIRA, Catarina, KUMAR, Raul, (2009), *Research Survey on Migrants' Experiences of Racism and Discrimination in Portugal*, Relatório Final, Texto Policopiado, Númena, 142 p.

SCHNAPPER, Dominique (1998), *La Relation à l'Autre*, Paris, Gallimard, 562 p.

SCHNAPPER, Dominique (2000), *A Compreensão Sociológica*, Lisboa, Gradiva, 187 p.

SCHWARTZ, Olivier (1997), *Ville et hospitalité*, Textos de síntese do Seminário, Paris, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Plan Construction et Architecture, 86 p.

SCOTT, G.M. (1990), "A resynthesis of the primordial and circumstantial approaches to ethnic group solidarity: Towards an explanatory model", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 13(2).

SECHET, Raymonde; KEERLE, Régis (2009), "Petite histoire des délicatesses de 'l'équipe-de-géographie-sociale-de-la-France-de-l'Ouest' avec le territoire", VANIER, Martin (dir.) *Territoires, Territorialité, Territorialisaton. Controverses e Perspectives*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 83-93.

- SEN, Amaryta (1992), *Repenser l'Inégalité*, Paris, Seuil, 281 p.
- SIEBER, R.T. (1991), "Waterfront revitalization in postindustrial port cities of North America", *City and Society* 5 (2).
- SIGAUD, Lygia (2008), "A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast", *Social Science Information*, n°47, pp. 71-97.
- SIGNORELLI, Amalia (1996), *Antropologia Urbana. Introduzione alla Ricerca in Italia*, Milano, Guerini Studio, 221 p.
- SILVA, Manuel Carlos; SILVA, Susana (2000), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde", in *Actas do IVº Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, 17-19 de Abril 2000, Universidade de Coimbra, pp. 1-18.
- SILVA, Manuel Carlos; PINTO, Maria Goretti (2004), "Clivagens inter-étnicas latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos", in *Actas do Vº Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho, 12-15 Maio de 2004, pp. 97-109.
- SILVANO, Filomena (2000), "Itinerários migratórios e trabalho de terreno" in PROVANSAL, Danielle, *Espacio y Territorio*, Miradas Antropológicas, Estudios d'antropologia sociali, Barcelona, Universitat de Barcelona, pp. 87-94.
- SILVANO, Filomena (2002), "José e Jacinta nem sempre viveram nos mesmos lugares: reflexões em torno de uma experiência de etnografia multi-situada", *Ethnologia*, n° 12-14, pp. 53-79.
- SIMMEL (1984) [1908], "Digressions sur l'étranger", in GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (Dir.) *L'École de Chicago. Naissance de l'Écologie Urbaine*, Paris, Aubier, pp. 53-59.
- SIMON, Patrick (2005), "La mesure de l'égalité: mixité sociale et discriminations. Les indicateurs statistiques et leur interprétation", *Informations Sociales*, n° 125, pp. 104-111.
- SIMON, Patrick (2007), *Statistiques "Ethniques" et Protection des Données dans les Pays du Conseil de l'Europe*, Relatório de Investigação, Strasbourg, Conselho da Europa, 126 p.
- SOS RACISMO (2001), *Ciganos, Números, Abordagens e Realidades*, Lisboa, SOS Racismo, 389 p.
- SOUSA, Jorge Carlos dos Santos (2010), *Relações Inter-étnicas, Dinâmicas Sociais e Estratégias Identitárias de uma Família Cigana Portuguesa – 1827-1957*, Tese de Doutoramento, Universidade Aberta, 426 p.
- STALLAERT, Christiane (2004), *Perpetuum Mobile: entre la Balcanización y la Aldea Global*, Barcelona, Anthropos Editorial.
- STEINBERGER, Dominique e KELLER, Laurent (2002), *La Circulation des Voyageurs dans les Pays Membres du Conseil de l'Europe*, Strasbourg, MG-S-Rom.

- STEWART, Michael (1997), *The Time of the Gypsies*, Oxford, West View Press, 303 p.
- STEWART, Michael (2010), "Introduction", in Stewart, M. e Rövid, M., *Multi-disciplinary Approaches to Romani Studies. Selected Papers from Participants of Central European University's Summer Courses 2007-2009*, Budapest, CEU, pp. 1-9.
- STOCK, Mathis (2006), "L'hypothèse de l'habiter poly-topique: pratiquer les lieux géographiques dans les sociétés à individus mobiles", *EspacesTemps.net*, disponível em <http://espacestems.net/document1853.html>
- STOCK, Mathis (2007), "Théorie de l'habiter. Questionnements" in Paquot, T.; Lussault, M.; Younès, C., *Habiter le Propre de l'Humain. Villes, Territoires et Philosophie*, Paris, La Découverte, pp. 103-125.
- TARRIUS, Alain (1992), *Les Fourmis d'Europe. Migrants Riches, Migrants Pauvres et Nouvelles Villes Internationales*, Paris, Editons l'harmattan, 208 p.
- TARRIUS, Alain (2000), "Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniència de la noción de 'territorio circulatório'. Los nuevos hábitos de la identidad", *Relaciones*, Vol. 21, nº 83, El Colegio de Michoacán, Zamora, México, pp. 39-66.
- THEODOSIOU, Aspasia (2004), "Be-longing in a doubly occupied place: the Parakalamos gypsy musicians", *Romani Studies*, 13 (2), pp. 25-58.
- TOURAINÉ, Alain (1997), "Faux et vrais problèmes", in Wieviorka, Michel (1997) (dir.) *Une Société Fragmentée? Le Multiculturalisme en Débat*, Paris, La Découverte, pp. 291-319.
- TOSI, Antonio (2008), "Lo spazio dell'esclusione: la difficile ricerca di alternative al camo nomadi", in BEZZECCHI, Giorgio; PAGANI, Maurizio; VITALE, Tommaso (2008), *I Rom e l'Azione Pubblica*, Milano, Nicola Teti Editori, pp. 69-92.
- TREHAN, Nidhi; SIGONA, Nando (eds.) (2010), *Romani Politics in Contemporary Europe. Poverty, Ethnic Mobilization and the Neo-liberal Order*, Palgrave Macmillan, 309 p.
- URRY, John (2002), "Mobility and proximity", *Sociology*, Vol. 36 (2), pp. 255-274.
- URRY, John (2004), "Petits mondes" in ALLEMAND, Sylvain; ASCHER, François; LÉVY, Jacques (2004) *Les Sens du Mouvement. Modernité et Mobilités dans les Sociétés Urbaines Contemporaines*, Colloque de Cerisy – Institut pour la ville en mouvement, Paris, Belin, pp. 37-48.
- URRY, John (2005), *Sociologie des Mobilités, une Nouvelle Frontière pour la Sociologie?*, Paris, Armand Colin.
- VANIER, Martin (dir.) (2009), *Territoires, Territorialité, Territorialisation. Controverses e Perspectives*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 228 p.
- VASCONCELLOS, J. Leite (1982) [1956], *Etnografia portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VAUX de FOLETIER, François (1983), *Le Monde des Tsiganes*, Espace des Hommes, Berger-Levrault, Paris, 213 p.

VENTURI, Marco (ed.) (1994), *Grandi Eventi. La Festivalizzazione della Politica Urbana*, Venezia, Il Cardo, 233 p.

VICENTE, Maria José (2009), *As comunidades Ciganas e a Saúde: um Primeiro Retrato Nacional*, Madrid, Fundación Secretariado Gitano, 92 p.

VIEGAS, Susana de M. (1998), “Índios que não querem ser índios: etnografia localizada e identidades multireferencias”, *Etnográfica*, Vol. II (1), pp. 91-111.

VILLANOVA, Roselyne de; MIRANDA, Adelina (2007), “Actualités de l’interdisciplinaire” in VILLANOVA, Roselyne de (2007) (dir.), *Conjuguer la Ville. Architecture, Anthropologie, Pédagogie*, Paris, L’Harmattan, pp. 9-24.

VITALE, Tommaso (2008), “Contestualizzare l’azione pubblica: ricerca del consenso e varietà di strumenti nelle politiche locali per i rom e i sinti”, in BEZZECCHI, Giorgio; PAGANI, Maurizio; VITALE, Tommaso (2008), *I Rom e l’Azione Pubblica*, Milano, Nicola Teti Editori, pp. 7-42.

VITALE, Tommaso; CARUSO, Loris (2009), “Conclusioni. Ragionare per casi: dinamiche di innovazione nelle politiche locali con i romi e sinti” in Vitale, Tommaso (Org) *Politiche Possibili. Abitare le Città con i Rom e i Sinti*, Roma, Carocci Editore, pp. 265-288.

VITALE, Tommaso (2009a), “Sociologia dos conflitos locais contra os Rom e Sinti em Itália. Pluralidade de contextos e variedade de instrumentos políticos”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 19, pp. 65-80.

VITALE, Tommaso; CLAPS, Enrico; ARRIGONI, Paola (2009), “Regards croisés. Anti-tsiganisme et possibilité de ‘vivre ensemble’”, *Roms et Gadje, en Italie*”, *Études Tsiganes*, nº 35, pp. 80-103.

WACQUANT, Loïc (2008), *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambridge, Polity Press, 342 p.

WEBER, Florence (1995), “L’ethnographie armée par les statistiques”, *Enquête*, nº 1, pp. 153-165.

WIEVIORKA, Michel (1997), “Introduction: Un débat nécessaire” e “culture, société et démocratie”, in Wieviorka, M. (1997) (dir.) *Une Société Fragmentée? Le Multiculturalisme en Débat*, Paris, La Découverte, pp. 5-8 e pp. 11-60.

WIEVIORKA, Michel (2008), "L'intégration: un concept en difficulté", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. CXXV, pp. 221-240.

WILLIAMS, Patrick (1984), *Mariage Tsigane: une Cérémonie de Fiançailles chez les Rom de Paris*, Paris, L’Harmattan, 480 p.

WILLIAMS, Patrick (1987), “Les couleurs de l’invisible: tsiganes dans la banlieue parisienne”, in Gutwirth, J. e Petonnet, C., *Chemins de la Ville. Enquêtes Ethnologiques*, Paris, Editions du CTHS, pp. 53-72.

WILLIAMS, Patrick (1988), “L’ethnologue face aux racismes: l’exemple tsigane”, *Ethnologie Française*, 1988/2, pp. 173-176.

WILLIAMS, Patrick (1989), “ Introduction. Dans le lieu et dans l’époque” in WILLIAMS, P. (Org.) (1989) *Tsiganes: Identité, Évolution*, Études Tsiganes Syros Alternatives, Paris, pp. 21-32.

WILLIAMS, Patrick (1993), *Nous, on n’en Parle pas: les Vivants et les Morts chez les Manouches*, Paris, Editios de la Mison des Sciences de l’homme, 108 p.

WILLIAMS, Patrick (2006), “Sans territoire fixe”, *Projet 6/2006* (n° 295), p. 11-17.

WUHL, Simon (2008), “La ‘discrimination positive’ à la française. Les contradictions des politiques publiques ”, *Informations Sociales*, 2008/4, n° 148, pp. 84-93.

ZIROTTI, Jean-Pierre. (1983), “Les tziganes ou l’identité sans frontières”, *Peuples Méditerranées – L’Identité Déchirée*, n° 24, pp. 61-70.

**ANEXOS**





## Anexo 1: Questionário às Câmaras Municipais

No âmbito de uma pesquisa desenvolvida no Centro de Estudos Territoriais<sup>214</sup> foi enviado um questionário – Ciganos, Territórios e Itinerância 1, CTI 1 -, via postal, às 278 câmaras municipais do continente. Entre 12 Julho de 2004 e 21 de Janeiro de 2005 conseguiu-se a recolha de 55% dos questionários. Com este questionário pretendeu-se: i) apurar a dimensão da população cigana; ii) identificar os locais de permanência dos ciganos itinerantes e as razões para a alteração de locais; iii) auscultar a percepção dos municípios sobre a necessidade de construírem um local específico para acolher populações itinerantes; iv) detectar a existência de reacções “formalizadas” da população local face à presença dos ciganos; v) identificar as medidas adoptadas perante a permanência dos ciganos em locais públicos por mais de 48 horas.

Das 124 câmaras que não responderam ao questionário, foi possível colmatar a ausência de informação através dos dados recolhidos pelo SOS Racismo (2001) para 44 concelhos do país. De referir que 66 câmaras municipais foram reincidentes nas Não Respostas e 16 referiram, em ambos os questionários, não existirem ciganos ou não disporem de dados<sup>215</sup>.

Embora reconhecendo-se que a presença dos ciganos em determinados concelhos possa já não corresponder à realidade existente, optou-se por apresentar os dados, incluindo os tais 44 concelhos que não tendo respondido ao questionário CTI 1, responderam ao do SOS Racismo. Os dados apurados correspondem, então, a 182 concelhos do continente, ou seja, obtém-se uma cobertura de 65,5%. Existe, assim, uma aproximação mais fiável à realidade existente no continente, embora nunca traduza a real expressão da presença dos ciganos, dado o problema das fontes a que a maioria das vezes se recorre para contabilizar o número de ciganos.

De referir que os municípios que indicaram as fontes utilizadas para recensear o número de ciganos existentes no concelho referiram maioritariamente que recorreram à sinalização ou ao acompanhamento que diversas entidades fazem a esta população, podendo assim a realidade retratada ficar aquém da verdadeira expressão concelhia desta população.

As fontes utilizadas assentam, sobretudo, em dados recolhidos no âmbito de práticas de realojamento da responsabilidade dos respectivos municípios. No caso de outras entidades serem as responsáveis pelo realojamento, não foram disponibilizados os dados das famílias ciganas alvo deste tipo de intervenção, estando, assim, a expressão desta população em determinados municípios subestimada (o concelho da Amadora é um dos exemplos desta situação). Por outro lado, a ausência de dados para algumas capitais de

---

<sup>214</sup> Esta pesquisa – *Os ciganos vistos pelos outros: proximidade social em espaços de coexistência inter-étnica* – decorreu entre 2003 e 2005 e foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI / SOC / 3935 / 2001). Os seus resultados podem ser consultados em Duarte *et al* (2005a) e Castro (2004).

<sup>215</sup> Dois concelhos do distrito de Aveiro (Arouca e Vale de Cambra), um de Beja (Alvito), quatro de Braga (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Vieira do Minho e Vizela), um de Coimbra (Góis), um de Évora (Mora), dois da Guarda (Fornos de Algodres e Manteigas), um de Leiria (Alvaiázere), um de Viana do Castelo (Caminha), um de Vila Real (Montalegre), dois de Viseu (Oliveira de Frades e Resende).

distrito, tais como Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Lisboa, Vila Real e Viseu, tende de igual forma a condicionar a qualidade dos resultados.

As juntas de freguesias, as forças de segurança pública, a Segurança Social, foram também outras entidades a que mais se recorreu para obter dados, mas também alguns projectos em curso em que a população cigana é beneficiária (foi o caso, por exemplo, de alguns projectos nos municípios de Aveiro, Fundão e Nazaré).

Os dados disponibilizados estão, ainda, condicionados pelo departamento da câmara indicado para responder. Constatou-se, em algumas situações, não existir articulação entre os vários departamentos para o preenchimento do questionário, nomeadamente entre os responsáveis pelo sector da habitação e da acção social.

## **Anexo 2: Questionário aos postos da Guarda Nacional Republicana**

Em 2006, no âmbito do Centro de Estudos Territoriais, iniciava-se uma outra pesquisa sobre a população cigana<sup>216</sup>, ficando reunidas as condições para se confrontar e actualizar os resultados então obtidos junto de outras fontes. Optou-se por solicitar autorização ao Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR) e ao Gabinete de Comunicação e Relações Públicas da Polícia de Segurança Pública o envio de um questionário com o objectivo de serem facultadas “informações nos seguintes aspectos: dimensão da comunidade cigana; locais de estacionamento dos ciganos itinerantes; motivos da mobilidade; problemas causados.” Apenas o Comando-Geral da GNR respondeu positivamente ao pedido realizado, pois o referido Gabinete da PSP acabou por não se pronunciar face ao solicitado.

Assim, a 29 de Março de 2006 foi enviado para o Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana o questionário *Ciganos, Territórios e Itinerância 2* (CTI 2) que o reenviou para todos os destacamentos do país, no sentido de estes os fazerem chegar aos respectivos postos. Até Setembro de 2006 foram sendo recepcionados os questionários, totalizando-se 382 respostas, o que equivale a uma taxa de resposta de 77%<sup>217</sup>.

À semelhança do questionário CTI 1 também aqui se procurou recolher informação que permitisse enriquecer os anteriores resultados. Assim, para além da dimensão da população cigana, procurou-se ainda ter um número aproximativo dos ciganos que se deslocavam a determinados concelhos e não possuísem residência fixa. Paralelamente, pretendia-se também identificar: i) os locais de permanência dos ciganos itinerantes, ii) as razões para a alteração de locais, iii) as medidas tomadas perante a permanência dos ciganos em locais públicos por mais de 48 horas, iv) as formas que assume a permanência em determinadas localidades (ligação ao lugar, número médio de elementos por acampamento, meios de deslocação, tempo e períodos do ano de permanência, motivos de chegada e de partida, problemas causados).

---

<sup>216</sup> Esta pesquisa – Ciganos e territórios: mobilidade e sedentarização no contexto urbano português” – decorreu entre 2006 e 2009 e foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, (POCI/SOC/57105/2004).

<sup>217</sup> De acordo com a informação disponibilizada no site da GNR, em Março de 2006 existiam 496 postos a nível nacional.

Embora os postos da GNR tenham circunscrição concelhia, muitas vezes a sua área de intervenção não corresponde à totalidade do concelho, nomeadamente em determinadas áreas urbanas, como as capitais de distrito, em que a atribuição de competências fica a cargo da Polícia de Segurança Pública. Assim, aquando da confrontação dos dados do CTI 1 e 2, optou-se por manter o valor mais elevado quando o valor apresentado no CTI 1 era superior. No entanto, quando era mais elevado no CTI 2 e não correspondia a áreas de intervenção da PSP, optou-se por mantê-lo, pois poderia ser mais actual. Quando a diferença era inferior a 5, ou seja, menos ciganos no CTI 2, decidiu-se pelo valor apresentado no CTI 2 pela razão apontada anteriormente.

Do balanço da aplicação deste novo instrumento de recolha de informação constata-se a actualização dos dados para 64 concelhos e a obtenção de informação inédita para mais 57 concelhos, até agora sem dados disponíveis. Os restantes concelhos com informação (93) são o resultado dos dados disponíveis no SOS Racismo, no questionário CTI 1, nos documentos do Programa Rede Social e noutros documentos produzidos pelos municípios ou equipas de investigação. Obteve-se, assim, uma cobertura do território nacional de 75,5%.

### **Anexo 3: Recolha e análise documental**

A recolha documental obedeceu a diferentes finalidades em função dos documentos que poderiam informar os objectivos deste trabalho. Os documentos objecto de análise foram:

- *Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão Social*<sup>218</sup>. Os quatro Planos apresentados entre 2001 e 2010 foram objecto de análise, no sentido de perceber a relevância que a população cigana assumia num instrumento de planeamento estratégico de âmbito nacional e que tipo de prioridades e metas, bem como de medidas ou programas relativos à inclusão social, eram estabelecidos;
- *Os instrumentos de planeamento elaborados no âmbito das redes sociais locais (Diagnósticos Sociais, Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Acção)*<sup>219</sup>. A análise da informação contida nestes instrumentos de planeamento visava obter um panorama a nível nacional mais fundamentado, procurando-se identificar algumas problemáticas/ preocupações localmente sentidas. Através dos documentos disponibilizados no site da Segurança Social procedeu-se a uma pesquisa das palavras “cigana” e “cigano” que decorreu na primeira metade de Maio e no mês de Novembro de 2006. Independentemente do tipo e da qualidade dos dados, encontraram-se 65 concelhos que fazem

---

<sup>218</sup> O PNAI foi um instrumento de planeamento de coordenação estratégica e operacional das políticas que permitem prevenir e combater as situações de pobreza e exclusão, integrando-se no processo europeu de inclusão social. Entre 2001 e 2010 foram publicados quatro Planos (2001-2003; 2003-2005; 2006-2008; 2008-2010) (cf. <http://www.pnai.pt/>).

<sup>219</sup> A constituição destas redes decorreu da implementação do Programa Rede Social criado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de Junho. Este Programa surge como um instrumento de desenvolvimento local, pela adopção de processos de planeamento estratégico territorializado como base da intervenção social, servindo para “incentivar o surgimento de redes de apoio integrado de âmbito local. Estando presente em todos os concelhos do país, com excepção de Viseu, e constituindo Comissões Locais de Acção Social, através do envolvimento de instituições locais, foram sendo produzidos vários instrumentos: Diagnósticos Sociais, Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Acção. Para uma consulta dos documentos disponíveis vd.: <http://195.245.197.216/rsocial/>.

referência à população cigana e 13 a minorias étnicas ou culturais. 87 concelhos não tinham no momento da recolha documentos acessíveis *on-line*. Como 102 concelhos com documentos disponíveis *on-line* não mencionam a população cigana, pode depreender-se que, embora esta pudesse estar presente nos seus territórios, não constituía uma temática que merecesse a atenção/preocupação das equipas das redes sociais ou que na altura da realização dos documentos não se registava a presença de população cigana. Algumas limitações podem ser apontadas a esta análise, nomeadamente a desactualização de alguma informação que é apresentada, a ausência de dados relevantes nalgumas áreas do país e o facto de alguns concelhos parecerem não ter interiorizado a metodologia a desencadear no âmbito dos instrumentos de planeamento locais, uma vez que reproduziram as metas e medidas incluídas no PNAI de 2003-2005. Relativamente à habitação encontrou-se informação apenas para 38 concelhos, distribuídos por todos os distritos do país. Da análise dos diagnósticos elaborados pelas redes sociais foi possível sistematizar os problemas associados com as formas de ocupação do espaço, identificar necessidades e caracterizar algumas intervenções. Apenas 27 concelhos fazem referência à dimensão da população cigana residente ou presente, apresentando alguns informação relativa à data de chegada ao concelho, à origem geográfica das famílias, à evolução da população, à caracterização etária, ao tipo e dimensão da família.

- *As actas de assembleias municipais e executivas e as notícias de imprensa* foram apenas objecto de recolha no âmbito dos Estudos de Caso realizados e visaram identificar: i) as controvérsias geradas pela presença da população cigana; ii) a forma como se configuravam os problemas; iii) as soluções que eram apontadas.

#### **Anexo 4: Entrevistas a informantes privilegiados ciganos, técnicos e decisores de entidades locais**

A realização de entrevistas semi-estruturadas decorreu ao longo da pesquisa. No início, estas entrevistas tiveram um estatuto exploratório, pois permitiram identificar famílias ciganas e estabelecer critérios de selecção dos Estudos de Caso; esclarecer alguns aspectos do fenómeno a estudar e fornecer novas pistas de reflexão, nomeadamente em termos das representações sobre a mobilidade geográfica da população cigana e das razões subjacentes às situações de precariedade habitacional. Ao longo da pesquisa foi possível recolher informação complementar para algumas das dimensões do objecto de estudo.

O guião de entrevista foi estruturado em torno das seguintes dimensões:

- Analisar as representações sobre a itinerância/ sedentarização, estruturas de acolhimento e políticas sociais;
- Aprofundar as estratégias dos actores perante a circulação de ciganos;
- Detectar o sistema de forças presente em determinadas situações;
- Identificar factores-chave por onde passa (ou não) a mudança.

Entre Janeiro e Setembro de 2006 foram realizadas cerca de 20 entrevistas a técnicos e decisores de entidades locais, 8 a informantes privilegiados ciganos e 1 a um organismo de âmbito central. Após a selecção dos

Estudos de Caso e a identificação dos territórios onde existia população cigana a residir em alojamentos não clássicos foram realizadas mais 10 entrevistas. O Quadro seguinte resume as entrevistas realizadas:

Informantes privilegiados ciganos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente da Associação cigana de Leiria (Ciglei)</li> <li>▪ Presidente da APODEC-Oficinas Romani</li> <li>▪ Pastor da Igreja Evangélica Filadelfia</li> <li>▪ Ex-presidente da Associação social, recreativa e cultural cigana de Coimbra</li> <li>▪ 3 homens ciganos do Bairro da Cucena (Seixal)</li> <li>▪ Membro da Associação cigana – AMUCIP</li> </ul>
Entidades locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 8 Técnicos de câmaras municipais (Coimbra, Serpa, Vidigueira, Elvas, Évora, Beja, Marinha Grande)</li> <li>▪ 4 Técnicas da Segurança Social do distrito de Beja</li> <li>▪ 3 Presidentes de Câmaras Municipais</li> <li>▪ 2 Vereadores da Acção Social</li> <li>▪ 2 Presidentes de Juntas de Freguesia</li> <li>▪ 2 Secretária do Executivo de Juntas de Freguesias do concelho de Beja</li> <li>▪ 2 Técnicos da Associação Fernão Mendes Pinto em Montemor-o-Velho</li> <li>▪ 1 Representante da Amnistia Internacional em Leiria</li> <li>▪ 1 Representante da Pastoral dos ciganos em Leiria</li> <li>▪ 1 Membro da Associação Terras Dentro</li> <li>▪ 1 Agente da GNR do distrito de Beja</li> <li>▪ 1 Representante da Caritas de Beja</li> <li>▪ 1 Responsável do projecto Nómada</li> <li>▪ 1 Administração da Habévora</li> </ul>
Organização central	ACIDI

## Anexo 5: Grelha de caracterização dos acampamentos

Um dos documentos de registo da informação do trabalho de terreno consistiu na elaboração de uma grelha que permitisse ir registando a configuração dos acampamentos e as suas alterações ao longo do tempo, as formas de apropriação do espaço no exterior e interior do habitat e os traços associados aos espaços de sociabilidade. Nos dias de trabalho de terreno tornava-se imperativo que cada investigador registasse informação relativa a todos os elementos presentes e em torno das seguintes dimensões:

- *Localização do acampamento*: tipo de estatuto do terreno e sua localização face às centralidades urbanas e a equipamentos e serviços;
- *Distribuição de famílias e núcleos dentro do acampamento*: localização das tendas/casas e sua alteração ao longo do tempo;
- *Formas de demarcação entre famílias e núcleos*;
- *Usos no exterior e interior do habitat*: relações desenvolvidas e sentido atribuído aos diferentes espaços, usos demarcados no interior da habitação, implicações dos diferentes elementos no uso do espaço doméstico, disposição dos objectos no interior da habitação, usos quotidianos demarcados no exterior da habitação, posição ocupada pelo alojamento nos espaços de apropriação quotidiana;
- *Espaços de sociabilidades*: caracterização das redes de sociabilidade quanto ao seu tipo, à sua espacialização e temporalização, caracterização das relações de proximidade quanto ao seu conteúdo e aos efeitos sociais que produzem.

Acampamento: Localização _____ Data: _____ Família: _____														
CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NO ACAMPAMENTO														
	Parentesco/D esignação	Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Natura- lidade	Residên- cia no BI	Data de chegada	Co- residen- tes por tenda	Nível de escolari- dade	A frequen- tar escola	Profis- são	Benef. RSI - data inscrição	Ações inser- ção RSI
(pp)														